



# IGREJA, ILUMINISMO e Escolas Mineiras Coloniais

JOSÉ FERREIRA CARRATO

brasiliana

*volume 334*



# IGREJA, ILUMINISMO

e

## Escolas Mineiras Coloniais

A história do pensamento filosófico-religioso no Brasil colônia é dos temas pobres em nossa literatura. Ergue-se como uma culminância em meio da planície a famosa introdução do senador CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA ao seu *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, obra isolada, nunca reeditada e sem seguidores. Há, fora daí, muitos ensaios, muitos estudos parciais, alguns de alto valor, outros inquinados ora de ingenuidade, imperdoável em escritos científicos, ou de espírito sectário impeditivo de uma conclusão objetiva, ou de espírito apologético, e como tal contingente, incompreensível fora do debate.

José Ferreira CARRATO é um especialista de alto gabarito nessa era do pensamento universal que foi o iluminismo em seus aspectos luso-brasileiros. Em *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*, publicado nesta mesma coleção, sob o n.º 317, em 1963, já patenteou sua capacidade de pesquisador e de expositor metódico e objetivo. O presente livro resulta de uma pesquisa aturada nos arquivos portugueses (Arquivo Histórico Ultramarino, Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, Arquivo das Finanças, Braga, Universidades de Coimbra e Guimarães) e brasileiros (Arquivo Público Mineiro, Cúria de Mariana, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu da Inconfidência, Colégio do Caraça, Biblioteca Nacional e, finalmente, a opulenta coleção do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de S. Paulo). Ajunte-se ainda o Arquivo Secreto do Vaticano. Baseia-se, além disso, em uma extensa e preciosa bibliografia,

(continua na outra dobra)



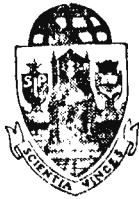
ora  
ração  
eira  
a 7 de  
bro. 97  
2-4144  
rio GB-Brasil

NCr8

NCr8

NCr8

0057



*Obra publicada  
com a colaboração da*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. Dr. LUÍS ANTÔNIO DA GAMA E SILVA.  
VICE-REITOR: em exercício: Prof. Dr. HÉLIO LOURENÇO  
DE OLIVEIRA.

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**COMISSÃO EDITORIAL:**

Presidente — Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras). Membros: Prof. Dr. A. Brito da Cunha (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz (Faculdade de Medicina), Prof. Dr. Miguel Reale (Faculdade de Direito), e Prof. Dr. Pêrsio de Souza Santos (Escola Politécnica).

Igreja, Iluminismo  
e  
Escolas Mineiras Coloniais

BRASILIANA

*Volume 334*

Direção:

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

JOSÉ FERREIRA CARRATO

IGREJA, ILUMINISMO  
e  
Escolas Mineiras Coloniais

(Notas sôbre a cultura da decadência  
mineira setecentista)

987  
B823  
v. 334

COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
SÃO PAULO

69  
L

lu

Do autor:

*Uma vereda romana ao caminho da democracia,*  
Rothschild, Loureiro, São Paulo, 1947.

*Os monges viajantes da Irlanda,*  
Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP), 1960.

*A crise dos costumes nas Minas Gerais do séc. XVIII,*  
Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP), 1962.

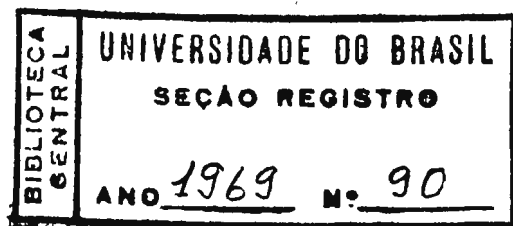
*As Minas Gerais e os primórdios do Caraça,*  
vol. n.º 317, desta Coleção, 1963.

*As primeiras letras em Minas Gerais,*  
Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Assis (SP), 1964.

*O pai da imprensa mineira e o seu mundo,*  
Escola de Comunicações Culturais da  
Universidade de São Paulo (SP), 1968.

n.º list. 200287  
cod. icarais: 81390

Exemplar N.º 002150



1968

Direitos reservados  
COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
Rua dos Gusmões, 639  
SÃO PAULO 2, SP

Impresso no Brasil



*Aos meus netinhos  
Júnior e José Luís.*

# Sumário

APRESENTAÇÃO	XIII
I — <i>As Gentes Mineiras</i> ...	1
1. Os aventureiros	1
2. A diferenciação social	13
3. A consolidação dos povos	21
II — <i>A Igreja Mineira</i> .....	27
1. A religião popular	27
2. O clero primitivo e da terra	50
3. As elites na Igreja Mineira	73
III — <i>As Escolas Eclesiásticas em Minas Gerais</i> .	96
1. As escolas domésticas	96
2. O seminário de Mariana	102
3. Outras escolas eclesiásticas	115
IV — <i>O Iluminismo em Minas Gerais</i> .....	123
1. As reformas pombalinas de ensino	123
2. As escolas régias em Minas Gerais	155
3. Os doutôres de Coimbra em Minas Gerais	178
V — <i>A Crise dos Fins da Era Colonial e os doutôres mineiros</i> .	209
1. O trauma da Inconfidência	209
2. A administração e a crise	229
3. A crise e os doutôres mineiros	246
BIBLIOGRAFIA	287
ÍNDICE ONOMÁSTICO E REMISSIVO	293

## Apresentação

ESTE TRABALHO é uma coleta de pesquisas e notas sôbre a história da cultura da decadência de Minas Gerais, no século XVIII.

Compõe-se de cinco capítulos, ou melhor, de cinco quadros de estudo sôbre o século setecentista mineiro. O primeiro dêles é um levantamento das gentes mineiras primitivas, aquelas populações aluvionais que se derramaram pelas montanhas, vales e planuras das "Minas do Ouro", a partir dos últimos anos da centúria seiscentista, chamadas que foram pelos "manifestos" dos bandeirantes descobridores do metal amarelo, e ali se deixaram ficar. Esse levantamento foca primeiro os aventureiros sem nome e sem lei que vão arribando às catas auríferas; depois estuda a incrível miscigenação de raças que entre êles se estabelece, talvez a maior de quantas tem havido, em dado momento histórico e em dado limite geográfico; e, finalmente, descreve a consolidação socioeconômica dessas gentes mineradoras e agrícolas.

O segundo quadro estabelece o estudo da Igreja Mineira, a religião do homem da mineração, êsse homem dilacerado pelas paixões mais devastadoras, que vive o drama antitético das esperanças desvairadas a par dos desalentos mais profundos, situação a que pretende dar freio e refrigério a fé, a religião. A Igreja Mineira é estudada através de seu peculiar aspecto de religião popular, acudindo às necessidades espirituais e morais dos povos; através do seu clero, primeiro primitivo e ávido como os próprios aventureiros, com seus "visitadores", seus capelães bandeirantes, seus frades giróvagos e "levantados" da Guerra dos Emboabas, e seus bispos visitantes do Rio de Janeiro, e, depois, o clero da terra, menina dos olhos de D. Frei Manuel da Cruz, o herói do *Aureo Trono Episcopal*, mas que se degenera nos dias da Sede Vacante, na ominosa "época dos procuradores", só se recuperando nos dias melhores de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel e D. Frei Cipriano de São José, os tempos do fastígio iluminista da Sé marianense; através, enfim, das elites mineiras trabalhadas pela Igreja para a sua missão na cidade dos homens, aquela bruta e tibia cidade dos homens das Minas setecentistas.

Um terceiro quadro estabelecido é o da ação educativa da Igreja junto dos povos, já que, no uso de uma tradição milenária, ela se arroga, como mãe e mestra, o direito de conduzir a educação de tôdas as gentes. Eis, na terra inculta, as primeiras escolas das mães cristãs, dos tios-padres, dos padres-capelães — que chamaremos “escolas domésticas” — escolas dos poucos meninos do tempo que aprenderam as primeiras letras, à barra da saia de suas mães sertanejas; eis o Seminário de Mariana, o primeiro fanal da cultura mineira, a formar as primeiras elites, que se completarão na Universidade de Coimbra; eis os Recolhimentos de Macaúbas e do Vale das Lágrimas, as primeiras instituições monásticas da terra, que serão igualmente as primeiras escolas de formação da mulher mineira.

Entretanto, a verdadeira fisionomia do século XVIII que se delinea é a do Iluminismo. Movimento cultural cíclico, nascido na Inglaterra, aclimado e consolidado em França, que empolga tôda a Europa, e irá ter em Portugal a sua primeira experiência no campo político-administrativo. O seu instrumento mais eficaz de ação será a educação e, em Portugal e no Brasil, o Marquês de Pombal abrirá as primeiras experiências pedagógicas do Iluminismo, constantes, após a expulsão da Companhia de Jesus, das reformas do ensino das primeiras letras, das artes e da própria Universidade de Coimbra; das escolas régias, no Reino e no Brasil, onde as de Minas Gerais nos merecerão uma consideração especial, assim como seus pedagogos e seus discípulos mais destacados, principalmente os que partirão para Coimbra; êsses alunos das escolas régias, que se formarem na Universidade de Coimbra e regressarem para a terra natal, constituirão motivo de um estudo próprio.

Mas, nos últimos decênios setecentistas, abate-se com tôda a violência sôbre a Capitania de Minas Gerais a crise econômica do ouro em descenso. Os povos, oprimidos e esmagados, gemem, de um lado, sob o arrôcho do despotismo fiscal, e de outro lado, sob os arreganhos da miséria geral. Há, apenas, os cochichos dos inconformados e, alguém, mais desgraçado que todos, vai levá-los ao Governador da Capitania, que suspende a “derrama”, prende os descontentes, remete-os para o Rio de Janeiro, avisando ao Vice-rei para que também prenda o mais atrevido dêles, o Tiradentes. É a Inconfidência Mineira. O calabouço, o exílio, o seqüestro, a infamação e o patíbulo — patíbulo ignominioso de fôrca — têm o condão de fazer com

que as multidões sofridas acordem do seu "pasma". Acordam, para fugir, das terras natais decadentes, da obsessão do ouro, para começar aquela incansável "diáspora" mineira pelos caminhos da Capitania e do Brasil, que ainda hoje não se acabou. Só a Administração Régia continua "pasmada" até o fim, sem acordar do seu pesadelo de Midas, a ver ouro em tudo... Quando, na última hora, chamados para acudir e atenuar a geral penúria da antiga terra do ouro, os doutôres mineiros de Coimbra começarem a trabalhar, com a sua ciência e sua técnica, nas explorações das outras riquezas nativas, nas fundições de ferro, na indústria extrativa dos salitres, das pedras preciosas e das madeiras, na labuta agrícola e zootécnica, na criação dos gados, etc., não se poderá fazer muito. É tarde, muito tarde, e a Capitania das Minas Gerais, agora Província do Brasil independente, entra melancòlicamente para o concêrto das demais províncias, pobre, faminta e inculta, sombra dos seus dias maiores.

Para a feitura dêste trabalho, realizado num período de três anos, em regime de tempo integral, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (SP), Instituto Isolado do Ensino Superior do Estado, além de um exaustivo levantamento de material especializado bibliográfico, que vai ao fim dêste volume, elaboramos e realizamos um intenso plano de pesquisas documentárias, nas seguintes instituições, nacionais e estrangeiras:

**BRASIL:**

- Arquivo Público Mineiro (APM), em Belo Horizonte (MG).
- Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana (ACMM), de Mariana (MG).
- Arquivo dos Cartórios do Departamento Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), de Mariana (MG).
- Museu da Inconfidência, de Ouro Preto (MG).
- Arquivo do Colégio do Caraça (MG).
- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Secção de Manuscritos e de Livros Raros) (GB).
- Biblioteca Municipal de São Paulo (Secção de Livros Raros), de São Paulo (SP).
- Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, de São Paulo (SP).

**PORTUGAL:**

- Fundos da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa.
- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), de Lisboa.
- Arquivo das Finanças, de Lisboa.
- Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, de Lisboa.

## XVI — Apresentação

Arquivo e Biblioteca Distrital de Braga.  
Arquivo e Biblioteca Distrital de Guimarães.  
Biblioteca da Universidade de Coimbra.

### VATICANO:

Biblioteca Apostólica Vaticana (Archivio Segreto del Vaticano), Vaticano (Itália).

Essas pesquisas no estrangeiro se deveram a duas bôlsas de estudos que nos foram concedidas pela Fundação Calouste Gulbenkian, de Lisboa (Portugal), em 1963-1964. Manifestamos, pois, aqui, nossos melhores agradecimentos à Fundação Gulbenkian, ao seu eminente Presidente, Sr. Dr. José de Azevedo Perdigão, ao seu digno Diretor dos Projectos Internacionais, Sr. Dr. Guilherme de Ayala Monteiro, e ao ilustre historiador Sr. Dr. Luís de Matos. Fazemos questão de agradecer mui encarecidamente, aos Srs. Dr. Alberto Iria, Diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, C.<sup>o</sup>l. Mário Cardozo, Presidente da Sociedade Martins Sarmiento, de Guimarães (Portugal), as gentilezas com que nos cumularam. Nossa gratidão, muito especial, ao Sr. Dr. João Gomes Teixeira, Diretor do Arquivo Público Mineiro, de Belo Horizonte (MG), pelas facilidades que proporcionou às nossas pesquisas, na Casa de Xavier da Veiga. Agradecemos, enfim, ao Prof. A. Libaut, Professor de Cartografia na Universidade de São Paulo, a ajuda que nos prestou na feitura da carta da Capitania de Minas Gerais e dos gráficos da produção do ouro e dos diamantes da mesma Capitania.

O Autor

São Paulo, março de 1967.

## CAPÍTULO I

# As Gentes Mineiras

### 1. Os aventureiros

No dia mesmo em que o primeiro almocafre bandeirante picou o cascalho de um ribeirão aurífero qualquer do Distrito dos Cataguá, iniciou-se a história de Minas Gerais. Antes aportaram os bandeirantes paulistas, senhores e escravos. Em seguida, os aventureiros alienígenas. Especialmente após a Guerra dos Emboabas, foram chegando, num avanço continuado e inaudito, atraídos todos pela fortuna fácil que lhes prometiam as virgens faisqueiras do sertão.

A dramática busca do nôvo velocino desenrolou-se no centro geográfico dos territórios das futuras Comarcas do Ouro Preto, do Rio das Velhas, do Rio das Mortes e do Sêrro do Frio, e da Demarcação Diamantina, no coração mesmo do atual Estado de Minas Gerais, onde foram surgindo, geralmente nos vales das águas aluviais do ouro, catas, caminhos, capelas, vendas, roças, arraiais, têrmos e vilas. Mais mansa, porém, foi a investida de outros aventureiros, já em segundo tempo, na direção do oeste — os imensos “campos gerais” — espraiando-se pelo vale do Rio de São Francisco, primeiro em seguirdura do gado, para o norte, ao centro e ao sul dêsses campos de pastoreio; depois nas atividades agrícolas, tanto mais intensivas quanto menos foram rendendo, a partir de certo momento, as lavras da mineração aurífera.

Nessa ocupação da terra mineira, nos primeiros decênios (1680?-1705), aparecem os paulistas, os descobridores do ouro e, pois — segundo as *Ordenações do Reino* (Livro II, Tít. XXXIV) — seus felizes beneficiários. Em reconhecimento disso, a Coroa Portuguesa lhes confere, com as datas promissoras, os primeiros cargos públicos. O tropel nômade dos paulistas envereda para tôda a parte, sem rumo nem ordem, onde se encontrem as pintas dadivosas, ao pé das rudes montanhas guadoras,

## 2 — As Gentes Mineiras

como ensina aquêlo curioso *Itinerário Geográfico do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*, composto por Francisco Tavares de Brito, em 1732, apensado ao Códice do Dr. Caetano Costa Matoso, que estabelece o seguinte roteiro, com algumas reviravoltas incríveis: "(...) Morro do Rio das Mortes, com beta de Ouro, Ponta do Morro no Arraial Velho, Campoan, Itambira, Tupanhuacanga, Itaculumim, Serra do Frio, Morro da Conceição" (1). Não há senão os arraiais da circumscrição, os quais — segundo Southey — eram as "habitações e costumes dos primeiros aventureiros, que abarracavam como os ciganos" (2). É que nem sempre êsses acampamentos de emergência resultam em povoados. Assim como surgem, logo desaparecem. Em 1708, o paulista Bento Godói Rodrigues, assenta tenda na bacia da Serra do Caraça, onde encontra, em dia e meio de trabalho, arrôba e meia de ouro; um arraial ali se estabelece e, ainda em 1716, há notícias de "hum camião que mandou fazer o povo do Inficionado p.a o Caraça por lhe ser conveniente a Condução dos mantimentos p.a o mesmo Arraial" (3). Mas, logo desaparece completamente, sem deixar sinal de si. São êsses aglomerados como as nossas atuais favelas: ausência total da lei, da moral, da autoridade, tanto civil como militar ou eclesiástica. Há apenas capelas, sem os vigários: curas e visitantes percorrem êsses arraiais efêmeros, "certão, onde sem controversia campeava a Liberdade, sem sojeição a ninhũa Ley, nem Justissa, senão anatural" (4). É a era dos "desmanchos" de "alguns mãos principalm.º Mulatos, Bastardos e Carijós", que desencadeiam "contendas extraordinarias, defendendo cada hum aos seus Affileados com o mayor emp.º de caprixos, e pundonores" (5) e, portanto, de assassinações cruéis, feras perseguições e expropriações sem conta; era dos roubos memoráveis, originando as lendas daqueles primitivos cargueiros, que desciam das Minas estropiando-se de tanto ouro nos alforjes, sacadas de ouro que as autoridades reinóis (*legitur* Governador Artur de Sá e Menezes) portavam para si próprios, sob os mais especiosos pretextos, como o da-

(1) *In Códice Costa Matoso* (n.º 41, da Biblioteca Municipal de São Paulo); *Itinerário Geográfico do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*, composto por Francisco Tavares de Brito, Sevilha, na Oficina de Antônio da Silva, MDCCXXXII, p. 14.

(2) Robert SOUTHEY, *História do Brasil*, B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1862, 6 vols., t. V, p. 69.

(3) V. Códice 541 (Auto n.º 19.594 — Ações Cíveis. Cartório do 2.º Offício de Mariana), do Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Mariana (MG).

(4) *Códice Costa Matoso, cit.*, fls. 29.

(5) *Idem, ibidem.*



quele Superintendente das Minas do Sul, José Vaz Pinto, que informava, em 3 de novembro de 1703, a El-Rei D. Pedro II, de que pusera em “boa e segura arrecadação” 10.600 oitavas de ouro, “que deixaram de ser remetidas para o Rio de Janeiro (1) para pagamento dos funcionários da Superintendência e para pagar gados vindos da Bahia” (6); era das fomes pavorosas, periódicas, que flagelavam os povos esparsos pelas áridas catas de cascalho, como a daquele paulista desesperado, que “matou ao seu companheiro por lhe tomar com a sua tenaz de pau uma pipoca de milho que do seu borrvalho saltou para o do outro dos poucos grãos que cada um tinha para alimentar a vida naquele dia” (7)...

Mas, vencidas as fases da provação, os bandeirantes paulistas conseguiram os bons frutos do seu trabalho. A riqueza e a posição tornaram-nos arrogantes e “como vivião abastados de Índios, que tinham trazido do Sertão” — conta o Pe. Manuel da Fonseca, em sua *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes* — “e de grande numero de escravos, que com o ouro tinham comprado, se fizeram notavelmente poderosos, chegando alguns a tanta soberania, que fallando com os forasteiros os tratavão por vós, como se fossem escravos” (8).

É que os forasteiros já eram cada vez mais numerosos, vindos especialmente de Portugal, procedentes, pela maior parte, do Arcebispado de Braga (Minho e Trás-os-Montes), dos Bispados do Pôrto, de Coimbra e de Lamego (Douro e as Beiras) e, às vêzes, do Arcebispado de Lisboa e dos Bispados de Angra (Açòres) e de Évora (Alentejo). Deram-se ao comércio, nos primeiros anos, e “sendo mais ardilosos para o negócio” — como denuncia um cronista do *Códice Costa Matoso* (9) — estabeleceram-se com vendas e oficinas, não longe das datas, suprimindo os lavradores de gêneros, escravos e ferros para minerar, e também se dedicaram aos variados misteres artesanais. Logo, porém, foram tendo acesso às datas e porque eram dotados de

(6) Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), de Lisboa (Portugal), Caixa 1, MG, Doc. 2 (3.XI.1703).

(7) *Relatos Sertanistas*, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo (ed. coletada por Afonso de E. TAUNAY), São Paulo, 1954, p. 29. E mais adiante, à p. 76, se lê mais o seguinte: “E era tal a falta de mantimentos que se vendia no Ribeirão um alqueire de milho por 20 oitavas e de farinha por 32 e de feijão por 32; uma galinha por 12 oitavas, um cachorrinho ou gatinho por 32, uma vara de fumo 5 oitavas e um prato pequeno de estanho cheio de sal por 8. E tudo o mais a êste respeito por cuja causa e fome morreu muito gentio, tapanhunos e carijós, por comerem bichos de taquara que para os comer é necessário estar um tacho no fogo bem quente e aliás vão botando os que estão vivos logo bolem com a quentura que são os bons e se come algum que esteja morto é veneno refinado”.

(8) Pe. Manuel da FONSECA, *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*, Melhoramentos, São Paulo, 1935, p. 205.

(9) *In Códice Costa Matoso*, fls. 28.

recursos que faleciam aos descobridores, começaram a levar-lhes vantagens, que resultaram no ódio coletivo e sangrento da "guerra" dos Emboabas, que agravou ainda mais a situação dos paulistas. A maré-montante dos Emboabas atinge o máximo na ação armada e política do seu líder Manuel Nunes Viana, o qual, "sagrado" pelo frade trinitário Francisco de Menezes (um misto nefando de Pedro Eremita, Fra Diavolo e monge do *Decamerone*), dispersa os paulistas e põe para fora da Capitania o Governador D. Fernando de Lencastro. Foi quando a maioria destes — já de si meio nômades — emigrou para outros descobertos, nos Goiases, em Mato Grosso e alhures. Também famílias numerosas deles foram acrescentar-se às muitas que já vinham povoando os sertões do São Francisco desde 1690, pois "forão elles [os paulistas]" — o depoimento é de um ufano descendente, Cláudio Manuel da Costa, no *Fundamento Histórico*, com que abre seu poema épico *Vila Rica* — "os primeiros que se entranharão pelo Rio de São Francisco, e povoarão e encherão de gados as suas margens, de que hoje se sustenta o grande corpo das Minas Geraes" (10). Ficam nas Minas poucos paulistas (principalmente na Comarca do Rio das Mortes, dos quais dará notícia, em 1809, o viajante John Mawe, que observa serem as mulheres de ascendência bandeirante mais cuidadosas e econômicas), de tal forma que apenas 39 famílias, das 174 que o linhagista Cônego Raimundo Trindade considera como os "velhos troncos mineiros", são originárias de São Paulo, o que vale dizer constituir-se a população branca colonial mineira de uma imensa maioria de minhotos, portuenses, transmontanos, beirões e açorianos — quase tôda gente campesina de Portugal — no permeio dos quais vieram também muitos "cristãos-novos" e filhos de outras Capitánias.

Após lutarem contra os paulistas detentores dos privilégios iniciais, êsses aventureiros, entram em choque com as próprias autoridades de El-rei, quando estas, mais bem aparelhadas para garantir a mão do govêrno, em benefício principalmente da Real Fazenda, começam a pôr ordem na anarquia geral e a coibir as prepotências fiscais e civis dos régulos da grossa mineração.

E quando assume o domínio da situação, após a separação das Capitánias de Minas e São Paulo da do Rio de Janeiro, o

(10) *Fundamento Histórico* (atribuído a Cláudio Manuel da Costa), anexo ao poema épico *Vila Rica*, in *Anuário do Museu da Inconfidência*, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEC), Ouro Preto, 1955-1956, IV, p. 123.

Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho exila Nunes Viana, reagrupa os paulistas remanescentes com os emboabas mais cordatos e dá um primeiro ordenamento à administração pública, criando as primeiras comarcas, vilas e câmaras municipais de Minas, em 1711. Obra que completará o seu sucessor, D. Brás Baltasar da Silveira, em cujo governo serão criadas, ou confirmadas, as primeiras freguesias mineiras (22 de fevereiro de 1716), em número de 31<sup>(11)</sup>. Estabelecem-se, assim, os órgãos públicos fundamentais. Contudo, a explosiva questão do pagamento dos quintos do ouro ainda tumultuará a vida da Capitania até 1720, quando se darão os eventos da Sedição de Vila Rica, dominados pela mão de ferro de D. Pedro de Almeida, o famigerado Conde de Assumar; e por todo o consulado relativamente bonançoso de D. Lourenço de Almeida, “que foy o tempo mais felix q. tiverão as Minas, porque corria o ouro a 1320 por 8.<sup>a</sup> moeda e dobroins de ouro, em.<sup>ta</sup> pratta e cobre” (Fls. 66, do *Códice Costa Matoso*), não obstante os povos ainda recalcitrarem contra as exações das recém-instaladas Casas de Fundição e as medidas violentas tomadas pelo Governo Régio no Arraial do Tijuco, a partir de 1727, após os descobrimentos dos primeiros diamantes.

Temos à mão dados obtidos das devassas, e pronunciações resultantes da “visita ordinária” que o dignitário eclesiástico Dr. Lourenço José de Queirós Coimbra, Vigário da Vara da Vila e Comarca do Sabará, fêz, em 1733-1734, a nove localidades daquela Comarca, e da do Pitangui (Caeté, Rio das Pedras, Rio Acima, Raposos, Curreal-del-Rei, Congonhas de Sabará, Arraial Velho, Bom Retiro da Roça Grande e Macaúbas), que fazem uma luz claríssima sobre as vicissitudes da formação da gente mineira, à base da miscigenação das raças, que se estabelece por largo período de tempo.

Se a presença da Inquisição no Brasil colonial foi ocasional ou esporádica, não aconteceu assim com as chamadas “devassas gerais”, inquirições disciplinares punitivas do fóro canônico, que tinham o propósito de salvaguardar os bons costumes da comunidade paroquial. Essas devassas são providas pelos Prelados ou seus representantes (os “visitadores”), “quando visitão as suas Dioceses”, “ordenadas para que, não havendo accusador, não ficassem os delictos impunidos” — segundo a definição que delas dão as *Constituições do Arcebispado da Bahia* (Tit.

(11) AHU, de Lisboa, Caixa 1, MG, Doc. 5: 1.<sup>as</sup> igrejas e seus párocos; congruas e conhecenças.

XXXIX, n.º 1.056) (12): os visitantes dirigem-se às freguesias, ouvem “ao menos trinta testemunhas”, “pessoas graves, honestas, e sem suspeita”, e acabam pronunciando os culpados. Nas devassas mineiras de 1733-1734, a grande incidência das “culpas” recaía no concubinato, além de algumas outras referentes à prática de jogos e tavolagem, do lenocínio, da usura, do feitiço, e do descumprimento de deveres de preceito religioso. As testemunhas que depunham nas inquirições eram, como se está vendo, as pessoas idôneas dos lugares visitados, recrutadas entre os ocupantes das diversas posições sociais de maior relevo, verdadeiras representantes daquela rude sociedade em formação. Pelos depoimentos constantes do *Livro 2.º das Devassas ou Visitas de 1733-1734*, do Arquivo Metropolitano de Mariana — de que nos iremos valer — podemos estabelecer, proporcionalmente, as seguintes ocupações em que estavam empregados os elementos melhores das freguesias acima citadas: a dos *agricultores*, mais numerosa de tôdas, constituída de gente mais assentada, pois é onde reside o maior índice de pessoas casadas, subdividida entre os “que vivem de suas rossas” (42 dêles) e os “que vivem de seu engenho” (de cana — apenas 3 — aliás, atividade proibida na época); a dos *artesãos*, geralmente estabelecidos nos povoados, gente branca ou já mulata, em grande maioria constituída de solteiros e jovens (alfaiates, carapinas, ferradores, ferreiros, entalhadores, marceneiros, ourives, pedreiros, pintores, sapateiros, seleiros, tanoeiros e torneiros), num total de 49 pessoas, dentre as 210 testemunhas arroladas; a dos *comerciantes*, isto é, os “que vivem de sua agencia”, os “que vivem de seu negócio”, igualmente constituídos de uma grande maioria de gente citadina e solteira, respectivamente 31 e 29 comerciantes; a dos *mineradores*, isto é, os “que vivem de suas faisqueiras”, donos de suas “fábricas” de ouro, geralmente solteiros, em número de 19 indivíduos, e os profissionais da mineração, talvez feitores, prepostos, contratados, os assalariados, os “que vivem de minerar”, igualmente solteiros na maioria, perfazendo 28 pessoas, num total de 47 mineradores; o ainda pequeno grupo dos *mineradores-agricultores*, isto é, daqueles “que vivem de suas lavras e rossas”, não mais de 3 pessoas; os *oficiais*, geralmente funcionários régios, militares, ou titulares, em número de 17 testemunhas; e, finalmente, os que hoje chamáramos de *profissionais liberais*, integrados por padres e

(12) *Constituições do Arcebispado da Bahia*, Oficina de Miguel Rodrigues (org. por D. Sebastião Monteiro da Vide), Lisboa, 1764

recolhidas (do Recolhimento de Macaúbas), cirurgiões, músicos e professores, num total de 21 pessoas.

Tanto nas devassas de 1733-34, como nas do ano de 1763, segundo o *Livro III de Devassas ou Visitas — 1763*, promovidas pelo Dr. José dos Santos, Vigário-geral de D. Frei Manuel da Cruz, Bispo de Mariana, nas Comarcas do Rio das Mortes e de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Prêto (São João del Rei, Santana das Lavras do Funil, Carrancas, Aiuruoca, Pouso Alto, Baependi, Campanha do Rio Verde e Bambuí; inexistente a relação das freguesias da Comarca de Ouro Prêto, pois “extraviaram” do livro as fôlhas referentes a Vila Rica e demais localidades dessa Comarca...), os dados revelam o maior número de agricultores em relação aos mineradores, mesmo nesse período áureo do ciclo da mineração; o *Livro III de Devassas ou Visitas-1763*, igualmente do Arquivo Metropolitano de Mariana, do qual extraímos os dados referentes ao ano de 1763, inclui a procedência das testemunhas, quase tôdas de origem portuguesa, provenientes do Arcebispado de Braga (os mais numerosos), depois do Bispado do Pôrto e, finalmente, do Bispado de Angra: são, pois, elementos oriundos do Minho e de Trás-os-Montes, da região portuense, do vale do Douro e das Beiras, e existem muitos ilhéus açorianos. De Lisboa ou do sul de Portugal, há notícia de poucos. Uma imensa maioria de lusitanos pois, agricultores a maior parte, justamente porque advindos das províncias tipicamente agrícolas do Reino.

Classe em expansão a partir de 1730, será a dos artesãos, dos artífices, em virtude do fenômeno da crescente e rápida urbanização das Minas, em que o seu papel cresce de importância. No primeiro momento, êsses artesãos serão quase todos reinóis, havendo alguns mamelucos e um que outro negro mais engenhoso (geralmente mina) entre os carapinas, ferreiros ou seleiros. Iniciada, porém, a miscigenação, os filhos mulatos passam logo a exercitar-se nas artes paternas, como é o exemplo clássico do Aleijadinho, aprendiz do próprio pai, o português Manuel Francisco Lisboa, mestre de obras. Queremos acreditar que, já nas devassas de 1733-34, muitos dos artífices arrolados como testemunhas já se guindaram a um melhor lugar na sociedade, herdeiros que são do nome dos pais e de suas profissões, porque já filhos de suas mães fôrras.

Outro grupo importante na constituição da sociedade do tempo é o dos comerciantes, também êste mais numeroso que os mineradores. Ou vivendo de suas “agências” (com certeza corretores de minas e fazendas e gados, fazedores de “tramas”

(essa atividade comercial de trocas em espécie, ainda hoje tão comum em Minas, terra de dinheiro sumido), prestamistas, onzeneiros, etc.), ou estabelecidos com seus "negócios", isto é, suas vendas, "logeas", armazéns e botequins, são os comerciantes "mayormente P.<sup>vos</sup> de Portugal" — conforme os denuncia um documento da época, a página de um memorialista do *Códice Costa Matoso* (fls. 28) — "entre os quaes vierão m.<sup>tos</sup> q. sendo mais arditosos p.<sup>a</sup> o negocio quizerão inventar contratos de varios generos p.<sup>a</sup> mais depreça e com menos trabalho encherem as medidas". Se a referência se aplica aos implacáveis contratadores dos tempos da Guerra dos Emboabas, nem por isso deixa ela de refletir a prevenção geral dos povos da terra contra os processos do comércio emboaba, ainda hoje tão viva em tôda a parte, mãe que é ela dos nacionalismos, justos ou injustos. Várias vêzes os comerciantes estarão deslocados nas devassas, da condição de testemunhas para a dos culpados, principalmente pronunciados como usurários.

Classe numerosa, se bem que menor que a dos agricultores e a dos comerciantes, é a dos mineradores. Nesses anos de fastígio, que marcarão quase dois quartéis de século no miolo setecentista, a classe dos mineradores viverá também a sua era de ouro. A nobreza da terra, os "homens-bons" da liderança municipal, os poderosos régulos das terras minerais, os ricos pais que irão mandar seus filhos a doutorar-se em Coimbra, bacharelar-se com os jesuítas no Rio de Janeiro ou ordenar-se em Mariana, serão pertencentes à classe mineradora. Nela, porém, logo se dividiriam dois grandes grupos, o dos proprietários das minas e o dos que "vivem de minerar", parecendo-nos êstes gente assalariada, trabalhando a jornais ou garimpando aqui e ali. Os mineiros graúdos formarão o grosso das Irmandades principais, como as do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição, por exemplo, a cujas matrizes e capelas aquinhoarão régicamente.

O papel exercido pelos poucos funcionários públicos do Reino cinge-se à sua presença, igualmente restrita, em dois setores, ou melhor, em um só — o da arrecadação dos quintos — em que comparecem como fiscais da Real Fazenda ou como soldados para garantir a segurança... da arrecadação.

Naquela rude sociedade em elaboração, não se pode, em rigor, falar em classes ou profissões liberais. O padre, em virtude do regime da monarquia absoluta de direito divino, não passa de um funcionário régio, recebendo a sua cômgrua ou os seus emolumentos e disputando, muitas vêzes de âmbula na

mão, os magros réis das conhecenças. Daí a freqüência da deterioração de sua vocação sacerdotal — se é que a tiveram muitos daqueles pobres transviados das devassas — provocada pelo ouro, pela mulher, pela política ou até pela ciência, como acontecerá mais tarde, no Iluminismo pombalino. Contam-se pelos dedos das mãos os cirurgiões, os professôres e os músicos existentes nas Minas. Pouco há a falar sôbre os cirurgiões do tempo, pois não passavam muitas vêzes de alveitares, ferradores de cavalos, sangradores ou aplicadores de sanguessugas, quando não eram aquêles pitorescos barbeiros, que iriam aparecer nas gravuras dos viajantes estrangeiros oitocentistas. Cirurgião aprovado, como Luís Gomes Ferreira, autor do precioso *Erário Mineral*, é exceção, como exceção foi a presença daquele outro cirurgião estrangeiro, João da Rosa, estimado do povo, que estêve nas Minas Gerais nas primeiras décadas do século setecentista<sup>(13)</sup>. Aquêles dois professôres, existentes em Sabará e no Curral-dêl-Rei, prenunciam o nascente empenho de as famílias educarem os seus filhos, empenho que logo endossaria, ao assumir o seu bispado de Mariana, D. Frei Manuel da Cruz, criando o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em 1750, “cuja falta cauzava grande detrimento aos moradores”. Missão de precursor teve igualmente aquêles solitário Jozeph de Almeyda Ferraz, que vivia “de sua arte de muzica” no Curral-dêl-Rei, em 1734<sup>(14)</sup>, arte essa que tanto se iria alcandorar na segunda metade do século, mercê de sua prática pelos geniais mestres do barroco musical mineiro.

Agora, vejamos os acusados das devassas e as suas “culpas”. O comportamento cotidiano, íntimo, religioso, do povo mineiro dessa época revelará a importância maior da contribuição portuguesa e africana, e a bem menor do silvícola, na elaboração da raça nova e na formação de sua alma e do seu caráter. Aqui, no caso, iremos focar a vida cotidiana das Minas Gerais na década de 1730-1740, justamente o cotidiano moral e religioso, defluído inteiro dos depoimentos colhidos no *Livro II das Devassas ou Visitas de 1733-1734*.

Se o cotidiano religioso não oferece muita novidade, o mesmo não ocorre com a moralidade dos fregueses dos dias do *Triunfo Eucarístico*. O grande resvaladouro da frágil virtude daquelas gentes aventureiras é a geral mancebia, em que vivem quase todos os homens e mulheres disponíveis, inclusive sacer-

(13) O *Erário Mineral*, de Luís Gomes FERREIRA, que se refere ao cirurgião João da Rosa, remonta a 1735.

(14) In *II Livro de Devassas e Visitas — 1733-1734*, fls. 70.

dotes. A falta de mulheres brancas é aguda; os aventureiros da mineração acham difícil conjugar a vida andeja e aleatória da procura de alúvios auríferos com o regime estável, ancorado do casamento; as Minas Gerais estão cheias de pretas escravas ou mulatas fôrras, solteiras, concorrendo com os homens nas minas, nas vendas, nas estradas, em casa, nas igrejas, a ponto de escandalizarem, as mais audaciosas, os próprios governadores, com o seu convite ao pecado e à coabitação, sem responsabilidades nem conseqüências — eis os motivos da elevada porcentagem dos concubinatos, que enchem tôdas as páginas dos livros de devassas, na proporção de quase cinco para uma das outras culpas castigadas.

Há, por exemplo, nas oito freguesias visitadas pela autoridade diocesana em 1733-1734, 184 concubinatos masculinos e 195 femininos, enquanto as outras transgressões, tôdas reunidas, não passam de 44. É preciso dizer, antes de tudo, que os homens casados, em geral, comportam-se bem: há poucos casos de concubinação entre êles, pouco mais de 5%. Tanto os brancos como os outros casados de côr. Já desponta o respeito que o homem mineiro terá pelo seu lar, pela família: casado, cuida de dizer adeus às farras da solteirice. Geralmente será o homem do campo o que busca mais freqüentemente o estado matrimonial; será nêle, principalmente, que irá ter seu sólido fundamento a família mineira típica, amiga das coisas estabelecidas e apegada ao que é seu, o sangue, a casa, a propriedade. Por isso é que a religião será em Minas algo de muito natural, como um geral patrimônio de todos, a garantir-lhes uma estabilidade que não é apenas espiritual, mas até físico-social, cheia de segurança e consolação. Mas, a imensa maioria dos homens culpados de concubinato é constituída de brancos solteiros livres. De portugueses, portanto. Perfazem um total de 149, em 184 casos. É verdade que as devassas não estabelecem distinção de côr e de ocupação, por exemplo, entre os artífices, tidos pacificamente como brancos, mas onde sabemos existirem inúmeros mulatos, aprendizes de seus pais brancos: alforriados pelos pais e exercendo uma "arte", sobem naturalmente à condição de senhores e de brancos. As devassas destacam mais os artífices amancebados, com certeza porque mais salientes na sociedade urbana, onde vivem; são geralmente jovens e estão começando a vida, ainda sem recursos suficientes para montarem suas "moradas de casas" para o casamento. Êles são alfaiates, sapateiros, ferreiros, carapinas, ferradores, pintores, e se arranjam com as suas negras carinhosas e sub-



missas. Já a porcentagem dos cirurgiões, capitães-do-mato e padres concubinários é relativamente alta; é que a peculiaridade de suas profissões lhes facilita o acesso às mulheres. São, respectivamente, 2, 2 e 4 casos. A acusação contra os clérigos é "ter mulher de porta adentro" e também de "filhos havidos dipois de Clerigo": é o clero dos primeiros decênios da colonização, vindo de fora, tantas vezes apenas interessado no ouro e nas coisas do mundo. No entanto, as grandes porcentagens das mancebias masculinas serão achadas nos agricultores, nos mineradores e nos negociantes.

Agora, os concubinatos femininos. Porque relativamente pouco numerosas, são poucos os casos de mancebias de mulheres solteiras brancas e viúvas (6 e 1, respectivamente); estas devem ser ainda mais poucas, porque seriam logo procuradas para novos casamentos; mas avultam as "culpas" das mulheres casadas (10 casos), quase certamente pelo fato de as deixarem amiúde os maridos mineradores aventureiros, como, aliás, irá acontecer freqüentemente nas devassas de 1763: já será comum no século XVIII os maridos portugueses saírem do lar, para a busca da fortuna ou da aventura (como acontece ainda nos dias de hoje, quando eles saem para a Alemanha, França, Bélgica ou Holanda, e lá se deixam ficar, muitas vezes se deixando engambelar pelas fáceis loiras arianas das grandes cidades industriais, que revelam — contou-nos o sr. Chanceler do Consulado de Portugal, em Munique — um decidido dengue especial pelos morenos homens meridionais...). Eis que não serão raros, nas Minas, os casos curiosos de mulheres "hospedadas" pelos maridos ou amantes em recolhimentos de religiosas, principalmente no de Macaúbas, enquanto os maganões enfatiados e inquietos somem pelo mundo; é uma espécie de divórcio branco, a que se dão os sujeitos mais importantes, pois um dos praticantes do regime das mulheres em custódia será o Conde de Valadares, cavalheiro aliás solteiro e jovem. Surpreende não ser tão alta a incidência do amasio entre as negras escravas, solteiras ou casadas (7 e 2 casos, respectivamente): não é nada prudente ir bulir em casa ou senzala alheia... Por isso mesmo é que são extremamente numerosas as "culpas" dos senhores que têm suas mancebias entre as próprias escravas: destas escravas próprias, vivem com seus donos 25 negras, 11 pardas, 3 crioulas, 9 pretas-minas e 2 mestiças, num total de 50 casos, perfazendo quase um quarto de tôdas as concubinagens. É uma verdadeira instituição a do serralho privado de cativas próprias... Por falar em pretas-minas, estas merecem uma re-

ferência especial: a negra-mina é a amásia mais procurada pelos brancos. Se os negros da mesma raça têm a tradição de serem “mais resolutos, fortes e temerários” — os minas serão, as mais das vèzes, os vindicadores dos seus direitos espezinha-dos e os fundadores dos quilombos mais aguerridos — as mul-heres são altas, de porte gentil e ardentes no amor, inteliget-tes, habilidosas, “e pela mesma razão não há mineiro que possa viver sem nenhuma negra-mina, dizendo que só com elas tem fortuna”, como depõe, em 1730, o Governador do Rio de Ja-neiro Luís Vahia Monteiro, conforme lembra Oliveira Viana, na *Evolução do Povo Brasileiro*; de fato, nas devassas de 1733-1734, anotamos 19 pretas-minas, tôdas solteiras, concubi-nas, praticamente 10% das mulheres pronunciadas, sem recor-dar outras mais da mesma raça, certamente nem tôdas decla-radas nos interrogatórios. Aquela crioulagem mais hígida e en-genhosa, que viajantes e observadores encontrarão em Minas, superior aos pardos litorâneos do Rio de Janeiro, resultará dêsse bom sangue da Costa da Mina. As devassas irão denun-ciar já o grave problema do desajustamento social, cultural e religioso das pretas fôrras; as condições peculiares das Minas permitirão que ali haja uma certa facilidade em os cativos obterem sua liberdade, de que dá exemplo o grande número dêles já forros nos tempos do Triunfo Eucarístico. É que o trabalho nas lavras do ouro fará do escravo um técnico, um especialista, motivo pelo qual êle conseguirá recursos com que se alforria a si, aos parentes: a lenda de Chico-rei sômente terá guarida no ciclo do ouro mineiro. Há, pois, muito negro ou pardo fôrro nas devassas. E, também, negras e pardas fôr-ras. Mas, a liberdade só irá concorrer para o desajustamento delas, num ambiente em que o seu lugar não existe, a não ser como o *remedium concupiscentiae* do senhor branco. Eis por-que é tão alto o índice das mancebas pretas fôrras no amasio; porque livres, caem tôdas as barreiras em tôrno delas e os bran-cos se lhes achegam sem qualquer dificuldade. Porque livres, enjeitam casar-se com os negros escravos, principalmente as pardas, que, já nascidas na terra, desprezam os negros africa-nos e, por sua vez, só são aceitas pelos brancos para compa-nheiras de cama. Há, portanto, 49 pretas fôrras solteiras man-cebas, 1 casada, 25 pardas fôrras solteiras e 15 crioulas fôrras (15), atingindo quase a metade de todos os concubinatos femininos. Já é bem reduzido o número dos concubinatos do elemento indígena feminino, geralmente classificado na terminologia das

(15) II Livro de Devassas e Visitas, *passim*.

devassas como “bastardas”, “carijós”, “do gentio da terra”, ou por vêzes “mistiças”; são algumas as índias “pronunciadas” e aparecem mais amiúde nas freguesias da bôca do sertão, tais como o Curral-del-Rei, Congonhas de Sabará e Pitangui (13, no total). Esse pouco sangue aborigine na mistura étnica dos mineiros irá ser destacado por um sábio ilustre (Saint-Hilaire), como um dos fatores de uma certa superioridade sôbre os demais irmãos brasileiros.

## 2. A diferenciação social

No próprio momento em que o aventureiro acha a sua boa pinta de ouro e ela começa a render, êle se estabelece e fica na terra. A sua simples condição de minerador vitorioso, que topou com a fortuna, o diferencia da condição do outro aventureiro, menos feliz, que continua a sua nômade procura do ouro furtivo: êle é um homem rico e o outro pobre. Pode aspirar à nobreza da terra, sem que ninguém ouse contestar-lhe êsse direito, já que tantos outros guindaram-se a melhor posição social da mesma maneira que êle. O minerador abornado, pois, haverá de justificar-se com o poeta ilustre, que logo mais os seus filhos estarão conhecendo nas aulas de latimidade do Pe. Lopes de Matos, no Seminário de Mariana:

*Ne .....  
Collatum idcirco tibi me contemnere debes:  
Aptari magnis inferiora licet. (16)*

Exato. Que ninguém estabeleça comparação naquela terra de aventureiros: desde os bandeirantes (17), todos chegaram com uma mão adiante e outra atrás, e sua razão de viver era uma só — o ouro, de qualquer jeito, lícita ou illicitamente, com Deus ou pelo Diabol! Que ninguém faça pouco do outro, porque é um “pé-rapado”, cariboca, mestiço ou gentio da terra: amanhã, de repente, êle pode achar também a fortuna e, de sua mesquinha condição, poderá aspirar à grandeza da terra.

Além dos mineradores, há outra gente que se vai guindando também, na sociedade mineira em formação: o dono da terra, o agricultor, que já vimos ser, mesmo nos anos do

(16) Ovídio, *Os amôres*, L. II, Elegia XVII.

(17) No fim do Livro Primeiro de sua *História Antiga de Minas Gerais*, Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte, 1904, p. 183 a 195, Diogo de Vasconcelos dá uma lista completa das “famílias fundadoras” paulistas de Minas Gerais.

apogeu da produção aurífera, o elemento mais numeroso da Capitania. Ele irá ganhar ainda maior fôrça, depois de 1740, quando aumentarem bastante as concessões de sesmarias, até 1760, nesses lendários tempos do Governador Gomes Freire de Andrade, o munificente distribuidor de imensos tratos de terra a quem lhos pedir. A posse da terra, da fábrica aurífera ou do bom estabelecimento comercial passará logo a significar, nas Minas, a condição do senhor, do nobre, do "homem bom". O mesmo Conde de Bobadela, em sua conspícua *Instrução e Norma*, que escreve a seu irmão, José Antônio Freire de Andrade, quando éste o vai substituir no govêrno da Capitania, em 1752, indica logo o toque do nobre mineiro: ser vereador, ser do "servisso da republica do nobre Senado da Camara". Referindo-se a êles, diz: "As pessoas, que servem nas Camaras de Minas, são de gerarchias, a que os sobe, ou abaixa o seu cabedal" (18). Aí está. A jerarquia estará na razão direta da riqueza do mineiro e, pois, da sua própria condição no Senado da Câmara de sua vila. Essa gente torna-se tão arrogante, que pode pôr em xeque o próprio Governador: "cada um que nas Minas tem dinheiro, si o quer prodigalisar" — adverte o Conde de Bobadela a seu irmão — "acha na corte (d'onde vindes) mil protectores, e, por porem em mais obrigação e dependencia aos seus protegidos, não duvidam manchar com imposturas a honra do governador" (19). Há como que um resíduo romano do *pater-familias* nesse recém-grão-senhor mineiro, todo ancho de suas regalias e do seu poder econômico, dando-se logo o luxo de rodear-se de sua clientela (os *clientes* antigos), que protege zelosamente, o que é, aliás, demonstração do prestígio que gosta de exhibir mesmo às barbas dos governadores, como confessa, a contragosto, o próprio Bobadela. Eis, pois, que se firma, pouco a pouco, nas Minas, uma nobreza do dinheiro, essa nobreza dos *nouveaux-riches* do Triunfo Eucarístico — éste, aliás, símbolo fiel dela — que se vai estabelecendo nas vilas, especialmente na Capital, essa opulenta Vila Rica, "perola das Americas", onde "habitão os homens de maior commercio, cujo trafego e importancia excede em comparação o maior dos maiores homens de Portugal" (20), como êles próprios se proclamam, aliás sem nenhuma falsa modéstia. Quando a produção do ouro chegar ao seu fastígio, todo o mineiro que fizer fundir mais de oito arrôbas, poderá pedir a El-rei uma mercê.

(18) *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, IV, p. 730.

(19) *Idem, ibidem*.

(20) *Triunfo Eucarístico, in RAPM*, VI, p. 996.

O futuro Inconfidente Cláudio Manuel da Costa, entre tantos outros, pedirá a mercê do hábito da Ordem de Cristo e uma tença (21).

Vai-se distanciando essa “nova classe” da miuçalha sem nome dos tempos primitivos, a qual, chegando na miséria, continua pelos anos avolumando os simples catadores de ouro, os humildes artesãos (ferreiros, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, barbeiros, seleiros, pedreiros, pintores, tanoeiros, etc.), quando não se torna agenciadores, vendedores de beira de estrada, trabalhadores livres de variada sorte — feitores, agregados, prepostos, homens de soldada, caixeiros, carregadores, colonos, foreiros — inclusive os homens livres de côr em geral, mas sem condição econômica de elevar-se à classe melhor. A todos êsses elementos, poderá ser atribuída a condição do que chamaríamos a classe média das Minas do ouro — os apelidados pejorativamente de “pés-rapados”, “pés-descalços”, a plebe, enfim. No decorrer do tempo, lentamente, essa classe média se irá acrescentando de elementos mais aquinhoados, elevando-se.

E, finalmente, os escravos. Nem constituem, coitados, uma classe. Não são gente, são coisa, traste, cria, não passam de “bens de produção”. São semoventes.

O indicativo, pois, dos senhores é o seu patrimônio, da lavra, da fazenda, do curral de gado e, também, da casa comercial, desde que, sendo a civilização mineira predominantemente citadina, o comerciante bem estabelecido passará naturalmente a fazer parte da classe dominante. Mas, o patrimônio representa a estabilidade, a permanência das coisas tidas e possuídas, o imóvel, a propriedade fundiária. Assim, pois, a partir de 1710, o homem mineiro começa a fixar-se na terra, na sua propriedade, na sua casa. Ora, a casa, o “fogo”, o lar — tudo isso significa a mulher. Após várias décadas de loucura coletiva, em que a procura do ouro é a única atividade a que se dá, o aventureiro detém-se por um momento de siso recatado, coadjuvado agora pelas promessas de uma vida melhor, graças à prosperidade geral, e passa a satisfazer à instintiva necessidade humana do amor da mulher e dos filhos e da segurança doméstica. Há, pois, uma evolução do primitivo nomadismo e da bruteza da vida dos anos progressos para a estabilidade e a ordem, individual e social. Pela primeira vez, como que desanuviado dos fluidos da embriaguez que o possuía, o homem

---

(21) Alberto LAMEGO, *Autobiografia e inéditos de Cláudio Manuel da Costa*, L'Édition d'Art, Bruxelas-Paris, s/d, p. 13.

das Minas começará a ver e sentir uma dimensão nova da vida, na qual se destacam o lar, a mulher e a família. A terra, dantes tida como o exílio, agora começa a parecer-lhe a própria pátria. O aventureiro irá querer estabelecer-se nela. A documentação dessa década confirma sobejamente êsse geral estado de ânimo, pois se constitui de uma imensa maioria de atos notariais que anunciam a preocupação que todos sentem pela vida em paz, pelo conforto, pela segurança doméstica, pela propriedade: é um nunca acabar de procurações para compras e vendas de propriedades, escrituras de compra e venda de "moradas de Cazas", testamentos de doações de patrimônios, de compras e vendas de terras, "rossas", minas, lavras, "farramentas", engenhos, etc. Há, principalmente, muitas alforrias de escravas e casamentos por procuração (22); os Governos da Capitania ampliam, com o General Gomes Freire de Andrade, o regime da concessão de sesmarias — imensos latifúndios de terras devolutas — em que estarão interessadas, por mais de um século, milhares de famílias. Ontem, a única preocupação era a data do ouro, as águas minerais, o escravo e a "farramenta" para a cata, a demanda, o assassinio, a pilhagem, o descaminho, o motim; agora, o cuidado é o lar, a "morada de cazas", a mulher ou a cabra concubina, o ambiente doméstico, enfim, e até o zêlo da saúde. (Lê-se no *Livro de Notas n.º 25*, do Arquivo Metropolitano de Mariana, a fls. 112-v, a venda de "hum botica com remedios de medisinas asim de purgas como de onguentos simples e compostos, e muintos outros perparos pertencentes a dicta botica".) Então, a mulher — aquela desvaliosa mulher mineira das primeiras décadas da mineração, tão rara, que apenas dá nota de si nas proezas da lendária Andreza Pitangui, amiga do Ouvidor Banha, ou no momento de um dos achados do diamante, quando surge a paulista Violante de Souza, ao lado de seu companheiro Francisco Machado da Silva — principia a ser promovida à sua natural posição de dona do lar, para cuja ascensão não devem ter sido estranhas as medidas moralizadoras que D. João V toma em favor de uma intensificação de casamentos em Minas Gerais. Ela passará a assumir, numa sociedade em formação como aquela, o seu grande papel estabilizador e estimulante de sempre. Mas, à míngua da mulher branca, subirão frequentemente ao tálamo doméstico, evoluindo de sua

---

(22) *Livro de Notas n.º 25*, do Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana (MG).

anterior condição de concubinas, negras, pardas, crioulas, “mistças”, cabras, “bastardas” carijós, “do gentio da terra” (estas últimas em menor número) e seus ventres fecundos constituirão o imenso e múltiplo instrumento do *melting pot* sócio-racial das Minas setecentistas, em que estarão sendo fundidos os elementos compostos da nova gente da terra, inseminados portentosamente pelo homem português.

Começa a ter seu grande destino o aglomerado urbano, o qual irá consolidar-se definitivamente até meados do século. As primitivas construções urbanas daquela gente serão extremamente simples, rudimentares mesmo, à base do pau-a-pique, da taipa e, mais raramente, do adôbe. Não se contratam ainda obras de pedra, de alvenaria, com bom acabamento de marcenaria, entalhe ou pintura. É o que se pode deduzir pelo número irrisório de pedreiros, marceneiros, entalhadores e pintores representados dentre as testemunhas de uma velha devassa eclesiástica mineira, constantes do *II Livro de Devassas ou Visitas de 1733-34*, já citado; avultam, porém, os carapinas, de trabalho ainda mais rústico que o dos carpinteiros. As edificações da gente contemporânea do Triunfo Eucarístico não serão ainda de pedra, nem mesmo as igrejas, e continuarão a erguer-se “sem vestoria de Engenheiro capaz de dispor com segurança” — conforme critica valioso documento da época (23). São as frágeis e provisórias casinhas de sempre — o já mal brasileiro da vivenda provisória — “de má taipa, ou de páo a pique”, trabalho de carapinas marrêtas e apressados, e não em pedra e cal, a cargo de “mestres de obras”, como serão êsses notáveis construtores portugueses de Minas Gerais, que começam a aparecer ainda antes dos meados da centúria, tais como o Dr. Pedro Gomes Chaves, Manuel Francisco Lisboa, Antônio Francisco Pombal, Antônio Ferreira de Souza Calheiros, José Pereira Arouca, José Pereira dos Santos e outros, menos famosos.

Antes de sua própria casa, o mineiro irá cuidar de erguer a casa de todos, a igreja, o ponto obrigatório de reunião daquelas comunidades pioneiras. A primeira delas parece ser a Cápela de Nossa Senhora do Carmo, em 1696, na futura Mariana; a Capela de São João, no Arraial do Ouro Fino (Ouro Preto), remontaria a 1699; também nos arredores de Ouro Preto, a Capela de Sant’Ana não deverá ser posterior aos

---

(23) *Códice 68*, do Arquivo Público Mineiro (APM); J. P. Xavier da VEIGA, *Esmérides Mineiras*, Imprensa Oficial do Estado, Ouro Preto, 1894, 4 vols., t. I, p. 327.

primeiros anos do Setecentos, assim como a Igreja do Padre Faria (24); onde hoje é a Igreja do Carmo, em Ouro Prêto, houve uma Capela de Santa Quitéria, anterior a 1720, pois nela se reuniam secretamente os adversários do Conde de Assumar; as Matrizes do Pilar (Vila Rica), de Antônio Dias, de Sabará e da Vila do Carmo (Mariana) foram construídas e entregues ao culto entre 1720 e 1735. Parece que as primeiras e definitivas obras “de pedra e cal” e “com as seguranças necessárias” teriam sido as do Palácio dos Governadores, em Vila Rica, a cargo do “Engenheiro” militar José Fernandes Pinto de Alpoim, em 1743, pois vale ressaltar que as igrejas edificadas até essa altura do século são tôdas construídas de taipa, de pau-a-pique ou de adôbe, reforçadas com madeira de lei. Citando dados técnicos da obra *Terra do Ouro*, de Flaminio Corso, informa o Prof. Aníbal Matos, em seus *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*, que foi o Governador Gomes Freire de Andrade, em 1735, quem solicitou permissão para construir casa para os governadores, até então alojados na lóbrega casa de Antônio Dias ou no Palácio da Vila do Ribeirão do Carmo. Veio-lhe a concessão pela Carta Régia de 20 de agosto de 1738. Quem dirigiu a construção, feita de pedra e de cal, cercada de muros abaluartados, foi o Sargento-mor Alpoim, o mais instruído dos militares do seu tempo; a obra foi arrematada em hasta pública e empreitada por 40 mil cruzados, menos a parte correspondente aos cunhais, portas e janelas, despesa que o Governador supunha não exceder de 2:400\$000, ou sejam, 46.000 cruzados para tôda a construção. Foi o que Gomes Freire comunicou ao Rei, em 29 de agosto de 1742. Foi arrematante das obras Manuel Francisco Lisboa, “mestre carapina”, pai do Aleijadinho. Nem tôdas as obras, porém, ficaram a seu cargo. A parte referente à cantaria foi arrematada ao preço de unidade por Manuel Ferreira Poças, e o pórtico de entrada por Caetano da Silva Ruivo, “Mestre canteiro”, por 450\$000 (25). O primeiro Governador a ocupar o Palácio recém-construído foi José Antônio Freire de Andrade, interino do govêrno de

(24) A data de 1756, gravada no dado do pedestal do cruzeiro da Capela do Padre Faria, em Ouro Prêto, levou o historiador Diogo de Vasconcelos, em excelente obra *A arte em Ouro Prêto*, Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, 1934, p. 28), a afirmar que a data e o monumento se referem a privilégios e graças que o papa Pio VI teria concedido à Capela. Deve haver engano, uma vez que Pio VI governou a Igreja de 1775 a 1799.

(25) Aníbal Matos, *Monumentos Históricos, Artísticos e Religiosos de Minas Gerais*, Biblioteca Mineira de Cultura, Belo Horizonte, 1935, p. 305 e segs.



Minas, enquanto seu irmão, Gomes Freire, assistia no Rio de Janeiro, em 1748.

Essa autêntica fortaleza de pedra, que é o Paço dos Governadores de Vila Rica — parece que riscada como um duro e pesado baluarte do poder régio, talvez para impressionar os povos insofridos da mineração — irá desatar o surto nôvo das construções melhores da Capitania, que começam a erguer-se em tôda a parte.

O próprio Alpoim incumbe-se dêsse autêntico “luxo” urbanístico do tempo que é traçar um plano das ruas da Vila do Carmo e os mestres de obras portugueses vão dando conta de sua presença, no risco de igrejas, edifícios públicos, sobrados, pontes, chafarizes, pelourinhos, solares e casas-grandes, justificando o que considera o autor de *A arte em Ouro Prêto* essa fase a dos “grandes monumentos”, que podem ser assim enumerados: em 1723, início das obras da Igreja de São Pedro, em Mariana; em 1734, conclusão das obras da Matriz de Mariana; em 1743, o alinhamento das ruas de Mariana; no mesmo ano, a reconstrução da Matriz de Itaverava; em 1748, por ocasião da chegada solene do 1.º Bispo de Mariana, a ampliação do chamado Palácio do Conde de Assumar; em 1749, o primeiro chafariz de repuxo, no Largo do Rocio (hoje da Independência), em Mariana; ainda antes de 1750, cuidou-se da fundação em Minas, da Ordem Terceira de São Francisco, e a do Carmo se deu em 1751, atacando-se logo os preparativos para a edificação das respectivas Capelas, em Vila Rica e Mariana; em 1750, o pelourinho de Mariana; em 1752, em Mariana, a construção das igrejas de São Pedro e do Rosário; em 1756, ainda em Mariana, o Aljube ou Casa do Cabido, excelente obra em pedra, de José Pereira Arouca, seguindo-se, a partir de 1768, o erguimento da Câmara e Cadeia, também de Arouca, que é, talvez, o prédio mais interessante da arquitetura colonial mineira, com o seu todo de pedra trabalhada, os portais e suas vêrgas de granito verde-claro e o pórtico encimado pelo florão heráldico com as armas de El-rei; e, fechando a linha dos edifícios públicos, já com início em 1784, a Cadeia e Câmara de Vila Rica, traçada pelo próprio Governador Luís da Cunha Menezes, a lembrar, em seu ostentoso estilo renascentista, o Campidoglio de Roma, só terminada em 1840.

É certo que os sobrados dos particulares também começam a aparecer nesses anos de prosperidade. Principalmente nos aglomerados urbanos, como residências ou casas de negócio de gente abonada. Pelo fato de ser Mariana a primeira localidade

mineira em que se vai configurando primeiro a fisionomia cidadina, parece ser ali que se iniciam as construções sobradescas, em que o chamado Palácio do Conde de Assumar talvez seja o mais antigo. Seguem-se os sobradões congeminados do ex-Largo da Cavalhada, que darão a Mariana um ar de cidade mesmo, impressão que se tem igualmente na Rua Direita ali e nas Ruas de São José e Direita (hoje Bobadela), em Vila Rica, logradouros evocadores de outros muito semelhantes de certas cidades maternas portuguesas, tais como Braga, Guimarães ou Viana do Castelo, por exemplo. Notável como modelo de sobrado setecentista urbano, com sua pesada nobreza lusa e paçã, é a Casa dos Contos, em Ouro Preto, que o potentado João Rodrigues de Macedo, Contratador dos Dízimos e protetor do Inconfidente Alvarenga Peixoto, construiu para sua residência. Pena que no velho Tijuco diamantino não restem hoje, na Chácara da Palha, senão alguns muros de taipa derruída, onde foi outrora a casa de campo de Chica da Silva, que teve teatro particular e um lago privado, com sua galera de sonhos; e bem que se pode ainda hoje admirar a residência urbana da fabulosa mulata do Contratador João Fernandes de Oliveira, competentemente restaurada pelo DPHAN; é também digna de nota a casa do Inconfidente Pe. Rolim, hoje transformada em Museu do Diamante; mais admirável, porém, é a Casa da Glória, que foi, no Tijuco setecentista, o edifício mais requintado, na opinião da escritora Lúcia Machado de Almeida<sup>(26)</sup>. Quanto a São João del Rei, alguns de seus sobrados mais condignos, como a Casa da Câmara e os solares do Barão de São João del Rei, da família Lustosa e da família Vieira de Castro, são mais recentes, já construídos depois da Independência. A casa dos governadores, em Cachoeira do Campo, destinada aos dias de vilegiatura dos capitães-generais, com a sua famosa coude-laria, teria sido mais uma estância rural.

Dos sobrados ou casas-grandes das fazendas, remanescem alguns dêles, aqui e acolá: o mais conhecido dêles é o da Fazenda do Rio de São João, erguido na passagem do século XVIII pelo fazendeiro e minerador João da Mota Ribeiro, patriarca dos Motas (Cardeal Mota) e sogro do Visconde de Caeté, localizado no atual município de Bom Jesus do Amparo, tão grande, que suas instalações precisaram de uma cobertura de cento e cinquenta milheiros de telhas; o da Fazenda da Boa Esperança, obra do Cel. Romualdo José Monteiro de Barros,

---

(26) *Passeio a Diamantina*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1960, p. 200.

fazendeiro e companheiro do Barão de Eschwege na expansão da primeira indústria ferrífera mineira, obra construída ainda antes de 1822, na Freguesia de Moeda, famosa por ter presenciado as primeiras experiências com criação de cavalos da raça "Alter", o futuro "Campolina"; o da Fazenda das Minhocas, antiga casa de retiro do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, às margens do Rio das Velhas, dos mais antigos casarões mineiros que se conhecem; o da Chácara do Tinoco, erigido pelo fazendeiro José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, que foi o Visconde de Caeté, em Caeté mesmo, que pertenceu ao grande republicano mineiro João Pinheiro, e onde nasceram cinco dos filhos do saudosos Presidente do Estado, inclusive o Sr. Israel Pinheiro; e, entre outros mais que seria fastidioso enumerar, o da lendária matriarca D. Joaquina do Pompéu, em sua Fazenda do Pompéu, ainda hoje imponente em suas ruínas, antiga sede do poder dessa madama espetacular, que dominou por muitos anos todo um império agropecuário, cuja vastidão começava no sertão do Pitangui e ia acabar no do Paracatu.

Todos esses sobrados rurais, em vez das nobres balaustradas dos sobrados urbanos, ostentam sempre a sua ampla "varanda", que corre à frente da casa, ao lado da capela, onde se vive boa parte do tempo da vida de fazenda; repimpado em sua cadeira, ali, o dono é senhor governa a propriedade e os destinos de tantos, administradores, feitores, agregados, camaradas e escravos.

### *3. A consolidação dos povos*

Queremos crer que irá partir da década 1730-1740 a fase da consolidação geral da vida política, administrativa, econômica, social e religiosa de Minas Gerais. Substituiu-se o governo pouco popular do Conde das Galveias pelo do General Gomes Freire de Andrade, que, com sua natural simpatia e habilidade, conseguirá impor aos povos e às próprias Câmaras das vilas a comutação dos quintos pelo regime da capitação, atendendo-se à necessidade de maior contributo de meios para custear a guerra contra os castelhanos, no sul; o enviado Martinho de Mendonça delimita a Demarcação Diamantina, com o propósito de manter o monopólio real e regular a extração das pedras, de modo a não se produzir demais, evitando-se que, pela abundância, o valor dos diamantes baixasse, seguindo-se severas ordens de policiamento e confinamento tendentes a obterem-se

aquêles propósitos; aparentemente é atingida a saturação das buscas auríferas em todo o território das Minas, preenchendo-se todos os claros geográficos, enquanto o rendimento das datas passa a atingir índices cada vez mais altos; êsse fastígio de riqueza irá traduzir-se numa crescente promoção das classes senhoriais, agora no campo político. Apaziguados os ânimos, exaltados pela Guerra dos Emboabas, o Governador e Capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, logo após a criação da Vila do Ribeirão do Carmo, em 4 de julho de 1711, reunira as pessoas e moradores principais do primitivo Arraial do Ribeirão do Carmo e os fizera eleger a Junta que deveria escolher os oficiais da Câmara da nova Vila. As duas eleições se realizaram e foram escolhidos os seguintes “homens bons”: Pedro Frazão de Brito, juiz mais velho; José Rebelo Perdigão, juiz mais nôvo; Manuel Ferreira de Sá, vereador mais velho; Francisco Pinto Almendra, 2.º vereador; Jacinto Barbosa Lopes, 3.º vereador; e Torquato Teixeira de Carvalho, Procurador do Conselho da mesma Câmara. Esta foi a primeira Câmara de Minas Gerais. Logo em seguida, instalaram-se as outras e os “homens bons” foram-se azevando ao “serviço da república”, inicialmente com aquela suficiência necessária para secundar a ação administrativa do Governador, no âmbito de sua competência municipal, e depois com o desembaraço de sua experiência, constituindo-se os serviços que prestavam verdadeiro compromisso público assumido para com o próprio Rei de Portugal, já que era devidamente avaliada sua ação supletiva à da Administração Régia, reconhecidamente insuficiente de bem gerir a Capitania. Ajudando a governar aquêles povos indóceis, pagando seus impostos, arrecadando dinheiro para obras públicas, contribuindo para os “donativos voluntários” em favor de El-rei, disciplinando a vida e a economia da vida comunal e equipando os corpos armados com o fornecimento de soldados e armas, os “homens bons” das Câmaras mineiras — “sujeitos que se tractavam a Ley da Nobreza”, como escreviam — granjearam para si os favores da Côrte, de forma que foram êles os grandes beneficiários das cartas de sesmarias, das patentes de oficiais dos regimentos auxiliares da Capitania, sem falar na prioridade que muitos dêles tiveram no provimento de cargos e ofícios da Administração, à simples evocação de sua condição camerária. Se a primeira fase da história da “nobreza” mineira deflui inteira do contingente econômico, poderíamos enumerar uma segunda fase, em que, além do primeiro contingente, se acrescentaria a condição

política da prestação de serviços públicos ao Rei, seja nas vereações das Câmaras, seja no apetrechamento de companhias inteiras das tropas auxiliares. Principalmente depois da “expidissão das Missoens de Uruguai”, em que se ocupou o Governador Gomes Freire de Andrade, a partir de 1735, quando os senhores abastados mineiros começaram a fornecer, do próprio bôlso, tropas equipadas e armas para combaterem os espanhóis, ao mesmo tempo que muitos se ofereciam para prestar serviço militar, à frente dos próprios corpos que organizavam. Foi assim que nasceram os “regimentos auxiliares” de Minas, uma espécie de corpos de reservistas, destinados a secundar o trabalho das tropas pagas, já que — rezam as “Instrucçoens” enviadas pelo Ministro Martinho de Melo, em 1775, ao Governador Antônio de Noronha, “p.<sup>a</sup> se regular a Tropa paga de Minas e Auxiliares” — “opequeno Continente de Portugal tendo braços muito extenços, muito distantes, emuito Separados huns dos outros, quaes são os seos Dominios Ultramarinos nas quatro partes doMundo não pode ter meys nem força comque sedeffenda a sy proprio, eainda aomesmo tempo a prezervação e segurança decada hum delles” (27); “o unico meyo q̃. ate agora setem discoberto e praticado p.<sup>a</sup> occorrer a sobred.<sup>a</sup> impossibilidade” — continuam as mesmas “Instrucçoens”, um pouco mais adiante — “foi o de fazer servir as mesmas Colonias p.<sup>a</sup> a propria, enatural deffeza dellas: Enainteligencia deste inalteravel principio, as principaes forças que hão de defender o Brazil são as domesmos Brasil” (28). Esse era o conceito que faziam dos regimentos auxiliares as altas autoridades da Coroa.

Mas, a “nobreza” das Minas prevaleceu-se logo da situação e, forte na sua condição de prestadora de grandes serviços (militares ou não) a El-rei, fêz com que fôsem criados muitos mais regimentos auxiliares na Capitania do que os necessários, inclusive — e especialmente — cinco dêles com o título de “Regimentos da Nobreza”. Ora, isso era o desvirtuamento completo do instituto, já difícil num ambiente absolutamente impreviado para a organização militar. Era evidente que êsses corpos se destinaram, desde logo, a acolher os elementos mais estritos da classe dominante, sem outro critério que o do favoritismo, do parentesco (ainda hoje um forte instrumento da política de influências e de concessões, em Minas

---

(27) *Código 211, do APM, fls. 9, n.º 16.*

(28) *Idem, fls. 9, n.º 18.*

Gerais); era também evidente que os tais "Regimentos da Nobreza", além da natural outorga de patentes, comendas e tenças aos seus integrantes, apenas valeram para proporcionar-lhes tôda a sorte de vantagens, por causa de sua peculiar situação de servidores paramilitares do Rei. Eles estavam dentro do govêrno, participavam dêle como funcionários, como cessionários dos serviços públicos. É tôda uma multidão, na história mineira, a dos coronéis, tenentes-coronéis, sargentos-mores, capitães-mores, capitães e tenentes (os outros títulos, por inferiores, serão desprezados por êsses nobres exigentes. . .) e bem assim os seus filhos, parentes, afilhados e protegidos, que gozam de posições de mando ou de desfrute na Administração Régia: são quase todos pertencentes aos regimentos "da Nobreza", quando não aos demais regimentos auxiliares. Se não forem da ampla panela dos "Privilegiados", isto é, aquêles elementos que se filiam às Irmandades, "não só detodas as Igrejas, Conventos, S.<sup>to</sup> Officio, eBula; mas até dos Manposteiros da Trin.<sup>o</sup>, e Redenção de Captivos, deJeruzalem, deSanto Ant.<sup>o</sup>, dos Minimos horfaons, edeoutros muitos, deq. toda a America Seacha inundada, particularm.<sup>te</sup> a Cap.<sup>nia</sup> deMinas onde tem mais quetirar"... (29) Gente manhosa, que "ficando por esta forma asim elles como seos filhos criados eFamilia Seguros e livres de entrarem naTropa", ainda "fazem hum doloço, Reprovado, eintoleravel Comercio dos ditos Privilegios, elzençoens, vendendoas aq.<sup>m</sup> mais lhes dá por ellas, e passandolhes Cartazes, ahuns de Off.<sup>es</sup>, Criados eaderentes; aoutros de Mendicantes, epedintes das mesmas Repartiçoens"! (30) Os "privilegiados" eram, pois, de nunca acabar. Pena que não achássemos, nem no Arquivo Público Mineiro, nem nos Arquivos portugueses, a lista dêles, que o Governador D. Antônio de Noronha enviou à Côrte, no dia 25 de Junho de 1777 (31), já ao govêrno de D. Maria I.

Porque o govêrno do Marquês de Pombal, êste, nessa história de tantos regimentos auxiliares, apenas para fazer títulos e sinecuras, parecia não estar pelos autos: um dos principais motivos daquelas "Instrucçoens" "p.<sup>a</sup> se regular a Tropa" era averiguar porque havia tantos regimentos (cincoll) "da Nobreza" e, mesmo, acabar com êles. Eis que reza o n.<sup>o</sup> 31 delas: "(....) deve V.S.<sup>a</sup> instruirsse m.<sup>to</sup> e particularm.<sup>te</sup> da Reção q̄. houve p.<sup>a</sup> que entre os ditos treze Regim.<sup>tos</sup> dequeSetrata Se Ie-

(29) *Cód. 211, fls. 12, n.<sup>o</sup> 38.*

(30) *Id., fls. 12v, n.<sup>o</sup> 39.*

(31) *Id., fls. 25.*

vantagem cinco com o título de Regim.<sup>tos</sup> da Nobreza: deve informar-se do Estado em q Seachão estes Corpos, eaforça de que secompoem cada hum deles, *porq. não Seentende aqui que em Minas Gerais haja tantos Nobres quepossão formar cinco Regimentos*"(!) (grifos nossos). E, logo em seguida, num grande pito de fundo igualitário-iluminista: "(...) ealem disto Semelhan-tes distinçõens Sendo geralm.<sup>te</sup> nocivas aoServiço, parecem mais conforme aelle que as pessoas mais abonadas, edemayor estimação eCredito que podeSer q. Seção os denominados Nobres Seempreguem segundo oSeu merecim.<sup>to</sup> nos postos dos Auxr.<sup>es</sup> Sem Serem preciso fazeremSe Corpos Separados, com a estranha eincompetente destinação, quanto aoServiço de Nobres, eplebeos" (32). Plebeus, eram os componentes dos outros oito regimentos: uma espécie de nobreza de segundo time, cuja consolação poderia ser a de espiar de cima os integrantes das "tropas irregulares", das milícias, constituídas de "Mullatos eNegros"... Reduziram-se os cinco regimentos a um, mas êle ficou! Mudou de nome — o "Segundo Regimento" — mas ficou!

Com os longos anos de paz, após a guerra com a Espanha, a busca dos títulos de "nobreza", pela concessão e confirmação das patentes dos regimentos auxiliares, minguou bastante. Os tempos estavam mudando. Um desses pedidos é o do pintor Manuel da Costa Ataíde (sabemos que, pelos seus melhores trabalhos de arquitetura, escultura e pintura, os artistas chegaram a ter um estatuto próprio, que lhes dava ascendência social), que requer, desde 1799, sua confirmação no pòsto de alferes de Ordenanças, e como a decisão do caso se prolonga inexplicavelmente por vários anos, o artista mulato lamenta o destino daqueles "Vassallos, q. por desventura habitão Paizes tão remotos soffrão os malles q. lhes provem ja da mesma distancia, ja da sua indigencia" (33). A partir da regência de D. João e da vinda da Família Real para o Brasil, os pedidos dos interessados endereçam-se no sentido da obtenção da mercê do Hábito de Cristo, em troca de "donativos gratuitos", de bens em espécie, etc., anteriormente oferecidos. Os Governadores Bernardo José de Lorena e Pedro Maria de Ataíde arrecadarão, em seus anos de administração, fartos donativos, logo remunerados com a Ordem de Cristo; quando vem chegando ao Brasil a Família Real foragida, o

(32) *Id.*, fls. 11 e 11v, n.º 31.

(33) AHU, de Lisboa, Caixa 66, MG, de 18.VI.1807.

Governador Ataíde inicia, por intermédio do Conde dos Arcos (que prepara a recepção), diversas remessas de béstas cavallares e muares e de boiadas, “q̃. forão oferecidas gratuitam<sup>te</sup>. a S.A.R. p.<sup>a</sup> o consumo das Ucharias do m.<sup>mo</sup> Snr.” (84), e, à medida que elas vão seguindo, promete que “irão descendo mais Gados bestas cavallares, e muares, etodas as Vitualhas q̃. mefór possível mandar” (85): ofertas tôdas da gente abastada da Capitania. O movimento parece empolgar os povos, porque começam a chegar listas de doações de gado das Comarcas, dos Juizados e dos Têrmos de tôda a Capitania, culminando essa verdadeira campanha cívica na remessa de uma boiada de 161 cabeças, mandada por D. Joaquina do Pompéu (é o que presumimos), “lavradora do Termo do Pitangui”; “(...) esta patriotica Mulher” — reza o texto entusiástico do Governador Ataíde — “ofertou ao seu Ligitimo e Augusto Soberano, sem ser p.<sup>a</sup> isso convidada, asseverando mais em Carta q̃. recebi não pára aqui oseu offercim.<sup>to</sup>, por q.<sup>to</sup> pertende offercer mais gado, qd.<sup>o</sup> lhe chegue dos Certoens de Paracatu” (86). E conclui a carta, ardendo em fervoroso patriotismo: “Não pude deixar em Selencio huma acção tão gentil como esta, eque maior prova, Ex.<sup>mo</sup> s.r., não he esta de existirem no centro d’America ainda coraçoes Portuguezes!” (87). Desceram o Caminho Real, até 14 de março daquele ano de 1808, oito remessas de gado, perfazendo um total de 627 cabeças, em apenas 55 dias! A nobreza mineira era também capaz de gestos galantes assim. Principalmente naqueles dias, quando muitos dos seus, idos da terra natal, já suficientemente preparados nas escolas da Capitania, se tinham formado na Universidade de Coimbra e regressado, ocupando cargos da mais alta valia na própria Côrte, antes em Lisboa e depois no Rio de Janeiro. Essas escolas, que seus rudes pais tinham pedido desde antes de 1750, preparando tão belas carreiras de doutôres de várias faculdades, inauguravam uma terceira fase da nobreza das Minas — a do homem letrado — apanágio dos novos tempos, cuja alvorada elas haviam anunciado, no trabalho paciente dos seus mestres.

---

(84) *Códice 278, do APM, fls. 76v (carta de 12.II.1808).*

(85) *Id., fls. 76v.*

(86) *Id., fls. 79.*

(87) *Idem, ibidem.*



## CAPÍTULO II

# A Igreja Mineira

### 1. A religião popular

A grande corrente cultural da Igreja Católica portuguesa, ao atingir as Minas Gerais, comporta-se como um velho rio de planície, de águas permanentes. Sua vida começa a fluir, pequena e simples, como uma linfa lacrimal, nos primeiros atos de devoção do bandeirante que chega, diante do seu altar portátil, onde, sobre a pedra de ara, o capelão do grupo andejo celebra a sua missa cotidiana ou domingueira; em seguida, o fluxo religioso aumenta nas capelas e nos curatos, que se vão estabelecendo nas ribas dos ribeirões de ouro, abrindo a vida mais estável dos arraiais, muitos deles anunciadores das povoações definitivas, promovidas, as melhores, a vigararias, sob as vistas fiscalizadoras dos "visitadores" diocesanos; em tôrno, as pedras de escândalo dos frades "sarabaitas", fugidos de seus conventos ou casas — no depoimento de Antonil <sup>(1)</sup> — disputando, como aves carniceiras, seu quinhão de ouro, no meio dos aventureiros. Os curas e os vigários insistem na ação pastoral, até que El-rei D. João V, a instâncias do Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Francisco de São Jerônimo, cria as primeiras igrejas mineiras e seus párocos, em 22 de fevereiro de 1716 <sup>(2)</sup>. Já vai amplo o caudal, ao qual se acrescentam os aflúvios de outras novas vigararias. Então, para contrabater o escândalo dos frades apóstatas, se faz destacar a ação de alguns sacerdotes pioneiros, estóicos em sua virtude, no meio daquela bruta gente de dura cerviz, à frente da qual, como um filho de Satanás, pontifica o nefando Frei Francisco de Menezes, "procurador dos moradores das Minas Geraes do Nascente e poente, e Rio

(1) André João ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Melhoramentos, São Paulo, 1923, p. 213 (ed. coment. por A. de E. TAUNAY).

(2) AHU, de Lisboa, Caixa 1, MG, Doc. 5 (v. figura da p. 53).

das Velhas" (3), mas procurando muito mais assoprar a Guerra dos Emboabas. E mais o "creligo" francês Felipe de la Contraia, que não trepida em grilar terras da poderosa D. Isabel Maria Guedes de Brito (Casa da Torre) (4), Frei Vicente Botelho, que é antes o "pedro-botelho" da Sedição de Vila Rica de 1720 e, entre tantos outros já despejados da terra, aquêles religiosos do Carmo e das Mercês transviados para ali na louca busca do ouro, quando deveriam — conforme carta de El-rei a D. Lourenço de Almeida (5) — estar missionando no Maranhão...

A primeira grande mostra da Igreja nas Minas será a realização do Triunfo Eucarístico, em 1733, a maior festa talvez da história colonial brasileira, o primeiro marco histórico do fastígio do ciclo do ouro de Minas Gerais, que irá resultar consequentemente na criação, em 1745, do Bispado de Mariana, o verdadeiro atestado da maioridade da Igreja Mineira. Mas, como é bem de ver, o Catolicismo das Minas Gerais vai revestir-se de certas peculiaridades de formação, que o fazem diferente do das outras capitanias da Colônia. Primeiro, a religião não resulta ali como um fruto de missão pregada aos silvícolas, como as que os jesuítas e as outras ordens religiosas levaram a outras terras: ela chega com os aventureiros, com os seus capelães e com seus frades egressos, chega, pois, revestida de tôdas as características de sua origem portugueza mais direta, com todos os seus méritos e deméritos também. Diríamos que chega naturalmente, como uma rotina espiritual e moral, natural como a própria vida, aceita por todos como o próprio ar que respiram. Chega, pois, desacompanhada dos lances taumatúrgicos dos grandes missionários, como os que os Pes. Simão de Vasconcelos e Manuel da Fonseca contam dos seus heróis José de Anchieta e Belchior de Pontes, desassistida dos grandes esforços e canseiras dos pregadores e catequistas junto da indiada. Será, pois, uma religião sem catecúmenos e sem mártires, como não foi, por exemplo, a da Capitania de São Vicente. O Pe. Canjica, que arma seu altar às margens do Ribeirão do Carmo, e ali celebra a primeira missa mineira, em 1696, para os seus, como o primeiro ato diário na vida de um acampamento bandeirante de buscadores de ouro, vale como o símbolo do sacerdote e da fé que se estabelecem nas Minas.

(3) *Idem*, Caixa 1, MG, Doc. 3.

(4) AHU, de Lisboa, C. 1, MG, Doc. 11 (20.VI.1719).

(5) AHU, de Lisboa, C. 2, MG, Doc. 21 (30.IX.1722).

É a simples e natural fé portuguesa, transplantada para cá, que se irá crescendo com os sincretismos das raças ameríndia e africana, aculturando-se com os brancos cristãos. Essa fé lusitana prima pelo seu religiosismo exteriorista, que irá ser mais acentuado aqui. A uma gente criança, na fase inicial de sua formação étnica, que ainda não passa de simples adição humana de ibéricos mais ou menos primários a negros de senzala e mais bugres da mata virgem, vai ser difícil — e em Portugal já o era! — entender uma complexa religião de dogmas e princípios morais complexos como a Igreja Católica. Ou melhor, vai ser mais difícil para o cérebro e mais fácil para os sentidos. Uma intenção catequética mais arguta — e parece que ela irá existir nas Minas, principalmente na evolução da vida das Irmandades — haverá de convir que aquilo que agrada mesmo e entra pelos olhos, e até pelo nariz e pelos ouvidos, é o vulto ostentoso dos templos barrocos, é o aparato e a graça dos altares, é a riqueza e a arte impressiva das imagens, é o brilho e a côr das alfaias e dos guisamentos, é o cheiro capitoso ou ascético dos incensos, dos círios acesos, das flôres e dos ramos benzidos, é a solenidade e a elegância dos gestos litúrgicos do altar, é a pompa e a acorrência dos triunfos e das procissões, e acaba sendo uma excelente música nativa, mais do século e da terra do que de São Gregório. . .

Se Émile Faguet põe a definição da indiferença religiosa francesa no excesso de racionalismo do seu povo, se Nietzsche quer explicar a maior religiosidade dos alemães, por serem “uma gente que se enche de cerveja e para quem a obscuridade é uma virtude”, será a falta de uma e outra coisa que faz do português (e, pois, do brasileiro) um homem religioso. A religião, para êle, não resulta de qualquer esforço de razão nem de prospecções profundas. Ela lhe nasce no coração, simples e clara, como simples e claras são tôdas as ermidas de Portugal. A raça não tem a bossa da especulação filosófica, mas é rica de intuição e sentimento. Por isso, nunca houve portugueses que fôsem grandes teólogos ou filósofos. Há, porém, os grandes poetas. Na religião, então, mal se passa do Credo logo vem o enjoo, se a didática do catecismo passa das perguntas e das respostas mais singelas. Na história da Igreja luso-brasileira, há um documento delicioso dêsse simplismo meridiano da raça, bem o retrato da ingenuidade coletiva do povo: é a “breve instrucçam dos mysterios da fé”, um questionário de catecismo destinado à instrução dos escravos, elaborado especialmente por algum dos assistentes eclesiásticos do notável homem da

Igreja colonial brasileira que foi o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, do Salvador da Bahia. A “instrucçam” aparece no Título XXXII, n.º 579, das *Constituições do Arcebispado da Bahia*, que foram o resultado dos trabalhos do primeiro sínodo eclesiástico colonial, convocado e ali realizado pelo grande arcebispo em 1707. Vale a pena examinar algumas das perguntas e respostas da “instrucçam”. Uma delas indaga: “Deos onde está?” Resposta: “No Ceo, na terra, e em todo o mundo”. Outra pergunta: “Temos hum só Deos, ou muitos?” O escravo irá responder: “Temos hum só Deos”. Mas, aí vem a seguinte e desastrada pergunta: “Quantas Pessoas?” A resposta “Três”, com os nomes — Padre, Filho e Espírito Santo — haverá de levar uma confusão danada ao pobre bestunto do negro africano, em geral feiticista ou politeísta... Eis uma resposta pitoresca à pergunta sôbre onde foi Jesus após sua morte: “Foi lá abaixo da terra buscar as almas boas”. Agora, umas perguntas sôbre o destino das almas: “E as almas de máo coração para onde hão de ir?” — “Para o inferno.” “Quem está no inferno?” — “Está o Diabo.” Está o diabo e mais “as almas de máo coração”, as quais “estão no fogo, que não se apaga”, sem nunca de lá sair. E vai o formulário de perguntas e respostas por aí adiante, revelando a constante portugêsa do gôsto do óbvio, do evidente. Constitui redundância quase inútil a ressalva expressa pelo redator de que não se lhe ofereceu “outro meio mais prompto, e mais proveitoso” aos escravos “que o de huma instrucçam accommodada á sua rudeza de entender, e fatuidade de fallar” (6). Porque as prescrições de doutrina cristã, que os párocos irão ensinar aos fiéis batizados da bruta terra brasílica, não serão muito diferentes, justificando aquêle dito do Pe. João de Lucena, sôbre a bronca gente européia em relação ao gentio nativo com que convive: “Nem os lavradores e criados no campo sam entre elles tam rudes, e çafaros como entre nós” (7). Daí estatuírem as *Constituições*, em linguagem muito chã, os seguintes ensinamentos que deverão ser ministrados aos cristãos luso-brasileiros da Bahia: que os párocos lhes ensinem “Os Artigos da Fé, para saberem bem crer; o Padre nosso, e Ave Maria, para saberem bem pedir; os Mandamentos da Lei de Deos, e da Santa Madre Igreja, e os pecados mortaes, para saberem bem obrar; as virtudes, para que as sigão; e os sete Sacramentos, para que dignamente os recebão, e com elles a gra-

(6) *Constituições do Arcebispado da Bahia*, cit., p. 577.

(7) *Vida de São Francisco Xavier*, Livro VII, cap. III, vol. 3.º.

ça que dão, e as mais orações da Doutrina Cristã, para que sejam instruídos em tudo o que importa á sua salvação" (8).

E só. Todo o complexo dogmático da fé — Deus, sua existência e seu mistério da Santíssima Trindade; os anjos, bons e maus; a inocência e a queda do homem; Jesus Cristo, sua vida, paixão e morte; o Santíssimo Sacramento; o Espírito Santo; a Virgem Maria e seu papel; a Igreja, sua constituição, ensino, sinais e membros; a comunhão dos Santos; a Confissão; a morte e o juízo; o Céu e o Inferno; e o Purgatório e o Limbo — está condensado ali. Como também ali está condensado todo o código da moral e dos costumes cristãos: as virtudes teologais da fé, da esperança e da caridade; o sacrilégio e a superstição; a veneração das imagens, das relíquias e das cruzes; o juramento; a blasfêmia e as imprecações; os votos; a guarda dos dias santos; a honra do pai e da mãe; a lei do "não matar"; o escândalo; a castidade e o adultério; o roubo; o falso testemunho, a difamação, a calúnia e a mentira; os dízimos; o jejum e as penitências; e as virtudes e os pecados capitais.

O português é religioso, mas sua religiosidade — lembra bem Aquilino Ribeiro, um acurado observador da alma lusitana — "outrora se expandia em danças e trovas nas procissões e hoje ainda em votos e romarias", porque — explica o autor de *Arcas encoiradas* — "a religião nunca revestiu em Portugal formas exageradamente subjetivas, esotéricas" (9). Sua religião, pois, é culto, antes de tudo, é exteriorização, é a prática devocional externa, talvez um resquício atávico da batalha em campo aberto com as bandeiras e insígnias da Cruz armadas contra as do odiado Crescente mouro, sem mesmo se saber no fundo a causa doutrinária daquela guerra... Assim, não será o dogma, o ato puro da fé, fruto da razão e do assentimento racional, que obrigará o culto conseqüente. Não, é o culto, através do símbolo, da manifestação sensível, que levará àquele: o sinal da Cruz explicará, mais eficaz e cabalmente que qualquer *Summa*, o mistério da Santíssima Trindade; a imagem do grande Arcanjo, que a Irmandade de São Miguel e Almas manterá indefectivelmente em seus cemitérios confraternitários, evocará, em sua dramática situação de estar sepultando o pérfido Adversário nas profundezas do Inferno a eterna luta do Bem e do Mal e, pois, os novísimos da salvação e condenação de

(8) *Constituições*, cit., n.º 4.

(9) AQUILINO RIBEIRO, *Arcas encoiradas*, Livr. Aillaud & Bertrand, Paris-Lisboa, 1949, p. 211.

cada um de nós; se, pela tendência tridentina de afastar da mão do povo a Bíblia (queremos dizer, antes, o Antigo Testamento) (10), aparecem distantes na tradição popular episódios como o de Adão e Eva, avulta extraordinariamente a devoção a Nossa Senhora, que é invocada sob todos os títulos (alguns até extravagantes), de alegria e de dor, de ufania e de contradição, e até de certa intimidade toponímica, que comove. Não é, porém, aquela hiperdulia obsessiva da Idade Média, de gente que se apega à Mãe do Todo-poderoso, de medo das cruéis hostilidades deste vale de lágrimas e do outro vale das sombras, aquela Senhora hierática da estatuária medievá, que apenas ampara, de longe, o Filho-Deus, do qual é ela a própria criatura, mas é a Virgem Maria humaníssima, mãe como as demais mães, que se abraça ternamente ao seu Menino Jesus, que até o amamenta em seu nicho — como aquela comovedora Senhora do Leite, que vimos na velha Sé de Braga — madrinha e padroeira do maior número das mulheres de todo o Reino, e quase uma namorada de todos os homens, sob o título predileto de Nossa Senhora da Conceição; já o culto de latria da religião portuguesa adorarà menos a Nosso Senhor Jesus Cristo, mas aquela gente sofrida se dedicará especialmente à lembrança das suas endoenças, através das seguintes invocações mais encontradiças: o Senhor dos Passos, o Senhor Morto, a Santa Cruz, o Senhor do Hórto, o Senhor do Sepulcro, o Senhor Bom Jesus de Matosinhos, o Senhor Bom Jesus (na Flagelação), o Senhor da Agonia. Mais estas do que quaisquer outras, também reiterando aqui a preferência, talvez inconsciente e tão humana, mais pelo Homem-Deus do que pelo Deus-Homem, com certeza mais acessível aos pobres mortais; a Eucaristia — esse dogma bellissimo do Santíssimo Sacramento do altar — será muito mais entendida e sentida pelos préstitos monumentais de Corpus-Christi do que pelo ensinamento dogmático, hermético no mistério. Criar-se-á quase um gênero literário — o do “triunfo eucarístico”, — para descrever essas grandes procissões, imitadas dos espanhóis e providas, com certeza, dos antigos triunfos romanos, em homenagem aos seus generais vitoriosos, de que são exemplos as obras *História crítico-cronológica da instituição da Festa, Procissão e Ofício do Corpo Santíssimo de Cristo*, do Desembargador Inácio Barbosa Machado, em Portugal, e o *Triunfo Eucarístico*, de Simão Ferreira Machado, no Brasil, ambas setecentistas.

---

(10) Sessão IV, de 8 de abril de 1546.

A procissão — eis a expressão mais fiel do religiosismo exteriorista português. Vale ser contada aqui, em possível síntese, o que foi o Triunfo Eucarístico de 1733, a maior procissão jamais realizada na Igreja Mineira, da qual o seu cronista, Simão Ferreira Machado, garantiu que “não ha lembrança, que visse o Brazil nem consta, que se fizesse na América acto mayor de grandeza” (11). A descrição do que Madame de Sévigné classificaria de *sainte mascarade*, se a visse, como viria outras extravagâncias religiosas em sua França de Luís XIV (12) levaria páginas inteiras, repletas de uma pompa vulgar e de uma riqueza vã e ostentosa, como as de certas atuais super-produções cinematográficas, de De-Mille a Dino de Laurentiis. Outra procissão muito popular entre os fiéis era a de São Jorge, que saía montado em seu cavalo, acompanhado de tôdas as autoridades da Capitania e das guarnições militares; a bela imagem do Santo, que se admira hoje guardada no Museu da Inconfidência de Ouro Preto, foi esculpida especialmente para essa procissão pelo Aleijadinho, por encomenda do Governador Bernardo José de Lorena, ocasião em que teria nascido a lenda da alteração havida entre o artista e o ajudante de ordens do Governador, José Romão, motivo da vingança de Antônio Francisco, que esculpiu o São Jorge com a cara escarrada do antipático José Romão... Outras procissões se distribuíam por todo o ano cristão, geralmente como a solenidade que encerrava as festas religiosas, tais como as de São Sebastião, “padroeiro contra a peste, a fome e a guerra”, de Santo Antônio, a do Senhor dos Passos (do Encontro), a do Entêrrão (na Sexta-feira Santa), a do Corpo de Deus (na oitava de Corpus-Christi) e as dos santos padroeiros das freguesias (em Minas, geralmente Nossa Senhora do Pilar, da Conceição e da Piedade, São José, Sant’Ana, Santa Cruz, Senhor Bom Jesus, etc.). Mais um desfile de penitência que uma procissão era a “encomendação das almas”, que se praticava nas noites das sextas-feiras da Quaresma, em estações próprias, quase como de Via Sacra, geralmente cruzes solitárias, nos altos das ruas ou praças. A horas mortas, grupos de devotos, vestidos de lençóis brancos, a cobrir-lhes a cabeça e todo o corpo, à moda dos farricocos ibéricos, saíam em préstito lento e funéreo e corriam aquelas estações: chegavam ao pé das cruzes, dispunham-se em posição de reza e canto, enquanto

(11) In *RAPM*, VI, p. 1.015.

(12) M.<sup>me</sup> de Sévigné, *Lettres*, Monmerqué, Paris, 1861-1866. 14 vols., t. IX, p. 93.

as matracas, batendo insistentemente, despertavam os ermos adormecidos, que então podiam ouvir as vozes plangentes dos entoadores, que repetiam quadras penitenciais como estas:

“Alerta, alerta, pecadores!  
Nesta hora de agonia,  
Vimos pedir um Padre-Nosso  
Junto co’ua Ave-Maria.

Nesta hora de amargura,  
Vem ouvir, ó pecador!  
Esta reza prá tua alma  
vem de Deus, Nosso Senhor.” (15)

Repete-se a constante do trágico, do patético, nas práticas religiosas populares, tão ao gôsto da religião peninsular, em que o apêlo da morte, do além-túmulo, o culto dos mortos, das Almas do Purgatório, trazem sua presença irresistível, não apenas como um elemento adjuvante da contrição dos pecados, como também uma contribuição dêsse belo solidarismo cristão, fraterno, em relação àqueles que já passaram para além das fronteiras da vida e necessitam do sufrágio reconfortante das preces dos vivos.

Outra manifestação muito comum da fé lusitana, que se vai revelar nas Minas setecentistas muito cedo, é o gôsto da romaria, da peregrinação. A romaria é, aliás, uma prática devocional comum, não somente a todos os povos, mas a tôdas as religiões também. Ela “é uma exigência natural da alma humana, quando, levando o romeiro ao lugar sagrado, põe-no em condições de sentir aquela aura misteriosa que emana da presença ou da lembrança do santo, que pode ocasionar o milagre, aura essa a que os muçulmanos chamam de *baraka*. A sensação dêsse estranho magnetismo espiritual, que transporta os fiéis aos páramos da mais pura fé religiosa, sucedem-se também aspirações menos elevadas: cura de doenças, bom êxito em negócios, felicidade amorosa e, até, desgraça para os outros”, como irá acontecer mais freqüentemente com osromeiros luso-mineiros coloniais.

O primeiro centro de romarias, nas Minas Gerais, parece ter sido o de Antônio Pereira, um santuário dentro de uma gruta belíssima, em louvor de Nossa Senhora da Lapa, a duas léguas ao norte de Vila Rica. Conta a tradição que, tendo

(15) Quadras colhidas em Franca (SP) (gentileza dos srs. Dr. Agnelo Morato e Cláudio Junqueira).



uns caçadores entrado no mato, que rodeava a gruta, certo menino que os acompanhava, perseguindo um coelho, penetrou nela e viu no assento natural de pedra, em forma de nicho, que ali existe, a bela imagem de Nossa Senhora, a mesma que ainda hoje ali se venera. Alvorçado o povo do arraial vizinho com o feliz aparecimento, subiu à lapa, onde estava a imagem e, tomando-a em andor, conduziu-a até a Matriz; mas, a Senhora desapareceu, à noite, e voltou para a sua gruta, mostrando assim o lugar onde gostaria de permanecer. Começaram logo as peregrinações e se estabeleceu o dia 15 de agosto como a festa de Nossa Senhora da Lapa. É o que conta o historiador Diogo de Vasconcelos, em seu artigo "Reminiscências", publicado no *Minas Gerais*, de 28 de agosto de 1908 (n.º 204). E conta também sua experiência pessoal de romeiro, quando subia à montanha, para assistir à festa: havia missa cantada, seguida de procissão, quando a imagem saía de sua lapa, conduzida por centenas de meninas e môças, tôdas vestidas de branco. Naquele ano de 1908, por exemplo, o andor figurou um grande lírio, de cujo cálice emergia a Virgem, o Lírio do Céu; o arraial iluminou-se todo e o caminho tortuoso, que ia da colina até o adro da Capela, pareceu uma serpente de fogo, com as suas lanternas coloridas acesas, de par com mil velas e archotes ardendo, nas mãos dos romeiros que compunham a procissão, a andar, a subir pausadamente, ao som das músicas e das cantigas religiosas. O quadro não deveria ter mudado muito, desde quase duzentos anos antes, quando os aventureiros portugueses fizeram o mesmo, visitando a Senhora da Lapa. Seria até possível que a romaria tivesse ali principiado por algum devoto beirão, saudoso do seu santuário de Nossa Senhora da Lapa, em Sernancelhe. Mesmo que não fôsse este, poderiam ser outros santuários beirões ou minhotos, dêsses lusos que em grande maioria, povoaram Minas Gerais: o da Senhora do Calvário, em Gouveia, da Senhora das Fontes, em Pinhel, da Senhora dos Remédios, em Lamego, e mais os da Senhora Mãe dos Homens, em Peva, de São Bartolomeu do Mar, de Santa Marta, de Santo Ovídio, para só recordar os centros mais conhecidos de romarias da Beira e do Minho. A peregrinação parte sempre de um voto que se vai cumprir, de uma promessa que se vai pagar; por isso, o romeiro sempre haverá de levar ao santo de sua devoção o seu donativo. Na longa vivência tradicional dos costumes da Metrópole, cada romagem tem sua oferta diferente: galos prêtos, em São Bartolomeu do Mar, estrigas de linho, em Santa Marta, a

telha de Santo Ovídio, etc. Mas, em Minas, a esmola será quase sempre o melhor fruto do solo, o ouro generoso, como aquêlo do romeiro Feliciano Mendes, o qual, agradecido pela cura de sua pertinaz enfermidade, doa-o todo, e mais as esmolas que busca aos devotos, para erguer seu santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, que se tornará o maior centro de peregrinação das Minas Gerais. Emocionante, e freqüentemente pitoresco, é o modo diversíssimo com que os fiéis cumprem as suas promessas: dão voltas, de joelhos, em tórno da capela, chegam agrilhoados, arrastando correntes, de pedras na cabeça, cumprem a jornada da romaria em silêncio, chegam amortalhados, em caixão, vestem-se de estamena ou saco, e as crianças de anjinho, etc., etc. É possível que as primeiras manifestações da música religiosa mineira se tenham dado nessas romarias, primeiro em Antônio Pereira, e depois em Congonhas, na Serra da Piedade e no Caraça: as famílias ou grupos em rancho vão cantando o tempo todo, com acompanhamento de harmônico, charamelas, flautas, rabecas, violas, ferrinhos e reque-reque, a que os negros ajuntam, com certeza, adufes, caixas, ganzá ou berimbau; se cantam danças profanas pelo caminho, ao acampar entoam o "têrço cantado", ainda hoje comum em tantos vilarejos das Gerais. Mas, a romaria mesmo é no sábado ou no domingo: na véspera, engalana-se a capela com panejamentos e bambine-las de côres festivas; arma-se o andor do padroeiro, com flôres e prateados e dourados, para a procissão, que, conforme a riqueza, exhibe as imagens em "sêdas, galões e franjas de ouro e variedade e galanteria de diferentes flôres de diversas matérias e alternadas côres" (*Triunfo Eucarístico*); mas, no andor de Nossa Senhora, prevalecem os matizes do conjunto azul e branco, às vêzes de grande luxo. Na esplanada da igreja, arma-se um arco florido de muitos metros, de entrada, em tórno do qual se dispõem tendas, toldos, barracas, e esteiras, para acolher o miúdo comércio de tôdas as romarias. Na romagem da Nossa Senhora dos Remédios, em Lamego, conta alguém que as autoridades eclesiásticas fecham os olhos "e dança-se, canta-se, bebe-se, ama-se, racha-se muita cachola, pinta-se em suma o mono" (14), mas, nas Minas, o Bispo de Mariana, D. Frei Cipriano de São José, abre os olhos demais e vê mais do que a realidade, pois, que, em carta ao Governador Bernardo José de Lorena, reprovando o "ajuntamento proibido" da ro-

(14) *Arcais encoiradas, cit., p. 175.*

maria do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo, escreve: . . . “tal era a confusão e tão descomposto o tumulto, que a capela de Matosinhos mais parecia praça de touros que Igreja de fiéis” (15). A coisa é mais que impaciência, é ojeriza mesmo do Bispo às romarias, como provam estas veementes palavras: “E nada disto, Exmo. Sr.” — ainda é a mesma carta a Lorena — “moveu o Bispo de Mariana a pegar na pena, como faço agora, para expor a S.A.R. o que é Matosinhos; (. . .) o que são os milagres que, em prejuízo de nossa Religião, tão altamente se inculcam e apregoam [ali]; o que são aqueles concursos chamados de devoção” (o Prelado se refere às romarias do jubileu de 8 de setembro) (16). Não obstante a má vontade de autoridades religiosas como essa, as romarias continuam e realizam os seus programas. Por exemplo, o da festa do padroeiro, que começa muito cedo, com alvorada, anunciada com fogos e bombas, que desde cedo os mineiros, bons aprendedores de arte pirotécnica, talvez vinda a eles diretamente dalgum aventureiro arribado da Índia ou de Macau, saberão usar sem-cerimônias. Vem a missa cantada, com o sermão de encomenda, como aquele que o Irmão Lourenço de Nossa Senhora, fundador do Hospício do Caraça, inclui no *Compromisso* de sua Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens, promotora, todos os anos, desde a década de 1770-1780, da famosa romaria ao Eremitério do Caraça. E se segue, durante todo o dia, o cumprimento das promessas, para lucrarem as indulgências: ali mesmo, na Serra do Caraça, um viajante se impressiona com uma devota, que, de braços abertos, levando uma vela acesa em cada mão, sobe as escadas de joelhos, atravessa o adro e a igreja a arrastar-se, até o altar, onde deposita a sua oferenda, atirando à Virgem repetidos beijos de gratidão e amor (17). A procissão, à tarde, com a bênção do Santíssimo Sacramento, fecha as solenidades, e todos regressam, contentes, para suas casas, com muitas indulgências lucradas, o que volta a provocar do Bispo D. Frei Cipriano mais este desfôrço de má vontade, com certeza inspirada no que êle viu lá em Portugal, mesmo em seu Convento da Arrábida: “Quem, ou por devoção mal entendida, ou por divertimento conhecido vai passar tres ou quatro dias naquelle sitio [isto é, no Caraça] volta para sua Casa mui contente, e satisfeito publicando que ganhou mui-

(15) In Côn. Raimundo TRINDADE, *Arquidiocese de Mariana*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1955, 2 vols., t. I, p. 168.

(16) *Idem, ibidem.*

(17) Pe. Pedro SARNEEL, *Guia sentimental do Caraça*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1953, p. 60.

tas indulgencias, que o Ermitão Lourenço tem alcançado de Roma para com ellas attrair mais facilmente os Povos. E he para notar que as gentes que sobem com tanto trabalho a Serra para lucrar indulgencias, nem cuidão, nem se apressão para entrar nas suas respectivas Freguezias, onde sem maior encommodo, confessando-se, e comungando podem lucrar as que os Summos Pontifices concedem a todos os Fieis em tantos dias do anno como se lê na Bulla da Cruzada. Donde se pode inferir sem escrupulo que o divertimento, e a curiosidade, a romagem, e a mistura de hũ, e outro Sexo he todo o movel de semelhantes devoçoens". (18) O Prelado deseja ter-se enganado nesse juízo severo e parece que, em boa parte, se enganou mesmo, pois não há nenhuma notícia dos abusos — pelo menos no Caraça — que êle inferiu por sua conta e risco. É evidente que houvesse um ou outro abuso, pois entre os romeiros, desde sempre, se pode enumerar santos e patifes — os *têtes légères* de La Fontaine. É verdade que êsses movimentos de multidões são o seu tanto anárquicos e desandam frequentemente. Já adverte a *Imitação de Cristo* que "os que fazem muitas romarias, raramente se santificam" (19), enquanto Santo Agostinho já aconselhava: "Não penses em longas romarias. Sõmente a caridade, e não uma excursão qualquer, te conduzirá Àquele que está em tôda a parte" (20). Conselhos que a Idade Média não quis ouvir, em parte nenhuma, porquanto São Bonifácio, apóstolo da Alemanha, ido da Inglaterra, em carta a Cutberto, Bispo de Cantuária, deplora que tantas mulheres, mesmo religiosas, tomam parte em viagens para Roma: "A maior parte delas sucumbe" — afirma São Bonifácio — "ou bem poucas regressam com sua castidade. Não há quase nenhuma cidade da Lombardia ou da Gália em que se não encontre uma inglêsa adúltera ou prostituta" (21). É quase certo que, nas romarias de Congonhas, fatos como êsses tivessem acontecido, pois na temporada dos seus jubileus principalmente, famílias inteiras, homens, mulheres e crianças, deslocavam-se dos mais distantes rincões do sertão para virem assisti-los: (...) "os fundos dos sertões de Minas já corriam pressurosos ao Santuário" — narra Monsenhor Júlio Engrácia, em sua *Relação Cronológica do Santuário e Irmandade do Senhor Bom Jesus de Congonhas*

(18) In *RAPM*, VI, p. 511.

(19) Livro I, cap. 23, n.º 4.

(20) *Apud* Romain ROUSSEL, *Les pèlerinages à travers les siècles*, Paris, Payot, 1954, p. 40.

(21) *Apud* ROUSSEL, *loc. cit.*

do Campo (22) — “e encontramos entradas de Irmãos de Minas Novas e sua presença cumprindo os deveres religiosos dos Jubileus. O fervor que os animava e os sacrifícios que faziam medem-se pela viagem, má, e cheia de perigos, que o era nessa época em que o latrocínio pelas estradas era levado a princípio de exploração industrial, e não de bandidos comuns.” Mas, o fervor dos romeiros é de todos os lugares e de tôdas as eras. Nos últimos anos do século passado, o cronista João do Rio estêve no jubileu do Senhor Bom Jesus e sentiu a mesma procura de visitantes dos tempos setecentistas, viu gente humilde, que vinha “até de Goiás e do sertão da Bahia” (23), viu o Presidente Crispim Jacques Bias Fortes, que cumpria a devoção de vir todos os anos a Congonhas. Naquele ano, o Presidente de Minas veio a cavalo, mas “a mãe cumpriu promessa e veio a pé, quase morrendo” (24). Quando o jubileu se aproximava, o poeta Alphonsus de Guimaraens viu “velhas de oitenta anos contados”, viu “entrevados de muitos anos”, “de rastros pelos caminhos”, viu chegando “leprosos do grande êrmo”, viu “almas sem rumo como as vagas”, todos pensando que morriam antes de chegar, naqueles íngremes caminhos de Minas Gerais, finos e flexíveis como tripas, caminhos cruéis, assassinos, perdedores, iguazinhos aos da Europa peregrina. Caminhos perigosos, os dos peregrinos, dos *coquillards*, que põem a perder vidas, bens e donzelas, de que dá pitoresca notícia um *Guia do Peregrino de Santiago de Compostela*, espécie de vade-mécum que teve grande voga na Baixa Idade Média, destinado aos romeiros e recheado de ditos e histórias assaz ilustrativos dos percalços das viagens em demanda daquele famoso centro religioso da Galiza: “Quem não vai a Santiago em vida vai lá em morto”. “Cuidado, os habitantes são ladros e nada tementes das contas que hão de prestar a Deus. Junto da ponte X encontrareis uns homens a afiar as facas nas pedras porosas do rio. São samaritanos que esperam tirar a pele dos vossos cavalos. Não os deixeis beber nas suas fontes.” Sôbre tal estalagem: “Nesta pouxada há mulheres de estrêla e beta, que batem um fandango em cima de uma maravedi. Todo o resguardo é pouco com semelhantes huris. O menos que vos pode acontecer é ficar sem a bolsa”. Sôbre outra hospedaria: “A cozinha é boa, mas cara como a hora de morte. Se vos demorais, arriscais o couro e a camisa”. E sôbre uma paragem, no alto de uma serra:

(22) *RAPM*, VIII, p. 48.

(23) João do Rio, *Os dias passam...*, Pôrto, Chardron, 1912 pp. 119-121.

(24) *Idem*, *ibidem*.

“Consta que aqui foram despojados de seus haveres, mortos e enterrados no quintal, dois almocreves em trânsito. Foi o cão de um dêles que foi uivar para cima de sua negregada jazida que aventou o crime”.<sup>(25)</sup> Pois êsse cão peregrino de Santiago de Compostela ainda teve muita sorte, pois nos caminhos das Minas se estripavam “igualmente até os cães de que alguns hião acompanhados para que de todo ficassem extintos os Sinaes que ospodessem descobrir humanamente”: é assim que conta um velho documento setecentista mineiro os feitos de uma quadrilha de salteadores, que operou, em 1783, no Caminho Real, para o Rio de Janeiro, não muito longe de Congonhas do Campo<sup>(26)</sup>, e que sòmente foi desfeita por pura sorte.

Embora vencendo tôdas as dificuldades, privações e perigos os romeiros acabaram por institucionalizar o Santuário do Senhor Bom Jesus de Congonhas. “Se Mariana era a cabeça da Igreja nas Minas Gerais” — escrevemos de outra feita<sup>(27)</sup> — “Congonhas do Campo tornara-se, sem dúvida, o seu coração. Ao serem publicados, no santuário, os Breves pontifícios, que concediam favores espirituais tão assinalados aos adoradores do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, naquele memorável dia da Invenção da Santa Cruz de 1780, os jubileus estabeleceram-se definitivamente, pela sua forma natural, e irresistível, das peregrinações. Nada mais agradável àquela gente seminômade das Gerais do que essas romarias, tão do agrado da nossa gente, que ainda não ancorou na terra. Se a peregrinação é inseparável da experiência religiosa, ela faz parte do nomadismo, como uma de suas manifestações mais características<sup>(28)</sup>. Sob êsse aspecto, a gente mineira, tanto nos fins do século XVIII como hoje, não refoge a êsse gôsto nômade das peregrinações, que continua a cultivar, em Matosinhos, em Bom Jesus da Lapa, no Caraça, em Aparecida do Norte. Em Congonhas, então, os fiéis chegavam de tôda a parte, com o coração contrito e as mãos cheias de dádivas, em peregrinações numerosas, animadas de um fervor que a Capitania até então desconhecera”, realizando, assim, a destinação associativa da romaria, para contrabalançar a forte tendência individualista que os mineiros já vão revelando, pois “a peregrinação” — no conceito do

(25) *Apud* Aquilino RIBEIRO, *O homem da Nave*, Bertrand, Lisboa, 3.ª edição, s/d, pp. 116-117.

(26) *Código 236 do APM*, fls. 43 e 43v.

(27) J. F. CARRATO, *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*, Comp. Editora Nacional, Col. Brasileira, n.º 317, São Paulo, 1963, p. 212.

(28) *Idem, ibidem*.

sociólogo religioso Henri Engelmann — “não é um ato privado, uma devoção individual. É um agrupamento, um antídoto ao isolamento. Para o cristão, membro de uma pequena comunidade paroquial de um arraial de horizontes limitados, que descortina da vasta comunidade eclesial!”<sup>(29)</sup> Estas palavras se aplicam perfeitamente à realidade social e religiosa das Minas Gerais coloniais e do seu povo, que, na seguidura dos seus maiores lusitanos, teve na religião e na romaria guarida e consólo de sua imensurável solidão, no seio do desvalido e implacável sertão brasileiro.

Saint-Hilaire fala na mania dos mineiros pela edificação de igrejas, em detrimento das matrizes, e lembra que a mais humilde das povoações conta, às vêzes, com cinco ou mais igrejas. “Mal uma confraria conta com alguns recursos logo inicia a construção de uma igreja, sem pensar em como a terminará; se, porém, o zêlo arrefece, o edifício não se termina ou orna-se o interior, e as paredes ficam caindo em ruínas.”<sup>(30)</sup> É verdade. No seu êrmo físico e espiritual, os mineiros como que se desforçaram de sua solidão construindo igrejas, muitas igrejas, justamente os locais onde todos se encontravam e se sentiam mais perto uns dos outros. Só que não era tanto o zêlo das irmandades que arrefecia: era que a riqueza do ouro passava tão depressa, que não dava tempo ao povo para gastá-lo como queria. Vêem-se em quase tôdas as velhas localidades auríferas mineiras obras assim, inacabadas — principalmente igrejas — porque o ouro acabou antes delas. Saint-Hilaire tem razão quando escreve que os templos eram construídos sem necessidade, quando ninguém pensava em fundar estabelecimentos de caridade, hospitais, escolas gratuitas, etc. Se um patrício dêle, Ribeyrolles, observaria, alguns decênios mais tarde, que a Igreja Católica tivera dois filhos — o hospital e o convento<sup>(31)</sup>, — em Minas Gerais ela foi órfã dêsses filhos: afora da ajuda que deu na fundação das Santas Casas de Vila Rica, de São João del Rei e de Sabará, e na criação dos Recolhimentos (não conventos, que não foram permitidos nas Minas coloniais) de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas e do Vale das Lágrimas, não há notícia de outras obras da Igreja Mineira setecentista senão as da construção de igrejas.

---

(29) HENRI ENGELMANN, *Pèlerinages*, Arthème Fayard, Paris, 1959, p. 18.

(30) A. de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938, 2 vols., t. I, p. 159.

(31) Ch. RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, Livraria Martins, São Paulo, 1941, 2 vols., t. I, p. 100.

Essas igrejas obedecem, em geral, ao padrão português. Não são muito grandes. São pesadas construções, cuja fachada ostenta uma tórre quadrada de cada lado, ligada uma à outra por um frontão triangular, encimada por uma cruz. As capelas do campo raramente têm tórres e suas fachadas mostram uma porta grande com janelas altas e “ólho-de-boi”, figurando cara de gente. Mas, tôdas essas igrejas distinguem a nave central da capela-mor, diferentemente das igrejas européias, que não têm essa divisão: a capela-mor de tipo português é menor que a nave principal e é dela separada pelo arco-cruzeiro. Não há transepto na igreja mineira. Ao fundo da capela-mor, centrado muitas vêzes por graciosas colunas, gregas ou salomônicas, coloca-se o altar-mor: sua mesa faz base a um amplo nicho, por onde se arremete uma comprida pirâmide tôda escalonada de degraus enfeitados de candelabros e vasos de flôres, no alto da qual está a imagem padroeira da igreja. Como nos templos lusitanos, as igrejas mineiras não primam pela riqueza dos estofos e tapeçarias, mas excelem pela rica talha, na madeira e nos metais. Charles Ribeyrolles estranhará o fato de os portugueses, herdeiros culturais dos mouros, não terem trazido para o Brasil o luxo árabe das mesquitas, lembrando o exemplo do belo monumento de Abderrâmane, a mesquita de Córdova, com certeza conhecida dos lusos<sup>(82)</sup>. Se os mestres de obras portuguêsas não trouxeram nítidas influências mouriscas à arquitetura colonial eclesiástica de Minas, nem por isso deixaram de aportar muitas das características artísticas do seu gênio nacional de construção e ornamentação: a arquitetura resulta do barroco jesuítico e a escultura da escola notável dos mestres entalhadores do norte do país: “(. . .) o português” — depõe Aquilino Ribeiro — “foi sempre um excelente operário manual. A manufaturar o oiro ou a insculpir o mármore, ou simplesmente a lavar à escoda a torça dum portal de casa com prosápia, não há segundo. No Norte devia ter florescido entre os séculos XVI e XVIII uma pujantíssima escola de escultura em madeira, como se deduz dos atos exumados dos cartórios notariais, públicos e diocesanos, em que se passava encomenda simultâneamente ao pintor e entalhador”<sup>(83)</sup>. Ao contrário das igrejas de maior parte da Europa, as de Portugal são claras, bem iluminadas, de côres alegres: as de Minas serão assim também. A bela matriz de Nossa Senhora da Conceição,

(82) *Idem*, I, p. 159.

(83) *Arcas encoiradas*, *cit.*, p. 127.



de Sabará, é tão clara como uma manhã de sol, à moda das ermidas de montanhas portuguesas. E quase tôdas elas exibem, orgulhosamente, sua talha exuberante, nos altares, nas colunas, nas balaustradas. E até nas imagens dos santos, de movimentos e vestes vivíssimos. Saint-Hilaire elogia a limpeza dessas igrejas, assoalhadas, para darem guarida aos carneiros dos defuntos que nelas se enterram. O soalho tem dois planos: um, no centro da nave, mais baixo, todo rodeado por uma balaustrada, geralmente de jacarandá negro trabalhado (algumas pelo próprio Aleijadinho), que também separa a capela-mor da nave principal; e outro, de um lado e doutro da nave, mais alto, onde, de espaço a espaço, se colocam os altares laterais. Nas horas de função, as mulheres se dispõem, sem distinção de classes, pelo recinto central, agachadas ou ajoelhadas, geralmente revestidas de suas grandes capas, de mangas compridas e golas largas. “As mais velhas, as menos ricas” — descreve A. de Saint-Hilaire as fiéis de Barbacena — “e grande parte das negras tinham a cabeça coberta por um toucado que excedia a fronte à maneira de uma coifa, e, passando sob o queixo dessas damas, o cobria às vêzes com uma parte da bôca; outras senhoras mais elegantes tinham o chale arranjado como turbante, e as melhor vestidas, enfim, não usavam coisa alguma à cabeça.” (84) E acrescenta que “essa maneira de trajar se encontra, quase sem nenhuma diferença, nas diversas partes da Província de Minas” (85). Os homens, por sua vez, aquêles da sociedade melhor e mais bem vestidos, colocam-se aos lados da nave, de fora da balaustrada; e, finalmente, a gente mais humilde e os negros ficam junto da porta da igreja.

Mas, além das matrizes, há também as capelas urbanas e as rurais. As urbanas são sempre pertencentes a uma irmandade, principalmente a partir dos meados do século setecentista, quando êsses sodalícios religiosos terão o seu grande desenvolvimento. Geralmente, serão capelas de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de São Francisco de Assis, de Nossa Senhora do Rosário, das Mercês, que êstes são os oragos principais das Irmandades mineiras. As capelas rurais, com seus capelães provisionados, surgem nas grandes fazendas ou minerações. Em sua fazenda da Vargem do Itacolomi, não longe da Vila do Carmo (Mariana), os pais de Cláudio Manuel da Costa manterão sua capela doméstica, com seu capelão ilustre, tio e pre-

---

(84) SAINT-HILAIRE, *Viagem, cit.*, t. I, p. 118.

(85) *Idem, ibidem.*

ceptor do futuro poeta, o Dr. Frei Francisco Vieira Maria, da Ordem da Santíssima Trindade, vindo da Universidade de Coimbra. Essas capelas rurais adquirem, às vêzes, verdadeira autonomia religiosa, em face das matrizes, como foi o caso, deferido pela Mesa da Consciência e Ordens, daquele potentado Antônio José de Abranches, capitão de ordenança do Distrito da Freguesia da Borda do Campo (Barbacena), dono de “huas Fazendas deSesmarias emq. seocupão p.<sup>a</sup> sima deduzentos ecincoenta Escravos”, que obteve um “Capelão Cura para celebrar todos os atos de festividades, e administrar os Sacram.<sup>tos</sup> na Capela que mandou fazer nas suas fazendas, eonceder-lhe o Privilegio de Padroeiro”, assim como a faculdade “de poder sepultar os seus escravos, e mais familia na sua Capela da Senhora Mãe dos Homens, livre dos emolum.<sup>tos</sup> parrochiaes”<sup>(36)</sup>, em 1776. Ora, as autoridades eclesiásticas protestarão contra êsse estado de coisas, como o Governador do Bispado de Mariana, o Dr. José Justino de Oliveira Gondim, que, em carta a D. Maria I, de 7 de fevereiro de 1778, denuncia as arbitrariedades que “Setem introduzido entre os Provedores das Cappellas eReziduos atomar Contas das Fabricas pertencentes as Cappellas Curadas eMatrizes; Eomais hé, examinarem osOrnamentos eVazos Sagrados; esó lhesfalta oSobirem os Tabernaculos paraverem as Sagradas formas; noque uzurpão aRegallia ejurisdição doOrdinario, efazem queos Rusticos menos respeito os Sagrados Lugares”<sup>(37)</sup>. Denúncia, aliás, que o Governador D. Antônio de Noronha, favorável aos padroeiros das capelas (grandes fazendeiros ou mineradores), invalida, afirmando “aSsem razão com que aquelle Gov.<sup>r</sup> do Bispado formalizou aSua Conta”<sup>(38)</sup>. Também quando o Vigário de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, se queixa, em 1818, de que a Câmara Municipal abandonou a Matriz, em favor da Capela de Nossa Senhora do Carmo, o Governador D. Manuel de Portugal e Castro informa não ter razão o Vigário, “por que as Funções que se celebrão na dita Capela” — escreve êle à Côrte<sup>(39)</sup> — “são somente aquelas, que o meu Predecessor Visconde de Condeixa estabeleceo no tempo do seu Governo nos dias Naticios de Suas Magestades, eultimamente a que na conformidade de huma Regia Provisão do Dezembargo do Paço se mandou fazer pelo motivo da elevação do Brasil em Reino”. As

(36) Cód. 211, do APM, fls. 40v.

(37) Cód. 211, fls. 92v.

(38) Cód. 211, fls. 93.

(39) Códice 366, do APM, fls. 344v.

transcrições revelam a pouca autoridade dos poderes eclesiásticos, de um lado, e do outro, a força que têm junto da Côrte os régulos mineiros e as Ordens Terceiras. Mas, os episódios valem para comprovar o pouco caso que se faz das igrejas matrizes, sedes de paróquia.

Vejam os agora como decorrem, nessas igrejas e capelas, as práticas religiosas, os officios e as devoções do povo. Insistamos em que a religião (ou melhor, o religiosismo) do tempo é fortemente exteriorista. Antes de tudo, esse religiosismo é fruto do primarismo espiritual das gentes ignorantes, que não prospectam além das evidências mais simples da fé (aliás, vimos que não são sequer instadas a passarem além delas) e que mal conhecem algumas das fundamentações teológicas mais cediças a ela referentes; esse quadro é completado por uma forte dose de sentimentalismo, que se compraz em experimentar e fruir os atrativos externos da religião já lembrados, e em sentir, como a expressão mais alta da religiosidade, aquela vívida atrição pela paixão e morte do Senhor Bom Jesus<sup>(40)</sup>, de permeio com com o médio pânico das penas eternas, de que as missas encomendadas e promovidas pelas Irmandades são as provas mais comuns. Depois, as pompas e as festas, em que excele o Catholicismo no deslumbramento dos povos de missão, tornam-se os únicos divertimentos e um dos poucos pretextos de convivência social para os rudes lavradores das minas e das roças. É quando, no ativo processo de aculturação das raças em fusão ali, ocorrem as práticas do sincretismo religioso, mediante o qual se vão acrescentando a um Catholicismo já popular dos lusos os elementos do animismo indígena e do feiticismo africano. Desde os primeiros decênios da colonização mineira essas práticas sincretistas principiam a intrometer-se nas festas litúrgicas, incorrendo nos anátemas dos bispos de então. Em sua Pastoral de 5 de março de 1747, D. Antônio do Destêrro Malheiros desaprova o hábito de homenagearem os mineiros Nossa Senhora “com músicas, instrumentos e outras pompas, e ao depois destas ações empregarem-se em bailes, banquetes, *batuques*, *saraus* e outros divertimentos”<sup>(41)</sup>. Já a mais espetaculosa das festas coloniais — o “*Triunfo Eucarístico*”, realizado em 1733, quando da inauguração da Matriz de Nossa Senhora do Pilar — se inicia com a saída alvorotada de bandos mascarados pelas ruas,

---

(40) O fenômeno Irmã Germana é exemplo típico da devoção popular da Paixão de Cristo.

(41) 1.º Livro das Pastorais, do Arquivo da Cúria Metropolitana de Marliana (MG), fls. 23.

“uns aprazível objecto da vista nas diferenças do traje, e precioso da compostura; outros na galantaria das figuras, assunto de riso e jocosidade”, e acaba em “danças de turcos e cristãos” (cavalhadas) ou corridas de touros, seguidas de bailes (!) e até de “excelentes serenatas de boas musicas” (42). . . Em sua áspera e solitária existência sertaneja, o colono anseia por sociabilidades festivas e as festas religiosas são as únicas promoções dessa ordem que se lhe oferecem, e tanto mais lhe vêm agradar, quando êle próprio vem apor à severa liturgia da Igreja êsses penduricalhos exterioristas, até folclóricos — o que os franceses chamariam de *bondieuseries* — malgrado tôdas as resistências da hierarquia mais ortodoxa. Essa se torna a Igreja predileta do povo — talvez o chamado “catolicismo brasileiro” — que parece ser exatamente aquela mesma Igreja colonial brasileira, que a acuidade da preceptora Maria Graham sentiu — como veremos — como a mais “perfeitamente adaptada às necessidades do povo brasileiro”, já que ela se lhe apresentava “como a mais simples forma de religião” (43), essa mesma religião que o sr. Sérgio Buarque de Holanda considera, em suas *Raízes do Brasil*, como um “culto sem obrigações e sem rigor, intimista e familiar”, “um culto que dispensava no fiel todo esforço, tôda diligência, tôda tirania sôbre si mesmo” (44). Não era essa religião, porém, a que mais se coadunava, como é bem de ver, com o pequeno e seletto mundo dos intelectuais e de alguns bem-nascidos mineiros.

A missa simples, rezada no domingo, é o ato ao qual todos comparecem, por preceito. Assiste-se a ela, sem muita cerimônia nem piedade. Saint-Hilaire vê ali muita gente bater no peito e, ao mesmo tempo, continuar a prosa com os vizinhos. “Quase todos os mineiros” — escreve o sábio viajante — “usam um rosário ao pescoço, mas muitos poucos existem a quem tenho visto rezar.” (45) Aliás, o prussiano Leithold viu no Rio de Janeiro a mesma coisa: gente que entrava e saía durante a missa, negros e mulatos passeando de um lado para outro, gente a conversar, a rir, e até um cão que latia perto do altar e

(42) *RAPM*, VI, p. 999.

(43) “Escôrço biográfico de D. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo” in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LX, p. 91. Em carta que José Bonifácio escreve, em 30.VII.1812, ao Conde de Funchal, ao pé de fls. 2, êle pergunta assim: “A nossa Religião popular q. hé? (...) um systema ligado de superstições anti-sociais, e contrarias à lettra e ao espirito do Evangelho”. (Da coleção de documentos de José Bonifácio existentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro, Doc. n.º 4.845-C, lata n.º 191.)

(44) *Raízes do Brasil*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1956, 3.ª edição, p. 216.

(45) SAINT-HILAIRE, *cit.*, I, p. 163.

emporcalhava o chão, sem que a assistência se manifestasse (46). Igualmente o viajante Coréal verá no Norte espetáculo pouco diferente: “Ninguém anda sem rosário na mão, têrço no pescoço e um Santo Antônio sôbre o bucho. São todos pontuais a se ajoelharem pelas ruas ao toque do Ângelus, mas ao mesmo tempo não há quem não tome as precauções de não sair de casa sem um punhal à cava, pistola no bôlso e espada das mais compridas à ilharga esquerda” (47). Com efeito, êsse piedoso hábito de todos se ajoelharem, quando os sinos das igrejas tocavam as Ave-Marias era também muito comum em Minas. Tanto John Mawe, como seu compatriício Luccock, presenciaram essa prática, nas vilas, ao pé dos oratórios armados nas esquinas das ruas, quando se dava a recitação do têrço ou da ladainha, tirada por pessoas nem sempre edificantemente piedosas (48), geralmente mulatos, que — na observação de Martius — “além de parlapatões, dispõem de fortes pulmões e assumem o ofício de primeiro cantor ou de padre” (49). O ressaibo amargo que fica dêsses depoimentos se esvai, contudo, perante esta descrição que o insuspeito John Luccock faz de um têrço em família, perto de São João del Rei, no melhor estilo do Padre Peyton: “De regresso de curto passeio, na fresca da noitinha, encontrei a família tôda rezando. O serviço ali era extremamente diferente da bulhenta desordem que tão desagradavelmente se exhibia nas esquinas das ruas do Rio; era calmo, sério e devoto, ato de homenagem ao Protetor das famílias e o Guia dos viajantes e, como tal, sem dúvida alguma alcançava a aceitação dos céus. Ficaram abertas de par em par as portas do oratório e exposto o Crucifixo, até o momento justo de servir-se a ceia no mesmo cômodo; o dono da casa aproximou-se então com grande seriedade e, após ter feito profunda reverência à imagem, cerrou-lhe as portas” (50).

Com efeito, pelo seu caráter exteriorista, uma das práticas religiosas mais comuns é o culto das imagens; elas vêm da Metrópole (principalmente da região do Pôrto), sendo esculpidas em castanheiro, ou são feitas pelos santeiros da terra, de

---

(46) T. von LEITHOLD e L. von RANGO, *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1966, pp. 65-66.

(47) *Apud* Pedro CALMON, *História Social do Brasil*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, s/d. 2 volumes, t. 1, p. 96.

(48) JOHN MAWE, *Viagens ao interior do Brasil*, Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1944, p. 32; JOHN LUCCOCK, *Notas sôbre o Rio de Janeiro*, Livraria Martins, São Paulo, 2.<sup>a</sup> edição, 1951, p. 338. (Trad. do Prof. Milton da Silva Rodrigues).

(49) J. B. SPIX, e C. F. P. von MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, 3 vols., t. 1, p. 369.

(50) LUCCOCK, *op. cit.*, pp. 295-6.

cedro ou de pau de laranjeira. Encontram-se em tôda a parte, nas igrejas, nas ruas, nas estradas, nas encruzilhadas, nas passagens dos rios e nas casas urbanas e rurais. E retratam as devoções mais queridas do povo: Nosso Senhor dos Passos, o Senhor Morto, São Bom Jesus, Nossa Senhora da Conceição, da Piedade, da Glória, da Candelária, do Pilar, da Soledade, São José, Santo Antônio (devoções gerais); São Francisco de Assis, Nossa Senhora do Monte do Carmo, São Francisco de Paula (patronos de Irmandades); Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (padroeiros dos negros); Nossa Senhora das Mercês e Santa Ifigênia (padroeiros dos mulatos); São Jorge, São Miguel, as Almas (que acabam devoções sincretistas afro-ameríndias); São Gonçalo de Amarante, Santo Amaro, Santa Quitéria, Santa Isabel Rainha (devoções portuguesas). Em louvor de alguns desses santos, promovem-se festas esplendorosas. As principais dessas festas, no decurso do ano cristão, são as dos padroeiros das freguesias, dos Santos Reis, de São Sebastião, de São José, a Semana Santa, do Divino Espírito Santo, da Senhora Sant'Ana, do Senhor Bom Jesus, de São Gonçalo de Amarante, do Natal, dos santos patronos das Irmandades (Nossa Senhora do Carmo, da Conceição, do Pilar, das Mercês, do Rosário, São Francisco de Assis ou das Chagas, São Miguel e Almas, São Benedito, Santa Ifigênia, São Francisco de Paula, etc.) e dos santos juninos Santo Antônio, São João Batista e São Pedro. Como que para fruir ao máximo as festanças, elas são preparadas com antecipação, inclusive com jejuns e abstinências. Antes dos derramamentos quase pagãos de vários dos festejos, os mineiros — que se consideram, aliás, excelentes cristãos — por que ordinariamente frugais, cumprem rigorosamente os preceitos do jejum e da abstinência de carne nas vésperas e nos dias santos prescritos. Prova-o a penitência que teve de suportar o viajante John Luccock, num desses dias, quando o implacável devorador de bifés que devera ser o inglês houve que contentar-se a comer arroz e feijão arreganhado numa venda, sem poder incluir no cardápio nem mesmo o frango que comprara, pelo dôbro do preço comum <sup>(51)</sup> . . .

Todavia, como essas festas constituem no fundo um divertimento popular, por um tácito e geral consentimento, vão aos poucos se deixando penetrar do poderoso sincretismo das raças em fusão e acabam tornando-se verdadeiras peças folclóricas,

---

(51) Luccock, *cit.*, p. 282.

desfigurando completamente a intenção litúrgica primitiva. Assim, a festa dos Magos se transmuda na “folia de Reis”, a Semana Santa, já tão espetaculosa nas terras ibéricas, se acrescenta de novos elementos decorativos (desfile pomposo de irmandades, malhação do Judas, etc.), a festa do Divino também acaba em “folia do Imperador do Divino”, a de São Gonçalo no seu “têrço cantado” para atrair casamentos a superdonzelas trintonas, e o Natal desanda nas representações teatrais dos “presépios” ou nas danças e autos de pastorinhos. E tudo isso com muita côr e fantasia, músicas e flôres, fogos, foguetes e bombas, repiques de sinos e clarinadas militares, incensos e velas. As velas, no culto, têm a linguagem mais polivalente possível. Desde que a vela, a lâmpada acesa, do Êxodo ao Apocalipse, passou a significar a fé, a vigilância, a virtude, o mandamento, os olhos do corpo e o próprio Cordeiro de Deus, adquiriu na Igreja — principalmente entre os católicos mediterrâneos da Europa e, pois, entre portugueses e nós — uma fôrça de símbolo e de realidade inamovível. A vela está presente em todos os atos do culto, desde as catacumbas de Roma. Entre nós, desde os tempos coloniais, a vela é penhor das promessas do batismo e da confirmação, assiste à Eucaristia e à missa, anda na mão do penitente, do enfêrmo e do moribundo, ilumina a conferição da Ordem e o compromisso dos nubentes, acende-se nas promessas e nos ex-votos, nas ações de graças, no louvor dos santos milagreiros, nas procissões, nos velórios e nos sufrágios das almas fiéis. Nas Minas coloniais, a vela também é indispensável ao culto. Se o viajante Walsh viu nas igrejas do Morro de Santo Antônio, do Rio de Janeiro, mil e quinhentas e noventa grandes velas acesas nos altares, calculando a despesa anual daquela cidade em 15.000 libras esterlinas, em cêra e pólvora<sup>(52)</sup>, êle não viu os gastos de cêra nas igrejas mineiras, tanto ou mais avultados que nas igrejas fluminenses. Seria longa, por exemplo, a enumeração das igrejas incendiadas, em Minas Gerais, pelo descuido piedoso das velas acesas abandonadas, essas velas que — segundo o Livro dos Provérbios<sup>(53)</sup> — não se apagaram de noite, para acenderem os fogarêus de tantos templos de pau-a-pique das Minas Gerais coloniais...

---

(52) MELO LEITÃO, *O Brasil visto pelos Inglêses*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937, p. 156.

(53) *Provérbios*, XXXI, 18.

## 2. O clero primitivo e da terra

Em face dessa religião mineira tão peculiar, qual é o papel do clero do tempo? Estará êle verdadeiramente preparado para a sua missão de combater os vícios, de verberar os abusos, de explicar a doutrina e de inculcar o bem e a virtude, pelo salutar exemplo de suas vidas devotadas inteiramente ao serviço de Deus e das almas?

A resposta a essas perguntas estará na própria história desse mesmo clero, no período mineiro colonial. Poderemos dividi-la em duas partes: a que vai das origens da colonização mineira (fins do século XVII até a criação do Bispado de Mariana, em 1745), o tempo dos visitantes, enviados dos bispos do Rio de Janeiro, os quais tinham jurisdição sobre as Minas Gerais; e a que vai da instalação do Bispado marianense até os dias da Independência, nos primeiros anos de episcopado de D. Frei José da Santíssima Trindade.

O clero que irá constituir o primeiro período da Igreja Mineira subirá às Minas no perneio dos buscadores de ouro, sem qualquer preocupação de catequese ou hierarquia: serão, geralmente, tanto ou mais aventureiros que os buscadores das aluviões auríferas. Nos primeiros anos da colonização, chegarão padres seculares e regulares, primeiro os capelães bandeirantes, como os Pes. "Canjica", João de Faria Fialho, Roque Pinto de Almeida, Frei José de Jesus, "o Catarro"; e, logo em seguida, outros "seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa" (54), *verbi gratia*, êsse execrável Frei Francisco de Menezes, da Ordem Trinitária, que nunca existiu no Brasil.

Quando o anônimo cronista da *Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais* (que vai até o governo de D. Brás Baltasar da Silveira — 1713-1717), inserta pelo historiador Afonso de E. Taunay nos seus *Relatos Sertanistas* (55), chega às Minas, em dezembro de 1706, "não havia mais que três freguesias" em todo o sertão do Sabará — a de Sabará, da Roça Grande e de Raposos: as três freguesias "tinham vigários e mais arraiais tinha créligos (*sic*) que diziam missa nos terreiros dos moradores que os ranchos eram de capim e beira; no chão armavam altares com estacas e tapados com esteiras de

(54) ANTONIL, *op. cit.*, p. 213.

(55) *Relatos Sertanistas, cit.*, pp. 70-71.



taquara diziam missa e confessavam e desobrigavam" (56). "Depois" — prossegue o narrador anônimo do *Códice Costa Matoso*, pois é nesse precioso cimélio setecentista mineiro que está o seu original manuscrito — "se repartiram a de Raposos, se fizeram três freguesias: Santo Antônio Rio-acima, Rio das Pedras, Congonhas do Sabará, e Santo Antônio da Mouraria do Arraial Velho [justamente onde se dá a "visitação", a que aludimos em capítulo anterior]. Foi o primeiro vigário o Pe. Francisco de Oliveira Barbosa, o pequenino que não havia Capela nem oratório. Eu mandei fazer a Capela tapada fechada com porta e coberta de capim que não havia ainda telha. Estêve três anos por vigário, entrou outro e pequenino. Foi ao Rio de Janeiro, e o Senhor Bispo lhe deu a provisão que fôsse levantar igreja no Curral del-Rei e fêz-se vigário e foi o primeiro." (57) Como se pode deduzir do relato, não havia qualquer ordem ou critério na ereção dessas igrejas primitivas: elas apareciam ou desapareciam onde surgiam ou morriam os arraiais auríferos. Por via de consequência, o clero que provia essas igrejas não deveria ser de melhor qualidade, constituído que era, em sua absoluta maioria, de buscadores mais dos ouros que das almas. *O II Livro de Devassas (1733-1734)*, do Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana, que é contemporâneo dos dias do Triunfo Eucarístico, faz muito boa luz sobre a qualidade dos padres que povoaram essas primeiras igrejas e capelas. Já em sua abertura, o precioso documento traz depoimentos de fregueses de Caeté, que deixam dúvida sobre a virtude daquele famoso pároco Henrique Pereira, o qual, segundo a lenda, depois de acusado de solicitação por uma jovem local, foi mandado prêso e acorrentado para Lisboa, mas, nesse ínterim, no mesmo dia em que, viajando, o vigário fazia a promessa de regressar a Caeté e ali erigir a Matriz de Nossa Senhora do Bom-Sucesso, caso se provasse a sua inocência, a moça caiu mortalmente enfêrma e confessou sua calúnia, dando oportunidade a que o Pe. Henrique Pereira voltasse, sob a veneration geral do seu rebanho, para cumprir o seu voto, nascendo, assim, um dos mais belos e suntuosos templos de Minas (58); mas, a verdade parece empalidecer lenda tão encantadora, pois o mesmo Vigário Henrique Pereira é intimado, no dia 23 de dezembro de 1733, durante a visitaçao do

---

(56) *Idem*, p. 71.

(57) *Idem*, *ibidem*.

(58) *Correio Oficial de Minas*, de 27.I.1859 (*apud* Aníbal MATOS, *op. cit.*, pp. 441-444).

Dr. Lourenço José de Queirós Coimbra, a que “faça termo de fama cessanda (*sic*) com a filha mais velha de certo homem Cazado morador nesta mesma freguezia, e de não tornar mais a tal Caza” (60). Os Pes. Antônio de Araújo Moreira e Florêncio Alvares Pereira, de Caeté, Frei Francisco de Santa Ana (carmelita) e o Pe. Veríssimo de Carvalho, do Rio das Pedras, o Pe. Manuel de Almeida, do Rio das Velhas Acima, o Pe. Belchior Cardoso de Aguiar, do Curral del-Rei, e os Pes. Antônio de Macedo Rêgo e José Lôbo Barreto, de Roça Grande (Sabará), são todos infamados “por ter molher de porta adentro”, isto é, são concubinários (60). Já o Pe. Manuel da Costa Dias, do Caeté, é acusado “por culpas com negocios illicitos” (fls. 14); o Pe. Manuel Nogueira de Abreu, Coadjuutor da mesma Freguesia, e a Irmandade das Almas local, são denunciados porque “davão dinheiro com avanços” (isto é, a juros) (fls. 9); o Vigário João Soares Brandão, do Rio das Pedras, responde perante o Visitador porque “anda inquietando os seus freguezes, tecendo e movendo entre elles cauzas por donde se venhão a matar huns aos outros, como tambem abrindo pontes e alguns valos para os seus freguezes cahirem nelles, o que manda fazer pelos seus escravos, e outras vezes vay elle mesmo” (fls. 15v), motivo pelo qual recebe “admoestação pella culpa de tratar mal os seus freguezes, asim fora como na estaçam da Missa” (fls. 35); o Pe. Capelão da Capela da Senhora da Piedade de Perupeba (Paraopeba), é castigado porque “não ensina a doutrina cristã a seus applicados nos Domingos” (fls. 62v); e, finalmente, o Pe. Manuel de Souza Lima, da Roça Grande (Sabará), porque “he negociador” (fls. 71v).

Como se está vendo, além da pouca virtude, boa parte dêsse clero das Minas, nos primeiros decênios da centúria setecentista, não acompanha nem obedece a nenhuma prescrição ou organização. A hierarquia está longe, no Rio de Janeiro, e opera por intermédio de enviados especiais — os “visitadores” diocesanos — geralmente titulares do Cabido fluminense, que viajam por todo o território dos descobertos auríferos. A primeira informação que o Bispo D. Frei Francisco de São Jerônimo encaminha a El-rei sôbre as primeiras igrejas mineiras lhe deve ter sido ministrada pelos Cônegos Manuel da Costa Escobar ou Gaspar Ribeiro Pereira, mandados a “visitar” as

(59) *II Livro de Devassas, cit.*, fls. 14.

(60) *II Livro de Devassas, fls. 14, 7v, 16v, e 35, 37, 62v, 102 e 108v.*

C. Minas Geraes

<p><i>Paróquia de São João del-Rei</i></p> <p>1 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>2 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>3 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>4 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>5 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>6 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>7 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>8 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>9 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>10 — Igreja de São João del-Rei</p>	<p><i>Paróquia de São João del-Rei</i></p> <p>1 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>2 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>3 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>4 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>5 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>6 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>7 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>8 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>9 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>10 — Igreja de São João del-Rei</p>
---	---

C. Minas Geraes

<p>1 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>2 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>3 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>4 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>5 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>6 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>7 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>8 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>9 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>10 — Igreja de São João del-Rei</p>	<p>1 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>2 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>3 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>4 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>5 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>6 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>7 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>8 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>9 — Igreja de São João del-Rei</p> <p>10 — Igreja de São João del-Rei</p>
--	--

1

As primeiras igrejas em Minas Gerais, por volta de 1715. (Doc. 5, Caixa 1, MG, do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.)

Minas no primeiro decênio do Setecentos. O Cônego Raimundo Trindade tem palavras de louvor ao trabalho desses “visitadores”, que considera os “apóstolos de Minas”<sup>(61)</sup>. Temos minuciosa informação de um deles, o Dr. Lourenço José de Queirós Coimbra, Vigário da Vara de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, há pouco citado, que procedeu às visitas e devassas de 1733-1734, nas Comarcas de Vila Rica e do Rio das Velhas, sacerdote exemplar e homem digníssimo. Mas houve visitadores que não eram flôres que se cheirassem: o Pe. Antônio da Silva Prado, por exemplo. Em outubro de 1722, o Senado da Câmara da Vila do Príncipe representava a El-rei contra êsse visitador, denunciando suas violências ali: (...) “quebem se verifica” — queixam-se os camaristas serranos — “vir mais Auzurpar o sangue dos moradores queo fazer Serviço AD.<sup>o</sup>, ebem do proximo”<sup>(62)</sup>; êsse mesmo visitador — segundo outro documento do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa — “disse publicamente no Arrayal do Tejuco perante o Cap. Mor Pedro Pereyra de Miranda e seu Irmão o Mestre de Campo Heronimo Pereyra da Fonseca, e outras muitas pessoas que tinha dado Settecentas oitavas de ouro para o fazerem Vizitador dezta Cumarca; eque davizita az havia de tirar”<sup>(63)</sup>. . . Ora, é bem de ver que a visita dos próprios preladados às freguesias mineiras fôsse preferível, em casos como êsse: talvez seria essa uma das razões por que, algum tempo depois, subiu às Minas, na primeira visita pastoral que houve ali, o Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe, que viajou durante dois anos pelos sertões (1726-1727), acompanhado dos capuchinhos Antônio de Perúsia e Jerônimo de Monte Real, coibindo abusos e restaurando os bons costumes do clero, de que é testemunha a notável pastoral que expediu de São João del Rei, em 13 de novembro de 1727; D. Guadalupe volta a Minas mais duas vêzes, em 1733 e em 1735. Já visita de menos fruto espiritual foi a de 1741, feita por D. Frei João da Cruz, bispo pomposo e extremado, “que demasiadamente onerosa tornava aos vigários a despesa da visita, que era exageradamente enérgico em reprimir abusos e superlativamente cioso de suas prerrogativas”<sup>(64)</sup>. O último Bispo do Rio de Janeiro presente nas Minas foi D. Antônio do Destêrro e Malheiros, em 1741, que

---

(61) *Arquidiocese de Mariana, cit.*, I, p. 56.

(62) AHU, de Lisboa, C. 2, MG, Doc. 23.

(63) AHU, de Lisboa, C. 2, MG, Doc. 22.

(64) Diogo de Vasconcelos, *História da Civilização Mineira*, Biblioteca Mineira de Cultura, Belo Horizonte, 1934, pp. 54-59.

se tornou memorável pelas cartas pastorais enviadas aos fiéis mineiros, zeloso que se mostrava o Prelado em preservar a pureza da doutrina e da liturgia, ameaçadas pelas influências africanas sincretistas; por outro lado — segundo o historiador Diogo de Vasconcelos, em sua *História da Civilização Mineira* (65) — elas “revelam o quadro daquela época, em que por falta de liberdade ou de meios para se desenvolverem os impulsos do instinto social, misturava-se o religioso, visto apadrinhar o profano, armando-se oratórios em casas particulares para, depois das ladainhas, entregarem-se os devotos aos divertimentos mundanos”.

Está visto que, nestas circunstâncias, estava o clero mineiro longe de poder cumprir seus deveres mais específicos. Bate-se muito a tecla da avareza dos párocos mineiros dos primeiros decênios do Setecentos. O que há é confusão entre os párocos e os frades apóstatas que enxamearam as Minas até o govêrno do Conde de Assumar: êstes sim, foram terríveis, implacáveis, na busca do ouro, pelo qual haviam abandonado seus conventos e casas. Tantas fizeram, inclusive levantando os povos contra o pagamento dos quintos, que as autoridades se viram obrigadas a expulsá-los das Minas e vedar-lhes a volta para sempre. Já os párocos, sacerdotes seculares, foram mais acomodados nessas questões de dinheiro, vivendo do regime das conhecenças e das côngruas régias (66). Esse regime foi instituído, no Reino, pela Carta Régia de 8 de setembro de 1632, quando os dízimos, isto é, “a decima parte de todo o ganho, e lucro licitamente adquirido por via de qualquer officio, artificio, trato, mercancia, soldada, jornaes de qualquer serviço, tirados os gastos, e despezas” (67), que até então se deviam às igrejas e seus ministros, passaram a ser arrecadados pela Coroa, a qual, em contraposição, assumiu o compromisso de manter as despesas do culto, inclusive aquela que — segundo os dizeres da aludida Carta Régia — “mandava prover, com preferência a tudo, ao pagamento dos ministros, e culto Divino das Igrejas do Ultramar” (68). Ora, os diversos reajustamentos “salariais” que somiticamente a Coroa promoveu, desde 1681 até 1752, jamais corresponderam às necessidades mais urgentes dos párocos, em tôda a parte. Já na Bahia, logo após ter a Igreja

(65) *Op. cit.*, p. 44.

(66) *V. Doc. 5, MG, Caixa 1, do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa.*

(67) *Constituições, cit.*, tit. XXV, n.º 425, p. 178.

(68) *Apud Mons. José de Sousa Azevedo PIZARRO E ARAÚJO, Memórias Históricas do Rio de Janeiro, Silva Pôrto & Cia., 1827, 9 vols., t. VI (dedicado ao assunto).*

perdido a arrecadação dos dízimos, instituiu-se o pagamento de “huma conhecida de certa quantia em dinheiro, segundo o trato de cada hum”, que se dava no tempo da desobriga pascal, como refôrço financeiro à magra cõngrua recebida pelos vigários: pagava, assim, “cada cabeça de casal quatro vintens, e cada pessoa solteira sendo de Comunhão dois vintens, e sendo sómente de Confissão hum vintem de conhecida, a que vulgarmente se chama Alleluia, por se costumar pagar pela Pascoa da Ressurreição” (69). Aconteceu que os fiéis recalçitram. Como pagavam os dízimos, declaradamente destinados às despesas do culto, acharam que pagar também as conhecenças para receber os sacramentos era uma verdadeira bitributação. E êles tinham razão. As próprias *Constituiçoens do Arcebispado da Bahia* reconhecem que sôbre êsse assunto “já tem havido varios pleitos, e sentenças em juizo contraditorio”, mas ordena que “se guarde o costume de muitos annos introduzido neste nosso Arcebispado”. O costume espalha-se pelos outros Bispados.

E chega também às Minas. Ali, em virtude da abundância inicial do ouro, os primeiros vigários não recebem cõngruas: vão diretamente às conhecenças, generosas conhecenças que todos dão, de uma oitava de ouro por adulto e meia oitava pelos menores e escravos. Mas, nem todos os padres são “conquistadores capazes de afrontar os maiores perigos”, como lembra que foram os Pes. João de Faria Fialho, Bitancur e De la Contria famosa carta setecentista (70), como querendo dizer que êsses tonsurados desabusados sabiam tirar ouro das minas e também das bõlsas dos rudes aventureiros dos primeiros dias. Muitos vivem numa penúria tão grande, que o Bispo D. Frei Francisco de São Jerônimo recorre a El-rei, em 1716, pedindo-lhe acudir-lhes com uma “cõngrua e condigna sustentação” (71): D. João V dirige-se ao Bispo do Rio de Janeiro e ao Conde de Assumar, em 1718, mandando dar da sua Real Fazenda a cõngrua de 200\$000 aos párcos, determinando em atenção a ela, que seja baixado o alto preço até então cobrado pelas conhecenças (72). Pela Pastoral de 17 de fevereiro de 1719, o Bispo cumpriu as ordens régias, baixando a taxaço das conhecenças à quinta parte de uma oitava de ouro para

(69) *Constituiçoens, loc. cit.*

(70) Carta do Dr. Quintiliano Alves Jardim, in *Papéis Avulsos do Episcopado de D. Domingos da Encarnação Pontevel*, do Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana (ACMM).

(71) AHU, de Lisboa, C. 1, MG, Doc. 5.

(72) Carta do Dr. Quintiliano, *cit.*

qualquer pessoa (i. e., 300 réis, pois então o preço da oitava era de 1\$500), que o seu sucessor, D. Frei Antônio de Guadalupe, confirmou, em sua visita pastoral de 1727. Mas, naquelas ricas Minas do Ouro, tudo deveria feder a dinheiro, alguns vigários exorbitaram na cobrança dos seus emolumentos e a Câmara de Vila Rica reclamou contra ela, decidindo-se, por ordem de El-rei, que uma junta se reunisse ali, composta de civis e eclesiásticos, o que aconteceu, sob a presidência do Governador Gomes Freire de Andrade, recém-chegado em novembro de 1735. Quinze anos depois, justamente nos primeiros tempos do governo diocesano de D. Frei Manuel da Cruz, nova grita se levantou, agora dos provedores de capelas, os quais, alegando pagar cômguas aos seus capelães, quiseram eximir-se do pagamento das conhecenças. Foi no calor dessas querelas que se iniciou a segunda fase da história da Igreja Mineira colonial, ao empossar-se em Mariana o primeiro Bispo das Minas Gerais.

D. Frei Manuel da Cruz, advindo do Maranhão, tomou posse de sua catedral de Mariana, numa festa magnífica, que em quase nada ficou a dever à do Triunfo Eucarístico. Sobre essa esplêndida recepção há a obra *Aureo Trono Episcopal*, de autor anônimo, editada em Lisboa, em 1749, que enumera minuciosamente os festejos que se deram, em outubro de 1748, quando o Bispo chegou à sede marianense. Coube a êsse monge cisterciense — filho que era êle de São Bernardo — a organização primeira da Igreja Mineira colonial. Seu primeiro cuidado, depois de tomar posse, foi a criação do Cabido Diocesano, constituído dos cônegos e funcionários de sua Catedral, com os quais o Prelado acreditava que poderia estruturar a administração de sua vasta Diocese; êsse Cabido constava de catorze canonicatos, “incluzas as Dignidades d’Arcediago, Arcipreste, Chantre, Thezoureiro Mór: com elles officiam doze Cappellaens: quatro moços do Côro os servem” (73). Em seguida, criou o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, do qual damos notícia mais minuciosa no lugar próprio. Homem piedoso e organizador, D. Frei Manuel da Cruz introduziu nas Minas devoções novas (do Coração de Jesus, por exemplo); afervorou as instituições religiosas, especialmente o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas (a única casa sob regra monástica que encontrou em sua Diocese); ela-

---

(73) *Arquidiocese de Mariana, cit.*, II, p. 42. Manuel Aires de Casal, *Corografia Brasileira*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945 e 1947 (ed. fac-similada), 2 vols., t. I, p. 372.

borou um regimento para as comarcas eclesiásticas mineiras, de acôrdo com as leis e costumes da época; visitou a Diocese em tôda a sua imensa extensão, quando sentiu a necessidade que havia de criar novas paróquias; apressou a conclusão das obras da Catedral, dotando-a de todos os paramentos e alfaixas necessários às cerimônias do culto; e as grandes igrejas de Minas, as de São Pedro, de São Francisco, do Carmo e do Rosário, de Mariana, e a maioria das de Vila Rica, de São João del, Rei, de São José do Rio das Mortes, de Sabará, de Caeté, do Tijuco e de Barbacena “foram, pelo menos, começadas com provisões e sob as vistas do grande Bispo” (74).

Mas, não obstante o zêlo do Prelado em seus quinze anos de ação pastoral, nem por isso se resolveram os graves problemas em que se debatia a Igreja Mineira. Se antes êles se apresentavam isolada e esporadicamente, na decorrência individual da frágil condição humana, a que não conseguiam refugir párocos ou capelães desassistidos do longe sertão, a partir da existência do Bispado, do corpo capitular, da administração diocesana e das gerações de sacerdotes saídas do Seminário de Mariana, os problemas como que se institucionalizaram também e passaram a um âmbito de maior ressonância e, pois, de maior gravidade. Um, que até surgiu com a criação do Bispado, foi o do Cabido Diocesano. Instituído com extremos de carinho e de esperança por D. Frei Manuel da Cruz, para o seu mister de assistir o Bispo na gerência espiritual e administrativa da Diocese, não estêve, em um só momento, à altura de sua responsabilidade: foi um capítulo, sim, de mesquinhas e quizílias, que jamais se acabaram, em tôda a história colonial de Minas Gerais. Os bispos dessa época, D. Frei Manuel, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel e D. Frei Cipriano de São José, colheram só amarguras dessa súcia de cônegos desocupados. Não há símbolo mais eloqüente da absoluta esterilidade moral e espiritual dos cônegos marianenses coloniais do que o desgoverno da era vacante do Bispado, o período que vai da morte de D. Frei Manuel da Cruz (janeiro de 1764) até a entrada de D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel (fevereiro de 1780): nesses dezesseis anos, em que não houve pastor de fato na Sé marianense, o chamado “período dos procuradores” — cônegos do Cabido designados pelos bispos titulares para administrarem a Diocese em seu nome — a vida religiosa das Minas conheceu

---

(74) *Arquidiocese de Mariana, cit.*, t. I, p. 117.



a estagnação. “É um período apagado, sombrio, de tibieza moral e espiritual, digno da regurgitação apocalíptica. Sem o estímulo e o acoroçoamento de um Pastor à frente da Diocese, cheio de virtude, de zêlo apostólico e de fôrça administrativa, aquêlê numeroso clero de quase trezentos sacerdotes — que D. Frei Manuel ordenara ou recebera em sua gestão episcopal e dos mais recentes do período vacante — perdera o sal de sua conservação.” (76) Na era dos procuradores, o Seminário de Mariana entrou em decadência, tanto patrimonial como no campo educativo e formador. Pertence a essa fase o episódio revelador do jovem seminarista João Batista Farnesy (*sic*), “hum estudante do Cerro, no Seminario de Mariana”, história de sabor cinematográfico, que nada abona a disciplina daquela casa de formação eclesiástica (76). Fizeram-se, pois, ordenações numerosas de gente impreparada para o ministério, “hum grande numero de Sugeitos, sem necessidade, e sem escolha”, até “Soldados da Tropa paga” — como denuncia a irregularidade o Desembargador José João Teixeira, em sua *Instrução para o Govérno da Capitania de Minas Gerais* (77). O resultado dessas ordenações seria aquela frouxa geração de padres, a quem os viajantes das primeiras décadas do século seguinte torcem o nariz, por causa de seu geral desinterêsse sacerdotal, exceção feita de alguns mais idosos, saídos do Seminário marianense nos tempos mais antigos e mais prósperos de sua obra formadora, homens que edificaram sempre, pela sua virtude, seu zêlo e sua ciência, como se pode ler, mais de uma vez, em Mawe, em Saint-Hilaire ou em Martius. Além dêsse envilecimento do regime das ordenações, os procuradores arruinaram o patrimônio do Seminário, a ponto de, em certa época, ficar êle quase fechado, sem ter dinheiro para o pagamento dos seus professores, inclusive do próprio reitor. A falta de autoridade estabeleceu-se, generalizou-se a desordem, encheram-se as prisões eclesiásticas, provocando a intervenção das autoridades da Capitania e, entre os presos, contou-se o Dr. Inácio Correia de Sá, que seria mais tarde o próprio Governador do Bispado... O historiador Diogo de Vasconcelos, que é tão concessivo em sua *História da Civilização Mineira*, acaba por dizer que uma Sé anarquizada como aquela deveria antes fechar-se (78).

---

(75) José Ferreira CARRATO, *op. cit.*, p. 116-7.

(76) *Códice 205* do APM, de 1777 (sem numeração de fls.).

(77) *RAPM*, VIII, p. 449.

(78) *Hist. Civ. Mineira, cit.*, p. 78.

O que acabou por acontecer foi que, nesses anos de indisciplina e desordem, foi-se tôda a obra penosamente construída pelo primeiro Bispo de Mariana, especialmente aquêlo clero indígena, tão carinhosamente criado pelo falecido antístite. A pedra de toque dessa ruína foi o geral relaxamento do clero, com o agravamento, principalmente, da velha questão das conhecenças. Logo que assumira o governo do Bispado, D. Frei Manuel da Cruz teve de avir-se com essa dúvida permanente, quando os senhores donos de capelas, com os seus capelães, vieram ao Bispo reclamando a extinção das conhecenças. O Bispo recorreu à Metrópole e esta decidiu, em determinação executada por D. Frei Manuel (31 de março de 1755), que os párocos, para perceberem as conhecenças, deveriam pagar aos capelães ou, no caso de não lhes pagar, deveriam ceder-lhes essas mesmas conhecenças. Quando assumiu a Diocese de Mariana, em 1780, o Bispo dominicano D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, os dias da fartura do ouro estavam passando e, aos poucos, fôra chegando a carestia. Então, a cobrança da conhecença de três tostões tornou-se cada vez mais odiosa. Todo o governo episcopal de D. Frei Domingos — homem justo e bom — foi subvertido por essas mesquinhas querelas: sucederam-se, em tôdas as Comarcas da Capitania, os pleitos intentados pelas pessoas do povo contra o seu pagamento, apesar de os vigários triunfarem sempre. Até que chegou um dia, em 1783, em que um paroquiano influente e poderoso ameaçou ganhar uma causa; aí, cresceu o movimento popular e surgiu uma campanha contra as conhecenças, promovida por um ex-fidalgo e ermitão, um tal D. Francisco de Sales Moraes, consubstanciada num *Requerimento* dirigido por êle a D. Maria I. A soberana encaminhou o caso ao Bispo Pontevel, prometendo providências depois de ouvir ao Prelado e aos vigários mineiros. A carta de resposta a êsse *Requerimento*, escrita pelo Vigário de Congonhas do Campo, Dr. Quintiliano Alves Teixeira Jardim, em nome do Bispo de Mariana, é um lúcido depoimento sôbre o ingrato problema e esclarece bem a difficil condição em que estão colocados muitos dos vigários mineiros da era da decadência aurífera. Difficil situação econômica principalmente, que, de um lado, impedia ao clero bom exercer condignamente o seu ministério, e de outro, favorecia os maus elementos a se prevalecerem a avançar avaramente na cobrança abusiva do negregado tributo. Porque, se de fato — como conta até pateticamente o Dr. Quinti-

liano em sua *Carta* <sup>(79)</sup> — os vigários desapegados superaram com o seu espírito de sacrifício as dificuldades de sua fábrica paroquial, nem sempre houve iguais notícias de clérigos e simoníacos, alguns dos quais chegaram a negar a sagrada comunhão, no altar (*horresco referens!*), aos fregueses que lhes estavam devendo a remuneração habitual <sup>(80)</sup>. . . A. de Saint-Hilaire, que conta essa sordidez inaudita, acrescenta que era comum, na segunda década oitocentista, encontrarem-se vigários — de certo do estófo desses traficantes de âmbula na mão — que arrecadavam de 8 a 9 mil cruzados, em bruto, em suas freguesias, compreendendo-se nessa soma os emolumentos e a cônica paga pelo Governo. “O curato [o informante deveria escrever corretamente: a freguesia] de Vila do Príncipe, que foi dividido depois de eu ter passado por essa localidade” — escreve o viajante francês — “produzia antes dessa divisão entre 8 e 12.000 cruzados.” <sup>(81)</sup> Manda, porém, a verdade que se diga que os vigários eram verdadeiramente escorchados, por sua vez, pela burocracia episcopal, que exigia dêles uma porção de provisões anuais — vício eterno que ainda acontece em muita cúria diocesana dos nossos dias. . . — custando, cada uma delas, muito bom dinheiro: provisões para celebrar, para confessar, para pregar, para exercer as funções de coadjutor, de capelão, e, até de sacristão!

Quando o provimento das freguesias era feito por concurso, ainda havia dignidade e salutar emulação entre os candidatos. Ao vagar-se uma paróquia, os concorrentes “se opunham” às vagas, apresentando-se perante quatro examinadores designados pelo bispo; o exame era feito em público, os examinadores apuravam três candidatos, o bispo os apresentava ao Rei, para que fôsse nomeado um dêles. Mas, embora persistissem os regulamentos desses concursos, a desenfreada política da Mesa da Consciência e Ordens, na Côrte, foi relegando-os pouco a pouco ao olvido e passou a prover as vigararias por meio das influências pessoais e de família, de intrigas e até de propinas em dinheiro. A simonia está muito mais presente na crônica eclesiástica mineira colonial do que parece. Já tivemos ensejo de anotar vários casos dêsse tráfico criminoso de coisas santas, por parte de sacerdotes do tempo, denunciados por testemunhas fidedignas <sup>(82)</sup>.

(79) *Papéis Avulsos*, de D. Domingos E. Pontével, in ACMM.

(80) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, I, p. 156.

(81) *Idem, ibidem.*

(82) V. cap. II, de nossa obra *As Minas Gerais e os primórdios do Caraja*.

Se o século XVIII foi, na Europa e em tôda a parte, uma época de decadência religiosa, no Brasil em geral, e nas Minas Gerais em particular, essa decadência foi profunda, como estamos vendo, ainda mais agravada pela ausência ali daquela reserva da Igreja Católica, que tem sido, em suas horas de crise, os verdadeiros "batalhões sagrados" da salvação da fé: as Ordens Religiosas. Se o Papado acaba por desonrar-se, nas lutas intestinas romanas dos séculos IX e X, eis que surgem os monges de Cluny e reagrupam os mosteiros esparsos em comunidades possantes e reconduzem a Igreja, a contragosto do particularismo episcopal da época, a um magnífico esforço de renovação. As heresias dos albigenses e valdenses devastam a Cristandade no século XIII? Eis que despontam novas coortes da fé, as Ordens mendicantes — franciscanos, dominicanos, mercedários, servitas, trinitários, carmelitas — que vão para o meio do povo e o convencem, pela pobreza, pelo sacrifício e pela integração em seus próprios problemas. A Reforma protestante quebra a unidade da Igreja no século XVI? Eis que aparece a Companhia de Jesus, milícia de vanguarda para a defesa católica, promotora e realizadora do espírito e da disciplina da Contra-reforma. O século XVIII conhece a maré montante da pregação enciclopedista e, contudo, não assiste ao aparecimento dos grandes campeões da fé, que marcaram suas épocas com suas presenças envolventes e avassaladoras. A vida e a obra dêsse setecentista ilustre que foi Santo Afonso de Liguori, por exemplo, não podem ser comparadas com as de outros heróis da fé em melhores séculos para a Igreja. Pouco se pode falar sôbre as Ordens Religiosas. Onde estão elas?

Se fizermos essas perguntas, no Brasil e nas Minas Gerais setecentistas, a resposta será ainda mais desalentadora que na Europa. Nas Minas, especialmente, os primeiros representantes das Ordens Religiosas que chegam no *rush* do ouro fazem do escândalo e da apostasia seu breviário cotidiano<sup>(83)</sup>. Tais os frades "levantados" da Guerra dos Emboabas, de que é figura bem representativa Frei Francisco de Menezes, da Ordem da Santíssima Trindade. Seu comportamento choca de tal forma, mesmo os mais empedernidos, que El-rei D. João V baixará logo em seguida diversas ordens régias proibindo a entrada de frades em Minas Gerais<sup>(84)</sup>. Das autoridades, a má vontade para com padres e frades atinge também o povo. Mas, essa

(83) ANTONIL, *op. cit.*, p. 261.

(84) Cartas Régias de 12.X.1710, de 9.VI.1711 e de 27.I.1715, marcam a instância do problema, na época.

má vontade abrange também os dignitários mais graduados da hierarquia, traduz-se em manifestações de desaprêço ou de franca rebelião, às vèzes contra prelados digníssimos, como é o caso do Governador Luís da Cunha Menezes (o Fanfarrão Minésio), que desfeiteia públicamente o Bispo de Mariana, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, mais de uma vez, attitude que as *Cartas Chilenas* profligam veementemente<sup>(85)</sup>. O mesmo Prelado, ao visitar São João del Rei em 1781, só não passa pelo vexame de ser desacatado em público pelo Ouvidor Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, homem atrabiliário, porque o impede o Governador Rodrigo José de Menezes<sup>(86)</sup>. Um bispo setecentista, pelo regime de rígida vinculação da Igreja ao Estado absolutista de direito divino, tem aparentemente todos os meios de cumprir sua missão pastoral<sup>(87)</sup>; mas, tão logo ensaia um passo, sente-se peado pelos imperativos regalistas dêsse mesmo regime, que o confinam à condição de simples funcionário de Sua Majestade. Prêso nesse círculo, o prelado, via de regra, vai-se acomodando à situação, descendo do seu alto ministério ao aulicismo, do altar à sinecura. Porque não são raros os casos de hierarcas que até preferem tornar-se validos da Côrte, em Lisboa, desde que as naturais dificuldades pastorais, accrescidas das interferências régias, os tanjam para ali. Pertencem êles àquela ditosa fauna episcopal de “petimetres” encostados na Capital do Reino, sempre em licença ou resignatários, como acontece com o bispo D. Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis, que jamais se animou a vir assumir em Mariana<sup>(88)</sup>. Há os licenciados inveterados, às vèzes joalherias ambulantes verdadeiras, como viu um dêles, um dia, em Lisboa, o médico paracatuano Dr. Francisco de Melo Franco, em seu *Reino da Estupidez*:

“Prontos saltando da vermelha tábua  
ajudam a descer um gordo Bispo,  
que na Côrte se achava em licença.  
Vinha todo de sêda, e do pescoço  
uma cruz lhe pendia cravejada  
de lúcidas safiras; de brilhantes  
o majestoso anel cegava os olhos,  
e pouco menos as fivelas de oiro.”<sup>(89)</sup>

(85) *Cartas V e XI*, vv. 213 e 281, pp. 239 e 300 (*Poesias J Cartas Chilenas*, de Tomás A. GONZAGA, Imprensa Nacional, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1957 (org. por M. Rodrigues Lapa).

(86) AHU, de Lisboa, Caixa 56, MG, Doc. 40, de 31.XII.1781.

(87) Há todo um aparato jurídico-legal que autoriza a missão do bispo.

(88) *Hist. Civ. Mineira*, cit., pp. 77-8.

(89) *Reino da Estupidez*, in *Coletânea de Autores Mineiros*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1922, vol. I, Canto II, p. 219.

É evidente que, ao lado desses verdadeiros trãsfugas mitrados, floresce muitas vêzes a santidade heróica. D. Frei Manuel da Cruz, e D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, bispos marianenses, são mais do que pastôres exemplares: tornam-se homens predestinados. Talvez fôssem, como tantos na história da Igreja, mortificados que só comessem um pedaço de pão e só bebessem água; talvez vigiassem noites inteiras aos pés do Santíssimo Sacramento, com a alma e o coração acesos de piedade, como a lâmpada votiva do santuário. Quem sabe não levariam cilícios sob seus hábitos talares? Contudo, é certo que foram ambos zelosos da palavra de Deus, que pregaram sempre, ajudaram os pobres e os pequeninos, e praticaram tôdas as virtudes evangélicas.

Situação ainda mais sintomática que a da hierarquia dirigente — esse "alto clero" composto de bispos e superiores de Ordens — é a dos curas dos pequenos presbitérios do sertão. Entregues à própria sorte, sem o bafejo da política eclesiástica da Côrte ou das sedes dos bispados, esses pobres párocos sertanejos não têm vez: enraízam-se vegetativamente em sua vidinha de modorra e de rotina, e acabam seus dias, sem dar que falar de si. Isto, quando são homens medíocres, desprovidos de luzes especiais. Mas, há muitos desses curas do sertão, figuras excepcionais, que sabem vencer, com a sua determinação e inteligência, o abandono a que estão injustamente votados. Homens do seu tempo, dão-se ao cultivo das letras, em seus infindos lazeres sertanejos, e mostram-se receptivos à circulação das idéias novas do século, que abraçam entusiásticamente. O primeiro desses vigários da roça que se faz notar é o Pe. Domingos Simões da Cunha, cultor, antes de tudo, da poesia satírica, esse gênero satírico tão encontradiço nos padres-literatos mineiros do tempo, que vai viver bem mais de um século, até os Pes. Manuel Xavier e José Joaquim Correia de Almeida, já nos primeiros anos deste centênio. Curiosa essa veia da *satura* romana no sertão das Minas setecentistas! Nossa suposição é a de que, relegados, como vigários da roça, da carreira hierárquica e postos em desconfiança ideológica perante seus colegas mais tradicionalistas, por causa de suas idéias avançadas, mas, por outro lado, não aceitos incondicionalmente pela *intelligentzia* iluminista e profana com que se comunicam, pela sua condição de homens da Igreja, acabam sentindo-se entre dois fogos contrários. Tornam-se marginais, deslocados de um e de outro meio. Obrigados ao ministério das almas simples do sertão, eis que se vão transformando em ver-

dadeiros acumuladores de ressentimentos, incompreensões e mesquinhas da natural estupidez humana, desforçando-se, depois, dessa carga emocional em versos, e versos epigramáticos e sarcásticos, contra tudo e contra todos. As *Queixas do Presbítero Indigente*, do Pe. Simões da Cunha, retratam muito bem o *pathos* psíquico desses clérigos satiristas. Homem de talento versátil e de cultura polifacética, êsse padre paracatuano foi excelente latinista, conheceu o italiano e o idioma indígena, cultivou a poesia, a literatura dramática e a música, introduziu em seu remoto Paracatu os espetáculos teatrais, e foi também exímio repentista. Foi, enfim, desses prodigiosos autodidatas do Brasil colonial, um sertanejo que “tocava sete instrumentos”. Mas, destacou-se principalmente como poeta satírico. Entre outras coisas, escreveu: *Gil Blas*, comédia; um *Poema dedicado a D. João VI*, queimado pelo autor num momento de mau humor; *Queixas do Presbítero Indigente*, e *Ao Abuso que se Faz do Chapéu de Sol*, sátiras e a ode *À Feliz e Estimada Vinda do Nosso Amado Pastor o Revmo. Pe. Joaquim de Melo Franco* <sup>(90)</sup>. Além de fazendeiro, também lavrou o jardim das letras o Pe. Silvério Ribeiro de Carvalho, na qualidade de poeta de fácil estro epigramático, todo endereçado à crítica dos costumes e dos tipos ridículos do seu meio; escreveu o Pe. Silvério de Paraopeba — assim era chamado — muitas poesias, que se tornaram populares em tôda a Capitania e Província. As vésperas da morte, já octogenário, mas revelando impressionante juventude espiritual, ainda pôde compor um hino para os revolucionários de 1842. Os poemas desse satirista, que foi cognominado o “Tolentino de Minas”, foram reunidos no volume *Trovas Mineiras*, publicado em 1863, hoje obra raríssima.

Entretanto, além dos padres inconfidentes já lembrados, a tentação da política iria envolver em seus engodos muitos outros sacerdotes do Iluminismo mineiro. O mais antigo deles é o Cônego Luís Antônio da Silva e Souza, mulato humílimo, que até se ordena com licença especial de Roma, mas se torna historiador, e poeta, e perfaz notável carreira política em Goiás, tornando-se o patriarca da política goiana <sup>(91)</sup>. Os Pes. Belchior Pinheiro de Oliveira e José Custódio Dias elegem-se às Côrtes constituintes portuguesas de 1821 e 1822, sendo que o segundo, pelo seu prestígio e habilidade, manteve, nos tempos

(90) *Arq. Mariana, cit.*, II, p. 90.

(91) Caio PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo*. Liv. Brasiliense Edit., São Paulo, 1957, 5.ª edição, p. 278.

agitados da Abdicação e da Regência, em sua casa, à Rua da Ajuda, na Chácara da Floresta, no Rio de Janeiro, um verdadeiro clube político, onde, reunidos os partidários liberais, Vergueiro e Evaristo da Veiga à frente, tomaram decisões que abalaram o Império, mais de uma vez<sup>(92)</sup>. Então, também já se revelara o Vigário de Pouso Alegre, Pe. José Bento Leite Ferreira de Melo, que se reelegera sucessivamente nas três primeiras legislaturas do Império, e acabou sendo um dos seis signatários do projeto que declarava a Maioridade de D. Pedro II<sup>(93)</sup>; aliás, a casa do Deputado Pe. Ferreira de Melo tornou-se a sede do chamado "Clube da Maioridade", fator decisivo da ascensão do segundo Imperador ao trono, anunciada ao povo pelo Pe. José Bento, em seu famoso discurso, da janela do Senado, no dia 23 de julho de 1840<sup>(94)</sup>.

Outra sedução do século, a que não estarão imunes os elementos do clero, é a atividade econômica, o gosto do dinheiro, procurado não apenas como cônica do altar, mas através dos rendimentos de atividades profanas, muito frequentes. Já dissemos em outro trabalho nosso que "o padre iluminista de Minas foi, tantas vezes, apenas um homem de batina"<sup>(95)</sup>. Justamente porque a Ilustração não foi, entre nós, tão infensa à Igreja como na maior parte da Europa, a vigilância eclesiástica afrouxou e as novas correntes culturais penetraram no clero muito mais profundamente aqui do que lá "onde — na expressão de um especialista — não tocara a Igreja senão em uma capa superior levíssima"<sup>(96)</sup>. No que diz respeito a coisas de dinheiro, a influência das novas concepções do iluminismo utilitário foi grande. O Pe. José da Silva e Oliveira Rolim, filho de família rica, dá-se o gosto de emprestar dinheiro a dezenas de pessoas, vencendo, com certeza, avanços consideráveis. O Cônego Carlos Correia de Toledo, Vigário de São José do Rio das Mortes, vive como um nababo, aprecia o esporte das demandas, ganha quase sempre e não gosta de pagar o que deve<sup>(97)</sup>. Tanto A. de Saint-Hilaire como outros

(92) João ARMITAGE, *História do Brasil*, Eds. Tecnoprint, Rio de Janeiro, 1965, p. 301.

(93) V. Joaquim Manuel de MACEDO, *Ano Biográfico Brasileiro*, t. II, p. 354; Amadeu de QUEIRÓS, *O senador José Bento*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1933, p. 95; e SACRAMENTO BLAKE, AUGUSTO Vitorino Alves, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883, 7 vols., t. IV, p. 338.

(94) *O Senador José Bento*, cit., p. 95.

(95) V. obra nossa, já citada, p. 90.

(96) V. *La Ilustración Europea*, de OSCAR WALSSEL, in *La Época del Absolutismo*, Madrid, Espasa-Calpa, 1947, t. VI, p. 352.

(97) *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1936, 6 vols., t. IV, p. 165; Joaquim NORBERTO, *História da Conjuração Mineira*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 2.<sup>a</sup> edição, 1948, 2 vols., t. I, p. 109.



viajantes europeus anotarão o elevado número de sacerdotes que se tornam fazendeiros, mineradores, negociantes<sup>(98)</sup>, estalajadeiros, advogados, solicitadores e até curandeiros<sup>(99)</sup>. John Mawe, em sua viagem a Minas, hospeda-se em uma estalagem pertencente a um padre e administrada por um mulato impertinente<sup>(100)</sup>; os cientistas e viajantes Spix e Martius vão dar, no sertão do rio Mainarde, a leste de Mariana, com “bom agasalho numa hospedaria solitária, uma venda de propriedade do Pe. Manuel”<sup>(101)</sup>, não longe, aliás, do sítio de um outro clérigo extravagante, que parece aos dois sábios “um digno émulo do eremita do *Decameron*”<sup>(102)</sup>; ainda o mesmo Saint-Hilaire conhece um padre advogado, “muito digno, aliás”, que depois da missa dos domingos vai caçar veado com os amigos<sup>(103)</sup>; também conhece e admira o Pe. Manuel Rodrigues da Costa, o qual, mesmo antes de envolver-se na Inconfidência, já é dono de seu sítio da Tapera, no Registro Velho, e que, tão logo cumprida sua pena de inconfidente no exílio, regressa, para tornar-se um grande fazendeiro, poderoso e inovador<sup>(104)</sup>; o Barão de Eschwege acompanha as atividades científicas do Dr. José Correia de Freitas, eclesiástico-minerador dos primórdios do século passado, que dá início à exploração subterrânea da mina de ouro de Congonhas de Sabará, hoje Morro Velho; não podendo importar pólvora, porque as autoridades régias o proibem, o padre faz aquecer fortemente a pedra e lhe atira água; ela se espedaça e assim êle colhe o minério, o qual, lavado e moído por vinte e quatro operários (trabalho livre) e cento e vinte e dois escravos, dar-lhe-á, apurados, 16 quilos de ouro em 1814<sup>(105)</sup>; também é adiantado fazendeiro, em tôda a sua longa vida de oitenta anos, na Freguesia do Paraopeba, o Pe. Silvério Ribeiro de Carvalho.

Encerramos êste quadro das elites religiosas mineiras setecentistas com um rápido esboço de sua figura mais alta, êsse curioso D. Frei Cipriano de São José, exemplo acabado do príncipe eclesiástico ilustrado bem típico. Seu govêrno episcopal, em Mariana, faz lembrar o de certos principados eclesiás-

(98) SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Províncias*, cit., I, p. 164.

(99) ESCHWEGE enumera, em sua Tabela das Lavras de Ouro de cada distrito da Província, em 1814, dezenas de padres proprietários de minas, in *Pluto Brasiliensis*, Imprensa Oficial (Ed. do Centenário), Belo Horizonte, 1922, pp. 426-466.

(100) MAWE, *op. cit.*, p. 164.

(101) SPIX e MARTIUS, *op. cit.*, I, p. 332.

(102) *Idem*, *ibidem*.

(103) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, II, p. 164.

(104) *Idem*, I, p. 112.

(105) SPIX e MARTIUS, *op. cit.*, II, pp. 84-86.

ticos alemães dos fins do século XVIII, tais sejam os de Mogúncia, de Würzburgo, de Colônia ou de Salzburgo, até com aquêlê mesmo toque igualmente despótico e patriarcal. Nascido em 1743, até que se ordena em 1768 entre os franciscanos da Arrábida, completa sua educação já aos influxos do consulado pombalino, de tal forma que, além do seu leitorado de Teologia, incluirá um curso de Fisiologia. Afeito à linha do melhor neoclassicismo, será orador escoreito e escreverá sempre em vernáculo impecável, dom um tanto despiciendo em seu tempo. Já provecto e gozando os lazeres palacianos de pregador régio, em Bemposta, eis que o constangem, na Côrte, a aceitar o Bispado de Mariana <sup>(106)</sup>.

Mas, o gordo Prelado, homem afinado ao *esprit* de sua época, exige de Lisboa tais recursos patrimoniais que virá viver em sua sede episcopal com um aparato principesco, sem nada ficar a dever àquelas côrtes rococós da Europa. A Rainha envia para sua Sé Catedral as “banquetas e as alfaias preciosas que lá ainda estão, os damascos decorativos e os ornamentos ricos, sem se esquecer do grande e majestoso órgão, que hoje, desconcertado e mudo, lembra apenas a passada glória das grandiosas festas” <sup>(107)</sup>; manda-lhe ainda tudo aquilo que convém à dignidade de uma casa episcopal — baixelas de prata, porcelanas, damascos e linhagens e até um coche de Estado. O Governador das Minas põe-lhe à disposição um piquête de cavalaria, com ordenanças, aquartelados perto do palácio.

Aposentado ali como um grão-senhor, o Prelado só receberá visitas de etiquêta ou os áulicos mais íntimos. Só sairá à rua de sege, assistido pelas ordenanças. Aos clérigos só os recebe revestidos de suas melhores vestes talaes, “no maior asseio, barbas e coroa feitas de nôvo, sapatos rasos de fivela, barrete e capa, ou tricórnio, se iam de samarra sem mangas sôbre a batina” <sup>(108)</sup>. As recepções oficiais se fazem na sala do dossel, que “dá gôsto aos olhos” — como ainda a viu o marianense e historiador Diogo de Vasconcelos — “com seus móveis antigos suntuosos, cadeiras de espaldar, forradas de damasco

(106) Dados sôbre D. Frei Cipriano de São José, no Arquivo Secreto do Vaticano: Pregador da Capela do Palácio de Bemposta, em 3.1.1782, nomeado pelo Príncipe Consorte de D. Maria I (Processo consistorial, Vol. 201, fls. 378); é-lhe concedido o privilégio *in perpetuum* de Mesa Travessa, porque completou “os annos de Leitor de Filosofia e Teologia”, em 11.X.1790 (fls. 375), por frei Félix de Santa Maria da Arrábida, Min.º Provincial; nomeação e apresentação ao Santo Padre, pelo Príncipe Regente (fls. 378).

(107) *Hist. Civ. Mineira*, cit., p. 84.

(108) *Idem*, p. 85.

vermelho e paredes de friso”, a cujo acesso um mestre-sala categorizado tem a missão de encaminhar as visitas. Talvez à reminiscência do seu antigo privilégio da Mesa Travessa, Dom Frei Cipriano instituirá dois banquetes oficiais cada ano, aos cônegos e capelães, ao pessoal da Sé e porteiro e meninos do côro: um, na quinta-feira santa, outro nas consoadas do Natal. Banquetes que obedecem a um cerimonial quase de rito<sup>(109)</sup>. De resto, príncipe eclesiástico e áulico cortesão dado a formalidades estritas, o Bispo de Mariana corrige o desleixo e a deslelgância dos celebrantes das rubricas litúrgicas e dos cânticos sagrados e êle próprio irá ensinar a boa execução dos ritos aos mestres de cerimônia, dirigindo-se depois, sem ser esperado, à Catedral, para ver como resultam os officios e as horas canônicas no Capítulo. Advindo de uma Côrte que fizera tradicionais em seus príncipes e reis o amor e o domínio da música, tanto religiosa como profana<sup>(110)</sup>, tão logo chega a Mariana, reajusta o côro do Capítulo — como vimos — manda instalar o grande órgão da Sé, funda uma *schola-cantorum* no palácio, adquire três grandes livros de canto coral para o culto e, nas horas de recreio, apraz-se muito lhano no trato com os alunos de canto-chão a passear pelo belo jardim anexo ao palácio, aliás muito elogiado por Saint-Hilaire<sup>(111)</sup>, que apenas o viu de longe; com efeito, devera ser um jardim o seu tanto naturalista, talvez de acôrdo com as recomendações de J.-J. Rousseau sôbre a plantação de espécies em liberdade, de formas espontâneas, com amplas perspectivas, e sem serem domesticadas, ao qual acrescentara um pomar, onde se aclimaram frutas européias, que, segundo Spix e Martius, “ali davam muito bem”<sup>(112)</sup>. Os mesmos viajantes contam terem ouvido gabos à biblioteca do Prelado, “munida de muitas obras sôbre história natural, e ao seu museu de curiosidades naturais, com uma coleção rica de minérios de ouro”<sup>(113)</sup>: lembremo-nos de que o Bispo fizera também seu curso de fisiologia. Amigo e protetor de muitos dos seus áulicos e fâmulos, é o principalmente do Pe. José Joaquim Viegas de Menezes, com quem tem estreitas

---

(109) Prova do refinamento até da cozinha de D. Frei Cipriano está no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, naquela preciosa fôrma, em pedra-sabão, para a feitura de bolos, com as armas do Bispo arrábido, caprichosamente esculpidas.

(110) Os cuidados de D. Frei Cipriano com a música de sua Catedral coincidem com o período em que os mestres barrocos mineiros ainda estavam presentes nas igrejas de Minas.

(111) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, I, p. 150.

(112) SPIX e MARTIUS, *op. cit.*, I, p. 330.

(113) *Idem, ibidem.*

afinidades espirituais, que o frequenta habitualmente, lhe pinta quadros, dentre os quais aquêle do jardim do palácio, referido por Diogo de Vasconcelos <sup>(114)</sup>.

Quando Dom Frei Cipriano chega a Mariana, estão no auge os jubileus anuais de setembro, no santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, aonde acorrem milhares de romeiros de tôda a Capitania, em busca dos inumeráveis milagres que ali se dão; talvez herdeiro da tradição dos humanistas clássicos, que desde Pomponacci mantinham sua desconfiança em face do maravilhoso, ou porque — professando uma certa teologia de fundo racionalista, em que o Deus taumaturgo cedia lugar à ordem cartesiana, muito comum nas escolas teológicas dos tempos do Iluminismo <sup>(115)</sup> — guardasse para si a convicção de que o milagre é coisa muito rara, originada de uma lei geral estabelecida pela decisão de uma vontade particular, o Bispo arrábido verbera certos “milagres que, em prejuízo de nossa Religião, tão altamente se inculcam e apregoam” ali em Congonhas, que, na opinião de D. Frei Cipriano, nos dias jubiliares, “mais parecia praça de touros que igreja de fiéis” <sup>(116)</sup>... Além disso, o Prelado, homem de gabinete, idoso, gordo e sedentário, desencorajará, com razão ou sem ela, as grandes peregrinações que se faziam na época à Serra da Piedade e ao Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça <sup>(117)</sup>, sob a alegação de que os peregrinos corrompem as intenções das romarias e que não há necessidade de se afastarem de suas freguesias para lucrarem as indulgências oferecidas naqueles centros romeiros <sup>(118)</sup>.

O quadro iluminista do Bispo arrábido se completa com a conduta mantida por êle em relação ao Seminário de Mariana; assim como os príncipes ilustrados europeus fundarão e manterão, tantas vêzes, em desprestígio das Universidades tradicionais, suas Academias próprias, D. Frei Cipriano de São José, após o interêsse manifestado nos inícios de seu episcopado pelo velho Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, irá aos poucos abandonando-o. Começará pela estranha prática de ordenar sacerdotes sem o competente currículo seminarístico, que apenas perfazem no Seminário exercícios espirituais, pregados pelo Pe. Manuel Ribeiro da Cruz. O currículo do Seminário é

(114) *Hist. Civ. Mineira, cit.*, p. 86.

(115) Henri BUSSON, *La religion des Classiques*, Presses Universitaires de France, Paris, 1948, p. 421.

(116) *Arquidiocese de Mariana, cit.*, I, p. 172.

(117) *RAPM*, VI, p. 511.

(118) *Idem, ibidem*.

substituído pela aula noturna de Teologia Moral, que D. Cipriano abre em seu palácio, e pelos cursos régios de Latim, Retórica e Filosofia. Nas mãos inermes dêsse Pe. Ribeiro da Cruz, ex-fâmulo e protegido do Bispo, o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte vai agonizando e morrendo pouco a pouco, até que se acaba fechando, definitivamente, em 1811. É preciso que se diga que as razões dêsse fechamento também eram econômicas: as terras do estabelecimento — a explicação é de A. de Saint-Hilaire — cansaram-se e os escravos morreram; os mineiros empobrecidos já não estavam em condições de fazer novos sacrifícios, e, assim, falta de recursos, chegou o Seminário a não poder pagar seus professôres. O que cumpria, então, era que se congregassem as autoridades civis e eclesiásticas e viessem amparar um estabelecimento tão proveitoso à província e que, já feito e conhecido, reclamava apenas proteção: julgou-se mais cômodo fechá-lo, deixando-o desfazer-se em ruínas (119). O Cônego Raimundo Trindade faz contra D. Cipriano forte carga, nessa sua frouxa atitude na manutenção do Seminário e pergunta: “Não estaria o próprio Bispo concorrendo para que o Seminário se mantivesse fechado?” (120) Aparentemente sim, mas as demarches que o Governador D. Manuel de Portugal e Castro tenta, em 1816, junto do govêrno de D. João VI, referendando uma *Representação* da Câmara da cidade de Mariana, de novembro daquele mesmo ano, fazem crer numa ação velada de D. Cipriano no sentido da criação, na sede do seu Bispado, de “hum Colegio Real de Artes, e disciplinas Ecclesiasticas”, de acôrdo com a propositura daquela Câmara. De duas, uma: o arrazoado encaminhado a El-rei teria sido de autoria do próprio Prelado ou representaria uma ingerência insuportável do Senado da Câmara de Mariana na própria administração diocesana de D. Cipriano, coisa que êste, homem voluntarioso e decidido, jamais aceitaria. Optamos pela primeira hipótese: os próprios têrmos da *Representação* trazem no seu bôjo implicações tão impositivas do dever do Bispo, que sômente êle se permitiria redigi-la ou inspirar sua redação, que parece mais certo. Acreditamos que os ideais pedagógicos do Iluminismo que comparecem às linhas assinadas por D. Manuel de Portugal e Castro sejam dêle: só um homem dado às coisas da educação do tempo —

(119) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, I, p. 151.

(120) Côn. Raimundo TRINDADE, *Breve Notícia dos Seminários de Mariana*, Edição da Arquidiocese, Mariana, 1951, p. 32, *infra*.

como foi o Bispo D. Cipriano, pela sua própria formação intelectual — seria capaz de colocá-los tão lúcidos e minuciosos, naquele encaminhamento governamental. Era evidente o desinterêsse do Prelado pelo Seminário, decadente, sem patrimônio, remanescente de suas origens pedagógicas pré-pombalinas. Não era êsse, pois, o Seminário dos sonhos de um bispo iluminista; muito mais o seria aquêlê “Colégio Real de Artes e Disciplinas Eclesiásticas”, criado ali na sede episcopal, à moda de uma Academia, em que tanto se compraziam os dirigentes iluministas, lá do outro lado do mar.

Era a única coisa que faltava na côrte episcopal de D. Frei Cipriano de São José, naquela “iluminada” cidade de Mariana dos seus dias, tão diferente, aliás, do que pensavam aquêles burocratas da Cúria Romana, em 1797, quando anotaram no verso da última fôlha do Processo da nomeação do Bispo o seguinte título endereçatório, cheirando fortemente o ranço de uma culposa inaturalidade colonialista de séculos idos: “*Ecclesia Mariannen. In Indiis Occidentalibus*” (121)... Mas, aquêles dias esclarecidos aproximavam-se do seu ocaso. Ainda no Arquivo Secreto do Vaticano, achamos uma coleção de cartas do Prelado ao Núncio do Rio de Janeiro, de 1812 a 1816, em que se queixava freqüentemente de seus “estados vertiginosos” (122); o gordo franciscano tinha pressão alta e se finou, com certeza do coração, a 14 de agôsto de 1817, às vésperas da festa da Assunção de Nossa Senhora, padroeira de sua Sé Catedral.

(121) V. Nota 106.

(122) O Arquivo Secreto do Vaticano (Arch. Nunziatura di Lisbona, Div. I, Pos. XVII, Sess. 10.ª) exhibe alguns documentos comprobatórios do férreo temperamento de D. Frei Cipriano, no trato das coisas de sua competência. Assim, informando sôbre as pretensões do Pe. José Joaquim de Andrade a protonotário, escreve: “he a soberba, a vaidade, e presunção quem o cega” (30.I.1813); informando sôbre o Pe. Mateus de Souza dos Reis Leal, diz: “ordenou-se com dimissórias falsas, serviu-se furtivamente do Sêlo do Cabido de Mariana em Sé vaga, e ajustado com outro camarada formarão todos os papeis requeridos para a Ordenação. Imitarão formularios, fingirão Assignaturas, sellarão tudo e carregados de tantos e enormes furto, partirão para Bispado estranho, onde se atreverão a receber todas as Ordens até o Presbiterato” (Carta ao Núncio, em 9.IV.1811). Esse Padre acabou suspenso de ordens, por 18 anos, na Vila do Príncipe; recorreu ao Núncio, que pediu a D. Frei Cipriano que o perdoasse: êsse, o motivo do processo. Ao que parece, o Bispo ficou irredutível. Terrível, o Bispo Cipriano: vindo da Vila do Conde (Portugal) um protegido do Núncio para o Bispado de Mariana, o Bispo local desnascara-o, em carta incisiva ao seu protetor (o Arcebispo Lourenço Caleppi, Núncio). A um homem inflexível assim, o coração lhe deveria sofrer muitos abalos: em seis cartas diferentes ao Núncio, de 1812 a 1816, D. Frei Cipriano se queixa de estados vertiginosos (distúrbios de pressão, decerto), que o acometiam freqüentemente.

### **3. As elites na Igreja Mineira**

Todo o aparato doutrinário sobre o magistério divino da Igreja é coisa tão assente, nas Minas Gerais coloniais, é coisa tão natural, que escusa de ser lembrado. Há toda uma rotina milenária sobre tudo isso, além da imensa ignorância das gentes coloniais em coisas de religião e educação, para que princípios formais, dogmáticos, sejam sequer excogitados. A história da Igreja, no Brasil, é a história de uma grande missão, com todas as implicações que uma missão representa. Mas, é preciso saber qual é o campo das almas, às quais se vai destinar a grande missão. Há o nativo, o bugre primitivo da idade da pedra polida, e há o colono, o aventureiro branco e rústico, a quem se chama cristão. Que fazer diante deles? O trabalho da catequese missioneira vai ensejar-se, nas Minas, muitos decênios depois do descobrimento do ouro, já na segunda metade do século setecentista, em circunstâncias mui especiais, tão especiais que sempre ficará um quadro marginal, escondido nas florestas impenetráveis do Rio Doce, com os bravios botocudos às voltas com uma meia dúzia de santos e abnegados, como o Pe. Manuel de Jesus Maria e Guido Tomás Marlière. Importante, portanto, iria ser o problema do catecismo ensinado ao branco, ao aventureiro do ouro. Mas, êle seria importante se tivesse havido: a rotina da vida e da organização da Igreja da época, de um lado; e a bruta ignorância do aventureiro do ouro, do outro lado, não deixaram que êle se realizasse. A história de uma estúpida corrida de dezenas de milhares de homens de todas as condições, no encalço de uns ouros abundantes que haviam aparecido nuns ribeirões perdidos no áspero sertão do Brasil, não pode compadecer-se com o belo quadro do missionário santo, tendo nos joelhos o curumim inocente, que lhe aprende a primeira lição. Em Minas, o quadro é diferente. A fé irá chegar sem nenhuma missão. Mal comparando, a religião cristã já nasce pronta da vontade do Todo-poderoso, assim como Atena armada nasceu da cabeça de Zeus. Mas, que cruel diferença! Sua figura nada tem de perfeita nem de bonita. A religião setecentista mineira é o próprio retrato do aventureiro bronco e ávido, que chega arquejando, procurando só e uma coisa — ouro, ouro! Mas, os tempos vão passando e a própria evolução do ciclo vai estabelecendo a diferenciação entre os aventureiros. Há os que chegaram de pés descalços, trazendo tudo o que tinham, num

saco, às costas, e que foram bafejados pela fortuna; acharam ouro, ficaram ricos, tornaram-se a nobreza das vilas; e há os que chegaram também descalços, mas continuaram descalços, “pés-rapados”, o “zé-povo”. Para aquêles, logo a religião se torna, além do mais (os retalhos de fé que trouxeram das igrejas brancas lusitanas e do regaço acalentador de suas mães aldeãs), o motivo da ostentação de sua prosperidade nova, na edificação magnífica de igrejas rebocadas de ouro, na promoção de triunfos eucarísticos extravagantes de tanta riqueza, na criação de pequenas côrtes domésticas, à frente das quais pontificam padres-mestres e capelães, povoadas de agregados sem conta e vasta escravaria — ajudando na preparação da família para a sua missão dos privilegiados da terra — os primogênitos para a continuidade das regalias do nome, do cabedal e da posição, os secundogênitos para doutôres de Coimbra, os terceiros para o serviço da Igreja e os mais filhos para os casamentos clânicos, à base de parentescos e interêsses.

Se — como vários viajantes estrangeiros testemunharam, nos princípios do século passado, principalmente Augusto de Saint-Hilaire — os vigários das paróquias se descuidaram frequentemente do ensino da doutrina cristã aos fiéis em geral, dando motivo àquela crassa ignorância religiosa que sempre campeou entre o povo, nas Minas coloniais, nem por isso era muito melhor a instrução que se dava aos filhos da gente abonada mineira. Há um pressuposto permanente na conduta da Igreja, em tôda a história colonial brasileira, em relação à sua obra pastoral e catequética junto do nosso povo: o de que esta terra é uma terra de missão. Uma das decorrências dêsse pressuposto foi a adoção de uma pedagogia catequética, a mais simples possível, que empregou junto dos catecúmenos aborígenes e africanos, e que não deixou de empregar também no ensino do catecismo e das primeiras letras aos filhos dos colonos brancos, essa gente aventureira e ignara, que atravessara o oceano para aqui “fazer América”. Já dissemos que a preceptora Maria Graham, nos primeiros dias do Brasil independente, viu isto e fêz uma anotação muito lúcida sôbre a Igreja Católica do Brasil, que reputamos ainda mais válida para a civilização mineira colonial; a mestra inglêsa dos filhos da Imperatriz Leopoldina, escrevendo sôbre as nossas peculiaridades socioculturais naqueles dias, sentiu a Igreja Católica como a mais “perfeitamente adaptada às necessidades do povo brasileiro” justamente porque se lhe apresentava “como a mais



simples forma de religião" (123). Com certeza, porque entrava diretamente nos sentidos do povo, pela sua pompa litúrgica exteriorista, sem aquelas exigências racionalistas do livre-exame protestante, religião de culto frio e formal, dissonante dos nossos temperamentos meridionais.

Não sei se poderemos escrever com tôdas as letras que a Igreja Brasileira colonial se teria aqui apresentado "como a mais simples forma de religião". Mas, não resta a dúvida de que tôda a sua linha pedagógica catequética, na constante preocupação pastoral da missão, se deixou conduzir por um excessivo simplismo, que, se de um lado atendia bem às necessidades do catecismo ensinado a catecúmenos de menor idade, por outro lado não atendia à informação suficiente que se esperava dar a educandos já adolescentes alfabetizados. Onde houve os colégios da Companhia de Jesus, o problema não foi tão grande, mas, nas Minas coloniais por exemplo, antes que o Seminário de Mariana e as outras escolas dessem os seus frutos, aliás restritos, através da obra educativa dos seus mestres, o problema se agravou por gerações. Daí, a insuficiente formação religiosa das elites mineiras do século do ouro. Antes de tudo, como já vimos, a Igreja Mineira não tem organização bastante, até a instalação do Bispado de Mariana, para exercer qualquer múnus docente. Nem é capaz — afora a obra educativa indireta das escolas domésticas das mães e dos padres-mestres — de insistir, em suas vigararias tumultuadas pela febre do ouro, em "que a Doutrina Christãã, e bons costumes se plantem na primeira idade, e puerícia dos pequenos, mas também se conservem na mais crescida dos adultos, aprendendo huns juntamente com as liçoens de ler, e escrever, as do bem viver no tempo, em que a nossa natureza logo inclina para os vícios" — como tanto recomendam as *Constituições do Arcebispo da Bahia*, que regem a vida da Igreja do tempo (124). Só mais tarde, com o pessoal saído do Seminário de Mariana, é que poderá começar a cumprir as estipulações magisteriais dessas mesmas *Constituições*, que assim rezam: "Mandamos a todas as pessoas, assim Ecclesiasticas, como seculares, ensinẽ, ou fação ensinar a Doutrina Christãã á sua familia, e especialmente a seus escravos, q. são os mais necessitados desta instrucção pela sua rudeza, mandando-os á Igreja, para que o Paroco lhes ensine os *Artigos da Fé*, para

(123) V. *Escôrço*, de Maria GRAHAM, cit., in *Anais da Biblioteca Nacional*, LX, p. 69.

(124) P. 2, tít. II.

saberem bem crer; o Padre nosso, e Ave Maria, para saberem bem pedir; os Mandamentos da Lei de Deos, e da Santa Mãe Igreja, e os peccados mortaes, para saberem bem obrar; as virtudes, para que as sigão, e os sete Sacramentos, para que dignamente os recebaõ, e com elles a graça que dão, e as mais oraçoens da Doutrina Christãa, para que sejaõ instruidos em tudo, o que importa á sua salvação". (Livro I, Tít. II, n.º 4, p. 3).

Como se vê, é um programa mínimo. É só o que há nas *Constituições*, para ser ensinado "aos meninos, e escravos". E nem isso se ensina ao povo, nas Minas. Mesmo a pessoas de certo gabarito, como é o caso do Inconfidente Coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, proprietário de "lavouras e lavra" na Ponta do Morro, irmão de padre, cuja ignorância religiosa era completa: ao lhe perguntar o juiz, no 3.º interrogatório de 27 de julho de 1791, nas devassas da Inconfidência Mineira, se "êle era católico e sabia as obrigações de cristão, respondeu o coronel que no tempo que jurou era fantasma de cristão; agora é que conhece as obrigações que devia ter" (125); o frade franciscano Raimundo de Penaforte comenta, em sua obra *Últimos momentos dos Inconfidentes de 1789 pelo padre que os assistiu de confissão* (nota 31), que a educação religiosa do Cel. Francisco Antônio fôra a mais descuidada possível; e tanto, que quando entrou para a prisão, segundo o depoimento do Dr. José Alvares Maciel, nem sabia persignar-se; saiu, porém, sabendo de cor o officio de Nossa Senhora, e a isso é a que êle alude na resposta que deu ao juiz" (126).

Não é de admirar que um irmão de padre, como era o Cel. Francisco Antônio (seu irmão era o Pe. José Lopes de Oliveira, também incriminado na Inconfidência, aliás sacerdote muito bem dotado), acabasse interessando-se pela religião, depois que o apartaram do convívio dos homens, como lhe disse na hora da condenação o parceiro de infortúnio, José Alvares Maciel (127). A atitude da gente mais categorizada, quando não partia da ignorância em matéria de religião, caracterizava-se por uma certa complacência desdenhosa para com as coisas que a ela diziam respeito. Era um dos aspectos do esnobismo do tempo, era demonstrar estar *au dernier cri* do mundanismo setecentista êsse desinteresse pela religião, o

(125) Joaquim NORBERTO, *op. cit.*, II, p. 343.

(126) *Idem, ibidem* (nota 992).

(127) *Hist. Conjur. Mineira, cit.*, II, p. 193.

desrespeito mesmo em relação às coisas do culto, da liturgia, praticado justamente durante as funções, como que para todos verem... Useiras e vezeiras dessas demonstrações desrespeitosas em as autoridades régias, principalmente. Parecia, também, que se comportando acima das convenções aceitas e reverenciadas por todos, eles podiam mostrar aos povos quem é que os governava e lhes mandava. Episódio típico desse estado de espírito parece ter sido o gesto do Ouvidor José Pinto de Moraes Bacelar, na Semana Santa de 1752, na igreja de Santo Antônio, do Tijuco, o qual, durante uma função religiosa, atirou uma flor no colo de uma linda prima de Felisberto Caldeira Brant, o que provocou da parte deste revide imediato, à porta da Matriz, o qual só não resultou em sangue por simples acaso, ao incrustar-se a punhalada vibrada por Felisberto num dos botões do casaco do Ouvidor<sup>(128)</sup>. Outro exibicionista de maus espetáculos na igreja foi o Governador Antônio Carlos Furtado de Mendonça, no curtíssimo período de sua administração (1773-1774). Já ao tomar posse da governança, foi exigindo pálido e repiques de sinos, sob pena de prisão aos sacristães que não dessem acôrdo das andanças de rua do pretensioso Capitão-general, aliás consangüíneo do Marquês de Pombal; na novena da Conceição, o Governador, que era Juiz da Irmandade, sentou-se com o filho natural em lugar acima dos ministros, mandando, ao mesmo tempo, que dessem assento ao seu ajudante-de-ordens em frente à sua cadeira, no presbitério, o que era contra todo o costume e cerimonial aprovado, motivo pelo qual, humilhados, os ministros se retiraram da igreja; mas, noutro dia da mesma novena, estando presente um dos ministros, o Desembargador José João Teixeira, Intendente da Fazenda, chegou o momento dos ductos; o turiferário veio, incensou o Governador e, depois, como era da praxe, prestou igual reverência ao Desembargador. Mas, o Governador não esteve pelos autos; mandou chamar logo a palácio os três sacerdotes celebrantes e os increpou bruscamente, perguntando-lhes com que direito haviam incensado a seculares, além da pessoa do Governador, e intimando-os a que dissessem se tinham feito aquilo por acinte à sua pessoa e autoridade. Houve troca de palavras e os padres recorreram ao Vigário Capitular, Dr. Francisco Xavier da Rua, em Mariana, que os prestigiou, chegando a baixar portaria sobre o

---

(128) Joaquim FELÍCIO DOS SANTOS, *Memórias do Distrito Diamantino*, Ed. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 3.<sup>a</sup> edição, 1956, p. 115.

incidente, asseverando ser perfeitamente ritual o incensamento aos ministros. Chegou o dia da festa de Nossa Senhora da Conceição, 8 de dezembro. Igreja de Antônio Dias cheia de povo, altar iluminado, música pronta para a função maior do ano e os padres já ricamente paramentados para darem início à solene missa cantada: (...) “e estando nós na mesma Igreja, nos assentos determinados — contam os ministros afrontados, em representação a El-rei, o que aconteceu depois — chegou a ella o mesmo Gov.<sup>or</sup>, tão apaixonado, e tão perturbado, com a not.<sup>a</sup>, q.’ lhe tinham dado de sobred.<sup>a</sup> Portaria, q.’ sem nos fazer o cortejo costumado, e tratando-nos com a mayor incivilidade proferiu algumas palavras em vozes altas, q.’ todas se dirigião a nos desattender, e incitar, e feita húa pequena oração, se levantou apressadamente, e hindo á Sacristia da mesma Igreja, fez com que a Missa, q.’ havia de ser cantada, fosse rezada, como succedeo, só p.<sup>a</sup> q.’ senão administrasse o incenso, ficando o povo escandalizado, por senão fazer a festa, destinada ao Culto da S.<sup>ra</sup> da Conceição sua Padroeira, por sem.<sup>e</sup> motivo, e a tempo, em q.’ já estava o Sacram.<sup>to</sup> no Trono, ainda q.’ encerrado com as luzes accezas e tendo o mais preparado p.<sup>a</sup> aquelle fim, e tambem porq.’ vio, que o d.<sup>o</sup> Gov.<sup>or</sup> até ao sahir da Igreja nenhú cazo fez de nos querendo o mostrar, q.’ somos pessoas dignas de desprezo”<sup>(129a)</sup>. E agora, o historiador Diogo de Vasconcelos, em sua *História Média de Minas Gerais* <sup>(129b)</sup>, arremata o quadro: “Não se descrevem o tumulto dos devotos na Igreja, o desgosto da Irmandade, o descontentamento da Música. Foi esta a única vez que em Antônio Dias deixou de haver Missa cantada no dia 8 de dezembro desd’os primeiros anos até o presentel Há mais de dois séculos!” O fato ilustra bem a mentalidade regalista das autoridades coloniais, que usavam a igreja como casa sua e os padres como seus lacaios. E o eram de fato, pois não passavam de simples funcionários de Sua Majestade Fidelfíssima. O próprio Desembargador Teixeira — por quem os officiantes da igreja de Antônio Dias tinham enfrentado a prepotência do Governador — encarece essa situação, quando, escrevendo “sobre a usurpação que os Bispos do Bispado de Mariana fazem dos Direitos pertencentes ao Mestrado da Ordem de Christo”, assevera que “as Igrejas Ultramarinas [entre as quais as Igre-

(129<sup>a</sup>) *Códice 205*, do APM, fôlhas avulsas apenas.

(129<sup>b</sup>) Diogo de VASCONCELOS, *História Média de Minas Gerais*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1918, pp. 208-9.

jas do Brasil] são sujeitas a Ordem de Christo” e, portanto, “a Ordem de Christo he verdadeira Religião, e della he Sua Magestade Fidelissima, Gram Mestra, e Prelado Regular, e Ordinario, sujeita somente a Sé Apostolica, com Jurisdição, Ordinaria, Visitação, Correção e Superioridade nas pessoas, Igrejas, e Bens da mesma Ordem” (130). É bem de ver, pois, que um Governador da Capitania, sentindo-se representante de Sua Majestade, que era “Gram Mestra, e Prelado Regular (!), e Ordinario” de qualquer igreja da terra, mesmo que não fôsse atrabiliário como o sr. Antônio Carlos Furtado de Mendonça, haveria de ser tentado a determinar quantos ductos e ictos deveriam ser dados a quem e por que. . .

É nessa mesma mentalidade de subestimação da hierarquia eclesiástica que, mais de uma vez, outro chefe do govêrno da Capitania, o célebre D. Luís da Cunha Menezes, destrata publicamente o Bispo de Mariana, êsse santo homem que foi D. Domingos da Encarnação Pontevel. Lá está, nas *Cartas Chilenas*, a clamorosa falta de respeito, por todos notada, uma questão de precedência e, pois, de primária educação, que o “Fanfarrão Minésio” (êsse, o apelido que dão as *Cartas* a Cunha Menezes) faz questão de transgredir, por pura brutalidade, assim descrita pelo autor daquela sátira:

“Chega junto da sege, à sege sobe  
e da parte direita toma assento.  
O bispo, o velho bispo, atrás caminha,  
em ar de quem se teme da desfeita.  
.....  
..... fica  
do nosso Fanfarrão ao lado esquerdo.  
Agora dirás tu: Que bruto é êsse?  
Pode haver um tal homem, que se atreva  
a pôr na sua sege ao seu prelado  
da parte da boléia? Eu tal não creio”. (131)

Mas, era pãra acreditar, porque aconteceu, como aconteceram outras coisas piores, como a extorsão da dispensa dos banhos, no casamento que Cunha Menezes fêz às pressas de uma sua amásia, obtida do mesmo Bispo:

(130) *Instrução para o govêrno da Capitania de Minas Gerais, do Desembargador José João TEIXEIRA, in RAPM, VIII, p. 451.*

(131) *Cartas Chilenas, cit., vv. 213-16. pp. 225-30.*

“Agora inquirirás, prezado amigo,  
 se é este sábio bispo aquêle mesmo,  
 que o bruto Fanfarrão, em certo dia,  
 meteu na sua sege, ao lado esquerdo?  
 É este, sim, senhor, o mesmo bispo,  
 a quem o nosso chefe desalmado,  
 enquanto governou a nossa Chile,  
 já dentro do palácio e já na rua,  
 tratou como quem trata um vil podengo.  
 De nôvo inquirirás: “Então um chefe,  
 que trata dessa sorte ao seu prelado,  
 atreve-se a pedir-lhe que lhe faça  
 dispensa em uma lei, a benefício  
 da sua torpe amásia?” ..... (182)

Como se vê, são desacatos formais, de ordem externa, como verdadeiros atos de sociedade, pois é assim que a elite iluminista do tempo considera a cerimônia religiosa.

Contudo, há casos mais graves de irreligião, que resultam de arraigada e consciente mentalidade anticlerical (que é, aliás, a forma mais comum do filosofismo luso-brasileiro), concebida e desenvolvida pela leitura dos corifeus da incredulidade, principalmente os enciclopedistas, como parece acontecer com êsse desabusado “libertino”, que foi o Dr. João Inácio do Amaral Silveira, Intendente dos Diamantes na Demarcação Diamantina, no período de 1795 a 1801. Segundo Requerimentos do Povo do Tijuco, em 1800, ao Príncipe Regente, foi acusado de uma porção de faltas, em companhia do seu preposto, Fiscal João da Cunha Soto Maior, principalmente de “pouco respeito á Religião, á Monarchia, á Justiça, e ás Leys”. O Intendente João Inácio deveria ter sido um voltaireano completo, se valem as “queixas” que dêle fazem os moradores do Tijuco, num longo arrazoado que tentava provar que o acusado “se mostrava pouco affeiçãoado ao Christianismo” (183), em várias circunstâncias.

E foi que o Intendente João Inácio, que era o promotor dos festejos de Santo Antônio, substituiu a procissão da festa do Padroeiro por um concêrto musical, que fêz realizar-se na Matriz, assistido por êle e seus amigos — “no anno de mil sete centos, e noventa e nove” — afirma o item 40 do principal Requerimento — “separou elle desta festa o Sermão, e a Processão, e mandou q.’ em lugar desta fossem os muzicos, e hum habil

(182) *Idem*, Carta XI, vv. 281-94, p. 300.

(183) *RAPM*, II, p. 330.

curioso de cravo p.<sup>a</sup> a Igr.<sup>a</sup> tocar algumas peças; Com effeito concorrerão os d.<sup>os</sup> muzicos e estando pre.<sup>tes</sup> elle, e o Fiscal, e outras pessoas q.<sup>e</sup> se quiserão devertir estando exposto o S. S. Sacram.<sup>to</sup> se fez huma Orquestra de Sinfonias, quartetos, e outras muzicas profanas de Plieal [com certeza, o compositor austríaco Inácio Pleyel, então em plena voga na Europa, o que prova como os músicos mineiros estavam atualizados!] et coetera com q.<sup>e</sup> assentados de perna cruzada se divertirão toda a tarde, cauzando este factio escandalo gr.<sup>1</sup> nesta povoação” (134). Se a irreverência do Intendente libertino escandalizou os povos, nem por isso deixou êle de lavar seu tento, pois nos parece ser o inaugurador ousado entre nós desta feliz promoção das modernas igrejas paroquiais que são os concertos sinfônicos, como vimos em 1964, na Igreja de La Madeleine, em Paris. Mas, os adversários do Intendente João Inácio e do Fiscal João da Cunha alinhavam mais outros fatos e ditos de desafeição à religião, a êle atribuídos. Assim é que “viverão sempre apartados do concurso dos Fieis, e da frequencia da Igr.<sup>a</sup> em todas as festivid.<sup>s</sup>, Offic.<sup>s</sup>, e actos Religiosos, não apparecendo na Capella Parochial mais do q.<sup>e</sup> em Quinta feira S.<sup>a</sup>, a desobriga, o q.<sup>e</sup> effectuavão com toda a brevid. e algumas tardes da trezena de Sto. An.<sup>to</sup> por divertim.<sup>to</sup>. He bem certo q.<sup>e</sup> prestavão tambem nos Domingos, e Dias S.<sup>tos</sup> a sua assistencia corporal ao preceito da Missa, primeiramente na Capella de S. Franc.<sup>co</sup>, e depois no Oratorio do Hospital da R.<sup>1</sup> Extração, mas tão materialm.<sup>to</sup>, e com tanta irreverencia, q.<sup>e</sup> ao depois de pôr o Intendente o seu chapeo sobre hum Altar collateral se punhão ambos em conversação não interrompida desde o principio té o fim da Missa, sem fazer huma só das acçoens, q.<sup>e</sup> práticao os Fieis, e sem deixar de se ouvir o murmurio de suas vozes, nem ainda ao levantar a D.<sup>s</sup>, Com o q.<sup>e</sup> deixavão os assistentes tão escandalizados, q.<sup>e</sup> dizião era melhor não hirem elles a sem.<sup>e</sup> acto” (135); nunca foram êles vistos na festa de Corpus-Christi, “antes metião á bulha as pessoas q.<sup>e</sup> levavão as insignias dizendo: lá vão os Duques, os Condes, os Marquezes et coetera: e neste ultimo anno com gr.<sup>1</sup> escandalo, e m.<sup>mo</sup> desafio das invectivas, mandando elle Intend.<sup>e</sup> deitar o pregão do costume p.<sup>a</sup> se ornarem as cazas, e ruas da Processão, negou á mesma decencia publica o adorno de humas colxas q.<sup>e</sup> os mais an.<sup>s</sup> botava nas suas janellas” (136);

(134) *Idem*, II, p. 173.

(135) Requerimento do Povo, in *RAPM*, II, p. 171.

(136) *Ibidem*.

insistindo alguém em fazer restrições ao Pe. Miguel Pinheiro de Oliveira, por um sermão da Paixão, em que rebatia muito as lágrimas da Senhora, disse-lhe o Intendente "q.<sup>e</sup> isso não era defeito do Pregador, mas sim da Religião, pois q.<sup>e</sup> os Christãos quizerão tomar p.<sup>r</sup> seu D.<sup>s</sup> a um homem tímido, e cobarde podendo tomar a hum Catão" (137); no campo da blasfêmia, os nossos dois libertinos atingiam extremos insuportáveis, como em certo jantar, na casa de Belchior Pinheiro, "divertindo-se a custa da Religião, segundo o costume dos Filozofos do tempo, disse o Fiscal no dito jantar palavras q.<sup>e</sup> vinhão a dar neste sentido: que São Jozé era m.<sup>to</sup> bom homem em adoptar p.<sup>r</sup> sobre natural o Filho de Maria S. S. E o Intend.<sup>e</sup> na caza do dito Belchior Pinh.<sup>o</sup>, q.<sup>e</sup> os Clérigos tinhão mais habilidade q.<sup>e</sup> S. Jozé, p.<sup>r</sup> q.<sup>e</sup> este em toda sua vida só dera a Luz hum Christo e q.<sup>e</sup> os Clerigos fazião hum todos os dias" (138)! Ao visitar um doente, em estado muito grave, João Inácio lhe foi logo dizendo que "o homem de letras sabe morrer desde q.<sup>e</sup> nasce até que morre; há hum D.<sup>s</sup> ao q.<sup>1</sup> a gente vae dar contas", "e isto de Clerigos não os consinta cá a berrar-lhe, mande-os berrar p.<sup>a</sup> a rua" (139), pois era de opinião que o "officio" não era para "moços hábeis", uma vez "q.<sup>e</sup> p.<sup>a</sup> a Igr.<sup>a</sup> burros bastavão" (140).

Por outro lado, o temerário Intendente não fazia segredo de sua simpatia pela "revolução da França", afirmando, em conversa com amigos, "q.<sup>e</sup> os Francezes abrião os olhos a Europa" (141), até que acabou perdendo as graças do Príncipe Regente, sendo destituído da Intendência dos DÍamantes e recambiado para a Europa, ocasião, aliás, em que se portou com muita dignidade. Essa impiedade dos altos funcionários régios estaria relacionada com o ambiente fortemente anticlerical da própria Córte Portuguesa, donde êles provinham, impregnada de idéias voltaireanas, geralmente muito populares ali, a tal ponto que, ao publicar o Bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, uma pastoral, acautelando seus fiéis contra as obras de Voltaire e Dupin, foi repreendido pela Mesa Censória da Córte, sendo a pastoral rasgada e queimada por carrasco, em praça pública de Lisboa, segundo depôs, certa

---

(137) *Ibidem.*

(138) P. 172.

(139) P. 173.

(140) P. 173.

(141) P. 174.



vez, D. Antônio F. Viçoso, Bispo de Mariana, que foi educado por gente que teria presenciado êsses fatos<sup>(142)</sup>.

Já os elementos nativos da sociedade mineira, mesmo os doutôres de Coimbra, dos formados depois da reforma da Universidade (reforma de cunho iluminista), revelam-se bons filhos da Igreja, testemunhando sua formação religiosa no lar e na escola do tempo, se bem que não pareça, a maioria dêles, necessariamente fervorosa, aliás característica da época. Geralmente êles têm vinculações familiares com gente da Igreja e fizeram suas humanidades em casas religiosas. Cláudio Manuel da Costa é irmão de dois religiosos, faz as primeiras letras com o tio trinitário e completa-as com os jesuítas, no Rio de Janeiro. O Dr. Domingos Vidal Barbosa Lage tem dois irmãos padres, Inácio e Francisco, que se ordenam respectivamente em 1777 e 1782, sendo o último prêso e interrogado nos dias da Inconfidência. Gonzaga é neto de inglês ou irlandês católico<sup>(143)</sup>, sendo sobrinho de duas freiras de Santa Clara, no Pôrto, e tendo ali duas irmãs, que acabam professando; do seu estágio com os jesuítas da Bahia, herda — na opinião do crítico Rodrigues Lapa — o fundo humanístico de sua obra e aquela habilidade dialética, o rigor silogístico, que demonstra tão bem no seu *Direito Natural* e até nos seus interrogatórios de prisioneiro, nas devassas da Inconfidência. Também o ex-ouvidor Alvarenga Peixoto estuda com os inacianos, no Rio de Janeiro, e tem uma irmã religiosa em Braga, Ana Bárbara Joaquina, a quem assiste com uma mesada, a qual, "mui discreta, fêz-se tonta e faleceu de paixão", ao saber do comprometimento fraterno na Conjuração de 89. Queremos acreditar que êsses sólidos precedentes de formação adolescente à sombra da religião ou da vinculação de sangue a elementos da Igreja tiveram o condão de atenuar bastante o impacto das influências filosofistas anti-religiosas sôbre os jovens mineiros, seja na Universidade de Coimbra depois de 1772, seja na Côrte Portuguesa, para onde foram chamados muitos dêles, antes de regressarem ao Brasil. Por outro lado, o ambiente extremamente primitivo da vida colonial brasileira jamais iria permitir que, depois de instalados na terra, pudessem êles dar-se o luxo de indagações ou perplexidades de ordem intelectual, como acontecia na Europa. As dúvidas de ordem religiosa eram extremamente raras, tidas como absurdas e subversivas, pois

---

(142) D. Silvério GOMES PIMENTA, *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*, Ed. da Arquidiocese de Mariana, Mariana, 2.<sup>a</sup> ed., 1920, p. 204.

(143) V. notas 106 e 122.

vimos o que acabou acontecendo com o Intendente “ilustrado” João Inácio do Amaral Silveira.

Não há, por exemplo, qualquer notícia de prática do ateísmo, por parte de qualquer dos doutôres de Coimbra. Os mais avançados teriam sido deístas, à moda voltaireana, maçônica, como parecem os casos dos doutôres Francisco de Melo Franco e José Vieira Couto; os irmãos dêste, o cadete Joaquim José Vieira Couto e José Joaquim — como, aliás, o mano doutor — eram pedreiros-livres e foram, por essa razão, perseguidos. O primeiro, pelos maus tratos sofridos na prisão, em Vila Rica, adoeceu e faleceu no Tijuco: “ainda existem algumas pessoas que assistiram a seu funeral” — conta Joaquim Felício dos Santos — “seu cadáver ia fardado, com um ramalhete de rosas brancas na mão direita e revestido das insígnias maçônicas do grau de mestre” (144). O autor das *Memórias do Distrito Diamantino* comenta, a seguir: “Isto demonstra a importância, que naquele tempo, dava-se à maçonaria, e a influência de que gozava no Tijuco a família Couto. Hoje [o autor escrevia em 1862-64] um funeral dêstes em público seria um escândalo, uma profanação.” Quando faleceu, em 1827, o Dr. José Vieira Couto teve também funeral diferente, pois, a pedido seu, foi sepultado ao pé de uma árvore, em sua fazenda do Gavião, nas vizinhanças do Tijuco (145). Nessa época, embora já condenada pelos papas Clemente XII e Bento XIV, era a maçonaria aceita geralmente, até pelo clero. Segundo o mesmo Felício dos Santos, já funcionava, em meados do século XVIII, o Grande Oriente Maçônico da Bahia, donde Tiradentes teria trazido instruções secretas para os patriotas de Minas, pois “a *inconfidência* tinha sido dirigida pela maçonaria” e “Tiradentes e quase todos os conjurados eram pedreiros livres”, sendo o Pe. Rolim, dos Inconfidentes, o primeiro a alistar-se nela (146).

Afora, pois, alguns afiliados à Maçonaria, que tratavam a religião ao seu modo, os elementos da melhor sociedade mineira eram católicos, mais ou menos praticantes. Uns, mais, como é o caso de Cláudio Manuel da Costa, principalmente em sua mocidade, quando produz, em italiano, sonetos à Virgem e uma obra, *Centúria Sacra*, “Poema do Glorioso Parto

(144) *Memórias do Distr. Diamantino*, cit., p. 258.

(145) *Efemérides Mineiras*, cit., t. III, p. 360. Em sua *História da Literatura Brasileira*, t. II, p. 563, Sílvio ROMERO diz-se informado dêsse fato por Joaquim Felício dos Santos, que a teria obtido de uma filha de José Vieira Couto.

(146) *Mems. Distr. Diamantino*, cit., p. 258.

de Maria Santissima em 8.<sup>a</sup> Rythma” — como escreve nos “Apontamentos para se unir ao Cathalogo dos Academicos da Academia Brazilica dos Renascidos”, em 1759 <sup>(147)</sup> — além da enumeração dos seguintes trabalhos, todos de inspiração religiosa: *Mafalda Triunfante*, “que se mandou imprimir e foi composta a empenho do Exmo. Sr. Bispo desta Diocese a quem é dedicada” <sup>(148)</sup>, um *Epicédio à morte de Fr. Gaspar da Encarnação* e *O Culto Metrico a húa Abadeça do Convento de Figueiró* (que, segundo o autor, “correm impressos na Universidade de Coimbra”) e, dentre algumas traduções do “Abba-de Pedro” Metastásio, estes dramas: *O Jozé Reconhecido*, e *O sacrificio de Abrahão* <sup>(149)</sup>. Além de escritor religioso, Cláudio foi atuante membro da Ordem Terceira de São Francisco, de Vila Rica. Dos menos praticantes, destacamos o poeta Alvarenga Peixoto, que lê Voltaire e a quem o seu desafeto, Pe. Antônio Caetano Vilas Boas, Vigário de São João del Rei, chama injustamente de ateu, pois é de sua lavra o sonêto comemorativo da primeira comunhão de sua filha, inspirado momento de fé, em que convida Maria Ifigênia, assim:

“Amada filha, é já chegado o dia,

.....

e sacrifica as honras e a riqueza  
às santas leis do filho de Maria” <sup>(150)</sup>.

Tomás Antônio Gonzaga, embora se declare defensor, no seu *Direito Natural*, da prevalência do poder real sôbre o da Igreja e justifique a prática da usura, severamente condenada pela moral religiosa, é também bom católico, embora sem revelar nenhum fervor especial, como se pode sentir através de raros trechos de sua obra poética, referentes à religião. Em sua “Epístola a Critilo”, no preâmbulo das *Cartas Chilenas*, garante a firmeza de sua fé, quando proclama:

“Jamais da irreligião, da fé mentida  
me hão de enganar os pérfidos rebuços” <sup>(151)</sup>.

Acata os confortos supremos da religião, porquanto é assim que deplora a triste sorte dos grilhetas que trabalham nas obras da Cadeia de Vila Rica:

(147) A. LAMEGO, *op. cit.*, p. 19.

(148) LAMEGO, *op. cit.*

(149) *Idem.*

(150) ALVARENGA PEIXOTO, *op. cit.*, p. 39, son. 24.

(151) Vv. 51-3.

“..... sem sacramentos,  
sem vela na mão, na dura terra,  
êstes pobres acabam seus trabalhos” (152).

Mas, eis a caricatura de alguém que fingia ser um santo e era um fariseu:

“Mal se põe nas igrejas, de joelhos,  
abre os braços em cruz, a terra beija,  
entorta o seu pescoço, fecha os olhos,  
e executa outras muitas macaquices,  
estando em parte onde o mundo as veja” (153).

Agora, porém, a sua pena tem traços de respeito à fé popular, quando pergunta ao amigo:

“Não viste, Doroteu, quando arrebenta  
ao pé de alguma ermida a fonte santa,  
que a fama logo corre, e todo o povo  
concebe que cura as graves queixas?” (154)

Respeito que assume aspecto de serena grandeza, neste preito de homenagem a Bom Jesus de Matosinhos, que é o santuário de todos os mineiros:

“Distante nove léguas desta terra  
há uma grande ermida, que se chama  
Senhor de Matosinhos; êste templo  
os devotos fiéis a si convoca  
por sua arquitetura, pelo sítio  
e, ainda muito mais, pelos prodígios  
com que Deus enobrece a santa imagem” (155).

Entretanto, assim como não há notícia de ateísmo, também não se tem conhecimento de arroubos místicos, de fervorosas manifestações de fé ou de devoção, da parte dessa minoria letrada. Além disso, o século é ingrato, quase infenso mesmo, ao sentimento religioso. Para o luso-brasileiro então, que nunca teve a sua religião fortemente subjetiva, que antes deu mostras de expandir-se em atos de devoção externa, como missas festivas e procissões de rico colorido, às vèzes até com danças e trovas, votos e romarias, ainda hoje tão comuns no catolicismo dos dois povos, tudo estava bem. O quarto Bispo de Mariana, D. Frei Domingos da Encarnação Pontevel, um dos contemporâneos da sociedade mineira dos tempos da Incon-

---

(152) Carta IV, vv. 181-3.

(153) Carta II, vv. 85-90.

(154) Carta II, vv. 189-92.

(155) Carta IV, vv. 263-9.

fidência, homem sensível e penetrado da piedade devocional de eras anteriores, tentou em seu episcopado incentivar, ativar, a vida religiosa, com visitas pastorais, missões, romagens penitenciais, etc. Bom teólogo, excelente pregador, de sólidas virtudes do seu estado, incansável no exercício do seu múnus episcopal, tudo fêz para tirar o seu rebanho da gafa crônica que lhe sobreviera com os maus tempos e os maus pastôres (principalmente os vigários capitulares que o antecederam, no sólio marianense). Aliás, o Bispo de Mariana reeditava em seu campo diocesano o que o Papa Pio VI tentava fazer na seara maior da Igreja Universal, segundo êste depoimento do historiador Ludwig von Pastor, em sua consagrada *História dos Papas*: "Na abominação daqueles tempos, Pio VI achava conforto na tentativa de reforçar entre os fiéis a confiança em Deus mediante missões e procissões penitenciais populares" (156).

Daf, talvez, o alto culto em que tinha ao venerando Prelado Cláudio Manuel da Costa, de que dão eloqüente testemunho êstes versos seus, de homenagem a D. Domingos, que extraímos das estrofes 13 e 14, de sua *Ode num aniversário*, por ocasião do nascimento de um filho do Governador D. Rodrigo José de Menezes, amigo e protetor de Cláudio. Na primeira estrofe, os versos, como sempre, vão buscar os motivos antigos, neoclássicos, se bem que aqui cristãos, e por êles o poeta irá ver transfigurado, em sua admiração, o Bispo através de dois dos seus maiores:

"..... Ao sacro manto  
A face augusta, eu nêle contemplo  
De Ambrósio a sombra, e de Agostinho o exemplo" (157).

Já na segunda estrofe, o poeta saúda a sede marianense por acolher em seu seio, em dias de felicidade, alguém que é doce e suave, e que por isso será lembrado para sempre, em têrmos metafóricos de inspiração mitológica, próprios de sua escola literária:

"Venturosa Mariana,  
Tu de Pontevel gozarás ufana;  
Seus dias de prazer coroados  
O tempo em vão profana;  
Vós girarcis fogosos abrasados  
De um Pólo a outro, rápidos Etontes,  
E viverá Pontevel nestes montes" (158).

(156) Ludwig von PASTOR, *Storia dei Papi*, Desclée & Cia., Roma, 1931 a 1934, 20 vols. (tradução italiana), t. XVI, p. 261.

(157) *Obras Poéticas*, II, p. 120.

(158) *Idem, ibidem*.

Não se sente nelas, afóra as referências naturais às circunstâncias locais — e disso as *Cartas Chilenas* valerão como precioso documento do cotidiano mineiro da década de 1780 a 1790 — qualquer preocupação ou indagação de ordem doutrinária, de ordem religiosa. É que não parece haver essa preocupação, o que faz presumir que a fé desses letrados está muito satisfeita para ter preocupações. E isto é de pensar, em dias (“na abominação daqueles tempos” — diz Von Pastor) em que a fé está sendo duramente contestada e desafiada. Poder-se-ia objetar que se estava muito longe aqui, “neste Paiz grosseiro”, da civilizada Europa, onde se travava a grande batalha. A verdade era que sobre a seara das almas mais sensíveis, mesmo até ali, o século semeara o pólen sutil de sua dúvida e do seu racionalismo e o que mais nelas florescera fôra uma fé tibia e acomodada, fenômeno novo do Cristianismo moderno, a preparar o campo para a indiferença religiosa dos nossos dias. Assim Cláudio, por exemplo, que era professo em Irmandade de sua freguesia, nem por isso deixava de formar a sua consciência setecentista ao dar dinheiro a fundos avanços e ao fazer filhos serôdios em desvalidas concubinas... E a vida religiosa decorria assim, frouxa e concessiva, sem problemas maiores que algumas querelas entre clérigos mais irrequietos ou entre estes e alguns mesários mais suscetíveis das Irmandades mais prestigiosas.

Das Irmandades mais prestigiosas, isto é, daquelas que arregimentavam as pessoas mais importantes das freguesias. Se já vimos que a nobreza local fazia parte das Irmandades do Santíssimo e do Senhor dos Passos principalmente, a fina flor da sociedade professava indefectivelmente nas Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco de Assis. E sempre residiu nessas poderosas associações pias o motivo mais freqüente de conflito, justamente pela preeminência que elas sempre se arrogaram na comunidade dos fiéis, seja entre uma e outra, seja entre elas e o clero, seja entre elas e as Irmandades menos representativas das freguesias. A história delas está cheia de conflitos dêsse tipo. Como aquêle desaguisado que se estabeleceu, em Vila Rica, no ano de 1761, entre os Terceiros Franciscanos de Antônio Dias e os pardos da Arquiconfraria do Cordão, estabelecida na igreja de São José, na Freguesia do Pilar, somente porque os pardos, agremiados na dita Arquiconfraria, na festa de Nossa Senhora dos Anjos, saíram à rua em procis-

são, ostentando armas e insígnias franciscanas, que os Terceiros de Antônio Dias entendiam serem privativas de sua Ordem <sup>(159)</sup>. O direito não era tão líquido assim, pois os pardos chegaram a levar a melhor, numa das fases do pleito (que durou quinze anos!), “e de alegria foram uma noite à casa do nosso irmão Procurador Geral, que então era, com violas, pandeiros e adufes, metê-lo a bulha e fazer quantas zombarias quizeram” <sup>(160)</sup>. . . Esse *round* que os humildes crioules ganharam dos seus poderosos adversários deveria ter divertido bastante a Vila Rica do tempo. Outro conflito entre Irmandades foi o que se travou entre as Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco, sobre a precedência que cada uma se atribuía nas procissões e nos enterros, memorável demanda que durou mais de trinta anos, tão acirrada e de forças tão equilibradas, que primeiro andou submetida aos tribunais eclesiásticos, depois passou ao julgamento da magistratura civil, em virtude de ter esta tomado a decisão de incompetência (“usurpação regalista”, diz o Cônego Trindade) do fóro da Igreja para conhecer da matéria. . . Aliás, era comum, em virtude da força política de que dispunham os irmãos dessas Ordens Terceiras, o sobreporem-se elas à própria autoridade eclesiástica, não tanto no fóro das justiças (isso era até corriqueiro), mas também nos assuntos religiosos, como se pode ver nesta carta de 7 de fevereiro de 1778, escrita pelo Governador do Bispado de Mariana a D. Maria I: “Senhora — Neste Bispado Seintroduzirão humas Corporaçoes com o titulo de Ordens Terceyras do Carmo, São Franc.<sup>co</sup> e Cordão, que inteiramente querem Ser izentos depagarem as Matrizes metade das Esmollas das Sepulturas, queSão obrigados conforme Aconstituição por onde se rege o Bispadoprivandoas daquelle Rendimento que hé ounico por não terem bens Patrimoniaes vindo apadecer afalta donecessario porSerem quazetodos Ermaons de huma, oude outra Irmand.<sup>de</sup>, não Só nisto exprimentam falta grave, como ainda asIrmandades do Santissimo Sacramento, Almas oragos das Matrizes pòr dellas não tratarem, esó sim das ditas denominadas ordens; Queestas Seirão prejudiciaes aeste Continente” — o Governador do Bispado, José Justino de Oliveira Gondim, insinua até uma devassa, coisa muito comum nos tempos da

---

(159) *Apud* Côn. Raimundo TRINDADE, *São Francisco de Assis de Ouro Preto*, Ed. do Autor, Ouro Preto, 1958, p. 52.

(160) *Idem*, p. 53.

“viradeira” — “V. Mag.<sup>o</sup> se mandará informar para rezolver oq. for Servida” (161). Mas, pessimisticamente, conclui sabendo que os Terceiros operam bem, lá nos altos meandros burocráticos da Côrte(...) “enquanto oOrdinario asquer obrigar apagar Logo Aggravão p.<sup>a</sup> o Tribunal daCoroa de V. Mag. e aonde tem provimento por Secompor de Sugeitos Irmaons da dita Irmand.<sup>de</sup>, que atropellando as Constituiçoens e Direyτος julgão a favor da Sua izenção, vindo aficarSem effeito oprocedimento do Ordinário: Queyra V. Mag.<sup>o</sup> pela Sua Real grandeza providenciar estas dezordens” (162). Desordens maiores se davam na própria administração do Bispado, entregue desde largos anos (desde 1764) à incapacidade dos Procuradores da Sede Vacante de Mariana, especialmente o antecessor de Gondim, o Dr. Francisco Xavier da Rua, promotor de tais arbitrariedades em Mariana, que as prisões dali, eclesiásticas ou não, foram pequenas para acolher tôdas as suas vítimas, causa, aliás, de uma Carta Régia de Maria I, datada de 28 de abril de 1777, pedindo informações ao Governador da Capitania (163). O motivo do offcio do Dr. Gondim à Rainha era referente ao pagamento dos emolumentos das sepulturas das igrejas, que os terceiros, com certeza, não queriam pagar às matrizes, já que, construindo suas próprias capelas e cemitérios, nestes enterravam seus confrades, ao mesmo tempo que passavam, mais e mais, a praticar os atos da religião nessas capelas privativas, com desprezo das matrizes, conforme se queixa, ainda em 1818, o Vigário de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Prêto, queixa esta contestada pelo Governador Portugal e Castro, em favor da igreja do Carmo (164).

Velha e delicada questão essa, a da sepultura nas igrejas, que os fiéis tradicionais defendiam ferrenhamente, mas que os mais avançados, de acôrdo com as novas doutrinas do século, desejavam que acabasse. Como êstes, pensava o jovem doutor mineiro, cientista, médico e professor da Universidade de Coimbra, Dr. Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, que, em 1800, publicou, em Lisboa, na Oficina da Casa Literária do Arco do Cego (sob a direção de outro sábio mineiro, Frei José Mariano da Conceição Veloso), a sua obra *Memoria sobre os prejuizos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos, e methodo de os prevenir*. Como dissemos acima, o assunto era

(161) Códice 211, do APM, fls. 92 a 92v.

(162) Códice 221, do APM, fls. 92v.

(163) Códice 205, do APM, fls. s/n.

(164) Códice 366, do APM, fls. 344v.



polêmico, e procuramos achar em Minas as repercussões desse escrito de um mineiro ilustre. Ainda não as achamos. Se no Brasil houve silêncio em torno do assunto, êle repercutiu nos círculos da Córte de D. João, pois nos parece resultante da pregação iluminista do Dr. Silva Teles a Carta Régia de 14 de janeiro de 1801, mandando construir cemitérios retirados das cidades e proibindo o enterramento nas igrejas, à base do que escrevia o doutor de Congonhas do Campo: "Nós os Catholicos Romanos, professando a mais pura, e mais santa Religião, não sei porque fatalidade fazemos com a sepultura dos cadaveres, que os Santos Edifícios em vez de serem attractivos puros, e saudaveis, sejam pavorosos, impuros, e a origem de innumeraveis doenças; e que os fieis em lugar de concorrerem a elles cheios de amor, e reverencia, seguros de sua pureza, e salubridade, vão sòmente obrigados do seu dever, e sempre receosos do perigo da saude, por não serem victimas da devoção, como desgraçadamente se vê todos os dias." (165) Entretanto, a denúncia das más condições higiênicas das igrejas pelos mesmos motivos, feita pelos diversos viajantes estrangeiros, que estiveram no Brasil nos anos seguintes, revela que nem mesmo aquela carta de lei régia conseguiu nada para vencer as resistências à inovação.

Mas, as opiniões se extremaram mesmo e se acaloraram foi na questão da célebre Irmã Germana. Foi a primeira vez, na história religiosa de Minas, que se estabeleceu uma polêmica de características doutrinárias. Uma curiosa história essa, a da Irmã Germana. Por volta de 1814, uma estranha moça devota, à qual o povo começou a chamar de Irmã Germana, principiou a atrair à ermida da Serra da Piedade, perto da vila de Caeté, verdadeiras multidões de romeiros e curiosos, que para ali se dirigiam a fim de ouvir missa e presenciar os êxtases e os padecimentos que ela experimentava, em determinados dias da semana, desde 1808. Havendo obtido licença do seu confessor, o Pe. José Gonçalves, a jovem vivia naquele êrmo, tendo apenas uma irmã como companheira, entregando-se à prática de penitências e jejuns, sendo que não tomava qualquer refeição nas sextas-feiras e nos sábados. Estando a meditar, um dia, sobre os mistérios da Paixão de Cristo, Germana como que entrou num êxtase; seus braços se abriram, formando com o corpo uma verdadeira cruz, enquanto mantinha os pés igualmente cruzados, permanecendo nessa posição

pelo espaço de quarenta e oito horas. A partir de então, o fenômeno renovou-se tôdas as semanas, sem qualquer interrupção, começando sempre na noite de quinta para sexta-feira e indo até a noite de sábado para domingo, sem que fizesse o menor movimento, sem que proferisse uma única palavra e sem que tomasse qualquer alimento. A notícia logo se espalhou e os habitantes das circunvizinhanças começaram a acorrer à Serra da Piedade e, não podendo explicar a estranha ocorrência, passaram a atribuir-lhe visos de milagre e ter Germana como verdadeira santa. Mas, não foi apenas a massa do povo que foi ver Germana. A fama correu mundo e, um dia, até dois médicos subiram a Serra e obtiveram uma impressionante entrevista com a iluminada, da qual resultou uma *Memória* escrita pelos dois — os Drs. Antônio Pedro de Souza e Manuel Quintão da Silva — de que davam conta do exame que nela tinham feito, e, depois da descrição física do esquisito estado da môça, estatuíam: “Julgamos terminada a questão: nós seríamos mentirosos, e temerários se ousássemos someter ao juízo médico um fato, que só nos enche de admiração, e de respeito para com o Ser Supremo na consideração da bondade Infinita de Jesus Cristo, nosso Amabilíssimo Redentor. Vinde, ó incrédulos, e vêde se nos dizeis, que há uma espécie de melancolia, que consiste em êrro de imaginação, e que os enfermos atacados dêste mal, se julgam transformados em animais, ou em outras coisas, como aquelas môças curadas pelo Pastor Melampus, as quais se julgaram transformadas em vacas, e que tal fôra a enfermidade de Nabucodonosor” (166). E antes de concluir, testando e jurando aos Santos Evangelhos, valorizando as práticas piedosas de Irmã Germana, arre-matavam: (...) “a consideração tão viva da paixão de Nosso Senhor não faz enfermos, mas Santos” (167). Era uma verdadeira apóstrofe, um desafio, que lançavam a quem quisesse contestar-lhes as razões. Alguém aceitou o desafio, o Dr. Antônio Gonçalves Gomide, também médico, formado em Edimburgo, muito acatado na Capitania. O Dr. Gomide publicou, logo em seguida, uma *Impugnação analytica ao exame feito pelos clinicos Antonio Pedro de Souza e Manuel Quintão da Silva em huma rapariga que julgarão santa, na capella da Senhora da Piedade da Serra* (Imprensa Régia, Rio de Janeiro, 1814, 32 p.). Nesse opúsculo polêmico, o autor conta a existência de “huma

(166) *Memória escrita pelos Doutores Antônio Pedro da Silva e Manuel Quintão*, p. 8/9.

(167) *Idem, ibidem*.

rapariga ha muitos anos histérica, sofrendo dores, q. chama-vam reumáticas, e ficando com as extremidades contraídas”, assistindo no alto da Serra da Piedade, “para onde concorre a adoralla hum n.º incrível de Romeiros de todos os logares de Minas (. . .), tem havido dias de mais de dous mil concorrentes. Se algum individuo reclama pela verdade, os devotos se enfurecem gritando *libertino, incrédulo, etc.*” (168). O Dr. Gomide parecia bem intencionado, acabou deputado à Constituinte, em 1823, e depois foi Senador por Minas. E insistia em averiguar a verdade: “a verdade” — continuava êle — “é o principal elemento da vida social. A impostura aos ignorantes equivale à opressão da força sobre os fracos. O rico deve socorrer ao indigente; o poderoso proteger o desvalido; o Philosopho achar, e promulgar a verdade”. E citava o poeta iluminista Pope, em abono de sua posição. Assim abroquelado, arremetia-se contra os colegas Souza e Quintão da Silva, nesta apóstrofe inicial: “Expertos, que prezidistes ao exame, lêde as obras de Pomme, Raulin, Lorry, Whytt, Reveillon, Hunauld, Kloekof, Tissot, Pressavin, Zimmerman, etc.” (169). Depois desta prévia, de aparatosa cobertura científica, o Dr. Gomide cita diversos casos de gente que, como a Irmã Germana, comia pouquíssimo, como aquela enférma de um tal Darwin, que passou vinte anos a meia batata inglêsa por dia (pp. 14 e 15); antecipa o princípio dos reflexos condicionados, contando aquella engraçadíssima história das bêstas do Cap.º João Gomes de Araújo, de Caeté, que todos os sábados mandava tropas de mantimentos para a vila. Pois bem. Todos os dias, as bêstas apareciam espontaneamente à porta do dono, para receberem a sua ração de milho, pela manhã e à tarde. Mas, nos sábados, não vinham, escondiam-se e fugiam, à lembrança da carga que tinham de transportar (p. 20). . . Fazendo finca-pé na attitude prudente da Igreja, continua mais adiante Gomide: “Vós fazeis ultrage á Religião, e á Igreja, quando, dando a questão por term.<sup>da</sup>, rezolveis, e decidis tão pronta e categoricamente de negocio, que Ela examina, e analisa com a mais profunda excavação, e em que contrasta tođas as provas quilate por quilate com hum criterio divino.” (p. 25) O argumento é hábil, pois vai ao encontro da posição do Bispo D. Frei Cipriano de São José, o qual, além de não dizer nada sôbre a autenticidade sobrenatural do caso, acaba por proibir as romarias à Capela da Piedade e

---

(168) *Impugnação analytica*, p. 5.

(169) *Idem*, p. 12.

determinar o recolhimento da Irmã Germana. E, mais uma vez, o Dr. Gomide faz alarde do seu conhecimento dos grandes homens do Iluminismo, principalmente os ingleses, com a competente justificação: “Abri” — prossegue êle — “a história da Pátria de Bacon, de Sydenham, de Locke, de Newton, de Milton, de Shakespeare, de Pope, etc., que cito de preferência, por ser onde a Philosophia devia ter feito maior, e muito antecipada evolução, e achareis escritos com letras de sangue os nomes da Visionaria de Hertford, da celebre profetiza de Michelson, e de Izabel Barton d’Aldington, a famosa rapariga de Kent.” (pp. 26/27) É preciso recordar aqui que o Dr. Gomide estudara e se formara médico pela Universidade de Edimburgo, donde o seu conhecimento tão completo de homens e coisas da Grã-Bretanha. E encerra seu livrinho, com a seguinte nota final, cautelosa, mas incisiva: “De nenhum modo (como se manifesta no conteúdo deste Opusculo) me propuz a impugnar a possibilidade de haver pessoas Devotas, Inspiradas, e Santas; porem Canonizar os Santos pertence exclusivamente á Igreja, e ao Philosopho compete descobrir, e promulgar a verdade natural”. (p. 32)

Conquanto bem fundamentada cientificamente, a *Impugnação* do Dr. Gomide foi logo acusada de não ter base muito sólida, de vez que o médico a escrevera sem sequer ir ver a Irmã Germana, não tendo, assim, oportunidade de estudar o fenômeno em tôdas as suas particularidades. Aliás, essa foi a queixa que formulou sobre o Dr. Gomide o Pe. José Gonçalves, confessor de Germana, quando foi vê-la o sábio A. de Saint-Hilaire, impressionado pela celeuma levantada em torno do caso. Os partidários de Souza e Quintão da Silva fizeram sua essa alegação e reproduziram numerosas cópias do *Exame* dos dois clínicos, que circularam pelos mais distantes rincões da Capitania. Mas, o Dr. Antônio Gonçalves Gomide tinha também os seus partidários, e o próprio Saint-Hilaire usa palavras de muito encômio para com êle — *un médecin très instruit* — e para sua *Impugnação*, que considera *pleine de science et de logique* (170). Mesmo o Bispo D. Frei Cipriano, de Mariana, ao determinar a interrupção das romarias à Serra da Piedade e o afastamento de Germana de lá, referenda praticamente as recomendações contidas na *Impugnação* do Dr. Gomide, não muito tempo depois.

(170) A. de SAINT-HILAIRE, *Viagem ao Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1941, p. 144.

Porém, a opinião pública não se esqueceu dêsse episódio. A imensa maioria acreditava no caráter miraculoso do fenómeno “Irmã Germana” e o Dr. Gomide saiu malferido da refrega. Pelas suas idéias avançadas, êle já fôra repreendido, “em nome do Príncipe Regente, por ser libertino e fazer uzo de livros perniciosos” (171). Os efeitos de sua campanha negativa teriam impressionado o Governador Portugal e Castro, alguns anos depois, em 1817, ao informar contrariamente seu requerimento, no qual pedia a El-rei “a Mercê de Fôro de Moço Fidalgo”, declarando-se casado com uma filha do Capitão-mor das Ordenanças da Vila Nova da Rainha, Felício Moniz Pinto Coelho da Cunha, porque êste “por seus Antepassados tem nobreza, e é das pessoas mais distintas da Capitania” (172); mas, o Governador, atitude rara em casos dêsses, informou desfavoravelmente: “(. . .) não contemplo o suplicante nas circumstancias de merecer a Graça, que implora ainda que apresenta a Cessão feita pelo dito Capitão Mor Seu Sogro” (173). O santo da humílisma mulatinha, que era a Irmã Germana, dessa vez, foi forte: desfez a vaidade de um ilustre doutor, “que se tractava à Ley da Nobreza” e que era genro de um Capitão-mor, “das pessoas mais distintas da Capitania” . . .

Era essa a classe melhor dos mineiros setecentistas, donde saíram os sacerdotes, os pedagogos das escolas régias e, o que é mais importante, todo o pequeno mundo discente que as frequentou e que seria mais tarde a elite dirigente da vida cultural da Capitania. Os seus pressupostos formacionais iriam marcar decisivamente, como um decalque fortemente impressivo, a geração seguinte dos mineiros, por quase todo o século XIX.

---

(171) Aviso ao Governo de Minas Gerais, de 6.III.1809, in *Efemérides Mineiras*, cit., I, p. 283.

(172) *Códice 366*, do APM, fls. 261.

(173) *Idem, ibidem*.

## CAPÍTULO III

# As Escolas Eclesiásticas em Minas Gerais

### 1. As escolas domésticas

É preciso que se louve a El-rei D. João V, porque antes que o fastígio do ouro chegasse aos mineiros e os levasse à natural exigência da educação dos seus filhos, quis abrir escolas em Minas Gerais, já desde 1721, pela sua Carta Régia de 22 de março daquele ano.

Não se sabe a que atribuir exatamente a intenção dessa prematura "encomendação" de D. João V, no sentido da criação de escolas para os filhos espúrios daquela "canalha tão indomita", que tanto trabalho viera de dar ao representante de Sua Majestade, o Conde de Assumar, ainda alguns meses atrás: se à íntima convicção de Sua Majestade, de que não seriam as medidas violentas preconizadas e postas em ação por aquêle seu implacável preposto as mais condizentes para reduzir à sujeição os sediciosos da véspera e sim a criação de escolas para os "muitos rapazes", crescidos "sem doutrina algũa"; se à "tanta paixão pelas letras e ciências e tamanho desejo de se instruir", observados em El-rei pelo Abade de Mornay, Embaixador de França em Lisboa (1); se, finalmente, à sugestão de alguns eruditos da Côrte, tais como o seu culto Ministro Marquês de Abrantes, o qual "achava-se naquela atualidade encarregado de tudo quanto dizia respeito às belas-artes e ciências" (2), e que fôra um dos inspiradores da criação, por D. João V, da Academia Real de História Portuguesa.

De uma forma ou de outra, o importante documento veio assinado e enviado por El-rei ao Governador D. Lourenço de

---

(1) Damião PERES, [et alii], *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1934, 6 vols., t. VI, p. 180.

(2) *Idem, ibidem.*

Almeida, antes mesmo que este se empossasse no governo da recém-separada Capitania de Minas Gerais (da de São Paulo). E rezava entre outras coisas: (...) “sou informado que nessas terras ha muitos rapazes, os quaes se crião sem doutrina algũa, que como são illegitimos se discuidão os paes delles, nem as mays são capazes de lhe[s] darem doutrina: vos encommendo trateis com os officiaes das Minas desse Povo, sejam obrigados em cada Va. a ter hum Mestre que ensine a ler, e escrever, contar, que ensine Latim, e os paes mandem seus filhos a estas escolas” (3). Imbuído de sua natural mentalidade de alto funcionário régio absolutista, vindo a governar uma capitania primitiva, composta de um punhado de arraiais miseráveis, povoados de proscritos, aventureiros e escravos, nem poderia imaginar o Capitão-general o cabimento da criação de escolas ali, destinadas a “crias” de negras. Ao tomar da pena para responder ao Rei, seu ponto de vista estava muito longe, pois, das intenções de Sua Majestade: — “Logo que esta frota partir chamarei os procuradores e falarei com elles que paguem mestres para ensinar os muitos rapazes que ha; porem receyo mto. que estes tomem pouca doutrina por serem todos fos. de negras que não é possivel, que lhes aproveite as luzes, conforme a experiencia, que he em todo este Brasil mas sempre se ha de obedecer a V. Mge. como he justo e somos obrigados” (4).

Como se vê, D. Lourenço de Almeida, além de fazer tábula rasa da experiência positiva de várias escolas de órfãos existentes em diversas Capitánias da terra, assim como dos colégios jesuíticos (que vinham formando “filhos de negras” ou de índios, como, por um só exemplo, o Pe. Antônio Vieira, entre tantos outros), revelava evidente má vontade em cumprir a “encomendação” real. Não há, pelo menos, qualquer indício no sentido de que se cumprisse a Carta Régia em questão. Se executada, poderia antecipar de quase uma geração a preparação de muitos “filhos de negras”, mestiços ou filhos naturais, que iriam ser alguma coisa na vida, como tanto o foram José de Santa Rita Durão, Manuel de Jesus Maria, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, José Joaquim Viegas de Menezes, além dos filhos de escravos Manuel de Sá e Souza, Joaquim José Alves e Antônio Alves da Rocha, que

---

(3) *RAPM*, XXIV, p. 347.

(4) *Idem*, *ibidem*.

andaram a estudar em Coimbra. E assim foi que a administração colonial perdeu, em Minas, a sua grande oportunidade de abrir, já em 1721, as primeiras escolas para o povo.

As primeiras escolas serão, assim, os próprios lares mineiros, onde hajam mães que sejam igualmente mestras. Tal, por exemplo, a matriarca D. Maria da Cruz, da Casa da Torre e viúva do bandeirante Salvador Cardoso, que floresceu na primeira metade do século setecentista, no vale do Rio São Francisco, em seu Arraial das Pedras de Baixo. A darmos crédito a Diogo de Vasconcelos, teria sido a valorosa viúva, não apenas fundadora do arraial, mas também mantenedora de escolas lá, naquele distante sertão: “Teares de algodão, costumes e oficinas de coiros; tendas de ferreiro e de carapinas” — anota o historiador mineiro, em sua *História Média de Minas Gerais* <sup>(5)</sup> — “escolas de leitura e de música (grifos nossos); e, além disso, armazéns de fazendas, davam-lhe um movimento de grande centro comercial, principalmente dos gêneros de que se abasteciam as Minas — as solas, tecidos de algodão e produtos de engenhos de cana e mandioca”. Não seria tanto a fundadora do arraial, a criadora de riquezas no bruto sertão, ou, mesmo, a madama despachada que levantou os povos são-franciscanos contra o governo de Martinho de Mendonça, nos anos de 1736 e 1737, que surpreende e provoca admiração: o que mais fica para a posteridade é o fato de que, antes de meter-se nas trabucadas que puseram em polvorosa as Minas do seu tempo, foi D. Maria da Cruz a mestra extremosa dos seus três filhos, filhos queridos que essa Níobe sertaneja iria ver ao fim dispersados pela guerra. Mas, se isso era possível no primeiro quartel do século XVIII, poder-se-ia supor, na mesma ordem de idéias, que outra mãe paulista, D. Teresa Ribeiro de Alvarenga, estabelecida na Conceição da Vargem do Itacolomi, não longe da Vila do Carmo, alguns anos depois, também houvesse ministrado ao seu filho Cláudio Manuel da Costa as primeiras letras, antes de encaminhá-lo para os jesuítas do Rio de Janeiro. Isto no caso de não querer valer-se, como se valeu, dos préstimos de alguns dos comensais, padres-mestres, da sua casa ilustre, como, por exemplo, o seu tio, Dr. Frei Francisco Vieira Maria <sup>(6)</sup>, religioso da Santíssima Trindade e procurador trinitário e da Redenção dos

---

(5) VASCONCELOS, *Hist. Média, cit.*, p. 131.

(6) V. LAMEGO, *op. cit.*, p. 19.



Cativos (tão influente na família, que uma das filhas de D. Teresa recebe o nome de Ana Rosa Felícia de Valois, os dois últimos nomes onomásticos do santo co-fundador da Ordem dos Trinos, a que pertence o Dr. Frei Francisco), o Pe. Bento Cardoso Osório, capelão de Nossa Senhora dos Prazeres da Lavra Nova (quicá parente, protetor ou primeiro dos padres Osórios, que se fizeram famosos na Capitania pela sua longa obra educacional, no Sumidouro, perto dali) ou, mesmo, o Licenciado Antônio Duarte, da freguesia da Vila do Carmo, como se pode ler no batistério de Francisca Clara Peregrina, irmãzinha de Cláudio, com data de 29 de julho de 1744 (?). Assim, pois, ainda criança, se o futuro poeta tivesse um amor menino, já poderia, alfabetizado, cumprir a terna promessa:

Aqui sôbre esta pedra, áspera e dura,  
Teu nome hei de estampar, ó Franceliza" (?)...

Pode-se presumir, quase sem perigo de engano, que essas escolas maternas ou de capelães (esta, uma espécie de *schola cathedralis* da Idade Média, em que o mestre era sempre o padre-cura, capelão da casa, da família ou da fazenda, com função correspondente à do *scholasticus* medieval) já estariam existindo desde os primeiros anos do surto aurífero. Teriam saído necessariamente delas todos aquêles jovens mineiros que partem a completar seus estudos fora da Capitania ou do Brasil. E podemos enumerá-los, um a um: aquêles primeiros acadêmicos que partem a matricular-se em Coimbra, em 1726, um, só indicando ser natural das "Minas do Ouro", e outro, do "Rio das Mortes"; um terceiro, declarando-se "natural das Minas do Ouro Prêto", matricula-se também lá, em 1730, conforme consta da lista de alunos brasileiros nos cursos da Universidade de Coimbra, na era colonial, organizada pelo Sr. Francisco de Moraes (8); em 1729, ainda criança, aos nove anos de idade, parte para estudar na Metrópole (donde, aliás, jamais regressará) o futuro Frei José de Santa Rita Durão, natural do Inficionado, filho dos "pronunciados" paulistas Cap.º Paulo Durão e Ana Garcez de Moraes, autor do *Caramuru*; logo depois, dirigir-se-á de Vila Rica para os jesuítas do Rio

(7) Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana, Livro III de Assentamentos de Batizados, fls. 146v.

(8) Soneto XXXIII, in *Obras Completas Poéticas de Cláudio Manuel de Costa*, H. Garnier (org. João Ribeiro), Rio de Janeiro, 1903, 2 vols.

(9) *Anais da Biblioteca Nacional*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942, vol. 62, pp. 137 a 335 (lista do sr. Francisco Moraes).

de Janeiro, onde professará aos dezesseis anos, o futuro pregador e missionário de Goiás, José Nieremberg de Matos; também professará na mesma idade e no mesmo ano (1736), agora em São Paulo, o adolescente Inácio Dias, ido do arraial da Casa Branca, não longe de Vila Rica; Manuel Moreira de Figueiredo, Joaquim Duarte Coelho e Pascoal Bernardino Lopes de Matos serão outros jovens mineiros que irão bater à porta dos Colégios da Companhia de Jesus, até os meados do século (o último desses, principalmente, passará à história da cultura de Minas Gerais como um dos mais antigos mestres de latinidade clássica, indício dos mais imarcescíveis do feitio intelectual da gente mineira); mais outro filho da terra que é mandado estudar na Metrópole (sem também regressar) é Francisco de Assunção e Brito, que entra para a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, elege-se Bispo de Olinda e é promovido a Arcebispo de Goa, certamente o primeiro mineiro investido nas honras do episcopado, pelo que — segundo o encômio do memorialista Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos — “não merece menos por suas virtudes do que por seu alto emprêgo” (10), mas que acaba por desmerecer-se mais, ao renunciar à Sé primacial da Índia, para ir gozar dos ócios feitos de Lisboa (11); mais ou menos coetâneo do Arcebispo signatário de Goa é o sabaarãense Diogo de Jesus Maria Jardim, que se torna religioso jerônimo na Côte, homem “benfazejo, caritativo e generoso”, feito em seguida Bispo do Pernambuco, e após de Elvas, tão pouco dado a exterioridades, mesmo religiosas, que “havendo na Capitania de Pernambuco uma grande sêca no ano de 1792, e pedindo-se a êste Bispo licença para uma procissão de penitência, a negou, dizendo que a verdadeira penitência consistia na emenda da vida e reforma de costumes” (12); ainda um outro filho da terra, que se despede das Minas, já alfabetizado, para nunca voltar às montanhas natais, em demanda da vida religiosa, ajudado pelos seus benfeitores (não se sabe bem se um franciscano andador que passa pelo Rio das Mortes ou o Engenheiro e Sargento-mor Alpoim), é o jovem José Basílio da Gama Vilas-Boas, o futuro cantor do *Uraguai*; exceção quase única nessa geração de jovens, que partem para estudar no Reino, é a de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, mais ou menos con-

---

(10) Diogo de VASCONCELOS, *Pessoas Ilustres da Capitania de Minas Gerais*, in *RAPM*, I, p. 444.

(11) V. MONS. PIZARRO, *op. cit.*, t. VIII, p. 121.

(12) *Arquidiocese de Mariana, cit.*, II, p. 208.

temporâneo dêses primevos discípulos das escolas domésticas ou de sacristia de Minas Gerais, junto dos quais aprendeu, com certeza, as primeiras letras e, mesmo, algum latim, como chega a admitir o seu primeiro biógrafo Rodrigo José Ferreira Bretas<sup>(13)</sup>, mas que jamais se afasta da terra natal.

Vale observar aqui uma constante curiosa na mentalidade dos pais ou responsáveis da época: a preocupação de dar aos filhos ou afilhados uma educação melhor, uma situação mais segura, que não seja vinculada às condições da vida e do ambiente das Minas. Há a primeira e natural explicação de que o fazem inspirados no desejo de oferecer aos seus um bom futuro, tranqüilo ou brilhante: a isto os conduzirão tanto a carreira eclesiástica, como a das leis, na Universidade de Coimbra. Mas, há outra possível explicação: superada a fase do seu vitorioso estabelecimento na terra, o grande minerador, o rico negociante ou o poderoso latifundiário das Minas, no tédio da meia-idade e da prosperidade, volta a sentir a sensação de exílio, a saudade da pátria distante, que dantes, nos dias passados de privações e esperanças, quando lutara desesperadamente para ter o seu lugar ao sol, tão freqüentemente experimentava. Criando família nessa terra de exílio, muitos pais reinóis continuam a manter seus preconceitos de que “os filhos de homens de bem que tiverem a desgraça de nascerem e serem criados no Brasil (*sic!*), não herdaram os estímulos de honra, mas adotam de boa vontade os costumes dos negros, mulatos, gentios e mais gente ridícula que há nesta terra”<sup>(14)</sup> . . . Já que essa elite, a imensa maioria de pais portugueses abonados, por uma razão ou outra, não pode retornar à Metrópole, desforçam-se muitos dêles enviando os filhos para fora, para estudarem em Coimbra (especialmente a partir de 1732), em Lisboa e, mesmo, no Rio de Janeiro e na Bahia, vários dos quais para nunca mais regressarem. Se êles vivem “tão apartados da comunicação dos povos e no mais recôndito sertão” (*Triunfo Eucarístico*), começam a empenhar-se cada vez mais freqüentemente em mandar os filhos àqueles centros de cultura e civilização, a fim de que não continuem a viver naquele remoto “País das Minas (. . .), que não só se achava falto das utilidades, que convidavão aos Portugueses a soffrer hum desterro voluntario naquelles sertões, mas não tinha ainda toda

(13) V. *RAPM*, I, p. 163.

(14) In *RAPM*, VI, p. 1.145.

a cultura espiritual necessária para a salvação das almas" (15). Sente-se nessa elite nova, nesses *nouveaux-riches*, o surgimento de exigências novas, de reivindicações de vária ordem, como antes nem sequer imaginavam: acham-se agora "faltos das utilidades", o que torna a sua vida um destêrro no sertão, aquêles mesmos aventureiros de ontem que disputavam, para remédio da fome, uma pipoca de borrarho, um bicho de taquara, um gato ou um cachorrinho, que apenas se vestiam de calções de pano ordinário para manear em nas águas frígidas dos ribeirões, assistindo em misérrimas cafuas de pau-a-pique e sopapo a beira-córrego; reclamam agora ao Bispo, recém-chegado a Mariana, "pois não há neste Bispado estudos públicos, cuja falta causa grande detrimento aos moradores", êsses mesmos moradores de anos passados, cujos filhos, "illegítimos", se criavam "sem doutrina algũa", já porque os pais se descuidavam dêles, já porque as mães não eram "capazes de lhes dar doutrina". Agora constituíram novas famílias ou legitimaram as antigas ligações e são êles os moradores que vêm a D. Frei Manuel da Cruz, pedir escolas para os seus filhos: não se contentam mais com as primitivas aulas domésticas ou de padres-mestres capelães, de influência bandeirante, como seria, por exemplo, aquela do pedagogo Manuel de Souza Costa, "que vivia de ensinar Gramatica" (*Livro II de Devassas e Visitas*, fls. 87), no Curral del-Rei, em 1734.

## 2. O Seminário de Mariana

No Brasil, "emprêsa" da Companhia de Jesus desde 1549, os colégios jesuíticos, assim como as casas de formação das outras Ordens Religiosas, supriram a falta de seminários, até sua expulsão do Reino, no governo de D. José I, em meados do século XVIII. Ou então, como no caso do Seminário de Mariana, elementos da Companhia incumbiram-se de sua fundação levando para sua organização e funcionamento estatutos calcados nos moldes dos seus Colégios. É quase certamente por essa razão que as únicas constituições eclesiásticas oficialmente vigentes no Brasil-Colônia — as *Constituições do Arcebispo da Bahia*, editadas por D. Sebastião Monteiro da Vide, em 1707, após o primeiro sínodo realizado na Igreja Brasileira

(15) *Triunfo Eucarístico*, obra escrita por Simão Ferreira MACHADO, em 1734, publicada em Lisboa no ano seguinte, em homenagem à transladação do SS. Sacramento da Capela de N. S. do Rosário para a Matriz de N. S. do Pilar, realizada na procissão de 24 de maio de 1734, em Vila Rica, e transcrita na *RAPM*, VI, pp. 985 a 1.016.

— não dedicam, em sua minuciosa ordenação da vida religiosa brasileira, um parágrafo sequer aos seminários. As únicas referências, aliás indiretas, aos estudos dos candidatos às Ordens aparecem no Livro I, títulos L, LI e LII, números 211 a 223 (16), em que se discriminam as condições impostas aos ordinandos no campo dos conhecimentos, que são as seguintes: para a Primeiro Tonsura — “ter idade de sete annos completos, saber a Doutrina Christãa, ler, e escrever”; para as Ordens Menores — “não será admittido a ellas, sem mostrar primeiro no exame, que tem estudado Latim com sufficiencia, e que será capaz de curar almas, ou confessar”; para o Subdiaconato — “será examinado da Doutrina Christãa, e mysterios de nossa Fé para se ver a capacidade que tem; e logo será examinado de Latim, construindo algum capitulo do Concilio Tridentino, ou de outro livro Latino, huma Epistola, ou Evangelho, ou huma lição do Breviario. Sendo bom Latino será perguntado pelos Sacramentos, materias, fórmãs, e ministros delles, e pelas censuras Ecclesiasticas, e outros casos, e materias moraes; e se verá se rege bem o Breviario para rezar as Horas Canonicas (...) e será mandado a exame de Canto, onde se verá se sabe cantar por arte, e sendo tambem approvedo o admittão á dita Ordem”; para o Diaconato — “O que intenta receber a Ordem de Diacono, será examinado no Latim, casos de consciencia, Reza, e Canto, como fica dito no § antecedente, e em particular, se sabe cantar hum Evangelho *Ite Missa est*; e fazer o officio de Diacono na Missa solemne, e do mais que pertence à dita Ordem”; para o Presbiterato — O candidato “será examinado no Latim, Reza, e Canto na fórmula dita, e apertado rigorosamente nos casos de consciencia, (...) e se lhe perguntará particularmente pelo Sacrificio da Missa, por suas partes, mysterios que nelle se encerrão, e effeitos que causa: e quando, e como se póde, ou não póde celebrar, e por algumas duvidas, que sobre elle occorrer. E depois de recebida a Ordem, para se lhe dar licença de dizer Missa nova, será examinado de Cerimonias”. Esses exames de ordens eram feitos perante três Examinadores, “pessoas de authoridade, letras, experiencia, e inteireza”, escolhidas diretamente pelo Arcebispo; “para elles chamaremos” — dizia D. Sebastião Monteiro da Vide — “ao Provisor, e Vigario Geral, e Desembargadores, e outras pessoas doudas, e Religiosas, que nos parecer” (17).

(16) *Constituições do Arcebispado da Bahia, cit.*, pp. 92-8.

(17) *Idem*, p. 96.

Quanto à sua linha programática, êsses estudos resultavam das prescrições do Concílio de Trento e de outros conclaves provinciais mais recentes, tais como os Concílios de Braga (D. Frei Bartolomeu dos Mártires), de Lisboa, do Pôrto e de Milão (São Carlos Borromeu) <sup>(18)</sup> que iriam ser adotados também mais tarde, nos seminários do século XVIII — então já sob a influência pedagogizante das novas conceituações educacionais da época — naturalmente compendiados e sistematizados, de acôrdo com um encaminhamento curricular ordenado por etapas de tarefas e trabalhos, obedecendo a um rígido contrôle de freqüência e de vida comum de internato, com uma escolaridade mais que intensiva, monástica, que se segue ano após ano, como aconteceu nos seminários setecentistas do Brasil.

Não resta dúvida de que os tempos estavam maduros para essa evolução pedagógica. O século XVIII oferece, no campo da educação, uma geral e fecunda fermentação criativa de mil e uma iniciativas novas, um como formigamento de idéias e atividades diferentes, sintoma auspicioso do interêsse crescente de governos, elites e das próprias massas populares pelas coisas da ciência e do seu aprendizado. A Igreja Católica, que tradicionalmente detivera em suas mãos, durante muitos séculos, a formação da juventude, haveria de participar dêsse despertar geral. Principalmente a partir de 1740, quando subiu ao trono de São Pedro o sábio e protetor das ciências Próspero Lambertini, que assumiu o nome de Bento XIV. Ainda Arcebispo de sua cidade universitária de Bolonha, gostava de cercar-se — segundo diz Ludwig von Pastor, em sua *História dos Papas* <sup>(19)</sup> — da elite intelectual bolonhesa, composta de homens eminentes, tais como Manfredi, Beccari, Galeazzo, Zanotti e outros. Promovido ao sumo pontificado, além de marcar sua administração por um zêlo incomum no estudo e na restauração dos monumentos da Cidade Eterna, foi o grande promotor de ampla reforma das Universidades de Roma e de Bolonha, o animoso criador de academias científicas, de novas cátedras de ciências, e o incentivador e protetor de pesquisas e obras de natureza histórica. “Um dos primeiros atos do Papa” — conta von Pastor — “foi a instituição de quatro academias científicas em Roma, cada uma das quais tinha sede própria, membros determinados, um protetor e um secretário.

---

(18) V. CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1866, 4 tomos, *passim*.

(19) VON PASTOR, *op. cit.*, XVI, p. 24 (I. I).

(...) As sessões tinham lugar mensalmente, numa segunda-feira, e o programa dos argumentos a tratar era impresso, permitindo-se para as conferências o idioma italiano, enquanto o latim se usava na Propaganda, em atenção aos alunos estrangeiros. Após 1745, em que pela primeira vez Bento XIV mandou que a Academia de História da Igreja realizasse, no Quirinal, uma sessão em sua presença, estendeu-se essa honra às outras Academias. Os bancos se colocavam de tal forma que o Papa ficava invisível aos acadêmicos, exceto ao conferencista. Depois da sessão, era o orador apresentado ao Papa, com o qual conversava acerca do tema proposto, em companhia dos demais participantes. O entusiasmo no trabalho era estimulado por prêmios e elogios. Para garantir o caráter científico das sessões e cingi-las a temas científicos, foram excluídos os próprios cardeais, se não fôsse membros da Academia." (20) Haveria, pois, sobejas razões ao historiador contemporâneo Muratori — o mais ilustre dos colaboradores de Bento XIV — para "mostrar-se alegre que Deus houvesse dado à Igreja em Bento um papa, do qual se podia esperar com segurança a promoção das ciências" (21), através dessas Academias.

Essa promoção iria fazer-se presente nos documentos pontifícios de Bento XIV, com que confirmava os bispos brasileiros, ocasião em que os instava a fundarem seminários em suas dioceses. Assim, por exemplo, na Bula *Candor lucis aeternae*, de 15 de Dezembro de 1745, endereçada a D. Frei Manuel da Cruz, primeiro Bispo de Mariana, recordando-lhe os deveres pastorais, diz expressamente que "quer que ponha particular empenho em dotar a sua diocese de um seminário, como o exige o Sagrado Concílio de Trento" (22). Aliás, no mesmo documento, dirigindo-se a D. Bernardo Rodrigues Nogueira, também primeiro Bispo de São Paulo, repete quase as mesmas palavras, insistindo em que o nôvo Prelado "cuide de erigir um Seminário e um montepio, segundo as prescrições tridentinas" (23).

A intenção do Papa era formar cleros nativos, que praticamente inexistiam no Brasil de então. Por outro lado, as recla-

(20) *Idem*, XVI, I, p. 137.

(21) *Epistole-Campori*, IX, 4.057, in Von PASTOR, *op. cit.*, t. XVI, p. 145.

(22) In *Arquidiocese de Mariana*, I, p. 94, *infra*, lê-se textualmente: (...) "praeterea etiam volumus quod Tu Seminarium ad praescriptam Concilii Tridentini institutioni pro viribus incumbas": é a determinação pontifícia da Bula *Candor lucis aeternae* a que se lunde o Seminário.

(23) Mons. Paulo Florêncio da SILVEIRA CAMARGO, *A instalação do Bispado de São Paulo e seu primeiro Bispo*, Ed. do Autor, São Paulo, 1945, p. 101.

mações dos moradores das Minas, em prol da criação de escolas para seus filhos, faziam-se sentir, tão logo chegou à sua diocese e dela tomou posse, em 1748, o nôvo Prelado: um seminário, em Mariana, atenderia aos desejos do Papa, formando sacerdotes da terra, e, ao mesmo tempo, acudiria aos reclamos dos povos, educando-lhes os filhos, até então entregues a ocasionais aulas domésticas, como já tivemos oportunidade de estudar. Depois que um dos ricos locais, o minerador e agricultor José de Tôrres Quintanilha faz doação de quase todos os seus haveres para a fundação do seminário, as reclamações são atendidas pelo Bispo de Mariana, que representa a El-rei sôbre a precisão que há no seu Bispado de se estabelecer em Mariana uma casa de ensino por causa das “grandes despesas que faziam os Moradores dessa Capitania de Minas em mandarem seus Filhos aos Estudos do Rio de Janeiro e Bahia” (24). Cria-se, pois, o Seminário, “para nêle se ensinar Gramática, Filosofia e Teologia Moral, pois não há neste Bispado estudos públicos, cuja falta causa grande detrimento aos moradores”: estas são as palavras textuais com que, premido pelos povos, o Bispo se dirige ao Rei (25). Não resta dúvida de que a intenção do fundador do Seminário de Mariana atenderá, antes de tudo, ao recrutamento do seu clero, até então inexistente. Mas, também para atender às solicitações das famílias das Minas, êle não perde de vista aquela tradicional opção cisterciense (D. Frei Manuel da Cruz é monge de São Bernardo) da escola “exterior”, do “estudo público”, oferecido aos jovens estudantes leigos interessados, como já a mantiveram, desde o século XIII, na península ibérica, os monges de Cister, como foi o caso daquele memorável abade D. Frei Estêvão Martins, que abriu, em 1269, no Mosteiro de Alcobaça, a primeira aula pública que teve o Reino de Portugal (26). O “estudo público” do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte foi também o primeiro a instalar-se em Minas, facultando aos seus alunos a preparação para os cursos de Coimbra, que essa era a intenção da grande maioria de seus pais. Mas, segundo os moldes dos Colégios da Companhia de Jesus, conforme se pode ler nesta informação do *Códice Costa Matoso*: “Estabelece o mesmo Prelado dentro da Cid.ª [de Mariana] hũ Seminario de Estudos de Gramatica e moral, adquirindo p.ª a d.ª Caza muitas esmolas, legados e doações. Vão entrando varios Seminaristas

(24) *Breve Notícia, cit.*, p. 8.

(25) *Idem, ibidem.*

(26) Damião PERES, *História de Portugal, cit.*, t. II, p. 600.



com certa porção anual p.<sup>a</sup> seu sustento. São regidos pelo Re.<sup>do</sup> p.<sup>e</sup> José Nog.<sup>ra</sup> da Comp.<sup>a</sup> de Jezus q. veyo do Coll.<sup>o</sup> do Rio de Jan.<sup>ro</sup> p.<sup>a</sup> Reitor e M.<sup>e</sup> da dita Caza: frequentão as classes m.<sup>tos</sup> estudantes com os mesmos estatutos dos Colls. da Comp.<sup>a</sup>: esperase q. S. Magestade facultará o rezidirem mais M.<sup>a</sup> da mesma Comp.<sup>a</sup>. Abrirão-se aquelles estudos em (ilegível) do anno de 1748.”<sup>(27)</sup> Esta informação do prestimoso *Códice* da Biblioteca Municipal de São Paulo é quase perfeita, de vez que coincide com os dados ministrados pelo monge beneditino setecentista D. Domingos do Loreto Couto, que, em seus *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, esclarece que o Pe. José Nogueira veio de Pernambuco; sendo especialista em teologia moral, veio êsse jesuíta (que era, aliás, sobrinho do Bispo de Mariana) iniciar aulas dessa matéria ali, em 1748, antes mesmo da instalação do Seminário, em 20 de dezembro de 1750. Teria sido êsse curso de teologia moral o primeiro núcleo escolar marianense, do qual se ampliou o Seminário<sup>(28)</sup>. Foram dos primeiros estudantes Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, “emboaba” puro recém-chegado de Portugal, Joaquim Veloso de Miranda, “mazombo” da terra, mestiço de paulistas e reinóis, e Manuel Inácio da Silva Alvarenga, mulato típico da época, aliás nascido em dias em que a população da gente de côr era tanta ou maior que a dos brancos. A lembrança dêsses nomes é proposital, para provar como era liberal e vário o critério de aceitação de alunos no Seminário de D. Frei Manuel da Cruz.

Com o estabelecimento, em Mariana, do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, vai-se abrir uma era nova na vida religiosa de Minas Gerais, pois será êsse nôvo clero, formado à barra da sotaina do zeloso Bispo bernardo e, conseqüentemente, tanto quanto possível escoimado dos vícios comuns do clero alienígena da primeira metade do século, que irá tentar plasmar a alma cristã do povo de Minas, com um êxito muito maior depois que sobrevém, a partir do terceiro quartel da centúria, a inelutável decadência do ciclo aurífero e o conseqüente empobrecimento coletivo da Capitania.

Para a boa formação do seu clero, D. Frei Manuel da Cruz, homem de comunidade organizada e severa, como é a dos Cistercienses, põe em vigor, “sòmente aos 18 de novembro de 1760”, os Estatutos para “o regimen espiritual, e literário do

(27) *Códice Costa Matoso, cit., fls. 73.*

(28) *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco, in ABN, XXV, p. 13.*

Seminario" (29), que "insistem em preparar bem os jovens levitas nas sendas da oração, da virtude e da ciência sagrada. Como os futuros sacerdotes haverão de ser homens de piedade e de devoção, estatui-se que "ao romper do dia se tocará a Campainha, e o que tiver o cuidado de despertar baterá pelas portas dos cubiculos de sorte, que ouçam todos, dizendo — Louvado seja o Santissimo Sacramento — até que lhe responda algum de dentro — para sempre" (Estatuto 1.º); depois de rezarem as preces matutinas e assistirem à Missa pela manhã (Estat. 2.º) e de visitarem Nossa Senhora durante o dia, "tanto que tocarem as Ave-Marias, rezarã o Terço da Virgem N. Senhora em Córos alternadamente em vóz baixa, mas pouzada, e devota com animo de louvar, e agradar á Senhora", seguindo-se a recitação da Ladainha, e finalmente "visitarã a N. Senhora, rezando as Preces Noturnas, e farã um breve exame de consciencia, no fim do qual farã um acto de Contrição, que dirã em voz intellegivel os Seminaristas por seu turno e se recolherã aos seos cubiculos, e logo se deitarã apagando os seus Candieiros" (Estat. 5.º); nas sextas-feiras "correrã a Via Sacra" e "comungarã todos os mezes" (Estat. 7.º). Porque terão de ser homens ilustrados, para a pregação e a catequese, "estudarã até que toque a Campainha para a Missa", e após esta "se recolherã a estudar em seos cubiculos até o almoço, que será aos tres-quartos para as oito horas" (Estat. 2.º); é curioso o Estatuto 3.º, por adotar as normas da reforma dos estudos menores de 1759: "As oito horas irã ás Classes, aonde se observará em tudo, e portudo quanto mandão as Instruçoens para os Professores ordenados, e mandadas publicar por El Rei Nosso Senhor para uso das Escollas novamente fundadas em seos Reinos, e Dominios"; essas "classes" (aulas) durarã até a hora do almôço e recomeçam das três às seis da tarde; "aos Domingos, e dias Santos" — determina o Estatuto 6.º — "estudarã das oito horas ás dez, excepto nos dias, em que houver Congregação na qual assistirã em seos lugares, separados dos Estudantes de fóra. Nos suetos tambem estudarã das oito athé as dez horas. E nos taes dias, assim Santos, como de sueto de tarde, depois de estudarem athé as duas horas, assistirã ao Canto-chão tres quartos de hora, e merendarã pelas tres, e no mais tempo terã a sua recreaçã, e tambem devem recordar os atrazados"; sueto, só havia o da quinta-feira, "não havendo dia Santo algum na

---

(29) *Papéis avulsos — Episcopado de D. Frei Manuel da Cruz.*

Semana, porque havendo, ou antes ou depois", não seria "feriada" a quinta-feira (Estat. 11.º); as férias gerais, tanto para o Curso de Filosofia, como para o de Gramática, duravam apenas um mês, "desde a Dominga infra octavam Ascensionis até a Dominga 3.ª post Pentecosten por ser o tempo a respeito do Paiz o mais accomodado. Pelo Natal feriarão oito dias; feriarão desde a Dominga de Ramos até a ultima 8.ª da Pascoa inclusive, e tambem os tres dias proximos à Quaresma" (Estat. 12.º); eram também feriados os dias do "Gloriozo Mellifluo Doutor São Bernardo", do "Gloriozo" S. Inácio de Loiola, de S. Luís de Gonzaga, "Patrono dos Estudos" (o primeiro Bispo de Mariana foi muito devotado aos Jesuítas, mesmo após sua expulsão) e "das Onze mil Virgens Padroeiras do Brazil" (Estat. 12.º). A preocupação com a disciplina pessoal e institucional e com a formação moral dos candidatos ao sacerdócio, a par daquelas da piedade e da instrução nas ciências sagradas, comparece insistentemente em diversos estatutos. Assim, por exemplo, pratica-se o silêncio no refeitório, onde os seminaristas ouvirão lições edificantes; acabada a refeição, "terão repouso todos juntos no lugar determinado, no qual tempo se não permittirá estarem fora do lugar commum" (Estat. 3.º); nesses duros tempos jansenistas, de juízos tão sombrios sobre a conduta humana, há estranhas prescrições como êste final do Estatuto 3.º: "E quando algum Seminarista estiver doente, o Rvd. Padre Reitor determinará os que ham de hir com elle ter repouzo"(. . .) Aquêles que, acabado o repouso, faltarem ao estudo, em seus cubículos, até as três horas, serão castigados (Estat. 4.º); a rija disciplina exigirá pontualidade absoluta nos horários, com exceções originalíssimas: à noite, ao se recolherem, os jovens logo se deitarão, "apagando os seos Candieiros, e só o Seminarista que tiver para fazer alguma função literaria o poderá ter mais tempo acceso com licença do Rvd. Padre Reitor" (Estat. 5.º). Essas funções literárias constam de exercícios oratórios principalmente, como aquêles "exemplos" de Nossa Senhora, recitados nos sábados por um seminarista, previamente sorteado, diante de tôda a casa reunida, ou daquelas palestras de Moral, nos outros dias da semana, "como tudo já está em costume" (Estat. 5.º); vale recordar aqui um eminente eclesiástico do tempo, Santo Afonso de Liguori, o último dos Doutôres da Igreja: deixou dessas funções literárias marianas setecentistas um livro admirável, *As glórias de Maria Santíssima*, ainda hoje modelo dos fervorinos do mês de Maria, em muitos recantos do Brasil e do mundo católico. Mas, as recomendações

disciplinares controlam a vida cotidiana do Seminário em todos os detalhes: que se tratem uns aos outros “com toda gravidade, cortezia, e modestia, e muito principalmente aos mais Velhos” (Estat. 7.º); que tenham suas camas “concertadas”, a sua roupa arrumada, e com seus números, “e não poderão dar coisa alguma das que trouxeram de fora, sem licença do Rvd. Padre Reitor” (Idem); o jovem que riscar livros, ou paredes, será rigorosamente castigado (Estat. 8.º); que não entrem nos cubículos uns dos outros, nem na dispensa, na cozinha “e nem ainda no refeitório, excepto as horas de comer” (!) (idem); não admitam nos cubículos pessoa alguma de fora, não falar com alguém na portaria e igreja, “nem fallar com mulher alguma, ainda que seja parenta, sem terem para tanto a referida licença expressa do Rvd. Pe. Reitor, o qual castigará severamente qualquer destas faltas, segundo a contumácia dos desobedientes” (idem); que nenhum seminarista vá à cidade senão com o Pe. Reitor ou com algum dos padres-mestres ou com algum companheiro determinado pelo Reitor, se êsses estiverem impedidos, e isso se “o Seminarista tiver negocio precizo” comunicado especialmente ao Reitor (Estat. 9.º); mas, quando forem às funções religiosas na Catedral ou alguma igreja de Mariana, “irám todos em communidade com o Rvd. Padre Reitor, ou algum dos Rvds. PP. Mestres, e irám via recta (*sic!*) para a tal Igreja, e tornarám da mesma sorte para o Seminário, sem se poderem apartar uns dos outros (idem); finalmente, é proibido o porte de armas aos levitas, mesmo aquelas que são permitidas aos eclesiásticos, “quando vão de jornada”, cabendo expulsão aos transgressores (Estat. 10.º).

Esse severo regulamento vigorará por muito tempo e suas prescrições serão mantidas, em sua maior parte, até praticamente os dias de hoje. Basta um ligeiro exame de alguns dos regulamentos congêneres. A dura linha de disciplina, o rigoroso regime devocional e as normas de edificação moral e espiritual do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte puderam, assim, formar um clero digno de sua grande missão religiosa e social. Os tempos a isso obrigavam e aquêles sacerdotes ordenados por D. Frei Manuel da Cruz foram empregados numa imensa obra de melhoria de costumes, de afervoramento da vida litúrgica e devocional e de catequese intensiva das populações ignorantes das verdades e preceitos da fé. Daí porque ter-se caracterizado sua presença na vida cultural da segunda metade da centúria por um típico ministério pastoral, de um

lado, e pela regência de quase tôdas as cadeiras escolares que então apareceram, fôsem elas régias ou fôsem particulares; e essa presença permanecerá até as primeiras décadas do século XIX. Aquela encanecida plêiade de sacerdotes virtuosos e sábios, vigários e padres-mestres, missionários e catequistas, que o viajante e cientista A. de Saint-Hilaire vai topando pelos sertões, serão como que os últimos Abencerrages dos nobres ideais do Seminário de D. Frei Manuel.

A predominante formacional dêsse clero do primeiro Bispo de Mariana será o devotamento "profissional" e a intensificação da ação pastoral, obtidos, um e outra, pela convicção de uma firme vocação sacerdotal, adestrada pela prática das principais virtudes do estado, tais como a castidade, a piedade, o zêlo do altar, a caridade para com o próximo, a cultura religiosa, o desapêgo do ouro e dos bens terrenos, entre outras. Assiste ainda os futuros levitas uma boa e sólida informação cultural humanística, recebida em aulas memoráveis, onde pontificam, no curso prévio de teologia moral, o jesuíta Pe. José Nogueira, nos primeiros anos, o Pe. Pascoal Bernardino Lopes de Matos, recém-egresso da Companhia e, mais pelos decênios seguintes, o Pe. Antônio Rodrigues Dantas, o Cônego Luís Vieira da Silva, o Pe. Manuel Joaquim Ribeiro, o Dr. Francisco de Paula Meireles e, ainda, o já macróbio Pe. Lopes de Matos <sup>(30)</sup>.

Muitos dos padres saídos do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, durante o episcopado de D. Frei Manuel da Cruz, e depois — excluída a fase decadente dos vigários capitulares de que o episódio Farnese é bem característico <sup>(31)</sup> — nos tempos de D. Frei Domingos da Encarnação Pontével e D. Frei Cipriano de São José, distinguir-se-ão pelos seus dotes ministeriais de bons guias dalmas e pelas suas qualidades intelectuais de bons pregadores e excelentes mes-

---

(30) V. S. A. Sisson, *Galeria dos brasileiros ilustres*, Livraria Martins, São Paulo, 1948, 2 volumes, II, p. 205.

(31) O jovem estudante João Batista Farnese (no Códice grafado "Farnesy"), filho do serrano do mesmo nome, era seminarista em Mariana, mas, desde a terra natal do Sêro do Frio, viera apaixonado por uma môça, de nome Joaquina, filha de D. Rita, viúva do Cel. Luís José Teixeira de Gouveia. Mesmo em Mariana, o jovem "se entroua comonicar occultamente de noite na casa" de uma tal Caetana, para onde viera Joaquina, com sua mãe, "em ocasião em que estavam osmaiz da caza ceando" e, Joaquina, "fingindo dores de cabeça eque porisso não queria cear", escapava-se e ia ao encontro de João Batista, nos fundos da casa, "até que de repente forão encontrados pella dicta viúva May da referida Joaquina, dando no filho do suplicante [abre o Códice uma súplica de João Batista Farnese, pai, em favor do filho] munta xinclada e bofetonas". Mas, era tarde: a môça já estava grávida... (*Códice 203, a/n de fls., de 1774-1777, do APM.*)

tres<sup>(32)</sup>. Assim, por exemplo, passará à história o irmão de José Basílio da Gama, o épico do *Uruguai*, o Pe. Antônio Caetano Vilas Boas, como “um dos mais eloqüentes Oradores dêste nosso tempo, e nas funções paroquais o mais recomendável dos Párocos”<sup>(33)</sup>; já o Pe. Manuel de Jesus Maria, filho admirável de escrava, irá engrandecer-se como missionário e primeiro mestre dos índios dos sertões dos rios Pomba e do Peixe, precursor de outro abnegado sertanista de tempo posterior, o Pe. Francisco da Silva Campos, capelão-cura dos índios Coroados, em 1791, e da obra civilizadora de Guido Tomás Marlière, no século seguinte<sup>(34)</sup>; pelo próprio fato de ter sido mestre preceptor de seu irmão mais môço, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, merecerá lembrança especial o Pe. Domingos dos Santos Xavier, igualmente muito bem relatado nas *Memórias* (até hoje desaparecidas) do seu contemporâneo e colega de classe, Pe. Martinho de Freitas Guimarães<sup>(35)</sup>; o Cônego Luís Vieira da Silva, prata pura da casa, sem ir a Coimbra, torna-se acatado professor de Filosofia, além de ser festejado orador, profundamente erudito, cuja carreira brilhante reflete bem as condições e os recursos do trabalho didático e cultural do primeiro Seminário de Mariana, não somente na preparação do seu pessoal discente, mas também no cuidado com que se davam os seus professores em se conservarem em dia com as ciências que prelecionavam.

Sem nunca ter saído de Minas e sendo um homem de poucos recursos financeiros, pôde o nosso Cônego, futuro Inconfidente, reunir uma livraria excepcional, não tanto pelo número dos volumes coletados, mas pela sua apurada qualidade e atualidade. Filho do seu século, o Cônego Vieira da Silva, clérigo dos mais eruditos entre seus pares, “foi bem o tipo do leitor *à la page* — como disse dêle o Sr. Eduardo Frieiro<sup>(36)</sup> — e leitor surpreendente”, pois leu, não apenas os autores mais consagrados de sua ciência eclesiástica, como também — foi isso que o perdeu — até os “libertinos” heterodoxos mais extremados inimigos da Igreja: êsse, o motivo

(32) Os *Anais do IV Congresso de História Nacional*, em seu vol. XI, traz as matriculas de 1770-1830, de padres brasileiros em Coimbra, e da lista destacamos os seguintes mineiros: Francisco Pereira de Santa Apolônia (1770), do Rio das Mortes; Joaquim Dias de Sá (1770), do Rio das Mortes; Pascoal Bernardino Lopes de Matos (1770), de Mariana; Antônio Caetano de Almeida Vilas-Boas (1775-1776), do Rio das Mortes; e José da Costa Moreira (1784), de Sabará (pp. 383/405).

(33) *Pessoas Ilustres*, cit., in *RAPM*, I, p. 443.

(34) V. *RAPM*, “Sôbre os índios do Pomba”, II, p. 354; *Ejems. Minas*, cit., t. IV, p. 399.

(35) V. *Arquidiocese de Mariana*, cit., t. II, pp. 79 e 169.

(36) Eduardo FRIEIRO, *O diabo na livraria do cônego*, Livraria Itatiaia, Belo Horizonte, 1957, pp. 30-74.

pelo qual Alberto Faria o considerou “a maior ilustração da sua época” (37). Zeloso de sua cultura sacerdotal, nosso Cônego tem excelente informação de teologia dogmática (*Summa Theologica*, de Santo Tomás, e o Catecismo de Montpellier); de patrística (coleções completas, em latim, dos Santos Jerônimo, Ambrósio, Agostinho, Gregório Magno, Bernardo); de história geral e da Igreja (*Discours sur l’histoire universelle*, de Bossuet, o *Rationarium temporum*, do jesuíta Denis Petau (Petavius), *Discours sur l’histoire ecclésiastique*, de Fleury, o *Abrégé de l’histoire ecclésiastique*, em 13 volumes, de B. Racine, as *Dissertationum historicarum*, de J. L. Berti, em 3 volumes, as *Lettere interessanti di Clemente XIV*, em 4 tomos; dos historiadores e cronistas portugueses, desde João de Barros ao Pe. Antônio Pereira de Figueiredo; de história geral, um *Nouveau dictionnaire historique*, em 6 volumes, uma *Histoire générale*, em 5 volumes, a *Histoire universelle*, de Turpin, em 4 volumes, os dois das *Tablettes chronologiques de l’histoire universelle sacrée et profane*, de Lenglet-Du Fresnoy, a famosa *Istoria civile del Regno di Napoli*, de Pietro Giannone, e os historiadores filósofos Hume (nas traduções francesas *Histoire de la Maison d’Autriche* e *Histoire de la Maison des Tudor*, ambos em 6 volumes) e Robertson (igualmente em francês, a *Histoire d’Ecosse* (3 tomos), a *Histoire du Règne de l’Empereur Charles V* (6 volumes), e a *Histoire de l’Amérique* (em 4); de direito canônico e casuística (*Concilium Tridentinum*, de Gallemart, *Analyse des Conciles* (5 vols.) e obras de Boehmer, Doujat, Gonzalez, Graciano, N. F. Aulísio, Brunellus, Bérard, Pichler, Halley, Becanus, Gibert, Schmalzgrueber, Reiffenstuel e outros); de eloquência sacra e profana (obras de Bossuet e Demóstenes, Cícero e Quintiliano); de exegese bíblica (a *Biblia de Vatable*); de medicina pastoral (os *Éléments de Médecine pratique*, do escocês Cullen, o *Traité des Maladies vénériennes*, de Fabri, os sete volumes de Tissot); mas, principalmente, de filosofia, a matéria de sua docência em Mariana, de que tinha esta bibliografia fundamental: a *Summa*, de Santo Tomás, *Philosophie Péripathétique*, de A. Mayr, *Éléments de métaphysique*, do jesuíta Para du Phanjas, *Disputationes Metaphysicae*, de Silvestre Aranha, a *Lógica*, de Antônio Genovese (o célebre “Genuense”), outra *Lógica*, do lusitano iluminista Luís Antônio Verney, uma *Philosophia mentis* e os *Elementos metafísicos*,

(37) *Aérides*, Rio de Janeiro, 1918, p. 225. (Ed. Jacinto Ribeiro dos Santos).

de Brescia, e um *Compendium Philosophicum Theologicum*, de Manuel Inácio Coutinho. Como a mentalidade da época abrangia as ciências no campo filosófico, nosso Cônego fornecia-se abundantemente de inúmeros livros sôbre geometria, matemática, história natural, física, astronomia, agricultura e até geografia, sem falar num impressionante aparato de literatura em prosa e em verso, que se completava com um variado jôgo de dicionários, tão do agrado da cultura iluminista. Mas, as leituras do Cônego Luís Vieira da Silva estenderam-se além dos limites: “(. . .) na sua biblioteca havia livros perigosos e incendiários. O espírito da Revolta — o espírito de Satã — penetrara nela, cavilosamente escondido nas obras dos escritores e filósofos” — como conta o Sr. Eduardo Frieiro<sup>(38)</sup>, tais como a *Enciclopédia*, de Diderot e D'Alembert, *L'esprit des lois*, de Montesquieu, a obra de Bielfeld (amigo de Frederico, o Grande) *Institutions politiques*, os *Principes du droit naturel*, do genebrino J.-J. Burlamaqui, os tratados sôbre *Le Droit public de l'Europe*, *De l'étude de l'histoire* e *Observations sur le gouvernement et les lois des États-Unis d'Amérique*, do Abade de Mably, e as *Oeuvres*, de Voltaire e de Condillac, entre as mais “libertinas”<sup>(39)</sup>. “Ora” — acrescenta o Sr. Frieiro — “o Diabo, o grande Doutor Herético, insinuara-se ali sob o seu melhor disfarce, a letra de imprensa, para perder o bom do Cônego. E efetivamente o perdeu.”<sup>(40)</sup>. Enredou-se nas malhas da Conspiração, por mercê dessas leituras, e acabou sendo condenado.

Aliás, igualmente outro sacerdote envolvido na Inconfidência, o Pe. José Lopes de Oliveira, será tido na conta de homem “de muito conceito e dotado de grandes luzes”, se dermos fiança ao depoimento de Joaquim Silvêrio dos Reis, nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*<sup>(41)</sup>; embora se deixe tocar pela influência do velho complexo escapista de sua geração, ao considerar-se, na fôlha de rosto de sua famosa *Gramática latina*, “Sacerdote de Lisboa”, quando é bem mineiro, oriundo dos sertões dos Prados e formado em São Paulo e Mariana, eis que o Pe. Antônio Rodrigues Dantas granjeará todo o seu cartaz de exímio gramático e mestre de latinidade ainda em seu Seminário natal marianense, porque será sômente na segunda metade de sua vida que irá prelecionar em Lisboa; outro exímio cultor das letras latinas será o Pe. Francisco Mo-

(38) Pp. 24/25.

(39) Relação das obras do Côn. Luís Vieira: in *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, t. V, pp. 277 a 291.

(40) *Op. cit.*, p. 25.

(41) *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, cit., t. 6, p. 309.



reira Rebordões, de Conceição do Mato Dentro, que vai estabelecer nos descobertos distantes do Paracatu do Príncipe sua escola ilustre, talvez uma das matrizes da legenda, ainda hoje em curso, dos padres-mestres sertanejos que versejam ou escandem metros latinos conforme as melhores recomendações do *Gradus ad Parnassum* (42), padres-mestres êsses de que será exemplo convincente o Pe. Domingos Simões da Cunha, poeta paracatuano, amigo e companheiro do Dr. Francisco de Melo Franco, que o Cônego Raimundo Trindade considera discípulo do Pe. Rebordões, mas que parece duvidoso, pela incongruência das idades de mestre e aluno, oferecidas pelo mesmo autor de *Arquidiocese de Mariana* (43); também sai da Comarca do Sêro Frio, mais especialmente do Tijuco, em demanda do Seminário de Mariana, o jovem Francisco de Paula Meireles, para depois ir formar-se doutor em Coimbra, regressando professor régio de Lógica, Metafísica e Física, e logo vem a tornar-se aplaudido panegirista dos poderosos do dia, como, por exemplo, nos eventos lutuozos do suplício de Tiradentes e do degrêdo dos Inconfidentes, quando fundo pronuncia, num sermão de ação de graças, os mais confeitados ditirambos à “clemência” de Sua Majestade Fidelíssima, a Rainha D. Maria I, pela comutação da pena a “êsses infames portugueses”, réus do “hediondo crime” de tramarem a libertação do Brasil (44); continua na moda, assim, irem os padres de Mariana formar-se na Universidade de Coimbra, como desde 1770 o vinham fazendo Francisco Pereira de Santa Apolônia (1770), que seria mais tarde o primeiro clérigo mineiro a chefiar o govêrno provincial, Joaquim Dias de Sá (1770), o já nosso conhecido Pe. Pascoal B. Lopes de Matos (1770), o Pe. Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas (1775-1776), irmão de Basílio da Gama, e o Pe. José da Costa Moreira (1784), ilustres sacerdotes marianenses contemporâneos dos dias da Inconfidência Mineira (45).

### 3. Outras escolas eclesiásticas

Contudo, depois de 1760, ao lado do Seminário de Mariana, formam outras instituições religiosas mineiras, que se da-

(42) *O Gradus ad Parnassum* era um dicionário de prosódia e de expressões poéticas, para ajudar a compor versos latinos, muito prestigiado no século XVIII, e tinha como autor o Jesuíta Paul Aler, luxemburguês, obra essa aparecida, pela primeira vez, em 1703, em Colônia.

(43) *Arq. de Mariana*, II, p. 90.

(44) *Idem*, II, p. 95.

(45) *V. Anais do IV Congresso de História Nacional*, t. XI, pp. 383/405.

rão à causa do ensino das elites da Capitania, notadamente o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, no limites das Freguesias de Roça Grande e Santa Luzia, a Casa de Oração do Vale das Lágrimas, situada no Arraial de São João da Chapada, no Termo das Minas Novas (Arcebis-pado da Bahia), e o Colégio dos Padres Osórios, no Sumidouro, não longe de Mariana.

Os dois recolhimentos femininos irão inaugurar, nas Minas Gerais, os primeiros cursos de formação e educação de filhas de família. Já fizemos alusão a uma escola conventual, em Macaúbas, que teria florescido já antes de 1730, conforme elementos deduzidos por nós do *II Livro de Devassas ou Visitas de 1733-34*. Não pode haver outra explicação mais plausível do fato de, naquela comunidade, haverem tantas pessoas alfabetizadas, senão a de que existira ali uma escola de primeiras letras<sup>(46)</sup>. Foi, porém, muitos anos depois, já no último quartel do século, que floresceu em Macaúbas uma instituição de educação de meninas, conforme veremos. Tão logo tomou posse de sua Diocese marianense, D. Frei Domingos da Encarnação Pontével, em officio de 29 de março de 1780 a Lisboa, depois de narrar como chegou bem de sua viagem até Mariana, onde aportou em 25 do mesmo mês e ano<sup>(47)</sup>, de contar que estava em dia com as informações que passava a Sua Majestade Fidelíssima, de colocar o problema crítico da cobrança das conhecenças (300 rs. por comunhão, por ordem de D. João V, no tempo do Governador Gomes Freire, em 1735), passa a advogar a confirmação régia para o Recolhimento de Macaúbas, dizendo que éste "he em todas as suas Recolhidas do mais regular procedimento e porisso mesmo muito util á Religião e ao Estado, *por não haver nestas Minas outra semelhante Casa, aonde os Pais de familias milhor possão educar as suas Filhas, e prezervá-las dos assaltos do Mundo*"<sup>(48)</sup>. É éste documento do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, o mais antigo a aludir expressamente a Macaúbas como casa de educação de meninas, e não a carta, de 23 de setembro de 1789, que o Ministro Martinho de Melo e Castro endereça ao mesmo D. Frei Domingos, acompanhando o aviso régio da mesma data, em que a Rainha D. Maria I "não só permite a conservação

(46) V. fls. 109 *et seqs.* Porém, as assinaturas das recolhidas são tão parecidas, que se fica tentado a crer que uma só das religiosas assinasse o nome das outras testemunhas...

(47) Em *Arquidiocese de Mariana*, o Côn. Trindade dá como data da entrada solene de D. Domingos em Mariana o dia 25 de fevereiro (t. I, p. 151).

(48) AHU, de Lisboa, Caixa 56, MG, Of. de 29.III.1780, fls. 4.

do Recolhimento de Macaúbas como o toma debaixo de sua proteção”, que o historiador Xavier da Veiga transcreve, em suas *Efemérides Mineiras* (49).

Quando o Bispo Pontevel, logo ao tomar posse em Mariana, em 1780, pediu a confirmação real para a instituição, já se achava na Córte, ido especialmente para a mesma finalidade, o Pe. Manuel Dias da Costa Lana, Procurador do Recolhimento. D. Joaquim Silvério de Souza, em sua obra *Sítios e Personagens*, conta a dramática estada do Procurador de Macaúbas em Lisboa, onde teria andado, de repartição em repartição, durante onze anos e meio (l), a tentar obter dos burocratas da Mesa da Consciência e Ordens e outros quejandos a suspirada confirmação (50). “Eu já grito” — escrevia êsse sacerdote à Regente da casa, em 20 de julho de 1784, na impaciência de conseguir o desiderato comum — “sejão as ideas quaes forem, fação o que lhes parecer, mas appareça este novo Regulamento do Recolhimento.” Mas, não adiantou o grito do padre, que nos faz recordar aquêlo outro grito de um nobre tonsurado setecentista — um excelente visitador de mosteiros minhotos, de que dá notícia Camilo Castelo Branco, em seu *Mosaico e Silva* (51) — que gritou por não ter bebido a mais tempo o precioso vinho verde de um lavrador de Alvarenga... Pelo solerte empenho do Pe. Manuel Dias em comprovar, por escrito, os motivos de sua incrível demora nos ócios da Córte, talvez as mais longas jornadas de que há notícia na burocracia luso-brasileira, ficamos a cogitar, temerariamente, se o grito do Procurador das Recolhidas de Macaúbas não teria sido também inspirado por razões semelhantes às do Sileno monástico de Camilo... Contudo, em abono seu, é preciso que se diga que o oficialismo régio estaria a cozinhar em água fria a confirmação, coerente que haveria de ser com a sua tradicional hostilidade à abertura e manutenção de casas religiosas nas Minas Gerais. E foi o que aconteceu no caso. O ato de permanência de D. Maria I será despachado favoravelmente só depois que prevalecem os intuitos (parece que do Ministro Martinho de Melo e do Bispo-Condé de Coimbra, D. Francisco de Lemos) de estabelecer-se em Macaúbas um instituto de educação para meninas, como se pode ler na carta do Ministro, anunciando a confirmação

(49) *Efemérides Mineiras*, cit., t. IV, p. 387.

(50) D. Joaquim Silvério de Souza, *Sítios e Personagens*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1930, p. 319 et seqs.

(51) Camilo CASTELO BRANCO, *Mosaico e Silva*, Livraria Chardron. Col. Lusitânia, Pôrto, s/d, p. 212.

do Recolhimento. Martinho de Melo afirma que êste, "sendo destinado à educação de meninas, não podia deixar de merecer a benigna contemplação de Sua Majestade, principalmente constando aqui na Córte de Lisboa o bom regime daquela Casa, e a geral aceitação e aproveitamento *com que ali se educam as filhas dos habitantes dessa Capitania de Minas Gerais*" (grifos nossos) (52). Propositadamente o Ministro olvida qualquer referência concessiva à condição de casa monástica a Macaúbas, como desejando significar que a confirmação é para a instituição educacional e não para um recolhimento monástico (53). A carta insiste em destacar as "utilidades que se devem esperar de semelhante estabelecimento", e para tanto a Rainha ordena se formem para seu governo Estatutos mais amplos que os atuais e que compreendam "*um plano completo de educação adequada para Meninas*, cujo destino principal é de serem boas e exemplares Mães de família" (grifos nossos) (54). Pena que tão generosos anelos não fôsse levados na devida conta pelas beneficiárias da confirmação real. Talvez êles se frustraram porque "não havia então no ediffício espaço adrede destinado" a instalações de ensino — como explica D. Joaquim Silvério de Souza, em sua história de Macaúbas (55) — e seus cursos "cifravam-se em algumas noções de primeiras letras, doutrina cristã e trabalhos de agulha" (56) (currículo precário dos dias em que ali estudaram as oito ou nove filhas da famosa Chica da Silva). Ou então era mesmo porque a comunidade, irremediavelmente entibiada pelas malícias do cafuné e da mesa particular — uma vez que as recolhidas se avezaram ao abuso de continuarem a servir-se de suas escravas, frequentemente mais de uma para cada senhora, nos serviços domésticos do claustrol (57) — não se animava ao esforço maior de elaborar e pôr em ação o "plano completo de educação adequada para Meninas", como preconizava a carta de Lisboa. A verdade foi que os desejos da Rainha só vieram a ter efetivação depois de 1846, quando um lazarista, filho do Caraça, o Pe. Antônio Afonso de Moraes Tôrres, instado por D. Antônio Ferreira Viçoso, ali fundou o já hoje centenário Colégio de Ma-

(52) *Ejens. Mins., cit.*, IV, p. 390.

(53) V. D. Joaquim S. de Souza, *op. cit.*, p. 309.

(54) *Ap. Ejs. Mins., loc. cit.*

(55) *Sítios e personagens, cit.*, p. 380. A falta de acomodações em Macaúbas é denunciada, na devassa a que submete a instituição o Visitador Dr. Queirós Coimbra, em 1734, que constava viverem confinadas as recolhidas, "que por não terem celas costumão dormir as irmans duas aduas, e as vezes trez em hua mesma casa e cella" (II *Livro de Devassas e Pronunciaçoens, cit.*, fls. 110v e 111).

(56) *Sítios, cit.*, p. 381.

(57) *Idem*, p. 356.

caúbas, de tão belas tradições na educação feminina de Minas Gerais.

No entanto, o Recolhimento de São João da Chapada, que obtivera tão prestesmente, em 1780, os favores da confirmação real, expandira-se em pessoal, patrimônio e espírito cenobitário, merecendo dos arcebispos da Bahia não apenas aprovação, mas também proteção e ajuda, mesmo diante das autoridades de Lisboa, proteção e ajuda que teriam influído na decisão favorável de D. Maria I. “É uma Casa de Oração secular sem voto algum” — depõe o Comandante do Destacamento do Sêrro, Antônio José de Araújo, em *carta-relatório* encaminhada às autoridades coloniais, para ulterior consideração dos altos funcionários de Sua Majestade — “utilíssima aos Povos dêste País; porque ali mandam alguns Pais de familias ensinar suas filhas, tendo-as recolhidas por alguns anos, e dali costumam sair não só provecas em artes liberais, mas também no Santo amor e temor a Deus” (grifos nossos) (58). Ao nosso ver, dado o nôvo espírito iluminista dos ministros da Rainha, essas boas notícias sôbre o ensino de môças, na Casa de Oração do Vale das Lágrimas, é que teriam sido decisivas na pronta consecução de sua confirmação régia (59). Não sabemos a natureza dos cursos do Recolhimento da Chapada, mas não deveriam ser muito mais completos que os de Macaúbas. O regime escolar seria, à base do recolhimento monástico, de severo internato, as educandas vivendo também em comunidade, com as suas mesmas vantagens e problemas (60), como se pode deduzir destas palavras de José Joaquim da Rocha, o memorialista, o qual, referindo-se ao pessoal da casa, afirma que êle “não tem número certo de Recolhidas”, desde que são recebidas tôdas aquelas jovens que querem entrar; “(. . .) e saem quando seus Pais, ou Parentes as querem tirar” (61). É o regime comum das casas religiosas de ensino do tempo, que botam, com a Regra, veste talar nos recolhidos “externos” (isto é, os que se não destinam ao estado religioso) e os enquadra regularmente na vida claustral (62). É lamentável que, dêsse instituto pioneiro da educação de môças, em Minas Gerais, não tivesse ficado nada para a posteridade, a não ser a boa fama de suas fiandeiras de

(58) In *RAPM*, II, p. 353.

(59) D. Joaquim S. de SOUZA, *op. cit.*, p. 322.

(60) O regime de vida comunitária mineira, numa casa religiosa de mulheres, pode ser considerado através do depoimento de uma das recolhidas de Macaúbas, Irmã Violante dos Anjos, in *II Livro de Devassas*, fls. 111 e 111v.

(61) In *RAPM*, II, p. 482.

(62) O uso da batina é comum a seminaristas e estudantes leigos, já no século XVIII, conforme antigo documento caracense.

tecidos de algodão — aquêlê excelente algodão das Minas Novas, tão bom como o do Seridó — e os ecos do seu mavioso côro conventual, cantando em vernáculo suas loas ao Senhor, coisa que surpreendeu sobremaneira a Saint-Hilaire, quando visitou as recolhidas da Chapada, em 1817. Então, na opinião do viajante, a casa das enclausuradas não iria subsistir muito tempo: as mulheres eram tôdas velhas e ninguém se apresentava — fruto evidente do regalismo de Lisboa contra os noviçados religiosos do Reino — para substituí-las<sup>(63)</sup>. Infelizmente, os prognósticos do sábio francês se confirmaram e o Recolhimento de São João da Chapada extinguiu-se pouco a pouco, com a morte sucessiva de suas velhinhas fiandeiras, apagando-se humilde e caladamente, como a chama de uma vela. Da vivência humana dessas místicas maceradas do sertão adeja ainda hoje, pelos ermos arraiais centenários, uma estranha aura de santidade e de mistério, que a acuidade de certos escritores conseguiu captar da tradição popular do norte mineiro e transmitiu até nós. Tais alguns transes da poesia de Carlos Drummond de Andrade e dos romances de Cornélio Pena e Guimarães Rosa.

Outra instituição de ensino que floresceu na segunda metade do século XVIII foi o Colégio dos Padres Osórios, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, na vizinhança de Mariana. Não se pode precisar a data de sua fundação, mas se dermos crédito à afirmação de ter sido o Cônego Francisco Pereira de Santa Apolônia aluno do Colégio<sup>(64)</sup>, robustece-se bastante nossa hipótese de que o Pe. Bento Cardoso Osório, em 1744 capelão de Nossa Senhora dos Prazeres da Lavra Nova, seria o primeiro dos Osórios e, assim, o fundador do Colégio do Sumidouro. Se não, vejamos: o Cônego Santa Apolônia, ilustre chantre do Cabido de Mariana e Presidente da Junta Governativa da Província de Minas Gerais (o 1.º govêrno que teve Minas logo após a Independência) nasceu no Arraial dos Carijós (hoje Conselheiro Lafaiete), em 1743<sup>(65)</sup>. Sôbre esta data não resta dúvida, como não se duvida de ter Santa Apolônia ido estudar no Sumidouro até os seus quinze anos, isto é, até as alturas de 1758, no máximo até 1760. Como poderia, pois, ser o Pe. Joaquim da Cunha Osório, batizado em 1747, e, pois, ordenado sômente vinte e quatro anos depois, o fundador do Colégio, conforme outra

(63) *Viagem pelas Províncias, cit.*, t. 1, p. 77.

(64) *Arq. de Mariana, cit.*, t. I, p. 370.

(65) *Efms. Mins., cit.*, t. III, p. 80; *Arquidiocese de Mariana, cit.*, t. I, p. 337.

afirmação do Cônego Raimundo Trindade<sup>(66)</sup>, se mais de dez anos antes já havia alunos cursando o mesmo Colégio? O que parece mais certo é ter o Pe. Joaquim, quando vigário do Sumidouro, assumido igualmente a direção do educandário. Seria mais ou menos em 1773, quando sua idade e sua aptidão canônica para o presbiterato e a investidura parouquial se completavam. Então, talvez sob o estímulo das novidades que chegavam do Reino, a propósito da criação das escolas régias e do respectivo "subsídio literário" (Lei de 10 de novembro de 1772) para mantê-las, o Pe. Joaquim da Cunha Osório deu-se ao Colégio, já existente há muitos anos, com todo o seu entusiasmo de padre jovem, não lhe faltando, desde logo, o apoio dos seus irmãos, igualmente sacerdotes, Francisco da Cunha Osório (este, o irmão mais velho, ainda ordenado por D. Frei Manuel da Cruz, em 1762), Manuel da Cunha Osório, Antônio da Cunha Osório e, mais, os seus sobrinhos, Pes. Luís da Cunha Osório, Francisco da Cunha Osório, Egídio da Cunha Osório e Marcelino da Cunha Osório. "Foi um grande colégio" — depõe o Cônego Trindade<sup>(67)</sup> — "freqüentado por rapazes de toda a Capitania." Além do Cônego Santa Apolônia, ali estudaram o Pe. José Joaquim Viegas de Menezes e o cientista Vicente Coelho de Seabra Silva Teles.

O Colégio do Sumidouro aceitava alunos de mais de onze anos de idade, como foi o caso de Viegas de Menezes, que ali cursou as duas únicas aulas do Colégio — língua latina e poética — com aproveitamento e comportamento tais que, ao fim de dois anos, e criança ainda, foi constituído primeiro decurião e regente dos colegas. Nas horas de recreio, em vez de acompanhar os demais alunos nos alegres e naturais folguedos da infância, concentrava-se em seu cubículo e empregava o tempo, munido de lápis e de pincéis que podia arranjar, em traçar ou pintar objetos reproduzindo-os, criando-os na fantasia.<sup>(68)</sup> Deduz-se daqui que o Colégio do Sumidouro não mantinha cursos de primeiras letras e sim de nível secundário, preparando para cursos mais graduados. Nas *Efs. Mineiras*, Xavier da Veiga — pois é ele um dos biógrafos do fundador da imprensa mineira — acrescenta que "nada mais tendo que aprender no colégio do Pe. Osório, Viegas de Menezes veio para a cidade de Mariana e matriculou-se na aula de filosofia racional e moral, regida pelo notável professor Ma-

(66) *Arq. de Mariana, cit.*, t. II, p. 101.

(67) *Idem, ibidem.*

(68) *RAPM, Biografia*, XI, pp. 260-261.

nuel Joaquim Ribeiro, que um ano depois deu-lhe atestado honrosíssimo" (69). O currículo era restrito às latinidades e não oferecia nada no campo das ciências e artes, como, por exemplo, o desenho, que o jovem de Vila Rica era obrigado a aprender sozinho, nas horas de lazer. Permanece, nítida, a influência da pedagogia jesuítica, como é o caso da instituição do decurionato na condução dos estudos e dos regentes-alunos na disciplina: dever-se-á, com certeza, êsse remanescente jesuítico ao Pe. Francisco da Cunha Osório, que fêz parte das primeiras turmas do Seminário de Mariana e foi discípulo do Pe. José Nogueira, da Companhia de Jesus, o primeiro reitor do Seminário (70). Finalmente, enquanto do velho clã do Alferes Manuel da Cunha Osório se foram revezando, num prodigioso surto de vocações para o altar e a cátedra, seus padres e seus mestres, o Colégio do Sumidouro prosperou grandemente, vencendo com galhardia lustros e décadas, que até ultrapassaram um século! Ali ainda pelas alturas de 1862-63, um cronista anônimo do Colégio do Caraça, enumerando a existência dos diversos institutos de ensino em Minas, assim se refere ao do Sumidouro: "(...) êste último tem continuado até o presente, dando muitas Capacidades, e não equívocos Defensores da Religião Católica, Apostólica, Romana, que temos a felicidade de professar, e do Estado: o Púlpito e a Tribuna são minhas provas" (71). Mais que as palavras, vale êsse antigo cimélio do Arquivo Público Mineiro como um autêntico certificado centenário do Colégio dos Padres Osórios, do Sumidouro de Mariana, testemunho que se patenteia de sua profícua *ars longa* de formação e de cultura.

(69) *Efs. Mins., cit.*, t. III, p. 7. Mas, por curiosidade, não nos furtamos a transcrever aqui o atestado que o Pe. Joaquim da Cunha Osório deu a Viegas de Menezes, sobre sua vida escolar no Colégio do Sumidouro: "Joaquim da Cunha Osório, presbítero secular e professor de gramática latina com provimento régio, atesto: que o reverendo padre José Joaquim Viegas de Menezes, natural de Vila Rica e nela morador, versou na sua puberdade a minha aula, na qual se instruiu perfeitamente em gramática latina, vivendo sempre na minha companhia e casa onde em todo o tempo de sua estada deu, além do adiantamento literário, provas de excelente índole e louvável conduta, enchendo também com atividade, prudência e inteiriza todos os empregos em que o ocupei na necessária cautela, inspeção e regulamento de seus colegas, que juntamente existiam servindo-lhes de modelo e exemplar pelos seus bons costumes e admirável comportamento. Por assim ter sido, o que afirmo *in fide magistri*, e esta me ser pedida, faço da minha letra e firma. Arraial do Sumidouro, 7 de maio de 1806 — O padre Joaquim da Cunha Osório." (*In RAPM*, "O Padre José Joaquim Viegas de Menezes", biografia de A. M., XI, p. 261).

(70) *Breve Notícia dos Seminários, cit.*, p. 16. V. ainda Serafim Leite, S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943, 10 vols., t. VI, p. 201; e Aristides Grêve, S. J., *Subsídios para a história da restauração da Companhia de Jesus no Brasil*, Ed. centenária da Companhia de Jesus, São Paulo, ano de 1942, p. 115.

(71) *RAPM, História do Caraça*, VI, p. 497.



## CAPÍTULO IV

# O Iluminismo em Minas Gerais

### *1. As reformas pombalinas de ensino*

O Iluminismo — alma e face do século XVIII — pode ser entendido como um movimento cultural de características racionalistas e empíricas, cujas bases vão fundar-se nos solos propícios do Renascimento e da Reforma. Suas origens remontam, pois, aos séculos intermédios das Idades Média e Moderna, e, ganhando um grande impulso com a expansão da classe burguesa, irá consolidar-se depois da obra dos pensadores do século XVII, principalmente os de Inglaterra.

Durante um bom espaço de tempo, os variados elementos civilizacionais do Iluminismo — filosóficos, religiosos, econômicos, políticos, sociais, científicos, literários e artísticos — foram impregnando, lenta mas continuamente as sociedades européias. Num dado momento, êles se polarizaram numa força dinâmica incoercível, que acabou envolvendo, até com derramamento de sangue, a humanidade ocidental, logrando vencer tôdas as resistências e estabelecer-se como o padrão universal de uma nova era cultural. Vale a pena estudar alguns aspectos dessa afortunada evolução iluminista.

Partindo especialmente da França — que, pelas condições peculiares de sua conjuntura histórica, plasmara primeiro uma corporificação sistemática das teorias e das práticas iluministas, através dos seus “filósofos” e da Enciclopédia — o movimento foi ganhando, sempre mais, adeptos entusiastas e ativos, não raro personalidades dirigentes, elementos da nobreza, do clero e pessoas influentes, que passaram a uma pregação nova e inaudita, que abalava as próprias estruturas das coisas estabelecidas de então. Era um ativismo aliciante, uma doutrinação tentadora, que comovia principalmente aquêles povos

cansados e sofridos, que emergiam das guerras seiscentistas, porque lhes acenava tôdas as promessas de um mundo melhor.

Tendo-se na conta de filósofos — no sentido exato do termo — mantendo uma teórica própria sôbre o mundo e o homem, os corifeus iluministas sustentavam que a luz da razão humana (reconduzida pela filosofia ao seu alto mister) haveria de dissipar as trevas das eras pretéritas, que ainda cobriam a terra. Através das virtualidades dessa mesma razão, haver-se-ia de achar o plano ideal da natureza, e bastaria pôr-se em execução o plano para que a humanidade reencontrasse a perdida idade de ouro; estabelecer-se-ia um direito nôvo e uma justiça restaurada, em nada comuns com o direito divino e suas implicações; seria criada uma nova religião, deísta, e uma nova moral, natural, tanto uma como outra em condições de dispensar qualquer teologia revelada; lançar-se-iam as bases de uma nova política, que faria promover todos os súditos e vilões a cidadãos, todos com direitos iguais, porque nascidos iguais; e, para que os filhos do século não reincidissem nos erros do passado, lhes seriam ensinados princípios novos no campo da educação, posta em termos novos também. Era uma impressionante cosmovisão de otimismo e de orgulho humanos, prevista e preconizada nas obras de algumas poderosas cerebrações iluministas, como o filósofo Leibniz, o poeta Pope e o polígrafo Voltaire, entre outros, e que, por mercê do prestígio e do renome desses expoentes intelectuais, ganhava visos da mais autêntica viabilidade, em tôda a parte.

A Igreja Católica, uma das instituições tradicionais visadas pela Ilustração, reagiu diretamente contra a arremetida filsofista e pôde manter-se quase intacta, impermeável, perante aquela maré adversa de ondas sucessivas. Ou, então, em circunstâncias especiais, reagiu de outra forma, furando a onda ou conduzindo-se sôbre ela, numa cauta operação de *surf*, para não se deixar envolver ou levar-se no arrastão irresistível; assim, por exemplo, talvez porque mais influenciados pelos efeitos da ação religiosa e educativa da Contra-reforma, os povos católicos do Meio-Dia europeu reagiram ao seu modo ao movimento envolvente da Ilustração. A filosofia das luzes oferece, por exemplo, em Portugal, características muito próprias. Ela chega ao Reino pelas obras de alguns portugueses notáveis, quase todos advindos de uma maior ou menor permanência em países ilustrados, tais como os "estrangeirados" Luís Antônio Verney, Antônio Nunes Ribeiro Sanches e Jacob de Cas-

tro Sarmiento, o político e diplomata Alexandre de Gusmão, o bispo D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, e alguns outros mais. Por outro lado, como que reeditando em Portugal a ação dos solitários de Port-Royal contra os jesuítas franceses, os padres da Congregação do Oratório, fundada por São Felipe de Néri, desde sua chegada ao Reino, nos meados do século XVII, viveram a reclamar, no campo pedagógico, uma renovação dos métodos do ensino, em franca oposição ao *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Principalmente a partir de quando estabeleceram em sua casa de Nossa Senhora das Necessidades, a partir de 1750, um importante colégio, onde lecionavam, além das primeiras letras, latim, retórica, filosofia e ciências naturais, usando processos didáticos consonantes com as novas doutrinas iluministas, que tiveram grande aceitação, como veremos.

Mas, insistamos em que a posição iluminista portuguesa — como, de resto, aconteceu mais ou menos no Reino da Espanha e nos Estados italianos — teve peculiaridades muito suas. Ela foi, antes de tudo — e isso esclarece bem o Prof. Cabral de Moncada — “essencialmente Reformismo e Pedagogismo. O seu espírito era, não-revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o iluminismo italiano” (1). “Um iluminismo essencialmente cristão e católico” — acrescenta o Prof. Laerte Ramos de Carvalho, comentando êsse ponto de vista (2). Se as influências que passam a dominar as elites intelectuais portuguesas irão destacar o prestígio novo da razão humana, acendrando-a especialmente no cultivo das ciências da natureza, ao manterem elas contato com os fatores da Ilustração européia, nem por isso perderão o seu acatamento pelos antigos valores espirituais, principalmente os dogmas da religião revelada: aquêl reformismo pedagoga, que constituiria a nota dominante do Iluminismo português, haveria de ser promovido, não por livres-pensadores, como o foram, na França, Diderot, D’Alembert, D’Holbach, Helvetius e, destacadamente, Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, mas por homens “ilustrados” da própria Igreja. Tais os papéis desempenhados na circunstância por Luís Antônio Verney, Arcebispo da Sé de Évora, D. Manuel do Cenáculo, 1.º Bispo de

---

(1) L. CABRAL DE MONCADA, *Um “iluminista” português do século XVIII: Luís Antônio Verney*, Livraria Acadêmica, São Paulo, 1941, p. 12.

(2) LAERTE RAMOS DE CARVALHO, *As reformas pombalinas da instrução pública*, Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da USP, São Paulo, 1952, p. 14.

Beja, D. Francisco de Lemos, Bispo de Coimbra, para não falarmos na longa obra preparatória dos oratorianos (João Batista e Diogo Verney), dos teatinos (Bluteau, D. Manuel Caetano de Souza e Beeckmann), dos franciscanos (Freis José Escotinho, Estêves e o próprio Cenáculo) e mesmo dos jesuítas (Pes. Luís Gonzaga, Domingos Capasso, João Batista Carbone e outros): nas reuniões da Academia Real da História e da Academia do Conde da Ericeira a presença desses e de outros representantes eclesiásticos foi a mais freqüente possível.

Os mais assíduos eram, porém, os oratorianos, aos quais D. João V, em 1745, doara a Casa e o Hospício de Nossa Senhora das Necessidades, para ali ensinarem e doutrinarem o povo. A esse Real Hospício das Necessidades conseguiram os filhos de São Felipe de Néri atrair grande parte da juventude estudiosa, pelo alto nível da cultura de seus mestres e pela linha renovadora de seus métodos docentes. O mesmo D. João V fizera-lhes oferta de uma livraria (que, em 1785, atingiria o número de trinta mil volumes) e lhes confiara a renda anual de 12.000 cruzados, "com obrigação de ensinarem publicamente Primeiras Letras, Gramática Latina, Retórica, Filosofia e Teologia Natural" (3). Entre seus mestres mais renomados destacavam-se os Pes. João Batista, Diogo de Verney e Antônio Pereira de Figueiredo; já antes desses também vestira o hábito dos oratorianos o grande estilista Manuel Bernardes. "Nenhuma corporação regular" — disseram deles os irmãos Castilhos — "teve nunca, proporcionalmente, maior, nem sequer igual número de sujeitos extremados, pela justeza do seu viver, profundidade, e variedade de sua doutrina; foi desde sua origem neste Reino até aos últimos dias de uma tradição ininterrupta de justos, doutos e sábios. Desde os rudimentos das humanidades até aos cumes da eloquência, da história, da teologia, da física e da matemática, não há ramo que se lá não cultivasse memoravelmente, e de que não ficassem indeléveis e numerosos nas escolas, nas bibliotecas, nas academias." (4) Alexandre Herculano, que deles fôra discípulo, escreveu uma vez o seguinte: "Tenho as minhas dúvidas sobre a existência das revelações *ab alto*; mas não as tenho sobre os poderes de uma coisa que me ensinaram os padres da Congre-

(3) In Antônio A. de ANDRADE, *Verney e a filosofia portuguesa*, Livraria Cruz, Braga, 1946, p. 333.

(4) In *Livraria Clássica Portuguesa*, t. VII, p. 78/79 (*Apud A Univ. de Coimbra*, parte II, p. 66).

gação do Oratório, e que se chama a lógica.”<sup>(5)</sup> Tornou-se, pois, imenso o prestígio dos confrades do Pe. Manuel Bernardes. Essa situação excepcional, estimulada pelas preferências do Rei, permitiu-lhes alimentar ainda mais a “forte esperança” de realizar uma verdadeira reforma nos sistemas de ensino usados pelos jesuítas e na própria mentalidade deles decorrente. Essa reforma geral também era vivamente preconizada, desde 1746, pelo pioneiro iluminista Luís Antônio Verney, em seu livro *Verdadeiro método de estudar*, desde as simples escolas menores até a Universidade de Coimbra. Era geral essa preocupação reformista, motivo pelo qual o Prof. Laerte Ramos de Carvalho, em seu livro *As reformas pombalinas da instrução pública*, afirma que a ilustração lusa “foi sempre um programa psicológico, uma atitude crítica de revisão de problemas, do qual não podem dissociar-se, no fundo, as intenções de uma reforma, tanto das instituições quanto dos hábitos de pensamento”, acrescentando que os propósitos mais significativos dessa reforma podem ser resumidos neste lema de Kant — *sapere aude* — que o grande pensador de Koenigsberg procurou consubstanciar como “o sentido íntimo de uma aspiração geral”; e conclui dizendo que Portugal se fez eco desses ideais, transmudando-os para a realidade de um programa político de governo<sup>(6)</sup>.

E o governo que se propôs a realização desses ideais foi o de D. José I, que sucedera ao de D. João V, a partir de 1750. Pouco depois de sua ascensão ao trono, El-rei D. José chamou para junto de si o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, partidário decidido da nova ordem de doutrinas. Assim, porque em breve se tornaria Sebastião José o Primeiro-Ministro todo-poderoso, instalou-se no reinado de D. José I o regime iluminista do “despotismo esclarecido”. Aliás, esse regime acabou por dominar outras côrtes da Europa, tais como as da Prússia (Frederico o Grande), da Áustria (José II), da Rússia (Catarina a Grande), da Espanha (Príncipe de Godói), de França (Duque de Choiseul), do Reino de Nápoles (Marquês de Tanucci) e mesmo em alguns Estados Eclesiásticos do Sacro Império.

O tônus da ação político-administrativa do futuro Marquês de Pombal seria dado, preferencialmente, por aquêlê reformismo pedagógico já referido, paradigma, aliás, do movimento

---

(5) Apud Mário BRANDÃO e M. Lopes D'ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra*, Coimbra, Por ordem da Universidade, 1937, parte II, p. 67, *infra*.

(6) *As reformas pombalinas da instrução*, *cit.*, p. 14.

ilustrado em tóda a Europa. Ele teve início com a primeira reforma dos estudos menores, em 1759. Não pertence a êste escôrço um estudo das causas do conflito, mas desde seus primeiros anos de govêrno iniciara Sebastião José uma árdua luta contra a Companhia de Jesus, que até então detivera nas mãos, em sua grande parte, a formação e a educação da mocidade portuguesa. Foi o primeiro choque oficial, na Europa, entre as forças da Ilustração e as da religião tradicional, da qual os jesuítas eram tidos na conta dos mais pugnazes defensores. Após um princípio de escaramuças, alguns anos antes, cujo resultado foi a secularização das missões religiosas do Grão-Pará, seguida da expulsão dos inacianos daquela região brasileira, foram-se agravando as relações entre o Gabinete de D. José I e a Companhia de Jesus, até que aconteceu o misterioso atentado contra a vida de El-rei, na noite de 3 de setembro de 1758. Era o pretexto desde muito esperado por Sebastião José para desferir contra sua poderosa oponente seu golpe máximo, que foi expulsá-la do Reino e de todos os seus domínios, sob a alegação, jamais provada aliás, de que foram os jesuítas, mancomunados com os Távoras, que haviam preparado o crime. Com uma só cajadada, o futuro Marquês de Pombal matou dois coelhos; pôs fora do Reino os jesuítas e tomou-lhes das mãos o ensino régio. E assim, no dia 28 de junho do ano seguinte, D. José I assinaria o famoso Alvará da proscrição de tódas as escolas jesuíticas e da reforma do ensino das humanidades no Reino. O documento reflete as paixões exacerbadas daquele grave momento da história da cultura luso-brasileira: "Tendo em consideração a que da cultura das ciências depende a felicidade das monarquias, conservando-se por meio delas a Religião e a Justiça na sua pureza e igualdade", D. José I recorda o cuidado dos "Senhores Reis" seus predecessores por essas mesmas ciências, cuja base — o estudo das letras humanas — se viu minada pelo "escuro e fastidioso método" que os jesuítas "introduziram nas escolas dêstes reinos e seus domínios"; denuncia "a inflexível tenacidade com que procuraram sustentá-lo contra a evidência das sólidas verdades", um método a que eram "conduzidos os estudantes pelo longo espaço de oito e nove e mais anos", deixando-os ao fim "tão ilaqueados nas miudezas da gramática, como destituídos das verdadeiras noções das línguas latina e grega, para nelas falarem e escreverem sem um tão extraordinário desperdício de tempo, com a mesma facilidade, e pureza, que se tem familiares a tódas as outras nações da Eu-

ropa, que aboliram aquêlê pernicioso método" (7). O diploma régio logo passa a assumir características de verdadeira catilinária, quando verbera os jesuítas pela decadência das duas línguas, "sem nunca jamais cederem nem à invencível fôrça do exemplo dos maiores homens de tôdas as nações civilizadas, nem ao louvável e fervoroso zêlo dos muitos varões de exímia erudição que livres das preocupações com que os mesmos religiosos pretenderam alucinar" os vassalos portugueses, distraíndo-os, assim, "do progresso das suas aplicações, para que, criando-os e prolongando-os na ignorância, lhes conservassem uma subordinação e dependência tão injustas, como perniciosas".

Aí está a razão principal da investida iluminista: para a Ilustração portuguesa o ensino jesuítico se baseia no obscurantismo autoritário, é um ensino livresco, pedante, pouco prático; para ela, os dias da Companhia estão contados. É preciso afastar os inicianos, o que significa "emancipar" — na expressão de Teófilo Braga — "o ensino público da influência pedagógica dos jesuítas" (8).

Poder-se-ia indagar até onde essa literatura objurgatória do Alvará de 28 de junho de 1759 teria resultado em atos positivos, concretos, da proposta reforma do ensino. Podemos responder que êsses atos não acompanharam com a mesma agressividade as palavras que os justificavam. A administração pombalina jamais conseguiu achar, nessa etapa mais difícil e mais ampla de sua política de reformas pedagógicas, de 1759 a 1772, a melhor forma de substituir o realizado pelo que se deveria realizar. Parece ter sido Goethe quem afirmou, certa vez, que é mais fácil pensar ou imaginar; mas que fazer, realizar, de acôrdo com o que pensamos, é o que há de mais difícil neste mundo. Foi o que aconteceu com a reforma dos estudos de humanidades, em 1759, e depois com a reforma do ensino menor em Portugal: à conceituação programática da pedagogia iluminista contrapunha-se a velha estrutura das escolas jesuíticas, a extensa e onerosa realidade do ensino tradicional português, que os novos senhores do poder queriam extirpar, destruir. Mas essa reforma tão profunda exigia, para início de ação, além de uma pregação intensiva das novas doutrinas,

---

(7) In Primitivo MOACIR, *A instrução e o Império*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936, 1.º vol., p. 13 a 30 (relação da legislação pombalina).

(8) Teófilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra, nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, Tip. Academia Real das Ciências, Lisboa, 1902, 3 vols., t. III, p. 359.

tôda uma máquina administrativa também nova, apta em pessoal e em recursos, para levá-las a bom térmo. Seria a substituição, em menos de uma geração, de todo um sistema educacional que já tinha mais de dois séculos de experiência viva e sentida. Seria uma obra de atlantes. E já que o Governô régio a tomava agora diretamente sob sua imediata responsabilidade, carecia tomar-lhe o pulso, saber a quantas andava, começar do comêço; haveria de partir de uma planificação geral das condições em que se achava o ensino público, em todo o Reino e seus domínios, à base da qual faria seguir-se a ação governamental.

A reforma caminhou confusa, por mais de uma década, e sòmente em 1772 é que se propôs o "Plano e Cálculo Geral" em que se iria basear uma verdadeira política de reforma educacional. A própria direção geral dos estudos, a cuja alçada foi entregue a principal responsabilidade, de cúpula, da reforma, logo se apercebeu de que não conseguiria levar adiante a imensa tarefa. Um exemplo. Aquêlo oportuno "Plano e Cálculo Geral e particular de tôdas e cada uma das comarcas", previsto na Lei, para o efeito de um recenseamento dos habitantes do Reino, do número dos mestres necessários em cada uma das artes pertencentes às escolas menores e da sua distribuição em cada uma das comarcas, cidades e vilas, com o fito de se constituírem nelas centros, "nos quais os meninos e estudantes das povoações circunvizinhas pudessem ir com facilidade instruírem-se" (9), apenas serviu para evidenciar como a máquina administrativa pombalina não era capaz de repor, em tôda a linha, as escolas anteriormente banidas da Companhia de Jesus. Constava, é verdade, do mapa anexo ao texto da Lei de 1772 a indicação de terem sido fundadas 479 escolas primárias nos centros mais populosos ou nos lugares mais indicados; e no ano imediato êsse número seria acrescido de mais 47 aulas, aumentando sempre depois, visto haverem, em 1779, 720 escolas primárias espalhadas por todo Portugal (10). Mas é verdade também que essas escolas, em sua imensa maioria, ou não funcionaram nunca ou jamais puderam contar com mestres suficientes e capazes, simplesmente porque os não havia, em número bastante.

Se, como veremos, irão escassear os recursos financeiros logo após a decretação do subsídio literário, a efetivação da

(9) LUIS ALBUQUERQUE, *Notas para a história do ensino em Portugal*, Ed. do Autor, Coimbra, 1960, pp. 34/35.

(10) L. ALBUQUERQUE, *op. cit.*, p. 35, *infra*.



reforma ficará, por outro lado, comprometida pela absoluta impreparação, pela incapacidade mesmo, da Administração Régia em conduzi-la adiante. Dir-se-ia constituir-se a burocracia de Sua Majestade Fidelíssima tôda uma legião angélica de néscios inocentes, a adejar sôbre êsse nôvo e incômodo limbo de problemas, sem jamais conseguir tocá-los nem senti-los. Com efeito, não era mesmo êsse o seu mister, porque, desde tempos imemoriais, o trato das coisas da educação popular estivera sempre aos cuidados da Igreja. Antes, bem ou mal, dela se haviam incumbido bispos, abades e capítulos e, após D. João III, a partir de 1555, essa agora negregada Companhia de Jesus, com seus padres-mestres, e sua fazenda também... Talvez deflúa daqui uma das causas da paquidérmica insensibilidade dos polítics e burocratas da raça em relação a tudo que diga respeito às coisas da educação...

Cumpre assinalar que a grande inovação das reformas pombalinas foi a secularização do ensino, no sentido de sua entrega e responsabilidade a elementos leigos ou assalariados pelo Estado. Pela primeira vez, à Administração Régia foi entregue a educação popular e teve ela de cuidar do recrutamento do pessoal entre os leigos, mediante certas exigências legais, principalmente concursos. Êsses concursos, para os quais ainda não estavam preparados, tanto a Administração como os interessados, foram raros e ineficientes e, depois de algumas tentativas bastante tímidas, acabaram por se não realizar mais. O remédio foi o aproveitamento do pessoal tradicional do ensino, isto é, os elementos das Ordens Religiosas, dentre os quais sobresaliam os oratorianos. Mas êstes revelaram, desde logo, que, não obstante a fama de muitos dos seus, e mesmo sua proficiência no campo pedagógico, não tinham aquela constância dos jesuítas, e o seu espírito de sacrifício e acomodação às circunstâncias díspares ou adversas que freqüentemente topavam aquêles homens tão combatidos; êles eram bons mestres quando guiados e acalentados pelas luzes da Côrte e da cidade, mas não eram capazes de aventurar-se aos azares da grande catequese, onde quer que ela chamasse. Porque o ensino, então, como ainda hoje nos distantes e imensos rincões das gentes atrasadas, era muito mais do que o "b + a = ba": era procura, convivência, aliciamento, sacrifício, paciência, capacidade e amor à causa. Era uma espécie de múnus sagrado, para o qual se requeriam dons especiais, à base de uma vocação quase sobrenatural, iluminada pela fé ou, segundo os postula-

dos panglossianos do século, pelo melhor ideal humanitário, uma e outro raros de encontrar-se.

De qualquer forma, a Real Mesa Censória — o nome pelo qual agora respondia a direção geral dos estudos — preparara a nova estrutura do ensino primário oficial, que o Governo pombalino consubstanciou na Lei de 6 de novembro de 1772. Eis aqui, em nossa opinião, o estágio mais importante das reformas pombalinas: será a primeira vez, no que tange a coisas da instrução, que, na Administração Pública portuguesa, se tentará dar a uma providência governamental aquêlê equacionamento necessário que lhe permitirá condições de realização e viabilidade. “Se nem tôdas as decisões aí tomadas” — opina o pedagogo português Luís Albuquerque (11) — “eram irrepreensíveis, mesmo que não esqueçamos a época em que a lei foi elaborada, não se pode recusar que em muitos dos seus parágrafos ela enunciava princípios que, se tivessem sido aplicados com rigor, poderiam garantir um certo grau de eficiência às atividades dessas escolas elementares.”

De fato, se o diploma ainda não previa a preparação do professorado — e sabemos que o ensino normal só viria a ser criado pela Revolução Francesa — estabelecia, entretanto, regras para concursos de provas públicas para o provimento de aulas vagas, que já era muito para o tempo, porquanto plantava as bases do sistema do mérito e da competência no magistério (12); fundava, ainda, uma inspeção regular nas escolas, que deveriam ser visitadas ao menos três vêzes por ano, por membros da Real Mesa Censória ou seus delegados (13); por sua vez, os pedagogos régios eram obrigados a redigir um relatório anual escolar, com a anotação das atividades docentes e discentes, e das notícias sôbre os currículos preleccionados, à lembrança do programa taxativo que haveria de ser dado (14); estabelecia a obrigatoriedade de os estudantes freqüentadores das escolas menores, com os fins de estudar nos cursos científicos da Universidade, terem um ano de Filosofia (Lógica e Ética) (15); ordenava o seguinte programa curricular: “que os mestres de ler, escrever e contar sejam obrigados a ensinar não sômente a boa forma dos caracteres; mas também as regras gerais da ortografia portuguesa, e o que necessário fôr da

(11) *Idem*, p. 33.

(12) Itens I e II. In *Primitivo Молиця*, *op. cit.*, 1.º vol., pp. 27-8.

(13) Item VI.

(14) Item III.

(15) Item IV.

sintaxe dela; para que os respectivos discípulos possam escrever correta e ordenadamente, ensinando-lhes pelo menos as quatro espécies de aritmética simples; o catecismo, e as regras da civilidade em um breve compêndio porque sendo tão indispensáveis para a felicidade dos Estados e dos indivíduos d'elles são muito fáceis de instilar nos primeiros anos aos meninos tenros, dóceis e suscetíveis das boas impressões daqueles mestres, que dignamente se applicam a instruí-los" (16); finalmente, a Lei de 6 de novembro de 1772 admitia o ensino doméstico e o particular, para o exercício dos quais se exigia título de capacidade expedido pela Real Mesa Censória, e, caso não se habilitassem "para êstes magistérios com exames e aprovação da Mesa", estariam "debaixo da pena de cem cruzados pagos da cadeia pela primeira vez; e pela segunda da mesma condenação em dôbro, e de cinco anos de degrêdo para o reino de Angola" (17).

Restava o problema do numerário para realizar a reforma. Quis o Marquês de Pombal solucioná-lo, decretando o impôsto a que se chamou o "subsídio literário". Foi o motivo fundamental da Lei de 10 de novembro do mesmo ano: "Mando" — era o que estatua El-rei D. José I, naquele documento — "que para a útil applicação do mesmo ensino público, em lugar das sobreditas coletas até agora lançadas a cargo dos povos, se estabeleça, como o único impôsto, a saber: nestes reinos e ilhas da Madeira, Açôres, de um real em cada canada de vinho; e de quatro réis em cada canada de aguardente; de 160 réis por cada pipa de vinagre; na América e Africa: de um real em cada arrátel de carne da que se cortar nos açougues; e nelas e na Ásia, de dez réis em cada canada de aguardente das que se fazem nas terras, debaixo de qualquer nome que se lhe dê ou venha dar" (18). Pombal iria depositar muita esperança nessa nova fonte de arrecadação, em que cria dar ao ensino uma certa independência e um relativo desafôgo economicos. Esse impôsto, cuja jurisdição pertencia à Real Mesa Censória, recaiu sôbre o consumo de vinhos, aguardentes e carnes, e rendeu, logo após sua criação, cêrca de cem milhões de réis anualmente. Como a Universidade de Coimbra atendia às suas despesas com rendas próprias, era de esperar que tôda a receita do tributo fôsse applicada inteira no ensino das primeiras letras e das humanidades. Todavia, essa esperança logo

(16) Item V.

(17) Item VIII.

(18) Item II.

se frustrou, pois grande parte do contributo começou, desde o primeiro momento, a ser desviada para a manutenção dos cursos da Aula de Comércio e do Colégio dos Nobres, aliás dispendiosos, e logo em seguida iriam ser ainda mais defraudados os seus propósitos iniciais, quando dêle passaram a retirar verbas importantes para subvencionar, até com certo escândalo<sup>(19)</sup>, a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia da Marinha, a Biblioteca Pública, etc.

Ninguém contesta que a Universidade de Coimbra chegara, nos meados do século XVIII, a tal estado de decadência, que se fazia indispensável uma reforma profunda. Pertencia ao passado a era de sua grandeza cultural. Documento clássico da deplorável situação a que chegara a velha instituição lusitana é a descrição, em seu *Método para aprender a estudar a Medicina*, que faz o notável médico e pedagogo Antônio Nunes Ribeiro Sanches, o qual estudou em Coimbra, em princípios daquele século. É um depoimento fiel das irregularidades de tódta a sorte na vida funcional da Universidade, dos “horrores e a vida estragada que vi e experimentei”, diz Ribeiro Sanches. “O curso acadêmico de Coimbra, começando pelo São Lucas, e acabando a quinze de Mayo” — escreve êle — “não contém mais do que *cento e nove dias lectivos*; e por causa dos dias de festa da Igreja, dos Prestitos, e outras funções academicas, que todo o curso lectivo de sete mezes se reduz a quasi *noventa dias lectivos*, ou tres mezes. Se contamos os estudantes que voltam para suas casas tanto que se matricularam na Universidade tres vezes por anno, o Curso academico para estes não foi de *vinte dias lectivos*. . . Cada estudante era o senhor de alugar casa onde achava mais da sua conveniencia; uns na cidade e arrabaldes, outros perto da Universidade: conheci muitos que se levantavam sòmente da cama para jantar, estando com boa saúde; outros passando dia e noite a tocar instrumentos mûsicos, a jogar as cartas, e fazer versos. Quasi todos matriculados em Canones, nunca estudaram nos primeiros quatro annos: o primeiro estudo era apostilla pela qual deviam defender conclusões no quinto anno. Não havia noite de inverno sem Oiteiros mesmo diante dos Collegios de S. Pedro e S. Paulo: rondavam armados de noite, como se a Universidade

(19) *Notas para a história do ensino, cit., p. 37, infra.*

estivesse sitiada pelo inimigo; muitos tinham seu cão de fila, que era a sua companhia de noite. Nas aulas nunca ouvi tivessem nem Inspectores, nem Reformadores quotidianos. (...) Também vi homens de maior idade, sem professarem mais que a vida da *feiçõ e galantes*, virem de Lisboa e das Provincias passarem o inverno a Coimbra, alojados com os estudantes, na intenção de se divertirem; nunca lhes faltou companhia de jogar, glozar motes, tocar instrumentos, dansar e consumir o tempo na conversação dos equivocos e dos repentos. A Universidade não tomou d'isto nunca cuidado: tinha muito que o Meyrinho prendesse o estudante com cabello longo polvilhado, com fivella de prata" (20). . . O relaxamento da vida escolar, a licença dos costumes e a turbulência dos "ranchos" desandavam em tropelias às vêzes sangüinárias. Mas a tudo sobrepunha-se um ensino superado, estagnado, muito mais preocupado em apurar os espíritos para as disputas escolásticas sôbre *quaestiones* teológicas ou filosóficas ou sôbre jurisprudência civil e canônica do que incentivar a inclinação ou a investigação do fato científico ou pelas demonstrações objetivas. Os cursos da Universidade já vinham desmoralizados desde meados do século XVII, quando se publicara êsse verdadeiro libelo de crítica social, a *Arte de furtar*, que, em seu cap. XXXII, assim se referia a êles: "Como há-de haver no mundo, que se tolere, e permita provarem cursos em Coimbra mais de um cento de estudantes, todos os anos, sem pôrem pé na Universidade? Andam na sua terra matando cães, e escrevem, a seu tempo, ao amigo, que os aproveem lá na matrícula, representando suas figuras, e nomes: e daqui vêm as sentenças lastimosas, que cada dia vemos dar a julgadores, que não sabem qual é a sua mão direita, mais que para embolsarem com ela espórtulas e ordenados, como se foram Bártolos e Covas-Rúbias. Daqui, matarem médicos milhares de homens, e pagarem-se como se foram Avicenas e Galenos. E a graça, ou maior desgraça, é que nem o diabo, que lhes ensinou êstes enredos, lhes saberá dar remédio, salvo fôr levando-os a todos, que é o que pertende" (21). Aliás, a crise institucional das Universidades parecia ser geral, em tôda a Europa. Teófilo Braga lembra, a propósito, um dito de muito espírito do eminente escritor espanhol, Saavedra Fajardo, sôbre o comportamento dos jovens: "Grande era o ruído dos estudantes. Uns alterca-

(20) Citação de Teófilo BRAGA, *op. cit.*, t. II, p. 179.

(21) Pe. Antônio VIEIRA (?). *Arte de Furtar*, na Oficina Elvizeriana (sic), Amsterdã, 1652, pp. 275-76.

vam com outros, os rostos afogueados em descompostos gestos. Porfiavam todos e nenhum se dava por convencido; o que me fêz conhecer” — concluía êle — “quão acertado era o jero-glífico dos egípcios, que significavam as escolas por uma cigarra.” (22).

Em Coimbra, pois, urgia pôr um paradeiro a tal estado de coisas. Tentaram-se várias reformas, mas elas não frutificaram. Até que cresceu, numa hora propícia da vida política e cultural do Reino, a vaga inovadora dos iluministas pedagogos portugueses, à frente dos quais se puseram os educadores Luís Antônio Verney (*Verdadeiro método de estudar*) e Antônio Nunes Ribeiro Sanches (*Cartas sobre a educação da mocidade*), secundados, no campo da Igreja — todo-poderosa em Portugal e encarregada de todo o ensino — pela ação renovadora do trabalho pedagógico moderno dos Padres oratorianos. A hora era dos iluministas, pois subira ao governo de D. José I um dêles, dos mais entusiastas, o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, que se tornaria o verdadeiro senhor do poder real, por mais de vinte anos. Já vimos como atacou a reforma dos estudos menores, a partir de 1759, o grande Ministro. Era a efetivação, no campo administrativo, dos mais caros ideais da pregação iluminista, que partiam da base fundamental da educação. Assim foi, igualmente, a criação das primeiras escolas de ler e escrever no Grão-Pará, no Brasil, em decorrência da secularização, ali, das missões religiosas; da Aula de Comércio; dos Cursos Militares; e do Colégio dos Nobres. Na secularização das escolas missionárias, realizava-se um dos postulados iluministas, que propugnava pela assunção leiga do ensino, a cargo do Estado e não da Igreja, como até então acontecia; na criação da Aula de Comércio, cumpria-se o ideal burguês da educação e formação do “perfeito negociante” (Antônio Ribeiro Sanches), a par do “perfeito nobre”, saído das aulas do Colégio dos Nobres: em ambos os cursos, além das humanidades (latim, grego, retórica e filosofia), que, na opinião dos iluministas, tinham excessiva importância nos currículos, estudavam-se línguas estrangeiras e, pela primeira vez nos estudos do Reino, as ciências próprias das atividades econômicas de um lado (Aula de Comércio) e das atividades militares do outro (Colégio dos Nobres e cursos militares). Este Colégio dos Nobres teve as suas vicissitudes, mas a Aula de Comércio deu resultados tão compensadores, que, em 1775,

---

(22) *Apud* M. Lopes D'ALMEIDA, *op. cit.*, p. 51, *infra*.

nos dias em que se inaugurava a estátua equestre de D. José I, em algumas *Observações Secretíssimas* a El-rei, o Marquês de Pombal contava, com orgulho, que antes tinha de mandar buscar guarda-livros a Veneza e a Gênova, por um conto de réis e mais 3 mil cruzados de emolumentos, mas agora a Aula de Comércio tinha feito tão vulgar a Aritmética, que logo se apresentavam vinte “e mais opositores habilísimos em todas as arrumaçoens de livros mercantis e em todas as mais difficeis reduções de pezos e medidas, de solidos e liquidos, de todos os cambios, e de todas as moedas que correm nas praças da Europa” (23).

Esses primeiros êxitos do reformismo pedagógico português animaram extraordinariamente os mentores iluministas. Aliás, a animação ganha tôda a Europa, a partir de 1760. É um contínuo borbulhar de idéias e de doutrinas, visando à estruturação de uma pedagogia nova, que haverá de ser aplicada e realizada, para que nasça o grande mundo ilustrado. Essa pedagogia parte naturalmente de uma nova ordem, baseada ainda num sistema de fins divinos, mas o seu fundamento não reside no autoritarismo infuso ou revelado e sim na averiguação e na experiência científica, com o uso das luzes da razão. Em Portugal, para os inovadores mais *à la page* com a doutrinação dos filósofos iluministas, a escola tradicional (*legitur* a Universidade de Coimbra), dominada pelos processos pedagógicos jesuíticos, põe sua base no obscurantismo autoritário, dá um ensino livresco, pedante, pouco prático. Esse ensino tradicional não dá o lugar merecido ao “progresso” e às “aplicações” do século; carrega demais nas disciplinas formalísticas das humanidades, com muito latim e não menos retórica. “O que se ensina e tem ensinado até agora nos estabelecimentos literários” — escreve Ribeiro Sanches em suas *Cartas sobre a educação da mocidade* (24) — “é para chegar a ser Sacerdote e Jurisconsulto; e como já vimos (...) não tem a Nobreza ensino algum para servir a sua pátria, em tempos de paz nem de guerra.” Para Ribeiro Sanches, que preconiza o princípio até revolucionário de que “a conservação do Estado civil é a primeira e principal lei” (25), a educação régia, a cargo do Estado e não da Igreja, haverá de cuidar de formar o “perfeito nobre”, o qual somente conseguirá conservar o Es-

(23) *Código 695*, Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina.

(24) *Cartas sobre a educação da mocidade*, Imprensa da Universidade, org. por Maximiano Lemos, Coimbra, 1922, p. 184.

(25) *Idem*, p. 20.

tado se fôr um “Súdito instruído em outros conhecimentos”, que não sejam apenas “saber ler e escrever, as quatro regras da Aritmética, latim e a língua pátria”, e “tôda a ciência do catecismo da doutrina cristã”, e muito menos com o “ócio, dissolução, montar a cavalo, jogar a espada preta, e ir à caça: é necessária já outra educação, porque o Estado já tem maior necessidade de Súditos instruídos em outros conhecimentos” (26). Já é tempo da monarquia da espada (a monarquia conquistadora dos outros tempos) ceder ao Estado do trabalho e da indústria: “o Estado que tem terras e largos domínios, e que dêles há de tirar a sua conservação, necessita decretar Leis para promover o trabalho e a indústria” (27); é mister, pois, criar a educação de que necessita o nôvo Estado, para formar os novos homens que se incumbam dêsse trabalho e dessa indústria. Para essa educação, Ribeiro Sanches recomenda as seguintes diretrizes: ensino de um catecismo cívico, as quatro operações fundamentais e regras sumárias para escrituração das contas, nas escolas de ler e escrever; redução das classes de latim e de humanidades, e criação de um Colégio dos Nobres; e, finalmente, a reforma da Universidade. São diretrizes inteiramente novas, as do autor das *Cartas sobre a educação da mocidade*, que revelam os seus propósitos regalistas, através de sua concepção iluminista e burguesa do Estado e da própria educação. Ao Estado, que tem no comércio e na indústria o fundamento de sua conservação e do seu progresso, deve corresponder um plano de educação, por intermédio do qual serão formados os homens capazes de conduzir as forças do trabalho visando o benefício do país. Porque o “estrangeirado” e o cristão-nôvo que êle é insiste assim: “Nenhuma coisa faz os homens mais humanos e mais dóceis do que o interêsse: o comércio traz consigo a justiça, a ordem e a liberdade: e êstes eram os meios e o são ainda de conservar as conquistas que temos. Agricultura e Comércio são as mais indissolúveis forças para sustentar e conservar o conquistado: mas esta vida de Lavradores, de Oficiais, de Mercadores, de Marinheiros e Soldados não se conserva com privilégios dos Fidalgos, com imunidades e jurisdição civil dos Eclesiásticos, com a escravidão e a intolerância civil” (28). Êle é prático, utilitário como Bentham, que opina por uma maior inclusão vivencial de conhecimentos e artes imediatamente aplicáveis

(26) *Idem*, pp. 100/101.

(27) *Idem*, p. 86.

(28) *Idem*, p. 100.



na vida de cada um, a cada momento. Sebastião José repercutiu muito bem, em sua ação governativa, esse espírito prático, de interesse imediato em dar ao Reino os homens indispensáveis às suas necessidades históricas. Daí o fato de ser êle acusado de empirista sem imaginação, porque antes de pensar em formar teólogos, canonistas, advogados e médicos, cuidou primeiro de amparar aquêles que iriam dar-se às ocupações econômicas (Aula de Comércio), formando, assim, uma verdadeira elite de especialistas imprescindíveis ao desenvolvimento econômico das empresas e dos grupos que sua política monopolista de incentivo das riquezas particulares foi criando. Sebastião José, homem das contabilidades, comprazia-se no arquétipo do “perfeito negociante”, saído pronto de sua Aula de Comércio.

Após a supressão da Companhia de Jesus, seguira-se, como já vimos, a reorganização do ensino das humanidades — a retórica, as línguas latina, grega e hebraica. Em 6 de julho de 1759 (oito dias após o Alvará de 28 de junho), era entregue a diretoria geral dos estudos ao Principal da Igreja de Lisboa, D. Tomás de Almeida. Ainda em 1759, a 1.º de outubro, era comunicada ao Reitor da Universidade de Coimbra, Gaspar de Saldanha e Albuquerque, a reforma dos estudos menores, comunicando-se-lhe as novas disposições quanto a exames e matrículas dos candidatos aos estudos superiores que frequentavam o Colégio das Artes<sup>(29)</sup>. Logo a 7 de março de 1761, dentro da mesma linha renovadora, era criado o Colégio Real de Nobres, cujo currículo bem revelava os intentos correlatos da formação do “perfeito nobre”: além das matérias tradicionais de humanidades, acrescentavam-se as seguintes — línguas estrangeiras (francês, italiano e inglês), elementos de matemática, astronomia, física; álgebra e sua aplicação à geometria, análise infinitesimal, cálculo integral; óptica, dióptrica, catóptrica; princípios de náutica e de arquitetura militar e civil; desenho; e física<sup>(30)</sup>. A escalada reformadora teve, entretanto, a partir de 1761, uma longa pausa de espera, enquanto a Administração josefina lutava, como vimos, com a mal-avaliada sobrecarga da reposição das escolas, que retirara aos jesuítas.

Mas, os reformadores instavam em completar a sua obra. Desde muito suas vozes e seus escritos, de Ribeiro Sanches, de

---

(29) JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO, *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal*, Tip. Academia Real das Ciências, Lisboa, 1871 em diante, 18 vols., t. I, pp. 351 et seqs.

(30) *Idem*, t. I, pp. 282/295.

Verney, de D. Frei Manuel do Cenáculo e do próprio D. Francisco de Lemos, sugeriam e propunham a necessidade da reforma da cúpula de toda a estrutura educacional portuguesa, a Universidade de Coimbra. Esse momento chegou com a assinatura da Carta Régia de 23 de dezembro de 1770, que criava a Junta de Providência Literária; essa Junta se compunha dos seguintes conselheiros, sob a inspeção do Cardeal da Cunha e do Marquês de Pombal: D. Frei Manuel do Cenáculo, Bispo de Beja e Presidente da Real Mesa Censória, e os Drs. José Ricalde Pereira de Castro, José de Seabra da Silva, Francisco Antônio Marques Giraldes, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Reitor da Universidade, Manuel Pereira da Silva e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, irmão do Reitor, ambos brasileiros. Os objetivos da Junta de Providência Literária eram assim definidos: "(...) os quaes todos Mando, que conferindo sobre as referidas decadencia e ruina [o estilo redacional do documento volta a desancar os jesuítas, como os causadores da decadência e ruína da Universidade, assim como antes o haviam sido dos estudos menores...], examinando com toda a exactidão as cauzas dellas, ponderando os remedios, que considerarem mais proprios para ellas cessarem; e apontando os Cursos scientificos e os Methodos, que devo estabelecer para a Fundação dos bons e depurados Estudos das Artes e Sciencias que depois de mais de hum Seculo se acham infelizmente destruidos, me consultem o que lhes parecer a respeito de tudo o sobredito" (31).

Trabalhou bastante a Junta de Providência Literária e seu primeiro trabalho realizado foi o *Compêndio histórico*, obra tendenciosa (como a *Dedução cronológica e analítica*, de Pombal) contra a Companhia de Jesus, fruto de "successivas diligencias", através do qual punham na "Real Presença (...) huma clara, e especifica ideia dos Estragos, que os mesmos denominados Jesuitas fizeram; primeiro na Universidade de Coimbra; e consequentemente nas Aulas de todos estes Reinos" (32). Apesar dêsses prejuízos, muito encontrados nas reformas pombalinas, os trabalhos da Junta se adiantaram bastante, de modo que D. José I, pela Resolução de 2 de setembro de 1771, mandava que lhe subissem "as Minutas dos Estatutos, e Cursos Scientificos, para sobre elles determinar o que entender", e louvava a Junta pelo "grande e frutuoso dis-

(31) *In Universidade de Coimbra, cit.*, parte II, p. 71.

(32) *Idem*, p. 72, *infra*.

velo” com que se houvera em seu trabalho. Merecem ser lembrados, na Junta e seus assessores, pelo zelo e competência demonstrados, os especialistas João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (reforma da parte do Direito), D. Frei Manuel do Cenáculo (teologia), Sacchetti Barbosa, Ciera e Franzini (medicina, matemática e física), D. Francisco de Lemos (filosofia e teologia). Mas, a par do extraordinário trabalho realizado por D. Francisco de Lemos na Junta e na própria Reitoria da Universidade — para a qual havia sido nomeado, pelo Aviso de 8 de maio de 1770, empossando-se aparatosamente, em 29 do mesmo mês e ano, para dar a necessária força à ação que iria desenvolver, como seu Reformador, de título e de fato — é preciso que se diga que o grande inspirador da reforma conimbricense foi o Dr. Antônio Nunes Ribeiro Sanches, como, de resto, já o havia sido das outras reformas: dessa imensa obra da reforma pombalina — é Camilo Castelo Branco quem o diz — foi Ribeiro Sanches “o oráculo de suas intenções” (*Perfil do Marquês de Pombal*).

Os Estatutos da reforma mandaram-se executar pela Carta de roboração de 28 de agosto de 1772. Eles tinham sido esperados com grande ansiedade e foi sob um clima de tensa expectativa que chegou a Coimbra, em 22 de setembro, o Marquês Visitador (Pombal), para ajudar, com sua presença, no efetivo estabelecimento da reforma, promulgando todos os atos necessários à abertura das novas Escolas e facilitando o inteiro cumprimento das instruções régias. Coube, no entanto, ao Reformador e Reitor, D. Francisco de Lemos, tóda a carga da ingente obra de colocar a velha Universidade a par de todo um sistema de inovações profundas. “Sobejava-lhe capacidade e discernimento para implantar o nôvo regime dos estudos com pertinácia e com desvêlo” — escrevem os historiadores universitários Mário Brandão e M. Lopes D’Almeida, em *A Universidade de Coimbra* (83) — “e essas qualidades lhe foram reconhecidas quando lhe entregaram a administração da Universidade. (...) Como fâcilmente se presume não encontrou o Reitor aquela disposição e benquerença que favorecessem a solenidade do recebimento [do Marquês de Pombal, o Visitador], mas o seu caráter voluntarioso e o ardor que sempre punha na realização dos seus pensamentos tiraram-no de dificuldades.” Não apenas a recepção oferecida ao Marquês Visitador, mas a aplicação dos primeiros ditames da reforma

se deram com aparato e eficiência; o Reitor, enérgico e prudente, foi superando as outras dificuldades e perturbações advindas da modificação dos currículos escolares. Uma delas foi a escassez das matrículas no primeiro ano da reforma: é que a situação dos estudantes não era mais a daquela “sôlta e anárquica vida de *feição*”, quando os jovens apareciam na Universidade de vez em quando; exigia-se estudiosidade meticulosa, principalmente às aulas das ciências aplicadas, com um acentuado caráter de obrigatoriedade. Já a partir do segundo ano, as dificuldades começaram a ceder, o número dos jovens candidatos aos novos cursos aumentou, revelando-se que a opinião pública principiava a compreender a grande obra nacional que se propunha a reforma de 1772. Em carta ao Reitor-reformador, o Marquês de Pombal acreditava mesmo, em fins de 1773, que o número de escolares nas diferentes Faculdades era bastante para que saíssem delas muitos homens úteis ao Estado e à Igreja, e gloriava-se de que “tão grande número de Moços applicados, e estudiosos nunca teve em tempo alguma Universidade de Coimbra” (34).

Os Estatutos foram o diploma fundamental da reforma da Universidade. Nêles se manteve a *feição* tradicional da *Alma Mater* portuguesa, com todos os velhos privilégios que ela se granjeara. O que nêles teve profunda modificação “foi a economia interna e puramente literária na distribuição dos estudos, nos métodos de ensino e de exames, e no govêrno privativo das Faculdades” (35). Modificação, pois, de currículos, de processos de trabalho docente e discente e atitudes novas de administração universitária. Segundo os Estatutos pombalinos, o ensino universitário estava todo contido nas seguintes divisões: ciências teológicas (Faculdade de Teologia), ciências jurídicas (Faculdades de Cânones e de Leis), ciências naturais e filosóficas (Faculdades de Medicina, de Matemática e de Filosofia). Na Faculdade de Teologia, o curso estendia-se por cinco anos, ensinando-se as teologias dogmática, a polêmica, a moral, a canônica, a litúrgica e a exegetica, e a história eclesiástica, universal e literária, com que se iniciava o curso. As Faculdades Jurídicas compunham-se de dois cursos: o de direito civil e o de direito canônico, ambos em cinco anos, incluindo as seguintes cadeiras: Leis — direito romano, direito português, direito civil, direito civil romano, direito civil pá-

(34) Of. de 15.XII.1773 (Docs. Ref. Pombalina, I, LXXVII (*apud A Univ. de Coimbra*, p. 105).

(35) Visconde de VILA MAIOR, *apud A Univ. de Coimbra*, cit., p. 98.

trio e história civil dos povos; Cânones — direito canônico, direito canônico português, instituições de direito canônico, decretos de Graciano e decretais, história da Igreja Universal e história da Igreja Portuguêsa. Durava oito anos o curso da Faculdade de Medicina, porque, além dos cinco relativos aos estudos médicos, os estudantes eram obrigados a frequentar três de preparatórios, nas novas Faculdades de Filosofia e de Matemática (preparatórios: geometria e história natural, cálculo e física experimental, foronomia e química); o estudo médico tinha seis cadeiras: anatomia, operações cirúrgicas, e arte obstetrícia; instituições médico-cirúrgicas; aforismos; prática cirúrgica e prática médica. As novas Faculdades de Matemática e de Filosofia exigiam, cada uma, quatro anos de curso, dispondo-se assim: Matemática — geometria, cálculo e física experimental, foronomia e química, e astronomia; Filosofia — filosofia racional e moral, história natural, física experimental e química teórica e prática.

Os Estatutos dedicavam livros especiais a cada uma das três divisões acima discriminadas, compreendendo tôdas aquelas disposições que se referiam às diferentes Faculdades: preparação para os cursos, do tempo e das disciplinas que nêles iriam ser ensinadas, do método e da ordem das lições, dos exercícios e dos atos e exames, dos graus acadêmicos, dos lentes e dos substitutos, das congregações e dos officios particulares de cada Faculdade, etc.

Com a ampliação dos novos cursos das ciências naturais, cuidou-se da construção de laboratórios destinados à prática; instalaram-se as recém-criadas Faculdades de Matemática e de Filosofia; criou-se um autêntico *campus* dessas Escolas — a que o Reformador chamou de “verdadeiro Teatro da Natureza” — que se compunha de um Observatório, um Museu, um Gabinete de Física, um Laboratório Químico e um Jardim Botânico<sup>(36)</sup>. Dos conhecimentos que Pombal fizera no estrangeiro, donde, de Pádua, convidara Domingos Vandelli para as disciplinas do Museu de História Natural e a Cadeira de Química, e a João Antônlo Dallabella, para a de Física Experimental, o Reformador chama para o ensino de Astronomia o piemontês Miguel Antônio Ciera, para o de Álgebra o veneziano Miguel Franzini, Simão Gould e Luís Cichi para cadeiras do curso médico, ao lado dos professôres luso-brasileiros José Correia Picanço e José Francisco Leal, e coloca na Faculdade de Fi-

(36) *Hist. Univ. Coimbra, cit.*, t. III, pp. 443/444.

losofia José Monteiro da Rocha e Antônio Soares Barbosa, também nacionais.

Pelo espírito com que foram atacadas e realizadas essas secções científicas, é bem de ver que a reforma em Coimbra afinava pela linha mais estrita dos ideais da Ilustração. Esperava-se, assim, que, posta a máquina pedagógica da Universidade a funcionar nas novas trilhas da ciência *raisonnée*, poderia ela levar os jovens acadêmicos “a estudar, e a dissertar sem a animozidade de altercações e sem os vícios, que nos antigos estudos soube propagar o orgulho dos Peripatéticos” (37). Mas os pedagogos iluministas — como se vê — tinham prejuízos a respeito das ciências formadoras do intelecto humano. “O espírito que informava a reforma” — classificam-no os Srs. Mário Brandão e M. Lopes d’Almeida, em sua obra *A Universidade de Coimbra* — “provinha dum empirismo sistemático que caracterizava a ideologia orientadora dos modeladores dos estatutos. Por tal motivo só uma parte insignificante foi concedida nos estatutos às ciências do espírito, e as disciplinas filosóficas ficaram reduzidas a uma cadeira única de Filosofia Racional e Moral, mais tarde relegada até para o quadro das cadeiras pertencentes ao Colégio das Artes. Os estudos histórico-filológicos, não formando um curso autónomo, constituíam disciplinas subsidiárias dos estudos teológicos e jurídicos” (38). Inovações dessa ordem é que fazem avolumar as suspeitas dos que acusam o empirismo da Ilustração e, no caso, a rasa mentalidade de Pombal e dos mentores de sua reforma universitária. A coisa irá mais longe ainda: a reforma contrariará, quase estatutariamente, qualquer interesse que a juventude acadêmica comece a manifestar pela livre especulação. “A reforma pombalina” — continuam um pouco adiante aquêles autores — “ao *magister dixit* tradicional, substituíra uma autoridade mais estrita e mais forte, para que a predileção pela liberdade conceptual não influenciasse os estudantes, e através dêles, necessariamente, tôda a vida política e moral.” (39) O despotismo esclarecido fazia alarde, onde dominava, das doutrinas libertárias em voga, mas prevenia-se zelosamente em formular e impor o seu próprio pensamento oficial, frequentemente muito longe daquelas doutrinas. Isto acontecia princi-

(37) *Docs. Ref. Pombalina*, de M. Lopes D’ALMEIDA (organizador dessa coleção, por incumbência da Universidade de Coimbra, em 1937, sendo incluída nos *Universitatis Conimbrigensis studia ac regesta*), in *A Univ. Coimbra*, *ci.*, p. 106.

(38) *Op. cit.*, p. 107.

(39) *Op. cit.*, p. 110.

palmente nas cátedras das Universidades e das Academias Reais (criação do tempo) e não era raro que os senhores do dia se desagradassem daqueles professores que ousavam discordar desse pensamento amoldado aos interesses do Estado ou do Príncipe. Foi o caso do ilustre matemático Euler, da corte de Frederico o Grande, na Prússia, o qual, por ter escrito um livro em defesa da religião revelada, foi despedido sem maior consideração pelo Rei, após vinte e cinco anos de serviços científicos prestados à nação, por uma carta que dizia pouco mais do que isto: *Je vous permets de nous quitter pour aller en Russie* (40)...

Episódio como esse aconteceria mais dificilmente no Portugal pombalino (é preciso que se diga que a expulsão do Pe. Teodoro de Almeida teve motivos bem diferentes), uma vez que o Iluminismo português foi mais do tipo italiano, isto é, cristão e católico, entregue que esteve o movimento ilustracionista freqüentemente aos elementos da Igreja. Por isso mesmo é que o clero luso-brasileiro iria imbuir-se talvez mais do que o europeu das novas influências do século, principalmente após as reformas pombalinas do ensino. Diversos dos doutores saídos da Universidade "reformada" de 1772 e, mesmo, vários dos *clercs* tonsurados bafejados pelas auras novas de Coimbra, embora não formados lá, irão tornar-se antes homens "ilustrados" do seu mundo setecentista do que membros ativos e pios da Santa Madre Igreja. Até mesmo um bispo (aliás provindo da *nouvelle vague* do pedagogismo pombalino) governaria sua sede de Mariana como um daqueles príncipes eclesiásticos mundanos do Sacro Império, verdadeiros "déspotas esclarecidos", segundo a melhor escola de José II ou Frederico II, como já vimos.

Estava em pleno curso a reforma da Universidade de Coimbra e os futuros doutores já freqüentavam as aulas reformadas, sob a competente direção do Reitor-reformador D. Francisco de Lemos, quando entrou em vigor, em todo o Reino, o "subsídio literário".

Entretanto, nem a Administração Régia nem os contribuintes estavam preparados para a efetivação do contributo e os seus resultados. Não se cria uma mentalidade nova de uma

---

(40) Walter GOETZ, e outros, *História universal*, Espasa-Calpe, Madri, 1947, 10 vols., t. VI, p. 280.

hora para outra, mesmo por força da lei mais impositiva. A Administração da Metrópole, impreparada e inexperiente, desde o primeiro momento da aplicação do subsídio, não teve mão para impedir que injunções poderosas começassem a desviar para outros fins os dinheiros entrados: verbas criadas para custear as primeiras letras e as humanidades passaram, sem muita cerimônia, a pagar os cursos do Colégio dos Nobres, da Aula do Comércio, e a subvencionar as reuniões e as promoções de vária ordem da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia da Marinha, da Biblioteca Pública, etc. Naturalmente, as escolas menores principiaram a ter falta de número para pagar seus professores e manter os novos cursos criados. Esse mal inicial das verbas insuficientes irá tornar-se logo permanente, com os naturais reflexos negativos, pois foi esta uma das causas de nunca se ter consolidado verdadeiramente a estrutura educacional das escolas régias, no tempo do Marquês de Pombal e após êle, nos governos de D. Maria I e de seu filho, D. João. Não sei se por ingenuidade, rotina ou inexperiência, o Governo Régio continuou a pensar que não havia necessidade de dinheiro para dar escolas ao povo, que os professores régios não precisavam de ordenados para trabalhar, que seriam apóstolos como os antigos jesuítas, que dispensavam ordenados ou os tiravam dos seus próprios recursos, sem incomodar a Real Fazenda... As autoridades régias pareciam confiar, assim, que seus pedagogos tinham de ser abnegados, desinteressados das coisas materiais, como o haviam sido os jesuítas expulsos.

Principalmente no Brasil, onde sendo bons mestres, foram no melhores apóstolos, pois “em mais de dois séculos” — assim testemunha a obra educacional e catequética inaciana no Brasil o Prof. Fernando de Azevedo, em sua *A cultura brasileira* (41) — “educaram a mocidade brasileira e tão eficazmente auxiliaram os portugueses a colonizar o Brasil, amaciando a aspereza dos costumes de uma época de violências e de rapinas, sopitando as discórdias entre as casas-grandes, coarctando os abusos dos governos, retemperando a fé, avivando a caridade, apertando os freios da religião e contribuindo para implantar a ordem e a disciplina onde tudo conspirava para enraizar a anarquia, filha de ódios civis e das lutas de classes e de raças”.

Mas, não existiram os mestres em número suficiente, nem surgiram os apóstolos para sua difícil missão. Principalmente no

(41) Fernando de AZEVEDO, *A cultura brasileira*, IBGE, Rio de Janeiro, 1943, p. 313.



Brasil, onde o problema era um só: despedidos os padres da Companhia, não havia mestres em parte alguma, afora alguns tios-padres em casas ricas e fazendas de tradição e alguns frades franciscanos, carmelitas ou monges beneditinos, nas capitais coloniais. Assim, a proscrição da Companhia de Jesus caiu como a maior catástrofe, talvez, da vida colonial brasileira, foi para nós “um nôvo Alcácer-Quebir”, como tão expressivamente classificou Eduardo Prado a retirada dos filhos de Santo Inácio (42). “Com a expulsão dos jesuítas” — volta a dizer o Prof. Fernando de Azevedo — “o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fôsse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão.” (43). Com efeito, o Governo de D. José I riscou do mapa do Brasil, com a sua simples penada de 1759, nada menos de 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever, distribuídas pelas aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia. E que fez a Administração Régia para substituir as escolas fechadas? Muito pouco ou quase nada, tardia, desordenada e mesquinamente. Mandaram alguns professores régios para a Bahia, Pernambuco e Pará, que não se deram bem aqui, como veremos. Sem ter pessoal que repusesse os antigos mestres banidos, as autoridades régias foram recrutando, de qualquer maneira, elementos do clero, frades e monges das diversas ordens religiosas (franciscanos, carmelitas, oratorianos, beneditinos, mercenários (*legitur* mercedários), capuchinhos e outros) espalhados pela Colônia, e padres seculares — capelães de engenhos e de fazendas; e mais alguns letrados pobres, uns coitados esfarrapados que sabiam alguma coisa (44). Com essa des-

(42) Eduardo Paulo da Silva PRADO, *Coletâneas*, Escola Tipográfica Salesiana, São Paulo, 1904-1906, 4 vols. t. IV, p. 94.

(43) *A cultura brasileira*, cit., p. 314.

(44) *Notas para a história do ensino em Portugal*, cit., p. 39. Assim se manifesta Luís dos SANTOS VILHENA, o competente pedagogo régio setecentista, sobre muitos de seus colegas que vieram para o Brasil: “Não ha duvida q. hãa aluvião de individuos que sem seleção se enviação para a America revestidos da capa de Mestres, quando nem o nome de discipulos lhes convinha, vierão alguns que bem merecião manda-los outra vez servir seus amos ou para outros empregos semelhantes, privados ou destituídos inteiramente de ciência e morigeração”. (*Cartas Soteropolitana*, Imprensa Oficial do Estado, Salvador, 1921, 2 vols., 8.ª Carta, p. 291, t. 1.)

falcada legião foi que o Governo de Lisboa contou para substituir aquêles homens que vestiam a humilde roupeta inaciana, mas em quem — nas belas palavras de um dos seus maiores discípulos que já existiram neste país — “o ardor apostólico, o desprezo da morte, a mobilidade inverossímil em todos os terrenos e a sua capacidade de organização e disciplina não se podem medir, na sua grandeza, senão pela serenidade e resignação, com que abandonam os seus colégios e partem para o exílio, silenciosos como soldados que dobram suas tendas. . .” (45).

Por outro lado, os recursos financeiros com que contava a Coroa para fazer face aos novos encargos do ensino não corresponderam às esperanças nêles depositadas. Então, pelos anos, aos poucos, à medida que se foram afrouxando os archochos da dura administração de Pombal na efetivação das reformas, foram-se relaxando igualmente, em virtude da má remuneração e da desorganização, o interêsse e a dedicação dos mestres-régios pelo seu trabalho docente. Estabeleceu-se, então, verdadeiro círculo vicioso: a Coroa, porque as rendas do subsídio literário não davam, alegava não poder pagar bem e em dia aos professôres; êstes, por receberem tão pouco e atrasadamente (quando recebiam), empenhavam-se o menos possível em trabalhar como deviam. Ora, a grande maioria dos professôres régios era constituída de clérigos, e clérigos regulares. Então, o Governo de Lisboa passou a adotar um curioso procedimento fazendário em relação à classe: pagava o mais sovinaamente possível, sob a alegação de que, sendo essa maioria de frades residentes em suas comunidades conventuais e, pois, tendo poucas exigências de ordem econômica, bastavam-lhes os mingua-dos mil-réis, impontualíssimos, que recebiam. A alegação governamental (ainda hoje tão usada pelos nossos políticos) de que careciam recursos maiores para atender à mantença das escolas e a uma digna remuneração dos seus pedagogos, por passar a receita do subsídio literário a ser menor do que as despesas com o ensino, procedia minimamente: também no Brasil a Administração Régia sangrava, com o estôrno para outros fins, as verbas arrecadadas do subsídio, e o que era pior, não cuidava seriamente dessa arrecadação tão necessária. Luís dos Santos Vilhena, o professor régio soteropolitano do último quartel do século XVIII, denuncia as autoridades coloniais da Bahia de não cobrarem com exação o subsídio literário ali: “(. . .) só o rendimento dos açougues da cidade” — escreve êle — “dá quase o

---

(45) F. de AZEVEDO, *cit.*, pp. 313/14.

preciso para o pagamento dos professôres que nela há sem falar no rendimento da aguardente" (46). Há verdadeira confusão no recolhimento dos subsídios, por parte das autoridades responsáveis (47).

É bem de ver que os ordenados dos professôres haveriam de ficar estacionários, decênios após decênios, mantendo o mesmo nível de 1779: 60\$000 anuais, o que valia dizer, indigência para todos! Na verdade, dêses parcos mil-réis que recebiam (48), — sujeitos, aliás, ao impôsto de décima — tinha o mestre leigo de tirar boa parte para pagar o aluguel da casa onde montasse escola, havendo ainda de satisfazer do seu bôlso às despesas com a higiene e a conservação da sala de aula. O velho Santos Marrocos, em seu famoso relatório sôbre a instrução, pinta um quadro, antes trágico do que divertido da situação a que chegara o mestre-escola, nos últimos anos do século: "(...) êstes mestres" — diz êle — "como bufarinheiros em loja de quinquilharia, vendem aos discípulos papel, tintas, regras e pastas; fazem imposições mensais, contribuindo cada um para a água de beber, tendo mais preço sendo por um copo, varrer a escola, e o mais que omito" (49)... O pobre pedagogo, para não morrer de fome, tinha de desapertar-se (é o têrmo), transmudando-se em vendeiro, regateando a mísera mercadoria...

Também as instalações materiais da escola régia ressentir-se-ão dessa penúria financeira, ficando ao talante dos mestres-escolas indigentes ou pouco interessados. A escola não será muito diferente daquela esqualida sala de aula do "tempo do Rei" (D. João VI): "(...) mobiliada por quatro ou cinco bancos de pinho sujos pelo uso, uma mesa pequena que pertencia ao mestre, e outra maior onde escreviam os discípulos, tôda cheia de pequenos buracos para os tinteiros; nas paredes e no teto" — e aqui entra, excepcionalmente deliciosa, a nota local carioca — "havia penduradas uma porção enorme de gaiolas de todos os tamanhos e feitios, dentro das quais pulavam e cantavam passarinhos de diversas qualidades" (50), pois o quadro é de Manuel Antônio de Almeida.

O ambiente escolar não será muito diferente. Os meninos estarão sentados nos velhos bancos de pinho, vestidos com suas

---

(46) *Cartas Soteropolitanas*, cit., t. I, p. 297.

(47) *Idem*, *ibidem*.

(48) Ordenados miseráveis, como aquêles 70\$ anuais pagos (quando se pagavam) a um professor de gramática no Pará. (V. *Memórias para a história da vida do venerável Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão*, de Antônio Caetano do AMARAL, Imprensa Régia, Lisboa, 1818, 2 vols., t. I, p. 112.)

(49) Relatório de Santos MARROCOS, in *Notas para a história...*, cit., p. 41.

(50) *Memórias de um sargento de milícias*, Livr. Martins, São Paulo, pp. 80/1.

jaquetas ou “robissões” de lila, calças de brim escuro, tendo ao lado suas pastas avantajadas de couro ou papelão, penduradas a tiracolo por um cordão ou correia, das quais vão tirando a lousa de escrever, livros, o tinteiro de chifre, lápis, a pena, etc. Haverá, como uma das práticas escolares mais respeitadas, a tabuada cantada. É tôda uma ladainha de números, cantada em dias especiais. No sábado, no Rio de Janeiro, segundo o autor das *Memórias de um Sargento de Milícias*. Os meninos gostam muito daquele cantoção monótono e insuperável. Quando o herói do romance, moleque endiabrado, que o padrinho quer educar, entra na escola, é este o ambiente que vai encontrar: “. . . As vozes dos meninos, juntas ao canto dos passarinhos” — descreve o romancista — “faziam uma algazarra de doer os ouvidos; o mestre, acostumado àquilo, escutava impassível, com uma enorme palmatória na mão, e o menor erro que algum dos discípulos cometia não lhe escapava, no meio de todo o barulho; fazia parar o canto, chamava o infeliz, emendava cantando o erro cometido, e cascava-lhe pelo menos seis puxados bolos. Era o regente da orquestra ensinando a marcar o compasso”.<sup>(51)</sup> Mas, é verdadeiramente delicioso aquêlê momento, em que o pedagogo alisa a palmatória e exclama: — “Sancta ferula!” Ao que a padrinho do menino, querendo revelar sua sabença, responde, submisso: — “É verdade; faz santos até as feras” . . . E, ao terminar a aula, saindo, os discípulos, assim como chegaram, vão, um a um, tomando a bênção do velho mestre-escola. Aliás, a disciplina, mais que patriarcal, é, na maioria dos lugares, policialesca. Na Bahia, por exemplo, “logo que constava pelo professor” — adverte Santos Vilhena, em suas *Cartas Soteropolitanas* — “que o estudante o desatendera, era mandado para o Forte do Mar, e se na indagação que êle se fazia, se tinha a certeza que era pouco aplicado, mandrião ou vadio, então se lhe sentava praça de soldado para ensinar-lhe a conhecer a subordinação”<sup>(52)</sup>. É que — explica o Sr. Pedro Calmon — “o individualismo colonial insurgia-se contra a disciplina escolar das classes leigas, que não tinham o alto escopo religioso dos “pátios” da Companhia: a subordinação dos estudantes e a ordem entre êles passaram a ser de alçada comum, do lente e da polícia”<sup>(53)</sup>. Por isso, por mais cruel que fôsse um pedagogo, maior era o seu prestígio. Manuel Antônio de Almeida faz avultar o seu professorzinho de proporções in-

(51) *Idem*, p. 81.

(52) *Cit.*, Carta 8.<sup>a</sup>, t. I, p. 292.

(53) *Hist. soc. Brasil, cit.*, t. I, p. 136.

finitesimais, baixinho, magrinho, de carinha estreita e chupada, excessivamente calvo, que usava óculos e tinha pretensões a latinista, como “dos mais acreditados da cidade”, exatamente porque “dava bolos nos discípulos por *dá cá aquela palha*”... (54).

Via de regra, êsses mestres valiam mais pela sustância com que sabiam puxar a palmatória do que pela fôrça de sua capacidade profissional. E o Brasil colonial teve de contentar-se com êles, pois não havia outros. Eram muito raros os que vinham de Portugal. “Bons professores” — observa bem o autor da *História Social do Brasil* — “não iam ao sertão” (55). Aquêles poucos que vieram de Portugal, por via de concurso, não se deram bem aqui; assim foi o caso dos professores régios Manuel de Melo e Castro e Manuel da Silva Coelho, os quais, vindos para Pernambuco, em 1759, desavieram-se com o povo, seja porque êste não se desapegava do método alvarista, seja porque manifestava ojeriza ao mestre estrangeiro, que “se persuade que é um príncipe e cheio de soberba, de altivez, e de vaidade pertende pisar e meter debaixo dos pés a todos que se acham destas bandas” (56). Para o Grão-Pará vem nomeado, em 1760, o pedagogo Eusébio Luís Pereira Ludon, que fica oito anos aqui e regressa, deixando em seu lugar um discípulo. Em 1770, chega ao Espírito Santo Domingos Barbosa e Tôrres de Pita Rocha, com ordenado estipulado de acôrdo com os pareceres dos comissários da Bahia e Rio de Janeiro, “o que faz supor que” — tal é a dedução a que chega o Prof. Laerte Ramos de Carvalho (57) — “nesta última cidade, como aconteceu na Bahia, a escolha dos professores se fizera por intermédio de um concurso realizado perante os comissários do ensino, entre os próprios elementos da terra”. Êsses concursos, entretanto, serão muito raros, esporadicamente realizados.

Sòmente depois da decretação do subsídio literário é que as aulas régias, ao menos do ponto de vista da quantidade, atingirão a amplitude dos tempos anteriores jesuíticos. Elas são, então, 17 aulas de ler e escrever: 2 no Rio de Janeiro, 4 na Bahia, 4 em Pernambuco, e uma cada nestas localidades: Mariana, São Paulo, Vila Rica, Sabará, São João del Rei, Pará e Maranhão; 15 aulas de gramática latina: 2 no Rio de Janeiro, 3 na Bahia, 4 em Pernambuco, e uma em Mariana, São

---

(54) *Loc. cit.*

(55) *Hist. soc. Brasil, cit., I, p. 136.*

(56) *In RAMOS DE CARVALHO, op., cit., p. 104, nota 77.*

(57) *Idem, p. 106.*

Paulo, Vila Rica, São João del Rei, Pará e Maranhão; 6 aulas de retórica: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará, Maranhão e São Paulo; 3 de língua grega e 3 de filosofia: no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco.

Várias dessas escolas régias haveriam de ficar na história, como dignas do seu destino, pelos bons resultados do seu ensino. No Rio de Janeiro, destacou-se especialmente a Cadeira de Retórica e Poética, que o Vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, como um verdadeiro Mecenas, criou para nela prover o jovem bacharel e poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga — o último representante da chamada Escola Mineira — que regressava da Universidade de Coimbra para a sua pátria. A escola foi instalada solenemente em agosto de 1782, ocasião em que Silva Alvarenga pronunciou excelente discurso inaugural, que mereceu os elogios do Bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas de Castelo Branco e de outros eruditos da capital fluminense. “A Aula de Retórica e Poética” — conta o historiador e literato Joaquim Norberto — marchou regularmente, o professor exercia o magistério por vocação e apenas se lastimava do número diminuto dos alunos, quando dizia irônicamente:

“E é muito seis estudantes  
Para um só Quintiliano” (58).

A escola funcionou durante muitos anos, a contento geral, frequentada até por pessoas de maior idade, já encaminhadas na vida, como foi o caso do Pe. José Maurício Nunes Garcia (1767-1830), o futuro Mestre-de-Capela de D. João VI, e como seriam os casos dos grandes pregadores do Convento de Santo Antônio, Rodovalho, São Carlos, Sampaio e Monte Alverne, pois é o Cônego Januário da Cunha Barbosa quem os enumera entre os discípulos de Silva Alvarenga (59). Ainda em dezembro de 1794, já no caliginoso consulado do Conde de Resende, era anotada na Rua do Cano, pelo *Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro* (60), tempo em que se fechou, quando foram, o poeta mineiro, o Dr. Mariano José Pereira da Fonseca (o futuro Marquês de Maricá) e mais outros companhei-

(58) *Apud Notícia* incluída por Joaquim NORBERTO nas *Obras Poéticas* de Silva ALVARENGA.

(59) “Os Frias, os Rodovalhos, os São Carlos, os Sampaio, os Ferreiras d’Araújo Azevedo, os Oliveiras, os Alvernes e outros” — eis como decanta os ex-discípulos do reitor Silva ALVARENGA o não menos ilustre aluno seu, Côn. Januário da Cunha Barbosa (*In RIHGB*, t. III, p. 341, reimpr. de 1841, em 1860, por D. L. dos Santos.)

(60) *Anais da Biblioteca Nacional*, LIX (V. “Almanach da Cidade do Rio de Janeiro” para uma visão do Rio do tempo.)

ros da Sociedade Literária, fundada pelo anterior Vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Silva Alvarenga, presos pela polícia do desconfiado Conde, ainda assustado com os acontecimentos da Inconfidência Mineira, sendo o professor da Cadeira de Retórica e Poética levado para a Ilha das Cobras, onde esteve prisioneiro por dois anos e meio, até 1797. Libertado, reabriu a sua aula e “ocupou-se de nôvo em ensinar Retórica e advogar sempre com crédito e geral estimação” — como conta seu excelente discípulo Cônego Januário da Cunha Barbosa, que acrescenta: “Talvez que sem as lições de Manuel Inácio não tivessem aparecido nas cadeiras sagradas do Rio de Janeiro os Frias, os Rodovalhos, os São Carlos, os Sampaivos, os Ferreiras de Azevedo, os Oliveiras, os Alvernes e outros pregadores de nomeada, que, deixando os hábitos da antiga escola, abriram carreira luminosa aos que anunciam com mais dignidade e eficácia as doutrinas de nossa santa religião”.<sup>(61)</sup> De outras escolas cariocas, como o Seminário de São José, saíriam para os estudos superiores Antônio Paulino Limpo de Abreu (mais tarde Visconde de Abaeté), o político e diplomata gaúcho Cândido Batista de Oliveira, e ali completaria seu curso de Filosofia Evaristo Ferreira da Veiga. Aliás, o futuro redator da *Aurora Fluminense* estudaria suas primeiras letras na escola do pai, o mestre severo que foi Francisco Luís Saturnino da Veiga, estabelecido antes na Rua de São Pedro e posteriormente na do Ouvidor, e faria seu curso de latinidade com o mestre Manuel Marques, passando à aula de retórica de João José Vahia. São também ex-alunos de escolas fluminenses de primeiras letras e humanidades os ilustres cariocas Pe. José Maurício, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba), Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, e o mineiro-carioca Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná).

Das escolas régias da Bahia, saíria tôda uma plêiade de bons publicistas, oradores e políticos (afora José da Silva Lisboa (1756-1835) e, talvez, Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840), tais como José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), Domingos Borges de Barros (Visconde da Pedra Branca), o grande orador e boêmio Frei Francisco Xavier Bastos Baraúna e os políticos Francisco Gê de Acaiaba Montezuma

---

(61) *RIHGB*, t. III, pp. 340 e 338.

(Visconde de Jequitinhonha) e José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre), entre outros. Faz-se mister lembrar que foi José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu) um dos primeiros e mais competentes mestres régios da Bahia, regendo a cadeira de Filosofia Racional e Moral e fundando uma Cadeira de Grego, que exerceu por cinco anos, como substituto, "até chegar o proprietário", que, um dia, seria Luís dos Santos Vilhena, autor das *Cartas Soteropolitanas*; Silva Lisboa lecionou de 1777 a 1797, em vinte anos de proffcuo magistério, "obtendo ser jubilado", como um dos primeiros mestres-escolas a aposentar-se no Brasil.

Do Pernambuco, muitos dos revolucionários de 17 e da Confederação do Equador foram alunos de suas escolas régias, e assim também o Pe. Lopes Gama, o poeta José da Natividade Saldanha, o historiador Muniz Tavares e, entre outros filhos de senhores de engenho, Pedro de Araújo Lima, o futuro Marquês de Olinda<sup>(62)</sup>.

Nas aulas régias dadas no Seminário de São Paulo, ao tempo do esclarecido Bispo D. Frei Manuel da Ressurreição, estiveram assíduos os três irmãos Andradas, José Bonifácio, Antônio Carlos e o caçula Martim Francisco, depois de subirem do curso de primeiras letras, na Vila de Santos, sob a implacável vigilância de sua mãe, D. Maria Bárbara, que os trancava no quarto até que soubessem as lições. E das boas lições aprendidas iria socorrer-se o excelente mestre que acabou ficando Martim Francisco, para ensinar o menino Rafael Tobias de Aguiar, de Sorocaba, seu parente e amigo. Mas, sem sair de Santos, com muito mais força de vontade do que talento, o jovem José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais tarde Visconde de São Leopoldo, iria tornar-se discípulo dileto do famoso latinista José Luís de Melo. Da Comarca de Curitiba,

(62) Além de suas escolas régias, o Pernambuco orgulhava-se, na passagem do século setecentista, do seu Seminário Episcopal, criado em 1799 pelo Bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, nos moldes da mais moderna linha iluminista, com este currículo verdadeiramente inovador: latim, grego, francês, retórica, poética, geografia, cronologia e história universal, desenho, lógica, metafísica, ética, matemáticas puras, história natural, sagrada e eclesiástica, teologia dogmática e moral, e cantochão. Inclui-se o regulamento da Casa, tudo era revolucionário.

Outra instituição condizente com aqueles dias inquietos foi o chamado "Areópago de Itambé", sociedade política secreta, fundada pelo ex-carmelita e insigne botânico paraibano Dr. Manuel de Arruda Câmara, nos limites de sua terra com o Pernambuco, com o propósito de divulgar as novas idéias políticas, especialmente as de França. Foram membros do Areópago de Itambé, entre outros, André Dias de Figueiredo e os Pes. Antônio Félix Velho Cardoso, José Pereira Tinoco, Antônio Albuquerque Montenegro e João Ribeiro Pessoa, o futuro herói da Revolução de 17.



de cuja aula particular do Pe. Francisco de Paula Prestes era aluno, o futuro Conselheiro João da Silva Carrão vem para Sorocaba, a se preparar para a recém-fundada Academia de São Paulo.

Do Maranhão, descem para o Côrte Paulino José Soares de Souza (o futuro Visconde de Uruguai), ilustre militante da política imperial, e o escritor Manuel Odorico Mendes; do Pará, provêm D. Romualdo Antônio de Seixas e o financista e político Bernardo de Souza Franco; o primeiro sai do Cameté menino de sete anos e faz o triênio de Gramática Latina no Seminário do Pará, completando o curso de Filosofia Racional e Moral no Convento dos Franciscanos aos catorze anos, quando o tio e protetor Romualdo de Souza Coelho (futuro Bispo do Pará) o manda para os oratorianos de Lisboa, onde é admitido excepcionalmente, antes da idade, no famoso Curso de Física, do não menos famoso Pe. Teodoro de Almeida, regressando aos dezoito anos, para principiar a notável carreira eclesiástica que o iria guindar ao supremo pôsto de Arcebispo Primaz do Brasil e ao título de Marquês de Santa Cruz. Do Destêrro, em Santa Catarina, sai o místico e andarilho humanitário Irmão Joaquim do Livramento, formador de casas de assistência à infância e à juventude, assim como de São Pedro do Sul sobem para o Rio de Janeiro, após feitos os primeiros estudos, o jovem Cândido Batista de Oliveira, já citado, e mais o futuro Barão de Santo Ângelo, Manuel Araújo Pôrto Alegre. E surge da Colônia do Sacramento o jovem Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, o periodista esclarecido e fecundo do *Correio Brasiliense*, uma das causas mais positivas de Independência.

## *2. As escolas régias em Minas Gerais*

O "subsídio literário", que se destinava à sustentação dos mestres das escolas régias, foi estabelecido pela Carta de lei de 10 de novembro de 1772, e sua cobrança, nas Minas Gerais, foi posta em execução pelo Governador Antônio Carlos Furtado de Mendonça, o qual, em ofício ao Marquês de Pombal, "participava que faria todo o esforço afim de que tivesse a devida execução a Carta Régia de 17 de outubro de 1773, em que sugeria [o Marquês] incumbir a Junta da Fazenda da Capitania da incumbência de inspecionar a arrecadação da

Conta" (63), conforme Carta de Pombal, de 10 de outubro de 1774.

Segundo dados fornecidos pelo Intendente da Fazenda de Vila Rica, Desembargador José João Teixeira, o dito subsídio rendeu, já em 1775, a importância de 6:646\$499 réis (64). Assim, às escolas já existentes em 1774 (as Cadeiras de Gramática Latina, de Filosofia, e mais duas de Primeiras Letras, em Vila Rica), na presunção exagerada dos rendimentos do subsídio literário, criaram-se, além das escolas de Mariana, Sabará, São João del Rei e Vila do Príncipe, muitas outras mais. Nem sempre, porém, essas escolas se instalaram nos lugares mais convenientes. Já em Portugal, o historiador Luís Albuquerque denuncia a localização política das cadeiras, que não eram criadas nesta ou naquela povoação mais necessitada, mas onde residiam os interesses dos professores, especialmente religiosos, que as puxavam para perto dos seus conventos (65).

Mas, em Minas, cresciam outros problemas ainda mais graves. A Capitania sofria naqueles dias o sempre crescente descenso da produção aurífera, o que fazia dar muito pouco o rendimento do subsídio literário, alvo no primeiro momento de tantas vãs esperanças; pela mesma crise econômica, os aglomerados urbanos empobreciam-se rapidamente e as populações diminuíam, fugindo para outras regiões mais promissoras; e ainda não eram muitas — pelo menos no número suficiente para lotar as escolas — aquelas famílias principais, da classe dirigente, economicamente desafogadas, para se darem ao luxo de educar seus filhos, enviando-os às escolas régias. Aconteceu o que tinha de acontecer: muitas das escolas começaram a ficar vazias, faltas de alunos. Por outro lado, o agravamento da crise econômica foi baixando os índices já precários do rendimento do subsídio literário. No triênio de 1790-1792, êle oscilou nas seguintes quantias, respectivamente: 4:051\$354, 4:963\$494 e 4:357\$102, com a renda líquida de 4:056\$164, pela quebra de 9% (prejuízo da fundição do ouro em pó). Se a Administração, como vimos, já estornava as verbas do tributo para outros gastos, na própria sede do Reino,

(63) O Códice 205, do APM, traz um dos pouquíssimos documentos mineiros que tratam do subsídio literário: é a resposta do Marquês de Pombal ao Gov. Antônio Carlos Furtado de Mendonça, em 10.X.1774, quando este lhe "participa que fará todo o esforço afim de q. tenha a devida execução a Carta Regia de 17.X.1773", e quando "sugería a Junta da Faz.da da Cap.nia da incumbencia de inspecionar a arrecadação da Conta q. novamente se estabeleceu em Carnes e agoasardentes da América e Africa pella Ley de 10 de 9.bro de 1772".

(64) *Instrução para o govêrno... cit.*, p. 547.

(65) *Op. cit.*, p. 40.

ou regateava mesquinamente lá o pagamento dos ordenados, não teve escrúpulos, em Minas Gerais, de ficar devendo, não apenas meses, mas anos (decênios mesmo!), os humildes salários dos mestres régios. Não se ficou devendo apenas a professôres que venciam ordenados maiores — como era o caso do Pe. Manuel Joaquim Ribeiro (Lente de Filosofia, em Mariana) que recebia 460\$000, anuais, ou do Pe. Silvério Teixeira de Gouveia (Lente de Gramática Latina, em Vila Rica), que recebia 400\$000, mas também aos sacrificados mestres das Primeiras Letras, dezenas dêles, cujos salários não iam além dos 150\$ por ano: o Pe. João Pedro de Almeida, por exemplo, Professor das Primeiras Letras de Santo Antônio do Bom Sucesso do Descobrimento do Peçanha e Índios, talvez porque vivia perdido naquele cabo do mundo, no meio do gentio botocado, era o credor mais antigo dos cofres públicos, desde o terceiro quartel do ano de 1794 “thé o 4.º dito de 1800” (66), da importância de 975\$000! Mas, a dívida aos professôres ainda se não pagara quatro anos depois, em abril de 1804, subindo a 51:378\$889 rs. até o fim de julho daquele ano, conforme expediente do Presidente do Real Erário, D. Luis de Vasconcelos e Souza, ao Governador da Capitania (67), e não se pagaria, como veremos, ainda dez anos depois...

A grita dos prejudicados devera ter chegado até essa autoridade desde os primeiros anos da dívida (e seria êsse um dos pretextos para a Administração fechar escolas), pois o Governador Bernardo José de Lorena, em 1798, pela alegação do pouco “que se atendeu ao que era mais necessário no Local onde se estabeleciam as sobreditas Cadeiras” (68), fechou diversas escolas, “porque” — o comentário é do historiador mineiro Feu de Carvalho, ripostando a uma inflamada acusação do colega Xavier da Veiga à Administração de Lisboa, por fechar as escolas (69) — “não havia em grande número delas a menor freqüência”. Teria sido pelo mesmo motivo que a Côte se dirigiria ao mesmo Lorena, dois anos depois, ordenando-lhe que repreendesse a Câmara de São Bento do Tamanduá, por ter usado de uma atribuição que lhe não competia, ao fazer abrir-se ali uma aula de primeiras letras? Não seria levado por idêntica razão que o mesmo Governador se dirigiria ao Juiz

---

(66) In *RAPM*, VII, p. 1.005.

(67) *Idem*, p. 989.

(68) In *Códice 287*, do APM: C. R. de 19.VIII.1799.

(69) *Efs. Mins.*, cit., IV, p. 689; *RAPM*, XXIV, pp. 348/9. SANTOS VILHENA conta que, de 43 escolas da Bahia, 8 eram supérfluas (carta 8.ª, t. I, pp. 249/6).

de-fora e à Câmara da Vila da Campanha da Princesa, mais ou menos na mesma ocasião, para lhes desaprovar a criação das Cadeiras de Gramática e de Primeiras Letras, alegando falta de competência dos próprios para fazê-lo? (70) Essas iniciativas isoladas, à revelia da Côrte, mesmo em sua nobre e ingênua intenção, denotavam a desorganização geral, o espírito de improvisação, que presidiam os negócios das escolas régias naqueles dias. O Príncipe Regente, ao assumir o govêrno, dá acôrdo dêsse geral estado de coisas, motivo pelo qual expede aquela Carta Régia de 19 de agôsto de 1799, na qual denuncia o estado deplorável “em que se acham as escolas menores em tôdas as Capitânicas do Brasil, pela falta de sistema com que se acham estabelecidas as cadeiras necessárias para a instrução pública, pela qualidade das mesmas, em que pouco se atendeu ao que mais era necessário no local onde se estabeleciam as sobreditas cadeiras, pela falta de uma norma fixa, e amezinhada para a nomeação, e escolha dos mesmos professôres” (71), e ordena um levantamento do “quantitativo atual” do subsídio literário, de acôrdo com o qual se manteriam ou se suprimiriam as cadeiras (72). É o referendo definitivo oficial à política da diminuição das cadeiras, que o Governador Lorenna continua a fazer deixando de prover, por exemplo, a Cadeira de Gramática Latina, do Arraial do Tijuco, vaga pela morte do seu titular em 1801, Pe. Manuel da Costa Viana, política essa mantida pelo Governador D. Manuel de Portugal e Castro ainda treze anos depois, em que, ao informar, em 18 de julho de 1814, o requerimento de Joaquim Atanásio Monteiro da Veiga, que se candidatava àquela vaga, escrevia ao Marquês de Aguiar, Secretário de Estado dos Negócios do Brasil: “(. . .) eu não posso annuir a tal pertença à vista do estado do rendimento applicado para se pagar aos Professores desta Capitania montando sua receita a cinco contos, e a despeza a dez; não falando ainda na consideravel somma atrazada que se esta devendo aos Mestres Regios. Alem disto [e aqui se faz luz muito clara sôbre quem poderia freqüentar as escolas régias] tambem me parece desnecessário semelhante provimento por se achar estabelecida outra Cadeira na Villa do Principe Cabeça da Comarca em distancia de dez legoas onde

(70) *RAPM*, IX, p. 570; v. também Salomão de VASCONCELOS, *O Fico — Minas e os mineiros da Independência*, Comp. Edit. Nacional, São Paulo, 1937, p. 16; e ainda Alfredo VALADÃO, em *Campanha da Princesa*, Leuzinger, Rio de Janeiro, 1937/40, 2 vols., p. 183, t. I.

(71) *RAPM*, XXIV, pp. 352/3.

(72) *RAPM*, XXIV, p. 348.

facilmente podem concorrer os filhos das Pessoas empregadas na Administração Diamantina do Tejuco, a quem se pode aproveitar pelo motivo de haver igual Cadeira na Villa do Bom-sucesso de Minas Novas pertencente à mesma Comarca.” (73) E termina, referindo-se a uma “reforma que melhor convier”, que pretende propor ao Ministro, porque aquêlê levantamento do “quantitativo atual”, determinado pela Carta Régia de 1799, acima citada, não deveu ter em nada resultado.

No entanto, êsse levantamento foi executado. O Arquivo Público Mineiro guarda um longo e curioso estudo realizado pela Junta da Fazenda de Vila Rica, entre 1800 e 1814, das Cadeiras existentes na Capitania, sua categoria e locais de funcionamento, assim como seus ocupantes e seus vencimentos anuais, à base do seguinte quadro:

#### COMARCA DE VILA RICA

##### *Mariana* (Cidade)

- Cadeiras: Filosofia Racional — Pe. Manuel Joaquim Ribeiro (450\$000)  
Retórica — Salvador Peregrino Aarão (440\$000)  
Primeiras Letras — Luís Joaquim Varela de França (150\$000)

##### *Vila Rica*

- Cadeiras: Gramática Latina — Pe. Silvério Teixeira de Gouveia (400\$000)  
Primeiras Letras — Vaga

##### *Guarapiranga* (Freguesia)

- Cadeiras: Gramática Latina — José Procópio Monteiro (400\$000)  
Primeiras Letras — Pe. Francisco Luís de Souza (150\$000)

##### *Sumidouro* (Freguesia)

- Cadeira de Primeiras Letras — Vaga

##### *Furquim* (Freguesia)

- Cadeira de Primeiras Letras — Antônio Ferreira de Souza (150\$000)

##### *Barra Longa* (Freguesia)

- Cadeira de Primeiras Letras — Manuel Ferreira Velho (150\$000)

##### *Inficionado* (Freguesia)

- Cadeira de Primeiras Letras — Pe. José Teixeira Romão (150\$000)

##### *Catas Altas* (Freguesia)

- Cadeira de Primeiras Letras — Manuel Dias de Lima (150\$000)

##### *Congonhas do Campo*

- Cadeira de Primeiras Letras — Pe. José Antônio Freire Barata (150\$000)

---

(73) *Códice 366*, fls. 16, do APM.

COMARCA DO RIO DAS VELHAS

*Vila do Sabard*

Cadeiras: Gramática Latina — Pe. José Caetano da Costa (400\$000)  
Primeiras Letras — Francisco de Paula Pereira (150\$000)

*Santa Bárbara* (Freguesia)

Cadeira de Primeiras Letras — Pe. Joaquim Pereira (150\$000)

*Conceição do Mato Dentro* (Freguesia)

Cadeira de Primeiras Letras — Pe. Manuel Francisco da Silva (150\$000)

*São Miguel* (Freguesia)

Cadeira de Primeiras Letras — Pe. Antônio José de Lima e Costa (150\$000)

*Curral del Rei* (Freguesia)

Cadeira de Primeiras Letras — Marcelo da Silveira Lobato (150\$000)

*Vila do Caeté*

Cadeiras: Gramática Latina — Antônio Gonçalves Gomide (até 1798)  
(400\$000)  
Primeiras Letras — Vaga

*Santa Luzia do Sabard* (Freguesia)

Cadeira de Primeiras Letras — Francisco de Matos Barroso (150\$000)

*Vila do Pitangui*

Cadeiras: Gramática Latina — Pe. Joaquim Anastácio Marinho e Silva  
(400\$000)  
Primeiras Letras — Vaga

*Vila do Paracatu*

Cadeiras: Gramática Latina — Vaga  
Primeiras Letras — Gonçalo Antunes Claros (150\$000)

COMARCA DO SÊRRO FRIO

*Vila do Príncipe*

Cadeiras: Gramática Latina — Pe. Teodoro Pereira de Queirós (400\$000)  
Primeiras Letras — Antônio de Almeida Saraiva (150\$000)

*Arraial do Tijuco*

Cadeiras: Gramática Latina — Pe. Manuel da Costa Viana (400\$000)  
Primeiras Letras — Antônio Manuel de Mendonça (150\$000)

*Rio Vermelho* (Freguesia)

Cadeira de Primeiras Letras — Vaga

*Peçanha* (Freguesia)

Cadeira de Primeiras Letras — Pe. João Pedro de Almeida (150\$000)

*Arraial de Gouveia* (Freguesia)

Cadeira de Primeiras Letras — Pe. Manuel Ribeiro de Oliveira (150\$000)

*Minas Novas do Fanado* (Vila)

Cadeiras: Gramática Latina — José Elói do Prado Otôni (até 1798)  
(400\$000)  
Primeiras Letras — Pe. Francisco Furtado de Mendonça (150\$000)

COMARCA DO RIO DAS MORTES

*Vila de São João del Rei*

Cadeiras: Gramática Latina — Pe. Marçal da Cunha e Matos (400\$000)  
Primeiras Letras — José Pedro da Costa Batista (150\$000)

*Vila de São José*

Cadeiras: Gramática Latina — João Varela da Fonseca e Cunha (400\$000)  
Primeiras Letras — Vaga

*Itaberaba (Freguesia)*

Cadeiras: Gramática Latina — Pe. Felisberto José Machado (150\$000)

*Vila da Campanha da Princesa*

Cadeiras: Gramática Latina — Pe. Francisco José de Sampaio (400\$000)  
Primeiras Letras — Pe. Manuel Joaquim Pereira Coimbra (150\$000)

*Barbacena (Vila)*

Cadeira de Primeiras Letras — Vaga

*Lavras do Funil (Freguesia)*

Cadeira de Primeiras Letras — Pe. Manuel Moreira Prudente (150\$000)

*Vila de Queluz*

Cadeira de Primeiras Letras — Pe. José Crisóstomo de Mendonça (150\$000)

*Santo Antônio do Vale da Piedade (Freguesia)*

Cadeira de Primeiras Letras — Luís Antônio da Silva (150\$000)

*Vila de Tamandubá*

Cadeira de Primeiras Letras — Pe. Dionísio Francisco da França (150\$000)  
(74).

O estudo deveria chegar ao resultado de “informar do prudente meio que poderá haver para se proporcionar, ou ainda exceder o seu rendimento do subsídio literario á despesa, sem prejuizo da educação da Mocidade, e dos professores, pois talvez se poderão suprimir algumas Cadeiras por escuzadas” conforme insistia em exigir a Côrte das autoridades da Capitania (75). Era a senha para a consumação do martírio dos professores régios e para acabar de matar as escolas: a Junta da Fazenda de Vila Rica pôs-se a campo para efetivar uma e outra coisa.

O documento dos “estudos” feitos pela Junta, que nos chegaram pela assinatura do macróbio escrivão Carlos José da Silva, é pungente. Primeiro, é a revelação do descontrôle absoluta em que laboravam as autoridades de Vila Rica, em rela-

(74) In *RAPM*, VII, pp. 989 et seqs.

(75) *RAPM*, VII, p. 989.

ção às escolas régias e aos seus ocupantes: elas desconhecem a própria localização das escolas, o regime e o tempo das provisões dos professores, e — o que é de pasmar! — se vários deles ainda estão vivos ou mortos... Segundo: confessando-se incapaz de verificar o quanto responsável do subsídio, que as Câmaras deveriam recolher à Contadoria pelos livros competentes e o não fizeram, reduz o estudo sôbre os rendimentos do subsídio literário a uma tabuada primária das quatro operações fundamentais, para demonstrar que as despesas com as escolas e com os professores são maiores que a receita do mal-aventurado tributo. Terceiro: *ergo*, só há um remédio, simples e eficaz: dar “algum golpe” — a expressão é textual — nos ordenados dos professores mais bem pagos (de Filosofia, Retórica, e de Gramática Latina), que dos seus vencimentos de 460\$, 440\$ e 400\$, respectivamente, passariam a perceber 380\$ e 300\$, mantendo-se os vencimentos de 150\$ anuais aos mestres das Primeiras Letras; e fechar algumas Cadeiras “por escuzadas”. Aí, no momento de chegar à efetivação das medidas, os homens da Administração de Vila Rica não conseguiram entender-se: o Governador Bernardo José de Lorena, que era partidário da redução das aulas de Gramática Latina a apenas sete, estabelecidas nas vilas mais importantes, e das aulas de ler e escrever a onze, mantidas sômente nas vilas então existentes na Capitania; e a Junta da Fazenda, mais liberal, que sugeria o corte das Escolas de Gramática Latina a nove (fechando-se as de Guarapiranga e Caeté), e a redução das Cadeiras de Primeiras Letras a catorze (Mariana, Vila Rica, Sabará, Caeté, Pitangui, Paracatu, São João del Rei, São José, Tamanduá, Queluz, Barbacena, Campanha, Vila do Príncipe e Minas Novas), o que valia dizer, mantendo as aulas de ler, escrever e contar apenas nas vilas existentes<sup>(76)</sup>. Felizmente, as coisas não foram adiante. Como em outras vêzes, a todos venceu a lei da inércia: era melhor deixar como estava, para ver como ficava. . .

O que resultou menos feliz foi a dívida aos professores, que ainda em 1814 — como vimos — não tinha sido paga, atingindo um montante “pouco mais ou menos da q.<sup>ta</sup> de 60:000\$000”<sup>(77)</sup>, enquanto os subsídios, destinados a êsse pagamento, baixavam ainda mais... Nessa altura dos acontecimentos, os professores régios, coitados, tinham morrido, se acabado nas agruras da pobreza e da velhice, abandonando as cadeiras ou se transferindo para outras atividades mais com-

(76) *RAPM*, VII, pp. 1.012 e 997.

(77) *Idem*, p. 1.012.



pensadoras: o ilustre mestre de Filosofia, de Mariana, Pe. Manuel Joaquim Ribeiro, doente e valetudinário, mudara-se para Vila Rica e acabou suplicando, em 1818, a sua jubilação, obtendo informação favorável do Governador Portugal e Castro, “huma vez q. os citados Estatutos da Universidade [de Coimbra] favorecem a pertença” (18.1.1819) <sup>(78)</sup>; desde 1798 abandonara sua Cadeira de Gramática, procurando melhores destinos, pois acabou partindo, em demanda da Universidade de Edimburgo, donde regressaria médico, o renomado professor Antônio Gonçalves Gomide, de Caeté <sup>(79)</sup>; igualmente desistira de sua aula de Gramática Latina, que assumira desde 1791 nas Minas Novas, o poeta José Elói Otôni. Quanto aos mais, anos depois, em 1814, poucos continuam nos seus postos. As escolas são, mais ou menos, as mesmas da passagem do século, mas a maior parte vagas, estagnadas, quase mortas, o que provoca o seguinte comentário do Governador da Capitania, D. Manuel de Portugal e Castro: “(. . .) mostra a longa experiência que de Escolas separadas, e dirigidas a arbítrio particular, se não colhe melhor fruto” <sup>(80)</sup>, razão pela qual justifica êle o fato de deixar de prover a várias delas, “existentes em lugares que nada servem de proveito” <sup>(81)</sup>. De fato, o sábio A. de Saint-Hilaire estranha que professôres pagos pelo Govêrno sejam “inteiramente independentes”, como os mestres-escolas e os lentes de Gramática Latina, que êle conhece em Vila Rica e Mariana <sup>(82)</sup>. Pode-se avaliar um pouco da maior ou menor rentabilidade didática dessas escolas do tempo através dos “Mapas dos estabelecimentos literários”, que os ouvidores das Comarcas encaminham, em 1823, ao Barão de Caeté, Presidente da Província recém-independente. No têrmo da Vila do Príncipe, por exemplo, as escolas se vão acabando simplesmente e os pais têm de ensinar seus filhos em casa <sup>(83)</sup>. A Chapada (Comarca do Sêrro Frio) “não tem Profeçor Publico, nem p.<sup>ar</sup>”, nem para remédio, mas eis que aparece, como por milagre, um “mestre p.<sup>ar</sup>”, Joaquim José de Oliveira e Matos, e logo reúne 14 alunos <sup>(84)</sup>. De Paracatu, chegam alguns dados signi-

(78) *Cód. 366, cû., fls. 373.*

(79) Estudantes mineiros, além de Coimbra, estiveram em Bordéus, Montpellier, e até nas Ilhas Britânicas, especialmente em Edimburgo.

(80) *RAPM*, IX, p. 567.

(81) *Idem*, p. 570.

(82) *Viagem pelo Distrito...*, cit., pp. 106/7.

(83) *RAPM*, III, p. 647.

(84) *Idem*, p. 649.

ficativos sobre o rendimento de sua aula pública de Latim, como êstes: “Ant.º Dias Ferreira, branco, iniciado a 5 annos, traduz todos os Authores Classicos com bem sufficiencia e atualmente começa applicar-se á lingua Franceza, e Rhetorica”; “Joaq.º de Mello Franco, branco, estud.º de 2 annos, tem tido gr.º falhas por molestias, e está regendo sintaxe”; “Ant.º Candido de Carv.º, branco, estud.º de 2 annos tem vencido os preparatorios, vai traduzir” (85). Agora, a Cadeira de Primeiras Letras, também de Paracatu: “Fulano de tal, lê, escreve letra fina e groça (*sic*), aprende contas de repartir”; o mestre Tomé José dos Santos Batalha apõe os seguintes critérios ao lado dos nomes: “lê suletrado”, “m.º falto de abelidade”, “balbuciente”, etc. Quando o atraso do discípulo ultrapassa a paciência do nosso Tomé José, o mestre parece safar-se da responsabilidade, anotando adiante do nome do burraldinho — “vem de outra escolla” (86). Noutro canto da Província, em Nossa Senhora do Destêrro do Desemboque, pode-se saber o que se dava nas Primeiras Letras, pelas anotações dos professôres: “Está lendo escrito, Cartilha, e tabuada e já escreve”; ou então — “Está em Nomes e suas cilabas”; ou ainda — “Lê escrito, Cartilha, escreve, argumenta a tabuada, e está em contas” (87). Mais ao sul, nos confins da Província de São Paulo, aparece o nome “Jacuí”. O mais, em branco. E nas observações: “Não tendo êste termo húa so Escolla, fica manifesta a necessidade da sua existencia.” (88)

Mas, às vêzes, algumas das escolas, ainda que úteis por estarem a funcionar em ambiente acanhado e mofino, prejudicam e matam as outras. O mesmo Governador D. Manuel de Portugal e Castro, em representação da Câmara marianense de 1817, que encaminha à Secretaria dos Negócios do Reino, no Rio de Janeiro, lamenta o abandono a que estão relegados os estudos do Seminário de Mariana, “desde que na mesma Cidade se criaram, por Ordem Régia, Escolas Públicas das Primeiras Letras, Gramática Latina, Retórica, e Poética, e Filosofia Racional, e Moral” (89). É verdade. Esse abandono é igualmente deplorado por A. de Saint-Hilaire, ao visitar Mariana naqueles mesmos dias, pois o vê até caindo em ruínas (90).

(85) *Idem*, pp. 668/9.

(86) *Idem, ibidem*.

(87) *RAPM*, III, p. 655.

(88) *Idem*, pp. 644/5.

(89) *Cód. 366, cit.*, fls. 232v.

(90) A. de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Prouv.*, cit., I, p. 151.

Mas em ruínas maiores, repetimos, estão as escolas mineiras. Aires de Casal, ao publicar sua *Corografia Brasilica*, em 1817, apenas anota as seguintes escolas, na Capitania: de Primeiras Letras, de Latim e de Filosofia, em Vila Rica; o Seminário, em Mariana; de Latim, em São João del Rei, Campanha, Sabará, Vila do Príncipe e Vila do Bom Sucesso (Minas Novas do Fanado); de Primeiras Letras, em Sabará; e um Recolhimento de donzelas, no Tijuco<sup>(91)</sup>. Os tímidos esforços do lançamento dos “papéis selados” — espécie de “sêlo de Educação” da época — tentado nos últimos anos do século setecentista, para coleta de meios para dar pensão aos estudantes da Universidade de Coimbra, acabam sendo suspensos, por sugestão dos próprios Governadores, impressionados com a decadência irreparável da mineração aurífera<sup>(92)</sup>.

Nesse marasmo agônico, apenas merece referência especial aquela *Representação* da Câmara da cidade de Mariana, de novembro de 1816, que o Governador da Capitania, D. Manuel de Portugal e Castro, encaminha a El-rei D. João VI, em luminoso parecer, “para que se digne Mandar reunir, e instaurar alli huns e outros Estudos, formando-se hum Collegio Real de Artes, e disciplinas Ecclesiasticas”<sup>(93)</sup>. Vazado no melhor espírito das reformas pedagógicas do Iluminismo, êsse interessante documento da história da cultura mineira nos parece, por várias razões, elaborado, não pelo Governador da Capitania, mas pelo próprio Bispo de Mariana, D. Frei Cipriano de São José, ao nosso ver o único homem “esclarecido” da circunstância em condições de conceber ali um “colégio das artes e disciplinas eclesiásticas” tão original como o que requeria a *Representação*. Senão, vejamos.

O documento começa recordando “que sendo os Bispos, na forma do Concilio Tridentino, obrigados a terem Seminarios para educação da Mocidade, que se destina ao estado Ecclesiastico” — e essa firme redação sôbre o dever dos bispos só poderia ser feita ou inspirada pelo próprio Bispo — (...) que se forme do Seminário de Mariana um “Collegio Real de Artes”; (o desejo veemente de D. Cipriano, que substituiu os cursos do Seminário pela Aula de Teologia em seu paço e pelas aulas régias de Latim, Filosofia e Retórica), “pois pelos referidos documentos [dossiê de papéis apensos à *Representação*] se prova que o dito de Marianna fora instituido a expensas dos

(91) AIRES DE CASAL, *Corografia Brasilica*, cit., t. 1, entre pp. 362 e 401.

(92) *RAPM*, VI, pp. 807/9.

(93) *Cód.* 366, fls. 252; *RAPM*, IX, p. 567.

fieis, que com suas offertas concorrerão para a fundação do mesmo” (parece que só o Prelado poderia recordar, sem atrevimento, a destinação dessas ofertas). E continua, lembrando a já existência das Cadeiras de Gramática Latina, de Retórica e Poética, e de Filosofia Racional e Moral, também já pagas pelo rendimento do subsídio literário, às quais se pode juntar “huma de Geometria, que considerada como parte principal da Mathematica, he de proveito a todos e particularmente aos que professão a vida Militar, (...) indispensavel nesta Capitania” e mais “huma Aula de Theologia já existente no Seminário, visto que o Bem do Estado, e a Conciencia dos Individuos de q.<sup>e</sup> a mesma Capitania se compoem exigem, que os Ministros da Religião sejam instruidos” (94). Tôdas essas cadeiras estariam reunidas no Seminário (nota-se a preocupação de centralizar no Seminário as atividades, o que seria a tentativa do Bispo em fazê-lo voltar à vida com os recursos do Governo), com uma só direção e os mesmos professôres já existentes. Agora, o regime escolar. O curso de Gramática teria duas horas de manhã e duas à tarde, “adoptando a Arte de Antonio Pereira para os principios, as Selectas para a construcção, como se pratica em Portugal; pois he muito conveniente” — justifica o documento de D. Manuel o regime — “abreviar o estudo de huma lingua, e sua intelligencia aos que se propoem ás Sciencias, sem que por isso fique vedada a applicação mais profunda aos que se destinão a Professores d’ella” (95). Duas horas para Retórica, também revezadamente, e uma hora e meia para a aula de filosofia: começava-se pela história, vai-se à lógica, metafísica e ética [o documento encarece a necessidade da volta do Pe. Manuel Joaquim Ribeiro, para dar a sua Cadeira de filosofia em Mariana; aliás, outra suposição nossa é que Ribeiro também pode ser o autor da representação...]. O curso de teologia incluirá as histórias, sagrada (Antigo e Nôvo Testamento) e eclesiástica, e disporá de duas horas, interpoladamente: a primeira, para a história Sagrada e eclesiástica, e a segunda para a teologia moral. O curso de geometria terá duas horas também. “Em cada uma das sobreditas Aulas se usará dos Compendios da Universidade de Coimbra, seguindo-se o mesmo methodo de ensinar, e tomando-se tempo para a explicação, e lições e para as Sabatinas no ultimo dia da Semana.” (96) Estudos, a se iniciarem desde janeiro até fins de setembro. Can-

(94) Cód. 636; cit., fls. 233.

(95) *Idem*, fls. 234.

(96) *Idem*, fls. 234v.

didatos a Retórica e a Filosofia seriam primeiro examinados em Gramática Latina; e os candidatos à Teologia, examinados em Retórica, Lógica, Metafísica e Ética. A aula de Geometria não excederia as lições de Aritmética e proposições de Euclides, “tão-somente como preparatórios necessários para passar às outras Faculdades”. Ordenados: ao lente de Gramática Latina, 400\$; ao de Retórica, 440\$; e ao de Filosofia, 460\$: “quanto ao de Geometria” — opina o Governador, repetindo o mau vêzo administrativo colonial de vestir um santo despindo o outro — “parece-me que seria suficiente o mesmo de 460\$; cujo aumento não se fará sensível huma vez que se deixem de prover algumas que são desnecessarias, como já tenho praticado”... (97) E D. Manuel chega ao fim do seu officio, enaltecendo as condições e recursos de Mariana, “pela sua situação geographica, e central salubridade do Clima, abastança de viver, barateza de Cazas, e muito particularmente por existir já a do Seminario e com as necessarias proporções para Ali se reunirem todas as Escolas mencionadas” (98), e com os meios econômicos aptos para a reedificação do prédio combalido e para pagamento dos mestres, suprindo-se pelo subsídio literário “na parte em que não chegar, bem como Sua Magestade Foi Servido Ordenar para o Seminario da Cidade de Olinda em Pernambuco, Permittindo-lhe Estatutos por S. Mag.<sup>e</sup> Approvados” (99). Ou concordando com as sugestões do Bispo ou fazendo delas a sua própria bandeira, o Governador da Capitania tentava ressuscitar o antigo Seminário marianense. Ahamos, pois, injustas as acusações que move a D. Frei Cipriano o historiador Cônego Raimundo Trindade, na questão do fechamento do Seminário. O estabelecimento decaíra desde muitas décadas atrás e as sucessivas más administrações haviam consumido o patrimônio doado para sua subsistência: achando ali mau ensino e faltando-lhe recursos maiores para a reforma que se fazia mister, o Bispo arrábido valer-se-ia das novas tendências e aspirações dos tempos para, ardilosamente, restabelecer o Seminário, à custa dos cofres públicos, numa linha pedagógica moderna e inovadora, de acôrdo, aliás, com os princípios que o haviam formado, desde a mocidade, nas escolas reformadas pombalinas. Ora, a unificação de tôdas as aulas, religiosas e régias, sob uma só direção, constituindo êsse ideal “Colégio Real de Artes e Disciplinas Eclesiásticas”, era, ao

(97) *Idem, ibidem.*

(98) *Códice 366, fls. 235 e 369v e 370 (nota).*

(99) *Idem, fls. 235.*

mesmo tempo, o retôrno do Seminário e o surgimento de uma verdadeira Academia iluminista, bem ao seu gôsto...

Mas, o Colégio das Artes de Mariana morreu no nascedouro. Antes de tudo, porque D. Frei Cipriano faleceu, em agôsto de 1817. Quase um ano depois, D. Manuel de Portugal e Castro se dirigiria ao Ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, pedindo novas do Colégio, alegando o interesse que por êle manifestara o Conde da Barca, ainda vivo, no ano pretérito, "afirmando-me" — escrevia, com estranhável desconhecimento das ciuemeiras ministeriais da Côrte, a Tomás Antônio, em 3 de outubro de 1817 — "que El Rey Nosso Senhor Houvera por bem Deferir a Supplica da Referida Camara, Approvando o Plano das Escollas, que aquella pedira, e accrescentando terem se já dado as necessarias providencias para se lavrar a Carta Regia, que devia servir de lei fundamental sobre semelhante negocio" (100).

O bom do Governador acaba confessando que esperou a carta-régia por muito tempo. Mas, jamais ela subiu a Vila Rica. Entretanto, quase três anos depois, o mesmo Governador recebia, com a visita que lhe faziam dois padres recém-chegados da Côrte e da Europa, os lazaristas portugueses Leandro Rebelo Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso, uma outra carta-régia, datada de 30 de janeiro de 1820; era a doação que El-rei D. João VI fazia do patrimônio da Serra do Caraça, na Comarca do Rio das Velhas, à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo. D. Manuel de Portugal e Castro não sabia que iriam ser aquêles dois religiosos portugueses — que, após um século de proibição régia, se estabeleciam oficialmente nas Minas Gerais — os realizadores, na Província, daquela casa de educação, a que êle chamara, enfaticamente, de "Real Colégio das Artes e Disciplinas Eclesiásticas": êles fundariam e fariam funcionar, dentro em pouco, o Colégio do Caraça.



Agora, faz-se mister uma rápida consideração sôbre os seus pedagogos mais significativos e seus discípulos mais eminentes, justamente aquêles elementos predominantes das duas gerações mineiras da pós-Inconfidência, que presenciam e participam dos acontecimentos da chegada da Família Real ao

---

(100) Cód. 366, fls. 370; no mesmo Doc., a fls. 299, há o caso da criação, em Mariana, de um Curso de Desenho e História, que também não foi adiante.

Brasil, da administração joanina, da Independência, do Primeiro Reinado, da era regencial e de quase metade do Segundo Reinado. Justamente as gerações que vivem dentro dos limites extremos das cotas cronológicas de 1760-1860.

De todos os pedagogos régios, o mais provecto, sob vários títulos, parece-nos ser o ex-jesuíta, natural de Minas, Pe. Pascoal Bernardino Lopes de Matos, o qual, egresso da Companhia, logo depois de sua proscrição, vem lecionar em Mariana, no Seminário de D. Frei Manuel da Cruz, permanecendo ali, como mestre de latinidade, por mais de trinta anos, tendo como seus alunos mais distintos os futuros Marqueses de Queluz, de Barbacena e de Sabará, e os futuros Conselheiros Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, Francisco de Paula Pereira Duarte e José Joaquim da Rocha, a quem — segundo Sisson, em sua *Galeria de Brasileiros Ilustres* <sup>(101)</sup> — “escolheu para ajudá-lo a reger a Cadeira de Latim, de que era professor”. Dessa escola mineira de latinidade deve ter saído o padre-mestre da mesma matéria, Antônio Rodrigues Dantas, também professor no Seminário de Mariana, e depois em Lisboa, havendo publicado a sua famosa *Sintaxe Latina*, que ainda no princípio d’este século era adotada por alunos mineiros; natural de Prados <sup>(102)</sup>, primo de Tiradentes, o Pe. Dantas foi Reitor do Seminário de Mariana em 1768, lecionando ali, cumulativamente com Latim, Retórica, tendo-se iniciado muito jovem no sacerdócio e no magistério, pois, nascido em 1740, ordenou-se em 1763, com dispensa de idade, em São Paulo, e cinco anos depois já era Reitor do Seminário, então já bem iniciado no ensino. Devera ser aluno de Dantas, e certamente o foi de Lopes de Matos o tijuquense Francisco de Paula Meireles, professor régio de Filosofia, em Mariana. Por sua vez, teria sido mestre dos futuros Marqueses de Queluz e de Barbacena. Foi formar-se em Coimbra, em 1785, e granjeou fama com emérito latinista e professor de boa reputação. Mas, era de mau caráter, adulator e panegirista dos poderosos, além de ingrato, pois visou com suas poesias satíricas, seu antigo mestre, o Pe. Lopes de Matos <sup>(103)</sup>. Mestre ilustre, vindo do Reino, que permanece longos anos à frente de sua aula de Filosofia, de Ma-

---

(101) S.A. SISSON, *Galeria dos brasileiros ilustres*, Livraria Martins, São Paulo, 1948, 2 vols., t. II, p. 205.

(102) Os antepassados do Pe. Antônio Rodrigues Dantas foram gente de prol. Seu pai era Capitão de Regimento Auxiliar e passou o título a seu irmão Domingos, em 1772. Era primo de Tiradentes, tendo ambos os mesmos avós maternos Domingos Xavier Fernandes e Maria de Oliveira Colaça (*Apud Arq. de Mariana*, t. I, p. 419).

(103) *Conf. Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, cit., 1.º vol., p. 188; e *Arquidiocese de Mariana*, cit., t. II, p. 91.

riana, é o Pe. Manuel Joaquim Ribeiro, “exímio latinista, orador sagrado e poeta” — como o classifica o biógrafo Sisson (104); tio do Marquês de Sapucaí, foi-lhe dedicado professor, assim como de muitas gerações, quase dos dias da Inconfidência até os da Independência, pois, ainda em 1817, era seu nome lembrado para o projetado Colégio das Artes e Disciplinas Eclesiásticas, na sede do Bispado mineiro.

Pertenceram êsses antigos mestres das escolas régias ao regime do “mandar despótico, e obedecer cegamente”, que um dos discípulos dessas escolas — o Visconde de São Leopoldo — considerava “o eixo do governo colonial” (105), e que nós achamos constituir o próprio apanágio do regime do absolutismo monárquico português. Eram ainda aquêles tempos, em Portugal e no Brasil, do mais cego aferramento a El-rei e às instituições de direito divino, e tanto, que, após o suplício de Tiradentes, o tema escolhido pelo orador sacro que fala ao povo é êste versículo do Eclesiastes: *In cogitatione tua regi ne detrahas (...), quia et aves caeli portabunt vocem tuam* (cap. X, vers. 20 e 22) — “Não traias o teu rei nem por pensamento, pois as aves do céu lhe levariam o seu sentido”... O arrôcho pombalino antes, e a sinistra eficiência policial de Pina Manique depois, sob a cobertura do aparato judiciário e canônico da Santa Inquisição, nem eram necessários para o enquadramento daqueles severos pedagogos nos mais rígidos princípios do seu devotamento à ordem estabelecida, dos quais não se afastavam uma linha, cônscios que estavam que daquela “cultura das ciências” que ensinavam em suas aulas, à custa de reza, palmatória e rapé, verdadeiramente “dependiam a felicidade das Monarquias”, conforme o palavreado oficial da reforma do ensino, de 1759. Muitos dêsses pedagogos serão tios-padres, como Manuel Joaquim Ribeiro e vários dos padres Osórios, que se sucederão no governo e no magistério do seu famoso Colégio do Sumidouro, já lembrado neste trabalho. O tio-padre é uma instituição colonial respeitada, principalmente à lembrança de tantas mães de família, que fazem questão fechada de terem filhos padres, tementes a Deus e fiéis súditos de Sua Majestade Fidelíssima. Uma grande, a máxima parte dos meninos que passam pelas escolas régias, a partir de 1774, procede dos clãs poderosos do patriarcado rural ou da mineração. Ora, êsses *bons-enfants* das grandes famílias coloniais virão para as aulas de humanidades já freqüentemente alfa-

(104) Sisson, *op. cit.*, t. I. p. 99.

(105) In *RIHGB*, t. I (2.ª edição, 1856), p. 78.



betizados. Essa formação inicial ministrada pelos padres-mestres capelães ou tios-padres lhes dá a vantagem de um curso mais fácil preparatório para a Universidade de Coimbra, a que se destinarão naturalmente. Serão ordinariamente primogênitos e, pois, herdeiros da posição e do patrimônio paternos, já se preparando para assumi-los, com a consciência muito nítida dessa próxima investidura. Gente poderosa, sesmeira de muita terra ou dona de lavra abundante, essas famílias pertencem ao número reduzido da clientela que frequenta as autoridades régias da Capitania, e, de há muito, seus elementos mais ativos dominam os senados das câmaras das vilas, quando não se engajam nos postos da Administração, como "oficiais", civis ou militares. Se não na tropa paga, pelo menos nas milícias tituladas. Um desses que dá militar é João Gomes da Silveira Mendonça, o futuro Marquês de Sabará (morto em 1827), que inicia o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e dirige a primeira Fábrica de Pólvora, que D. João instala no Brasil; outro militar é Manuel Jacinto Nogueira da Gama, mais tarde Marquês de Baependi (1765-1847), de São João del Rei, que se gradua de primeiro tenente de marinha a capitão de fragata, na Academia Real da Marinha, em Lisboa, e vem depois prestar serviços aqui, na Academia Militar, até 1821; igualmente abraça a carreira militar o jovem Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro Marquês de Barbacena (1772-1842), natural de São Sebastião de Mariana, que, após perfazer o Colégio dos Nobres, completa um curso tão brilhante na Academia de Marinha de Lisboa, que sai capitão-de-mar-e-guerra, e irá, mais tarde, ser o discutido herói da batalha do Passo do Rosário ou de Ituzaingó, conforme a versão brasileira ou argentina.

Saint-Hilaire observa bem que os pais ricos mineiros enviam seus filhos para Coimbra, "a fim de torná-los capazes de ocupar altos cargos". Com efeito, o maior número desses alunos de escolas régias parte para Coimbra, para se formar em direito, que é a carreira mais fácil para atingir êsses "altos cargos", ordinariamente na magistratura, na administração e na política. Vale aqui uma observação sobre essa preferência dos pais mineiros pela carreira de leis. É muito provável que, vivendo já nos dias em que se acentuava a crise da produção do ouro, os patriarcas da terra sentissem na própria pele os efeitos da crise, enquanto veriam como era bem mais fácil a situação dos altos funcionários com quem tratavam ou de quem dependiam, mais freqüentemente do que desejariam.

Ora, dada a natureza da própria estrutura da Administração Régia em Minas, a maior parcela dêsse alto funcionalismo da Coroa era constituída de bacharéis em leis, de gente que lidava com a justiça. Mas, principalmente, de gente que vivia às custas dessa mesma justiça, que não era apenas a terrível "justiça de Caeté" ("libera nos Domine"!), mas a justiça de tôda a parte, cujo aparatoso cortejo, Ouvidor à frente, seguido dos Provedores dos Defuntos e Ausentes, Tesoureiros de Ausentes e Órfãos, Testamenteiros e Escrivães do Juízo, e mais Meirinhos e Officiais de Justiça, com a indefectível fôrça de garantia, quando chegava a uma propriedade, naquelas diligências que passaram ao folclore, era pior que nuvem de gafanhoto, ou formiga "correição", "não deixava nada para o bispo" (aqui, talvez, a justificação das conhecidas expressões aspeadas), transformando "heranças importantíssimas" — assim classifica o Desembargador José João Teixeira uma fortuna considerável de Congonhas do Campo (dos Françaes), dilapidada pela "arrecadação do Juízo" (106) — em "herdeiros que andam pedindo esmolos". Aos grandes senhores da mineração decadente e da agricultura pouco rendosa, cuja condição econômica muito comumente já estaria periclitando (convém não esquecer que há jovens enviados aos estudos de Coimbra que passam dificuldades financeiras no Reino, por não receberem pontualmente as suas mesadas), deve impressionar o cotejo entre sua dura labuta e a vida mansa daqueles bacharéis ávidos, empoleirados nas sinecuras judicaturais do Govêrno, tão veementemente denunciadas, aliás, por êsse honrado magistrado, que é o Desembargador José João Teixeira. Nada mais natural, pois, que encaminhem seus meninos pela trilha mais fácil e mais rentável da carreira das leis. O futuro Visconde de Caeté (José Teixeira da Fonseca Vasconcelos) (1768-1838), por exemplo, originário da região de Sabará — onde, aliás, o viajante Saint-Hilaire iria encontrar o maior número de brancos e, ao mesmo tempo, os homens mais polidos e instruídos da Capitania (107), entre os quais o próprio José Tei-

(106) *Instrução para o govêrno...*, cit., p. 563.

(107) Lê-se no *Cód. 277*, do Arquivo Público Mineiro (APM), em carta do Gov. Lorena ao Intendente do Ouro em Sabará, a notícia de ter o Bel. José Teixeira da Fonseca Vasconcelos sido encarregado por S. M. "de fazer todos os exames Minerologicos, e Metalurgicos nesta Capitania", e ao mesmo tempo a determinação àquela autoridade para lhe aprontar da fundição daquela Intendência "o que lhe for necessario p.a a execução de sua diligencia" (em 7.VIII.1798, fls. 25); o acatamento em que é tido o futuro Visconde de Caeté perdurará muitos anos depois, pois, em 1815, o Gov. Portugal e Castro se declara "bem persuadido da inteireza e probidade deste Magistrado", então Ouvidor de Sabará e vítima de jurisdicionados maldosos. (*Cód. 366*, do APM, fls. 109.)

xeira, para quem tem palavras muito elogiosas — vai formar-se em direito em Coimbra, depois de freqüentar cursos de medicina e visitar campos agrícolas e industriais do Reino. Regressando, torna-se fazendeiro adiantado (a expressão, tão cediça nos dias de hoje em Minas, para significar um agricultor ou criador que emprega ou aceita inovações em suas propriedades, seria então pioneira nesse lavrador também pioneiro) e médico de emergência, que acode a todos quantos lhe vêm bater a porta. Mas, será magistrado, antes de tudo, administrador e, depois, acaba na política: primeiro será Intendente do Ouro, e em seguida juiz-de-fora e ouvidor da Comarca do Rio das Velhas (justamente quando vai encontrá-lo o sábio naturalista A. de Saint-Hilaire). Promovido a desembargador — mas, pensando talvez como o grande Disraeli, que não via jeito de um juriconsulto poder chegar a ser um grande homem<sup>(108)</sup> — abandona a magistratura pela política e é-lhe Vice-presidente da Junta do Governo Provisório da Província, quando leva ao Príncipe Regente D. Pedro os sentimentos do povo mineiro, no sentido de que fique no Brasil e desobedeça às ordens de Lisboa, com o que se torna um dos patriarcas da Independência em Minas Gerais. Após casar-se aos 56 anos, para que sua grei continuasse, torna-se Presidente da Província, em 1824, depois de ser constituinte da Assembléia dissolvida pelo Imperador em 23; vale-se de sua experiência de bom administrador e será o organizador de todos os serviços públicos administrativos da nova Província independente. Seu último pôsto político foi o de Senador do Império por Minas Gerais, em 1826, e, segundo alguns, em suas horas de lazer, teria escrito um *Dicionário da língua tupi*, até hoje não encontrado<sup>(109)</sup>.

A vida do Visconde de Caeté apresenta-se quase como um estereótipo das dos demais titulares do Império, saídos de Minas Gerais: nascem do patriarcado rural ou do senhorio da mineração, aprendem as primeiras letras em casa, as humanidades nas escolas régias, e são enviados em seguida para o Reino, para tirarem o grau de leis em Coimbra; saem formados, arranjam logo um emprêgo público na magistratura, na Côrte ou aqui, encaminham suas carreiras e acabam, geralmente, desembargadores; então, por uma decorrência natural, abandonam a magistratura e entram para a administração,

---

(108) MAUROIS, André, *A vida de Disraeli*, São Paulo, Comp. Edít. Nacional, 1956 (trad. de Godofredo Rangel), p. 18.

(109) *Efemérides Mineiras, cit.*, t. I, p. 178.

isto é, para a política; então, a experiência leva à perfeição a habilidade de manobrar, e ei-los guindados aos postos mais altos, recebendo cargos honoríficos e rendosos, vantagens de posição e de prestígio político: deputados constituintes, deputados à Assembléa Geral, senadores, senadores vitalícios, conselheiros de Estado, presidentes de províncias do Império; de acôrdo com a sua maior ou menor fidelidade à pessoa do Imperador, acabam sendo aquinhoados com títulos nobiliárquicos — barões, viscondes, e marqueses — êstes em número relativamente variado, pois são justamente aquêles diligentes filhos de famílias tradicionais, que desde crianças aprenderam a servir El-rei com seus maneirosos pais mineiros, serviço que desenvolveram hâbilmente em suas carreiras profissionais e que transformaram em religião em suas manobras políticas, que saberão transmitir aos seus descendentes, até certos elementos da classe dirigente mineira dos nossos dias, que é famosa, até a anedota, pela habilidade de conseguir manter-se ao lado dos governos, sem jamais ser desapeada. Assim serão quase todos os titulares do tempo: os Marqueses de Sabará (João Gomes da Silveira Mendonça), de Baependi (Manuel Jacinto Nogueira da Gama), de Queluz (João Severiano Maciel da Costa), de Sapucaí (Cândido José de Araújo Viana), de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes) e de Valença (Estêvão Ribeiro de Resende), os Viscondes de Congonhas do Campo (Lucas Antônio Monteiro de Barros) e de Itajubá (Marcos Antônio de Araújo), e os Barões de Cocais (José Feliciano Pinto Coelho da Cunha) e de Pontal (Manuel Inácio de Melo e Souza). Os únicos excetuados de título nobiliárquico no grupo, por serem homens de absoluta independência de atitudes, são o Senador João Evangelista de Faria Lobato e o Conselheiro Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, que exercerão altos cargos no Primeiro Reinado e na Regência, mas que se retirarão dêles altivamente, porque “suas consciências nunca se dobraram às sugestões” mais acomodáticas da política dominante.

Por seus caracteres tão ativos, Lobato e Teixeira de Gouveia nos parecem os discípulos amados de alguns professôres régios mineiros, que deram muito que falar de si, pela independência e dignidade com que se houveram em lances variados — e em alguns casos decisivos de suas belas vidas. Poderíamos recordar o caso, por exemplo, do Cônego Luís Vieira da Silva, o malogrado Inconfidente, que prelecionou, com tanto brilho, em Mariana, sua aula de Filosofia, até o momento de

ser prêso pelos esbirros do Visconde de Barbacena; do poeta José Elói Otôni, filho do fundidor Manuel Vieira Otôni, o qual, depois de cursar com louvor a aula de latinidade do Tijuco, transfere-se para um colégio de Catas Altas, então muito afamado, e, logo após a primeira lição, o mestre o toma por colega no magistério do latim, “e a seu pai escreveu, não só agradecendo o auxílio que lhe dera em um tal discípulo, como, demais, franqueando gratuitamente o internato do colégio a todos os seus outros filhos, enquanto ali estudasse e ensinasse o primogênito<sup>(110)</sup>; depois de uma rápida estada na Europa, regressa a Minas e vai para Minas Novas, em 1791, como professor régio de latim, que abandona ao fim de alguns anos, para partir de nôvo para o Velho Mundo; abre aula de retórica em Lisboa, torna-se companheiro de boêmia de Bocage, ajuda a fundar uma Arcádia, frequenta os nobres da Côrte, tais como o Conde dos Arcos, o futuro Marquês de Paranaguá, a Condessa de Oyenhausen, Lord Strangford e só por êles não vai dar nas prisões do Santo Offício, pelo arrôjo de suas idéias; volta ao Brasil desiludido e pobre, iniciando a fase mística de sua poesia, à base dos estudos aprofundados que faz das Sagradas Escrituras, e dando-se também à poesia patriótica, em que falta — segundo Sílvio Romero<sup>(111)</sup> — “o calor comunicativo, a fúria revolucionária dos grandes combatentes da liberdade”; do futuro médico Antônio Gonçalves Gomide, que preleciona na Vila Nova da Rainha até 1799, quando parte para a Europa, a formar-se em medicina em Edimburgo; já está de regresso ao Brasil bem antes de 1809, pois entra para a política e é juiz ordinário nesse ano, época em que é acusado por um tal Luís Agostinho, perante o próprio Príncipe Regente, que, em aviso de 6 de março, ordena ao Governador da Capitania que “o repreenda, por ser libertino e fazer uso de livros perniciosos<sup>(112)</sup>, repressão que não deve ter causado muito efeito, pois o mesmo Dr. Gomide escandalizará novamente os povos, em 1814, ao publicar sua *Impugnação analytica ao exame feito pelos clinicos Antonio Pedro de Souza e Manuel Quintão da Silva*

(110) O pai de José Elói Otôni — segundo o poeta — costumava dizer dos filhos que podiam ser artífices os mais humildes, “mas o filho de Manuel Vieira (êsse, o seu nome), ferreiro ou alfaiate, há de obter no mundo mais alguma consideração do que o comum dos ferreiros e alfaiates” (*Job traduzido em verso*, Rio, Tip. Brasiliense, de Manuel Ferreira, 1852, p. 1/2.).

(111) *Hist. Lit. Brasileira*, cit., t. II, p. 525.

(112) *Efs. Mins.*, cit., I, p. 283.

em huma rapariga que julgarão santa, que era a célebre Irmã Germana, tida por santa pela imensa maioria da população mineira, e que o ex-professor régio tentava inculcar como um caso de teratologia médico-psíquica, que deveria ser estudado à luz da ciência<sup>(118)</sup>; casos de mestres régios, enfim, como aquêles acusados de inconfidência, na Bahia e no Rio de Janeiro, pelas suas idéias novas, que foram os professôres Francisco Muniz Barreto (Bahia) e Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Mariano José Pereira da Fonseca (o futuro Marquês de Maricá) e João Marques Pinto, do Rio de Janeiro; ou como aquêles pioneiros do Seminário de Olinda ou do Aréopago de Itambé, formadores das gerações dos novos tempos do Brasil, da Revolução Pernambucana de 1817, da Independência, da Confederação do Equador, da Abdicação, dos movimentos libertadores da Regência, da Maioridade, da Revolução Liberal de 42, dos movimentos de vanguarda que vieram florescer na Abolição e na República.

Será dessas gerações anunciadoras de novos dias para o Brasil, em Minas Gerais, um grupo original e cheio de autenticidade, o qual, embora contemporâneo do daqueles filhos dos grandes senhores do patriciado rural ou da grande mineração, se diferenciará dêles em suas vidas públicas, dignos epígonos que se revelarão das lições do *mandatum novum* do liberalismo nas grandes jornadas nacionais, aprendidas de seus mestres régios, semelhantes, sob muitos aspectos, àqueles antigos profetas do povo escolhido de Deus, que arrostavam a ira dos poderosos e dos governantes do dia, para proclamar a incômoda verdade, atrevida e renovadora. Esse grupo de jovens alunos das escolas régias de Minas Gerais seria constituído, em grande parte, por filhos de uma nova classe em aparecimento ali, uma nova classe emergindo lentamente dos escombros da grande ruína da economia aurífera, composta dos pequenos proprietários citadinos, da lavoura e da lavra, dos funcionários públicos e militares, do pequeno clero do sertão, dos artesãos de diversos ofícios, de cujo seio foram surgindo elementos como êstes: José Joaquim da Rocha (oriundo de gente apenas apatacada de Mariana ou de Antônio Pereira), Bernardo Pereira de Vasconcelos (filho do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, alto funcionário (Secretário do Govêrno, da Capitania), Teófilo Otôni e seus irmãos Honório, Cristiano e Jorge (filhos do arrecadador de dízimos Jorge Be-

---

(118) V. nosso estudo sôbre as elites mineiras, neste mesmo livro.

nedito Otôni, do Sêrro), e quase todos os padres políticos ou literatos do tempo, como seguem: Silvério Ribeiro de Carvalho, José Custódio Dias, Belchior Pinheiro de Oliveira, José Bento Leite Ferreira de Melo, Hermógenes de Araújo (que acrescenta ao sobrenome o patronímico "Brunswick" (*sic*) por exotismo ou beleza, como é hábito da época), José Antônio Marinho e alguns outros. Ao grupo, podem ser reunidos os Pes. Luís Antônio da Silva e Souza, filho de pobres negros, e José Joaquim Viegas de Menezes, enjeitado. Curioso, o destino dêsses jovens filhos de gente menos aquinhoadada dos meios da fortuna! Talvez por isso mesmo, não irão estudar em Coimbra (afora, excepcionalmente, Bernardo Pereira de Vasconcelos), valer-se-ão dos meios de formação que lhes oferece a Igreja, ordenando-se em Mariana e São Paulo, ou se encaminhando, como os Otônias, nas carreiras raríssimas da terra. Temperados nessa rija escola da vida, acessíveis às auras da renovação política e social que continuam a soprar da Europa, representarão êles o grupo dos radicais, dos avançados, dos inconformados com a situação reinante aqui e no além-mar. Serão os grandes adversários dos discípulos de ontem e governantes de hoje. José Joaquim da Rocha, os Pes. José Custódio Dias, Belchior Pinheiro de Oliveira (êste, primo dos Andradas) e José Bento terão atuação decisiva nas jornadas do Fico e do 7 de Setembro; Bernardo Pereira de Vasconcelos, Teófilo Otôni e os Pes. Custódio Dias e José Bento serão dos chefes mais incansáveis do movimento que irá redundar na Abdicação de 7 de abril de 1831; os dois Cônegos, Luís Antônio da Silva e Souza e Hermógenes Casemiro de Araújo Brunswick, tornar-se-ão chefes e guias de populações sertanejas inteiras, aquêles das de Goiás, de cuja província será presidente, representante legislativo, vigário-geral do Bispado e cronista, e êste das do oeste mineiro, como vigário da Freguesia do Desemboque, durante quase cinqüenta anos (1814-1861), onde também foi advogado provisionado, vereador, curador de órfãos, tenente-coronel comandante da Guarda Nacional, chefe do Partido Conservador, deputado provincial e depois deputado geral, diretor da instrução pública, professor gratuito de teologia dogmática e de latim e, finalmente, cavaleiro das Ordens de Cristo e da Rosa<sup>(114)</sup>; os Pes. José Antônio Marinho, José Bento e Silvério de Paraopeba serão companheiros de Teófilo Otôni na deflagração da Revolução Li-

(114) J. FURTADO DE MENEZES, *Clero Mineiro*, Tip. Americana, Rio de Janeiro, 1933 (1.º v.) e 1936 (1.º v.) e 1936 (2.º v.), I, p. 75.

beral de 42, em Minas, sendo que os três primeiros formarão na vanguarda dos chefes do movimento, enquanto o Pe. Silvério — cognominado pela sua obra de poeta satírico “o Tolentino de Minas” — já octogenário, comporá um hino de guerra em louvor dos revolucionários<sup>(115)</sup>; já o Pe. José Joaquim Viegas de Menezes enveredará para o campo das técnicas e das artes, quando se tornará o pai da imprensa mineira, ao lhe solicitar, em 1807, o Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo que cunhasse em onze chapas metálicas, com seu retrato e o de sua espôsa, a apologia escrita em seu louvor pelo Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, sendo êsse “o primeiro trabalho de imprensa executado no Brasil depois de 1747”, segundo asseveração do historiador Xavier da Veiga<sup>(116)</sup>.

### 3. *Os doutôres de Coimbra em Minas Gerais*

Sem embargo de certos pressupostos doutrinários e políticos, a reforma da Universidade de Coimbra foi extraordinariamente benéfica, sob todos os aspectos. Aquêles propósito fundamental de suprir a nação dos homens indispensáveis ao seu progresso, pela sua habilitação científico-profissional, parece que começou a ser atingido, quando, após a quebra inicial das matrículas, os novos cursos de Matemática, de Medicina e de Filosofia vieram a dar a reação esperada pelos reformadores, enchendo-se de uma juventude estudiosa verdadeiramente interessada. Em uma de suas cartas a D. Francisco de Lemos, o Marquês de Pombal refere-se a êsse fato, ainda nos primeiros dias da vigoração da reforma, achando “que aos duzentos Estudantes, que tinham feito as suas habilitações, hão-de ir accrescendo muitos outros, porque ainda o Mundo não foi privado do Uzo da razão”, acreditando, por isso, que êles chegariam aos “bastantes” mil e duzentos; “porque os Quatro mil (na mayor parte bolonios [isto é, estudantes de direito]) que até agora se matriculavam, seriam prejudiciais ao Reyno, faltando nelle homens para as outras Profissoens, não podendo haver lugares para todos”<sup>(117)</sup>. Era o mal do bacharelismo empreguista — mal da raça, e velho, como se está vendo — que precisava ser conjurado desde o nascedouro, que preocupava o estadista, que continuaria a estar preocupado, nos anos

(115) *Efs. Mins., cit.*, IV, p. 452.

(116) *Efs. Mins., cit.*, III, p. 12.

(117) *A Univ. de Coimbra, cit.*, Parte II, p. 104.



seguintes, com o número das matrículas em cada uma das Faculdades. Mas, como dissemos, a partir do segundo ano da reforma, começou a produzir-se a reação esperada, não somente pela compreensão melhor dos objetivos do nôvo regime escolar, como pelo mais efetivo aproveitamento dos cursos da parte dos arredios: "Alegro-me com a notícia" — volta a responder Pombal ao Reitor — "(...) do numero de Estudantes, que se tem já matriculado, e vão concorrendo a matricular-se de novo; e que perdendo o medo aos Estudos aquelles, que consideravamos fugitivos do trabalho das Escollas, venham outra vez buscar Sua Mãe, que está mais rica, e que tem muito cabedal para repartir com elles" (118). Ao fim de 1774, já havia na Universidade quinhentos estudantes, absolutamente integrados nos novos moldes acadêmicos, dedicados, segundo foi escrito, "a estudar, e a dissertar sem a animozidade de altercaçoens, e sem os vicios, que nos antigos estudos soube propagar o orgulho dos Peripateticos" (119). E, à frente dos trabalhos universitários, incansável e presente a tudo, o Reitor-reformador, D. Francisco de Lemos.

Deveria ser com muito comprazimento que o Reitor brasileiro recebia seus jovens compatriotas, em sua Universidade. Entre aquelas turmas, que começaram a formar-se a partir de 1773, havia muitos brasileiros e, no meio destes, vários filhos de Minas Gerais. Depois que o Seminário de Mariana abriu as suas portas, tornou-se mais fácil às famílias mineiras, opulentadas pela abundância do ouro que tiravam de suas lavras, mandar seus filhos mais futurosos a Coimbra, para se formarem doutôres. Era o supremo luxo que se davam, era como que uma conferição de título nobre ter uma família das Minas um filho doutor. O poeta da terra, orgulhoso do seu título e do seu diploma, que fará dêle, filho do aventureiro de ontem, um par dos aristocratas da Côrte, escreverá sem temer, convencido:

"A herdada nobreza  
aumenta, mas não dá merecimento;  
dos heróis a grandeza  
deve-se ao braço, deve-se ao talento" (120).

Valerá a pena observar como irá se conduzir em sua nova condição êsse doutor brasileiro. É preciso, antes de tudo, dife-

(118) *Idem*, p. 105.

(119) *Idem*, p. 106.

(120) M. RODRIGUES LAPA, *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*, I. N. L., Rio de Janeiro, 1960 (Poesias), n.º 26, p. 41.

renciar as gerações dêsses formados de Coimbra, segundo a vida que viveram. Há um primeiro grupo daqueles jovens que se dirigiram a Coimbra, justamente nos dias em que a reforma da Universidade tinha lugar. Uma parte dêsse grupo deu-se às ciências aplicadas, jovens brilhantes e aproveitáveis, que primeiro serviram na Côrte e, depois, regressando à Pátria, imbuídos dos princípios novos ensinados e inculcados na Universidade reformada, tiveram uma presença assinalada na vida cultural, administrativa e econômica da Capitania natal. Outra parte do grupo irá constituir-se de padres e bacharéis, aquêles estudantes que preferirão abraçar as carreiras da Igreja, da magistratura, da administração pública e da advocacia, no seu sentido estrito; geralmente, êles terão aquêles dons das ciências de Deus e do homem, dos quais avulta naturalmente o fácil uso da linguagem escrita e falada. Via de regra, serão ou bons oradores ou bons escritores. Este primeiro grupo, mais antigo, pertence à geração que, na reforma da Universidade de Coimbra, estava nos vinte-trinta anos e que, atingindo a maturidade nos dias da Inconfidência Mineira, viveram até os primeiros anos do Brasil independente: são os homens que viram ou fizeram a Inconfidência Mineira. Há um segundo grupo de doutôres da terra, aquêles que, já tendo estudado nas escolas régias — aparecidas nas Minas a partir de 1774 — sendo, portanto, bem crianças na ocasião da reforma da Universidade de Coimbra — irão estudar na Europa no tempo da Inconfidência, regressando alguns dêles, ainda jovens, nos dias da chegada da Família Real ao Brasil, atingindo, com a maturidade, as oportunidades de carreira política (êles voltarão, na quase totalidade, a preferir a carreira das leis, represtigiada após o “reino da estupidez” coimbrão que lhes irá oferecer o Brasil Império e independente). Neste trabalho, cujos limites chegam apenas até 1822, os elementos dêsse segundo grupo serão apenas enumerados como alunos das escolas régias mineiras. Mas, interessam-nos especialmente os integrantes do primeiro grupo de doutôres — cientistas, padres e bacharéis — que, regressando ao Brasil, fizeram-se presentes na cultura mineira colonial, através de suas atividades específicas, elementos de prol que foram em sua Capitania natal.

Não é fácil dizer — excluídos os padres, devotados à sua missão peculiar de pastôres de almas — qual foi a presença mais útil e produtiva na vida contemporânea de Minas Gerais: se a dos cientistas, se a dos letrados (tomada a expressão para classificar a todos os cultores das letras, geralmente bacharéis).

O historiador evita estabelecer valôres assim. As vêzes, êles parecem evidentes, mas enganam. E, depois, o nosso papel é levantar, fazer exsurgir a verdade e não julgá-la ou avaliá-la, a não ser que a tratemos como um meio e um instrumento, e não como um fim e um corolário, como é o caso, aqui. Uma observação geral a fazer-se sôbre os filhos das melhores famílias mineiras que foram formar-se em Coimbra é que, com rara exceção, todos regressaram à terra natal. Nisto, êles foram diferentes da geração anterior — a dos filhos da geração do Triunfo Eucarístico — que, tocados da mentalidade escapista de seus pais reinóis, daqueles ex-emboabas que jamais pararam de coçar o saudosismo do além-mar, daqueles “jacobinos” que até aos papagaios ensinavam refrães “por Portugal”, partiram para a Metrópole — como já estudamos — e não mais regressaram. Esses jovens, educados nas escolas domésticas, de tios-padres, quase invariavelmente se destinaram à carreira eclesiástica, a maioria a Ordens Religiosas, e se desvincularam do seu mundo material, em busca da cidade de Deus. Paradoxalmente, nascidos e criados no fastígio da produção do ouro, enfartaram-se de tanta riqueza, de tanta cobiça e ambição, e não voltaram mais. Já a geração dos doutôres da Universidade reformada de Coimbra foi diferente: porque êles começaram a viver e a sentir, desde a infância ou a adolescência, os problemas da crise econômica do ouro, que mais e mais lhes vinham bater à porta paterna, êles se criaram no meio dêles, que os acabaram rodeando de todos os lados, como uma matilha esfomeada de lóbos. Os jovens dessa geração partem para Coimbra e lá, talvez se surpreendendo, irão de nôvo defrontar-se com os mesmos problemas, pois que a Metrópole os está sofrendo tanto ou mais do que a Capitania em decadência: a Universidade acaba de reformar seus estudos, justamente para aparelhar melhor a fina flor dos povos do Reino — a sua mocidade — para, através da vida da ciência e da técnica, ajudar a causa pública periclitante. Os jovens acadêmicos das Minas Gerais, de acôrdo com o ensino reformado, durante vários anos, estarão se defrontando com muitos dos problemas que afligem a terra natal e a Metrópole, colocados na sistemática científica dos currículos. Devotados a ela, êles serão empenhados nas múltiplas tarefas da vida escolar, às voltas com seus mestres e seus livros, cumprindo programas de pesquisas de campo ou de laboratório, de viagens de estudo ou de observação, de iniciação docente ou administrativa, de montagem de laboratórios ou de indústrias, de experimentação zootécnica, de produção

de espécies agrícolas nativas ou exóticas, de exploração mineralógica e montanística, de publicação de trabalhos e teses, etc. O programa dos novos currículos conimbricenses é tão atual e fascinante, que essa geração de jovens mineiros comportar-se-á de forma até contrária à que a antecedeu: aquela fugiu do seu mundo real, em demanda da vida sobrenatural, mas esta, por alguns dos seus integrantes, que inicialmente se tinham votado a Deus — como Frei José Mariano da Conceição Veloso e o Pe. Joaquim Veloso de Miranda — desce dos páramos da ascese e da mística para se dar inteiramente às ciências da natureza, atendendo ao apêlo da cidade dos homens, que os quer ao serviço de El-rei. Por seu lado, ao serviço do Rei e de si mesmos, estarão todos os bacharéis, formados em Leis ou Cânones, os quais se irão dedicar aos dois foros civil e eclesiástico, resultando em bons advogados, numerosos já nas Minas coloniais, alimentando com sua presença a mania mineira das demandas sem conta e sem fim, ou dando servidores “ministros” da Coroa, tais como desembargadores, ouvidores, juizes-de-fora, procuradores, juizes ordinários, etc., ou se arranjando como “oficiais” de vária atribuição, nos órgãos da administração ou nos officios da justiça, com todo o seu imenso caudal de escrivães, da Ouvidoria, do Meirinho Geral, das Execuções, do Alcaide, do Meirinho das Execuções, da Câmara, dos Feitos da Fazenda, do Meirinho da Almotaceria, da Almotaceria, do Meirinho da Fazenda Real, do Meirinho dos Ausentes e dos Órfãos; de meirinhos o Geral, o das Execuções, o do Campo, o da Almotaceria, o dos Ausentes, o da Fazenda Real; de primeiros, segundos e terceiros “tabaliães”; de inquiridores da Ouvidoria e do Ordinário; de alcaides; de tesoueiros de ausentes; de porteiros de auditórios; de primeiros e segundos partidores — todos a receberem vencimentos, têrças-partes, “donativos”, o diabo<sup>(121)</sup>...

Finalmente, os sacerdotes virão de Coimbra formados nas ciências sagradas ou em Cânones, e passarão a constituir-se num alto-clero natural, seletto, bem perto da alta administração régia, do qual sairão os dignitários capitulares, os beneficiários todos, os procuradores, os visitantes diocesanos, os protonotários, os vigários das varas, os párocos das vilas mais importantes, os funcionários das câmaras eclesiásticas diocesanas, os professôres dos seminários, de Gramática, de Retórica e de Filosofia (escolas régias), os pregadores, os confessores e

(121) *Códice 236*, do APM, fls. 6v a 7v.

capelães das Irmandades e Igrejas privilegiadas, etc. Bispos, êsses, por enquanto, serão também escolhidos dentre clérigos diplomados em Coimbra, mas sòmente entre os residentes no Reino.

Mas, passemos a conhecer agora a vida, a mentalidade e as reacções dessa elite iluminista de doutôres de Coimbra, e a repercussão de suas presenças na paisagem humana das Minas coloniais. Pena que o memorialista Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos — aliás, um dos mais eminentes doutôres de Coimbra — exclua de sua “comemoração” das *Pessoas Ilustres da Capitania*, anexa à sua *Memória da Capitania de Minas Gerais* (escrita em 1805) <sup>(122)</sup>, o mais antigo dos doutôres mineiros dessa elite letrada, o bacharel Cláudio Manuel da Costa, o maior dos advogados do seu tempo e o primeiro doutor a se projetar na vida pública da Capitania natal. Com efeito, o vate do Ribeirão do Carmo começa a aparecer, logo depois do seu regresso da Europa. Em 1753, torna-se vereador no Senado da Câmara de Vila Rica, e é promovido a Secretário do Governo da Capitania, nas administrações dos Generais José Antônio Freire de Andrade e Luís Diogo Lôbo da Silva; que sua situação financeira é a mais lisonjeira possível como lavrador prova-o o requerimento que envia a El-rei, em 1761, solicitando a mercê do hábito de Cristo e uma tença, alegando “que continuava com a zelosa industria e acção recommendada no alvará com força de lei de 3 de Janeiro de 1758”, que estatua o direito de pedir ao Rei uma mercê todo aquêlle que fizesse fundir mais de oito arrôbas de ouro <sup>(123)</sup>. Cláudio vive, pois, nos dias do maior fastígio da produção do ouro, assim como irá assistir aos primeiros sintomas e ao agravamento da crise do ciclo. Seu depoimento, através de sua obra literária, é-nos, assim, extremamente valioso. Antes de tudo, é preciso constar que o malogrado Inconfidente é figura de proa da elite mineira ou, melhor, daquela classe burguesa em ascensão, que iria conhecer o seu triunfo completo depois da Revolução Francesa, integrada por indivíduos, como Cláudio, que, além dos requisitos intelectuais, marcam sua distinção social pela boa condição econômica. Um homem ilustrado, mas abonado — eis os ingredientes básicos da receita que faz o burguês iluminista. Nas Minas Gerais então, onde o esgotamento inexorável das aluviões do ouro e dos diamantes vai ampliando a

---

(122) *RAPM, Pessoas ilustres da Capitania*, t. I, p. 443.

(123) Segundo o *Código 366*, fls. 431, a Lei é de 3.XII.1750.

pobreza por tôda a parte, quem conseguir manter seguro, ileso, o seu cabedal em meio das vicissitudes daquela incerta situação, estará naturalmente promovido a essa classe privilegiada dos homens apatacados. Eis que o ilustre poeta Cláudio Manuel da Costa se revelará o representante típico dessa nova casta inteligente e endinheirada: êle viverá sempre na abastança, do que lhe deixaram os pais ricos, do que ganha em sua próspera banca de advogado e dos avanços onzeneiros que cobra aos seus muitos devedores. É um dos precursores dos modernos banqueiros mineiros. Arguto, de ôlho vivo no negócio rendoso, só lamenta não poder operar com as pedras preciosas livre dos contratos, "que lhe tolhiam a maior parte dos lucros, do que resultava só poderem auferir os estrangeiros tôdas as vantagens" (124). Não fica fora de propósito, pois, indagar se não teria sido, também esta, uma das razões para o poeta entrar na Conjuração. Cláudio teria pertencido ao número cada vez maior daqueles homens de negócios que viviam atormentados sempre pela ameaça de empobrecimento geral, tortura que se acabaria tornando o clássico pesadelo do avaro, que parece dever ter sentido o nosso árcade, o mais rico dos Inconfidentes, ao confessar que

..... "sonha em riqueza  
Aquêle, que no horror de uma pobreza  
Anda sempre infeliz, sempre vexado" (125).

Será que Cláudio teria sido um discípulo perfeito da escola dos forretas literatos iluministas (da qual era Mr. de Voltaire mestre consumado), composta de altíssimos filósofos, mas, muito mais, de implacáveis financistas, avidíssimos cavadores de dinheiro, a reclamar sempre mais, como nosso poeta deixa escapar neste verso revelador, "chave de ouro" de um soneto:

.....  
"Quanto mais rico estou, estou mais pobre" (126)?

Se a resposta é favorável, êle chorava de barriga cheia, porque, ao ser prêso, o velho advogado tinha bens que a justiça avaliou em 9:104\$540, enquanto seus devedores lhe estavam a dever (afora os altos juros cobrados) a rica importância de

(124) Depoimento 2.º de Alvarenga, no interrogatório de Jan.º, 17. de 1790, apud Joaquim NORBERTO, *cit.*, t. I, p. 107.

(125) Soneto 24, 2, 3 e 4, de suas obras, *cit.*

(126) Soneto 24.

8:483\$461 (127). Que, porém, não seja o nosso grande poeta acusado aqui! Ele não passava de um mineiro do tempo, como tantos aterrorizado à vista da aproximação inelutável da miséria geral. É de justificar a ansiada reação de tantos herdeiros da insegurança, empenhando-se desesperadamente em guardar o seu esquivo punhado de ouro, amealhando-o, dando-o a avanços, para salvar um bocadinho. Talvez a proverbial sobriedade mineira (que lúcidos viajantes estrangeiros não viram assim, mas como pobreza mesmo) tenha advindo dessa antítese terrível, que durou gerações inteiras seguidas: o recheado cofre bancário mineiro, hoje tão respeitado em todo o Brasil, não estará tão distante das velhas arcas de cedro, em cujos fundos a sofrida gente montanhesa, descendente de pródidos lusitanos, se acostumou a esconder, desde então, seus pés-de-meia (quicá expressão iluminista) enrolados ou seus grandes lenços de alcobaça enlaçados pelas quatro pontas, com a pecúnia suadamente reunida. É o símbolo da poupança burguesa — a *l'épargne* dos franceses — a face utilitária do filosofismo setecentista.

Se as preocupações de ordem financeira ralavam a existência de Cláudio, elas não parecem ter ocorrido a um lírico filho de São Francisco de Assis, ido de Minas Gerais (quase certamente após fazer as humanidades no Seminário de Mariana), para o Rio de Janeiro, nos mesmos dias em que subia a estrêla política de Cláudio. No Convento de Santo Antônio, êsse jovem franciscano, Frei José Mariano da Conceição Veloso, apaixonara-se pela natureza, com certeza desde criança, quando corria descalço pelas belas montanhas de São José do Rio das Mortes, sua terra natal. Naturalista por vocação, Frei Veloso não precisou ir a Coimbra aprender nos livros aquela ciência infusa que Deus lhe pusera instintivamente na mente. Sua história é um tanto parecida à de outro monge, que, a ouvir um rouxinol, se distanciou por séculos do seu mosteiro: embevecido na contemplação e no estudo de suas plantas tropicais, deixava imperceptivelmente as tarefas da sua comunidade e se embrenhava nas matas fluminenses, esquecido de tudo o mais, a ver, a tocar, a observar, a esmiuçar, a classificar tôdas as espécies que encontrava, tentando devassar o íntimo segrêdo de cada planta, de cada membro da natureza vegetal tropical. De sua cela êle fêz um gabinete de estudo, uma tulha de caixas de ervas, como conta o Governador Martim

---

(127) *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, cit., t. I, pp. 375/6.

Lopes Lôbo de Saldanha, em carta que dirige, em novembro de 1781, ao Vice-rei D. Luís de Vasconcelos<sup>(128)</sup>: êste solicitou ao provincial da Ordem que lhe deixasse franca a saída do Convento, quanto o quisesse o sábio botânico<sup>(129)</sup>. Então, libertado, dá-se Frei Veloso à sua paixão predileta, excursiona, herboriza e classifica mais de 2.000 plantas, por todo o vale do Rio Paraíba do Sul, coadjuvado pelos confrades Francisco Solano, desenhista, e Anastácio de Santa Inês, secretário, e depois de oito anos de peregrinação botanista, volta ao seu Convento e vai oferecer ao Vice-rei o seu mais belo presente, a *Flora Fluminense*, em 11 volumes, talvez o mais vultoso trabalho científico até hoje feito por um brasileiro<sup>(130)</sup>; o Vice-rei embarca para a Europa e leva consigo para Lisboa o frade mineiro e ali êste acaba por tornar-se diretor da Tipografia Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, durante 17 anos, onde publica muitas coleções de obras científicas e onde acolhe de boa mente os patrícios necessitados, como foi o caso do jovem revisor, oriundo de São João del Rei, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, que acaba se formando em Coimbra, saindo Capitão de Fragata<sup>(131)</sup>. Aliás, raros são os jovens mineiros que abraçam a carreira militar.

Embora escreva que “o militar cabe com todos”, mas logo advertindo que “o general salvando a pátria não é mais útil, e preciso, do que o bom advogado”<sup>(132)</sup>, concede bem pouco espaço aos militares o Dr. Diogo P. R. de Vasconcelos, em sua lista ilustrada. Há, velada, a velha má vontade mineira em relação aos homens de farda. Talvez porque, ao longo de tôda a história colonial da Capitania, as violências do Governo se traduzissem nos aparatos militares, invariavelmente a serviço da odiosa exação fiscal dos ouros e dos diamantes. Desponta, desde os tempos das cavalgadas tumultuosas dos dragões do Conde de Assumar, uma ojeriza geral contra o soldado, que os escritores da segunda metade do século XVIII irão documentar em várias de suas páginas. Cláudio Manuel da Costa é o primeiro a revelar êsse sentimento hostil — que, aliás, perdura até os dias de hoje — quando, em seu epicédio pela morte de Gomes Freire de Andrade, ocorrida em 1763, critica

(128) *Apud Os dois Vellozo*, Gráfica-Editora Souza, Rio de Janeiro, 1952, p. 29.

(129) *Os dois Vellozo*, cit., p. 31.

(130) V. SACRAMENTO BLAKE, cit., t. V, p. 64; e INOCÊNCIO. *Dicionário Bibliográfico Português*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1858 a 1927, 22 vols., t. V, p. 55.

(131) *Cód. 288*, do APM, fls. 6 e segs.

(132) *In RAPM*, VI, p. 852.



“..... a perversa, mísera vaidade,  
da militar licença” (183).

E Alvarenga Peixoto também faz pouco dela, quando prefere cantar

“Não os heróis, que o gume ensangüentado  
da cortadora espada,  
em alto pelo mundo levantado,  
trazem por estandarte  
dos furores de Marte” (184).

Também influenciado pelo enciclopedismo antimilitarista, Tomás Antônio Gonzaga pinta êste quadro cruel, na 4.<sup>a</sup>, das *Cartas Chilenas*, da construção da Cadeia de Vila Rica:

“.... e, quando algum fraqueia, o mau soldado  
dá-lhe um berro que atroa, a mão levanta  
e nas costas o rélho descarrega” (185).

É tôda uma constante “civilista”, a dêsses bacharéis arraigadamente paisanos. Eles aspiram ao domínio do direito sôbre a força, porque em seu mundo cultural prevalecem os valores neoclássicos, inclusive ciceronianos, segundo os quais “as armas devem ceder à toga”. A obra e o pensamento de Gonzaga não perdem de vista essa constante civilista. “O admirador de Grócio, Heinécio e Pufendórfio” — explica o Sr. M. Rodrigues Lapa, em comentário ao poema supra — “exaltara, é certo, a obra do cesarismo no *Direito Natural*; mas, na leitura dos naturalistas bebera as idéias do enciclopedismo, em matéria de liberdade civil e um realismo antimilitarista, que é das feições peculiares de sua obra e já se revela aqui com suficiente clareza.” (186). Eis aí presente, já nas primeiras páginas de suas poesias, o desgosto mineiro pelo militarismo, desgosto êsse que volta a comparecer nos poemas do Desembargador-inconfidente, em diversas passagens, nas *Liras* e nas *Cartas Chilenas* (187).

É verdade que há, também, nesta atitude muito do casquilhismo, do comodismo do século, a que se dão principalmente os letrados da elite mineira. O ideal iluminista é a vida pacata e doméstica. O bom senso valerá muito mais do que o heroísmo. A própria poesia setecentista cantará, de preferência,

(183) *Obras*, I, p. 161.

(184) ALVARENGA PEIXOTO, *Poesia* I, 17.

(185) *Cartas Chilenas*, vv. 143-145, p. 226.

(186) *Idem*, *ibidem* (nota *infra*, do Sr. RODRIGUES LAPA).

(187) *Lira* 60, p. 33. de Gonzaga; quase tôda a III e, na IV, os vv. 143/4.

o encanto comedido da vida comum e tratará raras vêzes as epopéias sôbre-humanas. Ainda o mesmo Gonzaga, em uma de suas Liras mais aplaudidas, preferirá às canseiras exaustivas do desbravamento das matas, da mineração aleatória e, mesmo, aos afazeres mais rotineiros da plantação do tabaco e do fabrico do açúcar, a *dolce vita* do lar, em que, sem canseiras nem suores, ao lado da mulher amada, os trabalhos irão transmutar-se em lazeres prazerosos:

“Verás em cima da espaçosa mesa  
altos volumes de enredados feitos;  
ver-me-ás folhear os grandes livros,  
e decidir os pleitos.

Enquanto resolver os meus consultos,  
tu me farás gostosa companhia,  
lendo os fastos da sábia, mestra História,  
e os cantos da poesia.

Lerás em alta voz, a imagem bela;  
eu, vendo que lhe dás o justo preço,  
gostoso tornarei a ler de nôvo  
o cansado processo” (158).

E o que vai passar para a história, para a lembrança gloriosa do futuro, segundo a mentalidade dêsse século galante, é a beleza, de mulheres como Bárbara Heliodora, Maria Ifigênia, Marília, que esta o seu Dirceu garante que cantará:

“Se encontrares louvada uma beleza,  
Marília, não lhe invejes a ventura,  
que tens quem leve à mais remota idade  
a tua formosura” (159).

Mas, alguns doutôres — especialmente os cientistas — preferirão o seu áspero trabalho dos laboratórios e das viagens científicas a essas delícias da vida doméstica. Assim será, por exemplo, o Dr. Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, ex-aluno do Colégio dos Osórios, do Sumidouro de Mariana, o qual, logo depois de formado e feito sócio efetivo da Academia Real das Ciências de Lisboa, preleciona com brilho nas Cadeiras de Zoologia, Mineralogia, Botânica e Agricultura, e “chamado no memorável Governo da Rainha, a Augusta Mãe de V. A. R.” — como escreve na abertura de sua *Memoria sobre*

(158) Lira LIV, vv. 17 a 28, p. 97.

(159) *Idem*, vv. 29-32.

a cultura do Arroz<sup>(140)</sup> — “de huma vida privada, para ser empregado no ensino publico da Universidade de Coimbra, e, sendo promovido por V. A. R. ao primeiro lugar de acesso, que vagou”, empenha-se tanto que a frágil saúde não resiste e acaba finando-se antes de completar os quarenta anos, em 1804. Um amigo de Gonzaga e também grande trabalhador é o sábio Joaquim Veloso de Miranda, oriundo do Inficionado (1750) e sobrinho de Frei José de Santa Rita Durão. Após estudar nos Seminários de Mariana e de São Paulo as ciências sagradas, parte para formar-se em Cânones em Coimbra, em 1772. Mas, ao clima envolvente da reforma da ciência universitária ali em curso, deixa-se ficar entre os futuros naturalistas, entregando-se inteiramente à pesquisa, sob a direção do famoso sábio Domingos Vandelli, de quem se torna o discípulo amado. Ao classificar Vandelli a exótica canela-de-ema, espécie vegetal encontrada nos terrenos minerais brasileiros, dar-lhe-á o nome de *vellosia*, tal a conta em que tem o jovem aluno, o qual se licencia em artes e se doutora em filosofia (ciências), em 1778, ascendendo à Cátedra de Ciências Naturais de sua Universidade e tornando-se sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, pelos seus trabalhos publicados. Nisto, de se empenhar, de se dar a árduos trabalhos, nota-se bem nítida a diferença entre o geral dos letrados de salão (geralmente bacharéis) e dos cientistas. Esse mesmo Dr. Joaquim Veloso de Miranda será um grande trabalhador; êle é o “habel Naturalista” — segundo carta que, em 7 de julho de 1787, o Governador Luís da Cunha Menezes dirige a Lisboa — que procura por tôda a Capitania, por ordem do Governador, “todos os Generos, e todas as qualidades de Especies pertencentes á Historia Natural”, das quais Cunha Menezes, naquela ocasião, faz remessa à Côrte “em trez Caixotes e de huma grande parte dos Passaros e mais alguns aNimaes que tem sido pocivel ao dito Naturalista adequerir e deccar”, que o missivista diz constar de uma “sua narração edescripção tão bem inclusa”, que, infelizmente, não pudemos encontrar<sup>(141)</sup>; além dessas missões especiais, estabelece nos fundos de sua residência, em Vila Rica, na Rua de São José, não longe dos Contos, a sua plantação de chá, vindo da Índia, aclimado tão bem ali, que, ainda hoje, é bebido em Minas, tão ou mais saboroso que o importado; ô mesmo Doutor Veloso de Miranda, no fim de sua vida, expe-

(140) *Memória sobre a cultura do arroz*, p. 2.

(141) AHU, de Lisboa, Caixa 56, MG, Docs. 41 e 42.

rimentará, em seu alcantilado sítio do Mau-Cabelo, no Ouro Branco, sem discípulos nem testemunhas, guardando consigo sua ciência, as culturas da cochonilha, do bicho-da-sêda e das ovelhas <sup>(142)</sup>.

Nossos cientistas serão grandes viajantes. Ainda em Coimbra, êles se acostumam às viagens científicas, depois que o grande sábio sueco Carlos Lineu, pai da botânica, as pôs em prática, como instrumento didático para a coleta de suas plantas, depois devidamente classificadas e catalogadas. Aliás, Portugal vive o seu grande afã de absorver, de tôdas as maneiras, a cultura dos povos mais adiantados: a nascente ciência conimbricense ainda se ressentia de suas deficiências e se tornam indispensáveis essas viagens de estudos dos seus especialistas ao estrangeiro, mais avançado e esclarecido. Mandam-se os jovens formados a conhecer e a experimentar a ciência das Academias Reais e Universidades européias. Principalmente Paris. É para lá que se dirigem, em 1790, Manuel Ferreira da Câmara e José Bonifácio, sendo o cientista mineiro o chefe da expedição de estudos, que se prolongará até 1798 por vários países da Europa. Quem, de volta ao Brasil, será por tôda a sua vida um viajante científico incansável é o Dr. José Vieira Couto (1752), que palmilhará, com pesquisas de muito fruto, tôda a Comarca do Sêrro Frio e os sertões das minas do Abaeté e do Indaiá. É verdade que êsse como alargamento geográfico das viagens científicas propiciará a outros jovens mineiros ávidos de saber a procura de outros famosos centros de cultura para estudar: o cientista José Álvares Maciel, formado em Coimbra, viaja pela Europa, demorando-se na Inglaterra, onde aperfeiçoa a sua química e estuda a teoria e a prática de vários ramos da indústria manufatureira, visando incrementá-la no Brasil, apenas fôsse revogada a proibição real de 1785, com que a Côrte de D. Maria I estrangulara a incipientíssima indústria colonial; o Dr. Domingos Vidal de Barbosa, companheiro de Maciel na Inconfidência Mineira, forma-se em medicina em Bordéus, e, ainda, em França, constitui com o conterrâneo mineiro José Pereira Ribeiro <sup>(143)</sup> e os patrícios fluminenses José Joaquim da Maia e José Mariano Leal o grêmio histórico dos estudantes brasileiros que já então (1786) sonhavam com a independência do Brasil. Daí surgirá, nas ruínas de Nîmes, a famosa entrevista de Maia com Thomas Jefferson, com o propósito

(142) *Efs. Mins.*, de 20.II.1797, de 26.VII.1778, e de 2.IX.1825; e de 10.XII.1796, *Os dois Vellozo*, cit., p. 224.

(143) *RAPM*, I, p. 447.

da libertação da terra natal<sup>(144)</sup>; não muitos anos depois irá formar-se médico, em Edimburgo, na Escócia, o futuro Constituinte de 1823 e Senador do Império Dr. Antônio Gonçalves Gomide. Mas, o Dr. José Vieira Couto, em suas andanças pela Capitania, estuda os seus minerais, talcos, salitreiras, etc., e, em carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 20 de maio de 1803, manda-lhe “dois caixões de salitre ao Príncipe Regente extrahidos das Nitreiras naturaes de huns montes ermos, a q. hora lhes chamei Monte Rorigo”, diligência de que foi incumbido “de proximo e com muitas recomendações” pelo Governador Bernardo José de Lorena: “A inclusa Memoria” — prossegue a carta do cientista tijuquense — “q. V. Ex.<sup>cia</sup> tão bem recebe com esta contem minhas observações, tanto a fim de fazer melhor conhecer e divulgar a natureza deste mesmo salitre, como tão bem minhas traças p.<sup>a</sup> a sua Extração, dado caso, q. S. A. Real queira utilizar-se de huma tão vantajosa produção da Natureza”; e termina formulando votos a Deus para que “continue à multiplicar minhas descobertas uteis p.<sup>a</sup> ter o gosto de repetidas vezes communicar-las à V. Excia. e q. a Patria do Ultramar desta maneira floreaça debaixo do benigno influxo de V. Excia”<sup>(145)</sup>. Pena que também não esteja anexa ao Officio a aludida “Memória” de Vieira Couto, que, não somente revelaria o espírito rigorosamente científico de sua pesquisa, como se vê, mas também o maior ou menor teor de sua competência profissional, posta a serviço de sua “Pátria do Ultramar” com tanto empenho, como revela a correspondência, que agora publicamos. Outro cientista dedicado à exploração de nitreiras (estas situadas nos Montes Altos, na Bahia) é o mineralogista José de Sá de Bittencourt e Acióli, implicado na Inconfidência e irmão de Manuel Ferreira da Câmara, do qual é, aliás, mais inteligente, no juízo do colega de ambos, José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>(146)</sup>; é Bittencourt e Acióli o primeiro a descobrir as riquezas do caulim da região natal de Vila Nova da Rainha (Caeté), dando-se a diversos experimentos cerâmicos, com muito bom resultado<sup>(147)</sup>.

Essas experiências e aplicações científicas se realizarão com uma finalidade de aproveitamento industrial, de acôrdo com a mentalidade utilitária do século iluminista. Umas frutifica-

---

(144) *Autos de Devassa, cit.*, II, pp. 86/7; *Efs. Mins., cit.*, II, pp. 118/9.

(145) AHU, de Lisboa, Caixa 66, MG, Doc. 47.

(146) 1.<sup>a</sup> Carta de José Bonifácio ao Conde de Funchal, em 30.VII.1812, fls. 4 (In IHGB, Doc. n.º 4.845-C, lata 191).

(147) V. *RAPM*, t. I, p. 44; *Efs. Mins.*, t. I, p. 263.

ram (como a cerâmica de Caeté, retomada muitos anos depois, por João Pinheiro, “o oleiro de Caeté”<sup>(148)</sup> e outras não. Das que retomaram um ritmo de intenso desenvolvimento, após uma lida secreta, nunca interrompida, no recesso dos lares mineiros, foi a manufatura de tecidos, com os seus “teçumes” de algodão, de lã e de linho, complementado pela técnica da estamparia nativa, graças ao anil, à cochonilha e a outras espécies tintórias da terra<sup>(149)</sup>. Merecem menção especial os tecidos de algodão do Peçanha e das Minas Novas, cuja excelência será anotada por Saint-Hilaire<sup>(150)</sup>. Já nos dias mais bonançosos da Corte Real no Rio de Janeiro, o Dr. Francisco de Paula Vieira, cientista do Tijuco, conterrâneo, colega e amigo de Manuel Ferreira da Câmara em Coimbra, conseguiu dêste o encaminhamento, em 1813, ao Conde da Palma, Governador da Capitania, de um aparelho filatório de sua invenção, “que V. Ex.<sup>a</sup> dezeit” — tais os termos da carta de apresentação, que Câmara faz do filatório ao Governador — “para promover hum ramo de Industria, que tão natural parece na Terra, que produz o Algodão, e que só pode felicitar estes paizes do centro, de donde sendo carregado em rama para os paizes estrangeiros vai ter com grande trabalho nosso para acumular a riqueza, que nos pudera ficar, e volta por vir fiado, tecido, e estampado com vantagem, que as nossas circunstancias ainda não nos permitiram tirar”<sup>(151)</sup> Eis, talvez, aqui a primeira advertência nacionalista que se escreveu sobre o malbaratamento das nossas riquezas nativas, em benefício do imperialismo econômico estrangeiro, feita pelo Intendente Câmara, aliás seqüente ao pensamento dos seus colegas mineiros de Coimbra, ainda antes de 1789.

Vale recordar que, desde antes da Inconfidência Mineira, o povo apreendia cada vez mais uma nítida consciência nacional, que ia desde o ingênuo me-ufanismo das belezas e riquezas da terra até a formulação de toda uma ação política e econômica de libertação do Brasil, manifestada e discutida muitas vezes pelos Inconfidentes mais esclarecidos. Veremos, pelos depoimentos colhidos no processo que os condenou, como êsses assuntos de política econômica eram freqüente preocupação

(148) V. *João Pinheiro da Silva*, de Caio Nelson de SENNA, *Imprensa Oficial*, Belo Horizonte, 1941, p. 54.

(149) VIEIRA COUTO, in *RAPM*, X, p. 82; SAINT-HILAIRE, *Vi. p/ Prou.*, cit., I, p. 112; e *Mems. da Cap. de M. G.*, do Dr. Diogo P. R. de Vasconcelos, in *RAPM*, VI, pp. 769 e 837.

(150) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, I, p. 339; e II, p. 95.

(151) *RAPM*, II, 755.

dêles e das pessoas mais simples que lhes sofriam a influência e lhes respeitavam as opiniões. Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, depõe para citar o Dr. José Alvares Maciel afirmando “que os Nacionais desta América não sabiam os tesouros que tinham, e que podiam aqui ter tudo se soubessem fabricar” (152). O Dr. Domingos Vidal de Barbosa relata que seu primo Francisco Antônio de Oliveira Lopes vivia “a contar, e exagerar as belas qualidades dêste Continente, dizendo que não só tinha ouro e diamantes, mas ferro, lãs e algodões, e que seria um País de felicidade para viver, se fôsse livre” (153). Na opinião do Pe. José da Silva e Oliveira Rolim, o Alferes Tiradentes, o Coronel Inácio José de Alvarenga e o Ten.-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade seriam os heróis da “função” da independência do Brasil, pois “eram Mazombos e também sabiam governar, não podendo estar vendo sair para fora tôdas as riquezas do seu País, e êles sempre indigentes” (154). É a mesma ordem de idéias anticolonialistas de Manuel Ferreira da Câmara, sendo que o Dr. José Alvares Maciel ainda era mais incisivo, quando afirmava que “desde Sabará até Vila Rica era tudo ferro e cobre”, e que aqui se podia fazer ferro, se fôsse concedida a necessária licença, uma vez que o Ministro “Martinho de Melo em tal não consentia” (155). Mas é Alvarenga quem mais antecipa, com muita objetividade, as idéias autonomistas de Câmara, no campo da política econômica mineira, quando afirma que “se acaso êstes países chegassem a ser independentes, fazendo as suas negociações sôbre a pedraria pelos seus legítimos valôres, e não sendo obrigados a vender escondido pelo preço que lhe dessem, como presentemente sucedia pelo caminho dos contrabandos, em que cada um vai vendendo por qualquer que lhe acha, e só os Estrangeiros lhe tiram a verdadeira utilidade, por fazerem a sua negociação livre, e levado o ouro ao seu legítimo valor, já parava muito na Capitania, e escusavam os Povos de viver em tanta miséria” (156). São conceitos que hoje têm a sua oportunidade e realidade, engrandecendo-se como postulados autênticos da libertação econômica do Brasil.

Fôra nesse mesmo sentido de valorizar as riquezas da terra que, em 1809, vencendo tôda a sorte de dificuldades e de sabotagem opostas por autoridades coloniais e até brasileiras,

---

(152) *Autos de Devassa*, t. VI, p. 46.

(153) *Autos de Devassa*, t. III, p. 365.

(154) *Autos de Devassa*, t. II, p. 304.

(155) *Autos de Devassa*, II, pp. 244/5.

(156) *Autos de Devassa*, t. IV, p. 140.

êsse mesmo Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, do seu Distrito Diamantino, havia feito correr, pela primeira vez no Brasil, ferro gusa em alto-forno, na Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar ou de Gaspar Soares, que êle fundara (157). Essa Fábrica de Ferro, símbolo da nova era, assim como o Triunfo Eucarístico do século anterior, merecera a celebração de grandes festas populares, no Tijuco, em 1815, quando foram recebidas as primeiras barras de ferro fundidas em Gaspar Soares. O dístico que se lia no painel do primeiro carro do desfile bem significava as esperanças dos tempos futuros:

*"Dono tanti operis spes inclita surgit,  
Aurea nunc vere ferrea soecla dabunt."* (158)

Se, pelos fins do século setecentista, se vai acentuando, no juízo de Sérgio Buarque de Holanda, o descrédito do formalismo nas atitudes da classe melhor da Capitania (159), nem por isso os letrados permitirão que aquelas formalidades com que fazem cercar a sua própria importância e distinção sejam menosprezadas. Se os cientistas doutôres, pelas próprias condições do exercício de sua profissão, no trato direto com os elementos e as coisas, se tornam pessoas mais simples e acessíveis, os letrados bacharéis ou sacerdotes continuarão a manter ciosamente todo o vasto cerimonial que abroquela as suas prerrogativas. Os conflitos continuarão freqüentes no campo das civilidades, sobre precedências, etiquetas, salamaleques e, até, sobre ductos e ictos de incenso, nas cerimônias de igreja, motivo de grave desavença entre um Governador excessivamente formalista e autoridades eclesiásticas e judiciárias, em 1774 (160), para não falarmos das faltas de educação do "Fanfarrão Mineiro", denunciadas acrimoniosamente por Critilo, nas *Cartas Chilenas*.

Êsses letrados mineiros serão muito anchos de sua educação, de sua cultura. Porque se sentem, antes de tudo, homens superiores, de talento. Pois, se foram os belos gestos da bravura

157) V. cap. XI da obra *O Intendente Câmara*, de Marcos Carneiro de Medonça, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1933, da p. 65 a 69.

(158) *RAPM*, VI, p. 13.

(159) *Hist. Geral da Civ. Brasileira*, cit., I, p. 299 (2.º v.).

(160) *Cód. 205*, já estudado em outra parte dêste livro.



e da fortuna que fizeram os nobres e os heróis do passado, êste mundo nôvo dos letrados vai ter para si que

“A herdada nobreza  
aumenta, mas não dá merecimento;  
dos heróis a grandeza  
deve-se ao braço, deve-se ao talento.” (161)

Aí está. O que vale verdadeiramente, nessa nova cultura, é o homem inteligente, vale o talento. Dentre os “bárbaros filhos destas brenhas duras” das Minas, oriundos de mamelucos, negros e portugas, não poderá haver outra nobreza, qualquer aristocracia, senão a do talento. Talento que se vai revelar evidentemente nas profissões liberais ou na prática das letras ou em umas e outras, ao mesmo tempo. Para o Abade Raynal um homem letrado é que era *un citoyen important* (162). Portanto, um “cidadão importante” seria aquêle que praticasse qualquer assunto “filosófico” e êsse era o sinal que os igualava e, por sua vez, os diferenciava do grande vulgo ignaro, desprovido de “civilidade”, que os rodeava e a quem êles, como homens ilustrados, desprezavam profundamente. É a gentalha — a mesma *canaille* dos filósofos franceses — que sempre será a gentalha.

Porque se julgam letrados, cada um *un citoyen important*, fecham-se, enclausuram-se em círculos sociais estritíssimos. Nas Minas dos fins do século XVIII e dos incios da centúria seguinte, contam-se pelos dedos da mão os salões dêsses intelectuais ilhados: as casas de Cláudio, de Gonzaga, de João Roiz de Macedo, do Intendente Bandeira e do T.<sup>te.</sup>C.<sup>el</sup> Francisco de Paula Freire de Andrade, em Vila Rica; a de Alvarenga Peixoto, em São João del Rei; a do Cônego Carlos Correia de Toledo, em São José do Rio das Mortes; a do Sarg.<sup>o</sup>-Mor José da Silva de Oliveira Rolim e do Intendente Manuel Ferreira da Câmara (incios do século XIX), no Tijuco; o Palácio Episcopal de D. Cipriano (também nos primeiros anos do século XIX), em Mariana; e algumas poucas outras. Êsses fechados círculos ou salões da “nova classe” dos intelectuais irão ter uma importância muito grande na vida contemporânea da Capitania. Geralmente homens de salão, bons conversadores, avezados às *boutades* voltaireanas do tempo, êsses *clercs* iluministas haverão de glosar os acontecimentos da terra e do

(161) *Vida e obra de Alv. Peixoto*, n.º 26, p. 41.

(162) Paul HAZARDO, *La pensée européenne au XVIII.<sup>ème</sup> siècle*. Boivin & Cie., 1940, 3 vols., t. I, p. 353.

mundo através do crivo de sua crítica e interpretação próprias, inspiradas muitas vezes nas obras francesas que chegam em cada frota arribada ao Rio de Janeiro. São verdadeiras tertúlias literárias, que freqüentemente caem, com perigo, no debate político e econômico. O exaurimento das minas de ouro, a implacável manutenção dos quintos reais impossíveis, os males do mercantilismo exclusivista, as violências fiscais e policiais das autoridades régias, os acontecimentos da América Inglesa e da Europa — eis os assuntos “subversivos”, obrigatórios, dessas reuniões de intelectuais. A Inconfidência e a Arcádia Ultramarina (se, de fato, existiu) floresceram nessas tertúlias privativas. Rigorosamente falando, a Inconfidência não passou de uma sucessão dessas tertúlias, em Vila Rica principalmente. E se ela transpirou, varando os círculos fechados em que era discutida, deveu isto a uma denúncia e a algumas indiscrições. A denúncia foi a traição de Joaquim Silvério; as indiscrições cometeu-as êsse trêfego boquirroto que foi o Alferes Tiradentes. Esporeado pelo seu complexo de marginal centrifugista, Joaquim José da Silva Xavier vai espalhando por onde passa os boatos — e o Sr. Alceu Amoroso Lima acha insuperáveis os mineiros na especialidade do boato (163) — da libertação iminente do Brasil, que é o pouco que consegue tirar das conversas reticentes daqueles doutôres que o repelem do seu meio. . . Essa má vontade sistemática para com o nada desconfiado Alferes aparece muitas vezes nos *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Cláudio Manuel da Costa não se digna dar-lhe nenhum crédito por conhecer que êle era um qualquer (164). Quando os inconfidentes se reúnem na casa do Ten. Cel. Francisco de Paula Freire de Andrade, aliás na única reunião formal da Conjuração, à simples aproximação do Tiradentes, “todos se calam e a êle se não conta coisa alguma” (165). O mesmo Alferes Joaquim José da Silva Xavier, porque não faz parte do círculo fechado dêsses *clerics*, jamais ousará falar em seu tema favorito (a libertação do Brasil) ao Desembargador Tomás Antônio Gonzaga “pelo temer” (166). Alvarenga Peixoto chega a afirmar que Tiradentes “era uma cara que jamais havia visto” (2.º interrogatório) e acha, em sua opinião, que o “oficial” (o Alferes) vive ouvindo cantar

(163) Em seu ensaio *Voz de Minas* (Agir, 2.ª ed., Rio, 1946), Alceu AMOROSO LIMA tem uma página deliciosa sobre o engenho do mineiro para o boato (P. 36)...

(164) *Autos, cit.*, IV, p. 140.

(165) *Idem*, p. 56.

(166) *Idem*, p. 56.

o galo (*sic!*) e não sabe onde <sup>(167)</sup>; corta-lhe sêcamente a palavra, quando está propondo o símbolo do triângulo da Santíssima Trindade na bandeira da Conjuração, para sugerir outro símbolo qualquer <sup>(168)</sup>. O Cônego Luís Vieira da Silva, logo no primeiro interrogatório, diz que nem se lembra do nome de Tiradentes, e depondo mais tarde, em seu orgulho clerical, afirma que “sendo a sublevação concebida por sujeitos de maiores talentos do que o Alferes Joaquim José” <sup>(169)</sup> (comove lembrar que, humildemente, por não ter quem o ensinasse, no meio daqueles intelectuais, Tiradentes procurava um dicionário para traduzir os autores franceses. . .), não faz o menor caso das falas do Alferes “convocando Gente para um levante” <sup>(170)</sup>. Pode-se objectar que êsse menoscabo sistemático ao herói, da parte dos Inconfidentes mais categorizados, não teria passado de um ardil desesperado de homens encurralados nas aperturas das devassas, que dêste modo tentariam alijar de si a carga da responsabilidade da Conjuração. Sim, poderia ser isso. Mas, o próprio fato de todo o clã fazer recair nêle o seu desprezo geral, como o bode expiatório, nêle, o pobre alferes preterido, e em nenhum dos parceiros da grei, vale como circunstância comprobatória de nossa assertiva. Se muitos foram os motivos do malôgro dos generosos propósitos da Inconfidência, êsse, o da incomunicação de uma grei ilustre com o povo comum, *la canaille* — como o considera também o *society* iluminista de Minas — representado pelo Tiradentes e o seu círculo, foi um dos mais decisivos. Como se vê, remonta a muito mais tempo do que parece o inquietante fenômeno de um grupo seletíssimo achar que pode fazer ou desfazer ao seu talante a República, enquanto a imensa massa do povo assiste a tudo, bestificada, sem nada saber do que realmente está acontecendo. . .

Mas no que essa elite letrada mineira revela a máxima comunicabilidade é na distribuição dos elogios aos poderosos do dia. Com efeito, todos os literatos do século iluminista terão como obrigação natural o elogio dos grandes esclarecidos. No conceito geral, êstes expoentes do despotismo ilustrado serão sempre sábios, filósofos, que se dão ao desenfado de governar os povos e as nações. Haverão, pois, de merecer dos homens de letras, tanto da prosa como da poesia, as suas páginas mais encomiásticas, dentro, aliás, da melhor tradiçãolouvaminheira voltaireana. Também em Portugal, até que adve-

(167) *Idem*, p. 129.

(168) *Idem*, p. 52.

(169) *Idem*, p. 26 (t. III) e p. 291 (t. IV).

(170) *Idem*, t. II, p. 119.

nha a “viradeira”, isto é, a ascensão de D. Maria I ao trono e a conseqüente desgraça de Sebastião José de Carvalho e Melo, o louvor dos príncipes e grandes da hora é praxe de quase todos os escritores, ecoando até o Brasil. Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, o mais antigo dos poetas da chamada Escola Mineira, verberará com palavras candentes “a soberba tirania”, que define como “o ódio injusto, o violento desagrado” (Soneto LXIX, 6); mas, cândido como um serafim, não entenderá nada do despotismo de Frederico II, da Prússia, a quem o Sr. de Voltaire dedicara uma ode bajulatória, que o poeta de Vila Rica traduz sem titubear:

“Filósofo dos Reis, com que alegria  
Aos Elísios irei, pisando flôres,  
Do maior dos seus grandes sucessores  
A Marco Aurélio falarei um dia,  
A Salústio lerei a vossa história,  
Vossas leis a Licurgo, e vossos versos  
A Virgílio. Que glória,  
Que talentos tão raros, tão diversos!” (171)

Por sua vez, Inácio José de Alvarenga Peixoto, já que está na moda o uso do turbulo real, fará chegar os ductos do seu incenso até os pés da distante Catarina da Rússia, que, naqueles dias, com sua esquadra implacável,

“Arrasta e pisa as otomanas luas  
e, por mais que Neptuno o não consinta,  
a heroína do Norte faz que sinta  
o péso o mar Egeu das quilhas suas.”... (172)

Mas, não se dando por vencido, compondo agora a sua própria ode, quando do atentado contra Pombal, Cláudio, como um excelente áulico, assim convida a todos quantos sejam solidários ao Ministro ileso:

“De palmas, e de loiros vinde agora  
Cercar o Trono, que enche, e condecora  
O Ministro Real”. (173)

Tomás Antônio Gonzaga — porque aspira, no princípio de sua carreira, a uma cátedra em Coimbra — dedica sua tese de *Direito Natural* ao poderoso Marquês e, o que é mais, inclui no trabalho toda a doutrina que converge aos propósitos

(171) *Obras Poéticas*.

(172) *Alvarenga Peixoto, vida e obra, cit., Poesia 20, p. 29.*

(173) *Obras Poéticas, cit.*

pombalinos, tais a precedência do poder real sôbre o eclesiástico, as vantagens do cesarismo e do govêrno autoritário e o louvor da tirania ilustrada. Ocorre, porém, a morte de D. José I, em 1777, e D. Maria I sobe ao trono de Lisboa. Cai o Marquês de Pombal e vai expulso da Côrte, para o seu duro exílio final. Então, celebrando a “feliz aclamação da muito alta e muito poderosa soberana D. Maria I, nossa senhora”, o futuro Dirceu se congratulará com o povo português, enaltecendo outros valôres não necessariamente mais aquêles do *Direito Natural*:

“Não são, Lusos, não são as falsas glórias  
nascidas dos acasos das vitórias  
que fazem os Impérios florescentes” (174)...

Contudo, bem mais lógico e corajoso irá revelar-se o jovem médico paracatuano, Dr. Francisco de Melo Franco, que endereçará seus versos do *Reino da Estupidez*, já depois da “viradeira”, contra os anti-reformistas da Universidade de Coimbra, cujos propósitos o autor já revela desde os primeiros versos:

“Não canto aquêlê Herói pio, e valente  
Que depois de ter visto a cara Pátria  
A cinzas reduzida, e campo vasto,  
Mil p'rigos contrastando um clima busca,  
Aonde com os seus ditoso seja.  
A mole Estupidez cantar pretendo,  
Que distante da Europa desterrada  
Na Lusitânia vem fundar seu Reino.” (175)

O “Herói pio, e valente” é o Marquês de Pombal, vivo ainda nos dias em que Melo Franco escreve êstes versos, mas já recolhido ao seu recesso político, depois de 1777. O reino que a Estupidez vem fundar na Lusitânia tem seu assento na Universidade de Coimbra.

A coragem do jovem facultativo de Paracatu irá enredá-lo com a Santa Inquisição e o resultado será ruim para o môço mineiro: êle conhecerá as brutalidades dos calabouços de Lisboa, aões seguidos. Daí recrudescerá no ânimo do bravo filho das idéias reformistas a decisão de continuar a lutar contra a estupidez das autoridades policiais de D. Maria I. Caberia, aliás, ao Iluminismo iniciar a luta decisiva pela reforma do

(174) GONZAGA, Poesia 4, p. 5, cit.

(175) Canto 1, in *Coleção de autores mineiros*, Imprensa Oficial, (ed. de Mário de Lima), Belo Horizonte, 1922, p. 207.

direito penal e penitenciário. A literatura setecentista está cheia de estímulos nesse sentido, como, por exemplo, a luta de Voltaire contra os tribunais ou as cartas de Mirabeau, escritas na prisão, onde o fogoso tribuno da Revolução Francesa ferreteia com palavras candentes as condições subumanas das cadeias do seu país. Será, porém, a publicação, em 1764, do livro *Dos Delitos e das Penas*, do Marquês de Beccaria, que irá abrir a cruzada de opinião contra os inquisitórios secretos e as torturas policiais, até então vigentes em tôda a parte. Calará fundo nas almas mais sensíveis o que Beccaria escreve contra a tortura, que era uma espécie de teste da verdade, “como se essa verdade residisse nos músculos e nas fibras de um infeliz torturado” (176). O grande penalista italiano acha, assim, que “a tortura é muitas vêzes um meio seguro de condenar o inocente fraco e de absolver o celerado robusto”, pois — afirma êle — “o resultado da tortura é coisa que depende do temperamento e da constituição do corpo, que é distinto em cada homem, segundo a sua fôrça e sua sensibilidade” (177).

Regressando da Europa, como o Dr. Francisco de Melo Franco, os jovens doutôres trarão para cá, com certeza, êsses novos ideais de humanização penal e penitenciária, que começa a conotar-se com os postulados pedagógicos em curso. Aliás, irão encontrar auspiciosa acolhida no coração das gentes mineiras, instruídas desde o primeiro instante nos ensinamentos da caridade e da misericórdia cristãs e avezadas, também pelos ingredientes do *ethos* luso-africano, aos amavios do sentimentalismo e da compaixão. Exemplo impressionante da pregação dêsses ideais de humanitarismo penal são os Cartas 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup>, das *Cartas Chilenas*, atribuídas ao Desembargador Tomás Antônio Gonzaga, autor do *Tratado de Direito Natural*, em que se denunciam cruamente as violências perpetradas pelo “Fanfarrão Minésio” (o Governador Luís da Cunha Menezes) contra míseros presidiários, forçados sob pesados grilhões a trabalhar nas obras da Cadeia de Vila Rica. Já havia transido o coração do povo a dura repressão aos “vadios”, nos governos do Conde de Valadares e de D. Rodrigo José de Menezes, que os tinham “exterminado” para os sertões do Cuieté, onde iriam sustar as arremetidas de bugres fero-

(176) BECCARIA, Marquês Cesare de, *Dos delitos e das penas*, São Paulo, Atena Editôra, 5.<sup>a</sup> edição, 1956, p. 66.

(177) *Idem*, p. 68.

zes (178). Quis, entretanto, o destino, em 1809, que no Arraial do Tijuco fôsse sofrer e morrer, às mãos de um dos mais ilustres doutôres advindos da Europa iluminista, o Intendente Manuel Ferreira da Câmara, o garimpeiro Isidoro. Sua vida é uma novela cinematográfica, cujo clímax se dá no instante em que o Intendente Câmara, em seu orgulho ferido de autoridade incapaz de alcançar Isidoro, jura prender e justificar o audacioso faiscador; êste, depois de prodígios de valor e astúcia contra o cêrco implacável dos soldados do Intendente, acabou caindo-lhes nas garras, espancado, maltratado e gravemente ferido. “Vinha amarrado em um cavalo” — conta Felício dos Santos (179) — “cercado de pedestres, todo ensopado de sangue que corria-lhe das feridas, com a cabeça curvada sôbre o animal pelas dores que sofria, quase inanido de fôrças. O povo compungido dizia: “Lá vem o mártir, o homem inocente”. Argüido firmemente pelo próprio Câmara durante horas, Isidoro não denunciou as pessoas que lhe compravam os diamantes que extraía clandestinamente. Embalde o Intendente prometeu, agradou e ameaçou-o com torturas: o garimpeiro ficou impertérrito. Vieram as torturas, açoites de bacalhau por dois pedestres, até que se cansaram! Já quase moribundo, ao terceiro dia, começou a ser novamente seviciado, mas então os algozes se amercearam e o levaram de volta para a prisão, chamando-lhe médico e confessor. Isidoro quis falar com o Intendente, o qual tomado agora de sincero arrependimento, lhe foi pedir perdão em seu último instante de vida. O povo tijuquense jamais o esqueceu e ainda hoje se refere ao heróico garimpeiro como “Isidoro, o mártir”. Êsses sentimentos solidários do terno coração dos mineiros para com as vítimas da violência — seja ela qual fôr — manifestar-se-ão novamente, logo depois da repressão sanguinolenta da Revolução Pernambucana de 1824, quando um dos mais ilustres chefes daquele movimento, o Pe. José Martiniano de Alencar, prêso e conduzido pelo sertão para o Rio de Janeiro, desfilou pelas povoações mineiras, em ferros e escoltado pelos soldados imperiais. O carinho, a compaixão, a solidariedade com que o receberam as populações, à beira de sua *via-crucis*, o comoveram de tal maneira, que, vários anos depois, no Senado, Alencar referia-se

---

(178) V. *RAPM*, VIII, pp. 478, 479 e 508.

(179) *Mems. Distr. Diamantino*, cit., p. 337.

aos mineiros com estas palavras: “Não sou filho dessa Província, mas tenho uma predileção por ela, igual talvez à daqueles que nela nasceram, e isto por motivos muito particulares, que talvez outro qualquer não tenha. Eu tive de atravessar aquela Província no ano de 1825, na qualidade de prêso bastante-mente infeliz e desgraçado e fui tão bem tratado quanto se pode imaginar” (180). Foram acontecimentos como êsse e tantos outros que teriam comprovado ainda mais os sentimentos humanos do povo mineiro, o qual, como os demais brasileiros, tem, infelizmente, a tendência de cair no sentimentalismo piegas, mesmo diante da impostura e da malandragem, exercidas pelos “vadios” expertos, sempre muito abundantes neste vasto país, que se nos insinuam como vítimas dêste ou daquele poder vindicador. Monsenhor Pizarro, em suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, classifica muito bem os mineiros, dizendo que “todos os habitantes das Minas estão em razão igual de proveitosos, e úteis ao público”, mas lhes verbera a excessiva complacência com os vadios, “a quem o liberal acolhimento dos povos auxilia” — comenta êle — “ministrando-lhes o sustento em qualquer hora que êles o procuram pelas casas, de onde tem origem o número avultado de facinorosos e de homicidas” (181). Daí a insegurança que um contemporâneo dêsse juízo de Monsenhor Pizarro irá sentir em Vila Rica, o viajante inglês Luccock, quando, deslembado das precauções de fechar a porta do seu quarto, é advertido pelo estalajadeiro, que lhe afirma andarem soltos milhares (!) de ladrões por ali. “Foi então que notei” — escreve John Luccock — “que tôdas ás demais portas e venezianas estavam cuidadosamente fechadas, que nenhum objeto passível de ser carregado se via exposto, havendo grandes arcas com sólidos cadeados e chaves para a sua guarda.” (182) Essa complacência brasileira para com os criminosos, mesmo por parte das autoridades judiciárias, é também denunciada pelo mesmo Luccock, que se encontra, um dia, na estrada, com um homicida pôsto em liberdade, sob a proteção de uma “carta de seguro”, que o viajante inglês chama de “desgraça da magistratura brasileira”, pois se trata de uma garantia oficial que coloca a um vilão fora do alcance da lei e — é comentário de Luccock — “não deixa aos amigos de uma pessoa

(180) *Efs. Mins., cit.*, I, p. 325.

(181) MONS. PIZARRO, *Mems. Históricas, cit.*, vol. 8, t. II, p. 61.

(182) LUCCOCK, *Notas..., cit.*, p. 332.



assassinada outro recurso senão o da vingança privada" (183). A. de Saint-Hilaire iria encontrar igualmente muitos dêsses beneficiários criminosos impunes, em suas viagens, que se consideravam tão garantidos em seus homizios a ponto de não esconderem, nem por um momento, a sua condição de malfeitores, deixados à vontade por uma justiça excessivamente indulgente (184). Problemas criados ontem, problemas que ainda hoje permanecem, graças a um sentimentalismo popular primário, que não conseguiu senão desfigurar os ideais humanitaristas do Iluminismo, que, por sua vez, não passavam de um sentimento irmão da *charitas* cristã, no seu sentido mais exato.

É sabido que a época do Iluminismo tem fôlego curto no que toca à criação de obras grandes e originais. Sua preocupação maior é, antes, a divulgação do que a própria criação, é a expansão do saber, desvestido de suas sutilezas ou profundidades. O Iluminismo é uma era prática, utilitária. "Quer-se saber" — explicam os irmãos Grimm — "mas quer-se aprender sem esforço e em pouco tempo, o que é, sem dúvida, a causa dos diferentes métodos que se apresentam todos os dias e a razão pela qual vemos tantos *abrégés*" (185). Daí a grande quantidade das publicações curtas, dos "pensamentos" extraídos das obras às vêzes exaustivas dos autores, as "análises", os "gênios" e os "espíritos", os "breviários" e os compêndios, as "bibliotecas" e os dicionários, os "almanaques", os "vademecuns". O Brasil e as Minas Gerais dos últimos decênios do século XVIII e dos princípios do século seguinte irão tomar conhecimento dessa literatura breve, utilitária e "filosófica", a que se darão os eruditos do tempo. O grande fitologista Frei José Mariano da Conceição Veloso, o mais antigo dos cientistas mineiros do Iluminismo, elabora, excepcionalmente porém, a sua monumental *Flora Fluminensis* (primeiros meses de 1790), em cujo volume de texto declara, em carta a D. Luís de Vasconcelos e Sousa, "ter 'estudado, feito desenhar e reduzido à nomenclatura de Lineu, segundo o sistema sexual, cêrca de mil e setecentos exemplares de plantas" brasileiras (186); excepcional também,

(183) *Idem*, p. 362.

(184) SAINT-HILAIRE, *Vi. p. Prouv.*, cit., I, p. 311.

(185) *Apud* HAZARD, *op. cit.*, t. II, pp. 187/8.

(186) *Apud* STELLFELD, *cit.*, p. 36.

pelo volume, é o seu *O Fazendeiro do Brasil* (1798-1806), obra de onze volumes em cinco tomos (estudos sobre a cultura da cana e feitura do açúcar; o leite, o queijo e a manteiga; a tinturaria, com memórias sobre o anil, cultura e fabrico do urucu, sobre o índigo, a cultura do cacteiro e a criação da cochonilha; bebidas alimentosas; cultura do café, do cacau e preparação do chocolate; especiarias; e o último sobre filatura, procurando, assim, “colhêr sempre alguma luz para si e utilidade para o seu país”. Depois, entram os trabalhos curtos: *Extrato sobre os engenhos de açúcar no Brasil*, condensação da obra *Cultura e opulência do Brasil*, de Antonil (Lisboa, 1800, 120 p., in-4.º); *Memória sobre a cultura da urumbeba e sobre a criação da cochonilha* (Lisboa, 1799, 45 p., in-8.º); *Memória e extratos sobre a pipereira negra* (Lisboa, 1798, in-8.º); *Avidrio brasilico ou galeria ornitológica das aves indigenas do Brasil* (Lisboa, 1800, in-fol.); *Quinografia portugueza* (coleção de memórias sobre 22 espécies brasileiras de quinas) (Lisboa, 1799, 221 p., in-8.º); *Alografia dos álcaes fixos* (Lisboa, 1798, in-4.º); a coletânea didática intitulada *O naturalista instruído nos diversos métodos, antigos e modernos, de ajuntar, preparar e conservar as produções dos três reinos da natureza* (Lisboa, 1800, in-8.º); *Relação das moedas dos países estrangeiros, com o valor de cada uma, reduzido ao dinheiro português, para uso dos comerciantes* (Lisboa, 1800, 123 p., in-8.º), etc. Com as traduções, Frei Veloso revela-se o mais fecundo dos autores científicos brasileiros (mais de 20 obras publicadas), se não bastasse esse monumento máximo da ciência indígena, que é a *Flora Fluminensis*. O outro Veloso, o Dr. Joaquim Veloso de Miranda, depois de promovido ao ensino universitário em Coimbra, faz jus ao cenáculo ilustre da Academia Real das Ciências de Lisboa e vai publicando, através de sua carreira científica, os seus trabalhos: *Descriptio animalium quorundam brasiliensium*, sobre zoologia; *Brasiliensium plantarum fasciculus* e *Plantarum quarundam Brasiliensium descriptio botanica*, folhetos sobre a botânica brasílica e, mais tarde, as *Memórias* de suas excursões científicas (187), tendo deixado alguns

---

(187) SACRAMENTO BLAKE, *cit.*, t. IV, p. 251; *Cartas Chilenas*, 3.ª, vv. 33, de Veloso de Miranda, assim falam, nestes versos:

“.....  
o nosso Damião, enfim, abana  
ao lento fogo, com que, sábio, tira  
os úteis sais da terra.”.....

Damião é o pseudônimo que o autor das *Cartas dá* ao Pe. Veloso de Miranda.

MEMORIA  
SOBRE  
OS PREJUISOS CAUSADOS  
PELAS SEPULTURAS DOS CADAVERES  
NOS TEMPLOS,

METHODO DE OS PREVENIR,  
OFFICINA DE

S. ALTEZA REAL  
O PRINCIPE REGENTE  
NOSSO SENHOR,

VICENTE COELHO DE SEABRA SILVA TELLES  
MEDICO, E CIRURGAO, DO HOSPITAL DE  
SANTA, E ALTADEIRO, DO HOSPITAL DE  
CUMBERY, E ALTO DO PRINTEIRO REAL DA  
CIVILDADE DE LISBOA, ETC.

PUBLICADA POR  
FR. JOSE MARIANO VELLOSO



LISBOA,

NA OFFICINA DA CILIA ESTREPARIA, LOGAR DO CASO

M. 1800.

Fôlha de rosto da obra *Memoria sobre os prejuisos causados pelas sepulturas dos cadaveres nos templos, e methodo de os prevenir*, do Dr. Vicente Coelho de Seabra Silva Telles, publicada em 1800

inéditos. Manuel Ferreira da Câmara, logo após sua formatura, publica, em 1788, um *Ensaio de descrição física e econômica da Comarca dos Ilheus na América*, talvez a primeira obra premiada pela Academia das Ciências de Lisboa — como presume o Sr. Marcos Carneiro de Mendonça<sup>(188)</sup> — logo seguida das *Observações acerca do carvão de pedra da Freguesia da Carvoeira*, editadas no ano seguinte, obras essas que abrirão ao futuro Intendente das Minas e dos Diamantes as portas da referida Academia. O Dr. José Vieira Couto, para “inculcar suas viagens”, deixa três memórias de sua especialidade e, talvez, outros trabalhos menores que se teriam perdido; de suas perquirições sobre o salitre — a preocupação da Côrte é a manipulação da pólvora, por causa das guerras na Europa — produz uma *Memória sobre as salitreiras naturais de Monte Rorigo ou Rodrigo, na Serra do Cabral*; amante extremoso da terra natal, escreve a excelente *Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais, suas descrições, ensaios e domicílio próprio*, outra *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais, seu território, clima, produções metálicas, etc.*, uma *Viagem ao Indaiá*, e uma *Memória sobre as minas de cobalto da Capitania de Minas Gerais*<sup>(189)</sup>: “(. . .) dos sábios do seu tempo” — opina o mestre Sílvio Romero, em sua *História da Literatura Brasileira*<sup>(190)</sup> — “foi Couto um dos que mais escreveram e em melhor estilo”. Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, o jovem pesquisador nascido em Congonhas do Campo, é o autor dos *Elementos de Química*, o primeiro “tratado completo de química escrito em português, na doutrina antiflogística” (Pereira Salgado)<sup>(191)</sup>, que alcança intensa repercussão; escreve ainda sobre as minas de sua Capitania, sobre pedras preciosas, mas, principalmente, a *Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos, e método de os prevenir* (1800), que teria apressado a Carta-régia de 14 de janeiro de 1801, que mandava construir cemitérios retirados das cidades e proibia enterros nas igrejas<sup>(192)</sup>; ao publicar outro trabalho seu — a *Memoria sobre a cultura do arroz em Portugal, e suas conquistas* — também de 1800 (como o anterior, editado pela Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, de Lisboa, sob a direção do compatriótico e amigo Frei José Mariano da Concei-

(188) CARNEIRO DE MENDONÇA, *O Intendente Câmara*, Comp. Edit. Nacional, São Paulo, 2.<sup>a</sup> edição, 1958, p. 15.

(189) SACRAMENTO BLAKE, *cit.*, V, p. 229.

(190) SÍLVIO ROMERO, *Hist. Lit. Bras.*, *cit.*, t. II, p. 563.

(191) *História de Portugal*, *cit.*, t. VI, p. 530.

(192) V. capítulo anterior s/ a Igreja Mineira.

ção Veloso), Silva Teles defende o arroz, “alimento saboroso”, contra “alguns impostores”, os quais, “querendo ter mais huma capa para a sua ignorancia, tem declarado hua injusta guerra a este proficuo, e innocente dom da provida, e benevola Natureza”; outro interessante trabalho de Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, publicado em 1792, em Coimbra, pela Real Imprensa da Universidade, é a *Memoria sobre o methodo de curar a ferrugem das oliveiras*, obra científica ilustrada pelo próprio autor, que êle dedica a D. Francisco Rafael de Castro, Reformador Reitor da Universidade de Coimbra. Mais outro médico mineiro que publica diversas obras é o Dr. Francisco de Melo Franco, o lendário autor do poema satírico *Reino da Estupidez*, contra o reitorado do Principal Mendonça, que sucedeu a D. Francisco de Lemos e tentou desfazer os efeitos da reforma pombalina na Universidade de Coimbra; êle publica, em 1790, o seu *Tratado de educação física dos meninos para uso da nação portugüesa*, em que há — segundo Afonso Arinos de Melo Franco — “uma adaptação aumentada pelos sólidos conhecimentos médicos do autor, dos princípios mais aceitáveis da educação natural do *Emilio*, freqüentemente com a citação das mesmas fontes que serviram a Rousseau” (193). Nem sempre, porém, êsses mineiros vindos de Coimbra serão necessariamente publicistas. Alguns se destacarão pela sua competência clínica e seus dotes humanitários, como é o caso do Dr. Faustino José de Azevedo, de Campanha da Princesa, que, não satisfeito com seu título de bacharel em Filosofia, de Coimbra, passou-se para Montpellier, onde conquistou o grau de Doutor em Medicina; “chegado ao Rio de Janeiro” — são palavras do jornal *Astro de Minas*, do dia 26 de fevereiro de 1828, fazendo-lhe o necrológio — “bem conheceo o honrado patricio que *obteria ali vantagens, pelo uso da Medicina*, que não conseguiria no seo paiz natal (Campanha), *até pela rareza de Medicos que então havia naquella cidade* [Rio de Janeiro]. Ao interesse se oppoz a mais nobre das virtudes — *o amor da Patria e o desejo de ser util aos seos patricios*. Deixando o Rio de Janeiro consagrou-se inteiramente a elles pelo espaço de mais de 32 annos [na Campanha, sua terra natal]” (194). Outro eminente médico conimbricense, de longa tradição de homem culto em Vila Rica (estêve em Coimbra de 1743 a 1748), foi

(193) *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1937, pp. 328/329.

(194) *Apud* Alfredo VALADÃO, *Campanha da Princesa*, cit., t. I, p. 185

o Dr. Tomás de Aquino Belo e Freitas, que teria traduzido a *Henriade*, de Voltaire (Rodrigues Lapa), ao qual assim tecem as *Cartas Chilenas* êstes encômios:

“Há nesta grande terra um homem sábio  
e o único formado em medicina.  
A êste bom doutor estimam todos,  
por sua profissão, por seus talentos,  
por seu afável modo e, mais que tudo,  
pelas muitas virtudes que respira”. (195)

O que vale recordar é que até alguns bacharéis em leis, vindos da Europa, iriam interessar-se em escrever trabalhos de divulgação científica, para ajudar a resolver os problemas que afligiam a Capitania natal. Eis que o Dr. José Gregório de Morais Navarro, que se tornaria figura lendária nos sertões do Paracatu do Príncipe, como seu primeiro juiz-de-fora e instalador da Vila, deixa escrito o muito útil opúsculo *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brasil, pela introdução do arado, reforma das fornalhas, e conservação de suas mattas, etc.* (publicação de Frei Veloso, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1799, in-8.º, 20 p., em Lisboa), propugnando pela agricultura racional e pela proteção das florestas da terra.

---

(195) Carta 12.ª, vv. 242-247.

## CAPÍTULO V

# A Crise dos Fins da Era Colonial e os doutôres mineiros

### 1. O trauma da Inconfidência

Em um dado momento, quando a crise do ciclo do ouro não tem mais remissão, há como um desvendamento dessa crise, uma verdadeira tomada de consciência da situação desesperada da Capitania por sua gente. Não é que a crise não fôsse sentida, nem que o povo não se apercebesse de sua triste condição. Não é isso. O que aconteceu foi como um súbito abrir de olhos, foi como a volta da sensibilidade após o traumatismo no corpo combalido que recebe o ferimento mais grave e mais fundo, talvez aquêlê golpe derradeiro que vai trazer o fim de tudo, o irreparável. Para o povo mineiro, êsse golpe supremo foi a Inconfidência, foi a violenta repressão que se lhe seguiu, a morte de Tiradentes, o degrêdo dos demais Inconfidentes e as cruéis medidas contra as suas famílias, contra tantos inocentes, contra o povo inteiro.

A Inconfidência Mineira foi a última gôta do cálice de fezes, que amargamente vinha tragando, desde muito, o povo das Minas. Depois dela, teria de haver o que houve: a emigração para outras terras, a verdadeira diáspora das gentes perseguidas e desesperadas para uma vida nova. Mas, foi preciso que acontecesse a Conjuração. Apenas uma cochichada política de alguns homens furtivos desencadeia todos os ventos da adversidade e os maus fados passam a perseguir aquêles coitados, numa expiação terrível, como em verdadeira tragédia grega. No princípio, os acontecimentos caminham lentamente, *sotto voce*, ou apenas através de murmurações e boatos, até o instante fatal da denúncia da conjuração. Dir-se-ia que a tragédia não tem um primeiro ato; começa no segundo, quando o traidor Joaquim Silvério dos Reis e seus comparsas entregam

ao Visconde de Barbacena, Governador da Capitania, o instrumento de sua infâmia: a suspensão da derrama que ia ser decretada em Minas; a dramática e inesperada prisão dos Inconfidentes, consumada pela de Tiradentes, no Rio de Janeiro; a escolta dos presos agrilhoados a desfilar, arrastando suas correntes pelo Caminho Real, de Vila Rica até os calabouços da Capital do Vice-reinado; os interrogatórios extorquidos daquelas criaturas, reduzidas a vermes de homens pelo confinamento físico e moral de quase três anos; a iníqua sentença que a Alçada Régia acaba por proferir, carente de provas materiais do pretenso crime; a morte de Joaquim José da Silva Xavier; o banimento dos demais Inconfidentes, o arresto dos seus bens, a infâmia sobre seus nomes e suas famílias — eis o encadeamento dos quadros, preparando a movimentação das personagens. O Tiradentes, trêfego e insignificante, principia a crescer nos interrogatórios, ultrapassa a todos na imensa dimensão de sua humanidade e rouba somente para si a glória de dar sua cabeça pela causa, e se torna o protagonista, o primeiro campeão da Inconfidência; seus companheiros de infortúnio, senhores das Minas, vão-se apequenando nos interrogatórios e acareações, acabam na covardia coletiva das negações da terceira hora, e ficam simples atores deuteragonistas. Contrastando com os vilões, que vão da gama rasa dos três traidores relapsos e devedores do Erário Régio até a Nêmesis régia, D. Maria I, com escalas pelo Visconde de Barbacena, o Vice-rei Conde de Resende, os Juizes da Alçada e o Ministro Martinho de Melo e Castro, avulta, purificado na catástrofe, esse dorido vulto feminino de Bárbara Heliadora, evocando umas vezes Níobe e noutra Hécuba, que tudo perde na voragem — posição, nome, marido, filhos e fortuna — e acaba na demência e na miséria; e, finalmente, o grande còro do povo, um pouco ator e um pouco espectador, apenas fazendo ouvir os seus gemidos e o tropel dos seus passos, aproximando-se, às vezes, dos acontecimentos, mas fugindo deles, assustado, de medo da Nêmesis vingadora do despotismo régio.

Com efeito, é um tenso clima de tragédia grega que vive Minas Gerais, naqueles inolvidáveis dias da Inconfidência. É porque o fio das tragédias gregas parte da época dos heróis — a Idade Média helênica, cujos últimos tempos descreve a *Iliada* (1) — iremos vincular muitas coisas dos dias da Inconfi-

(1) V. Ferdinand Lott, *El fin del Mundo Antiguo y los comienzos de la Edad Media*, U.T.E.H.A. (Col. La Evolución de la Humanidad, em trad. mexicana), México, 1955, p. 53.



dência a uma espécie de revivescência medieval despertada e desenvolvida ali. Aliás, o século do ouro mineiro parece guardar êsse resíduo medieval, no que tem de épico em algumas coisas, de alegórico em outras e, principalmente, de violento em tantas outras. Aquêlê senso dramático da vida, que é barroco mas que é também medieval — a que Huizinga, o inspirado autor do *Declínio da Idade Média*, classifica como “o teor violento da vida” — está muito presente na vida mineira setecentista, em episódios muito sugestivos. Afina bem, por exemplo, com êsse “teor violento da vida” a iníqua sentença da Alçada, proferida no dia 18 de abril de 1792, na qual é condenado o réu Joaquim José da Silva Xavier, “por alcunha o Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas, a que com baraço e pregão seja conduzido pelas ruas publicas ao lugar da forca, e n'ella morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada á Villa Rica, aonde em o lugar mais publico d'ella será pregada em um poste alto até que o tempo a consuma; o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregados em postes pelo caminho de Minas, no sitio da Varginha e de Seboldas, aonde o réo teve as suas infames praticas, e os mais nos sitios de maiores povoações, até que o tempo tambem os consuma. Declaram ao réo infame, e infame seus filhos e netos, tendo-os, e seus bens applicam para o fisco e camara real, e a casa em que vivia em Villa Rica será arrasada e salgada, e que nunca mais no chão se edifique, (...) e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória a infamia d'este abominavel réo” (2). “Assim falavam e procediam no caso de lesa-majestade” — comenta a iníqua sentença Charles Ribeyrolles, em seu *Brasil Pitoresco*, um dos poucos estrangeiros que tiveram a audácia de publicar, no século passado, conceitos favoráveis à Inconfidência Mineira, assunto deveras incômodo no tempo do Império — “os tribunais dessa monarquia benigna oriunda da Idade Média, com a cruz na mão. O sangue dos homens não os satisfaziam. Eram-lhes necessários a dor suplaciada, os sofrimentos desesperados, as agonias lentas, as profanações do cadáver e as infâmias póstumas. Êles precisavam dos membros da vítima pregados nos postes das cidades, a casa arrasada, os filhos sem nome e sem pão. Faltavam-lhes as

---

(2) Apud Lúcio José dos Santos, *A Inconfidência Mineira*, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1927, p. 615.

festas da vingança e as crueldades do carrasco.” (3) E eles tiveram tudo isso, à saciedade, primeiro no dia 21 de abril de 1792, na Capital do Vice-reinado, e depois nos dias e meses subseqüentes, em vários lugares do Caminho Real para Minas. Como em certos horripilantes momentos medievais, naquela radiosa manhã fluminense de 21 de abril, plangeram sinos fúnebres, “terríveis de ouvir”, mas que o povo ouviu e compreendeu, acorrendo todos para assistirem ao inédito espetáculo. “A cidade estava aparelhada como para uma grande festa” — conta um historiador nosso (4) — “em honra à divindade do governo supremo. Aos sons marciais das fanfarras saíram de todos os quartéis os regimentos da guarnição, com os uniformes maiores: seis regimentos e duas companhias de cavalaria que em tropel corriam a cidade, guardada agora momentaneamente pelos auxiliares.” O aparato militar fazia-se necessário para significar maior força ao despotismo e à lição que se pretendia dar. Já então, na prisão, o algoz se apresentara e despira o condenado, vestindo-lhe a alva do costume, para que a vítima fôsse imolada como uma ovelha. Se a multidão tivesse assistido àquela vestição ritual, como os antigos espectadores medievais haveria de se comover até as lágrimas, quando, sereno e passivo, deixando-se cobrir apenas pela branca e comprida túnica, Tiradentes recordou que “o seu Redentor morrera por êle também nu assim”. Pronto para o sacrifício, de que iria ser a oblata e o celebrante, êle foi levado para a procissão, que se organizou em frente da Cadeia, com a Irmandade da Misericórdia e a sua colegiada, e o esquadrão de cavaleiros da guarda do Vice-rei; foi pôsto no meio do préstito, ladeado pelos religiosos que o confortavam, pelo clero e as irmandades, protegidos todos pela cavalaria. Conta uma testemunha presencial que Tiradentes tinha “as faces abrasadas”, caminhava rápida e intrêpidamente, monologando com um grande Crucifixo, que trazia às mãos amarradas, à altura dos olhos. “Nunca se vira tanta constância e tamanha consolação”: — observava, intensamente emocionada, a multidão, solidária já com êle, como se solidarizavam as antigas platéias, tão numerosa e excitada, que era preciso ser posta em ordem pela cavalaria. Pelas 11 horas do dia, o réu entrou na praça, com seu séquito. Era o Campo da Lampadosa, pequeno

(3) Charles RIBEYROLLES, *Brasil Pitoresco*, Livraria Martins, São Paulo. 1941, 2 vols., t. I, p. 91.

(4) João RIBEIRO, *História do Brasil*, Livraria Francisco Alves (p. antológica), Rio de Janeiro.

aquela hora para conter a multidão, e dominado pelo imponente patíbulo, uma altíssima fôrça de vinte degraus, erguida como um majestoso altar. O Mártir subiu ligeiramente os vinte degraus, sem hesitar um só momento, acompanhado pelo bruto Capitania, o seu carrasco: só tinha olhos e coração para o Crucifixo. No alto da fôrça, voltou-se calmamente para o carrasco e lhe pediu que abreviasse o suplício. Então, após as palavras do Guardiã do Convento de Santo Antônio, que se concluíram com a recitação do Credo, ao seu último versículo, Capitania, como um autômato implacável, empurrou violentamente o corpo do Inconfidente para o vazio: como um estranho fruto fustigado na ponta do seu longo galho, o corpo rodopiou com fôrça primeiro, em estrebuchões medonhos, até passar a pêndulo, quando o carrasco saltou sôbre êle, cavalgando-o ignominiosamente, a fim de que logo se completasse aquela "morte natural para sempre". E ela se completou, sob o horror fascinado da multidão, impressionada até onde era possível o sentimento humano. Nem era preciso, pois, aquêlê sermão fementido de um dos religiosos, cujo tema, do *Eclesiastes*, advertia que não se devia trair o rei nem por pensamento, pois as aves do céu lhe levariam êsse pensamento de traição...

Mas, para que a lição do castigo fôsse levada a Minas, a terra revel, para escarmento de todos os mineiros, após baixado o corpo do supliciado, veio um magarefe com a sua machada e cortou, bem à moda medieval, o corpo lívido do herói: primeiro, decepou-lhe a cabeça, e depois lhe dividiu o corpo em quatro partes, cada um com um braço ou uma perna, mergulhou tudo em salmoura, que os soldados do regimento de Estremós levaram pelo Caminho Nôvo a fora, para que se cumprisse a macabra determinação da Alçada: a cabeça para ser fincada na ponta de um pau, no rossio de Vila Rica, e os quartos para serem pendurados nos pousos da estrada, por onde houvera o Mártir plantado as sementes das idéias da Independência de sua terra: em Cebolas, na Varginha; na Borda da Mata e nas Bandeirinhas...

O povo assistira, transido e mudo, ao terrível espetáculo, mas dêle não participara... Assim, quando, logo em seguida, a instâncias do Conde de Resende, a Câmara do Rio de Janeiro promoveu três dias de luminárias em comemoração do enforcamento de Tiradentes, viu-se obrigada a advertir, de maneira muito sintomática, a todos os moradores fluminenses,

no sentido de que deitassem luminárias, “pois não esperava ser necessario punição e pena contra os que o contrario praticassem” (5). Um mês depois, em Vila Rica, o Governô de Minas promovia, por sua vez, três noites sucessivas de festas, com luminárias acesas em tôdas as portas, as janelas das casas colgadas de ricos damascos e finas sêdas; enquanto isso, na Matriz de Nossa Senhora do Pilar, cantava-se concorrido *Te-Deum*, “pelo feliz suceço de se achar desvanecida a pretendida conjuração desta Capitania” (6), servindo de orador da “solemne festividade” o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, que proferiu entusiástica saudação a Sua Majestade Fidelíssima; no entanto, baseado em depoimentos de contemporâneos da Inconfidência, o historiôgrafo E. Machado de Castro garante que, naqueles dias, “iluminaram as casas os portuguezes e jamais um só mineiro” (7). Tudo leva a crer que, de fato, o povo agia assim, o que pode ser ilustrado pelo seguinte episódio: o Cap.-Mor Dr. Manuel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, de Vila Rica, escreveu, em 18 de maio de 1792, uma carta ao Senado da Câmara de Barbacena, lembrando a necessidade de que ali “deve haver alg.<sup>a</sup> senificação (*sic*) publica de contentamento” pela execução de Tiradentes, “alem das mais Camaras todas”, mas, no dia 26, voltou a escrever à mesmo Câmara, para avisar que “devem suspender [as comemorações] athé primeiro fazerem [nas] os da Cabeça da Comarca a que devem depois seguir, e porque concorrem certas razoens politicas”: a Câmara barbacenense, que se vira obrigada pela carta anterior a referendar as luminárias, valeu-se mais que depressa dos motivos da segunda para suspendê-la até data sem marca (8).

Essas “certas razoens politicas” não podiam deixar de ser senão o agravamento da tensão popular, elevada ao máximo do suportável, que, aliás, já se vinha dando desde maio de 1789, quando a Inconfidência havia sido denunciada ao Visconde de Barbacena, que então tomara uma série de medidas judiciais e policiais, que desencadearam um geral mal-estar na Capitania. Uma dessas iníquas medidas fôra a decretação do seqüestro dos bens dos Inconfidentes e de suas famílias; estarecera os ânimos de todos o gesto atrabiliário dêsse estúpido magistrado que foi o Dr. Luís Ferreira d’Araújo e Azevedo,

(5) XAVIER DA VEIGA, *Efems. Mins., cit.*, t. II, p. 287.

(6) *Idem*, t. II, p. 267.

(7) *In RAPM*, t. VI, p. 1.145.

(8) *RAPM*, VI, pp. 638/9.

Ouvidor Geral da Comarca do Rio das Mortes<sup>(9)</sup>, apresentando-se, com seu escrivão, na casa do seu ex-colega Dr. Inácio José de Alvarenga Peixoto, para seqüestrar os bens do casal. O Ouvidor alegava estar cumprindo à risca a portaria de 9 de setembro daquele ano, baixada pelo Governador da Capitania: Bárbara Heliadora protestou, porque se achava casada com carta de metade, de acôrdo com as leis do Reino, mas o prepotente Ouvidor tomou todos os bens do casal, alegando que o Governô resolveria depois, o que não aconteceu<sup>(10)</sup>. Pode-se imaginar a penúria a que ficaram reduzidos os parentes dos conjurados, de uma hora para outra. O pior era que, além da miséria extrema em que passaram a viver, não lhes era permitido receber ajuda daqueles que por êles se interessavam, ajuda, aliás, que não se dava, por mêdo de acusação de cumplicidade com os réus. Contou Inácio Correia Pamplona, um dos companheiros de Joaquim Silvério na traição da Inconfidência, que viera procurá-lo um môço de vinte anos, sobrinho do Cônego Correia de Toledo, Vigário de São José do Rio das Mortes, para lhe falar no desamparo em que estavam suas tias e primas, por causa do seqüestro de todos os haveres e roças de seu tio Vigário, rogando-lhe que se tornasse seu protetor junto do Governador ou do seu compadre Carlos José da Silva, alto funcionário da Administração Régia em Minas, no sentido de deixar que a família ficasse na roça seqüestrada. Pamplona, como não podia deixar de ser num traidor, foi frio até a crueldade, respondendo que não lhe competia falar em semelhante matéria; que sofressem as conseqüências do castigo bem merecido; que dessem graças a Deus por não estarem todos em algemas e presos; e que fôsse embora, a tratar da sua vidal<sup>(11)</sup> Ora, atitudes como essas não eram de molde a granjear amizades. A onda dos ódios e os ressentimentos

(9) Assim se manifesta o Governador D. Rodrigo José de Menezes sôbre o Ouvidor do Rio das Mortes, Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, em expediente de 31.XII.1781, à Côrte: "Hé homem de huma tão crassa ignorancia, q. bem longe de saber q. no mundo há huma lingua chamada Latina, nem sabe o seu proprio idioma, falando Português com todos os vicios da infima Plebe, pelo que se tem constituído hum objeto de Zombaria Universal não só na sua Comarca, em toda a Capitania, mas athé no Rio de Janeiro onde chegam as ridiculas sentenças que tem o trabalho de lançar nos Autos, depois de terem sido feitas por hum Rabola seu assessor, q. mandando-lhas escritas em papeis separados tem já succedido ele enganar-se trocando-os e lançando Sentenças de degredo em acções de libelo civil, o q. hé notorio por toda a parte". (AHU, de Lisboa, Caixa 56, MG, Doc. 40.) E sôbre o espírito prepotente do mesmo Ouvidor: "(...) na Junta de Justiça q. este anno convoquei, tive ocazião de ver athé onde chegava a sua estupidês e ignorancia q. no seu genero excede tudo qto. eu imaginava. A estas une huma arrogancia intempetiva q. o tem feito romper em excessos muito alheios do seu Ministerio". (*Idem, ibidem.*)

(10) *RAPM*, VI, p. 1.147.

(11) *Idem, ibidem.*

mentos foi crescendo de tal forma, que o Visconde de Barbacena começou a sentir-se inseguro, em sua posição de verdugo, tanto dos réus da Inconfidência como de tantos inocentes a eles ligados pelos laços do sangue, famílias que eram das principais e mais poderosas da Capitania; teria sido essa uma das razões pelas quais o temeroso déspota acabou por exigir de Lisboa uma guarnição especial de confiança para se proteger melhor, sob a alegação — manifestada em carta ao Ministro Martinho de Melo — de que “os filhos do paiz no exercito são infieis á Coroa” (12)... Talvez seja a primeira vez, na história do Brasil, que o povo, coletivamente, pratique a desobediência civil, pois existirá, com certeza, em Vila Rica e nas principais vilas mineiras, um mui perceptível clima de rebelião geral, de que o propalado roubo, audacioso aliás, da cabeça do Tiradentes, exposta na praça principal da Sede da Capitania, a dois passos do Palácio do Governador — contado impressionantemente numa das mais belas páginas de Bernardo Guimarães — é uma das manifestações mais eloqüentes e desafiadoras. Entretanto, o grande protesto generalizado do povo foi o exílio, para longe das autoridades régias. Com a partida intensiva, que se agrava depois dos dias da Inconfidência, as gentes mineiras levam no seu íntimo a repulsa ao governo, a ojeriza a “servir o governo”, que é um misto de ódio, medo e desesperança, ainda hoje tão vivos na alma coletiva dos descendentes ou compatriotas dos Inconfidentes.

A grande movimentação demográfica dos povos das Minas Gerais, que se desenvolverá a partir da década 1770-1780 até os dias da Regência, tem três razões fundamentais: uma, o agravamento sempre crescente da crise aurífera, com o seu cortejo de dificuldades econômicas e financeiras de toda a sorte; a segunda, o terrorismo policial e político, que se seguiu às brutais medidas régias contra os Inconfidentes e suas famílias; e uma terceira, derivada do natural espírito de aventura, característico das pessoas que lidavam com o ouro, nômades pela própria natureza de suas atividades mineradoras. Com efeito, o homem da mineração, não obstante a presença impositiva da miséria e da frustração em torno de si, comporta-se como um jogador: jamais perde a esperança, acredita sempre que poderá topar com a fortuna de uma hora para outra, descobrindo uma cata rica de ouro! É ele um desenraizado. Nada o prende à terra. Quando, por exemplo, após uma excursão ao vale do

---

(12) *RAPM*, VI, p. 1.143.

Jequitinhonha, o viajante Augusto de Saint-Hilaire chega a Vila Rica e enumera as possibilidades daquela região êrma e distante, logo surge um proprietário vilarriquense disposto a vender tudo o que tem e transferir-se para lá, com família, escravos e bens; o sábio francês estranha aquêlo desapêgo e comenta: "As oportunidades aventurosas da procura de ouro e pedrarias exaltaram êsse espírito de inquietação natural a todos os homens; como os jogadores, deixam-se arrastar pelo menor lume de esperança, e estão sempre prontos a sacrificar o que há de mais real às quimeras de sua imaginação".<sup>(13)</sup> O próprio Governo parecia estimular êsse nomadismo de aventura, quase sempre desastroso para os retirantes. Por inspiração do Conde de Linhares, o Príncipe D. João baixou, em 1812, uma Carta de lei, que isentava de impostos, por dez anos, a todos os colonos que se estabelecessem em terras e matos que confinassem com os índios; parece que essas medidas se seguiam aos pedidos de informações e sugestões que a Côrte formulara ao Governador da Capitania, desde 1809, quando uma horda de 600 botocudos atacou e devastou diversas fazendas, para os lados de São Mateus: a fixação de populações brancas junto dos limites indígenas seria um dos alvitre apresentados por Vila Rica e aceitos pelas autoridades do Rio de Janeiro. Inquietos, insofridos pela permanente ambição do ouro, muitos mineiros partiram, afastando-se do centro da Capitania para as periferias, como aquêles mil iludidos, anunciados por Luccock<sup>(14)</sup>, que se arremeteram para dois dias de viagem a oeste, em busca de um filão de ouro. Afinal de contas, as autoridades é que lançavam a isca, anunciando periôdicamente essas novas descobertas de ouro. E assim ficavam livres dos cuidados que trazia a Capital, quando se tornava mais repleta de vício e miséria: "os inquietos e aventureiros partem em busca da nova descoberta; alguns cansam-se, estacam e fundam novas povoações. E Vila Rica se alivia"<sup>(15)</sup>...

A dispersão das gentes já se faz sentir, porém, a partir da década de 1770-1780, quando, por exemplo, muitos colonos vão tentar nova sorte nos sertões do Cuieté; assim, há queixas da Câmara de Vila Nova da Rainha, em março de 1780, porque colonos dali, que teriam sido dos primeiros a fazerem descobertas de ouro no Cuieté, estão sendo esbulhados por gente ida de Mariana<sup>(16)</sup>. Não muito depois, no governo de Cunha

(13) *Vl. p. Proux.*, I, p. 177.

(14) *Luccock, cit.*, p. 337.

(15) *Idem, ibidem.*

(16) *Ejs. Mins., cit.*, t. I, p. 409.

Menezes, famílias inteiras de São Paulo regressaram para Piratininga, porque a compressão dos poderes públicos era ali menos forte<sup>(17)</sup>. Entretanto, uma verdadeira diáspora — no sentido exato do termo — se vai dar a partir da violenta repressão da Inconfidência Mineira, depois de 1792.

Constringido nas malhas desse terrorismo policial e político, além das dificuldades econômicas e financeiras de toda a sorte, agravadas pelas exceções judiciais e fiscais seqüentes aos acontecimentos da Inconfidência, o povo das Minas intensificou a sua fuga para todos os quadrantes da Capitania, e, mesmo, para fora de suas fronteiras. Foi, como dissemos, uma autêntica diáspora que se estabeleceu, uma fuga generalizada de milhares de pessoas, vinculadas pelo sangue ou pelas idéias, aos mártires de 89, que se dirigiram para os lugares mais distantes, para os sertões mais remotos, bem longe das autoridades régias, que as ameaçavam ou perseguiram.

Coloquemos geograficamente a diáspora da pós-Inconfidência, se a expressão tem a validade que lhe queremos dar. Poderíamos localizar a zona aurífera mineira setecentista dentro de um losango ideal, disposto no centro-sul da Capitania, cujos vértices se colocariam da seguinte forma: o do Norte, ao lado da margem esquerda do Rio Jequitinhonha, no meio caminho entre os Arraiais do Tijuco e de Jequitaiá (atual cidade de Bocaiúva); o do Oriente, cujos lados se encontrariam às margens do Rio Doce, não longe do Arraial de Antônio Dias; o do Ocidente, com os lados encontrando-se entre os estabelecimentos do Abaeté e do Indaiá (atuais cidades de Abaeté e de Dolores do Indaiá) para além da margem esquerda do Rio de São Francisco; e o do Sul, cujos lados do paralelogramo se tocariam em plena Serra da Mantiqueira, logo acima do Arraial do Rio do Peixe (atual cidade de Lima Duarte), não longe das nascentes do Rio Grande. A região norte desse "losango do ouro" — como passaremos agora a chamá-lo — era ocupada pela Demarcação Diamantina (cujo centro natural era o Arraial do Tijuco) e pelas Comarcas do Rio das Velhas (a oeste) e do Sêro Frio (a leste); a região central marcava o encontro dos limites centrais das três Comarcas do Rio das Velhas, do Sêro Frio e do Ouro Preto, cujas cabeças eram as Vilas de Sabará, do Príncipe e Vila Rica, respectivamente; e a região sul era tomada quase inteiramente pela Comarca do Rio das Mortes (cuja cabeça era São João del Rei), exceção feita de um trecho sudeste (a zona das nascentes do Rio Doce e adja-

---

(17) *RAPM*, VI, p. 1.079.



cências), que ainda obedecia à jurisdição da Comarca da Sede da Capitania.

Foi dêsse “losango do ouro” que se deu sempre a migração das gentes nômades mineradoras em demanda de novos descobertos, mas foi especialmente daí que partiu, depois de 1790, a diáspora dos perseguidos da pós-Inconfidência para as periferias: da Demarcação Diamantina, da Comarca do Sêro Frio e da parte setentrional da Comarca do Rio das Velhas, ela levou as famílias para o norte da Capitania (os sertões ribeirinhos do Rio São Francisco), para o nordeste (os longes de Itacambira e do vale do Araçuaí) e para o noroeste (os campos do Paracatu e do Urucuia); das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Velhas ela confluuiu-as quase invariavelmente para o oeste, desde o vale do Rio Paranaíba até o Julgado do Desemboque, nas barrancas do Rio Grande; e, finalmente, da Comarca do Rio das Mortes fêz os emigrantes partirem para o sul da Capitania e para o sudoeste, e, mesmo, para além dos limites mineiros, para os Vales do Parafba, do Moji Guaçu e do Pardo, na Capitania de São Paulo, abrindo novos núcleos de povamento nesse fértil e belo mediterrâneo. Poderíamos como que marcar na folhinha a marcha das famílias do “losango do ouro” em direitura das zonas lindeiras, depois de 1790. Suas rotas, nascendo ali, vão riscando seguidamente o mapa de Minas e irão configurar um imenso leque de mais de cento e oitenta graus, aberto para o ocidente, mas cujas linhas extremas apontam, ao norte, o vale do Araçuaí, e ao sul, os “campos do Jordão” mineiros e paulistas. Ainda há, entre êsses emigrantes, mineradores contumazes, mas a maioria se vai transformando em agricultores, fundadores de fazendas e de patrimônios e abridores de currais de gado. Levam lustros, decênios mesmo, para se estabelecerem e darem nota de si, quando requerem ereção de capelas ou criação de freguesias ou de vilas. Às mais das vêzes, êles chegam como pioneiros, encontrando só o deserto em tôrno de si: boa parte da documentação da circunstância são reclamações contra a gente implacável da justiça, contra os “excessivos salarios que levão os Officiaes de Justiça” nas diligências requeridas pelas partes, geralmente referentes a questões de terras, em fase de posseamento, ou de arrendamento ou à bruta, em grilagem deslavada, como veremos acontecer em vários lugares de colonização nova. Em outras vêzes, as gentes da diáspora chegam para dar vida nova a localidades decadentes, que se revigoram e se promovem a prósperas vilas, como acontecerá com o Arraial do Paracatu do Príncipe, o

qual, em 20 de outubro de 1798, é erigido em vila, com juiz-de-fora, cargo ocupado pelo esclarecido Dr. José Gregório de Moraes Navarro; na Oração Gratulatória com que celebra o feliz acontecimento, o Vigário Antônio Joaquim de Sousa Correia e Melo assim enaltece a nova Vila: “Esta que apenas seria huma pobre Aldeya, hé a precioza Villa do Paracatu do Príncipe, que a adornão, a pulem, a engrandecem o muito sabio Real Ministro, o Regio Senado da Camara, hum corpo de Clero devoto, e illuminado, muitos corpos illustrissimos, e impavidos de defensores da Patria, tambem de guardas dos Reaes Thezouros, não menos de columnas da liberdade Christã; que ha aqui, e florece o commercio: que ha muito homem illustre, amante da humanidade” (18). É a euforia ingênua e sadia das comunas novas, anchas de sua investidura municipal, trepidantes de forasteiros, gente ativa procurando terras, buscando um melhor futuro. A administração dessas novas vilas é simples: quando elas se criam, são criados também os seguintes cargos — dois juizes ordinários, um juiz de órfãos, três vereadores, um procurador do Conselho e dois almotacéis; e os officios são — dois “tabaliaens” do Público, Judicial e Notas (19). Estarão prontos, então, para funcionar os poderes municipais-judiciários, garantindo, assim, a ordem rurícola que se vai estabelecendo, poderosamente.

Vejamos a seqüência cronológica do estabelecimento dêsse novos núcleos de expansão demográfica, a comporem o leque geográfico de sua movimentação; em 1790, criam-se a Vila do Tamanduá (atual Itapecerica) e a Freguesia de Camanducaia; segue-se, no ano seguinte, a criação da Vila de Barbacena; em 1795, a futura Freguesia do Senhor Bom Jesus do Pouso Alegre assiste à sua primeira missa; criam-se as Vilas da Campanha da Princesa da Beira e de Paracatu do Príncipe, e a Freguesia do Cabo Verde, em 1798; no alvorecer do século XIX, ergue-se, no sertão diamantífero do Abaeté-Indaiá (atual Município de Dolores do Indaiá), o distrito militar do Quartel-general, sob o comando de João de Almeida Beltrão, filho natural de Tiradentes, patriarca de numerosa descendência no Oeste de Minas, para dar combate ao terrível garimpeiro Isidoro (20); em 1803, a Freguesia de Pium-i é declarada colativa; em 1804, são criadas as Vilas de Baependi e de São Carlos de Jacuí, e a

(18) *RAPM*, I, p. 371.

(19) *RAPM*, I, p. 348 et seqs.

(20) Nelson de SENNA, *Anuário Histórico-corográfico de Minas Gerais*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1909, p. 447.

Freguesia de São Romão; aprova-se, no ano seguinte, a Confraria de São Francisco, na progressista Vila do Tamanduá, à qual se repreendera, cinco anos antes, por ter aberto uma escola; o surto da Vila da Campanha exige, para dirimir dúvidas, em 1807, uma clara delimitação com São João del Rei, para tranqüilidade dos posseiros contribuintes; funda-se o Pôrto de Santo Antônio de Ubá, em 1808; erigem-se, no ano de 1810, as Freguesias de Pouso Alegre, do Cuieté (nos confins de Itabira do Mato Dentro com Peçanha), antigo presídio militar setecentista, e de Chapéu d'Uvas (junto da atual cidade de Santos Dumont); e, no ano seguinte, as de Brejo do Salgado (hoje Januária) e da Chapada das Minas Novas; as de Caldas, das Lavras do Funil, dos Alegres (no Julgado de Paracatu), de São Domingos do Araçuaí e de Itacambira, em 1813, a de Carrancas, em 1814, as de Morrinhos (margens do São Francisco) e de Buritis, em 1815, a de Senhora Sant'Ana de Bambuí, em 1816, de Campo Belo e de Nossa Senhora do Pilar do Morro de Gaspar Soares, em 1818, de Santo Antônio do Tijuco (Diamantina), de São Gonçalo do Sapucaí e de Itajubá, no ano de 1819; no ano de 1820, o morador Antônio Eustáquio da Silva, do Julgado de Nossa Senhora do Destêrro do Desemboque, oferece-se para abrir estradas no sertão do riacho da Farinha Podre, que demorava entre os Rios Grande e das Velhas, e para aldear os índios do distrito: cria-se logo a Freguesia de Santo Antônio e São Sebastião do Uberaba; nesse mesmo ano, o Bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira — a cuja jurisdição pertence o território mineiro da margem esquerda do Rio Grande — autoriza a ereção de uma capela em louvor de São Francisco de Paula (hoje a cidade de Monte Santo de Minas), requerida por posseiros de Jacuí; e, ainda no mesmo ano de 20, o sesmeiro José Bernardes da Costa Junqueira toma posse dos “campos e ribeirão das Caldas” (hoje Poços de Caldas); após criadas as Freguesias de São Gonçalo do Rio Prêto (1821), e de Santa Catarina e de Peçanha (1822), o ritmo expansionista continuará depois da Independência, até os dias da Regência, com o surgimento de outras freguesias: Lagoa Santa e Matosinhos (ex-filial de Vila do Príncipe), em 1823; São Sebastião da Ventania, em 1824; Pôrto dos Diamantes (no São Francisco) e Três Corações do Rio Verde, em 1831.

Essa longa seqüência de novas unidades territoriais sublinha bem o movimento migratório das populações mineiras da pós-Inconfidência. Entretanto, há a destacar três grandes atos

da Administração — os dois primeiros de D. João VI e o terceiro da Regência — que sancionam a grande importância de que se revestiu êsse movimento migratório: a criação da Comarca de Paracatu, desmembrada da do Rio das Velhas, pelo Alvará de 17 de junho de 1815; a subsequente anexação à Ouvidoria de Paracatu e, pois, a Minas Gerais, dos Julgados goianos do Araxá e do Desemboque (Alvará de 4 de abril de 1816), que abrangiam, além dessas duas localidades, mais as de São Pedro de Alcântara, de Confusão (atual São Gotardo) e de Santo Antônio dos Patos (hoje Patos de Minas), o que resultou na incorporação ao território mineiro de nada menos de 15.750 léguas em quadro, que era a superfície do então chamado Sertão do Nôvo Sul; e, finalmente, o Decreto regencial de 14 de julho de 1832, que elevou a paróquias 32 curatos, rebaixou a curatos 10 paróquias, e trasladou de um lugar para outro duas delas, assim discriminadas: na Comarca do Ouro Prêto — Barra do Bacalhau, São José do Xopotó (Alto Rio Doce), Santa Rita do Turvo (Viçosa), Paulo Moreira (Alvinópolis), Brumado (Entre Rios de Minas), Bonfim e Antônio Dias Abaixo; na Comarca do Rio das Mortes — São Miguel do Cajuru, Nossa Senhora da Ajuda das Três Pontas, Nossa Senhora da Oliveira, Passa Tempo, Santo Antônio do Amparo, Lagoa Dourada, Rio Prêto do Presídio, Formiga do Tamanduá, Turvo da Aiuruoca, Nossa Senhora do Carmo do Pouso Alto, Santa Catarina, São José dos Alfenas, Santíssimo Coração de Jesus e São José de Além Paraíba; na Comarca do Rio das Velhas — Santa Quitéria, Mateus Leme, Piedade da Paroapeba, Santana dos Ferros, e Bom Despacho; na Comarca do Sêrro Frio — Curimataí, São Miguel de Correntes, Formigas (Montes Claros), São José de Gorutuba e Contendas (Curatos promovidos a Paróquias); agora as paróquias reduzidas a curatos: Casa Branca e São Bartolomeu anexadas à Paróquia de Cachoeira, Camargos e Antônio Pereira anexadas à Paróquia do Inficionado, São Caetano e São Sebastião anexadas ao Sumidouro, Congonhas do Sabará (Nova Lima), Rio das Pedras e Santo Antônio do Rio Acima (Rio Acima) anexadas a Raposos, Itatiaia anexada ao Ouro Branco; e, finalmente, as seguintes paróquias transferidas: Ibitipoca para Santa Rita da Ibitipoca e a de Itajubá para a povoação da Boa Vista <sup>(21)</sup>.

Dêsses três importantes diplomas legais, o primeiro foi o resultado natural do progresso e do desenvolvimento demo-

---

(21) *Leis do Brasil (1820 a 1889)*, Tipografia Nacional, 70 vols., Rio de Janeiro, Ano de 1832, 1.<sup>a</sup> Parte, pp. 31/34.

gráfico e econômico que haviam chegado à Vila de Paracatu. O segundo traz uma explicação romântica: a lendária D. Bêja (Ana Jacinta de São José), amante do Ouvidor Joaquim Inácio de Oliveira Mota, de Paracatu, fôra quem solicitara ao magistrado a anexação do Sertão do Nôvo Sul. Amigo do príncipe D. Pedro e do próprio Rei, Mota solicitara oficialmente a transferência dos Julgados do Araxá e do Desemboque para a sua Ouvidoria: mais cedo do que pensara, D. João VI o atendeu e assinou o alvará (22). No entanto, o que mais relevava era a colonização de todo aquêlê vasto sertão, promovida pelas gentes mineiras desde muitas décadas atrás: houvesse ou não o toque romântico nessa história, já se estabelecera, pela posse e ocupação daqueles distritos do futuro Triângulo, o direito do *uti possidetis* dos colonos advindos das catas exauridas do centro de Minas. O terceiro — o Decreto da Regência de 14 de julho de 1832 — revela uma certa consolidação de posições no movimento migratório mineiro e, pois, uma estabilização anunciadora da atual estrutura administrativa e judiciária do Estado. A promoção a paróquias de diversos curatos na região oriental — que seria logo mais intitulada a “Zona da Mata” — indica o início da ocupação sistemática dela, até então povoada por bugres bravios e onde assistiam apenas presídios militares ou aldeamentos missionários, a cargo de ocasionais chefes abnegados e sacerdotes exemplares, como foram, por exemplo, Guido Tomás Marlière e os Pes. Manuel de Jesus Maria e José Lindoro Pereira, entre outros catequistas e apóstolos (23). A Comarca do Rio das Mortes, diferentemente das outras, continua a ser o teatro pujante de numerosos núcleos de população, que vão surgindo no oeste e no sul, enquanto diversos distritos das Comarcas do Ouro Preto e de Sabará, prosseguindo sua decadência insanável, vão perdendo sua condição paroquial, permanecendo simples e inexpressivos curatos. A constante é uma só: há o rebaixamento hierárquico-administrativo das antigas localidades auríferas e o conseqüente engrandecimento das novas povoações agrícolas ou criadoras de gado.

A unanimidade com que os viajantes do tempo retratam a ruína mineira, em sua visita aos lugares povoados da Capitania, é impressionante. John Mawe, o primeiro estrangeiro a entrar em Vila Rica, em 1809, estranha achar uma localidade de nome tão pomposo, cujo aspecto “não é nem imponente

(22) Códice 366 fls. 128 e 207v (APM ).

(23) José, Oiliam, *Indígenas de Minas Ferais*, *passim*.

nem surpreendente e nada corresponde à magnificência do nome" (24); antes se impressiona com a sua pobreza. Como a imensa maioria das vilas e freguesias mineiras, Vila Rica fôra fundada junto de uma cata aurífera, afastada do mar e de um bom rio navegável; servida por uma simples trilha de muares — que era o Caminho Real — os mantimentos lhe chegavam no lombo das tropas, porque os seus arredores não eram férteis; enquanto tivera ouro, pudera pagar caro o seu abastecimento, mas agora, reduzida à pobreza, era aquela lástima, aquela sombra do seu antigo esplendor ("scarcely retains a shadow of its former splendour" — conforme o texto original); "seus habitantes, com exceção dos lojistas — escreve Mawe — estão sem trabalho, desprezam a bela região que os cerca, que devidamente cultivada, os recompensaria amplamente da perda das riquezas que seus antepassados arrancaram do seu âmago" (25). O negociante inglês tem razão, se bem que exagere sua boa impressão das terras da região. De, pelo menos, 20.000 moradores que havia nos tempos de prosperidade, restam apenas 8.000 agora, nos princípios do século XIX, residindo em pouco mais de 2.000 casas, das quais um número considerável permanece desalugado; os aluguéis vão baixando cada vez mais; muitas dessas casas se vendem pela metade do seu valor real; e algumas ruas inteiras exibem casas abandonadas. A coisa seria pior, se Vila Rica não fôsse a Capital da Província — é o comentário de outro viajante, A. de Saint-Hilaire, que ministra a última informação (26). Esse mesmo sábio e viajante anotará, em sua *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, tantos lugares graciosos em Minas, excelentemente situados, geralmente muito bem decorados pelas suas laranjeiras e bananeiras aos lados e nos fundos das residências, agradáveis conjuntos urbanos, onde não raro aparece "uma casa construída com capricho, de tetos pintados e em abóbada, com janelas guarnecidas de gelosias muito bem acabadas" (27), como vê em Itapanhoacanga. Mas, sempre conclui por repetir o refrão: deplora o abandono em que jazem, lugares e casas. Assim acontece com todos os viajantes, em tôdas as localidades por que passam, desde o Registro das margens do Rio Paraíba, até os mais distantes aglomerados sertanejos ribeirinhos dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí e dos con-

---

(24) John MAWE, *op. cit.*, p. 164.

(25) *Idem*, p. 177.

(26) SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Provas.*, *cit.*, I, p. 269.

(27) SAINT-HILAIRE, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes*, *cit.*, p. 269.

fins da Vila de Paracatu do Príncipe até os sertões do Cuieté e do Rio Doce: Queluz — para John Mawe — “tem perdido muito de sua importância principalmente as ricas minas da sua vizinhança, hoje quase por completo esgotadas” (28); para outro visitante inglês, John Luccock, em suas *Notas sobre o Rio de Janeiro*, a mesma vila é tôda uma ruína, principalmente a dos homens (29); Barbacena só tem alguma importância comercial, por causa da passagem das caravanas, que ali compram alguma coisa, após quinze dias de viagem pelas matas (30); Catas Altas, com os seus 2.000 habitantes, tem bons edifícios e moradias particulares de bom aspecto, “mas apresenta todos os sinais de decadência” (31), e seu povo, como o da vizinha Freguesia do Inficionado, é indolente, não gosta da agricultura, preferindo ganhar 3 ou 4 vinténs bateando ouro para ir depois descansar (32); Camargos é terra de morros desolados, esburacados pelos buscadores de ouro, dos quais resta apenas um punhado de gente paupérrima, em casas a cair (33); Mariana parou e seu Seminário está em ruínas, porque também os mineradores, empobrecidos, pararam de o ajudar (34); Caeté deveria ser agradável na prosperidade, mas agora foi abandonada, suas belas casas estão vazias e caindo, e seus moradores não passam de 300 ou 400; apenas continua esplêndida a sua matriz, “a mais bonita de Minas” (35), que não é como grande parte de outros edifícios sagrados, ainda por acabar; Santa Bárbara foi outrora muito próspera, mas, agora — o depoimento é de Saint-Hilaire — “um proprietário que possui várias casas garantiu-me que ninguém queria habitá-las, mesmo de graça” (36); Congonhas ficou apenas com o seu jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos e com suas vivendas mal conservadas (37); São José do Rio das Mortes ficou medonha com suas lindas colinas escalvadas, reviradas, ameaçadoras como mundéus, e as moradias abandonadas, como uma cidade-fantasma (38). Os assistentes da Vila do Príncipe ficaram reduzidos a apenas 2.000 pessoas molambentas, na miséria, e o

(28) MAWE, *cit.*, p. 161.

(29) LUCCOCK, *op. cit.*, p. 323.

(30) SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Provas.*, t. I. p. 116.

(31) MAWE, *cit.*, p. 198.

(32) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, t. I, pp. 169/17.

(33) *Idem*, I p. 166.

(34) *Idem*, I, p. 151.

(35) SAINT-HILAIRE, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes*, pp. 110/111.

(36) SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Provas.*, I, p. 191.

(37) *Viagem pelo Distrito dos Diamantes, cit.*, p. 166.

(38) *Idem*, p. 216.

mesmo acontece com as gentes do vale do Jequitinhonha, onde os viajantes alemães Spix e Martius contemplam, transidos, a ruína da casa de campo do Contratador João Fernandes de Oliveira<sup>(39)</sup>. Se o Tijuco quase faz exceção ao declínio geral, a Comarca do Sêrro Frio ostenta uma penúria generalizada, que contrasta com a relativa prosperidade da região algodoeira das Minas Novas do Fanado: “no Têrmo de Minas Novas” — observa Saint-Hilaire — “não há tantas pessoas ricas como em outras partes da Província, mas há menos miséria”, como há em tôrno de Vila Rica. “Vestem-se com estofos grosseiros, mas não trazem a roupa em farrapos”<sup>(40)</sup>, como os moradores das regiões tipicamente auríferas, esfarrapados é verdade — e isto Saint-Hilaire faz questão de destacar — mas muito limpos<sup>(41)</sup>, como ainda são hoje os mineiros pobrezinhos. Já os mesmos Spix e Martius, entrando Minas pelo sul, passando primeiro pela Comarca do Rio das Mortes, tinham também observado que, embora nos lugares de maior mineração, como Santana do Sapucaí, reinassem ruína e selvageria, onde até as estradas morriam abandonadas<sup>(42)</sup>, em São João del Rei e seus arredores a substituição do ouro pela atividade agrícola havia beneficiado boa parte da Comarca; antes da vinda da Família Real, por exemplo, a dívida de São João à praça do Rio de Janeiro orçava pelos 40.000 cruzados, mas, nos dias da visita dos dois cientistas bávaros, os negociantes sanjoanenses tinham depositado no seu haver, na mesma praça, a mesma importância<sup>(43)</sup>. Contudo, decadência maior se via, como dissemos, na Comarca do Sêrro Frio, e especialmente na região de Conceição do Mato Dentro e do Itambé: Conceição era, para John Mawe, “uma grande aldeia muito bela”, talvez de mais de 2.000 habitantes, mas, “como a maior parte das dêste esgotado distrito, caminhava rapidamente para o ocaso; o aluguel de uma casa passável é pouco mais ou menos de dois *shillings* por mês”; a única manufatura existente é a da fiação do algodão, mas “parece existir a máxima indolência entre os habitantes, pois é preferível andar nu do que trabalhar para vestir-se”<sup>(44)</sup>; mas, impressionante mesmo é o quadro que Mawe esboça de

(39) SPIX e MARTIUS, *op. cit.*, t. II, p. 117.

(40) *Viagem pelas Províncias, cit.*, II, p. 216.

(41) *Idem*, t. I, p. 252.

(42) SPIX e MARTIUS, *cit.*, I, p. 276.

(43) *Idem*, I, p. 293; SAINT-HILAIRE, *Viagem pelo Distr. Diamantes*, p. 206.

(44) MAWE, *cit.*, p. 206.



Itambé: “pelas quatro horas” — conta êle, em seu livro *Viagens ao interior do Brasil* — “cheguei a Itambé, humilde aldeia construída perto do lindo regato do mesmo nome. Este lugar foi outrora de alguma importância, mas se tornou miserável por ter faltado o ouro em sua vizinhança. Conta cêrca de mil habitantes, todos reduzidos ao último grau de penúria e de apatia; seu ar espantado poderia fazer tomá-los fácilmente pelas sombras de seus antepassados, à procura, nas ruínas, de sua antiga fortuna. Tudo aí se apresentava com aparência dolorosa: as casas prestes a ruir, a frente das portas coberta de ervas; e as plantas parasitas estendendo-se pela superfície dos jardins. O aspecto do lugar diferia também inteiramente do da região que eu antes percorrera: era árido, estéril e pedregoso”. O viajante inglês não consegue para comer senão angu e feijão e difficilmente acha uma galinha; enquanto cozinham a parca refeição, vigiam para que algum pobre esfaimado não os roube. Mawe dirige-se ao chefe da povoação e fala no ar faminto do povo: “Enquanto tiverem milho para comer e água para beber” — responde sêcamente o comandante — “não morrerão de fome”. (45) Mawe e os seus apressam-se em partir daquela “morada da fome”, daquela triste região de neblina freqüente (Martius), repetindo, de coração alegre, uma divertida contrafação de ladainha tradicional: *A miseriis Itambé, libera nos Dominé* (46), que A. de Saint-Hilaire encontrou ampliada em quadrinha, em Caeté, reunindo a ruindade coletiva de outros lugares, agravada pela voracidade da gente da justiça:

Itambira, Itambé,  
Samambaia e Sapé,  
Meirinhos de Cacté,  
Libera nos, Dominé. (47)

Entretanto, o que ainda mais confrange, nesse pungente quadro da decadência mineira, é a dissolução do próprio homem. Vindo como aventureiro do ouro ou já ali nascido, o homem de Minas acaba imbuindo-se profundamente da doída esperança, da certeza absoluta, de que vai enriquecer de uma hora para outra, como alguns que vê, que acham uma

(45) *Loc. cit.*

(46) *Cit.*, p. 201.

(47) *Viagem pelas Prouz., cit.*, I, p. 254 MAWE, *cit.*, p. 202.

pinta prodigiosa e ficam milionários. Essa ilusão não arrefece nunca. Pelo contrário, cresce cada vez mais. Eles ficam, assim, inúteis para qualquer outra atividade, inaptos para qualquer trabalho: “sempre entregues à perspectiva de enriquecer súbitamente” — sentencia John Mawe <sup>(48)</sup> — “imaginam estar isentos da lei universal da natureza, que obriga o homem a ganhar o pão com o suor do seu rosto”. Quando, por verdadeiro milagre, acham uma boa mina, julgam-na logo inesgotável e põem-se a esbanjar alucinadamente o seu ouro. Caso célebre do esbanjador de mina riquíssima e que acaba na miséria é o do famoso Barão de Catas Altas. Ou do Sr. Gomes, de Santa Quitéria, como conta A. de Saint-Hilaire, que pensava que sua mina não acabava mais; quando padrinho, dava presentes de 10.000 cruzados; nadava numa prosperidade sem conta. Mas, perdeu 500 escravos, a mina esgotou-se, e lá se foi a fortuna fabulosa. O Sr. Gomes se salvou no comércio. Essa é a história mais comum <sup>(49)</sup>. História mais rara, mas que também acontecia, foi aquela de um sujeito, numa povoação, o qual descobriu, bem diante de sua casa, uma farta mina de ouro: tirou, em uma hora de trabalho, 125 francos: é Saint-Hilaire quem conta o caso. Já se entregava às mais fagueiras esperanças e foi colhido pela fatalidade: veio uma forte chuva, com grande enxurrada, e soterrou o dono e vários escravos, na galeria grande que já haviam aberto! <sup>(50)</sup> As mais das vezes não era nada fácil, porém, extrair o ouro da terra, mesmo com a ajuda de escravos. Havia, por outro lado, uma curiosa classe de senhores de minas e de escravos, a dos celibatários; famoso celibatário foi o Guarda-mor Inocência Vieira da Silva, de Catas Altas, não longe do Caraça, que não recebia mulheres em casa, e vivia rodeado de numerosa escravaria, o qual, ainda em 1814, tinha uma das mais altas produções de ouro da Capitania <sup>(51)</sup>. Mas, eram mais comuns aqueles antigos celibatários imprevidentes, possuidores de muitos escravos, que não cuidavam de casar; acontecia que morriam os solteirões, tanto os senhores como os cativos, e ficavam aos herdeiros propriedades imensas, sem que estes tivessem possibilidades de explorá-las. O autor da *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do*

---

(48) MAWE, *op. cit.*, p. 177.

(49) SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Prov.*, I, p. 198.

(50) *Idem*, I, p. 144.

(51) Carta, in *Papéis Avulsos*, do Arquivo do Caraça.

*Brasil* conta que, na região de Rio das Pedras (Rio das Velhas), havia uma fazenda — o Côcho d'água — que ficou para um crioulo (porque o dono não tivera herdeiros naturais), mas sem escravaria. O crioulo procurou em vão alugar suas terras e acabou vivendo numa miséria danada<sup>(52)</sup>. Mas, outro tipo de história clássica, esta de avô ou pai milionário e neto ou filho mendigo, é a do Desembargador João Fernandes de Oliveira e de sua amante Chica da Silva e mais as nove filhas que tiveram: então o homem mais rico do Reino<sup>(53)</sup>, o Contratador Oliveira educou suas filhas no Recolhimento de Macaúbas e lhes deixou, em doação, as diversas fazendas que tinha na Comarca do Sêrro Frio, “para desfrutarem em quanto fossem vivas, ficando vinculadas depois da morte dellas”, algumas das quais, como as Fazendas do Pé do Morro e de Santa Bárbara, tinham, a primeira, só em terras 45 léguas quadradas, e a segunda, 24 léguas de terreno<sup>(54)</sup>. Pois bem, muitos decênios depois, quase um século talvez, viajava por uns terrenos distantes, pertencentes ao Recolhimento de Macaúbas, o futuro Arcebispo de Diamantina, D. Joaquim Silvério de Sousa, e indagou do tropeiro se morava gente ali, naquele lugar tão solitário; respondeu o camarada que sim, que havia pouco ali morrera uma pobre senhora, chamada Mariana Vicência. Essa senhora fôra casada e o marido, depois de roubar-lhe tudo que possuía, deixou-a na miséria. Abandonada, viu-se obrigada a mulher, de bordão de mendigo à mão, alpercatas aos pés, acompanhada de uma menina, a pedir esmolas, morrendo na casa de um vizinho, que a acolhera por caridade, já quase moribunda. O Pe. Joaquim Silvério seguiu viagem e veio a saber mais tarde que Mariana Vicência era nada menos que neta do Desembargador João Fernandes de Oliveira e de Chica da Silva<sup>(55)</sup>!

## 2. *A administração e a crise*

Nas “Instrucçoens q. El Rey MeuSnr. manda dar pelo Real Erario ao Go.<sup>or</sup> eCap.<sup>am</sup> Genr.<sup>l</sup> de V.<sup>a</sup> Rica aRespeito da adme-nistração, eArrecadação daFazd.<sup>a</sup> Real”, o Marquês de Pombal, o todo-poderoso Ministro de El-rei D. José I, assim principia, taxativamente, dirigindo-se ao Governador D. Antônio de Noronha, em 1775: “O *Principal objecto* q. deveter prez.<sup>to</sup> q.<sup>m</sup> teve ahonra de ser encarregado dequalquer Governo Ultrama-

(52) *Vi. Distr. Diamantes, cit.*, p. 143.

(53) *Efems. Mineiras, cit.*, t. IV, p. 188.

(54) *Idem, ibidem.*

(55) *Idem, p. seguinte.*

rino, *hé aboa admenistração das Rendas Reaes*, deque tanto depende asegurança publica, *por serem as Conquistas afonte deq. emanão as Riquezas, q. fazem Respeitado eopulento oEstado* (grifos nossos). O augmento da Rendas Reaes, principalm.<sup>te</sup> depende da Agricultura, da Industria, da facil CirculaçãodoComercio, da boaa Recadação da Real Fazd.<sup>a</sup>” E, em seguida, explica donde procede, em Minas, êsse “augmento das Rendas Reaes”: “São o Comercio e Agricultura as duas fazes, nas quaes mais doque em outras secostumão Sustentar os tres Rendim.<sup>tos</sup> mais consideraveis da Cap.<sup>nia</sup> das Minas Geraes, *quaes são os Rendim.<sup>tos</sup> do Quinto, das Entradas, e dos Dizimos.*” (Grifos nossos) (56) E esclarece, bem de acôrdo com o pensamento oficial da Côrte de Lisboa, em que consiste o quinto do ouro: “Consiste o direito Senhorial dos Quintos nas Cem arrobas doOuro q. os Povos dadita Cap.<sup>nia</sup> offerecerão aSua Mag.<sup>de</sup> p.<sup>a</sup> Se Remirem daCapitação comque erão vexados: Aceitou Sua Mag.<sup>de</sup> benignam.<sup>te</sup> esta oferta mandando promulgar p.<sup>a</sup> estefeito aLey de 3 de Dez.<sup>bro</sup> de 1750: Com o tempo seforão esquecendo os mesmos Povos deste incomparavel beneficio e derão emprocurar enseijos deseeximirem dehum Direito q. por todas as Leys hé devido ao Soberano, q. hé geralm.<sup>te</sup> util aos mesmos Povos, eque elles mesmos impuzeram asi proprios por meyodehũa derrama, no Cazo denão produzir as Cem arrobas deOuro o Rendim.<sup>to</sup> das Cazas de fundição das Comarcas da.<sup>ma</sup> Cap.<sup>nia</sup>; lemandolhes aSuaambiçãoeado-tando como mais proprio p.<sup>a</sup> conseguir Seus desliaes intentos oCaminho pessimo, eabominavel dos Extravios doOuro, sendo tãofrequentes de diaemdia tanto mayores os Roubos q. desde o anno de 1769 setemConhecido deminuição consideravel no Referido Rendim.<sup>to</sup>.” (57)

Eis um documento dos mais lúcidos do trágico, do imenso engano, em que laboraram sempre as administrações régias, mesmo as mais objetivas, em relação à realidade política e econômica das Minas Gerais, a Meca do ouro, no século XVIII. É uma visão completamente destorcida do que era, do que valia e de como se comportava a grande Capitania. A coisa resulta ainda mais grave, quando nos lembramos de que o documento era uma “instrucção” de govêrno, uma verdadeira plataforma, um plano de trabalho, que o Gabinete de El-rei entregava a um dos governadores escolhidos para vir adminis-

(56) *Códice 211, do APM, fls. I.*

(57) *Idem, fls. 2.*

trar a Capitania, com o fito de cumprir-lhe os ditames fundamentais. Nem é necessária, tão claro é o seu texto, qualquer hermenêutica sôbre essas “instrucôens” pombalinas. O que nelas avulta é sempre uma idéia fixa, a obsessão do ouro, daquelas “riquezas, q. fazem Respeitado eopulento oEstado”, a que se refere tão expressivamente o Marquês de Pombal, em seu estilo característico. Mas, a idéia fixa não é só de Pombal, é de todos os governos régios, prevalece em todos os documentos da época. Também, em sua *Exposição sôbre o Estado de decadência da Capitania de Minas Gerais, e meios de remediá-lo*, cinco anos depois, em 1780, quando a crise da produção aurífera começa a assumir proporções irremediáveis, o Governador D. Rodrigo José de Menezes, aliás governante esclarecido e bem intencionado, volta a bater na mesma tecla, na mesma errada tecla de que tudo, em Minas, se resume na produção do ouro e nada mais: a Capitania não tem outra produção — diz êle — “ela não hé propriamente dita nem agricula nem comerciante. O Ouro tão util para Portugal, hé a produção destas ricas Montanhas” (58).

Ora, a ruína da produção aurífera e, pois, tôda a crise política, econômica e cultural que desabou sôbre a Capitania de Minas Gerais, nos derradeiros decênios coloniais, residem nesse grave êrro de perspectiva administrativa. Jamais a Administração Régia chegou a compreender que a produção do ouro deveria ser a soma de múltiplas e diversas providências governamentais, científicas, técnicas, financeiras, e até de ordem moral e humana; que os domínios ultramarinos poderiam oferecer outras riquezas que não aquelas colhidas pelo simplismo brutal da predação colonialista ou pelo implacável fisco mercantilista. O mal que daí resultou foi irreparável, traduzido pelo impasse absoluto dos governos locais, no sentido de fazer algo que sequer atenuasse aquela política desastrosa. Via de regra, os governos coloniais das Capitanias foram incapazes. Ou melhor, foram antes governos cegos, desinteressados e rotineiros, que jamais viram a realidade do seu próprio objeto.

Principalmente os de Minas Gerais. É verdade que êses governos ressentiam-se menos das pessoas que os exerciam do que do próprio regime político que representavam. Naquela monarquia absoluta e paternal portuguesa, os governadores eram de livre escolha do soberano: eram livremente nomeados, assim como livremente despedidos. Ficamos impressionados com o Aviso de demissão, que o Ministro Martinho de Melo

---

(58) In *RAPM*, II, p. 311.

e Castro mandou, em fins de 1779, ao Governador D. Antônio de Noronha: "Sua Mag.<sup>o</sup> houve por bem nomear aD. Rodrigo José de Menezes p. Suceder aV. S.<sup>a</sup> no Gov.<sup>o</sup> dessa Capitania" (59). E só. Acrescenta apenas que o Governador demitido deve aproveitar a nau de guerra que traz o nôvo, "sem esperar que elle ahy chegue, afim deSeantecipar á partidadadita Nau", (...) "que hade esperar (aqui a pressa acaba...) pelos Quintos" de ouro, que serão enviados a Lisboa. Não havia qualquer critério na escolha dêsses governadores, a não ser o jôgo palaciano das influências das grandes famílias nobres, de que resultavam as nomeações ou as dispensas, conforme soprasses os ventos dessas influências. Embora fôsem êsses cargos, quase sempre, rendosas sinecuras, não se seguia que fôsem necessariamente prêmios aos escolhidos. As vêzes, eram ensejos para El-rei descartar-se dos elementos menos interessantes ao seu convívio, pelo tempo que o quisesse.

Em Minas, iria ser muito raro o provimento de um capitão-general, em atenção direta aos interêsses da terra, naquilo que dissesse respeito, v.g., à solução ou à atenuação da crise da produção do ouro. Há quase nenhuma notícia de governantes que chegassem especialmente para resolver um problema qualquer da Administração: o exemplo de Antônio de Albuquerque, que subiu às Minas, para debelar a "guerra" dos Emboabas, é pura exceção. Os governadores sempre vieram da Côrte olímpicamente jejunos sôbre o que fazer de sua administração: "as instrucçoens" para o govêrno da Capitania — preciosos documentos da literatura histórica mineira — que também excepcionalmente se prescreviam a alguns governadores, chegavam-lhes às mãos quando já nomeados ou sem tempo para as estudarem (caso por elas se interessassem) convenientemente.

Dessas "instrucçoens", nenhuma se apresenta tão completa e bem informada como a *Instrução para o govêrno da Capitania de Minas Gerais*, escrita em 1780, pelo Desembargador José João Teixeira, na qual os deveres de um bom governante daquela Capitania aparecem como os seguintes: ter "as virtudes que honrão os particulares"; ter os "conhecimentos gerais que respeitão aos Governos"; proteger "os súditos que forem benemeritos"; não "intrometer-se na direção dos costumes particulares" dos mesmos súditos, mas sim na "dos que são gerais"; "conservar os povos em sossego"; "promover o comércio"; "re-

---

(59) *Código 224 do APM.*

primir os régulos”; “ouvir com afabilidade os humildes”; desprezar a lizonja”; “proceder sem precipitação”; e “zelar os interesses Reais, sem vexação dos Povos”<sup>(60)</sup>.

Acontecia afortunadamente, uma vez ou outra, que os governadores escolhidos tomavam-se de entusiasmo pelo cargo e enchiam a cabeça de generosos planos de governo: iriam para a desconhecida terra de além-mar, nova e rica de possibilidades, onde fariam mil e uma coisas, e tantas, que haveriam de arrancá-las da barbárie em que jaziam, que isso de barbárie era a única coisa que delas sabiam. Chegavam aqui e tomavam posse, com grandes festas. Metiam mãos à obra. Mas aí é que começavam a surgir as dificuldades: a dura realidade principiava a crescer e ia, aos poucos, afogando as fagueiras ilusões trazidas da Europa. Não era fácil vencer a barbárie bruta em que vivia o Brasil colonial. Aí, êles acomodavam-se e acabavam por cair na apatia geral, naquele “pasmó” vegetativo em que viviam mergulhados os povos do tempo, a que se refere o velho Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. Governadores que deram de si na Administração Mineira podem ser aqui enumerados: o brasileiro e grande homem público Antônio de Albuquerque (1709-1713), que pacificou paulistas e emboabas e erigiu as primeiras vilas da Capitania; D. Lourenço de Almeida (1721-1732), veterano militar de “grandes Serviços na Azia”, homem prudente, que conciliou os interesses reais com os dos povos, fazendo-os cumprir, sem violência, suas obrigações de vassallos; o Conde de Valadares (D. José Luís de Menezes Abranches Castelo Branco e Noronha) (1768-1773), menor de vinte e cinco anos ao assumir a governadoria, mas que se revelaria talvez o mais dinâmico e completo administrador das Minas coloniais, saneando a máquina do governo, regulando os contatos com a justiça, corrigindo os males da sonegação e do contrabando, exterminando para os confins da Capitania os vadios, fazendo-se presente, enfim, em todos os setores da Administração; D. Antônio de Noronha (1775-1780), o primeiro Capitão-general que tentou superar a crise da mineração pela introdução de processos técnicos e econômicos, tais sejam obras montanísticas no Ribeirão do Carmo e em São Miguel de Percicaba, a fundação de colônias agrícolas no sertão (Cuieté), visando empregar os vadios em atividades úteis, a fundação de uma associação cooperativa dos mineiros do Rio das Velhas, para exploração comum das lavras,

---

(60) *Instrução para o governo da Capit.... in RAPM, VIII, p. 403.*

etc.: “a Capitania de Minas perdeu nele hum restaurador” — depõe um magistrado contemporâneo seu — “se fosse conservado no governo mais trez anos se veria mudada a face dos interesses daquela Provincia.”<sup>(61)</sup>; D. Rodrigo José de Menezes (1780-1783), que iria prosseguir os planos modernos de Noronha, além de adjudicar a si o mérito de ser o primeiro homem de govêrno colonial que tentou iniciar a produção do ferro em Minas, não apenas para socorrer as fábricas de mineração, como também para aproveitar as incomensuráveis jazidas de minério ferrífero ali existentes; e, finalmente, D. Bernardo José de Lorena, Conde de Sarzedas (1797-1803), filho da Marquesa nova de Távora (que as más línguas assoalhavam ser filho de D. José I), que não foi somente o galanteador perigoso das donzelas incautas da Capitania (como o fôra em São Paulo) e grande amigo de festas e prazeres, mas também um governador capaz e sensato, secundando com diligência a obra notável da busca científica das riquezas e recursos naturais da Capitania, promovida pelo Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e engendrando tôda a sorte de artificios junto da Côrte de Lisboa (inclusive pagando secretas seus ali) para fazer carreira e fortuna, mesmo à custa do tráfico de escravos<sup>(62)</sup>.

Parece que são êsses os governadores mineiros que, numa rápida enumeração como esta, merecem destaque especial, pelo acervo de benefícios com que aquinhoaram a Capitania. Não nos esqueçamos, todavia, de que haveriam de ter vivido, mais ou menos, a natural seqüência daquelas três fases da atividade administrativa dos bons capitães-generais, segundo a pitoresca classificação de João Carlos Augusto de Oyenhausen (aliás ex-Governador das Capitanias de Mato Grosso e de São Paulo): a da febre com delírio (que era quando concebiam seus nobres planos de govêrno), a da febre sem delírio (quando começavam a ruir suas ilusões) e a da prostração (quando, ao fim de seus governos, não se interessavam por mais nada)<sup>(63)</sup>...

Desconfiamos, porém, que vários dêles já vieram diretamente na fase da prostração ou, melhor, do *dolce far niente*, de que poucas vêzes saíram para fazer alguma coisa de útil para os seus governados. Para fazermos justiça, vale a pena recordar os atos administrativos de alguns dos capitães-gene-

(61) *Instrução p. o govêrno...*, RAPM, VIII, p. 489.

(62) Fundos da Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Collecção Pombalina, Cartas de Bernardo José de Lorena.

(63) *Viagem pelas Prou.*, t. I, p. 304.



rais não lembrados acima, que foram verdadeiramente dignos da posteridade: aquêlê do Conde de Assumar (D. Pedro de Almeida) (1717-1721), quando pôs em ação a fôrça de que dispunha, no momento que julgou asado, vencendo as facções sediciosas, atitude que pôde garantir largos anos de tranqüillidade para o govêrno do seu sucessor; aquêlê do Conde das Galveias (D. André de Melo e Castro) (1732-1735), negando-se a cumprir as ordens régias do impôsto da capitação, que considerava ruinoso para os mineradores; o de Gomes Freire de Andrade (1735-1763), grande homem fora de Minas Gerais, que mal governou, em tantos anos de efetiva governadoria e quase contínua ausência da Capitania, ao iniciar a política de proteção dos jovens de talento, que teria encaminhado aos estudos de além-mar; o do bom General Luís Diogo Lôbo da Silva (1763-1768), protetor da Santa Casa de Vila Rica, a fazer a mais longa viagem do tempo (aos sertões de Jacuí), em que o acompanhou o poeta Cláudio Manuel da Costa, então Secretário do Govêrno, para melhor conhecer e dominar os problemas do descaminho e da exploração de novas minas de ouro, aliás em pura perda; o do presunçoso Antônio Carlos Furtado de Mendonça, fazendo cobrar, pela primeira vez na Capitania, o subsídio literário (sem mérito nenhum de sua parte, pois obedecia a ditames superiores).

Numa simples enumeração como esta, pouco teríamos que anotar dos últimos governadores, que exerceram seu mandato já no século XIX, não fôsse a variada colaboração que lhes deram, em não menos variados setores da Administração, os chamados doutôres mineiros de Coimbra, inaugurando no govêrno técnicas e processos científicos, como nunca se viram até então. Aliás, essa colaboração dos doutôres chegados da Europa principia já nos derradeiros anos da centúria setecentista, principalmente depois que assume seu elevado pôsto, em 1796, no Govêrno do Príncipe Regente, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mais tarde Conde de Linhares, bisneto que foi do bandeirante mineiro Matias Barbosa da Silva, sesmeiro do vale do Paraibuna e fundador de Barra Longa. Tão logo feito Ministro, o futuro Conde de Linhares rodeou-se de inúmeros brasileiros residentes em Lisboa, "ouvindo-os, e facilitando-lhes a imprensa", que, "quase em favor dêles foi declarada livre" (Varnhagen), pela criação da Tipografia Calcográfica e Tipoplástica do Arco do Cego, que D. Rodrigo entregou à direção do nosso já conhecido Frei José Mariano da Conceição Veloso. Vimos como foi verdadeiramente incansável o grande mi-

neiro na elaboração, tradução e edição de obras nacionais e estrangeiras, de preferência aquelas que diziam respeito ao progresso e ao desenvolvimento da agricultura brasileira, sem falar num número muito avultado de pequenas memórias e folhetos, que eram enviados oficialmente pelas diferentes capitânias. Temos, por exemplo, provas de várias remessas desses impressos aos governadores da Capitania de Minas Gerais, “destinados a instruir os Habitantes do Brazil em varios artigos de Agricultura, e outros objectos, deque podem tirar muitas utilidades” (64), como aquela de 1.º de abril de 1799, que inclui trezentos folhetos, sobre álcalis fixos (potassa), cravo girofe, urumbeba e até exemplares do *De rebus rusticis*, a preços bem populares. Em outra parte deste livro, referimo-nos aos principais trabalhos que publicou Frei Veloso. Em tórno deste, agruparam-se vários intelectuais brasileiros, que também deram a lume publicações suas, tais como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Vicente Coelho de Seabra Silva Teles (que Rodolfo Garcia, erradamente, em nota na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, corrige para Vicente Coelho da Silva Seabra e Teles), Manuel Jacinto Nogueira da Gama e outros. Este último incluiria, em trabalho seu, em 1798, o elogio do Príncipe D. João e dos novos homens do Govêrno e suas realizações, verdadeiramente inovadoras, porque inspiradas muitas delas pelos cientistas, economistas, políticos e literatos que freqüentam a Côrte: “Os meus conterrâneos, lembrados:” — fundamenta o futuro Marquês de Baependi a sua dedicatória ao Príncipe Regente — “os seus interêsses promovidos; a sua agricultura socorrida; a sua ignorância atalhada; o adiantamento dos seus conhecimentos e indústria; em consequência do incalculável benefício que acabam de receber com a publicação em linguagem de todos os escritos das nações mais iluminadas, pertencentes aos atuais gêneros da sua agricultura e comércio, e aos que de nôvo se podem introduzir; a facilidade das suas comunicações e correspondências, pelos correios do interior e marítimos; os exames e indagações filosóficas, que atualmente se fazem por todo o Brasil, de que já resultou, além de outras, a interessantíssima descoberta de nitreiras naturais; a formação de artificiais; (...) a publicação de obras científicas, e outras muitas sábias e benéficas disposições, incontestáveis argumentos de uma alma ri-

---

(64) *Códice 288*, fls. 17.

quíssima de luzes, e de um coração cheio de bondades: que motivos, Senhor, não são para minha admiração, e para o mais profundo respeito, e gratidão da minha alma!" (65) Com efeito, a política do Príncipe D. João, superiormente aconselhada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, é mesmo de entusiasmar essa gente letrada, cuja assessoria o esclarecido Ministro não dispensa nunca ou cuja colaboração êle faz questão de obter. Assim é que o médico e botânico Manuel de Arruda Câmara, estimulado pelo Govêrno, mete-se pelo Pernambuco adentro, buscando e classificando mais de cem plantas úteis, publica trabalho acêrca da cultura do algodão, e outro sobre plantas filamentosas. Já tivemos ensejo de dizer algo sobre o mineiro de Caeté José de Sá Bitencourt, irmão do Intendente Câmara — que foi condiscípulo de José Bonifácio, em Coimbra, e sobre quem êsse colega disse que era mais bem dotado que Câmara (66) — que percorreu os bosques, mimosos, agrestes e catanduvras dos sertões da Bahia, e escreveu sobre as plantações de algodão; e sobre José Vieira Couto, suas viagens e suas obras. Mas, pouco falamos dêsse baiano notável que foi Baltasar da Silva Lisboa, outro dos intelectuais bafejados pela audiência da Côrte de D. João, cujas idéias e escritos sobre terras e matas da marinha e assuntos florestais foram acatados pelo Govêrno: e também do seu grande irmão, José, o futuro Visconde de Cairu, discípulo e seguidor das idéias econômicas de Adam Smith, que propôs ao Príncipe Regente, em 1808, o franqueamento dos portos do Brasil às nações do mundo; e do Bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, profundo conhecedor dos problemas econômicos brasileiros, um dos quais ajudou a solver com seus escritos, o monopólio do sal, e ajudando José Bonifácio a derrubar outro, o da pesca das baleias; e do publicista Hipólito José da Costa, de idéias mais avançadas que todos os demais, pois foi dos primeiros a apregoar a permanência da Côrte no Brasil e, conseqüentemente, a nossa Independência. Todos êsses cientistas, políticos e letrados fizeram parte do ilustrado círculo de D. Rodrigo e colaboraram em muitas das suas melhores iniciativas de govêrno. Era uma verdadeira revolução essa, a de dirigentes da Administração Régia ouvirem a homens de ciência e letras em assuntos políticos.

---

(65) VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *História Geral do Brasil*, Ed. Melhoramentos, 7.ª edição, São Paulo, s/d, 6 tomos, t. V, p. 15.

(66) 1.ª Carta de José Bonifácio ao Conde de Funchal, em 30.VII.1812, fls. 3, já citada.

Um desses homens de ciência, brasileiro, deveras acatado nas altas esferas da Côrte, era o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva, eminente mineralogista, que fôra aquinhoado com uma cadeira na Universidade de Coimbra, recebera o título de Desembargador e dirigia umas obras de canalização do Rio Mondego. Mas, além de sua rígrida formação doméstica e escolar, na Vila de Santos, deveria ter recebido também, quando estudante em Coimbra, como os demais condiscípulos brasileiros, aquela nova formação cívica, aquêlle “ensino para servir a sua pátria” (Ribeiro Sanches), dado com tanto empenho pela Universidade reformada, que criara no espírito de todos um geral anseio de servir bem ao seu País, lá na Metrópole, e aqui, do outro lado do mar. José Bonifácio, então, era um fervoroso patriota e ansiava por voltar à terra natal: “Quero offerecer-me à V. Ex.<sup>a</sup>” — eis como escrevia êle, em 1812, ao Conde de Funchal, irmão de D. Rodrigo <sup>(67)</sup> — “p.<sup>a</sup> algũa coiza, q. possa ser util ao Estado e ao Brazil, onde nasci, e q. dezejo anciozam.<sup>te</sup> servir; porq. conheço o q. pode e deve vir a ser hum dia, se tivermos juizo.” Já quase cinquentão, está cansado de permanecer em Portugal e, mesmo, desiludido, pois declara, em outra carta, estar possuído de “algũa zanguinha (!) de ver q. os meos serviços como Lente, Magistrado, e soldado da Patria até agora não tem merecido a menor contemplação, ao mesmo tempo q. tanta gente não sei como tem sido honrada, e despachada” <sup>(68)</sup>. Isto, e a saudade do Brasil lhe roem a consciência por não ter aproveitado uma licença real para regressar, quando então poderá realizar os planos que tem para o seu País: “Poderia nelle, se me dessem tempo e me deixassem as mãos livres — escreve êle — hir plantar as artes e a agricultura Europea, por em administração regular os bosques, crias, pescarias, esalgações, e experimentar o meo projecto de civilizar à Christan os Indios” <sup>(69)</sup>; embora acredite, em relação à raça brasileira em formação, que “amalgamação m.<sup>to</sup> difficil será a liga de tanto metal heterogeneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, Indios, etc., em hum corpo solido e politico” <sup>(70)</sup>, sugere por isso mesmo “q. se removão os obstaculos da industria, que a razão e as sciencias ganhem pés diariam.<sup>te</sup> — educação physica e gymnastica, por q. o clima e a fertilid.<sup>e</sup> do torrão a requerem imperiozam.<sup>te</sup> — não empecer os voos espontaneos da activid.<sup>de</sup> particular —

(67) *Eadem*, fls. 4.(68) *Eadem*, fls. 5.(69) *1.<sup>a</sup> Carta*, fls. 5.(70) *2.<sup>a</sup> Carta de José Bonifácio ao Conde de Funchal*, fls. 1.

premio certo e pronto aos benemeritos, e castigo aos patifes — nada de castellos de cartas de jugar q. só divertem crianças” (71); e desce a minúcias, chegando a sugerir ao Conde do Funchal até o pessoal científico a empregar-se na empresa do Brasil, tão interessantes, que não nos furtamos à tentação de transcrevê-las na íntegra: “V. Ex.<sup>a</sup> quer q. lhe aponte alguns homens de talento e capacid.<sup>e</sup>, e o q. mais hé de prohib.<sup>e</sup> q. possa empregar em viagens Botánicas, Mineralógicas, e Chímicas pela vasta e rica *terra incognita* Brazilica” — começa o futuro Patriarca — “Com effeito tem m.<sup>ta</sup> razão de querer nacionaes, pois foi vergonha empregar o Inglez Mawe, p.<sup>a</sup> se decidir se húa pedra era um diamante, ou hum calháo — com todo o rigor e sizo, ahí vai o pequeno catalogo q. achei. P.<sup>a</sup> a Botanica he excellente o Lente substituto Antonio Jozé das Neves — em conhecim.<sup>to</sup> etalento o julgo m.<sup>to</sup> superior ao Tartuffo do Brotero; mas tem seo defeito, e he o poetizar algum tanto, e ser filhote; no Maranhão estava hum Moço habil na materia, Vicente Jorge Dias Cabral, de q.<sup>m</sup> vi algumas Memorias, q. me agradarão. Em Mineralogia posso inculcar meo Irmão o Coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, formado em Philosophia e Mathematica, e Diretor das Minas de S. Paulo em huma viagem mineralogica q. fez comigo, e o dextro Italiano Napion, deo-me m.<sup>tas</sup> esperanças, e mostrou m.<sup>to</sup> talento. Hoje está Ten.<sup>ta</sup> Coronel no Brazil, hum Allemão q. veio p.<sup>a</sup> mestre da fabrica de ferro, Guilherme de Eschwege, q. aqui se deo m.<sup>to</sup> a este estudo, e o fiz viajar com esse fim por algúas partes do Reino: tem talento e activid.<sup>e</sup>: mas, q.<sup>to</sup> ao character, não o posso abonar despois q. se fez Barão do *ci-devant* Sacro Império Romano com bullas falsas (*sic!*). P.<sup>a</sup> a Chimica acha-se no Brazil Jozé de Sá Betencourt e Accioli, Irmão do Camara, m.<sup>to</sup> capaz — foi meo condiscipulo em Coimbra, e então mostrava mais talento q. o Irmão. Aquí está hum Moço, q. he húa joia emChimica, ehe Alexandre Vandelli, filho do infeliz velho Domingos Vandelli, q. apezar de 90 annos de idade, e déjà estar quasi caduco, ainda assim foi julgado *perigozo*, e como tal jaz desterrado sem tom nem som (ilegível) o filho por experiencia de quazi tres annos o julgo m.<sup>to</sup> habil, e o mais capaz em Chimica de q.<sup>tos</sup> conheço. Por cá ou por lá se poderão descobrir mais alguns; mas não dos q. estão em cad.<sup>ras</sup> ou estabelecim.<sup>tos</sup> novos no Rio; por q. seg.<sup>do</sup> me consta, são ou pedantes, ou perfeitas Lesmas.” (72)

(71) *Eadem*, fls. 3.(72) *Eadem*, fls. 3 e 4.

Quando José Bonifácio escrevia estas sugestões sobre as pesquisas científicas que se deviam atacar no Brasil, várias delas já eram positivas realidades, em Minas Gerais. É que, enquanto o grande brasileiro se ralava por não se valer de sua licença real para regressar ao Brasil, onde, em seus sonhos mais fagueiros, como volta a escrever, havia um “pequeno paiz, q. me convinha em Sta. Catherina, ajuntando-se-lhe os campos vizinhos da Coritiba, p.<sup>a</sup> novos estabelecim.<sup>tos</sup> de manteigas e queijos, trigos, e farinhas” (73), quase todos os doutôres mineiros, seus colegas, já haviam voltado para suas terras natais, colocando-se à disposição do Governo da Capitania para os serviços de suas especialidades. Desde a administração de Bernardo José de Lorena (1797-1803) e durante as dos capitães-generais que se lhe seguiram, até a Independência — Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo (1803-1810), D. Francisco de Assis Mascarenhas (1810-1814) e D. Manuel de Portugal e Castro (1814-1822) — acentuara-se a presença dos doutôres mineiros nos vários setores da Administração, principalmente dos técnicos e cientistas.

Cabe aqui um exame mais circunstanciado da passagem dos doutôres mineiros pela Administração Régia, em Minas Gerais. Vale distinguir, antes de tudo, os trabalhos dos bacharéis em leis e em cânones, e os dos doutôres em ciências naturais ou aplicadas. Os bacharéis e os padres prestam os serviços costumeiros da coisa pública, antigos como ela — os serviços da justiça, do fisco e da Igreja; os doutôres em “filosofia”, isto é, nas ciências naturais e aplicadas, em face das novas responsabilidades trazidas pela sua formação universitária iluminista, a inculcar como verdadeiro axioma “que a conservação do Estado civil é a primeira e principal lei” (Ribeiro Sanches), pela primeira vez serão chamados a prestar os serviços especializados de sua ciência e de sua técnica, à lembrança — como já vimos — de que “o Estado que tem terras e largos domínios, e que dêles há de tirar a sua conservação, necessita decretar *Leis para promover o trabalho e a indústria*” (74) (Grifos nossos). Como se vai ver, com o recrudescimento da crise aurífera, em Minas Gerais, os doutôres estarão presentes em todos os setores da vida pública da Capitania, com a sua ação mais ou menos eficiente.

Para um exame do trabalho dos doutôres mineiros nos últimos decênios coloniais de Minas, merece consideração especial

(73) *Eadem*, fls. 5.

(74) RIBEIRO SANCHES, *Cartas s/ a educação...*, cit., p. 86.

a lista dêles, que o memorialista Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos elaborou, em 1805, para a sua "comemoração" (é o nome que lhe dá) das *Pessoas Ilustres da Capitania*, anexa à sua *Memória da Capitania de Minas Gerais*, inserta inicialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, e, posteriormente, na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (Ano I, p. 443 a 452), cujo texto foi o de que nos valemos. Nessa lista do velho Dr. Diogo P. R. de Vasconcelos — êle próprio um dos doutôres de Coimbra, em Minas — podemos dividir os setores da Administração assim: o eclesiástico, com o seu pessoal da Igreja; o da justiça, com o pessoal da magistratura e dos foros cível e eclesiástico; o da fazenda, com todo o seu aparato essencialmente fiscal; o militar, com os oficiais e as tropas pagas da Capitania; e o da mineração e agricultura, com os técnicos e cientistas especializados. Há duas atividades, que poderíamos classificar como típicas de administração geral: a dos funcionários das várias repartições públicas, e a dos "técnicos em contabilidade", como tentaríamos englobar num título e numa função modernos os trabalhos de certos burocratas régios, que, desde o consulado pombalino, controlavam as contas do Governô.

A lista das *Pessoas Ilustres da Capitania* dá destaque à presença do clero na vida pública da época: são 34 situações, as do pessoal eclesiástico, assim divididas — 10 presbíteros seculares, 6 vigários, 7 religiosos e ex-religiosos, 9 prebendados, 1 bispo e 1 arcebispo. Quase todos são formados em Coimbra. Já tivemos ensejo de anotar que o chamado alto clero é constituído quase exclusivamente de padres lá diplomados, máxime em cânones. Geralmente os presbíteros não têm responsabilidades paroquiais e, como são, via de regra, homens abonados e das melhores famílias, dispõem de lazer bastante para se tornarem excelentes pregadores, escritores e clérigos de carreira; já os vigários aparecem em menor número, justamente pelos encargos da vida paroquial, que não é tão fácil; a enumeração dos religiosos — onde há o destaque do maior frade mineiro da época, Frei José Mariano da Conceição Veloso — abrange vários dêles, que, nascidos nas Minas, vivem fora delas, já que é vedada a existência de conventos ali, como foi o caso de Frei José de Santa Rita Durão; o número dos prebendados — titulares do Cabido e da Sé de Mariana — volta a crescer-se pelas razões, semelhantes, do grupo dos presbíteros sem paróquia, pois a folga de suas vidas de Cônegos e mais a côngrua régia que recebem dão-lhes tempo de sobra para fa-

zerem suas carreiras diocesanas e até para futricarem a vida dos bispos mais dignos da Sede marianense, que ousarem botar a mão e o báculo em suas vidas sem grandeza; o bispo e o arcebispo, filhos da Capitania, em longínquas missões episcopais, já mereceram estudo nosso em outro lugar dêste trabalho. Os bacharéis em leis — justamente os “bolônios” que Pombal e seus companheiros de reforma universitária queriam ver diminuídos no Reino — são os que detêm o maior número de situações na sociedade e na Administração, como os de advogados, canonistas (fôro civil e eclesiástico), juízes-de-fora, ouvidores e desembargadores, ainda se arrogam o direito de ser titulares dos melhores cargos fazendários (intendentes, procuradores, provedores, etc.): a lista inclui 15 canonistas e 11 ouvidores e desembargadores, e mais a quase totalidade dos ocupantes dos altos cargos e dos especialistas em ciências contábeis; são muito particularmente os bacharéis em direito os cultores mais destacados das letras coloniais, a começar pelo mais antigo dêles, Cláudio Manuel da Costa, o qual, já antes de sua volta ao Brasil, praticava com as musas desde os bancos da Universidade, seguindo-se os seus colegas Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Manuel Inácio da Silva Alvarenga, para só lembrar, com exceção do último, aquêles doutôres deslembrados pelo autor das *Pessoas Ilustres*, em sua preciosa lista; por outro lado, não é bom esquecer que vários dêles, imbuídos de sua formação iluminista de servir bem à Pátria comum, irão dedicar parte de suas obras à “promoção do trabalho e da indústria”, publicando livros e folhetos sôbre agricultura, economia, ciências naturais e até etnografia, como foi o caso dos Drs. José Gregório de Moraes Navarro, João Evangelista de Faria Lobato e José Teixeira da Fonseca Vasconcelos. O setor fazendário não aparece senão indiretamente na lista, pois, como vimos, geralmente as autoridades do fisco são advogados. Nos quinze anos que antecedem a morte do Conde de Linhares, de 1797 a 1812, o grupo dos técnicos e cientistas será o mais importante da Administração mineira. Ou, pelo menos, êsses doutôres de Coimbra receberão tais e quais atenções, como se fôsem as pessoas mais ilustres da Capitania; num total de 34 situações, êles compõem 10 bacharéis em Filosofia e Matemática, 3 naturalistas, 4 mineralogistas, 6 botânicos, 6 conhecedores das ciências agrícolas e 5 técnicos de várias especialidades; geralmente, os 6 médicos mais conhecidos estarão ao lado



dêles, assim como os militares formados (6) ou engenheiros; se alguns dêses cientistas escrevem bem — como é o caso do Dr. José Vieira Couto — a maior parte apenas usará das letras para a divulgação dos seus experimentos, pesquisas ou traduções; o que surpreende nesse punhado de técnicos é serem tão poucos e, ao mesmo tempo, serem dotados de tanto entusiasmo, que figuram estar em tôda a parte: cuidam da remessa de caixas de animais, insetos, plantas e minérios para a Côrte; descobrem nitreiras no sertão; exploram galena, chumbo e diamantes, em vários lugares ao mesmo tempo; apuram raças de cavalos e os remetem para as autoridades régias; orientam e instalam fábricas de fiados e tecidos; fundam fábricas de pólvora; criam e mantêm cadeiras e cursos de anatomia e cirurgia, em Vila Rica; importam folhetos sôbre as produções que podem ser plantadas na terra; cultivam “linho cânhamo”, trigo, centeio e outras espécies vegetais européias, inclusive frutas; estabelecem fundições de ferro, fábricas de cerâmica e plantações de algodão; escrevem trabalhos de cunho prático para ajuda da agricultura e da indústria locais; criam carneiros e lhes exploram a lã, numa indústria rural interessantíssima; e dão-se a outras atividades politécnicas, as mais variadas.

Entretanto, é preciso advertir que a obra dos cientistas mineiros pouco efeito teve sôbre a grande crise econômica que se abatera sôbre a Capitania, a partir de 1780, até os dias da Independência. Expliquemo-nos. Antes de tudo, a Administração régia — como já tivemos ocasião de observar — mesmo nos dias do Marquês de Pombal, não estava preparada para usar em suas atividades os processos técnicos e científicos prometidos pelas novas gerações da Universidade de Coimbra: aquêle rápido *éclat* da reforma de 1772 durara muito pouco e o retôrno do “reino da estupidez” sepultara nas velhas rotinas e arraigados preconceitos a esperança nos jovens doutôres. Vimos, assim, que um ou outro governador mais esclarecido tentou algumas práticas modernas, por exemplo, visando à salvação da produção do ouro. Eles foram desprezados, em Lisboa, que sômente entendia como remédio para o mal o arrôcho fiscal, a “derrama”... É característico ser o Visconde de Barbacena — o primeiro doutor em ciências pela Universidade reformada, ilustre naturalista ali e na Academia das Ciências de Lisboa — quem irá preconizar a “derrama”, em 1789, desencadeando a tragédia da Inconfidência. Portanto, os doutôres de Coimbra, muitos dos quais formados ainda nos primeiros dias do agravamento da crise, não foram sequer lem-

brados, para ajudar em alguma coisa. Quanto a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, fidalgo que continuara as mesmas generosas idéias do velho Duque de Lafões (fundador da Academia das Ciências e promotor das viagens científicas dos especialistas aos países mais adiantados da Europa) sôbre o estímulo que se deveria dar aos jovens doutôres, teve de vencer dois grandes obstáculos, em Minas Gerais: o da incompreensão dos administradores e o da falta de recursos financeiros para assistir aos trabalhos dos cientistas. Principalmente êstes: a Administração mineira vive naqueles dias a sua ruína financeira mais completa, pela minguada cada vez maior da produção do ouro. O Governo não tem numerário para acudir aos seus problemas mais prementes: quando, por exemplo, chega o aviso régio para se pagar a João Manso Pereira, "encarregado do descobrimento das Nitreiras naturais nas barreiras da Capitania de São Paulo, depois de cuja delig.<sup>a</sup> deve passar a das Minas Gerais para trabalhar na nova Mina de Prata q. se descobriu no Abaeté", a importância de 400\$000, ordena a Rainha que "aquella penção seja paga pelo Subsidio literario da Cap.<sup>nia</sup> onde elle estiver, (...) afim de q. no pagam.<sup>to</sup> dos 400\$ annuaes não haja confuzão, devendo o referido João Manço Pereira cobrala em diferentes lugares" (75)... O que valia dizer não haver o dinheiro em parte alguma, pois já vimos que o impôsto não dava nem para pagar os magros salários dos professôres régios da Capitania. Ou então, quando o Dr. José Vieira Couto quer iniciar suas explorações pelas terras do Distrito Diamantino, o Intendente Amaral Silveira, já nosso velho conhecido, obsta os passos do cientista de tôdas as maneiras, provocando a hábil intervenção do Governador Bernardo José de Lorena (76).

Outra dificuldade insuperável encontrada pelos doutôres de Coimbra em Minas foi o atraso com que principiaram êles os seus trabalhos de busca e exploração de novas riquezas minerais e agrícolas da terra, com o propósito de substituir a monocultura aurífera agonizante. Êsse atraso ainda poderia ser superado, se houvesse um plano sistemático e objetivo elaborado pelos especialistas, reunidos todos em tórno dêle, intensiva e extensivamente, durante anos inteiros. Infelizmente, tal não aconteceu. Não há notícia de qualquer promoção científica entre êses doutôres, que resulte de um trabalho de equipe:

(75) *Códice 278*, do APM, fls. I e Iv.

(76) *Códice 277*, do APM, fls. 27 a 27v.

os tempos ainda estão verdes, verdíssimos, para êsses desapegos ou modéstias de cientista... Há notícias — isso sim — de malquerenças e inimizades entre êles: a transcrição dos trechos daquelas cartas do mineralogista José Bonifácio bem evidencia a má vontade que reina entre êles. Debalde alguns dos doutôres ascendem aos altos postos da Administração, como Joaquim Veloso de Miranda e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, que se sucedem no cargo de Secretários do Govêrno, sob as administrações de Lorena e de Ataíde e Melo, mas não se segue daí que tenham ajudado, beneficiado os colegas em assuntos de suas especialidades, a serviço da causa pública. A referência do Dr. Diogo ao fato de que “he bom amigo”, faz presumir ser Veloso de Miranda o padrinho de sua ascensão ao Secretariado, pois é sabido ter-se tornado êste discípulo predileto de Domingos Vandelli um intratável misantropo, que se fechou em seu sítio do Mau Cabelo, e nunca permitiu que qualquer pessoa tivesse acesso às suas pesquisas científicas, que levou consigo para o túmulo...

Ora, se os trabalhos científicos não se efetivam dentro de um programa adrede preparado, êles irão ressentir-se de sua improvisação e descontinuidade. Embora os doutôres se empenhem em seu árduo trabalho, êles estarão sempre sòzinhos, sempre a recommear muitas vêzes o que outros já fizeram, como é o caso das pesquisas do sertão do Rio Abaeté, antes levantadas pelo Dr. Vieira Couto e depois pelo Barão de Eschwege... A morte do Conde de Linhares, o incansável animador das pesquisas, irá levar o desânimo aos doutôres mineiros, a partir de 1812: o único grande feito científico-industrial depois dessa data é a fundição de ferro de Gaspar Soares, promovida pelo Intendente Câmara. Já quase todos avançados em idade, desiludidos da fera burocracia da Côrte e de Vila Rica, os doutôres irão refugiando-se, aos poucos, em suas propriedades e ali, no anonimato e no outono de suas vidas, irão aguardando a chegada da Parca implacável.

No fundo, êsses filhos do século, êsses contemporâneos de *René* — a personagem-símbolo do tempo, prêsa da “vaga das paixões”, ainda mais envenenadas pela dúvida — comprazem-se nesse melancólico fim de vida, achando que tinha mesmo de ser assim. O progresso, a marcha da humanidade, cobrariam êsse preço tão alto. E êles o aceitariam, como bons neoclássicos, estôicamente.

## 3. A crise e os doutôres mineiros

Em suas *Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Gerais*, interessante estudo corográfico realizado pelo Barão Guilherme de Eschwege em 1822, no qual o técnico alemão revela ser um bom conhecedor da terra mineira do seu tempo, êle dá como superfície da Província "hum terreno de 17.252 Legoas quadradas, de sorte que por cada Legoa quadrada se contão 29,7 pessoas" (77), e uma população, portanto, de 514.108 "almas catholicas".

Ao norte dêsse vasto território, em forma de um certo quadrilátero, ficavam as Províncias da Bahia e do Pernambuco, separadas entre si pelo Rio de São Francisco, e de Minas, respectivamente, pelos Rios Verde e Carinhonha; ao sul, através das divisas naturais dos Rios Grande e Pardo, das Serras do Moji Guaçu e da Mantiqueira, e dos Rios Paraíba e Parai-buna, as de São Paulo e do Rio de Janeiro; a leste, separada pelas desconhecidas vastidões do vale do Rio Doce e seus afluentes, a Província do Espírito Santo; e a oeste, através dos sertões quase apenas povoados pelo gado, os Goiaes.

A Província compreendia, em 1820, cinco Comarcas: as de Vila Rica ou Ouro Prêto, Sabará ou Rio das Velhas, Rio das Mortes, Sêrro Frio e Paracatu do Príncipe. De acôrdo com as *Notícias e Reflexões Estadísticas do Província de Minas Gerais* do Barão de Eschwege, era a seguinte, no ano posterior, a população das cinco Comarcas (78):

Vila Rica .....	75.573 habitantes
Sabará .....	119.520 habitantes
Rio das Mortes .....	213.617 habitantes
Sêrro Frio .....	83.626 habitantes
Paracatu .....	21.772 habitantes

A proporção dos homens livres para os escravos era da ordem de 90 para 50, enquanto os brancos se collocavam, em relação à gente de côr, na ordem de 50 para 145. Augusto de Saint-Hilaire, veiculando informação do Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes (que, aliás, considera pouco segura) de que existiam em Minas, em 1820, 621.885 habitantes, dos quais

(77) *RAPM*, IV, p. 742.

(78) *Idem*, p. 744.

456.675 livres e 165.210 escravos, dava à população mineira o dôbro da de São Paulo, sendo que Minas possuía três vèzes e meia mais escravos negros e nove vèzes mais negros libertos (79). Mas, os dados de Eschwege são perfilhados mais ou menos por todos que versam o assunto, na época. A Comarca de Vila Rica era a menor de tôdas, mas acolhia a Capital da Província, o têrmo do mesmo nome, e a cidade de Mariana, sede do Bispado de Minas Gerais, êste com jurisdição sôbre dois terços do território; e continuava a manter a mineração como sua mais importante atividade econômica. A Comarca de Sabará era a maior de tôdas e ocupava a extensão do centro-oeste mineiro, por todo o vale do Rio das Velhas, ultrapassando o São Francisco e indo limitar-se com a Província de Goiás; com sede em Sabará, compunha-se dos têrmos da sede, Vila Nova da Rainha do Caeté, Pitangui e Vila do Papagaio, e suas atividades mais comuns eram a mineração e a criação de gado. A Comarca do Rio das Mortes tinha como cabeça a Vila de São João del Rei e era a mais populosa, estendendo-se pelo centro-sul-sudoeste da Província, compreendendo os têrmos de Jacuí, Baependi, Campanha da Princesa, Barbacena, Queluz, São José do Rio das Mortes e Tamanduá; desde 1780, “a mais vistosa, e a mais abundante de tôda a Capitania em produção de grãos, hortaliça e frutos ordinários do País” (80), abastava-a “de queijos, gados, carne de porco, etc” (81). A Comarca do Sêrro Frio ocupava todo o nor-nordeste da Província e sua cabeça era a Vila do Príncipe, com o seu têrmo de Bom Sucesso das Minas Novas, integrado mais recentemente na jurisdição mineira, porém, ainda pertencente ao Arcebispado da Bahia. Encravada, em seu território, embora com administração autônoma, ficava a Demarcação Diamantina ou Distrito dos Diamantes, cujo centro natural era o Tijuco, futura cidade de Diamantina. A produção principal da Comarca eram as pedras preciosas, especialmente diamantes. E, finalmente, a Comarca de Paracatu. Era a mais remota, a menos povoada e a mais atrasada das cinco, com uma esparsa e incerta população sertanejá, em nada diferente dos rudes moradores dos campos dos Goiasês; seus têrmos — Paracatu (cabeça da Comarca), Araxá, Desemboque, Salgado e São Romão — entregavam-se às atividades agropastoris e aos restos da mineração, e suas “almas católicas” obedeciam ao Bispado do Pernambuco. Se dermos

---

(79) SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Prouvs.*, cit., I, p. 86.

(80) TEIXEIRA. cit., *RAPM*, VIII, p. 502.

(81) *Idem, ibidem.*

crédito às estatísticas supracitadas, os povos de Minas Gerais representavam 11,7 % daquela população brasileira de 4.396.132 habitantes, levantada pelo Conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, em junho de 1819, à base de mapas que coligira, visando a uma melhor repartição eclesiástica do País (82).

Dividida em porções desiguais por uma imensa cadeia de montanhas, que se estendem de sul a norte, é a Província de Minas Gerais a mais montanhosa do Brasil. Em princípios do século passado, o território apresentava em sua face oriental imensas florestas desconhecidas, habitadas por um gentio agressivo e primitivo; já o lado ocidental, constituído pela maior parte dos "campos gerais", tornara-se, desde muito, zona pastoril. Esta região é talhada, em tôda a sua extensão, pelo Rio São Francisco, o maior da Província, navegável em quase todo o seu curso, soma imponente de dezenas de outros caudais, tais como os Rios das Velhas, Paraopeba, Pará, Paracatu, Urucuia, Pardo, os Verdes, Carinhanha, etc. Outros grandes cursos d'água são os Rios Doce, Grande e Jequitinhonha, também servidos por inúmeros afluentes, que resultam da vasta rêde dos rios e ribeirões de menor porte, irrigando terras excelentes, para a lavoura e o gado. "Não só essa Província é rica por seus diamantes e pedras preciosas, minas de ouro, ferro, chumbo, etc. — descreve quase antiteticamente A. de Saint-Hilaire os recursos naturais da terra, amparado, aliás, em velho cronista mineiro — como também pelas suas gordas pastagens, belas florestas e fértil território, que, segundo os lugares e altitudes, pode produzir a vinha, o açúcar e o café; o cânhamo e o algodão; a mandioca, o trigo e o centeio; mangas, pêssegos, figos e bananas. Se existe alguma região que possa dispensar o resto do mundo, será certamente a Província de Minas Gerais, quando seus inúmeros recursos forem explorados por uma população mais densa." (83)

No entanto, nos dias em que o naturalista francês escrevia essas palavras tão encomiásticas, vivia a Província a crise mais profunda de sua história. A base principal de sua economia, a extração do ouro, abalara-se gravemente, desde muitos decênios atrás, e fizera ruir tôda a frágil estrutura assentada sôbre ela: o ouro acabava-se. Apenas porque se não podia mais tirar da terra. Finda a fase breve dos fáceis ouros de aluvião, a mineração passou a ser uma batalha contra a

(82) SILVESTRE RIBEIRO, *cit.*, t. IV, p. 358.

(83) SAINT-HILAIRE, *cit.*, t. I, p. 86; SPIX e MARTIUS, *op. cit.*, t. I, p. 322.

pedra: viu-se obrigada a romper e desmontar incriveis montanhas, a represar cachociras, a conduzir águas a alturas e distâncias heróicas. Então, os mineiros transformaram-se em “atlantes” — assim os classificou o especialista José Vieira Couto, em 1801<sup>(84)</sup> — teimosos homens que jamais desistiam da luta, “envergados, gemendo e gotejando suores”, a sustentar sôbre os ombros a grande máquina de uma produção na qual estava fundada tôda a economia da Capitania. Ora, é bem que se diga serem também outros atlantes os escravos negros, que trabalhavam nas “fábricas” da mineração, tanto mais produtivas quanto mais numerosa fôsse sua escravaria. Eles, porém, chegavam às Minas sempre mais caros que nas outras Capitánias e nunca em número suficiente. Nos últimos decênios do século XVIII, a média anual de entrada era uns quatro mil, empregando-se sempre cada vez mais nos trabalhos agrícolas e domésticos, e menos nas lavras de ouro. Um terrível comércio negreiro, estabelecido nos portos, dominava o mercado dos escravos, impondo preços e estipulando condições de fornecimentos, como bem queria. Eis porque “os Mineiros que estão pobres” — conta o Desembargador José João Teixeira, em sua *Instrução para o Govêrno da Capitania de Minas Gerais*, de 1780 — “como achão os negros caros, não os compram suficientes e por isso nunca têm as suas fabricas em estado de fazerem Serviços uteis”<sup>(85)</sup>. É preciso — preconiza o Desembargador — “tirar mais escravos em Angola e na Costa da Mina e acabar o Monopolio delles, para que se redução a hum preço racionavel (*sic*)”<sup>(86)</sup>. Os “comboiciros” — os implacáveis traficantes de escravos — que iam aos portos buscar aquelas sinistras levas de negros mortos-vivos, para vendê-los nas Minas, haveriam de rir-se do ingênuo palpíte do honrado magistrado, ainda muito tempo depois.

Entretanto, não era pròpriamente, na opinião do Bispo Azeredo Coutinho, a carestia dos escravos o que mais carregava sôbre a mão-de-obra e agravava as despesas do mineiro: era, sim, a carestia do ferro, “porque se gasta e se consome todos os dias e todos os instantes pelo contínuo trabalho de rasgar as terras para a extração do ouro”<sup>(87)</sup>. O prelado-economista até achava pequenos os direitos pagos dos escravos à vista dos do

(84) VIEIRA COUTO, *Memória, cit.*, in *RAPM*, X, p. 78.

(85) Desemb. TEIXEIRA, *cit.*, *RAPM*, VIII, p. 500.

(86) *Idem.* p. 501.

(87) D. AZEREDO COUTINHO, *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1966 (*Discurso sôbre o estado atual das Minas do Brasil*, pp. 199-200).

ferro, “por serem êstes continuados e pagos como por todos os dias, e aquêles como de uma vez e de anos a anos, quando se compra um escravo” (88). Já fôra do mesmo ponto de vista o Governador Rodrigo José de Menezes, que pleiteara do Ministro Martinho de Melo a fabricação do ferro em Minas, pois sempre se pagou caríssimo o dos suecos, hamburgueses e biscainhos (chegou mesmo a fazer experiências com um fundidor, enviando ao Ministro de D. Maria I uma “fexadura” e uma barra de ferro) (89).

Havia, ainda, outros problemas, de difícil solução, que pesavam na crise da extração aurífera. As terras, por exemplo, e as águas minerais haviam sido distribuídas a quaisquer, sem nenhum critério, de forma que muitos possuidores não as queriam, podiam ou sabiam lavar. Não eram raros os felizardos que detinham imensas datas, de três, quatro léguas, “terras sem medição, concedidas pela ignorância e cavilação dos Guarda-Mores”, sem delas tirar o mínimo proveito. O Desembargador Teixeira acusa, indignado, um proprietário de águas minerais, que as usava, em Catas Altas da Noruega, não para as lavras, mas para as “plantas de suas Rossas” (90). . . Também o clamor se levantava contra os guarda-mores, incumbidos das “repartições” das datas e águas aos interessados: “(. . .) não ha couza mais inutil do que o emprego de Guarda-Mor Geral” — verbera-os o Desembargador (91) — “elle nunca está em Minas, e só vai a ellas para fazer nomeações de Subst.<sup>os</sup> por avultadas quantias de ouro vendendo-se publicamente. Que justiça se pode administrar hua vez que os empregos publicos se fazem o objeto de hum Comercio sordido?”

Mas, as desventuras da mineração não paravam aí. Os mineiros viviam metidos numa quente sarabanda de demandas, lides e disputas, que, se representavam as delícias dos homens da justiça colonial, eram o inferno de todos os outros. Quando alguém, em Minas, desejava algum malefício para o inimigo, pedia ao diabo que lhe fizesse cair em cima a justiça de Caeté... Mais de uma vez, algum minerador invejoso da sorte de um vizinho mais afortunado, tocava-lhe uma demanda, para que sua fábrica parasse, dessas demandas que não acabavam nunca, como obras de Santa Engrácia.

---

(88) *Idem, ibidem.*

(89) *RAPM*, 11, p. 311.

(90) J. J. TEIXEIRA, *cit.*, p. 502.

(91) *Idem*, p. 503.



Por outro lado, a fragmentação das fábricas grandes, imposta pela sucessão de heranças, legados e transmissões *inter vivos*, prejudicava seriamente o rendimento do ouro: as mais das vêzes, por pequenas, as fábricas não reativavam o antigo ritmo de trabalho e os serviços caíam, para nunca mais se levantar, entregues a mãos inexperientes ou incapazes de herdeiros acomodados ou empobrecidos. O Conde de Valadares, que governou a Capitania de 1768 a 1773, sentiu o problema, pretendendo que as grandes fábricas da mineração se não dividissem e estimulando aos donos das pequenas a que se unissem <sup>(92)</sup>.

Mas, de todos os males, o maior de todos parece ter sido mesmo a falta de técnica, uma absoluta ignorância, da ciência da mineração. Os mineiros setecentistas do Brasil foram, sem nenhuma exceção, uns broncos furadores do solo, à moda de feros tatus da terra. Esse primeiro grande homem público brasileiro que foi o Governador Antônio de Albuquerque, já destacava, em 1711, “a necessidade que havia da Arte de Minerar debaixo de preceito, e que o Ouro se não tirava por falta de Sciencia” <sup>(93)</sup>: com certeza, já ficara impressionado com o empirismo imediatista dos aventureiros, a minerar sempre do jeito mais fácil, como, por exemplo, maneando nos sítios mais altos, antes de extrair o metal das catas mais baixas, soterrando tantas vêzes nesses estúpidos desmontes as pintas mais promissoras. Assim aconteceu com o Ribeirão do Carmo, em várias paragens, não longe de Mariana. É inacreditável que, em face da grave crise da produção aurífera, durando e se agravando tantos decênios, não se decidisse a Administração Colonial a uma providência sequer, para sanar o mal. Já em 1780, o Desembargador José João Teixeira lamentava que “nunca passou a Minas hum unico Engenheiro que pudesse dirigir os mesmos Serviços” daquelas fábricas ronceiras e desperdiçadoras <sup>(94)</sup>. Sòmente em 1811, exatamente cem anos depois da advertência de Antônio de Albuquerque, foi que chegou a Minas o Barão Guilherme de Eschwege, animoso geólogo alemão, para estudar a situação e propor os meios de melhorá-la. Porém, foi preciso que o Conde de Linhares pusesse todo o empenho de sua força e autoridade para que, vencendo entraves de tóda a ordem, o especialista pudesse começar a trabalhar; já desde 1798, quando o

---

(92) *Idem*, p. 509

(93) *Idem*, p. 506.

(94) *Idem*, p. 506.

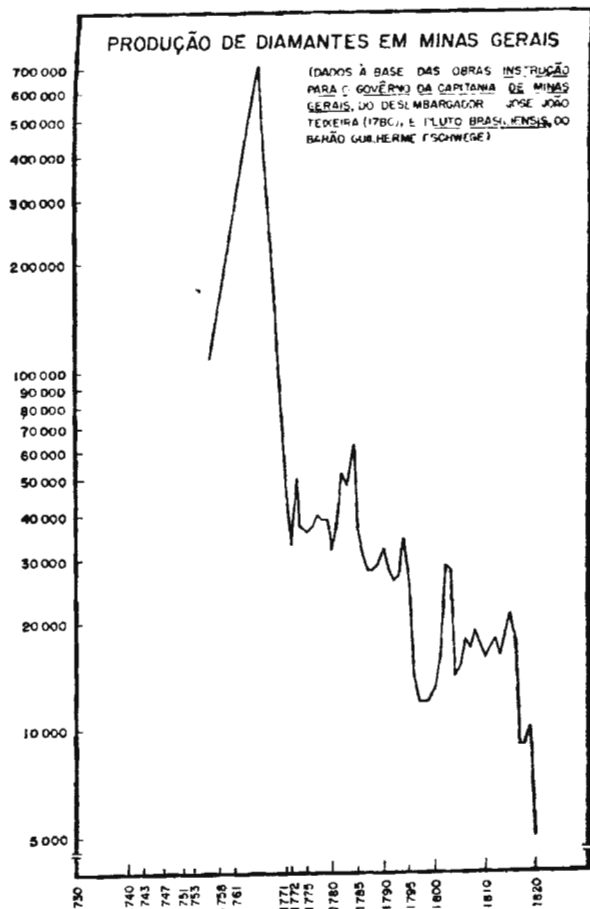
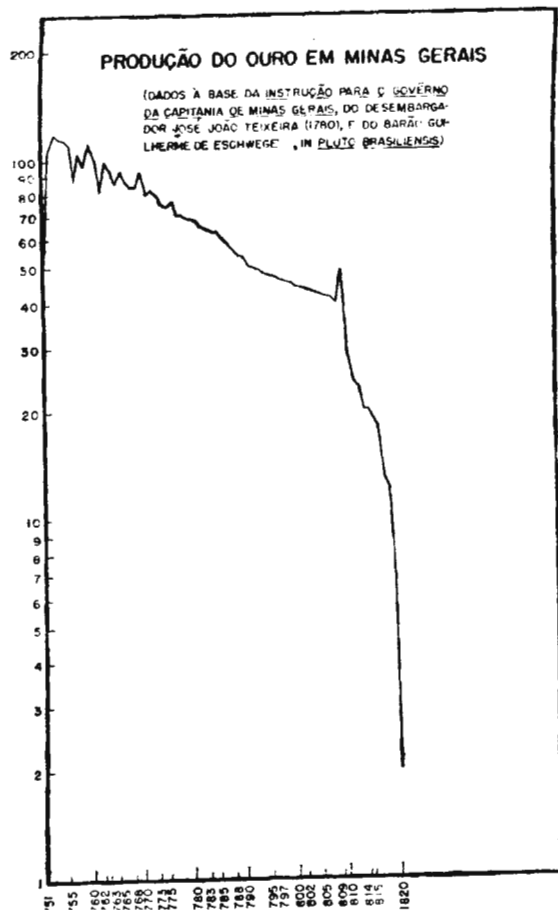
Dr. José Vieira Couto é incumbido de proceder a estudos mineralógicos na Demarcação Diamantina, vem opor-lhe obstáculos de tôda ordem o Intendente dos Diamantes, que deseja que Couto saia dali, motivo por que o Governador Lorena lhe escreve dizendo: "(...) eu não conheço particularmente ao Doutor Couto, he Sua Magestade quem o abona com a sua escolha" (95). E não acha justo que para servir a S. M., seja obrigado a transferir sua residência e ficar sem laboratório, por "estar servindo sem interesse algum" (96). Além da ignorância, havia êsses entraves, êsses ciúmes da Administração Régia. Essa ignorância geral, em relação aos processos mecânicos da mineração, era completa. Não que fôsem os mineiros destituídos de tino ou de vontade, suficientes para tirar partido melhor da exploração aurífera. Faltava-lhes a *máquina*, a mentalidade técnica. Não tinham aprendido nada daquela "filosofia experimental", tão em moda no tempo, que se voltava para o estudo da natureza, com o fito de conhecê-la e usá-la em seu próprio benefício. Era a grande falha cultural da raça. Perante uma barreira intransponível como esta, a batalha intentada por Eschwege haveria de ser em vão, como de fato o foi. Outrora, nos dias do auge da extração do ouro, um têrço da população — nada menos de 80.000 pessoas — entregava-se entusiásticamente às lides da mineração. Dessarte, a primeira metade da centúria setecentista fôra de fastígio e de riqueza, ensejando mesmo aquela aparente magnificência que caracterizou o reinado de D. João V. Há até euforia naquele expediente de D. Lourenço de Almeida a El-rei, em 20 de abril de 1722, quando conta que "estes quintos [70 arrôbas de ouro] se tem cobrado com toda a suavidade, porque todos estes povos estam com a mayor obediencia e com o mayor sossego equietaçam, e assim espero q.' estejam enquanto eu os governar" (97). (Surpreende que um Governador se permita "toda a suavidade" com aquêles mesmos povos de apenas dois anos atrás, contra os quais o Conde de Assumar arremetera as feras cavalgadas dos seus dragões, escarmentando-os logo a seguir com o cruel e indébito suplício de Felipe dos Santos.) Em menos de um mês, o Governador retorna a El-rei para anunciar que, em nove meses, houve um aumento de vinte e oito arrôbas, nas quintagens das quatro Comarcas de Minas (98). *Superavit* ex-

(95) *Ap. Códice 277, cit., fls. 27 (APM).*

(96) *Idem, fls. 27v.*

(97) AHU, de Lisboa, Caixa 2, MG, Doc. 19.

(98) AHU, de Lisboa, Caixa 2, MG, Doc. 20.



pressivos, que se repetem, como aquêles outro anunciado a D. José I, em 1753, pelo Governador José Antônio Freire de Andrade, da produção de 48 arrôbas e 1.116 oitavas, no primeiro semestre de 1751<sup>(99)</sup>. Após a plethora da produção do decênio de 1752-1762, com um índice médio de mais de cem arrôbas quintadas, há uma descida a uma produção média de quase noventa arrôbas, entre 1763 e 1772. Em seguida, porém, à pequena melhoria de 1776, a extração descamba como uma avalanche, rolando para baixo, de 76 a 30 arrôbas, em 1808. Há uma última reação de vida em 1809, com certeza em resposta às medidas tomadas após a chegada da Família Real ao Brasil, para retomar em seguida a queda catastrófica de 30 a 2 arrôbas apenas, em 1820. É que desde 1814 caíra impressionantemente o número dos buscadores de ouro; naquele ano — segundo Eschwege<sup>(100)</sup> — houve apenas 6.662 mineradores (sômente a 85.<sup>a</sup> parte da população), enquanto cresceu o número dos faiscadores (5.747), isto é, os mineradores menos produtivos e mais primitivos, aquêles que se contentavam apenas com a rotina africana das bateias. De fato, o ciclo do ouro aluvial está morto no Brasil, quando as primeiras companhias inglêsas principiam a comprar as lavras, a partir de 1825, em Gongo-Sôco, em Antônio Pereira, em Cata Preta, em Socorro e alhures. Se não estava morto também, agonizava nos dias da Independência o ciclo dos diamantes; em noventa e três anos de produção, dera à Coroa, deduzidas as despesas da extração, um total de 6.213.343\$916, o que representava um lucro líquido de 15%. “Tal importância” — observou bem o Barão de Eschwege — “não era tão grande que devesse motivar a fama que correu o diamante das Minas. Além disso, o lucro principal só teve lugar nos primeiros anos, caindo então daí por diante.”<sup>(101)</sup>. Assim é que a produção entre 1730 e 1740 (que até hoje não pôde ser exatamente avaliada) deveria ter atingido, mais ou menos, os 200.000 quilates; de 1740 a 1772 (época em que vigoraram os contratos), 1.666.569 quilates; mas, a partir de 1772 até 1806, 910.511 1/2, caindo fortemente nos anos seguintes, numa base anual de 12.000 quilates anuais. Estudando seus mapas da extração diamantífera, coletados nas repartições fazendárias de Vila Rica, o mesmo Eschwege dizia

---

(99) AHU, de Lisboa, RJ, Doc. 16.187, de 14.X.1753.

(100) ESCHWEGE, *cit.*, p. 391.

(101) *Idem*, p. 188.

ser notório que, depois do advento do regime da Real Extração, se não houve prejuízo, não houve em compensação qualquer lucro, o que, em parte, deve ser atribuído ao contrabando, que foi aumentando de ano para ano, fazendo baixar os preços das gemas na Europa. Até 1808, ano em que a Família Real chegou ao Brasil, acreditava o sábio alemão que a exportação clandestina não era menor do que a das pedras que passavam pelas mãos da Administração Régia. E de então para o futuro, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações, o volume de pedras contrabandeadas se teria tornado duas vezes maior<sup>(102)</sup>. Foi assim que a era dos diamantes passou, pois não decorreram muitos anos, após a libertação política do País, para darem notícias de sua existência, apenas os diamantes do sertão da Bahia. As oitavas das gemas mineiras contavam-se, já então, pelos dedos...

•

Nas *Instrucçoens Regias* que, a 7 de janeiro de 1775, foram dadas a D. Antônio de Noronha, então nomeado Governador da Capitania de Minas Gerais, no título referente a "Lavras", o Marquês de Pombal escreveu o seguinte: "Em toda a parte os importantes interesses da Agricultura formarão a felicidade publica e nessa Capitania ainda são de maior importancia os seus utilissimos progressos. Em outra qualquer parte somente lhe devemos os fructos, que produz, quando he bem cultivada a terra; *nessa Capitania além dos fructos dictos, tem o oiro, que por meyo das Lavras se extrahê da terra onde o produz a natureza; e como destas riquezas dependem o augmento do Commercio, e abundancia do Paiz; fica sendo este genero de Agricultura o mais importante objecto desse Governo*" (grifos nosos)<sup>(103)</sup>. Esse documento ilustra bem o pensamento das autoridades régias a respeito de sua política agrícola, em Minas Gerais: se em qualquer outra parte se deve à agricultura o seu fruto, como resultado natural do amanho da terra, não há nada demais. Mas, como nas Minas há ouro, que se extrai da terra e essa riqueza é que interessa, porque "destas riquezas dependem o augmento do Commercio, e abundancia do Paiz" e *não do amanho da terra*: o mais importante objeto do Governo haverá de ser, pois, a "agricultura" do ouro. Daí o estímulo que se deve dar aos exploradores e mineiros, para que não desistam, até acharem a mesma fortuna, que já obtiveram

(102) *Idem*, p. 189.

(103) *In RAPM*, t. XVI, p. 467.

aquêles que descobriram as minas do Paracatu, Sabará, Rio das Mortes e outras, “que derão — a expressão é de Pombal — princípios ás maiores felicidades”; “devem-se portanto empregar a maior vigilancia, e actividade, em que as Lavras se conservem, e se augmentem” (104). Não há uma palavra, nem meia palavra, de igual prestígio ou encorajamento às atividades agrícolas. Antes, pelo contrário, sente-se uma rejeição premeditada delas, como incômodas, prejudiciais mesmo, ao esforço administrativo do Governo, cujo “mais importante objecto” é a “agricultura” do ouro. Quando, cinco anos depois, em 1780, o Governador D. Rodrigo José de Menezes — aliás outro governante esclarecido — escrever sua *Exposição*, acima citada, insistirá na mesma tese, a de que a atividade da Capitania não é agrícola. É que a Administração Régia quer que seja assim: todos os Governadores manterão essa inflexível política de se interessarem exclusivamente pela produção do ouro. Minas terá de dar ouro, e só ouro! E acabou-se. Já nos referimos à má vontade que manifesta o Desembargador Teixeira em relação aos lavradores que começam a empregar os seus escravos no cultivo da terra ou nas atividades domésticas, em detrimento das fábricas de mineração. Essa má vontade é geral, da parte da Administração, em relação aos agricultores. Exemplo disso é o depoimento de Manuel Pires de Figueiredo, da Demarcação Diamantina, em 1801, perante o Governador Bernardo José de Lorena, contra o Intendente João Inácio do Amaral Silveira, que “prohibio queimar, rossar, e plantar em dist<sup>a</sup> de meio qrt.<sup>o</sup> de legoa dos Rios, Corgos Diamantinos com a pena de despejo fulminada contra os indiciados”, o que — na opinião do denunciante — resultava na “carestia dos viveres, e aumento dos seus preços” (105). Pode ser que o implacável Intendente tivesse a intenção de proteger os cursos d’água e as lavras de diamantes, mas o exemplo subsiste, como illustração da geral e fácil má vontade contra os agricultores. Alguns anos depois, em 1806, o Governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, em carta a D. Luís de Vasconcelos, deplora as “lavras que se vão desamparando, e cada hum cuida em plantar cana, algodão e café, com que saldão alguma importação que fazem” (106). O único governante que põe em sua instrução de govêrno algumas linhas sôbre a agricultura é o mesmo D. Rodrigo José de Menezes, quando recomenda o

---

(104) *Idem, ibidem.*

(105) *In RAPM*, t. II, 338.

(106) *Códice 303*, do APM, fls. 81.

aproveitamento de terras cansadas para o plantio de cana de açúcar, ao mesmo tempo que sugere o levantamento da proibição dos engenhos canavieiros.

No entanto, apesar dessa sistemática má vontade oficial, não há dúvida nenhuma de que, em Minas Gerais, as atividades agrícolas, afora os primeiros anos do ciclo (por isso mesmo tempos de fomes e carestias ferozes), nunca foram menores que as da mineração. Enganam-se os que pensam ter-se dedicado às lavras de ouro a maioria da população das Minas, mesmo nos dias do fastígio áureo. Apuramos, no *II Livro de Devassas*, já citado, procedidas por visitantes eclesiásticos em diversas localidades das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Velhas, em 1733, que, das testemunhas arroladas nas visitas, vinte e nove (29) eram comerciantes, cinquenta (50) mineradores, três (3) eclesiásticos, oito (8) funcionários públicos, cinquenta (50) artesãos (alfaiates, sapateiros, carapinas, ferreiros, ferradores, tanoeiros, etc.), um (1) músico, dois (2) professores, 31 agenciadores. Mas 72 (*setenta e duas*) *delas eram agricultores e donos de engenhos* (107). Davam-se êsses agricultores a uma lavoura de subsistência, à base de “rossas” de milho, mandioca e cereais, que as freqüentes carestias começaram a estimular, já nos últimos anos do século XVII; então já tivera princípio, pelos vales do São Francisco e dos seus afluentes, a criação do gado, vinda da Bahia, espalhando-se pelos “gerais sem tamanho” (Guimarães Rosa), em terras como aquelas de Antônio Guedes de Brito, que o poderoso senhor da Torre “descobriu e povou (*sic*) tudo a sua custa com despeza demais decem mil cruzados com as cafilas de gente que trazia pellas montanhas na conquista dos gentios e aberturas das serras p.<sup>a</sup> fazer as estradas que hoje ha por aquelle sertão athé o mais recondito”, conforme os ufanos dizeres de sua filha, D. Isabel Maria Guedes de Brito (Requerimento de 10 de Maio de 1720 (108), em expediente a El-rei.

Mas a agricultura mineira dos tempos da decadência do ouro ressentia-se de suas más origens, principalmente as européas. Se o português já não é bom agricultor na gleba natal (aliás geralmente pouco agricultável), sê-lo-á pior numa terra a que veio colher ouro e não sachar centeios e batatas. Querendo terras é só pedir. Dão-lhe sesmarias inteiras, não raro extensões de vinte, vinte e cinco léguas de terras excelentes, de beira-rio navegável, mal protegidas por pobres donos milená-

(107) V. Quadro das testemunhas, inserto no Cap. I.

(108) Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), de Lisboa, Caixa 1, MG, Doc. 2.

rios, Índios covardes. O colono luso sobe ao espigão de serra, olha orgulhoso em volta e diz: "Tudo o que avisto é meu!" Mas não é a terra larga e boa que êle quer, que El-rei quer também: êles querem é ouro, riquezas, para a ostentação e a vida farta amanhã, na volta para além-mar, pois a demora aqui, no "destêrro voluntário dêstes sertões", haverá de ser curta, se Deus quiser. E o aventureiro vive aqui e ali, nômade, escavando as lavras, remontando montes, à procura de ouro: acostuma-se a escavar, a derrubar, a furar, a destruir... Mas as "bromas" do furtivo metal vão se sucedendo e com elas os anos, as doenças, a pobreza, a fome, a morte. Só lhe resta a terra, a agricultura. Porém, que atividade quase odiada essa, a do roceiro frouxo e sem vontade, que fica a comparar esta terra feia e bárbara, com suas exigências e cuidados, de frutos tardios e incertos, com a lavra do ouro, fácil, preenhe de promessas, sem precisão de trato! Considera, nas longas horas de sua solidão sertaneja, o seu trabalho com o do minerador, a sua vida e a dêle: aquêle, num repente, acha a fortuna, êle não acha nada, fica ali, com a lerdeza das estações, com o receio das intempéries do sol e das águas, com a bôba esperança de que as sementes acabem por despontar das covas.

Essa herança de ressentimento e de frustração, o velho emboaba vai transferindo para os filhos, já nascidos naquele mesmo exílio, e caceteados pela chata cantilena paterna sôbre as delícias da terra, dos homens e das coisas de Portugal, de permeio com a melopéia plangente dos negros, no *banzo* de uma pátria impossível, longe dos eitos e das eiras. Estabelece-se, pois, uma geral solidariedade entre pais, filhos e escravos no desamor, na inimizade mesmo, àquela terra que os acolhe, àquela gleba que os alimenta. Quando fazem uma roça, fazem uma destruição: após a estação das águas, saem e escolhem a terra — terra de mato, melhor porque não precisa de trato; vêm os escravos e derrubam a mata; deixa-se secar a galharia longos meses e depois põe-se-lhe fogo, geralmente no mês de agôsto; caem as primeiras grandes chuvas e sôbre a gorda terra, cheia de cinzas, tocos e troncos enegrecidos, cavoucam-se covas, de 8 em 8 palmos, e nelas se vão atirando alguns grãos de milho. Deve ser em setembro, porque é preciso saber o tempo certo da sementeira: "nisso reside todo o talento do lavrador", diz, com ironia, um viajante estrangeiro. Um mês depois carpem-se os matos daninhos; em fins de janeiro, ou mesmo em fevereiro, planta-se feijão no meio do milho já assimzinho; limpam-se os eitos mais uma vez; e em abril, já se pode colhêr o milho, e



também o feijão. Planta-se também um pouco de arroz e mandioca. E quase só, as “coisas do gasto”. Milho, em terras de primeira, dá 400 por 1, mas em terra ingrata não dá mais do que 80 por 1, dando em média 200 por 1, em bom terreno, logo após a derrubada. Feijão dá 40 por 1 em terra de boa qualidade. Depois de duas colheitas na mesma gleba, deixa-se a terra descansar; volta a crescer a vegetação, agora diferente da primitiva, por algum tempo; corta-se novamente, queima-se e se planta nas cinzas. As colheitas já rendem menos: milho em cinza de capoeira não dá mais do que 50 por 1. O roceiro não insiste mais, é preciso passar a outra terra, a outra derrubada de mato virgem, porque a terra antiga está “cansada”. É o regime da “coivara”, processo indígena da idade da pedra, que portugueses e negros logo aprenderam, lei inigualável do mínimo esforço agrícola, posta em prática na terra brasileira por três raças que não morrem de amôres pela agricultura.

É esta, a agricultura mineira: “uma agricultura de poucos gêneros, e quanto baste somente para a sustentação de homens grosseiros, ou de escravos, uma agricultura ruinosa, que se faz sem beneficiar a terra, e só estrumando-a com as cinzas de preciosas matas; (...) tal é o pequeno partido que até hoje se tem tirado de uma terra fertilíssima, e que assim mesmo mal amanhã não sabe dar menos do que 200 por um. Ignora-se totalmente aqui a cultura de muitos gêneros, que com vantagem do comércio nacional se poderia lançar mão dêles” (109). O Dr. José Vieira Couto — quem denuncia a má agricultura do tempo, em sua *Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais*, escrita em 1801 — enumera a seguir êsses gêneros cultiváveis: o café, o anil, a baunilha, o cacau e a cochonilha. Igualmente o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos lamenta que se plantem apenas os “grãos ordinários” (milho, feijão e arroz); estranha a notícia de que não dá trigo na maior parte da terra, assim como o centeio e a cevada, destacando o algodão, “que boamente cresce no patz”; e também denuncia a falta de arados e adubos, dizendo que “não há outro modo de cultura, senão o de derrubar, roçar e queimar os matos para depois plantar os grãos” (110). É visando ensinar uma agricultura mais racional aos povos do Brasil que Frei Veloso edita nessa época o seu *Fazendeiro do Brasil*, em cinco volumes, onde dá uma orientação muito prática dos processos

(109) *Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais*, in *RAPM*, t. X, p. 83.

(110) *Op. cit.* (in *RAPM*), t. VI, p. 757.

agrícolas mais modernos. Deve ter sido confrangido pelas destruições vandálicas dos seus colonos dos sertões do Paracatu que o Dr. José Gregório de Morais Navarro publica também seu *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica no Brasil, pela introdução do arado, reforma das fomalhas, e conservação de suas mattas, etc.*, numa edição de Frei Veloso, em 1799.

Os doutôres mineiros, vimos, desencadeiam uma verdadeira campanha de esclarecimento dos povos sôbre as vantagens da atividade agrícola, baseada na publicação e distribuição dêsses folhetos de divulgação, postos à disposição de todos os interessados, mediante módico pagamento: temos achado nos arquivos várias relações de remessa dessas publicações. E depois, como o século aprecia as coisas exóticas, e em especial as plantas, ou que venham remetidas do *habitat* nativo para cá ou sejam enviadas daqui para a Europa, há nesses anos um intenso intercâmbio dessas espécies florísticas exóticas. Assim, há no Arquivo Público Mineiro, uma Ordem de Sua Majestade, solicitando os seguintes "generos" da terra, que devem ser enviados à Metrópole: "da Vila de Sabará: Quina, Casca, e frutos; Sassafrás, Casca e frutos; Balçamo de Cupauba, ochamado Olio, e frutos: Arariba, Casca e frutos; Jatobá, Casca e frutos; Jambo — Pitanga — Salçaparrilha, Raiz e frutos. Do Indaiá: Todos os Cocos, Pau Terra, detodas as qualidades; Sassafrás, Casca e frutos; Balçamo, Casca, Rezina, e frutos; Balçamo de Cupauba (ilegível) Araticuns de todas as qualidades. Da Vila de São João de El Rey: Fruta de Conde. Detodos os araticuns. Piqui. Jaboticaba. Mangaba. Pitanga. Jambo. Angelim. Arariba, frutos e Casca. Jatobá, Rezina, e frutos. Salça Parrilha, Raiz e frutos." (111) E a Ordem Régia esmiúça a colheita dêsses vegetais exóticos brasileiros: "As frutas de todas as mais Arvores, e plantas — recolhidas bem maduras, em dias de sol — que venhão nas suas Caixas naturais ou bainhas e que sejam remetidas em Saccos de Algodão com seus nomes eprestimos — que venhão em quantidades suficientes de meia quarta, pouco mais ou menos." (112) Há como que o descobrimento das possibilidades agrícolas e florísticas da terra, trabalho com certeza da catequese de Frei Veloso e dos doutôres. Aliás, já desde 1780, o Desembargador Teixeira dava notícia da uberidade da terra mineira, bem irrigada de córregos

(111) *Código 277, do APM, fls. 17 e 17v.*

(112) *Idem, fls. 18 (2, IV, 1798).*

e rios, “fertil em milho, feijão, trigo, centeio, arroz, e hortaliças boas de todas as qualidades” produzindo “muitos Ananazes, Bananas, e outras frutas da terra, muita e excelente fruta de pinho, e alguns mcloens, melancias, pecegos, figos, ameixas, maçans e uvas”, sendo “abundantissima em carnes de porco e de vaca baratas”, tendo “muita caça de perdizes da terra, de codornizes, de veados pequenos, d’Antas, Tigres, Onças, Porcos do mato de duas qualidades, de Tamandoás, Pacas e de outros animaes”, “muita kina, salsa parrilha, Alcaçús, Anil, Algodão, e outras arvores, arbustos, e hervas medicinaes, que se desprezão, e de que se podiam tirar grandes lucros” (113). (Em 25 de janeiro de 1803, o Dr. Francisco de Paula Vieira, do Tijuco, anunciava ao Governador Lorena ter descoberto, “segundo me parece”, duas espécies de “quinaquina” (114). O Governador acha a notícia boa demais e ganha tempo, propondo a Vieira experimete com os Drs. Vieira Couto e José Teixeira, em hospital, os efeitos da sua descoberta... (115) O refrão, a pregação dos doutôres, são sempre os mesmos: a agricultura deveria passar da fase da simples subsistência para a da produção comercial. Nessa mesma ordem de idéias manifesta-se ao Conde de Linhares, nos primeiros anos do século XIX, o sábio e homem público mineiro Antônio Pires da Silva Pontes Leme, reiterando que “na quella Provincia [Minas] abundão riquezas dos outros reinos da Natureza [exclui propositalmente o mineral, o do ouro], como aSalca par rilha, a Hipecaconha, aCochenilha, oAlgodão, e os gados, epastagens; parece que estas bazes perpetuas doComercio deverão ser não menos promovidas p.<sup>a</sup> recurso daquella decadencia, q.’ he infalivel pelos exemplos detodas as idades”, pois — continua o sábio — “he bem de crer que aLei sempre respeitavel q.’ supoem que todos naquelle continente devcm ser mineiros, não teve emvista os factos dahistoria deste metal, q.’ porfim acaba” (116).

Essas informações tão favoráveis das condições da terra mineira e de suas eventuais produções poderiam ser tidas como me-ufanistas, mas revestem-se de um cunho de forte autenticidade, quando veiculadas por testemunhas fidedignas e, mais que isso, competentes, como são êsses especialistas de Coimbra, e como são viajantes estrangeiros que passaram por Minas nas duas primeiras décadas do século passado. John Mawe, por exem-

---

(113) Des. J. J. TEIXEIRA, *op. cit.*, pp. 409/410.

(114) *Códice 277, cit.*, fls. 122v.

(115) *Idem*, fls. 123.

(116) *In RAPM*, t. I, p. 426.

plo, que ali estêve em 1809, encanta-se com a Fazenda da Mantiqueira, não longe de Barbacena, em que tudo propiciaria uma boa experiência agrícola: vasta planície, solo fértil banhado por numerosos cursos d'água, com terrenos que, em sua opinião, poderiam dar 200 grãos por 1, madeira abundante para diversas utilidades, e até argila boa para fabrico de tijolos; o gado, ali, é baratíssimo: vacas e bois de dois anos, de 30 a 40 xelins; excelentes cavalos, de 60 a 80 xelins; porcos e aves domésticas por uma ninharia<sup>(117)</sup>. Um pouco mais adiante, na Borda do Campo, pôde contemplar um linho são e viçoso, dando corte de três a quatro vêzes no ano; êsse linho era preparado, fiado e tecido em casa. Mas viu o trigo crestado e informaram-lhe que também a produção do ano anterior dera uma planta mirrada e chocha. Prosseguindo em sua viagem pelo interior da Capitania — a primeira de um estrangeiro, em Minas — achou um excelente vinho, num sítio entre Vila Rica e Mariana, local que lhe pareceu o mais favorável para a cultura de tôdas as frutas européias: pereiras, oliveiras, amoreiras, etc., que dariam tão bem como a vinha, se tratadas convenientemente. Um bom agricultor obteria ali milho e laticínios, trigo e pastagens, com águas até para moinhos<sup>(118)</sup>; o viajante talvez estivesse excessivamente otimista com a região visitada, principalmente depois que alguém, em Vila Rica, num típico gesto “pra inglês ver” (oh, eterno Brasil!), lhe havia enviado de presente um repólho de catorze polegadas de diâmetro, para mostrar a fertilidade do solo e a salubridade do clima... Contudo, Aires de Casal viu a oito léguas ao norte dali, no jardim do Hospício do Caraça, macieiras, pereiras, ameixeiras, cerejeiras, marmeleiros, castanheiros, oliveiras, noqueiras, carvalhos e até giesta amarela e tojo, mas não se esqueceu de anotar que das árvores frutíferas de Portugal, embora naturalizadas na região, nenhuma melhorou e só frutificaram com abundância os pessegueiros e os marmeleiros<sup>(119)</sup>, êstes dando grandíssima quantidade de doce. Essa promissora agricultura é também anotada por A. de Saint-Hilaire, que conseguiu ver no Registro Velho, na fazenda do “notável agricultor” e Inconfidente Pe. Manuel Rodrigues da Costa, um campo de trigo que prometia abundante colheita (teve, pois, mais sorte que Mawe) e, “plantadas com o maior êxito”, macieiras, vinhedos, marmeleiros, ginjeiras, oliveiras e até mesmo

---

(117) *Viagens ao interior do Brasil, cit.*, p. 155.

(118) *Idem*, p. 156.

(119) *Corografia Brasílica, cit.*, t. I, pp. 363 e 365.

pereiras, “que tão raramente produzem em outras partes elevadas do Brasil” (120).

Unanimidade entre os informantes, desde os mais antigos documentos setecentistas até o Brasil-Império, existe em relação às boas condições das lavouras da Comarca do Rio das Mortes. Já na *Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais*, atribuída ao Engenheiro-militar José Joaquim da Rocha, em dados referentes ao ano de 1778, diz-se estar a vila de São João del Rei, cabeça da Comarca, “em terreno plano, bem agradável, por ser cercado de bellissimos Campos, muito abundantes de Caça e Gados” (121). O Desembargador José João Teixeira arremata, dois anos depois: “A Comarca do Rio das Mortes he a mais vistosa, e a mais abundante de toda a Capitania em produção de grãos, hortaliça e fructos ordinários do Paiz, de forma que além da própria sustentação, provê a toda a Capitania de queijos, gados, carnes de porco etc. (122). A colocação geográfica de São João del Rei, mais perto do Rio de Janeiro, centralizando as atividades do sul da Capitania e tendo acesso muito próximo ao Caminho Real, permitiu que a Comarca, que nunca dependera demasiadamente da mineração, superasse com certa galhardia a crise econômica que se abateu sôbre a Capitania, principalmente depois de 1780.

A medida que se agravavam os sintomas da crise do ouro, foram-se igualmente intensificando as atividades rurais, especialmente na região do Rio Grande, que passou até a exportar os seus produtos para a praça do Rio de Janeiro, tais como tocinhos, queijos, algodão em rama, alguns tecumes, chapéus de feltro, bois, béstas, galinhas, barras de ouro, açúcar, couros e o bom fumo de Santa Maria de Baependi. Veremos mais adiante que a balança comercial, inicialmente favorável ao Rio de Janeiro, irá pesar por São João del Rei, após o desenvolvimento dêsse surto exportador de produtos rurais. Prova do aprêço em que já é tida a produção da Comarca é a solicitação que o Governador da Capitania encaminha ao Ouvidor-geral e Corregedor Antônio José Álvares Marques da Costa e Silva — de que dá êste notícia, em edital de 24 de janeiro de 1808 (123) — no sentido de que concorra para o abastecimento da Capital fluminense “em gados, tou-

(120) *Viagem pelas Províncias...*, cit., t. I, pp. 110-111.

(121) *In RAPM*, II, p. 468.

(122) *Instrução p/ o Governô da Capitania...*, cit., p. 424.

(123) *In RAPM*, t. X, pp. 720-721

cinhos, carnes de porco, arros, queijos, farinha de trigo, assucar, farinha de mandioca, feijão e tudo o mais que parecer necessario”, para condigna recepção do Príncipe Regente, sua Família e a Côrte, em vésperas de chegar ao Brasil, “apromptandosse não menos todas as Bestas Muares e Cavallares”, para o transporte das mercadorias.

A zona de São João del Rei é uma das poucas da Capitania que assiste a uma produção agrícola que irá ultrapassar o regime patriarcal da economia doméstica, vigorante em quase tôda parte. Irá basear-se mais e mais na economia monetária, produzindo não apenas para as próprias necessidades, mas também para exportar, para obter numerário, com que poderá aumentar a prosperidade geral. Dessarte, a vila tornar-se-á o centro natural de um comércio crescente e sólido, cujos fundamentos estarão nas atividades do campo, inclusive as indústrias rurais, sempre encontráveis naquelas propriedades agrícolas mais importantes e bem dirigidas. Estas serão mais freqüentes na Comarca do Rio das Mortes, como a de Santa Bárbara, no sertão do Rio Sapucaí, de propriedade do Sr. José Antônio de Almeida, que os sábios Spix e Martius visitam, em 1818: “O nosso fazendeiro” — contam os viajantes bávaros — “pagava ainda o tributo de mil cruzados de ouro anuais, mas o principal rendimento de sua fazenda consistia em milho, farinha, feijão e algum açúcar. A provisão de milho era colossal e enchia diversos grandes paióis até o teto. A cana era expremida em pequeno engenho da fazenda, parte utilizada para cachaça, parte para melado, e tudo vendido aos vizinhos. As cinzas da palha sêca do feijão, depois de batido com varas no terreiro enxuto defronte da casa, para retirar o grão, utiliza-se para fazer sabão, que, entretanto, é pouco puro e nunca toma consistência sólida. [É o nosso tradicional “sabão de cinza” caipira.] Também não é desleixada aqui a criação de gado. Uma manada de seiscentas cabeças fornece leite, queijos e couros para a economia doméstica. Assim se encontra nos próprios produtos da fazenda todo o abastecimento para satisfazer às mais imperiosas necessidades da vida, coisa que promove não só o bem-estar, mas também influi favoravelmente na moralidade dos habitantes. Nota-se êsse efeito, sobretudo na condição dos escravos, que são saudáveis e alegres, e mantêm com os donos relações verdadeiramente patriarcais.” (124). Saint-Hilaire, em sua viagem

---

124) *Viagem pelo Brasil, cit., t. I, pp. 279-280.*

ao Distrito Diamantino, depois de se deter na venda do Sr. Domingos Afonso, à beira do caminho de Duas Pontes, para amilhar a tropa, conheceu a fazenda dêsse potentado rural, das mais importantes da Capitania: era tão grande a sua cultura de cana-de-açúcar, que seu engenho — o único que o naturalista francês viu em Minas com cilindros revestidos de lâminas de ferro — moía vinte e quatro carros por dia; trabalhavam nas imensas plantações da gramínea 180 escravos, e várias vezes por dia partiam para Sabará tropas carregadas de açúcar e aguardente<sup>(126)</sup>. É possível que o senhor de engenho de Duas Pontes fôsse um dos implantadores da lavoura canavieira na região não muito fértil do Itambé, atento talvez aos preconceitos do tempo sôbre o plantio da gramínea, veiculados já por D. Rodrigo José de Menezes, em 1780, segundo os quais um talhão de terra de sesmaria, após dar bastante milho, ficava infrutífero e incapaz de outra cultura que não fôsse a cana-de-açúcar (1), motivo pelo qual se deveria nêle plantar cana. Outras lavouras que faziam movimento e dinheiro eram as do algodão, no Têrmo das Minas Novas do Fanado, no norte da Capitania, afortunada região onde os algodões excedem aos melhores das outras partes, e muito estimados nos portos da Bahia e Rio de Janeiro, para onde se exportam<sup>(126)</sup>, algodões de fibra excelente, muito usados então nas manufaturas domésticas de tecidos, que ressurgiram logo depois da revogação do Alvará de 1785, à chegada do Príncipe Regente. Se, nas Minas Novas — como observou Saint-Hilaire — não havia então tantas pessoas ricas, como nas outras partes da Capitania, havia menos miséria; as pessoas não andavam andrajosas, como geralmente se via, mas vestidas de seus estofos, grosseiros é verdade, mas dignos e compostos. Será ao estímulo dos bons resultados da cultura algodoeira da zona do Fanado que o Barão de Eschwege cuidará de povoar os sertões do Abaeté, em 1820, “pelos grandes interesses que resultão da cultura do Algodão, q.° naquelles districtos se produz de qualidade superior ao de Minas Novas”<sup>(127)</sup>, e tentará proteger, ao mesmo tempo, as colônias da margem direita do Rio Abaeté contra os “veixames” que sofriam por parte dos comandantes dos Destacamentos Diamantinos<sup>(128)</sup>.

---

(125) *Op. cit.*, p. 93.

(126) V. SPIX e MARTIUS, *op. cit.*, t. II, p. 148; SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas Províncias*, *cit.*, t. II, pp. 95-100.

(127) *In RAPM*, II, p. 749.

(128) *Idem, ibidem*.

No entanto, apesar dessa próspera agricultura em algumas regiões da Capitania, ela parece ser geralmente gravosa. Primeiro porque o regime da mão-de-obra escrava não é barato. Depois, é necessário que uma lavoura rendosa disponha de terras férteis e de fácil colocação para a sua produção, através de boas comunicações que levem a centros urbanos próximos, com suficiente capacidade de absorção das safras agrícolas. É o que não acontece na quase totalidade da Capitania mineira, principalmente na zona aurífera, constituída de terras pouco propícias à agricultura, povoada por vilas e arraiais em ruínas, de pouco ou nenhum valor aquisitivo, servida por uma trilha medievalesca a que chamam pomposamente de Caminho Real, por onde mal podem transitar as filas indianas das tropas de muares, na estação das sêcas, onerando tremendamente os custos de transporte. Como o poder de consumo dessas pobres e pequenas povoações é pequeno — e daí nascerá, mais da necessidade do que da virtude, a tradicional frugalidade da gente mineira — a agricultura não se sentirá animada a produzir mais do que o absolutamente necessário, sob pena de perder trabalho e dinheiro.

Daí a comum observação dos viajantes estrangeiros dos primeiros decênios oitocentistas sôbre o mau abastecimento das vilas de Minas. John Mawe, embora sugestionado pelo repólho ostentoso que lhe enviam os vilarriquenses, a ponto de elogiar a “fertilidade da região em tórno”, lamenta a escassez, na Capital, dos legumes e das hortaliças, assim como de capim para os animais; ali o leite é tão caro como em Londres; galinhas só a 3 xelins e 6 pence; a carne é passável, mas não boa, a 1 penny e meio a libra; excelente a carne de porco, mas não se encontra a de carneiro; o sêbo é caríssimo e as velas saem ao dôbro do preço de Londres<sup>(129)</sup>. Deplora igualmente o abastecimento do Tijuco, situado em região estéril, mas não tão distante de terras excelentes para a lavoura, nas próprias vizinhanças das minas de diamantes: os seis mil moradores do Arraial recebem os mantimentos de fazendas distantes, que ficam a preços proibitivos. Pão, caríssimo, pois o milho, de que é feito, sai de 5 a 6 xelins o alqueire; feijão e outros gêneros na mesma base; má, a carne bovina; só o porco — êsse abençoado mamífero de Santo Antão, tão ecumênico em Minas que vive dentro de casa, no meio dos bichos de estimação — e a caça (de veados, especialmente na Vila do

---

(129) MAWE, *op. cit.*, p. 168.



Príncipe) abundam. O negociante inglês não se recorda de ter visto em outro lugar tantos pobres, principalmente mulheres: 150 déles vinham buscar farinha com o Intendente Câmara<sup>(180)</sup>. A única vila bem abastecida é São João del Rei, onde John Luccock afiança, em 1818, que “tôdas as elegâncias da vida” podem ser desfrutadas a custo razoável, a umas 150 libras anuais; come-se carne de vaca, toicinho, feijão e outros vegetais; o pão de trigo é excelente, apesar de lhe preferirem a farinha de mandioca e “guisados” de milho (broas, canjicas, etc.). O autor das *Notas sobre o Rio de Janeiro* chega a entusiasmar-se e pinta um quadro muito favorável da vida cotidiana sanjoanense, em que a mola principal é “um desejo de felicidade social e razoável”, que o viajante acha ter alcançado plenamente a “agradável cidade”<sup>(181)</sup>, entusiasmo, aliás, de que não participa Saint-Hilaire, desagradado muito especialmente da grosseria de certos imigrantes broncos ali enriquecidos<sup>(182)</sup>.

Mas, na árdua vida cotidiana dos anos do declínio aurífero, essa prosperidade e fartura da cabeça da Comarca do Rio das Mortes são exceções. Como são exceções a abastança e a boa direção de algumas propriedades rurais, espalhadas aqui e acolá, pelas Comarcas, à frente das quais se contam pelos dedos os donos, sesmeiros excepcionais: o Sargento-mor José Antônio de Almeida, senhor da Fazenda de Santa Bárbara, não longe do Rio Sapucaí, na Comarca do Rio das Mortes, já citado um pouco atrás; o ex-Inconfidente Pê. Manuel Rodrigues da Costa, do Registro Velho, logo abaixo de Barbacena, igualmente já citado; o Alferes Barbosa, de Sabará, com o seu bem provido “jardim” de hortaliças, em que as árvores frutíferas faziam deveras às plantas de horta; o excelente Sr. Antônio Gomes de Abreu, da Fazenda de Santa Quitéria, nas cercanias da Serra do Caraça, que trouxe do Seminário de Mariana uma sólida formação humanística, que iria constituir o encanto de Saint-Hilaire; o negociante e lavrador Domingos Afonso, de Duas Pontes, junto à mísera região do Itambé, autor de uma grandiosa lavoura de cana-de-açúcar, a cargo de quase centena e meia de escravos, como já vimos também; o Guardamôr Antônio Feliciano, de Guanhões, que passou à história pela variedade da sua produção, que era a seguinte: milho, feijão, açúcar, café, algodão, mamona e até trigo; o Alferes Machado, da Aldeia de São Nicolau, nos arredores de Peça-

(180) *Idem*, p. 221.

(181) *Op. cit.*, 319.

(182) *Viagem pelo Distrito dos Diamantes, cit.*, pp. 210-215.

nha, esforçado plantador de algodão; Martinho José de Santana, de Rio Vermelho, cultivador do anil no norte de Minas; Antônio Gomes de Oliveira Meireles, da Fazenda do Itanguá, nas nascentes do Rio Araçuaí, esclarecido lavrador, formado em Coimbra, o primeiro a quem Saint-Hilaire viu preparando azeite de mamona em engenho próprio; o lisboeta José Caetano de Melo, homem de esmerada educação, que transformou suas terras de "carrasco", imensas em suas 20 léguas de circunferência, em excelentes pastarias; o ex-alto-funcionário da Demarcação Diamantina José Vieira dos Santos, que se meteu no sertão para tirar do nada a sua notável Fazenda do Ribeirão, na Freguesia de Itacambira, que se bastava a si mesma, pois dispunha de engenho de açúcar (com fornalhas acesas de fora), de algodão fiado e tecido em casa, dando estofos mais ou menos finos, para os seus familiares e escravos, de forja de ferro doméstico, de criação de carneiros, tendo lã para os tecidos necessários (excetuado o sal — dizia o ufano fazendeiro — não tinha precisão de comprar nada de fora), tudo isso a cargo de oficiais escravos, que escusavam os serviços de artesãos estrangeiros<sup>(183)</sup>; o Capitão Pedro Versiani, sóbrio patriarca, com a sua prestimosa Fazenda de Santo Elói, também na Freguesia de Itacambira, que tirava, só em gado e açúcar, de cinco a oito mil cruzados anuais, que oferecia mobiliário pobre aos seus hóspedes, mas os servia à mesa ostentando salvas de prata com toalhas rendadas para o lavabo, e custosa baixela também de prata sobre toalhas de rendas, e punha camas com lençóis e travesseiros de fino algodão, com colchas de sêda, tudo graciosamente guarnecido de rendas e fitas<sup>(184)</sup>...

Mas, era a exceção. A regra geral era a pobreza, o mau pas-sadio, a pasmaceira. Seria fastidioso enumerar aqui o que dizem os documentos do tempo da vida miserável das populações rurais. Fôsem os sítios estabelecidos em terras boas ou ruins, dispusessem ou não êles de fartas aguadas e pradarias, contassem com matas virgens ou simples capoeiras, tivessem ou não o suficiente material para construção de casas, currais, instalações, etc., numa coisa não davam alternativa: no abandono, no desleixo a que todos estavam votados. Casas e benfeitorias em ruínas, com suas paredes de pau-a-pique, fendidas e esburacadas, sem reparação nem caiação, desprotegendo da chuva e do vento; jardins ou pomares sem trato, em desordem, prêsas de parasitas, espinhais e ervas daninhas; lavou-

(183) *Viagem pelas Províncias, cit.*, t. II, pp. 282-284

(184) *Idem*, t. II, pp. 285-287; Rui Veloso VERSIANI, *OS ANJOS, História da Família Versiani*, Ed. do Autor, Belo Horizonte, 1944, Cap. IV, p. 57.

ras no mato; o gado perdido, embravecendo nos ermos; os escravos se acabando, ficando um ou outro pai-joão. E, fechando o quadro sombrio, os senhores mais os filhos, entregues à apatia, à indolência, andrajosos, descalços, subnutridos, doentes, esmagados pela infinita melancolia do sertão.

Como estava bem distante desta triste realidade o Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, quando escrevia, quase contemporaneamente, ainda em Portugal, que, em relação às atividades agrícolas, o Brasil podia dispensar as artes (as indústrias) por muitos séculos, “quando as suas Minas de Ouro, Diamantes &, as suas Mattas e Arvoredos para Madeiras de Construcção, as Culturas já existentes e que muito podem apperfeiçoar-se, quaes o Assucar, o Cacao, o Café, o Indigo, o Arroz, o Linho Canhamo, as Carnes Salgadas &, e as novas culturas da Canella, do Cravo da India, da Noz Muscada, da Arvore a Pão, que lhe prometem juntamente com a extensão da sua Navegação huma Renda muito superior ao que jamais poderiam esperar das Manufacturas e Artes” (135). Era o idealismo dos homens superiores, como os doutôres mineiros, que tentaram em vão substituir a economia moribunda da extração do ouro pela da agricultura da terra.

Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos afirma, em 1806, que o comércio da Capitania de Minas Gerais “é inteiramente passivo, e por conseguinte desvantajoso” (136), porque se tem de comprar tudo a dinheiro, e porque os produtos da terra — algodão, café, açúcar, fumo, couros, queijos e toicinhos — são de transporte oneroso, à custa de tropas, que demandam os portos por difíceis caminhos, de grande extensão. Eis declarados os problemas desse comércio “passivo” e “desvantajoso”: porque o ouro não reproduz bens da terra, não há crédito para a troca mercantil, que se faz à bôca da burra, sem qualquer concessão creditícia; mas, êsse comércio tem pouco cabedal, já que todo êle vai resultando apenas dos lucros que os negociantes vão acumulando ou das especulações em que sua expertise os vai metendo. Desde os primeiros dias do *rush* aurífero, estão êles nas Minas — a informação, apaixonada, é de um cronista anônimo do *Código Costa Matoso* — “mayormente povos de Portugal, entre os quais vierão muitos que

(135) Doc. n.º 4 (Biblioteca Nacional, Coleção Linhares, MSS. 1 — 29-15-16), anexo à obra *O Intendente Câmara*, de MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA, Imprensa Nacional, Rio, 1933, p. 276.

(136) *Memórias, cit., in RAPM*, t. VI, p. 837.

sendo mais ardilosos para o negocio, quizerão inventar contrattos de varios generos para mais depreça e com menos trabalho encherem as medidas, a que aspiravão da incansavel ambição" (137). A êles se deve o "cumerço", isto é, o pouso, o rancho, a venda, a "pobre agência", a que se refere o Pe. Manuel da Fonseca, em sua *Vida do Venerdvel Padre Belchior de Pontes* — postados junto das minas de ouro ou das estradas, ao pé das quais se formam os primitivos arraiais mineiros, "vício geral de quase todos os arraiais de Minas, que foram todos formados sem gôsto, e como para pouco tempo à beira dos rios que davam o ouro ou pela estrada ao comprido à maneira de feira" (138). O que vale dizer que "o comércio é, assim" — repete o Sr. Sílvio de Vasconcelos, em sua obra *Arquitetura no Brasil* — "mais do que o ouro, como erradamente se supõe, o fundamento precípua e direto dos povoados mineiros" (139).

Enquanto o ouro abunda, o comércio prospera, mas a míngua dêle ira agravar-lhe a falta crônica de numerário, além da ocorrência de outros desfavores, tais como o comércio livre da praça do Rio de Janeiro, o tratamento fiscal preferencial reservado à Demarcação Diamantina, etc., que tornam sua situação verdadeiramente insustentável. Essa situação é muito ruim, por exemplo, em 1781, quando acorrem lançadores ao Contrato das Entradas, pôsto em leilão pelo Governador D. Rodrigo José de Menezes. Em expediente ao Ministro Martinho de Melo e Castro, o Capitão-general da Capitania cita a opinião do juiz-de-fora Inácio José de Sousa Rebelo, Procurador da Fazenda, que afirma "serem notorios os justos motivos de receyo q. tem os Lançadores deste Contracto [das Entradas] de haver no trienio q. se segue huma consideravel diminuição no seu rendimento; quais são aliberdade do Comercio com Espanha na Praça do Rio de Janeyro, q. diminue as Fazendas de Consumo nestas Minas edifica a parte dos Negociantes das mesmas, como ordinariamente se pratica o ser livre de quintos, tudo qto. passar p.<sup>a</sup> a Extração dos Diamantes, q. dá em huma significante quantia por se gastar na mesma quantidade grande de Gados dos Certoens, de Ferro, Asso, Sal, Baeta, Chapeos, Facca, etc. (140). Além do parco capital, ainda comprometido por tantos óbices, preocupa a classe a falta de mercadorias, ocasionada pela guerra

(137) Fla. 28.

(138) José VIEIRA COUTO, *Memória sobre as Minas*, cit., t. X. p. 74.(139) *Op. cit.*, p. 4.(140) *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, de Lisboa, Caixa 56, MG, Doc. 9.

que estalara, em 1780, entre a Holanda e a França contra a Inglaterra. É o que descreve o mesmo Dom Rodrigo José de Menezes, em officio de 15 de abril de 1782 ao primeiro-ministro de D. Maria I: "Porem nesta Capitania onde são poucos [os negociantes], eque pela maior parte procurão os Contratos p.<sup>a</sup> se utilizarem do Ouro q. vão rrecebendo em outras negociações, era couza muito ardua resolvelos aserem meros espectadores do recebimento dos dinheiros, ficando Sugeitos àsperdas, q. lhes poderião rezultar, sem as poderem compensar no giro de Comércio particular com os Cabedais do mesmo Contracto." "Lembrei-me, porem, q. actualmente arde a Europa — continua o Officio, mais adiante, — em huma guerra q.' promete duração pela animozidade dos partidos: q.' a mesma guerra hé hum bem conhecido embaraço às Manufacturas, à Navegação Mercante: q.' achando-se esta impedida [exatamente naqueles tempos, os inglêses inflingiam derrotas navais aos holandeses e franceses] ha de precizamente ser menor a importação dos generos em Portugal: q.' os nossos Navios aproveitando-se da feliz neutralidade de q.' gozamos [Portugal entrara para a Liga da Neutralidade Armada, articulada por Catarina II, da Rússia], se ocupão com melhores Lucros na navegação da Europa, e tem em parte abandonado a da America: q.' por consequencia ha de ser menor o numero dos generos q.' hão de vir ao Rio de Janciro para serem transportados a Minas: q.' assim não succeda, sempre a exportação daquela p.<sup>a</sup> esta Capitania ha de ser mais tenue pelo novo ramo de commercio establescido com Buenos Ayres, p.<sup>a</sup> onde me segurão tem hido já avultadas somas em fazendas e Negros" (141).

Além das dificuldades do abastecimento marítimo, causadas pela guerra, há o crônico drama das comunicações, sempre presente na vida econômica da Capitania, essa imensa sesmaria mediterrânea, empoleirada em ásperas serranias, servida por dois ou três caminhos, onde — no dizer do mesmo D. Rodrigo, em outra feita — "as agoas da chuva e dos Rios, quaze impossibilitão asjornadas" (142). E, depois, haverá de ser mesmo "tenue", desinteressante, a remessa de gêneros para comerciantes que têm pouco dinheiro, gente de fraca força aquisitiva. "Porque hé notorio, q.' o seu commercio excede a 200.000 cruzados, com q.' surte varias loges de Fazenda q.' tem nas Comarcas, desta Villa [Vila Rica], do Serro, e de Sabará" (143), eis uma

(141) AHU, de Lisboa, Caixa 56, MG, Doc. 11.

(142) AHU, de Lisboa, Caixa 57, MG, Doc. 42 (Carta de 31.XII.1781).

(143) AHU, de Lisboa, Caixa 56, MG, Doc. 411 (15IV-1782).

das razões principais de conseguir o negociante Joaquim Silvério dos Reis, o futuro vilão da Inconfidência, a arrematação do Contrato das Entradas, em 1782, como “hum dos negociantes de comércio mais avultado nesta Capitania”. Não há maior prova de como é fraco esse comércio em base financeira, quando recordamos o fato de um dos mais fortes atacadistas de Minas, operando em três Comarcas, através do sortimento de várias lojas, pondo em circulação um capital de mais de 200.000 cruzados, ir correndo, alguns anos depois, ao Visconde de Barbacena, a denunciar seus companheiros, para salvar o prêmio do perdão de suas dívidas, insolváveis, à Real Fazenda... Outra comprovação dessa penúria de numerário é a observação que fazem Spix e Martius do pouco dinheiro circulante no Têrmo de Minas Novas, nos anos de 1819 e 1820, exatamente quando maiores foram os lucros dos negociantes de algodão ali: a moeda disponível no então rico distrito não montava a mais de 80.000 cruzados<sup>(144)</sup>. Era quando os negociantes estrangeiros, bem providos de dinheiro, levavam grande vantagem sobre os da terra, agravando sua já precária situação financeira, atravessando-lhes os negócios! Aliás, no último quartel setecentista e nos primeiros decênios do século XIX, boa parte do que consta da documentação histórica de Minas se constitui de papéis referentes a essa “pendura” geral, com seu cortejo de créditos, declarações de dívidas, execuções fiscais, concordatas, falências, etc. Em uma carta escrita em março de 1805, um tal Basílio Teixeira de Sá Vedra conta que os “Negociantes dos portos de mar tem perdido muito com os devedores falidos em Minas; de poucos fião os seus generos, e com interesses semelhantes ao risco de não lhes serem pagos, no q.º se aumenta muito o mal desta Capitania; seguirão pessoas cordatas, q.º a tem viajado, e vivido nela, q.º vendida duas, ou tres vezes pelo preço corrente, não paga a sua divida; à Real Fazenda nas execuções do Juízo da Ouvidoria deve esta Comarca [de Sabará] dous milhões, e julgo, que mais outro pelos outros Juizes civis, e Militar, e dobrado a credores de fora da Capitania; o mesmo parece acontecer nas outras tres Comarcas, V.ª Rica, Rio das Mortes, e Serro Frio; e toda a Capitania (excepto poucas pessoas) he povoada de Negociantes, mineiros, e fazendeiros falidos, ou quasi a falir, conservados por industria ou manha”<sup>(145)</sup>. Sá Vedra não parece exagerar, porquanto, ao passarem por São João del Rei, em 1818,

(144) *Viagem pelo Brasil, cit.*, t. II, p. 150.

(145) *In RAPM*, II, p. 675.

os mesmos viajantes Spix e Martius tiveram notícia de que a Câmara local devera, até bem pouco tempo, 20.000 cruzados à praça do Rio de Janeiro, enquanto Luccock avaliava um ano antes essa antiga dívida em quarenta mil<sup>(146)</sup>. John Mawe, em 1809, encontra muitos lojistas em Vila Rica, mas o comércio é fraco; o lugar se lhe parece um depósito de mercadorias e artigos inglêses (decerto chegados mais abundantemente após a abertura dos portos), de preços “tão baratos quanto na Inglaterra”, evidentemente beneficiados pela nova política preferencial advinda da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808. Já as lojas em que se acham os produtos do País, e mesmo portuguezes (louças, fiambres, manteiga, vinhos, etc.), são poucas e pobres, vendendo mais caros êses produtos “por causa dos perigos do transporte”<sup>(147)</sup>. O Dr. José Vieira Couto pensa que uma das causas da crise econômica mineira é a “longinquidade e aspereza dos caminhos”; êle considera impraticável o transporte de outras mercadorias — que não sejam as fazendas caríssimas e o ouro — através de cem léguas “de bravos caminhos”, até um pôrto de mar, e aí as dispor<sup>(148)</sup>. Assim pensa igualmente outro doutor mineiro, Antônio Pires da Silva Pontes, promovido a Governador da nova Capitania do Espírito Santo, o qual, em ativa correspondência com o Governador Bernardo José de Lorena, acaba por convencê-lo a “pôr em pratica a Navegação interranea (*sic*) do Rio Doce”, abreviando e cortando o imenso e difícil caminho até o Rio de Janeiro, pelo Caminho Real; alegando a “materia de si evidente entre os Economistas Politicos da preferencia q. tem os transportes p.<sup>r</sup> agoa aos deTerra, havendo só de Restringirme nas comodidades que offerece o actual do Rio Doce, que achandosse povoado nassuas fontes p.<sup>r</sup> hum tão grande espaço qual he da Capital de V.<sup>a</sup> R.<sup>a</sup>, the a V.<sup>a</sup> do Pr.<sup>co</sup> (Vila do Príncipe), no Cerro do Frio”<sup>(149)</sup>, invocando “as Fontes do Rio de S. Fran.<sup>co</sup> outra Origem deRiquezas para o Comercia interior das Minas com a Costae com o Sertão das Capitancias da Bahia, Pernambuco, e Piauhy”, e justificando a existência de “mais decento esesenta” fazendas em suas margens garante que “fica sumamente proveitoza a navegação p.<sup>a</sup> aBarra doRio Doce onde vem virificar empoucos dias os valores triplos equadruplos dos seus generos enquanto p.<sup>r</sup> terra se lhes fáz impracticavel exportallos

(146) SPIX e MARTIUS, *op. cit.*, t. I, p. 293.

(147) MAWE, *op. cit.*, p. 168.

(148) *Memória, cit.*, p. 84.

(149) *Códice 278*, do APM, fls. 47.

p.<sup>a</sup> o Rio de Janr.<sup>o</sup> p.<sup>r</sup> preferirem ostropeiros de terra as Fa.<sup>das</sup> mais proximas da Estrada Geral”, cujos gêneros “toda a vez q. sehouverem detransportar p.<sup>r</sup> meio de Animaes, ousejão homens, oubrutos vão subindo de valor emhua Razão composta do risco do consumo diário, edas mais condicçoens q. acompanhão a natureza dos transportes demanr.<sup>a</sup> que aquelle genero que hé expontaneo danatureza, oudenenhum vapor p.<sup>r</sup> si mesmo em poucos dias setorna dehua importc.<sup>a</sup> de preço que não fáz conta algũa o transferillo”; se há uma região da América que precise exportar gêneros de pouco valor e grande volume, essa região é Minas Gerais, pois dos povos da Capitania “hoje, uma Centezima p.<sup>ta</sup> talvez, seemprega nestaacção do Ouro, mas sim na Agricultura deMilho, Canas, eAlgodão, Café, Tabaco, Creaçoens de Gados, Fabricas deQueijarias, eoutras subsidia-rias, q. formão amantença destes Povos”, razão pela qual “receberião tanto maior valor, e Commodid.<sup>o</sup> quanta hé adifferença de as navegar àtoa daagoa p.<sup>a</sup> a Barra do Rio Doce, ou de as fazer conduzir em azemolas p.<sup>a</sup> o Rio de Janeiro”, navegação essa que iria ainda facilitar a obtenção dos seguintes gêneros, que poderiam chegar da Europa directamente ao pôrto da Vila da Vitória: sal, ferro, “asso”, vinhos, peixe sêco, etc. (150). Aliás, desde 1801, o Governador Bernardo José de Lorena, mandara lançar um bando, em que se dava notícia do comércio e comunicação, que pelo Rio Doce se podia fazer, até o pôrto da Vitória, onde havia estabelecimentos sortidos de todos os gêneros, e navios para carregarem as mercadorias das minas (151), que mereceu os agradecimentos do Governador Silva Pontes e o acoroçoou a insistir, tão lúcida-mente, em 1803, na necessidade da manutenção da abertura e navegação daquele rio mineiro-espírito-santense (152), o que fêz o Conde de Sarzedas estabelecer registro, canoas e guardas-militares para garantir o comércio ali, despesas essas que orçaram em 10:972\$804. Mas, a receita dessa despesa, até o fim de junho de 1804, resultou em apenas 418\$555, o que obrigou o nôvo Governador Pedro Maria de Ataíde a suspender os serviços: “o susto dobrado q. os Navegantes tem dos Assaltos do Indio Botocudo e das Caxoeiras existentes” (153), foram os obstáculos que acabaram com a navegação do Rio Doce, desfazendo, assim, mais um sonho de um dos doutôres mineiros in-

(150) *Códice 278*, do Arquivo Público Mineiro (APM), fls. 48.

(151) *Idem*, fls. 70

(152) *Idem*, fls. 25.

(153) *Idem*, fls. 71v.



teressados em ajudar sua Capitania natal a safar-se de sua crise econômica.

Ilhada afinal, com as suas comunicações fechadas pela “aspereza dos caminhos” ou pelas cachoeiras dos rios, inçados de bugres antropófagos, restava à Capitania plantar sòmente aquilo que consumia, porque” — agora é a opinião de outro doutor mineiro interessado vivamente no problema, porque é o Secretário do Governô, Dr. Diogo P. R. de Vasconcelos — “os algodões, cafés e açúcares, fumos, solas, couros, queijos e toucinhos, conduzidos às costas de bêstas para os portos marítimos por uma longa travessia de terra não são susceptíveis dos lucros, que na concorrência sòmente promete o bom mercado” (154). É já denunciando o desfavor das mercadorias coloniais, em face dos artigos europeus: “Quanto mais que o produto dos gêneros mencionados, e dos gados vacuns, que se exportam, não equivalem aos preços das fazendas e mercadorias da Europa, que é mister importar” (155). Além dos preços menores dos produtos da terra, há o desvalor de tudo, que o Desembargador José João Teixeira deplora, já em 1780, quando, referindo-se ao malbaratamento do patrimônio deixado por D. Frei Manuel da Cruz ao Seminário de Mariana “em dinheiros a juros”, conta “que se tem perdido a maior parte, por cauza da pouca subsistencia dos bens do Paiz” (156). O comércio mineiro vai-se, pois, minguando, e tanto, que irão ficando sòmente os vendedores, os mascates, tôda uma “imensidade de pequenos Negociantes, que girão pelos caminhos das Minas, que estão falindo a cada passo, que são huns enganadores, e que prejudicarão as Casas de Negocios estabelecidas no Rio de Janeiro e nas Minas” (157), dando na pulverização da atividade mercantil em pobres “varejeiros”, que nem merecem o nome de negociantes, “individuos sempre suspeitosos no Extravio dos Diamantes” — como dêles desconfia o mesmo Desembargador Teixeira (158). Aliás, o Desembargador denuncia o costume invertido de os negociantes mineiros furtarem-se ao pagamento dos direitos de entradas, passando sempre créditos em vez de entregarem dinheiro. Daí é que êle acha que se todos pagassem êsses direitos, diminuiria o número dêles, coisa que não acha nada ruim: “Para que se deve permittir, que tenham o

---

(154) *Mems., cit.*, p. 898.

(155) *Idem, ibidem.*

(156) *Instrução para o govêrno, cit.*, p. 420.

(157) *Idem*, p. 520.

(158) *Idem*, p. 521.

nome de Negociantes tantos homens, que o não merecem? Elles podem servir mais utilmente ao Estado em outros Empregos, e a Capitania de Minas ficava livre destes individuos" (159).

O grande drama da atividade comercial nas Minas Gerais será, pois, o da falta de dinheiro, de numerário. Mas, desde muito, quem mesmo sofre da falta absoluta de dinheiro, para as suas necessidades mais urgentes, é o próprio Govêrno da Capitania. Se êle aqui nunca sequer cogitou de ajudar o comércio — como aconteceu na administração do Marquês de Pombal, em Portugal — agora, nesses anos de vacas magras, mesmo que o quisesse, não seria capaz de nada. A queda vertiginosa da produção aurífera esvaziara completamente os cofres públicos. Os Governadores da Capitania viram-se obrigados a cortar despesas e, mesmo, certas dotações de recursos que, empregados, reverteriam ampliados para o Real Erário, como, por exemplo, a chamada "assistência" aos serviços de extração de diamantes, no Distrito Diamantino, reduzida de um milhão para 300.000 cruzados. Indício, aliás, dessa pobreza de recursos tinha sido a emissão, ali, a partir de 1771, dos "bilhetes de extração" — espécie de papel-moeda com que se atendia a certas despesas da extração diamantina — e, mais tarde, em 1803, outra circulação fiduciária — a dos "bilhetes de permuta" — que tinha a finalidade de recolher às casas de fundição o ouro em pó, mediante a permuta por êsses bilhetes, em Vila Rica, Sabará, no Sêrro Frio e em São João del Rei. Êsses bilhetes, tanto os de extração como os de permuta, foram, ao menos em suas origens, certificados de reembôlso pontual e chegaram a ser recebidos pelo próprio fisco para quitação de impostos. Mas, no agravar da crise, acabaram sendo tidos pelo govêrno como verdadeiros títulos de empréstimos, que, permanecendo mais e mais sem a devida reposição metálica, foram sendo lastreados pelo acervo geral do ativo das administrações contra as quais eram sacados: ficaram, enfim, simples papel-moeda, a desvalorizar sempre, crescendo mais e mais, afogando o povo numa maré montante de papeluchos sujos e garranchentos, sem nem mesmo poderem circular também para fora das fronteiras da Capitania. Spix e Martius puderam contemplar, confragidos, êsse dilúvio de nova espécie: "(...) a vista entristece o viajante penosamente" — escreveram — "pois na antiga terra onde se via tirar ouro, só se vêem agora papel-moeda e miséria, em vez do metal precioso" (160)... Quase cômico é que mesmo

(159) *Idem, ibidem.*

(160) *Viagem pelo Brasil, cit., t. I. p. 277.*

êses papeluchos desvalorizados acabaram sendo falsificados. Assim, em 9 de março de 1815, o Governador D. Manuel de Portugal e Castro comunicava ao Marquês de Aguiar que, no Têrmo de Barbacena, “aparecera grande quantidade de Bilhetes de permuta falsos e até mesmo Barras de estanho ou chumbo cobertas de ouro, com as respectivas Guias, em gravíssimo prejuízo do Publico” (161), tão bem trabalhados pelos falsários que é “assaz difficil de se reputarem por taes”, desde que “muitos são impressos e de hum typo bem semelhante, encontrando-se apenas mui pequenas diferenças nas assignaturas, que o povo não pôde reconhecer” (Offício do mesmo, em 18.3.1815) (162), o que logo evidenciou terem sido as falsificações feitas fora dos limites da Capitania.

Não obstante êsse envilecimento sôbre os pobres dinheiros e valôres da Capitania, continuavam a ser enviados para a Côrte os melhores bocados dêsse agora pouco recheado bôlo fiscal das Minas, isto é, os produtos dos quintos, do subsídio voluntário, do impôsto do correio e do papel selado, o que valia dizer ficar muito pouco ou nada para acudir às necessidades administrativas da Capitania, razão pela qual o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, exemplaríssimo alto funcionário da Administração, haveria de recordar mineiramente, que “a meros administradores não compete proporcionar a renda da Capitania à totalidade dos seus gastos” (163). O eminente memorialista foi o Secretário do Gôverno de Minas, justamente nos tempos em que, para cobrir os claros, tanto das contas públicas como das adulações, os Capitães-generais insistiam na rendosa picaretagem de extorquir dinheiro da classe apatacada da Capitania, sob o título eufemístico de “donativo gratuito” ou “subsídio extraordinário” — escuso expediente, semelhante ao da atual “caixinha”, imposta por governantes pouco escrupulosos a fornecedores ou negociantes de “lucros extraordinários” — para, sob os mais especiosos pretextos, obsequiarem Sua Majestade Fidelíssima. Sim, era um rico dinheiro, limpinho, que ia parar direito nas mãos do soberano, lá em Lisboa, onde sua falta, aliás, não era menor do que aqui. Em 1800, o Conde de Sarzedas correu a sacola do “donativo gratuito” por entre os ricaços da Capitania e conseguiu uma coleta de oitenta e seis contos e quinhentos e pico (164); houve, logo em consequên-

---

(161) *Código 366, cit.,* fls. 90 e 91.

(162) *Idem,* fls. 99 e 107.

(163) *Memórias, cit.,* p. 809.

(164) D. P. R. VASCONCELOS, *Memórias, cit.,* p. 810.

cia, farta distribuição de comendas da Ordem de Cristo. Ora, se o irresistível Lorena e Távora conseguia, assim, tirar água das pedras, o Governador seguinte, Pedro Maria de Ataíde, pretendeu ser ainda maior taumaturgo, batendo uma segunda vez na rocha dura dos corações dos velhos mineiros ricos: o milagre se repetiu, na superabundância de um donativo verdadeiramente régio, que atingiu a bagatela de 250:000\$000 (165)! E, segundo ordem recebida da Real Junta da Côrte, deveu remeter o dinheiro arrecadado “exportado em Navio de Comercio demelhor conceito” (Carta de 11.I.1806, ao Gov. D. Fernando José de Portugal, da Bahia) (166)... O Príncipe D. João iria acostumar-se ao cômodo recurso e, generoso como sempre timbrou em ser, aumentou a distribuição de comendas e venetas...

Como, entretanto, para as mais instantes despesas do governo da Capitania não sobrassem, de há muito, nem as rapas do tacho, surgiu, desde os tempos do imaginoso Governador Luís da Cunha Menezes, a instituição da loteria para custeá-las, “sem dúvida hum meio, o mais suave, e adequado porque convidando-se jogadores sem o menor constrangimento concorrem sómente os que de vontade querem entrar”, conforme a esfarrapada desculpa de um honorável Capitão-general (167). A desculpa teria oportunidade se fôsse dada nos tempos puritanos (!) de D. João V, em que Sua Majestade proibiu, mais de uma vez, no Governo das Minas, o uso de “humas Sortes, a que chamão Rifas”; depois, no reinado de D. José I, o Reformador (não sei se das reformas do ensino ou das regras do gamão. . .), a partir de quando os jogos de azar ganharam nova intensidade, em Portugal e no Brasil, ela seria escusada. A primeira loteria destinou-se ao custeio das obras da Cadeia de Vila Rica e depois a outros serviços públicos, inclusive os municipais. Lorena intercede junto ao Conde de Rezende, em 22 de maio de 1800, “abem da venda dos bilhetes da sua Lotaria para conclusão da Obra da Caza da Camara de Vila Rica” (168). Também foi encomendada a calçada das Cabeças, na mesma Capital, ao Barão de Eschwege, em 1816, a quem o Governador D. Manuel de Portugal e Castro mandou entregar “uns dinheiros de loterias”, na importância de 200\$000. Como se pode ver, a Administração da Capitania, que arrecava-

(165) D. P. R. VASCONCELOS, *Memórias, cit.*, p. 811.

(166) *Códice 278*, fls. 64v.

(167) *In RAPM*, t. IX, p. 557.

(168) *Códice 278*, fls. 16.

dara quintos de ouro achado até nas raízes de capim, para vê-lo desperdiçado até como cosmético, nas carapinhas das crioulas, topava agora qualquer expediente para ganhá-lo, andassem os governadores de sacola na mão, ou apadrinhassem rifas à base de dados ou batotas...

Era o justo prêmio que se granjeava a caolha Administração Régia, que não vira nada mais que ouro em Minas Gerais e não cuidara de nada além dê-lo. Naqueles anos da Pré-Independência, estava colhendo o que plantara, isto é, nada. Procuramos debalde, na relativamente longa gestão do último Governador das Minas coloniais, D. Manuel de Portugal e Castro, algo sôbre algum benefício à economia da terra e nada achamos. Não é de surpreender que 80 % do expediente daquele govêrno sejam papéis relacionados com a rotina das guarnições militares da Capitania (ofícios remetidos e recebidos da Secretaria dos Negócios da Guerra e do Conselho Supremo Militar), sôbre reformas, promoções, transferências, confirmações de patentes, etc., como se só os militares fôssem filhos de Deus. Há muito pouco interêsse geral naquele papelório.

Um dos últimos documentos das Minas coloniais, referentes ao comércio da Capitania, é o mapa da exportação e importação das mercadorias, no período de julho de 1818 até junho de 1819, coligido pelo Barão de Eschwege, segundo o movimento dos registros, nos limites da Capitania: Caminho Nôvo ou Matias Barbosa, Rio Prêto, Pôrto do Cunha, Barra do Pomba e Mantiqueira (com a Cap. do Rio de Janeiro); Jaguari, Campanha de Toledo, Itajubá e Sapucaí-Mirim (com São Paulo); Malhada (com Bahia e Pernambuco); Rio Pardo (com Bahia); e Santa Ana no Rio das Velhas (com a Província de Goiás). Eis a exportação das mercadorias, por ordem de valor, quantidades e preço unitário dos artigos:

<i>Artigos</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Preço unitário em Rs</i>
Algodão em rama	91.994 arrôbas	4.000
Toicinho e carne salgada	145.478 arrôbas	2.000
Gado vacum	62.106 cabeças	4.000
Algodão em pano	1.242.543 varas	150
Porcos	40.169 cabeças	3.000
Queijos	1.059.607 unidades	100
Béostas	3.629	25.000
Tabaco ou fumo	58.647 arrôbas e meia	1.200
Açúcar	22.844 arrôbas	2.000
Cavalos	3.057 cabeças	10.000
Café	9.739 arrôbas	3.000

<i>Artigos</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Preço unitário em Rs.</i>
Galinhas	114.654 cabeças	150
Solas	18.626 unidades	600
Marmelada	11.136 arrôbas	1.000
Farinha de trigo	3.369 arrôbas	3.000
Carneiros e cabras	9.153 cabeças	1.000
"Epicacuanha" ( <i>sic</i> )	398 arrôbas e meia	19.200
Mantas de algodão	11.661 unidades	600
Salitre	1.256 arrôbas	4.000
Farinha de mandiocca	4.207 alqueires	600
Ametistas	18 arrôbas e meia	128.000
Selas	161 unidades	4.000
Couros de boi	877 unidades	600
Cêra da terra	104 arrôbas	4.800
Tabuado	67 dúzias	5.000
Feijão	396 alqueires	600
Aguardente de cana	302 barris	600
Couros de veado	580 unidades	300
Toalhas com guardanapos	16 conjuntos	9.000
Chapéus de lá	68 unidades	2.000
Milho	433 alqueires	300
"Xicote" ( <i>sic</i> )	72 dúzias	1.000
Arroz	70 alqueires	1.000
Carne de porco	9 barris	6.000
Pares de estribos	35 pares	1.000
Azeite de mamona	26 barris	1.200
Patos	190 cabeças	150
Perdizes	5 barris e meio	4.000
Farinha de milho	40 alqueires	320
Gamelas	20 unidades	600
Facas	30 unidades	300
"Pumada" ( <i>sic</i> )	3 arrôbas	1.280
Sabão	1 arrôba	2.400 <sup>(100)</sup> .

Já as importações do mesmo período assim se collocaram, pela ordem de sua importância, pela sua quantidade e pelo pagamento dos direitos das entradas:

<i>Artigos</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Direitos das entradas</i>
Sal em "broacas"	154.140 alqueires	115.604.000 Rs.
Fazenda seca em fardos	18.633 arrôbas e meia	20.962.125 "
Vinho em barris e caixas	8.292 e meia unidades	6.218.250 "
Escravos novos	1.963 cabeças	5.889.000 "
Peixe salgado	4.563 arrôbas	5.133.375 "
Ferro novo em chapas e barras	4.328,17 arrôbas	4.869.000 "

<i>Artigos</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Direitos das entradas</i>
Bêstas	1.412 cabeças	4.236.000 Rs.
Remédios de botica	2.147,12 arrôbas	2.415.375 "
Chumbo	1.645,1 arrôbas	1.850.625 "
Louças e vidros	1.570,7 arrôbas	1.777.500 "
Farinha de trigo	1.474,1/2 arrôbas	1.659.250 "
Caixas de chapéus	1.453 arrôbas	1.634.625 "
Vinagre em barris e caixas	2.145 unidades	1.610.500 "
Cobre em obras	1.167,7 arrôbas	1.312.875 "
Aguardente de cana	1.142 barris e meio	1.284.760 "
Cobre em chapas	1.076 arrôbas	1.210.500 "
Ferro em obras	999 arrôbas	1.123.875 "
Aço	880,28 arrôbas	990.000 "
Cêra "em páo" e velas	726,11 arrôbas	816.750 "
Açúcar em rapaduras	678 arrôbas	757.750 "
Armas de fogo	512 unidades	564.750 "
Ferro velho	374 arrôbas	420.750 "
"Letria e maças"	298,8 arrôbas	335.250 "
Fazenda sêca em caixas	517,8 arrôbas	181.625 "
"Enxofar"	139,24 arrôbas	156.370 "
Azeitonas	65 arrôbas	73.125 "
Aguardente do Reino	96,5 barris	72.000 "
Tabaco	57 arrôbas	64.125 "
Estanho em barras	29 arrôbas	32.625 "
Azeite doce em barris	41 barris	30.750 "
Asém	27,30 arrôbas	30.375 "
Cavalos novos	10 cabeças	30.000 "
Miudezas	24 arrôbas	27.000 "
Presuntos e paos	28 arrôbas	21.500 "
Estanho em obras	7,29 arrôbas	9.000 "
"Paças" e figos	6,11 arrôbas	6.750 "
Arame	5,14 arrôbas	5.625 "
Pau-brasil	3 arrôbas	3.375 "

Espadas em caixões (sem indicação de quantidade nem de pagamento de entradas)

"Serveja" e licores (caixas) (Idem) <sup>(170)</sup>.

Os doutôres de Coimbra tiveram razão, desde antes do avorecer do século XIX, quando preconizaram o estímulo, sob tôdas as formas, das atividades agrícolas, em Minas Gerais. Como vimos, a terra era boa, o clima excelente e o homem, se quisesse, poderia dar bom agricultor. Quando se deu a ruína completa do surto aurífero, a agricultura avultou na pauta das exportações. Especialmente o algodão, aquêle excelente al-

godão das Minas Novas, do Abaeté e de outros lugares do sertão, tão encorajado por Frei Veloso, José de Sá Bitencourt e Acióli, Veloso de Miranda e outros doutôres inovadores. Sua exportação, em 1818-1819, foi a que “deu mais divisas” à depauperada Capitania; pena que certos exportadores, estúpidos, comprometam o negócio, aumentando o pêso dos fardos com caroços e pedras, o que é freqüentemente denunciado pelos viajantes estrangeiros que visitam as Minas<sup>(171)</sup>. Logo em seguida, o gado *vacum* comparece excepcionalmente, confirmando as expectativas dos criadores dos “campos gerais”, do vale do São Francisco, que desde fins do século XVII se tinham estabelecido com seus “currais” bandeirantes ali. O porco, animal doméstico por excelência nas Minas, pela facilidade de sua criação, com seu toicinho e sua carne salgada, é riqueza comum a tôdas as Comarcas, talvez a única nessas condições. Se bem que importando milhares de cabeças de fora da Capitania — principalmente da feira de Sorocaba — muitos criadores apuraram seus muares, tão próprios para o serviço das tropas, que foram êles bem procurados além das fronteiras das Minas; no que tange, então, a cavalos, há notícia, já em 1802, do envio de cavalos de raça para Sua Alteza Real, o Príncipe Regente, em Lisboa<sup>(172)</sup>; a coudelaria de Congonhas do Campo, que funcionou tão brevemente no século passado, evocaria uma velha tradição dos bons cavalos mineiros, que, em 1774, desfilavam garbosamente, no picadeiro do palácio governamental de Cachoeira do Campo (picadeiro êsse que custou 240\$000 aos cofres régios), para grande gáudio do jovem e espúrio filho do Governador Antônio Carlos Furtado de Mendonça e para não menor enjôo do seus inúmeros desafetos<sup>(173)</sup>, principalmente o Intendente da Fazenda João Caetano Soares Pereira Barreto. O café é modesto nas exportações, ainda não inteiramente aceito, justamente nos dias em que, nas Minas, os doutôres e as autoridades públicas, influenciadas pela “nouvelle vague” do exotismo do século, plantavam chá (Veloso de Miranda), escreviam sôbre o chá (Frei Veloso) e bebiam chá, deixando o café para os “vadios” e os escravos. A produção animal mineira fecha a pauta de exportação do ano fiscal de 1818-1819, com um bom número de galináceos (galinhas e patos) e carneiros e cabritos; a lã dos carneiros, além de aproveitada para tecidos, na Fazenda do Registro Velho — como já

(171) *In RAPM*, IV, p. 745.

(172) *Códice 278*, fls. 29.

(173) *Códice 205* (s/fls. numeradas).



vimos — ofereceria excelente matéria-prima para a feitura dos afamados chapéus de São João del Rei. O artesanato mineiro faz figura humilde no quadro das exportações: aquelas toalhas com guardanapos intrigam o estudioso e, como são exportadas pelo Registro do Presídio do Rio Prêto, fazem aventar a hipótese de ser trabalho de fiandeiros de trabalhos forçados, o que é mesmo de admirar na história penitenciária do Brasil, *si è vero* . . . Assim também os “xicotes”, que provêm do mesmo destino: deveria ser genialmente fértil a imaginação do comandante do presídio, enchendo os dias dos seus pensionistas com trabalhos de rendas e com exemplares daquela “especie de azorrague de cordas de viola enroscadas com uma cordinha no cabo”, que é assim que o dicionarista D. Rafael Bluteau descreve o chicote, “palavra nova que os ingleses e franceses introduziram nos últimos anos em Portugal” (174). A abundância da produção de selas, solas e couros de boi ou de veado — indício de numerosas selarias — não seria completa se faltassem os estribos, aquêles vistosos estribos, que a gente vê nos cavaleiros mineiros das gravuras de João Maurício Rugendas, de metal (prata, cobre ou bronze) ou de madeira, quando andariam aparentados com as cangalhas e as gamelas, cujos artífices talvez fôsem os mesmos. As facas denunciam as forjas caseiras de ferro, tão comuns em Minas, nos dias de Eschwege, com a sua natural cutelaria rústica de facas, foices e até “maxados”. Agora, as indústrias de exportação, meio urbanas, meio rurais, já que o povoado mineiro participa de uma e outra natureza. Doceiro por excelência, o mineiro haveria de incluir a sua marmelada como produto de exportação, resultado que é ela do bom marmelo europeu, muito bem transplantado na terra e da rapadura de engenho, que tôda propriedade agrícola que se preza honra-se em fabricar. Já que falamos em engenho, acrescentemos-lhe o alambique, que destila a boa pinga da cana; como, além da tração animal, é quase sempre tocado a água, fica-lhe perto o primo moinho — o “munho” do linguajar luso-mineiro — para moer o milho e o pouco trigo existente, dando as farinhas e os fubás — a trigueira farinha de trigo e os beijos da farinha de milho, esta feita do fubá, fubá apurado na peneira: quando simples, é o fubá comum, “de munho”, e quando fruto da canjica, o “fubá mimoso”, o “fubá de canjica”, especial para os quitutes melhores, que já vêm dos bandeirantes; e há ainda,

---

(174) D. Rafael BLUTEAU, *Vocabulário Português e Latino, Colégio das Artes, Coimbra, 1712, 8 vols., t. 2.º, p. 289.*

com muitos alqueires na exportação, a farinha de mandioca, fruto paciente e engenhoso das raladuras escravas e exposições ao sol, nas eiras tão limpas; e finalmente, outro produto da indústria caseira é o azeite de mamona, à base da semente da planta, triturada em pequeno e especial pilão “de preguiça”, e depois apurada, dando o azeite combustível das candeias de ferro, espetadas nas bandas das portas. Presença destacada nos produtos que são vendidos para fora passa a ser da indústria extrativa, a que se deve ter dado muita gente disponível daquelas Minas arruinadas, sem mais ouro, nem o que fazer, inclusive muitos “pasmados”, cujo préstimo até então não ia além de tirar mel e cêra em pé de pau, desenterrar poaia (à moda das iraras), caçar veados e perdizes ou campear a raizama dos cerrados; pois êsses clássicos lazeres de desocupados redundaram em ricas mercâncias de alta procura, que as Minas mandaram aos compradores: a ipecacuanha, por exemplo, só deu menos dinheiro que as ametistas! E mais a cêra da terra, os couros de veado, as perdizes em barril, e essa intraduzível “pumada”, que se não fôsse banha magra de porco para os cabelos das madamas, deveria ser algum unguento sertanejo para as peles gafentas... Os “tabuados” discretos, com certeza destinados à marcenaria de alguns sobrados “da nobreza”, emparelham-se com a mineração, quase morrendo, agora maneando mais modestamente salitre e ametistas.

O total das exportações de 1818-1819 atingiu um movimento bruto de 1.673:477\$190 rs.

Agora, o quadro das importações. O primeiro produto, vital, que a Capitania importou, em 1818-1819, foi o sal, o sal de Setúbal, perfazendo a quantidade de 154.140 alqueires, que subiam as montanhas em “broacas” sôbre os lombos das mulas, em partidas de 100 e 200 alqueires, compradas na praça do Rio de Janeiro, aos atacadistas, mais caras, por 8 tostões (preço de armazém), quando o preço vigente no comércio era 700 ou 750 réis<sup>(175)</sup>. A pauta das importações era sobrecarregada pela compra dos produtos industriais, em seguida, prevalecendo os tecidos grosseiros de algodão, que a Capitania, se já até voltara a exportar suas mantas do mesmo artigo, ainda não se refizera dos efeitos da proibição de 1785; e pobreza dos importadores se patenteia na aquisição bem mais modesta das fazendas mais finas, que chegavam acondicionadas em caixas, a maior parte das quais estrangeiras. Os hábitos europeus, por-

(175) Myriam ELLIS, *O monopólio do sal no Estado do Brasil*, Fac. Filosofia Ciências e Letras da USP, São Paulo, 1956, pp. 183/184.

tuguêses, ainda predominam absolutamente, principalmente os do vestuário e da mesa: ainda se bebe muito vinho e aguardente do Reino na dieta cotidiana, come-se muito peixe salgado, já vão aparecendo o pão europeu, a "letria", as "maças", os presuntos e os paiois — tudo isso bem adubado com o generoso azeite doce português, o vinagre e, finalmente, o regalo da fruta sêca de além-mar, o figo ou a passa. E, para os possíveis excessos das mesas mais opíparas, de par com as agressões do clima tropical, os remédios "de botica", em muito boa quantidade. Como as fábricas do ouro estão agonizando, caiu bastante a compra de escravos: nem 2 mil, quando, nos velhos tempos da prosperidade, vinham três e mais vêzes mais. A terra áspera e primitiva exige armas e ferramentas diversas: chegam armas de fogo, ferro nôvo, e até ferro velho, cobre, chumbo, para os bronzes dos sinos é verdade (que ali se fundem), mas quase como o símbolo da cultura mineira do tempo, que tem tanta coisa de bronze. Agora que o ouro morreu, até o mesquinho asém aparece em Minas, para continuar a iludir os impenitentes, que não querem aceitar a verdade, dura demais. Mas, a vida tem de continuar e as tropas haverão de encarrear seu lerdo e seguro passo, subindo as montanhas: bêstas e cavalos novos continuarão, pois, sendo comprados na feira de Sorocaba, porque as criações da terra ainda não são bastantes; aquêle "enxofar" importado é droga para êles. Uma nota quase religiosa, na lista das importações: a cêra "em pão", isto é, em bruto, para a feitura de velas, e as próprias velas européias, melhores que as da terra, cheias de untos e sebos. E, finalmente, as importações daquelas espadas, que, por não terem pago direitos das entradas, deveriam ser das fôrças do Exército: parece-nos também material decorativo, dos inconcêveis oficiais das ordenanças ou milícias honorárias de Minas.

As importações mineiras de 1818-1819 foram fracas, perfazendo as compras o total de 183:422\$005 réis. Esse pobre dinheiro denunciava o quase nenhum poder aquisitivo dos povos da Capitania, cada vez mais avezados às práticas da "trama", à troca das utilidades, à economia doméstica, natural, própria das sociedades mais primitivas. Ou mais decadentes<sup>(176)</sup>, como é o caso daquela terra e daquela gente.

---

(176) F. LOTT, *op. cit.*, p. 48.

devidamente citada e relacionada. A benemérita Fundação Calouste Gulbenkian proporcionou ao autor os meios de realizar tão profundas pesquisas.

Basta enumerar essas fontes para compreender o valor da síntese primorosa do erudito que conseguiu expor em menos de trezentas páginas os resultados de tão longos esforços.

Muitos dos fenômenos aqui estudados foram objeto de atenção por parte de historiadores mineiros, mas acredito que a contrapontuação do iluminismo com a crise econômica que se desencadeou no fim do século, e de que o leitor tem uma flagrante compreensão à vista do gráfico da pág. 253, é uma contribuição inteiramente nova para a visão da história mineira. No estudo das peculiaridades do Iluminismo português, despidido do caráter extremadamente anticlerical apresentado em outros países, e seu reflexo no Brasil onde a tendência para o sincretismo ainda é mais intensa, representam contribuições primorosas para a compreensão da psicologia brasileira. E, finalmente, o estudo profundamente documentado dos efeitos tremendos na alma de Minas do drama da Inconfidência, de que resulta uma autêntica diáspora pelos caminhos da capitania e do Brasil "que ainda hoje não acabou".

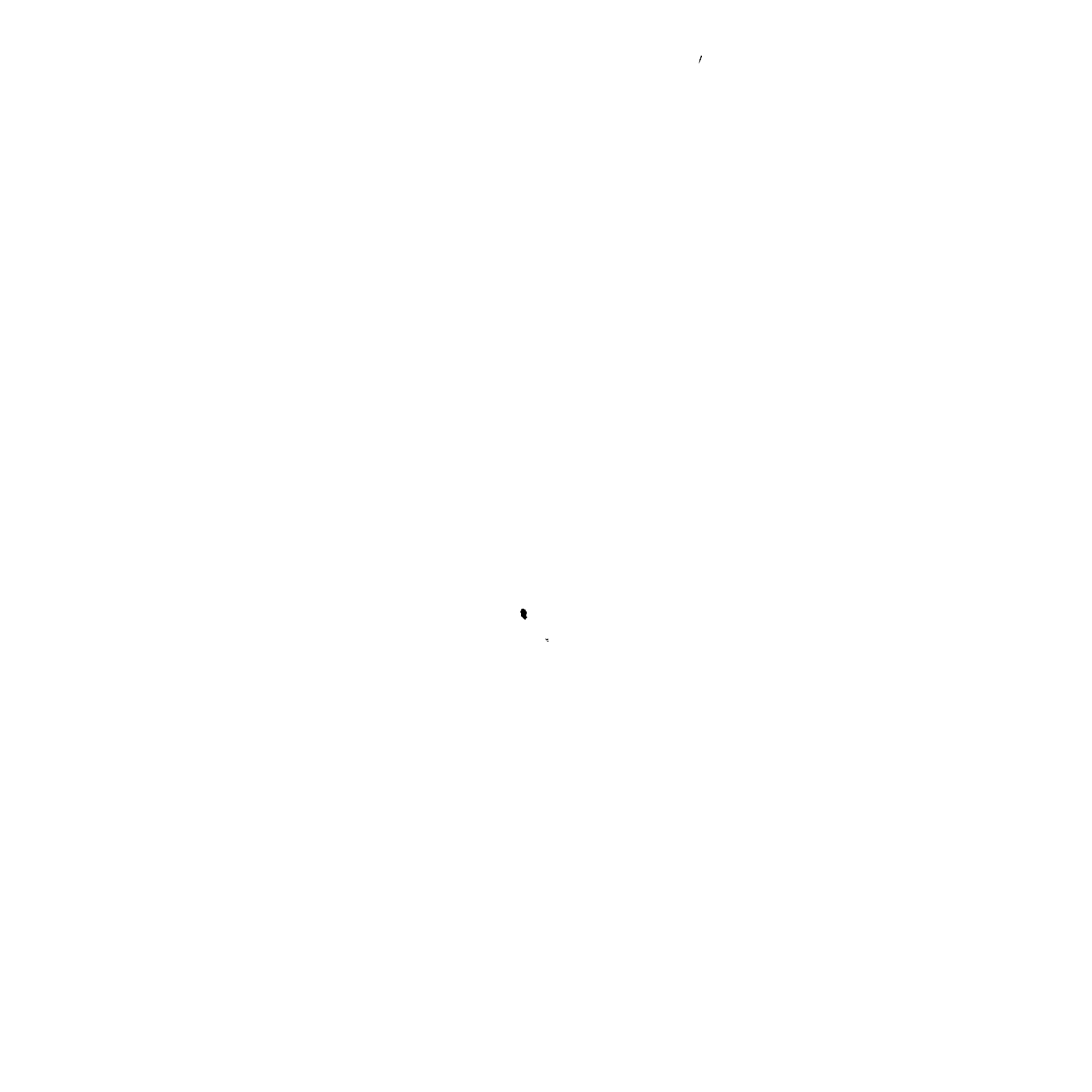
É uma monografia primorosa, fruto do nível universitário que começam, felizmente, a alcançar os estudos históricos em nosso país, que a "Brasiliana" se orgulha de difundir nos meios cultos.

A. J. L.

*edição da*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
Rua dos Gusmões, 639  
SÃO PAULO 2, SP

**COMPANHIA EDITORA NACIONAL**  
**EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**



## Bibliografia Geral

- AIRES DE CASAL, Manuel, *Corografia Brasileira*, Impr. Nacional, Rio de Janeiro, 1945-47 (ed. fac-similada), 2 vols.
- ALBUQUERQUE, Luis de, *Notas para a História do Ensino em Portugal*, Textos Vértice, Coimbra, 1960, 1.º vol.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Coimbra, Imprensa Acadêmica, 1917, 4 tomos.
- ALMEIDA, Manoel Antônio de, *Memórias de um Sargento de Milícias*, Livr. Martins Editora, São Paulo, s/d.
- AMARAL, Dr. Antônio Caetano do, *Memórias para a história da vida do venerável Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão*, na Impressão Régia, Lisboa, 1818, 2 vols.
- AMOROSO LIMA, Alceu de, *Voz de Minas*, Livr. Agir Editora, Rio de Janeiro, 2.ª ed., 1946.
- ANDRADE, Antônio A. de, *Verney e a filosofia portuguesa*, Livr. Cruz, Braga (Portugal), 1946.
- ANDRADE, Gomes Freire, "Instrução e Norma", in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, t. IV.
- ANÔNIMO, "Aureo Trono Episcopal", in *RAPM*, VI.
- ANTONIL, André João, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Cia. Melhoramentos, São Paulo (org. por A. de E. Taunay), 1923.
- ARMITAGE, John, *History of Brazil*, Londres, Smith, Elder, Cornhill, 1836, 2 vols.
- AZEREDO COUTINHO, D. José Joaquim da Cunha de, *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1966.
- AZEVEDO, Fernando de, *A cultura brasileira*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio, 1.ª ed., 1943.
- BECCARIA, Marquês de, *Dos delitos e das penas*, Atena Editora, São Paulo, 5.ª ed. bras., 1956.
- BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra, nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, Tip. Academia Real das Ciências, Lisboa, 1902, 3 vols.
- BRANDÃO, Mário, e M. d'Almeida Lopes, *A Universidade de Coimbra, Por Ordem da Universidade*, Coimbra, 1937.
- BRICOUT, J., *L'Education du Clergé*, Bloud & Gay, Paris, 1922.
- BRITO, Francisco Tavares de, *Itinerário geográfico do Rio de Janeiro até as minas do ouro*, in Códice Costa Matoso (Biblioteca Municipal de São Paulo).
- BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio, *Raízes do Brasil*, Livr. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 3.ª ed., 1956.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio, *História geral da civilização brasileira*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 4 vols., 1960-1964.
- BUSSON, Henri, *La religion des classiques*, Presses Universitaires de France, Paris, 1948.
- CABRAL DE MONCADA, L., *Um "iluminista" português do século XVIII: Luís Antônio Verney*, Livr. Acadêmica, São Paulo, 1941.
- CALMON, Pedro, *História social do Brasil*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, s/d., 2 vols.
- CARNEIRO DE MENDONÇA, Marcos, *O intendente Câmara*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1958.

- CARRATO, José Ferreira, *As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1963.
- CASTELO BRANCO, Camilo, *Mosaico e Silva*, Livr. Chardron, Porto, s/d.
- CASTRO, Eduardo M. de, "A Inconfidência Mineira", in *RAPM*, VI.
- COSTA, Cláudio Manuel da, "Fundamento Histórico da Vila Rica", in *Anuário do Museu da Inconfidência*, vol. IV.
- COUTO, José Vieira, "Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais", in *RAPM*, t. X.
- ELLIS, Myriam, *O monopólio do sal no Estado do Brasil*, FFCL da USP, São Paulo, 1955.
- ENGELMANN, Henri, *Pèlerinages*, Arthème Fayard, Paris, 1959.
- ESCHWEGE, Barão Guilherme de, *Pluto Brasiliensis*, Impr. Oficial, Belo Horizonte (ed. do Centenário), 1933.
- ESCHWEGE, Barão Guilherme de, "Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais", in *RAPM*, IV.
- FARIA, Alberto, *Aérides*, Jacinto Ribeiro dos Santos, Rio de Janeiro, 1918.
- FELÍCIO DOS SANTOS, Joaquim, *Memórias do Distrito Diamantino*, Ed. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1956.
- FERREIRA, Luís Gomes, *Erário Mineral*.
- FEU DE CARVALHO, Teófilo, "Instrução pública. Primeiras aulas e escolas de Minas Gerais", in *RAPM*, XXIV.
- FONSECA, Pe. Manuel da, *Vida do venerável padre Belchior de Pontes*, Cia. Melhoramentos, São Paulo, 1932.
- FRIEIRO, Eduardo, *O Diabo na Livraria do Cônego*, Editôra Itatiaia, Belo Horizonte, 1957.
- FURTADO DE MENESES, Joaquim, *Clero Mineiro*, Tip. Americana, Rio de Janeiro, 1933, 2 vols.
- GOETZ, Walter, *et alii, História Universal*, Espasa-Calpe, Madri, 1947, 10 vols.
- GOMES PIMENTA, D. Silvério, *Vida de D. Antônio Ferreira Viçoso*, ed. da Arquidiocese, Mariana, 1920, 2.<sup>a</sup> ed.
- GOMIDE, Dr. Antônio Gonçalves, *Impugnação Analytica ao Exame Feito pelos Clínicos Antônio Pedro de Souza e Manuel Quintão da Silva em huma Rapariga que julgarão Santa, na Capela da Senhora da Piedade da Serra*, Imprensa Régia, Rio de Janeiro, 1814.
- GONZAGA, Tomás Antônio, *Poesias — Cartas Chilenas*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1957 (org. por M. Rodrigues Lapa).
- GRAHAM, Maria, "Escorço Biográfico de D. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo", in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. IX.
- GRÈVE, S. J., Pe. Aristides, *Subsídios para a História da Restauração da Companhia de Jesus no Brasil*, Ed. Centenária da Companhia de Jesus, São Paulo, 1942.
- HAZARD, Paul, *La Pensée Européenne au XVIIIème Siècle*, Boivin & Cie., Paris, 1940, 3 vols.
- INOCÊNCIO, Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Impr. Nacional, Lisboa, 1858 a 1927, 22 vols.
- JOSÉ, Oiliam, *Indígenas de Minas Gerais*, Ed. MP., Belo Horizonte, 1965.
- LAMEGO, Alberto, *Autobiografia e Inéditos de Cláudio Manuel da Costa*, Édition d'Art, Bruxelas-Paris, s/d.
- LEITE, S. J., Pe. Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Impr. Nacional, Rio de Janeiro, 1943, 10 vols.
- LEITE, S. J., Pe. Serafim, *Novas Cartas Jesuíticas*, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1940.
- LEITHOLD, T. von, e L. von RANGO, *O Rio de Janeiro visto por dois Prussianos em 1819*, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1966.
- LOPES, O.F.M., Frei Roberto B., *Monte Alverne*, Editôra Vozes, Petrópolis, 1958.



- LOTT, Ferdinand, *El Fin del Mundo Antiguo y los Comienzos de la Edad Média*, trad. espanhola, Unión Tipográfica Editorial Hispano-Americana (UTEHA), 1956.
- LUCCOCK, John, *Notas sobre o Rio de Janeiro*, Liv. Martins, São Paulo, 2.<sup>a</sup> ed., 1951.
- LÚCIO DE AZEVEDO, J., *História de Antônio Vieira*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1931, 2 tomos.
- MACHADO, Simão Ferreira, "Triunfo Eucarístico", in *RAPM*, Ano VI
- MATOS, Anibal, *Monumentos históricos, artísticos e religiosos de Minas Gerais*, Biblioteca Mineira de Cultura, Belo Horizonte, 1935.
- MATTA MACHADO FILHO, Aires da, *Arraial do Tijuco — Cidade Diamantina*, Livr. Martins Editora, 2.<sup>a</sup> edição, São Paulo, s/d.
- MAUROIS, André, *A vida de Disraeli*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- MAWE, John, *Viagens ao interior do Brasil*, Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1944.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de, *O Índio brasileiro e a Revolução Francesa*, Livr. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1937.
- MELO FRANCO, Dr. Francisco de, "Reino da Estupidez", in *Coletânea de Autores Mineiros*, Impr. Oficial, Belo Horizonte, 1922.
- MELO-LEITÃO, Cândido de, *O Brasil visto pelos ingleses*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- MENDES DE ALMEIDA, Cândido, *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1866, 2 tomos.
- MENEZES, D. Rodrigo José de, "Exposição Sobre o Estado de Decadência da Capitania de Minas Gerais e Meios de Remediar-lo", in *RAPM*, II.
- MOACYR, Primitivo, *A instrução e o Império*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- NELSON DE SENNA, Caio João Pinheiro da Silva, Impr. Oficial, Belo Horizonte, 1941.
- NORBERTO, Joaquim, *História da Conjuracão Mineira*, Rio de Janeiro, Inst. Nacional do Livro, 2.<sup>a</sup> ed., 1948, 2 vols.
- OTÔNÍ, José Elói, *Job Traduzido em Verso*, Typ. Brasiliense de F. Manoel Ferreira, Rio de Janeiro, 1852.
- PASTOR, Ludwig von, *Storia dei Papi* (trad. italiana), Desclée & Cia., Roma, 1931 a 1934, 20 vols.
- PERES, Damião, et alii, *História de Portugal*, Portucalense Editôra, Barcelos (Portugal) (ed. Monumental), 1934, 8 vols.
- PINTO COELHO, Coriolano e Jacinto Guimarães, *Dona Joaquina do Pompeu*, Impr. Oficial, Belo Horizonte, 1956.
- PIZARRO E ARAÚJO, Mons. José de Souza Azevedo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, Tip. de Silva Pôrto e Cia., Rio de Janeiro, 1827, 9 vols.
- PRADO, Eduardo Paulo da Silva, *Coleções*, Escola Tipográfica Salesiana, São Paulo, 1904-1906, 4 vols.
- PRADO JR., Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*, Livr. Brasiliense, São Paulo, 1957, 5.<sup>a</sup> edição.
- QUEIRÓS, Amadeu de, *O senador José Bento*, Impr. Oficial, Belo Horizonte, 1933.
- RAMOS DE CARVALHO, Laerte, *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, FFCL da USP, São Paulo, 1952.
- RIBEIRO, Aquilino, *Arcais Encoiradas*, Bertrand, Paris-Lisboa, s/d.
- RIBEIRO, Aquilino, *O homem da Nave*, Bertrand, Lisboa, 3.<sup>a</sup> edição, s/d.
- RIBEIRO SANCHES, Antônio Nunes, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Impr. da Universidade, Coimbra (org. por Maximiano Lemos), 1922.
- RIBEYROLLES, Charles, *Brasil Pitoresco*, Livr. Martins Editora, São Paulo, s/d., 2 vols.

- RIO, João do, *Os Dias Passam*, Char-dron, Pôrto, 1912.
- ROCHA, José Joaquim da, "Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais", in *RAPM*, II, 425.
- RODRIGUES LAPA, M., *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*, Inst. Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1960.
- RODRIGUES, S. J., Pe. Francisco, *A formação intelectual do jesuíta*, Livr. Magalhães & Moniz, Pôrto, 1917.
- ROMERO, Silvío, *História literária brasileira*, Livr. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960.
- ROUSSEL, Romain, *Les Pèlerinages à Travers les Siècles*, Payot, Paris, 1954.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino Alves, *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Tip. Nacional, Rio de Janeiro, 1883, 7 vols.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1938, 2 vols.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1941.
- SANTOS, Lúcio José dos, *A Inconfidência Mineira*, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1927.
- SANTOS VILHENA, Luís dos, *Cartas Soteropolitanas*, Impr. Oficial, Salvador, 1921, 2 vols.
- SARNEEL, Pe. Pedro, *Guia Sentimental do Caraca*, Impr. Oficial, Belo Horizonte, 1953.
- SENNA, Nelson de, *Anuário Histórico-Corográfico de Minas Gerais*, Impr. Oficial, Belo Horizonte, 1909.
- SEVIGNÉ, Mme. de, *Lettres*, Monmerqué, Paris, 1861-1966, 14 vols.
- SILVA, Antônio Pedro da, e Manoel Quintão, *Memória*.
- SILVEIRA CAMARGO, Côn. Paulo Florêncio da, *A instalação do bispado de São Paulo e seu primeiro Bispo*, Edição do Autor, São Paulo, 1945.
- SILVESTRE RIBEIRO, José, *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal*, Tip. Academia Real das Ciências, Lisboa, 1871-1878, 18 vols.
- SISSON, S. A., *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, Livr. Martins Editora, São Paulo, 1948, 2 tomos.
- SOUTHEY, Robert, *História do Brasil*, Livr. B. L. Garnier, Rio de Janeiro, 1862, 6 vols.
- SOUZA, D. Joaquim Silvério de, *Sítios e Personagens*, Impr. Oficial, Belo Horizonte, 1936, 2.<sup>a</sup> edição.
- SOUZA, Frei Luiz de, *Vida D. Fr. Bartolomeu dos Martyres*, Tip. Rolandiana, Lisboa, 1857, 2 vols.
- SPIX, J. B., e K. F. P. von MARTIUS, *Viagem pelo Brasil*, Impr. Nacional, Rio de Janeiro, 1938, 4 vols.
- STELLFELD, Carlos, *Os dois Vellozo*, Gráfica Ed. Souza, Rio de Janeiro, 1952.
- TAUNAY, Afonso de E., *Relatos Sertanistas*, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo, 1954.
- TEIXEIRA, Des. José João, "Instrução para o govêrno da Capitania de Minas Gerais" in *RAPM*, ano VIII.
- TRINDADE, Côn. Raymundo, *Arquidiocese de Mariana*, Impr. Oficial, Belo Horizonte, 1955, 2 vols.
- TRINDADE, Côn. Raymundo, *Notícia dos seminários de Mariana*, Ed. da Arquidiocese de Mariana, Mariana, 1951.
- TRINDADE, Côn. Raymundo, "Instituições de igrejas do bispado de Mariana", in *Revista do DPHAN*, n.º 13, 1945, MEC, Rio de Janeiro.
- VALADÃO, Alfredo, *Campanha da Princesa*, Leuzinger S.A., Rio de Janeiro, 1937-1940.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História geral do Brasil*, Cia. Melhoramentos, São Paulo, 5.<sup>a</sup> ed., s/d.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, "Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais", in *RAPM*, VI.

- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, "Pessoas ilustres da Capitania de Minas Gerais", in *RAPM*, I.
- VASCONCELOS, Diogo de, *A arte em Ouro Preto*, Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, 1934.
- VASCONCELOS, Diogo de, *História da civilização mineira*, Biblioteca Mineira de Cultura, Belo Horizonte, 1934.
- VASCONCELOS, Diogo de, *História média das Minas Gerais*, Impr. Oficial, Belo Horizonte, 1918.
- VASCONCELOS, Salomão de, *O Fico*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- VASCONCELOS, Sílvio de Carvalho, "A arquitetura colonial mineira", in *Primeiro Semindrio de Estudos Mineiros*, Ed. da UMG, Belo Horizonte, 1956.
- VASCONCELOS, Sílvio de Carvalho, *Arquitetura no Brasil*, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 1959.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro, *Constituições do Arcebispado da Bahia*, Oficina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1764.
- VIEIRA COUTO, Dr. José, "Memórias sobre as minas da Capitania de Minas Gerais" in *RAPM*, X.
- VIEIRA, Pe. Antônio (?), *Arte de Furtar*, na Oficina Elvizeriana (*sic*), Amsterdã, 1652.
- XAVIER DA VEIGA, José Pedro, *Efemérides Mineiras*, Impr. Oficial, Ouro Preto, 1894, 4 vols.

•

# Índice onomástico e remissivo

## A

- Aarão, Salvador Peregrino (mestre régio), 159
- Abaeté (Arraial, Mina e Sertão do), 218, 220, 244-5, 265, 282
- Abderrâmane, 42
- Abdicação de D. Pedro I, 66, 176-7
- Abolição da escravatura, 175
- Abranches, Antônio José de (fazendeiro), 44
- Abreu, Antônio Gomes de (fazendeiro), 267
- Absolutismo régio, 170, 231
- Academia das Ciências de Lisboa, 134, 146, 188-9, 204, 243-4
- Academia do Conde da Ericeira, 126
- Academia da História da Igreja (em Roma), 105
- Academia Real de História Portuguesa, 96, 126
- Academia Real da Marinha (Lisboa), 134, 146, 171
- Academia Real Militar (Rio de Janeiro), 171
- Academias Reais, 70-2, 145, 190
- Açores (Arquipélago dos), 133; Angra do Heroísmo, 3, 7
- Adam Smith, 237
- Administração Régia, XV, 1, 5, 22, 61, 127, 130-2, 139, 145-8, 156-7, 169, 171-3, 189, 215-6, 222, 231, 237, 243, 252, 254-6, 278-9
- Administração Mineira Colonial, 162-3, 165, 186, 214-5, 217, 223, 231-3, 236, 240, 242, 244-5, 255-6, 263, 278
- Afonso, Domingos (fazendeiro), 265, 267
- África, 133
- Agostinho, Luís, 175
- Aguiar, Rafael Tobias de (Brigadeiro), 154
- Albuquerque Coelho de Carvalho, de (Governador), 5, 22, 232-3, 251
- Alcácer-Quibir, 147
- Alçada Régia, 210-11, 213
- Aldeia de São Nicolau (Peçanha), 267
- Alegres (Freguesia), 221
- Alemanha, 11, 38
- Alencar, José Martiniano de, 201
- Alentejo 3,
- Alfenas, São José dos, 222
- Almas do Purgatório, 33-4
- Almeida, Pe.-mestre João Pedro de, 157, 160
- Almeida, José Antônio de, 264, 267
- Almeida, Pe. José Joaquim Correia de, 64
- Almeida, D. Lourenço de (Governador), 5, 28, 96-7, 233, 252
- Almeida, Pe. Teodoro de, 145, 155
- Almeida, Principal D. Tomás de, 139
- Almendra, Francisco Pinto de, 22
- Alpoim, Eng.º José Fernandes Pinto de, 18-9, 100
- Alter, 21
- Alunos de aulas régias, 164
- Alvarenga, 117
- Alvarenga Peixoto, Dr. Inácio José de, 20, 83, 187, 193, 195-6, 198, 215, 242
- Alves, Joaquim José, 97
- Amaral Silveira, Intendente João Inácio do, 80-2, 84, 244, 256
- América, 133, 193, 271, 274
- América Inglesa, 195
- Américas, 14, 23, 74
- Amoroso Lima, Alceu, 196
- Anchieta, Pe. José de 28
- Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de, 154, 236
- Andrada, José Bonifácio de, e Silva, 154, 190, 237-40, 244
- Andrada, Martim Francisco Ribeiro de, 154, 239
- Andradas, Os, 177
- Andreza Pitanguí, 16
- Angelus, 47, 108
- Angola, 133, 249
- Antônio Dias (Arraial de), 218, 222
- Antônio Pereira (Arraial), 34, 36, 176, 222, 254

- Anunciação, D. Miguel da, 82  
 Apocalipse, 49  
 Araçuaí, 221  
 Araxá, São Domingos do, 247  
 Araújo, Conselheiro Antônio José de, 119  
 Araújo, Cel. João Gomes de, 93  
 Arcádia, em Lisboa, 175  
 Arcádia Ultramarina, 196  
 Arcebispo da Bahia, 116, 119  
 Arcebispo de Braga, 3  
 Arcebispo de Lisboa, 3  
 Arcebispo Primaz do Brasil, 155, 247  
 Areópago de Itambé, 154, 176  
 Arquiconfraria do Cordão de São Francisco, 88-9  
 Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana, XV, 6-7, 16  
 Arquivo das Finanças de Lisboa, XV  
 Arquivo do Colégio do Caraça, XV  
 Arquivo dos Cartórios de Mariana (DPHAN), XV  
 Arquivo e Biblioteca Distrital de Braga, XV  
 Arquivo e Biblioteca Distrital de Guimarães, XVI  
 Arquivo Histórico Ultramarino, XV, XVI, 116  
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, XV  
 Arquivo Público Mineiro, XV, XVI, 24, 159, 260  
 Arraial Velho (Santo Antônio da Mouraria do), 51, 55  
 Arruda Câmara, Dr. Manuel de, 154, 237  
 Ásia, 133, 233  
 Assembléa Constituinte de 1823, 93, 173, 191  
 Assembléa Geral Legislativa, 174  
*Astro de Minas* (jornal), 207  
 Ataíde, Manuel da Costa, 25  
 Atena, 73  
 Aula de Comércio, 134, 136-7, 139, 146  
 Aulas, de Aritmética, 133, 137; de Artes Domésticas e Manuais, 118, 133; Catecismo, 30, 52, 76, 103; de Civilidade, 133; de Filosofia, 71, 106-7, 112, 115, 126, 132, 142, 144, 154-7, 164-6, 178; de Gramática e Gramática Latina, 71, 97, 106-7, 121, 126, 138-9, 155-6, 158, 160-6, 169, 175; de Lógica, 115; de Poética, 121, 152-3, 164, 166; de Primeiras Letras (ler e escrever), 97, 115-6, 118, 121, 126, 132-3, 136, 138, 156, 158-62, 164-5; de Retórica, 71, 126, 152-3, 159, 164, 166, 169; de Teologia, 71, 106-7, 111, 126, 142, 165-6, 189; e de Línguas Estrangeiras, 136, 139, 154, 164  
*Aureo Trono Episcopal*, XIII  
*Aurora Fluminense* (jornal), 153  
*Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 196  
 Ave-Maria, 30, 34  
 Azeredo Coutinho, Dr. João Pereira Ramos de, 140-1  
 Azeredo Coutinho, D. José Joaquim da Cunha de, 154, 237, 249  
 Azevedo, Dr. Faustino José de, 207  
 Azevedo, Ouvidor Luís Ferreira d'Araújo e, 63, 214-5
- B
- Bacelar, Ouvidor José Pinto de Moraes, 77  
 Bacon, Francis, 94  
 Baependi (Vila), 220, 247, 263  
 Bahia, 3, 30, 39, 101, 106, 116, 147-8, 150-4, 237, 246, 255, 257, 265, 278  
 Bandeira, Intendente, 195  
 Barão de Catas Altas, 228  
 Barão de Cocais (José Feliciano Pinto Coelho da Cunha), 174  
 Barão de Eschwege (Guilherme), 21, 67, 239, 245, 247, 251, 255, 265, 278-9, 283  
 Barão do Pontal, (Manuel Inácio de Melo e Souza), 174  
 Barata, Pe.-mestre José Antônio Freire, 159  
 Baraúna, Frei Francisco Xavier de Bastos, 153  
 Barbacena, 44, 58, 161-2, 220, 225, 247, 267, 277  
 Bárbara Heliódora, 188, 210, 215  
 Barbosa, O Alferes, 267  
 Barbosa Lage, Dr. Domingos Vidal de, 190, 193  
 Barra do Bacalhau, 222  
 Barra Longa, 235  
 Barroso, Mestre Francisco de Matos, 160  
 Barton D'Aldington, 94  
 Basílio da Gama, José, 100, 112, 115

- Batalha, Mestre Tomé José dos Santos, 164  
 Batalha do Passo do Rosário ou de Ituzaingó, 171  
 Batista, José Pedro da Costa, 161  
 Beccardi, 104  
 Beiras, 3, 7, 35  
 Bêja, D. (Ana Jacinta de São José), 223  
 Belchior de Pontes, Pe., 28  
 Bélgica, 11  
 Belo Horizonte, XV, XVI  
 Beltrão, João de Almeida, 220  
 Bernardes, Pe. Manuel, 126-7, 270  
 Bias Fortes, Presidente Crispim Jacques, 39  
 Biblioteca Apostólica Vaticana, XVI, 72  
 Biblioteca da Casa de N. S. das Necessidades (oratorianos), 126  
 Biblioteca Municipal de São Paulo, XV, 107  
 Biblioteca Nacional de Lisboa, XV  
 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, XV  
 Biblioteca Pública de Lisboa, XV, 134, 146  
 Biblioteca da Universidade de Coimbra, XVI  
 Bispado de Mariana, 28, 44, 50, 68, 75, 78, 102, 106-7, 170  
 Bispado de Pernambuco, 247  
 Bispado de Coimbra, 126  
 Bispo de Beja, 125, 140  
 Bispo de Mariana, 70-1, 87, 102, 105, 109, 111, 165  
 Bispos resignatários, 68, 100  
 Bispos do Rio de Janeiro, 54, 56  
 Bitancur, Pe., 56  
 Boa Vista, 222  
 Bocage, Manuel Barbosa du, 175  
 Bom Despacho, 222  
 Bom Jesus do Amparo, 20  
 Bom Jesus da Lapa, 40  
 Bonfim, 222  
 Borda do Campo, 44, 58, 262  
 Bordéus, 163  
 Botelho, Frei Vicente, 28  
 Botocudos, Os, 157, 223, 274  
 Brás Baltasar da Silveira, D. (Governador), 5, 50  
 Brasil, XIV, XV, 5, 23, 25, 42, 44, 50, 62, 73-4, 83, 91, 97, 99, 101-2, 104-5, 115, 146-8, 151, 154, 158, 170-1, 173, 175-6, 180, 185, 190, 192-4, 196, 198, 203, 216, 233, 236, 238, 240, 248, 254, 262-3, 269, 273, 278, 283  
 Brejo do Salgado (atual Januária), 221, 247  
 Bretas, Rodrigo José Ferreira, 101  
 Brotero, Dr. Avelar, 239  
 Brumado, 222  
 Bruonswick, Cônego Hermógenes Casemiro de Araújo, 177  
 Buenos Aires, 271  
 Bula da Cruzada, 24, 38  
 Buritis (Freguesia), 221
- C**
- Cabido de Mariana, 57-9  
 Cabo Verde (Nossa Senhora do Carmo do), 220  
 Cabral, Dr. Vicente Jorge Dias, 239  
 Cachoeira do Campo, 20, 222  
 Cadeia e Câmara de Mariana, 19  
 Cadeia do Rio de Janeiro, 212  
 Cadeia e Câmara de Vila Rica, 19, 85, 187, 200, 278  
 Caeté (Vila Nova da Rainha), 5, 21, 51, 58, 91, 93, 95, 160, 162-3, 175, 191-2, 225, 227, 237, 247; Câmara da Vila, 217  
 Cajuru (São Miguel do), 222  
 Caldas (Freguesia) 221  
 Caldeira Brant, Felisberto, 77  
 Calheiros, Mestre de Obras Antônio Ferreira de Souza, 17  
 Camanducaia (Freguesia), 220  
 Camapoã (Arraial), 2  
 Câmara, Intendente Manuel Ferreira da, de Bitencourt e Sá, 190, 192-5, 201, 206, 237, 239, 245, 267  
 Camargos, 222  
 Cameté, 155  
 Camilo Castelo Branco, 117, 141  
 Caminho Nôvo ou Real, 26, 40, 210-3, 216, 263, 266, 273, 279  
 Campanha da Princesa, 7, 161-2, 165, 207, 220, 247; Câmara da Vila, 158  
 Campo Belo (Freguesia), 221  
 Campo da Lampadosa, 212  
 Campolina, 21  
 Campos do Jordão, Os, 219  
 Campus da Universidade de Coimbra (V. Universidade de Coimbra)  
 Canjica, Capelão Pe. 28, 50  
 Capela do Pe. Faria, 18

- Capela de Santana (Ouro Preto), 17  
 Capela de São João (Arraial do Ouro Fino), 17  
 Capela de Santa Quitéria (Ouro Preto) 18  
 Capelães bandeirantes, 50  
 Capuchinhos em Minas, 54  
 Caramuru, 99  
 Capitania, O carrasco, 213  
 Capitania de São Vicente, 28, 97  
 Capitólio de Roma, 19  
 Caraça (Arraial do ), 2  
 Caraça (Casa do), 36-8  
 Cardoso, Salvador, 98  
 Cardozo, Cel Mário, XVI  
 Carijós (Arraial), 120  
 Carrancas, 7, 221  
 Carrão, Conselheiro João da Silva, 155  
*Carta Régia de 28 de junho de 1759* (expulsão dos jesuitas e reforma do ensino), 128-9  
*Carta Régia de 8 de setembro de 1632* (dízimos arrecadados pela Coroa), 55  
*Cartas Chilenas*, 63, 79, 85, 88, 187, 194, 200  
*Cartas sobre a educação da mocidade*, 136  
 Carvalho, Pe. Silvério Ribeiro de, 65, 67, 177  
 Carvalho e Melo, Sebastião José de (V. Marquês de Pombal)  
 Casa ou Paço de Antônio Dias, em Vila Rica, 18  
 Casa Branca (Freguesia), 100, 222  
 Casa do Cabido de Mariana ou Aljube, 19  
 Casa dos Contos, 20, 189  
 Casa da Glória (Tijuco), 20  
 Casa da Torre, 28, 98  
 Castelo Branco, D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas de, 152  
 Castro, D. Francisco Rafael de (Rei em Coimbra), 207  
 Castro, Pe. Leandro Rebelo Peixoto e, 168  
 Cata Preta (Mina da), 254  
 Catão, 82  
 Catas Altas, 218, 221; Colégio em, 175  
 Catas Altas da Noruega, 250  
 Catarina II, a Grande, 127, 198, 271  
 Catedral de Mariana, 58, 68-9, 72  
 Cenáculo, D. Frei Manuel do, 125, 140-1  
 Chácara Floresta (Rio de Janeiro), 66  
 Chácara da Palha (Tijuco), 20  
 Chácara do Tinoco, 21  
 Chapada (Arraial no Distrito Diamantino), 163  
 Chapada (Arraial no Termo das Minas Novas), 116, 120  
 Chapéu d'Uvas (Freguesia), 221  
 Chaves, Dr. Pedro Gomes (mestre de obras), 17  
 Chegada da Família Real, 25, 168, 180, 192, 226, 254-5, 264-5  
 Chica da Silva, 20, 118, 229  
 Chico-Rei, 12  
 Chile, 80  
 Ciera, Dr. Miguel, 141  
 Cipriano de São José, D. Frei, (Bispo de Mariana), XIII, 36-7, 67, 69-72 93-4, 111, 165-8  
 Claros, mestre Gonçalo Antunes, 160  
 Cláudio Manuel da Costa, 4, 15, 43, 83-4, 87-8, 98-9, 183-6, 195-6, 198, 235, 242  
 Clube da Maioridade, 66  
*Códice Costa Matoso*, 2, 5, 8  
 Coelho, Joaquim Duarte, 100  
 Coimbra, Dr. Lourenço José de Queirós 5, 52  
 Coimbra, Pe.-mestre Manuel Joaquim Pereira, 161  
 Coimbra, 3, 8, 74, 82, 85, 98-9, 101, 112, 117, 135-6, 141, 163, 171, 181, 185, 190, 192, 198, 207, 237  
 Colégio das Artes, 139, 144  
 Colégio dos Nobres (em Lisboa), 134, 136, 138-9; (criação), 146, 171  
 Colégio Real de Artes e Disciplinas Eclesiásticas (em Mariana), 71, 165-8, 170  
 Colégio de São Pedro e São Paulo (em Coimbra), 134  
 Colégio do Sumidouro ou dos Osórios, 116, 120-2, 170, 188  
 Colônia, 68  
 Colônia do Sacramento, 155  
 Comarca de Curitiba, 154  
 Comarca de Ouro Preto ou de Vila Rica, 1, 7, 159, 214, 218-9, 222-3, 246-7, 257, 271-2  
 Comarca de Paracatu, 246-7  
 Comarca do Rio das Mortes, 1, 4, 7, 161, 215, 218-9, 222-3, 226, 246-7 263-4, 267, 272



- Comarca do Rio das Velhas ou de Sabará, 1, 5, 160, 168, 173, 218-9, 221-3, 246-7, 257, 271-2
- Comarca do Sêrro Frio, 1, 115, 160, 190, 218-9, 222, 226, 229, 246-7, 271-2
- Companhia de Jesus, XIV, 75, 100, 102, 106, 111, 128, 131, 140, 147, 150
- Compêndio Histórico*, 140
- Conceição do Mato Dentro, 2, 115, 160, 226
- Concílio de Braga, 104
- Concílio de Lisboa, 104
- Concílio de Milão, 104
- Concílio do Pôrto, 104
- Concílio de Trento, 103-5, 165
- Conde dos Arcos (D. Marcos de Noronha), 26, 175
- Conde de Assumar (D. Pedro de Almeida e Portugal) (Governador), 5, 18, 55-6, 96, 186, 235, 252
- Conde da Barca (D. Antônio de Araújo), 168
- Conde de Bobadela (Governador Gomes Freire de Andrade), 14, 16, 18-9, 21, 23, 57( 116, 186, 235
- Conde do Funchal, 238-9
- Conde das Galveias (D. André de Melo e Castro) (Governador), 21 235
- Conde de Linhares (D. Rodrigo de Sousa Coutinho), 191, 217, 234-5 237-8, 242, 244-5, 251, 261, 269
- Conde da Palma (D. Francisco de Assis Mascarenhas) (Governador), 192, 240
- Conde de Resende, 152-3, 210, 213, 278
- Conde de Valadares (D. José Luís de Menezes Abranches Castelo Branco e Noronha) (Governador), 11, 200, 233, 251
- Condessa de Oyenhausen, 175
- Confederação do Equador, 154, 176, 201
- Confraria de São Francisco, 221
- Confusão (atual São Gotardo), 222
- Congonhas do Campo, 39-40, 91, 172, 225, 282
- Congonhas de Sabará (atual Nova Lima), 5, 13, 51, 67, 222
- Congregação da Missão (lazaristas), 168
- Conhecenças, 55-6, 60-1
- Constituições do Arcebispado da Bahia*, 30, 56
- Contendas (Freguesia), 222
- Contrabandos, 230
- Contra-reforma, 124
- Contria, Pe. Felipe de la, 28 56
- Convento da Arrábida, 37, 68
- Convento dos Franciscanos (Pará), 155
- Convento de Sta. Clara (Pôrto), 83
- Convento de Santo Antônio (Rio de Janeiro), 49, 152, 185, 213
- Coração de Jesus, (devoção), 57
- Coração de Jesus (Freguesia do Santíssimo), 222
- Coroa Portuguesa (V. Administração Régia)
- Correio Brasiliense*, 155
- Correia de Sá, Dr. Inácio (Governador do Bispado de Mariana), 59
- Corrcia e Melo, Pe. Antônio Joaquim de Souza, 220
- Correntes (São Miguel de), 222
- Corso, Flaminio, 18
- Côrte iluminista em Mariana, 68-9
- Côrte Real, 63, 68-9, 82-3, 90-1, 96, 117-8, 120, 124, 131, 155, 157-8, 161, 168, 173, 175, 179-80, 189, 206, 215, 217, 230, 232, 234, 236, 242, 245
- Côrtes Portuguesas, 65
- Costa, Hipólito José da, 155, 37
- Costa, Pe.-mestre José Cactano da, 160
- Costa, Inconfidente Pe. Manuel Rodrigues da, 262, 267
- Costa, Manuel de Souza (pedagogo), 102
- Costa e Silva, Ouvidor Antônio José Álvares Marques da, 263
- Costa da Mina, 12, 249
- Coutinho, Aureliano de Souza e Oliveira, 153
- Cruz, D. Frei João da, 54
- Cruz, D. Frei Manuel da (1.º Bispo de Mariana), XIII, 7, 9, 19, 57-8, 60, 102, 105-7, 110-1, 169, 275
- Cruz, Pe. Manuel Ribeiro da, 70-1
- Cruz, D. Maria da, 98
- Cuieté (Serões do), 200, 217, 221, 233
- Currículos escolares setecentistas:
- Colégio das Artes, em Lisboa, 139; Colégio dos Nobres, em Lisboa, 139; Seminário de Olinda, 154; Universidade de Coimbra, 142-3
- Cursos: canônicos, 134, 142, 182, 189; ciências naturais, 142, 166; desenho, 168; física, 155; jurídicos, 134, 142, 182, 189; história, 166, 168; mate

máticas, 166, 178; medicina, 178; e militares, 136, 166  
 Cunha, Cardeal da, 140  
 Cunha, Pe. Domingos Simões da, 64-5, 115  
**Cunha e Matos, Pe.-Mestre Marçal da,** 161  
 Curas do sertão, 64  
 Cúria Romana, 72  
 Curimataí (Freguesia), 222  
 Curral del Rei, 5, 9, 13, 51, 102, 160  
 Currículos mineiros coloniais: Colégio do Sumidouro (Padres Osórios), 121; Colégio Real das Artes e Disciplinas Eclesiásticas, de Mariana, 166-7; Recolhimento de Macaúbas, 118; Vale das Lágrimas, 119  
 Custódio Dias, Pe. José, 65, 177  
 Cutberto de Cantuária (São), 38

## D

D'Alembert, 125  
 Dantas, Pe.-Mestre Antônio Rodrigues, 111, 114, 169  
 Darwin, 93  
*Decamerone*, 4, 67  
*Declínio da Idade Média*, 211  
*Dedução chronologica e analytica*, 140  
 Destêrro, D. Frei Antônio do, 45, 54  
 Destêrro (atual Florianópolis), 155  
 De Laurentiis, Dino, 33  
 De-Mille, Cecil B., 33  
 De Mornay, Embaixador Abade, 96  
 Desemboque (Nossa Senhora do Destêrro do), 164, 177, 247  
 Despotismo esclarecido, 68, 127, 144-5, 197-8  
 D'Holbach, 125  
 Dias, Pe. Inácio, 100  
 Dias de Sá, Pe.-Mestre Joaquim, 115  
*Dicionário da lingua tupi*, 173  
 Diderot, 125  
 Dinheiros a juros (usura) 8, 52, 85, 88, 184-5  
 Diogo de Verney (Padre oratoriano), 126  
*Direito Natural* (Tomás Antônio Gonzaga), 83, 85, 187, 198-200  
 Dirceu (Tomás Antônio Gonzaga), 188, 199  
*Discurso sobre o melhoramento da economia rustica no Brazil, pela introdução do arado, reforma das for-*

*nalhas, e conservação de suas matas, etc.* (José Gregório de Moraes Navarro), 208  
 Disraeli, Benjamim 173  
 Distrito dos Cataguá, 1  
 Distrito Diamantino (ou Demarcação Diamantina), 1, 21, 80, 194, 218-9, 244, 247, 252, 256, 265, 268, 270, 276  
 Divisão administrativa de Minas em 1820, 247  
 Dízimos, 55  
*Dos delitos e das penas*, 200  
 Douro, 3, 7  
 Doutôres de Coimbra, 8, 74, 83, 183-4, 242-6, 260-1, 269, 281-2  
 Drummond de Andrade, Carlos, 120  
 Duarte, Licenciado Antônio, 99  
 Duarte, Conselheiro Francisco de Paula Pereira, 169  
 Duas Pontes, 265, 267  
 Dulia (Culto de Santos), 48  
 Dupin, 82  
 Duque de Choiseul, 127  
 Duque de Lafões, 244  
 Durão, Cap. Paulo, 99

## E

*Eclesiastes*, 125  
 Edimburgo, 92, 163, 175, 191  
 Elvas, 100  
*Emílio* (J.-J. Rousseau), 207  
 Empirismo ilustrado, 144  
*Enciclopédia*, 62, 114, 123  
 Ensino das humanidades, 136 (V. Aulas, Cursos e Currículos)  
 Ensino leigo, 136-7  
*Erdrio Mineral* (Cirurgião Luís Gomes Ferreira), 9  
 Escola Mineira, 152, 197  
 Escolas régias (expansão), 151, 160-1; decadência, 163-4  
 Espírito Santo (Terceira Pessoa divina), 31, 49  
 Espírito Santo (Capitania), 151  
 Estado: sua conservação, 137; distinção de poderes, 83, 85; indústria e trabalho no, 138; educação e, 142, 145, 240  
*Exposição sobre o estado de decadência da Capitania de Minas Gerais e meios de remedial-lo* (D. Rodrigo José de Menezes), 231

Eucaristia (Corpus-Christi), 31-3, 49  
 Euclides, 167  
 Euler, 145  
 Europa, XIV, 39, 42, 62, 68, 82-3, 88, 135, 137, 168, 175, 177, 180, 183, 186, 190, 196, 199-201, 206, 208, 233, 235, 244, 255, 260, 271, 274-5  
 Eustáquio da Silva, António (sertanista), 221  
 Évora, 3  
 Êxodo, 49

F

Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, 171  
 Faculdade de Direito de São Paulo, 155  
 Faguet, Emile, 29  
 Faria Fialho, Pe. João de, 50, 56  
 Faria Lobato, Senador João Evangelista de, 174, 242  
 Farnese, Estudante João Batista, 59  
 111  
 Fazenda da Boa Esperança, 20  
 Fazenda do Cócho d'Água, 229  
 Fazenda do Gavião, 84  
 Fazenda do Itanguá, 268  
 Fazenda da Mantiqueira, 262  
 Fazenda das Minhocas, 21  
 Fazenda do Pé-do-Morro, 229  
 Fazenda do Pompéu, 21  
 Fazenda do Ribeirão, 268  
 Fazenda do Rio de São João, 20  
 Fazenda de Santa Bárbara, 229, 264, 267  
 Fazenda de Santa Quitéria, 267  
 Fazenda de Santo Elói, 268  
 Fazenda da Tapera, 67  
 Fazenda da Vargem do Itacolomi, 43, 98  
*Fazendeiro do Brasil, O* (Frei Veloso), 204, 259  
 Feliciano, António (fazendeiro), 267  
 Felícia de Valois, Ana Rosa, 99  
 Ferraz, Joseph de Almeyda (músico), 9  
 Ferreira, Luís Gomes (cirurgião), 9  
 Ferro (0) em Minas, 234; fábrica do Morro do Pilar, 194, 222, 245, 250  
 Festas religiosas folclóricas, 49  
 Fico (0), 177  
 Figueiredo, Pe. Manuel Moreira de, 100

Figueiredo, Manuel Pires de, 256  
*Flora Fluminense* (Frei Veloso), 186, 203-4  
 Foliás do Divino e dos Santos Reis, 49  
 Fonseca, Pe. Manuel da, 28  
 Fonseca e Cunha, João Varela da, 161  
 Formiga do Tamanduá (Arraial), 222  
 Formigas (atual Montes Claros), 222  
 Forte do Mar, 150  
 Fra Diavolo, 4  
 Frades apóstatas expulsos, 55  
 Franca (cidade paulista), XV, 34  
 França, XIV, 11, 33, 82, 123, 154, 271  
 França, Pe. Mestre Dionísio Francisco de, 161  
 França, Luís Joaquim Varela de (mestre régio), 159  
 Francisca Clara Peregrina, 99  
 Franciscanos iluministas, 126  
 Franqueamento dos portos do Brasil, 237, 255  
 Franzini (Prof.), 141  
 Frederico II, O Grande, 127, 145, 198  
 Freire de Andrade, Inconfidente Cel. Francisco de Paula, 193, 195-6  
 Freire de Andrade, Governador José António, 14, 18, 183, 254  
 Freitas, Pe. José Correia de (minerador), 67  
 Freitas, Dr. Tomás de Aquino Belo e, 208  
 Frutas européias em Minas, 262  
 Fundação Calouste Gulbenkian, XVI  
*Fundamento Histórico, 4*  
 Furtado de Mendonça, Governador António Carlos, 155, 235, 282  
 Furtado de Mendonça, Pe. Francisco (mestre régio), 160

G

Galeazzo (sábio pontifício), 104  
 Gália, 38  
 Galiza, 39  
 Garcia, Rodolfo, 236  
 Gênova, 137  
*Gil Blas* (comédia paracatuana), 65  
 Geraldês, Dr. Francisco António Marques, 140  
 Goa, 100  
 Goethe, 129  
 Goiás, 4, 39, 65, 100, 177, 246-7  
 Gomes, Sr. (ex-milionário), 228  
 Gomes de Abreu, António, 267

### 300 — Índice onomástico e remissivo

- Gomide, Dr. Antônio Gonçalves, 92-5,  
 160, 163, 175, 191  
 Gonçalves, Pe. José, 91  
 Gondim, Dr. José Justino de Oliveira,  
 44, 89-90  
 Gongo-Sôco (Mina), 254  
 Gonzaga, Dr. Tomás Antônio, 83, 85,  
 187-9, 195-6, 198, 200, 242  
 Gorutuba, São José de, 222  
 Gould, Dr. Simão, 143  
 Gouveia (Arraial no Distrito Diaman-  
 tino), 160  
 Gouveia, Conselheiro Lúcio Soares  
 Teixeira de, 169, 174  
 Gouvca, Pe. Silvério Teixeira de  
 (mestre régio), 157, 159  
 Gouveia (Portugal), 35  
 Governo mineiro colonial, 5, 14, 16,  
 21-2, 55, 68, 155, 157, 162-3, 165,  
 186, 214-5, 217, 229, 231-3, 236, 240,  
 242-5, 255-6, 263, 278  
 Governo português colonial, 5, 22, 24,  
 61, 127-8, 130-2, 139, 145-8, 156-7,  
 169, 171-3, 189, 215-6, 222, 230-1,  
 237, 243, 252, 254-6, 278-9  
 Governadores do Bispado de Mariana,  
 44, 90  
 Graciano, 143  
*Gradus ad Parnassum*, 115  
 Graham, Maria, 74  
 Gramáticas: do Pe. Manuel Alvares,  
 151; do Pe. Antônio Pereira (de Fi-  
 gueiredo), 166; do Pe. Antônio R.  
 Dantas, 111, 114  
 Grande Oriente Maçônico da Bahia,  
 84  
 Grão-Pará, 151  
 Grócio, 187  
 Guadalupe, D. Frei Antônio de, 54  
 Guanhões, 267  
 Guarapiranga, 162  
 Guedes de Brito, Antônio 257  
 Guedes de Brito, Isabel Maria, 28, 257  
 Guerra dos Emboabas, XIII, 1, 4, 8,  
 22, 28, 62, 232  
*Guia do peregrino de Santiago de*  
*Compostela*, 39  
 Guimarães, Bernardo, 216  
 Guimarães Rosa, João, 120, 257  
 Guimarães, XVI, 20  
 Gusmão, Alexandre de, 125
- H**
- Hécuba, 210  
 Heinécio, 187  
 Helvetius, 125  
*Henriade*, 208  
 Herculano, Alexandre, 126  
*História crítico-cronológica da insti-*  
*tuição da Festa, Procissão e Ofício*  
*do Corpo Santíssimo de Cristo* (De-  
 sembargador Inácio Barbosa Ma-  
 chado), 32  
 Holanda, 11, 271  
 Hospital da Real Extração, 81  
 Hunauld, 93  
 Huizinga, 211
- I**
- Ibitipoca (Freguesia), 222  
 Idade Média, 32, 38-9, 99, 123, 210-1  
 Idade Moderna, 123  
 Igreja Brasileira, 30, 46, 73-5, 78, 102  
 Igreja Católica, 28-31, 41, 45, 62, 66,  
 73-4, 83, 85, 87, 93, 104, 112, 122,  
 124, 131, 142, 145, 177, 180  
 Igreja de La Madelcine, 81  
 Igreja de N.S. do Carmo de Vila Rica,  
 17-8, 44, 90  
 Igreja Mineira, XIII, 27-8, 41, 50, 57-8,  
 73, 75  
 Igreja Portuguesa, 27, 29, 136, 240  
 Igreja do Carmo de Mariana, 58  
 Igreja de N.S. do Rosário de Maria-  
 na, 58  
 Igreja de N.S. do Rosário de Vila Ri-  
 ca, 58  
 Igreja de Santo Antônio (Tijuco), 77,  
 80  
 Igreja de São Francisco de Assis de  
 Mariana, 58  
 Igreja de São Francisco de Assis de  
 Vila Rica, 58  
 Igreja de São José de Vila Rica, 88  
 Igreja de São Pedro de Mariana, 19,  
 58  
 Ilhas das Cobras, 153  
 Ilhas Britânicas, 38, 94, 123, 190, 271  
 Ilhada, 210  
 Iluminismo ou Ilustração, XIV, 9,  
 65-6, 70-1, 94, 123-5, 128-9, 136-7,  
 144-5, 165, 199, 203  
*Imitação de Cristo*, 38

- Imperatriz Leopoldina, 74  
 Império, 66, 173, 180, 191, 211, 263  
*Impugnação analítica ao exame feito pelos clínicos Antônio Pedro de Souza e Manuel Quintão da Silva em uma rapariga que julgaram santa*, 176  
 Inconfidência Mineira, XIV, 76, 84-7, 114-5, 153, 168, 180, 184, 190, 192, 196-7, 209-11, 214-6, 218, 221, 243, 262, 272  
 Inconfidentes baianos, 176  
 Inconfidentes cariocas, 176  
 Inconfidentes mineiros, 214  
 Indaiá (Arraial, Sertão do), 218, 220, 260  
 Independência, 120, 155, 169, 173, 176-7, 193, 213, 221, 237, 243, 254, 279  
 Índia, 37, 189, 269  
 Índios Coroados, 112  
 Inficionado (atual Santa Rita Durão), 2, 99  
 Inquisição, 170, 175, 199  
*Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, 232  
 Iria, Dr. Alberto, XVI  
 Irmã Germana, 91-5, 176  
 Irmãos Castilho, 126  
 Irmandade dos Mínimos, 24  
 Irmandade da Misericórdia, 212  
 Irmandade de N. S. da Conceição, 8  
 Irmandade de N.S. Mãe dos Homens, 37  
 Irmandade São Miguel e Almas, 31, 52  
 Irmandade do Senhor dos Passos, 88  
 Irmandade do SS. Sacramento, 8, 88-9  
 Irmandades e seu papel, 88  
 Isidoro, o Mártir, 201, 220  
 Itaberaba ou Itaverava, 161  
 Itabira, 2, 221, 227  
 Itacambira, 219, 221, 268  
 Itacolomi, 2  
 Itajubá, 221-2  
 Itambé, 227, 265, 267  
 Itapanhoacanga, 217  
 Itatiaia, 222  
*Itinerário geográfico do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*, 2
- J
- Jacuí, 164, 220-1, 235, 247
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 171  
 Jardim, D. Frei Diogo de Jesus Maria, 100  
 Jequitá (Arraial) (atual Bocaiúva), 218  
 Jesuítas: sua missão, 28; na Bahia, 83; no Rio de Janeiro, 8, 83, 98, 107; em Mariana, 106-7, 109, 122; franceses, 125; *Ratio Studiorum*, 125; jesuítas iluministas, 126 126-146-7; ex-jesuítas, 169; luta com Pombal, 126, 128-9, 139-40, 146-7, 169  
 Jesus Maria, Pe. Manuel de, 73, 97, 112, 223  
 João III, D., 131  
 João V, D. 27, 56, 66, 96, 116, 126-7, 252, 257, 278  
 João VI, D. 16, 25, 71, 80, 82, 91, 95, 146, 149, 152, 165, 167-8, 171, 221-3  
 João Batista (Pe. oratoriano), 126  
 Joaquim do Livramento, Irmão, 155  
 José I, D. 78, 102, 127-8, 133, 136, 140, 147, 199, 223, 234, 254, 278  
 José II (Imperador), 127, 145  
 José Bento Leite Ferreira de Melo (Pe.) 66, 177  
 José Maurício Nunes Garcia (Pe.) 152-3  
 Julgado do Araxá, 222-3  
 Julgado do Desemboque, 219, 221-2  
 Julgado do Paracatu, 221  
 Junqueira, Sr. Cláudio, 34  
 Junqueira, José Bernardes da Costa, 221  
 Junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais, 155-6, 159, 161-2  
 Junta do Governo Provisório em Minas Gerais, 173  
 Junta da Providência Literária, 140-1  
 "Justiça do Caeté", 172, 227, 250
- K
- Kant, Immanuel, 127  
 Kloekof, 93  
 Koenigsberg, 127
- L
- La Fontaine, 38  
 Lagoa Dourada, 222

- Lagoa Santa, 221  
 Lamego, 3, 35-6  
 Lana, Pe. Manuel da Costa, 117  
 Largo do Rossio ou da Cavahada (Mariana), 19-20  
 Largo do Rossio de Vila Rica, 213  
 Lavras do Funil (Santana das), 7, 161, 221  
 Lavra Nova (N.S. dos Prazeres da), 99, 120  
 Leal, Dr. José Francisco, 143  
 Leal, José Mariano, 190  
 Leibnitz, 127  
 Leme, Dr. Antônio Pires da Silva  
 Pontes (Governador do Espírito Santo), 273-4  
 Lemos Pereira Coutinho, D. Francisco de, 117, 126, 140-1, 145, 178, 207  
 Lencastro, D. Fernando Mascarenhas de (Governador), 4  
 Licurgo, 198  
 Liga da Neutralidade Armada, 271  
 Lima, Mestre Manuel Dias de, 159, 169  
 Lima e Costa, Mestre Antônio José de, 160  
 Lima e Silva, Luis Alves de, 153  
 Linneu, Carlos, 190, 203  
 Liras, de Gonzaga, 187  
 Lisboa, Antônio Francisco (Aleijadinho), 7, 18, 33, 43, 100  
 Lisboa, Manuel Francisco (mestre de obras), 7, 17-8  
 Lisboa, XVI, 3, 7, 26, 57, 63, 82, 90, 96, 100-1, 104, 114, 116-8, 135, 155, 169, 171, 175, 186, 199, 206, 208, 215-6, 232, 255, 277  
 Lobato, Mestre Marcelo da Silveira, 160  
 Lôbo da Silva, Governador Luís Diogo, 183, 235  
 Locke, John, 94  
 Lombardia, 38  
 Londres, 266  
 Lopes, Inconfidente Cel. Francisco Antônio de Oliveira, 76, 193  
 Lopes, Vereador Jacinto Barbosa, 22  
 Lopes Gama, Pe. 154  
 Lopes de Matos, Pe.-mestre Pascoal Bernardino, 13, 100-1, 115, 169,  
 Lord Strangford, 175  
 Lorena, D. Bernardo José de (Governador), 25, 33, 36, 157-8, 162, 172, 191, 234, 240, 244-5, 251, 256, 261, 273-4, 277-8  
 Loreto Couto, D. Domingos do, 107  
 Lorry, 93  
 Lourenço de Nossa Senhora, Irmão, 37-8  
 Luccock, John, 202, 217, 267  
 Lucena, Pe. João de, 30  
 Ludon, Mestre Eusébio Luís Pereira, 151  
 Luís XIV, 33  
 Lusitânia, 199
- M**
- Macau, 37  
 Macaúbas (Recolhimento de N.S. da Conceição de), 5, 7, 11, 21, 116-7, 119, 229  
 Macedo, Contratador João Rodrigues de, 20, 195  
 Machado, Alferes, 267  
 Machado da Silva, Francisco, 16  
 Maciel, Dr. José Álvares (Inconfidente), 76, 190, 193  
 Maçonaria em Minas Gerais, 84  
 Madeira, Ilha da, 133  
 Mamposteiros de Jerusalém, 24  
 Mamposteiros dos Mínimos, 24  
 Mamposteiros da Trindade e Redenção dos Cativos, 24  
 Manfredi, 104  
 Maranhão, 28, 57, 151-2, 155, 239  
 Mar Egeu, 198  
 Marco Aurélio, 198  
 Maria Bárbara, D., 154  
 Maria Ifigênia, 85, 188  
 Maria I, 24, 44, 68, 79, 89-90, 115-7, 146, 188, 190, 197, 199, 210, 214, 244, 250, 271  
 Mariana, XV, 8, 9, 17, 19, 36, 40, 57, 63, 67, 69-70, 72, 86-7, 90, 102, 106-7, 110, 114, 115-7, 120-1, 145, 151, 156-7, 159, 162-4, 166-70, 174, 176, 195, 217, 225, 247, 251, 262  
 Marília de Dirceu, 188  
 Marinho, Cônego José Antônio, 177  
 Marinho e Silva, Mestre Joaquim Anastácio, 160  
 Marlière, Guido Tomás, 73, 112, 223  
 Marques, Manuel, 153  
 Marquês de Abrantes, 96  
 Marquês de Aguiar, 158, 277

- Marquês de Baependi (Manuel Jacinto Nogueira da Gama), 171, 174, 186, 236
- Marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes), 169, 171, 174, 246
- Marquês de Beccaria, 200
- Marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos), 153
- Marquês de Maricá (José Mariano Pereira da Fonseca), 152
- Marquês de Monte Alegre (José da Costa Carvalho), 154
- Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima), 154
- Marquês do Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão), 153
- Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa), 175
- Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), XIV, 24, 77, 127-8, 133, 136, 139-42, 144, 146, 155-6, 178, 198-9, 229, 231, 242-3, 255-6, 276
- Marquês de Queluz (João Severiano Maciel da Costa), 169, 174
- Marquês de Sabará (João Gomes da Silveira Mendonça), 169, 171, 174
- Marquês de Sapucaí (Cândido José de Araújo Viana), 170, 174
- Marquês de Tanucci, 127
- Marquês de Valença (Estêvão Ribeiro de Resende), 174
- Marquesa de Távora (Nova), 234
- Marte, 187
- Martins, Frei Estêvão, 106
- Mártires (D. Frei Bartolomeu dos), 104
- Martius, K. J. P. von, 59, 227
- Mateus Leme, 222
- Matias Barbosa da Silva, 235
- Matias Barbosa (Registro), 279
- Mato Grosso, 4, 234
- Matos, Mestre Joaquim José de Oliveira,\* 163
- Matos, Dr. Luís de, XVI
- Matosinhos (Freguesia), 221
- Matriz de Itaverava, 19
- Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Caeté, 51, 225
- Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias (Villa Rica), 18, 48, 78, 88
- Matriz de N. S. da Conceição de Sabará, 18, 42
- Matriz de N. S. do Pilar do Ouro Preto, 18, 45, 88, 90, 214
- Matriz da Vila do Carmo, 18-9
- Mawe, John, 59, 227-8, 239, 262
- Meireles, Antônio Gomes de Oliveira, 268
- Meireles, Dr. Francisco de Paula, 115, 169
- Melampus, Pastor, 92
- Melo, Sebastião José de Carvalho e (V. Marquês de Pombal)
- Melo, José Caetano de, 268
- Melo, Mestre José Luís de, 154
- Melo, Ministro Martinho de, 23, 116-8, 193, 250, 270
- Melo e Castro, Mestre Manuel de, 151
- Melo Franco, Dr. Francisco de, 63, 84, 115, 199-200, 207
- Memórias sobre a Cultura do Arroz*, 189
- Memórias sobre a Cultura do Arroz, pelas sepulturas dos cadáveres nos templos, e methodo de os prevenir*, 90
- Memórias do Pe. Martinho de Freitas Guimarães*, 112
- Memórias de um sargento de milícias*, 150
- Mendes, Ermitão Feliciano, 36
- Mendes, Manuel Odorico, 155
- Mendes dos Reis, D. Bartolomeu, 63
- Mendonça, O Principal, 207
- Mendonça, Mestre Antônio Manuel de, 160
- Mendonça, Martinho de, 21, 98
- Menezes, Frei Francisco de, 4, 27, 50, 62
- Menezes, D. Luís da Cunha (Governador), 19, 63, 79, 189, 200, 217-8, 278
- Menezes, D. Rodrigo José de (Governador), 63, 87, 215, 231-2, 234, 250, 256, 265, 270-1
- Mesa Censória Real, 82, 132-3, 139-40
- Mesa da Consciência e Ordens, 44, 61, 90, 117
- Mesquita de Córdoba, 42
- Mestres de Ciências Naturais, 188-9
- Mestres de Gramática Latina, 159, 161-3, 169, 175, 182
- Mestres de Lógica e Filosofia, 162-3, 169, 174, 182
- Mestres de Ler e Escrever, 132-3, 157, 159-61
- Mestres de Retórica, 162, 169, 175, 182

Midas, XV  
 Milton, 94  
 Minas do Abaeté e do Indaiá, 190  
 Minas Gerais, XIII, XIV, XV, 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10-2, 14-7, 19, 21-3, 25-9, 34-6, 38-43, 47, 49-50, 55, 62, 66, 73-6, 84, 93, 96-8, 100-1, 106-7, 112, 116, 120, 155-7, 168-9, 173, 175-6, 178-81, 183, 185, 189, 195, 197, 202-3, 209-11, 213-5, 218-21, 224, 226-9, 229-35, 240-41, 244, 246-52, 254-7, 261, 265-6, 269, 271-9, 281-5  
 Minas Novas do Fanado, 39, 116, 120, 159-60, 162-3, 165, 175, 192, 226, 247, 265, 272, 282  
 Minas do Ouro, 99  
 Minho, 3, 7, 35  
 Mirabeau, 200  
 Missões no Grão-Pará, 128  
 Missões do Uruguai, 23  
 Moeda, 21  
 Mogúncia, 68  
 Monte Alverne, Frei Francisco de, 152  
 Monte Rodrigo ou Rorigo, 191  
 Monteiro, Dr. Guilherme de Ayala, XVI  
 Monteiro, Mestre-escola José Procópio, 159  
 Monteiro de Barros, Cel. Romualdo José, 20  
 Monteiro da Veiga, Joaquim Atanásio, 158  
 Montpellier, 163  
 Moraes, D. Ana Garcez de, 99  
 Moraes, D. Francisco de Sales, 160  
 Morato, Dr. Agnelo, 34  
 Moreira, Pe. José da Costa, 115  
 Morrinhos (no São Francisco), 227  
 Morro do Rio das Mortes (V. São José do Rio das Mortes)  
 Morro Velho, 67  
 Mosteiro de Alcobaça, 106  
 Mota, Ouvidor Joaquim Inácio de Oliveira, 223  
 Mota Ribeiro, João da (fazendeiro), 20  
 Munique, 11  
 Muniz Tavares, Francisco, 154  
 Museu do Diamante (Diamantina), 20  
 Museu da Inconfidência (Ouro Preto), XV, 33  
 Música setecentista mineira: concêrto em igreja do Tijuco, 81; côro em Antônio Dias, 78; catedral de Ma-

riana, 69; Te-Deum, 214; músico pioneiro em Curral del Rei, 9

## N

Nabucodonosor, 92  
 Napión (sábio italiano), 239  
 Natividade Saldanha, José de, 154  
 Navarro, Dr. José Gregório de Moraes, 208, 220, 242, 260  
 Nêmesis, 210  
 Neoclassicismo, 68-9, 87, 245  
 Neptuno, 198  
 Newton, Isaac, 94  
 Nieremberg de Matos, Pe. José, 100  
 Nietzsche, Frederico, 29  
 Nîmes, 190  
 Niobe, 98, 210  
 Nitreiras de Montes Altos, 191  
 Nogueira, Pe. José, 107, 111, 122  
 Nogueira, D. Bernardo Rodrigues (Bispo de São Paulo), 105  
 Nogueira, Cap.-mor Dr. Manuel de Sá Fortes Bustamante, 214  
 Noronha, D. Antônio de (Governador), 23-4, 44, 229, 231, 233-5  
 Nossa Senhora, 32; do Leite, 32; da Lapa, 34; do Calvário, 35; dos Remédios, 35; Mãe dos Homens, 45; da Conceição, 77-8; da Piedade, 33; do Pilar, 33; do Monte do Carmo, 43; do Rosário, 43; das Mercês, 43, 48  
*Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Gerais* (Barão de Eschwege), 246

## O

Obras: de Cláudio Manuel da Costa, 84-5; do Dr. Francisco de Melo Franco, 207; do Dr. Joaquim Veloso de Miranda, 204; de Frei José Mariano da Conceição Veloso, 204; do Dr. Manuel Ferreira da Câmara, 206  
*Odes*, 65, 87  
 Oficina da Casa Literária do Arco do Cego (Lisboa), 90, 186, 206, 235  
 Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 208  
 Offício de Nossa Senhora, 76  
 Olinda: seu seminário, 100  
 Oliveira, Pe. Belchior Pinheiro de, 65, 82, 177



- Oliveira, Cândido Batista de, 153, 155  
 Oliveira, Desembargador João Fernandes de, 20, 226, 229  
 Oliveira, Inconfidente Pe. José Lopes de, 76, 114  
 Oliveira, N. S. da (Freguesia), 222  
 Onze mil virgens, As, 109  
 Oratorianos, 125-7, 131, 136, 155  
 Ordem de Cister, 106-7  
 Ordem de Cluny, 62  
 Ordem de Cristo, 15, 25, 78-9, 177, 183, 278  
 Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, 100  
 Ordem dos Jerónimos, 100  
 Ordem de N. S. do Monte do Carmo, 19, 88-9  
 Ordem da Rosa, 177  
 Ordem da Santíssima Trindade e da Redenção dos Cativos, 49-50, 62, 98-9  
 Ordem Terceira de São Francisco de Assis, 19, 85, 88-9  
*Ordenações do Reino, I*  
 Ordens Religiosas e sua ação, 62  
 Osório, Pe. Bento Cardoso, 99, 120  
 Osório, Pe. Francisco da Cunha, 121  
 Osório, Pe. Joaquim da Cunha, 120-1  
 Osórios, Os outros, 121-2, 170  
 Otónis: Cristiano Benedito, 176; Honório Benedito, 176; Jorge Benedito, o pai, 176-7; Jorge Benedito, 176; Manuel Vieira Otóni, 175; Teófilo Benedito, 176-7; e o poeta José Elói Otóni, 160, 163, 175  
 Ouro Branco (Freguesia), 190, 222  
 Ouvidor Banha, 16  
 Oyenhausen, Governador João Carlos Augusto de, 234
- P**
- Padre-Nosso, 30, 34  
 Padre Peyton, 47  
 Padres implicados nas devassas, 52  
 Padroeiros poderosos, 44  
 Pádua, 143  
 Paixão de Cristo e seus títulos, 32, 45, 48, 91  
 Palácio episcopal de Mariana, 195  
 Palácio dos governadores, em Vila Rica, 18-9, 216  
 Palácio da Vila do Carmo, 18-20  
 Pamplona, Inácio Correia, 215  
 Papas: Clemente XII, 84; Bento XIV, 84, 104-5; Pio VI, 18, 87  
 Pará (Grão-Pará), 147, 151-2, 155  
 Paracatu do Príncipe, 21, 115, 160, 162-4, 199, 208, 219-20, 222, 225, 247, 256, 260  
 Paraopeba, 67  
 Passa-tempo, 222  
 Patos, Santo Antônio dos (Freguesia), 222  
 Paulo Moreira (atual Alvinópolis), 222  
 Peçanha, 160, 192, 221  
 Pedras de Baixo (Arraial das), 98  
 Pedro Eremita, 4  
 Pedro II (Rei de Portugal), 3  
 Pedro II (Imperador do Brasil), 66  
 Pena, Cornélio (romancista), 120  
 Perdigão, Dr. José Azeredo, XVI  
 Perdigão, José Rebelo (Vereador em Vila do Carmo), 22  
 Pereira, Vigário Henrique, 51  
 Pereira, Dr. João Manso, 244  
 Pereira, Pe.-mestre Joaquim, 160  
 Pereira, Pe. José Lindoro, 223  
 Pereira, D. Mateus de Abreu (Bispo de São Paulo), 221  
 Pereira Arouca, José (Mestre de obras), 17, 19  
 Pereira Barreto, João Caetano Soares, 282  
 Pereira de Castro, Dr. José Ricalde, 140  
 Pereira de Figueiredo, Pe. Antônio, 126  
 Pereira da Silva, Dr. Manuel, 140  
 Pereira dos Santos, José (Mestre de obras), 17  
*Perfil do Marquês de Pombal* (Camilo Castelo Branco), 141  
 Pernambuco, 100, 107, 147, 151-2, 154, 237, 246, 273  
*Pessoas ilustres da Capitania de Minas Gerais* (Diogo P. R. de Vasconcelos), 183, 241-2  
 Peva (Portugal), 35  
 Piauí, 273  
 Picanço, Dr. José Correia, 143  
 Piedade de Paraopeba, 222  
 Pina Manique, Intendente, 170  
 Pinheiro, Presidente João, 21, 21  
 Pinhel (Portugal), 35

Pinto, Dr. José Vaz, 3  
 Pinto Coelho da Cunha, Cap.-mor  
     Félcio Moniz, 95  
 Pita Rocha, Domingos Barbosa e Tôr-  
     res (Mestre régio), 151  
 Pitangui, 5, 13, 21, 26, 160, 162, 247  
 Pium-1, 226  
 Pleyel, Inácio, 81  
 Poças, Manuel Ferreira, 18  
 Poços de Caldas, 221  
 Poemas mineiros, 65, 85  
 Pombal, Antônio Francisco (Mestre de  
     obras), 17  
 Pomme, 93  
 Pompéu, D. Joaquina do, 21, 26  
 Pomponacci, 70  
 Ponta do Morro, 2, 76  
 Pontevel, D. Frei Domingos da En-  
     carnação (Bispo de Mariana), XIII,  
     58, 60, 63, 79, 86-7, 111, 116-7  
 População mineira em 1820, 246  
 Port-Royal, 125  
 Pôrto (Portugal), 3, 7, 47  
 Pôrto Alegre, Manuel Araújo (Barão  
     de Santo Ângelo), 155  
 Pôrto dos Diamantes (Freguesia), 221  
 Portugal, D. Fernando José (Gover-  
     nador), 278  
 Portugal, XIV, XVI, 3, 4, 7, 11, 14, 29,  
     31, 37, 42, 47, 106, 124-5, 127, 129-30,  
     136, 145, 151, 156, 166, 170, 72-3,  
     178, 182, 190, 197, 215, 229, 231,  
     238, 242, 262, 269, 271, 276, 278, 285  
 Portugal e Castro, D. Manuel de  
     (Governador), 44, 71, 90, 95, 158,  
     163-8, 172, 240, 277-9  
 Pouso Alegre, 66, 220-1  
 Pouso Alto (N. S. do Carmo do), 7,  
     222  
 Prados, 114, 169  
 Pressavin, 93  
 Prestes, Pe. Francisco de Paula (de  
     Curitiba), 155  
 Primeiro Reinado, 169, 174  
 Principal da Igreja de Lisboa, 139  
 Príncipe de Godóí, 127  
 Príncipe Regente D. João, 158, 175,  
     191, 217, 235-7, 264, 278, 282  
 Príncipe Regente D. Pedro, 173, 223  
 Procissões, 33, 88  
 Professôres estrangeiros em Coimbra,  
     143  
 Profetisa de Michelson, 94  
 Prudente, Pe.-mestre Manuel, 61

Prússia, 145, 198  
 Puffendorf, 187

Q

Quaresma, 33  
 Quartel-geral (Distrito do), 220  
 Queixas de um presbítero indigente  
     (Pe. Domingos Simões da Cunha),  
     65  
 Querós, Mestre Teodoro Pereira de,  
     160  
 Queluz (Vila de), 161-2, 225, 247  
 Quintanilha, José de Tôrres, 106  
 Quintão da Silva, Dr. Manuel, 92-4  
 Quintiliano, 152

R

Rapariga de Kent, 94  
 Raposos, 5, 50-1, 222  
*Ratio Studiorum*, 125  
 Raulin, 93  
 Raynal, Abade, 195  
 Real Erário, 157, 210, 229, 276  
 Real Extração, 255  
 Real Fábrica de Ferro do Morro do  
     Pilar, 194  
 Real Fazenda, 4, 8, 146, 230, 272  
 Real Imprensa da Universidade (Co-  
     imbra), 207  
 Rebelo, Juiz-de-fora Inácio J. de Sou-  
     za, 270  
 Rebordões, Pe. Francisco Moreira,  
     114-5  
 Recolhimento de Donzelas (Tijuco),  
     165  
 Recolhimento de N. S. da Conceição  
     de Macaúbas, XIV, 41, 57, 116-8,  
     229  
 Recolhimento do Vale das Lágrimas,  
     XIV, 41, 116, 119-20  
 Reforma, 123  
 Reforma pombalina dos estudos me-  
     nores, 128-30  
 Regência, 66, 169, 174, 176, 216, 221  
 Registro Velho, 67, 264, 282  
 Registros, 279  
*Reino da Estupidex* (Dr. Francisco de  
     Melo Franco), 63, 207  
 Reis, Joaquim Silvério dos, 144, 196,  
     209, 215, 272  
 Reitores do Seminário de Mariana,  
     70-1, 107, 114, 169

- Reitoria da Universidade de Coimbra, 139-42  
 Renascimento, 123  
 René, 245  
 República, 176, 197  
 Ressurreição, D. Frei Manuel da (Bispo de São Paulo), 154  
 Reveillon, 93  
 Revolução Francesa, 82  
 Revolução Liberal de 1842, 176-7  
 Revolução de 1817, 65, 154, 176  
 Ribeirão do Carmo, 28, 233, 251  
 Ribeiro, José Pereira, 190  
 Ribeiro, Pe. Dr. Manuel Joaquim, 111, 122, 157, 159, 163, 166, 170  
 Ribeiro de Alvarenga, D. Teresa, 98-9  
 Ribeiro Sanches, Dr. Antônio Nunes, 136, 139, 141, 238, 240  
 Ribeyrolles, Charles, 42  
 Rio Acima (Santo Antônio do), 5, 51, 222  
 Rio de Janeiro, XIII, XIV, 2, 3, 4, 8, 12, 19, 26, 40, 46-7, 51-2, 66, 83, 100-1, 106, 150-2, 155, 164, 185, 196, 201, 207, 210, 212, 226, 239, 246, 263, 265, 270, 270-1, 273-5, 284  
 Rio das Pedras (Freguesia), 5, 51, 222  
 Rio do Peixe (Arraial do) (atual Lima Duarte), 218  
 Rio do Peixe, 112  
 Rio Prêto, (São Gonçalo), 221  
 Rio Prêto do Presídio, 222  
 Rio Vermelho, 160, 268  
 Rios: Abaeté, 265; Araçuaí, 219, 224, 268; Carinhonha, 246, 248; Doce, 73, 218, 225, 246, 248, 273-4; Grande, 218-9, 221, 246, 248, 263; Jequitinhonha, 217-8, 224, 226, 248; Mainarde, 67; Moji Guaçu, 219; Mondogo (Portugal), 238; Pará, 248; Paracatu, 248; Paraíba, 186, 219, 246; Paraibuna, 215, 224, 235, 246; Paraópeba, 248; Paranaíba, 219, 235; Pardo, 248; Pardo 219, 246; Pomba, 112; Sapucaí, 264, 267; São Francisco, 1, 4, 98, 218-9, 221, 246-8, 257, 273, 282; das Velhas, 21, 28, 222, 233, 247-8; Verdes, 246, 248; Uruçuaia, 219, 248  
 Rocha, Antônio Alves da, 97  
 Rocha, José Joaquim da, 169, 176-7  
 Rocha, Dr. José Monteiro da, 144  
 Rodovalho, Frei 152  
 Roça Grande (Bom Retiro da), 5, 50, 116  
 Rodrigues, Bento Godói, 2  
 Rodrigues Lapa, M., 208  
 Rolim, Inconfidente Pe. José da Silva e Oliveira, 20, 66, 84, 193  
 Rolim, Sarg.-mor José da Silva de Oliveira, 195  
 Roma, 49, 65, 104  
 Romão, Ajudante de ordens José, 33  
 Romão, Pe.-mestre José Teixeira, 159  
 Romarias, 35, 40  
 Rousseau, J.-J. 69, 125, 207  
 Rua da Ajuda (Rio de Janeiro), 66  
 Rua do Cano (Rio de Janeiro), 152  
 Rua Direita (Vila Rica), 20  
 Rua do Ouvidor (Rio de Janeiro), 153  
 Ruivo, Caetano da Silva (Mestre de obras), 18
- S
- Sá, Manuel Ferreira de, 22  
 Sá e Accioli, Dr. José Bittencourt de, 191, 237, 239, 282  
 Sá e Menezes, Governador Artur de, 2  
 Sá e Souza, Mamede de, 97  
 Saavedra Fajardo, 135  
 Sabará, 9, 50, 58, 151, 156, 160, 165, 172, 193, 218, 247, 256, 260, 265, 267, 276  
 Sacchetti Barbosa, 141  
 Sacro Império, 145, 239  
 Saint-Hilaire, Augusto de, 59, 71, 94, 111, 171, 217, 265, 267-8  
 Saldanha, Governador Martim Lóbo Lopes de, 186  
 Saldanha e Albuquerque, Dr. Gaspar de (Reitor em Coimbra), 139  
 Salústio, 198  
 Salvador (Bahia), 30  
 Samambaia, 227  
 Sampaio, Pe.-mestre Francisco José de, 161  
 Sampaio, Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus, 152  
 Santana, Martinho José de, 267  
 Santana dos Ferros, 222  
 Santana do Sapucaí, 220  
 Santa Apolónia, Dr. Francisco Pereira de, 115, 120  
 Santa Bárbara, 160, 225  
 Santa Catarina (Freguesia), 221-2, 240  
 Santa Inês, Frei Anastácio de, 186

- Santa Luzia, 116, 160  
 Santa Marta, 35  
 Santa Quitéria, 222, 228  
 Santa Rita Durão, Frei José de, 97, 99, 189, 241  
 Santa Rita de Ibitipoca, 222  
 Santa Rita do Turvo (Viçosa), 222  
 Santa Sé Apostólica, 79  
 Santas Casas setecentistas (Vila Rica, São João del Rei e Sabará), 41, 235  
 Santiago de Compostela, 39-40  
 Santíssima Trindade, D. Frei José da, 50  
 Santíssimo Sacramento, 31-2, 64 (V. Corpus-Christi)  
 Santo Antônio do Amparo, 222  
 Santo Antônio do Bom Sucesso do Descobrimento do Peçanha e Índios, 137  
 Santo Antônio do Vale da Piedade, 161  
 Santo Offício, 23-4  
 Santo Ovídio (Portugal), 35  
 Santos, Felipe dos, 252  
 Santos, Dr. José dos (Visitador), 7  
 Santos, Fazendeiro José Vieira dos, 268  
 Santos Vilhena, Luís dos, 154  
 Santos (Vila), 154, 238  
 Santos Dumont, 221  
 Santuário de Congonhas do Campo, 36-9, 70, 86, 218  
 São Bartolomeu (Freguesia), 222  
 São Bartolomeu do Mar (Portugal), 35  
 São Caetano (Freguesia), 222  
 São Carlos, Frei, 152  
 São Francisco de Assis, 43, 185, 187  
 São Francisco de Paula (Capela de) (atual Monte Santo de Minas), 221  
 São Gonçalo do Sapucaí (Freguesia), 221  
 São Jerônimo, D. Frei Francisco de, 27, 52, 56  
 São João del Rei, 7, 20, 47, 58, 63, 85, 151-2, 156, 160, 162, 165, 171, 186, 195, 218, 221, 226, 247, 260, 263-4, 267  
 São José de Alcm-Paraíba, 222  
 São José do Rio das Mortes, 58, 66, 99, 161-2, 185, 195, 215, 225, 247, 256  
 São Lucas, 134  
 São Miguel do Piracicaba, 160, 233  
 São Pedro de Alcântara (Freguesia), 222  
 São Paulo, 100, 105, 114, 151-2, 164, 169, 218-9, 221, 234, 239, 244, 246-7  
 São Pedro do Sul, 155  
 São Romão (Freguesia), 221, 247  
 São Sebastião de Mariana, 171, 222  
 Sapé, 227  
 Saraiva, Mestre-escola Antônio de Almeida, 160  
 Sarmento, Dr. Jacó de Castro, 125  
 Sá Vedra, Basílio Teixeira de, 272  
 Sátira em Minas (relação), 64-5  
 Sé de Braga, 32  
 Seabra da Silva, Ministro José de, 140  
 Sedição de Vila Rica, 5, 28  
 Secretaria dos Negócios do Reino, 164  
 Século IX, 62  
 Século X, 62  
 Século XIII, 62  
 Século XVI, 62  
 Século XVII, 257  
 Século XVIII, XIII, 11, 40, 54, 102, 134, 148, 195, 203, 230, 249, 251  
 Século XIX, 195, 224, 235, 261  
 Sede Vacante de Mariana, XIII, 58-9, 90  
 Segundo Reinado, 168  
 Seixas, D. Romualdo Antônio de, 155  
 Seminário de Mariana, XIV, 9, 13, 57-9, 70-2, 75, 102, 106-7, 110-2, 115, 122, 164-7, 169, 179, 185, 225, 267, 275  
 Seminário de Olinda, 154, 167, 176  
 Seminário do Pará, 155  
 Seminário de São José (Rio de Janeiro), 153  
 Seminário de São Paulo, 154, 189  
 Senado (do Império), 66, 201  
 Senado da Câmara de Barbacena, 214  
 Senado da Câmara da Campanha da Princesa, 158  
 Senado da Câmara de Mariana (antes Vila do Carmo), 22, 71, 165, 168  
 Senado da Câmara de Paracatu, 220  
 Senado da Câmara do Rio de Janeiro, 213  
 Senado da Câmara de Tamanduá, 157  
 Senado da Câmara de Vila Nova da Rainha (Caeté), 217  
 Senado da Câmara de Vila do Príncipe, 54  
 Senado da Câmara de Vila Rica, 44, 57, 183

Senados das Câmaras, 5, 22  
 Seridó, 120  
 Sernancelhe (Portugal), 35  
 Serra do Caraça, 2, 36-8, 70, 118, 122  
 Serra (ou Sêrro) do Frio, 2, 59  
 Serra de Moji Guaçu, 246  
 Serra da Mantiqueira, 218, 246  
 Serra da Piedade, 36, 70, 91-3  
 Sêrro (Vila do Príncipe), 177, 273, 276  
 Sertão da Farinha Podre (ou do Nôvo Sul), 221-2  
 Sertão de São Mateus, 217  
 Shakespeare, 94  
 Silva, Escrivão Carlos José da, 161, 215  
 Silva, Mestre Luís Antônio da, 161  
 Silva, Pe.-mestre Manuel Francisco da, 160  
 Silva Alvarenga, Dr. Manuel Inácio da, 97, 107, 152-3, 242  
 Silva Coelho, Manuel da, 151  
 Silva Campos, Pe. Francisco da, 112  
 Silva Lisboa, Baltasar da, 153, 237  
 Silva Lisboa, José da (V. Visconde de Cairu)  
 Silva e Souza, Cônego Luís Antônio da, 65, 177  
 Silva Teles, Dr. Vicente Coelho de Seabra, 90-1, 121, 188, 207, 236  
 Simonia, 54, 56-7, 60-1, 272, 276, 283  
*Sintaxe Latina* (do Pe. Dantas), 169  
 Sítio da Borda da Mata, 213  
 Sítio das Bandeirinhas, 213  
 Sítio das Cebolas, 203, 211  
 Sítio do Mau Cabelo, 190, 245  
 Sítio da Varginha, 211, 213  
 Soares Barbosa, Antônio, 144  
 Sociedade Literária, 153  
 Sociedade Martins Sarmiento, XVI  
 Socorro (Mina do), 254  
 Solano, Frei Francisco, 186  
 Solar da Família Lustosa (S. João del Rei), 20  
 Solar da Família Vieira de Castro (S. João del Rei), 20  
 Sorocaba, 154-5, 282  
 Soto Maior, João da Cunha, 80-1  
 Souza, Mestre Antônio Ferreira de, 159  
 Souza, Dr. Antônio Pedro de (médico), 92-4  
 Souza, Pe.-mestre Francisco Luís de, 159  
 Souza, D. Joaquim Silvério de, 229

Souza Coelho, D. Romualdo de, 155  
 Souza Franco, Bernardo de, 155  
 Subsídio literário, 133, 155-6, 158, 161-2, 165, 167  
 Sumidouro, 99, 116, 120, 122, 188, 222  
 Sydenham 94

T

Tamanduá, 161-2, 221, 247  
 Tapanhoacanga, 2  
 Távoras, Os, 128  
 Teatimos, 126  
 Teixeira, Desembargador José João, 77-8, 156, 172, 232, 250, 256  
 Teixeira, Dr. João Gomes, XVI  
 Teixeira de Carvalho, Vereador Torquato, 22  
 Teixeira Jardim, Dr. Quintiliano Alves, 60  
 Têrço de São Gonçalo, 49  
 Tijuco (Arraial do), 5, 20, 58, 80, 84, 115, 158-60, 175, 194-5, 201, 218, 221, 226, 247, 261, 266  
 Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier) XIV, 84, 112, 115, 169-70, 193, 196-7, 203, 210-4, 216, 220  
 Tissot, 93  
 Toledo, Cônego Carlos Correia de (Inconfidente), 66, 195, 215  
 Tomás Antônio de Vilanova Portugal (ministro), 168  
 Tôrres, Pe. Antônio Afonso de Morais, 118  
 Traduções de Cláudio Manuel da Costa (de Metastásio), *José reconhecido e O sacrificio de Abrão*, 85  
 Três-os-Montes, 3, 7  
 Triângulo Mineiro, 223  
 Três Corações do Rio Verde (Freguesia), 221  
 Três Pontas (N. S. da Ajuda das), 222  
*Trovas Mineiras*, 65  
 Triunfo Eucarístico, 9, 12, 14, 17, 28, 45, 51, 57, 181, 194  
*Triunfo Eucarístico* (de Simão Ferreira Machado), 32  
 Turvo da Aiuruoca, 222

U

Ubá, Pôrto de Santo Antônio de, 221  
 Uberaba, Santos Antônio e Sebastião do (Freguesia), 221

## 310 — Índice onomástico e remissivo

- Ucharias Reais, 26  
Universidades: Bordéus, 190; Coimbra, XIV, 26, 44, 83, 85, 90, 99, 101, 106, 115, 127, 133-7; decadência, 140-2, 144-5, 152, 163; Estatutos, 165; Pensão a estudantes, 166; Textos escolares, 169; Alunos, 171; Preparatórios, 178, 180-2; Diplomados, 186, 189, 199, 204; Professor, 207; Luta contra a reforma, 235; Doutores, 238; José Bonifácio, 241, 243; Estudos em Coimbra, 134-5, 143-5, 163, 172-3, 177, 179-2, 190, 238-9; Currículos, 142-3; Edimburgo, 92, 94, 163, 175, 191; Montpellier, 163, 207; Paris, 190; Roma, 104  
Utilitarismo de Bentham, 138-9, 203
- V
- Vahia, Retórico João José, 153  
Vahia Monteiro, Governador Luís, 19  
Vandelli, Alexandre, 239  
Vandelli, Dr. Domingos, 189, 239, 245  
Varnhagen, F. A. de, 235-6  
Vasconcelos, Bernardo Pereira de, 176-7  
Vasconcelos, Dr. Diogo Pereira Ribeiro de, 100, 107, 176, 178, 214, 233, 241, 245  
Vasconcelos, Simão de, 28  
Vasconcelos e Sousa, D. Luís de, 152-3, 157, 186, 203, 256  
Vaticano, XVI, 72  
Veiga, Evaristo Ferreira da, 66, 153  
Veiga, Francisco L. Saturnino da, 153  
Velho, Manuel Ferreira (mestre régio), 159  
Veloso, Frei José Mariano da Conceição, 90, 182, 185-6, 206, 208, 235-6, 241, 259-60, 282  
Veloso de Miranda, Dr. Joaquim, 182, 189, 204, 245, 282  
Veloso de Oliveira, Conselheiro Antônio Rodrigues, 248  
Veneza, 137  
Ventania (S. Sebastião da), 221  
*Verdadeiro Método de Estudar* (De Luis Antônio Verney), 127  
Vergueiro, Senador Nicolau de Campos, 66  
Verney, Luis Antônio, 124-5, 127, 140  
Versiani, Cap.º Pedro, 268  
Via Sacra, 33, 108  
Viana, Pe.-mestre Manuel da Costa, 158, 160  
Viana, Manuel Nunes, 4-5  
Viana do Castelo, 20  
Vicência, D. Mariana, 229  
Viçoso, D. Antônio Ferreira, 83, 118, 168  
Vide, D. Sebastião Monteiro da, 30, 102  
Viegas de Menezes, Pe. José Joaquim, 69, 97, 121, 177-8  
Vieira, Pe. Antônio, 97  
Vieira, Dr. Francisco de Paula, 192, 261  
Vieira da Silva, Guarda-mor Inocência, 228  
Vieira Maria, Dr. Frei Francisco (tio de Cláudio), 44, 98-9  
Vieira Couto, Dr. José, 84, 190-1, 206; (suas obras), 237, 243-5, 252, 259, 261  
Vieira da Silva, Cônego Luís, 111-2, 174, 197  
Vila Nova da Rainha (Caeté), 247  
Vila do Papagaio, 247  
Vila do Príncipe, 2, 59, 61, 156, 158, 160, 162-3, 165, 218, 221, 225, 217, 273  
Vila Rica, 7, 14, 19, 28, 44, 58, 84-5, 89, 99-100, 122, 151-2, 156-7, 161-3, 168, 189, 193, 195, 198, 202, 207, 210-1, 213-4, 217-9, 224, 226, 243, 247, 255, 262, 266, 273, 276, 278  
Vila do Ribeirão do Carmo, 22, 43, 98-9, 183  
Vila da Vitória, 274  
Vilas (suas autoridades), 220  
Vilas Boas, Pe. Dr. Antônio Caetano, 85, 112, 115  
Vinhos em Minas, 262  
Violante de Souza, 16  
Virgem Maria, 31-2  
Virgílio, 198  
Visconde de Abaeté (Antônio Paulino Limpo de Abreu), 153  
Visconde de Barbacena, 175, 210, 214, 216, 243, 272  
Visconde de Caeté (José Teixeira Fonseca Vasconcelos), 163, 172-3, 242, 261  
Visconde de Cairu (José da Silva Lisboa), 153-4, 237

Visconde de Condeixa (D. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo), 25-6, 44, 178, 240, 245, 256, 274, 278  
Visconde de Congonhas do Campo (Lucas Antônio Monteiro de Barros), 174, 219  
Visconde de Itajubá (Marcos Antônio de Araújo), 174  
Visconde de Jequitinhonha (Francisco Gê de Acaiaba Montezuma), 153  
Visconde de Pedra Branca (Domingos Borges de Barros), 153  
Visconde de São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro), 154  
Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Souza), 155  
Visionária de Hertford, 94  
Visitadores diocesanos, 52-4  
Voltaire, 82, 85, 124-5, 184, 198, 200, 208  
Von Pastor, Ludwig, 88

W

Whytt, 93  
Würzburg, 68

X

Xavier, Pe. Domingo dos Santos (irmão de Tiradentes), 112  
Xavier, Joaquim José da Silva, o Tiradentes (V. Tiradentes)  
Xavier, Pe. Manuel (poeta), 64  
Xavier da Veiga, José Pedro, XVI, 157  
Xopotó, São José do (Freguesia), 222

Z

Zanotti, 104  
Zeus, 73  
Zimmermann, 93

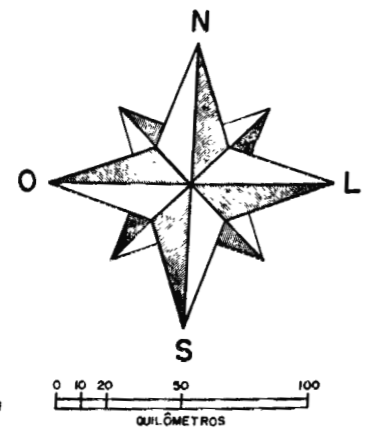
Impresso na Companhia Melhoramentos de São Paulo  
Indústrias de Papel — Rua Tito, 479 — São Paulo





# CAPITANIA DE MINAS GERAIS NOS FINS DA ERA COLONIAL

Trabalho elaborado por JOSÉ FERREIRA CARRATO



RECURSOS ECONÔMICOS	
FÁBRICAS DE OURO	AGUARDENTE
FÁBRICAS DE FERRO	FLORESTAS
FAZENDAS	CAMPOS
GADO VACUM	PEDRAS PRECIOSAS
SUÍNOS	PEIXES
CAVALOS	SALITRE
OVELHAS	SAL
VÍVERES	QUEIJOS
TRIGO E CENTEIO	PRATA
ALGODÃO	CHUMBO
CANA DE AÇÚCAR	GALENA
	PLATINA

LEGENDA	
CAPITAIS DO VICE-REINADO E DA CAPITANIA	■
CIDADE-SEDE DO BISPAO	●
CABEÇAS DE COMARCAS	○
SEDES DAS VARAS ECLESIÁSTICAS	◐
LOCALIDADES COM ESCOLAS RÉGIAS OU ECLESIÁSTICAS	◑
IGREJAS MAIS ANTIGAS DE MINAS	◒
FREGUESIAS E CURATOS MAIS IMPORTANTES	◓
RECOLHIMENTOS OU SANTUÁRIOS	◔
QUARTÉIS OU REGISTROS	◕
CAMINHOS OU TRILHAS	△
DIVISAS DA CAPITANIA	—
DIVISAS DAS COMARCAS DA CAPITANIA	- - -
DIVISAS DOS BISPADOS COLONIAIS	⋯